

Para uma história do jornalismo em Portugal — II

Coord.
Carla Baptista
Jorge Pedro Sousa
& Celiana Azevedo

Ficha Técnica

Título

Para uma história do jornalismo em Portugal — II

Coordenação

Carla Baptista
Jorge Pedro Sousa
Celiana Azevedo

Apoio editorial

Manuel Coutinho

Data de publicação

2021, Coleção ICNOVA

ISBN

978-989-9048-05-8

[Suporte: Eletrónico]

978-989-9048-04-1

[Suporte: Impresso]

DOI

<https://doi.org/10.34619/yy3x-lhy4>

Edição

ICNOVA — Instituto
de Comunicação da NOVA
Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
icnova@fcsh.unl.pt
www.icnova.fcsh.unl.pt

Direção da coleção

Francisco Rui Cádima
Maria Lucília Marques
Cláudia Madeira

Gestora editorial

Patrícia Contreiras

Design

Tomás Gouveia

Apoio

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

A edição deste livro é financiada por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 — Para uma história do jornalismo em Portugal.



O conteúdo desta obra está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação, publicação ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e dos seus autores. Os artigos, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade dos autores.

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:
www.icnova.fcsh.unl.pt

Título:

Para uma história do jornalismo em Portugal — II

Resumo: *Para uma história do jornalismo em Portugal — II* insere-se no âmbito do projeto com o mesmo título iniciado em 2019, financiado pela FCT. Os 28 capítulos traduzem parcialmente os trabalhos apresentados na II conferência internacional organizada pelo ICNOVA em outubro de 2020, em Lisboa. Dividido em nove partes, apresenta investigação desenvolvida em torno dos temas da história do jornalismo, história da imprensa, história das agências noticiosas, história do jornalismo iconográfico, do jornalismo radiofónico, do jornalismo televisivo, do ciberjornalismo e do jornalismo português no mundo. Com sede maioritariamente em Portugal, inclui também textos sobre jornais publicados em Macau e nos Estados Unidos. Do século XIX ao século XXI, aborda temas como a formação de jornalistas, as principais revistas de notícias durante os regimes monárquico, republicano e democrático, as condições jurídicas e políticas que envolvem a profissão de jornalista e múltiplos estudos de caso voltados para publicações ou protagonistas. Alguns textos estão alicerçados em problemáticas contemporâneas, como a fotografia digital, a experiência do *ombudsmen* na rádio pública e as práticas jornalísticas sensacionalistas nas televisões privadas. Este livro contribui para uma melhor compreensão de tendências e eventos históricos, envolvendo condições jurídicas, económicas, políticas e culturais que influenciam a produção e receção jornalística.

Title:

Towards a History of Portuguese Journalism — II

Abstract: *Towards a History of Portuguese Journalism volume II is part of the project with the same title initiated in 2019, financed by FCT. The 28 chapters partially translate the papers presented at the II international conference organized by ICNOVA in October 2020, in Lisbon. Divided into 9 parts, it presents research developed around the topics of journalism history, history of the press, history of the news agencies, history of iconographic journalism, of radio journalism, television journalism, cyber journalism, and of Portuguese journalism in the world. Mostly based in Portugal, it also includes texts about newspapers published in Macau and the United States. Ranging from the XIX to the XXI century, it approaches topics like the training of journalists, the main news magazines during monarch, republican and democratic regimes, the legal and political conditions surrounding the profession, and multiple case studies focused on publications or protagonists. Some texts are grounded in contemporary problematics, such as digital photography, the ombudsmen's experience in the public radio, and sensationalistic journalistic practices in the private television channels. This book contributes to a better understanding of historical events and trends, involving legal, economic, political, and cultural conditions influencing journalistic production and reception.*

Índice

Introdução	7	Duarte de Babo Marinho, Nuno Bessa Moreira	111
		A Imprensa e a opinião pública de Guimarães perante o Ultimato Inglês de 1890	
PARTE I: História dos jornalistas em Portugal		Manuel João de Carvalho Coutinho	129
Ana Teresa Peixinho	11	Jornalismo literário português: história, jornalistas e a reportagem escrita	
Reflexões sobre a formação de jornalistas: 1880-1925		Paulo Bruno Alves	143
Ana Teresa Peixinho, Luís Augusto Costa Dias	29	A ação de combate da imprensa católica na Primeira República (1910-1926): um olhar sobre a ‘guerra religiosa’ em que mergulhou o país	
A formação dos jornalistas na viragem de oitocentos para novecentos		Mariana Calado	156
		Um olhar sobre a imprensa periódica de música na década de 1920, em Portugal	
PARTE II: História da imprensa em Portugal		Jair Rattner	172
Jorge Pedro Sousa, Helena Lima	44	Capelães do contra — textos de capelães que se opunham à linha oficial em jornais de unidades militares durante a Guerra Colonial	
Jornalismo do século XIX: da Monarquia à República		Jair Rattner	184
Eurico José Gomes Dias	63	Comandos numa encruzilhada como o 25 de abril foi apresentado na revista da escola de comandos em Angola	
O fervor jornalístico português na Revolução Liberal de 1820		Helena Lima	199
Jorge Pedro Sousa, Celiana Azevedo	74	Imprensa estatizada e iniciativa privada no período pós-Revolucionário: o exemplo dos semanários portugueses	
Revistas da Monarquia e I República: uma contribuição para a história da imprensa em Portugal			
Bruna Oliveira Santiago	96		
Imprensa ilustrada em Portugal no pós-Ultimato: um estudo de caso do periódico <i>Africa Illustrada</i> (1892-1893)			

Carla Rodrigues Cardoso 215
Uma *newsmagazine* militante:
Opção (1976-78)

**PARTE III:
História das agências
de notícias em Portugal**

José das Candeias Sales, 237
Susana Mota
As agências de notícias
portuguesas/em Portugal: um
contributo para a sua história

**PARTE IV:
História do jornalismo
iconográfico em Portugal**

Jorge Pedro Sousa, 259
Helena Lima,
Fátima Lopes Cardoso
O fotojornalismo durante
o Sidonismo: estudo dos
critérios de noticiabilidade da
Ilustração Portuguesa (1917-1918)

Fátima Lopes Cardoso 300
Fotografia digital: mudanças no
modo de ver e nas rotinas
de produção dos fotojornalistas
portugueses, no início de um
novo milénio

**PARTE V:
História do jornalismo
português no mundo**

Alberto Pena Rodríguez 313
Singularidades do jornalismo
português nos Estados Unidos:
língua, diplomacia
e publicidade (1920-1940)

Clara Gomes 330
Freedom of the Portuguese
press during the transition
period in Macau

**PARTE VI:
História do radiojornalismo
em Portugal**

Fernando Neves 349
O Rádio Clube Português e a
Guerra Civil Espanhola

Ana Isabel Reis 365
A formação e ensino de rádio na
década de 80: o contributo das
rádios piratas

Rogério Santos 383
A informação radiofónica a
partir dos relatórios do provedor
do ouvinte

**PARTE VII:
História do telejornalismo
em Portugal**

Celiana Azevedo, 406
Catarina Valada, Joana Gil,
Maria Leonor Moura,
Pedro Alves Godinho
Entre Salazar e Caetano:
a ação política e propagandística
do Estado Novo na RTP

Anabela de Sousa Lopes, 422
Manuel João de Carvalho
Coutinho
Os programas de informação
no segundo canal da RTP:
de 1992 a 2001

**Caroline Ribeiro de Almeida,
Ilo Alexandre** 437
Sensacionalismo no *prime-time*
português: O impacto da CMTV
nas coberturas policiais nos
telejornais da RTP1, SIC e TVI

**PARTE VIII:
História do ciberjornalismo
em Portugal**

Paulo Bruno Alves 463
O ciberjornalismo de
proximidade e a convergência
possível numa redação
de jornalistas: o caso da nova
imagem digital do *Jornal
da Beira* (Viseu, 1921-mantém
publicação)

**PARTE IX:
Historiografia do jornalismo
em Portugal**

**Duarte de Babo Marinho,
Nuno Bessa Moreira** 487
Breve resenha biográfica de José
Tengarrinha (1932-2018): opções
historiográficas e a *História
da Imprensa Periódica* como
possível eixo

**Eurico José Gomes Dias,
Nuno Bessa Moreira** 503
Evocar o pioneirismo
de Augusto Xavier da Silva
Pereira na senda da História do
Jornalismo em Portugal

Introdução

Carla Baptista, Jorge Pedro Sousa & Celiana Azevedo

O volume *Para uma História do Jornalismo em Portugal II* constitui mais um contributo do projeto científico com o mesmo intitulado, iniciado em 2019, com financiamento da FCT e uma equipa de 21 investigadores distribuídos por 12 eixos temáticos. Os 28 textos que integram este volume traduzem parcialmente as comunicações apresentadas na segunda conferência internacional organizada pelo projeto, em Outubro de 2020, na NOVA FCSH, em Lisboa. Mesmo com os constrangimentos impostos pela pandemia de Covid-19, ou talvez por causa disso, foi um encontro memorável, que funcionou em formato híbrido e permitiu um reencontro (ainda que distanciados) entre investigadores portugueses e estrangeiros focados no estudo da história do jornalismo.

O livro prolonga a vontade de partilha de conhecimento e sedimentação de pesquisas que contribuem para sistematizar e ligar episódios e figuras históricas, temáticas e abordagens metodológicas. A equipa tem desenvolvido investigação inédita sobre jornalistas, meios de comunicação social em todas as plataformas e processos históricos articulados com a evolução do jornalismo, e mantido pontes com outros investigadores externos, de que este livro é um dos reflexos.

Organizado em 9 partes, o volume contém capítulos dedicados à história dos jornalistas, história da imprensa e das agências noticiosas, história do jornalismo iconográfico e do jornalismo português no mundo, do radiojornalismo, do telejornalismo e do ciberjornalismo, bem como um texto mais historiográfico, centrado nos notáveis contributos para o campo de estudos deixados pelo historiador, ativista político, jornalista e académico José Manuel Tengarrinha, falecido em 2018. Outra figura pioneira do estudo do jornalismo abordada é Augusto Xavier da Silva Pereira (1838-1902), autor do *Dicionário Jornalístico Português*.

A maioria dos textos incide sobre Portugal, com exceção de dois, relativos à questão da liberdade de imprensa em Macau, durante e após o período de transição de soberania portuguesa para a chinesa, entre 1987 e 1999; e aos jornais mais relevantes publicados em língua portuguesa nos Estados Unidos, entre 1920 e 1940. A temporalidade histórica é ampla. Vários capítulos incidem sobre o desenvolvimento da imprensa ocorrido a partir da segunda metade do século XIX e ainda antes, com a Revolução Liberal de 1820, marcada pelo “fervor jornalístico” que caracterizou os primeiros periódicos liberais militantes. Cabem neste eixo os capítulos dedicados às primeiras modalidades de ensino de jornalistas, bem como

várias investigações sobre as revistas no tempo da Monarquia e as condições de exercício do jornalismo. Esta reflexão é prolongada para o século XX, abordando uma multiplicidade de experiências jornalísticas inseridas em contextos políticos específicos. Estes incluem a I República, a guerra civil espanhola, o Estado Novo, o período pós revolução de 25 de abril de 1974, e o surgimento ou reconfiguração de meios digitais. Vários textos ocupam-se de problemáticas plenas do século XXI, como a fotografia digital, o contributo do Provedor do Ouvinte para a informação radiofónica, ou as práticas sensacionalistas praticadas por canais privados de televisão nos programas informativos.

As diversas plataformas em que o jornalismo se exerce estão representadas, com capítulos dedicados à história de jornais e revistas, da rádio e da televisão. Reunimos ainda territórios diversos de intervenção do jornalismo, a nível local, nacional ou na diáspora portuguesa. A importante ligação do jornalismo às oportunidades de formação disponíveis não foi esquecida, incluindo experiências que desafiaram a institucionalização posterior, como é o caso da formação informal para jornalistas de rádio que aconteceu na efervescência causada pela multiplicação das rádios livres, ocorrida nos anos 80 do século XX.

Na secção História da Imprensa em Portugal, as pesquisas dividem-se entre as que tratam de longos períodos históricos e as que incidem sobre momentos específicos. A abordagem assumida pela maioria dos investigadores foi cronológica e narrativa, com análise qualitativa recorrendo a arquivos e entrevistas. São discutidos vários aspetos centrados nas transformações tecnológicas e na interpretação dos contextos históricos. Podemos apontar a história das revistas de informação geral surgidas em Portugal durante a Monarquia e a I República como um dos aspetos para o qual este livro traz um enorme contributo de sistematização e compreensão. Tratou-se de um período fértil em agitação social, instabilidade política e tentativas, por meios legais, mas também por atos violentos, de controlo da imprensa. Por outro lado, as revistas beneficiaram da expansão das tecnologias relacionadas com a fotografia e com a impressão, bem como de uma nova organização empresarial e de um maior conhecimento das experiências estrangeiras. O livro tem ainda capítulos dedicados a subtipos de imprensa, como a imprensa católica durante a I República, a imprensa sobre música na década de 20 do século XX, o jornalismo literário e os jornais das unidades militares que se constituíram no âmbito da guerra colonial, entre 1961 e 1974.

Estes contributos, centrados em acontecimentos, figuras e publicações concretas, ou abrindo para problemáticas mais transversais, como as fontes de financiamento e a eterna crise de sustentabilidade das empresas jornalísticas, os quadros legais e regulatórios, a relação com os poderes e com os públicos, e as inovações tecnológicas, geram um manancial de análise que colmata vários défices de conhecimento na história do jornalismo português. Ao mesmo tempo, a vitalidade deste campo de estudos sinaliza o lugar estruturante que o jornalismo ocupa na vida das sociedades e as suas múltiplas esferas de intervenção e influência. Desejamos, por isso, boas leituras, e agradecemos em especial aos autores a possibilidade desta publicação.

Carla Baptista

Universidade Nova de Lisboa e ICNOVA

carla.baptista@fcsh.unl.pt

ORCID ID: [0000-0002-8188-3567](https://orcid.org/0000-0002-8188-3567)

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA

jpsousa@ufp.edu.pt

ORCID ID: [0000-0003-0814-6779](https://orcid.org/0000-0003-0814-6779)

Celiana Azevedo

Universidade Nova de Lisboa e ICNOVA

celianaazevedo@fcsh.unl.pt

ORCID ID: [0000-0002-1768-2525](https://orcid.org/0000-0002-1768-2525)

DOI: <https://doi.org/10.34619/zsgb-hxtj>

Parte I

História dos jornalistas em Portugal

Reflexões sobre a formação de jornalistas: 1880-1925

On the training of journalists: 1880-1925

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra | CEIS2o
apeixinho71@gmail.com
ORCID ID: 0000-0002-4533-7921

Resumo: A profissão de jornalista tem uma história relativamente recente, com pouco mais de 100 anos, e complexa, intimamente dependente de rotinas e práticas quotidianas e da progressiva constituição de um campo de atuação instável, de fronteiras porosas e que se instaura sob o signo do confronto. No período entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, que corresponde ao tempo da construção dos alicerces do novo campo profissional dos jornalistas (Chanel, 2001; Correia e Batista, 2007; Delporte, 1995; Fidalgo, 2008; Miranda, 2008; Sobreira, 2003), ocorreram assinaláveis transformações no mundo dos jornais (Dias, 2014; 2017; 2018) e a “opinião pública ascendeu à maioria” (Sardica, 2012, p. 348).

Reclamando um estatuto próprio e cientes do seu progressivo poder, estes “novos jornalistas” procuram redefinir as fronteiras do seu campo de atuação e distinguir-se da esfera literária e política, até então representada pelo “homem de letras” (Dias e Peixinho, 2018; Ferenczi, 1993; Peixinho, 2010). Inicia-se, assim, um movimento associativo no seio do qual se discute um conjunto de questões de identidade organizativa (Cunha, 1941; Sardica, 2012; Sousa, 2011; Vargues, 2003), nomeadamente o tema da formação profissional (Chanel, 2001; Sobreira, 2003; Sousa, 2009). É no quadro de internacionalização dos numerosos congressos profissionais que emerge a necessidade de uma formação especializada, discutida num contexto transnacional, do qual Portugal não esteve arredado. O foco deste estudo são precisamente os Congressos Internacionais da Imprensa, organizados desde 1894 pelo *Bureau Central des Associations de Presse*, cuja quinta edição teve lugar em Lisboa. Embora as diferentes propostas sobre o ensino da profissão não tenham sido consequentes, elas são reveladoras dos debates sobre a inscrição da formação no universo profissional.

Palavras-chave: ensino do jornalismo; viragem do século; associativismo; congressos internacionais.

Abstract: *The journalist profession has a relatively recent, but complex, history, with a little more than 100 years, intimately dependent on daily routines and practices and on the progressive constitution of an unstable field of action, with porous borders, that was established under the sign of confrontation. In the period between the last quarter of the 19th century and the first quarter of the 20th century, which corresponds to the time when the foundations of the new professional field of journalists were built (Chanel, 2001; Correia and Batista, 2007; Delporte, 1995; Fidalgo, 2008; Miranda, 2008; Sobreira, 2003), remarkable transformations occurred in the world of newspapers (Dias, 2014; 2017; 2018) and “public opinion came of age” (Sardica, 2012: 348). Claiming their own status and aware of their progressive power, these “new journalists” seek to redefine the boundaries of their field of action and to distinguish themselves from the literary and political sphere, hitherto represented by the “man of letters” (Dias e Peixinho, 2018; Ferenczi, 1993; Peixinho, 2010). Thus, an associative movement begins, in which a set of organizational identity issues were discussed (Cunha, 1941; Sardica, 2012; Sousa, 2011; Vargues, 2003), namely professional training (Chanel, 2001; Sobreira, 2003; Sousa, 2009). It was in the context of the internationalization of the numerous professional congresses that the need for specialized training emerged, discussed in a transnational context, from which Portugal was not removed. The focus of this study is precisely the International Press Congresses, organized, since 1894, by the Bureau Central des Associations de Presse, whose fifth edition took place in Lisbon. Although the different proposals on the teaching of the profession were not consequential, they are revealing of the debates about the inscription of training in the professional universe.*

Keywords: journalism training; turn of the century; associative movements; international congresses.

Introdução

Este estudo integra-se num dos campos de investigação do projeto *A História do Jornalismo em Portugal* que é o da História dos Jornalistas cujo objetivo é a reconstrução de uma narrativa sobre a profissão em Portugal, delimitada por marcos temporais previamente definidos: desde o final da Monarquia Constitucional até ao termo do século XX. Pretende-se, no termo do projeto, responder a um conjunto ambicioso de perguntas, de modo a capturar

momentos-chave na dinâmica de construção do campo profissional do jornalismo português, em diálogo com a história cultural, social e política do país.

Neste capítulo, estuda-se a génese de uma reflexão sobre o ensino profissional do jornalismo, que emerge na viragem de século e que, pese embora a crítica mais recente da sociologia sobre este modo de definir as profissões, poderá servir de referência para explicar quais as competências e a educação que os jornalistas elegeram como constitutivas do exercício profissional¹.

O período em estudo situa-se entre 1880 e 1925, datas simbolicamente relevantes do associativismo da classe profissional: o ano de 1880 é o da constituição da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses (a primeira formalmente constituída);² o de 1925 coincide com a publicação dos Estatutos do primeiro sindicato, o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, que resultou da transformação estatutária da Associação dos Trabalhadores da Imprensa, constituída no início do século XX.

No período entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, que corresponde ao tempo da construção dos alicerces do novo campo profissional dos jornalistas (Channel, 2001; Correia e Batista, 2007; Delporte, 1995; Fidalgo, 2008; Miranda, 2008; Sobreira, 2003), ocorreram assinaláveis transformações no mundo dos jornais (Dias, 2014; 2017; 2018) e a “opinião pública ascendeu à maioria” (Sardica, 2012, p. 348). É também uma época que assistiu a uma significativa mudança de regime, no qual os jornais e os jornalistas assumiram um papel determinante (Sardica, 2012). Finalmente, é o período em que a informação adquire valor de mercado e em que surgem os grandes “impérios mediáticos”:

Sendo o lucro farol da equação, havia que conquistar leitores sem hostilizar empregadores. Os empresários apercebem-se que as novas exigências do ofício reclamam mais do que escribas dotados, mas avessos a regras. O impulso do mercado exige novo grau de eficácia na transmissão da mensagem. O processo de formalização da formação dos jornalistas impõe-se como resposta à necessidade dessa maior eficácia. O ensino do jornalismo é um produto do mercado (Coelho, 2015, p. 234).

Reclamando um estatuto próprio e ciente do seu progressivo poder, os “profissionais da imprensa” procuram definir as fronteiras do seu campo de atuação e distinguir-se da esfera

1 Segundo Rosa Sobreira “a transmissão de um conhecimento altamente especializado e sistematizado constitui um dos atributos para a construção e afirmação das profissões” (Sobreira, 2003, p. 146), ao nível sociológico.

2 Desde o Liberalismo, o associativismo impulsionou-se: José Carlos Valente, no estudo do Sindicato dos Jornalistas, publicado em 1988, conta entre 1836 e 1870 cinco associações que fazem parte da pré-história do associativismo da classe (Valente, 1998, pp. 14-18); também Isabel Nobre Vargues refere um conjunto de associações que, na primeira metade do século, no quadro da instauração do regime liberal, apareceram em Portugal: Sociedade dos Amigos das Letras (1823 e 1836), a Academia Lisbonense das Ciências e das Letras (1843), o Grémio Literário (1846), Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa (1846), Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de S. Miguel (1848), a Associação Tipográfica Lisbonense (Vargues, 2003, p. 168).

literária e política, até então representada pelo “homem de letras” e pelo “publicista” (Dias e Peixinho, 2018; Ferenczi, 1993; Peixinho, 2010). Um dos sintomas dessa consciência de classe, índice de autonomização profissional dos jornalistas portugueses, é precisamente a discussão acerca do ensino e da formação profissional, que assoma neste período em contexto internacional e é marcada por tensões e impasses que ajudam a compreender as disputas simbólicas neste campo por parte de um setor emergente e crescente de jornalistas.

O tema da formação dos jornalistas assoma precisamente no âmbito dos debates dentro do movimento associativo que se inicia no final de oitocentos (Sousa, 2009; Sousa e Teixeira, 2011; Valente, 1998) e que é estimulado pelos contactos que a rede de organização dos congressos internacionais potenciava. O foco deste estudo são precisamente os Congressos Internacionais da Imprensa, organizados desde 1894 pelo *Bureau Central des Associations de Presse*, cuja quinta edição teve lugar em Lisboa.

Congressos de fim de oitocentos

Com efeito, foi no Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa em 1898, que Albert Bataille, cronista criminal, colaborador do *Le Figaro* e um dos mentores da criação do *Bureau Central des Associations de Presse*, primeira organização internacional de jornalistas, abriu a discussão sobre o ensino profissional do Jornalismo³. Deve esclarecer-se a este respeito dois aspetos que têm sido obliterados em alguns estudos: i) não foi este o primeiro congresso em que o tema é chamado à colação, pois, no segundo Congresso de Bordéus, em 1895, um jornalista norte-americano, P. Oeker, proferira uma palestra sobre o estado do ensino profissional no seu país (Comte-Rendu, 1896); ii) a morte de Bataille, poucos meses depois de ter estado em Lisboa, impediu-o de concretizar o seu projeto, cabendo a uma mulher, Jeanne Weill, que, como muitas mulheres à época, assinavam os seus textos sob um pseudónimo masculino (DickMay), a criação da primeira Escola Superior de Jornalismo, dentro da *École de Hautes Études Sociales*⁴.

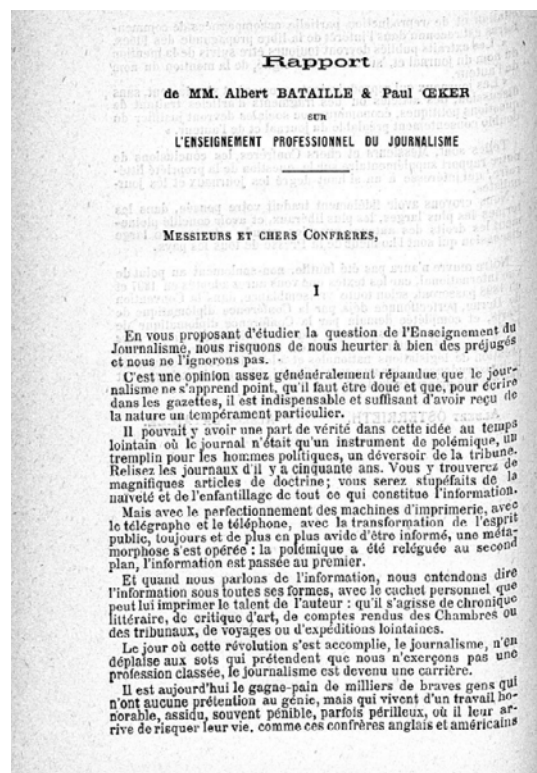
A proposta de Bataille não teve grande impacto no mundo da imprensa nacional. Tanto assim é que, 40 anos mais tarde, no início do Estado Novo, João Paulo Freire, jornalista e

3 Segundo V. Goulet: “l’idée que les journalistes devaient aborder la carrière avec un ‘bagage sérieux de connaissances et de solides garanties morales’ avait déjà été soulevée par le chroniqueur judiciaire Albert Bataille, qui tenta de créer au *Figaro*, avec le soutien de son directeur, une école de journalisme (il mourut avant que le projet n’aboutisse) (...). En 1895, l’École libre des sciences politiques ouvre un cours de ‘Préparation au journalisme’ (...) mais il n’existe pas d’école dédiée” (Goulet, 2009, p. 7).

4 Não deixa de ser digno de nota o facto de o nome desta mulher fundadora ter sido apagado pela história, uma vez que a maior parte da bibliografia sobre este assunto imputa, incorretamente, a Albert Bataille o mérito da fundação da primeira Escola Profissional de Jornalismo em Paris. Mesmo testemunhos do início do século XX, que explicitam a morte de Bataille em 1899, atribuem a fundação da escola francesa ao professor Henry Fouquier, um homem de letras, escritor e cronista, que foi um dos professores do curso (Goulet, 2009).

Figura 1

Relatório de Albert Bataille & Paul Oeker. Fonte: Compte Rendu des Travaux du 5^{ème} Congrès International de la Presse. Lisbonne.



escritor, publica um opúsculo sobre o Ensino do Jornalismo em que lamenta o facto de, no país, quarenta anos depois de se ter lançado a discussão acerca da formação profissional, ainda não existir nenhum curso ou escola de Jornalismo, ao contrário do que sucedia em outros países europeus:

No nosso País, como aliás no resto do mundo, o jornalismo faz-se por vocação e autodidatismo, ou por necessidade; e embora haja profissionais, não existe ainda entre nós, para tal, aprendizagem escolar e científica (...). O assunto não é novo, mas talvez poucos se recordem, ou o saibam, que este foi pela primeira vez posto oficialmente em discussão no 5.º Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Lisboa em 1898. Já lá vão 44 anos! (Freire, 1936, p. 10).

A posição deste jornalista é bastante interessante porque escapa à lógica maniqueísta que durante décadas dividiu a classe, entre os defensores da tarimba e da escola das redações (ou que a essa realidade tinham de se render) e os que pugnavam por um ensino superior especializado⁵. Sustentando que a vocação é um fator fundamental, algo de inato que não se ensina nem aprende, Freire não deixa de reconhecer que a complexidade do jornalismo no

5 Sobre este debate nos primórdios do ensino do Jornalismo na Europa e nos Estados Unidos, veja-se Melo, 2004.

primeiro Pós-Guerra exigia novas competências culturais e técnicas que um ensino formal poderia robustecer:

Eu sei que o verdadeiro jornalista não se faz. Nasce feito. Mas o que sei também é que essa espontaneidade exuberante se fortaleceria se a educassem convenientemente. Não há nada mais perigoso do que um jornalista ignorante; mas também nada existe mais incomodativo do que um burro a julgar-se jornalista. (...) um jornalista que se preze e preze a sua profissão não pode apenas ater-se à sua vocação, havendo mister que complete essa vocação com conhecimentos gerais indispensáveis aos que desempenham funções de responsabilidade mental, mas ainda com uma especialização que o habilite a pronunciar-se conscientemente, segundo o setor jornalístico a que aplicou a sua atividade (Freire, 1936, pp. 19-21).

Certo é que foi no Congresso de Lisboa, realizado na Sociedade de Geografia, que Albert Bataille e P. Oeker, delegado da União Nacional das sociedades da imprensa americana e do Clube de Imprensa da Califórnia, apresentaram a resolução de criar uma escola de Jornalismo. A proposta que defenderam começou precisamente por contrariar uma ideia generalizada (que perdurou ainda durante algumas décadas século XX), segundo a qual o jornalismo era uma atividade⁶ dependente da vocação, um ofício para o qual não se exigia nenhuma formação específica, exceto um certo “temperamento” e saber ler e escrever⁷. Quatro anos antes, no 1.º Congresso Internacional em Antuérpia, Heinzmann-Savino, jornalista holandês e professor no Instituto Superior do Comércio, afirmara que “le journalisme n’est guère autre chose que le métier des gens qui n’en ont pas” (*apud* Chanel, 1995).

Na opinião dos autores da proposta apresentada ao Congresso de Lisboa, as profundas alterações no espaço público, desencadeadas pelas sucessivas invenções tecnológicas, alteraram substancialmente o jornalismo que deixou de ser o prolongamento das disputas parlamentares, o “trampolim de políticos” ou o meio de doutrinação eficaz, para viver cada vez mais da informação:

Mais avec le perfectionnement des machines d’imprimerie, avec le télégraphe et le téléphone, avec la transformation de l’esprit public, toujours et de plus en plus avide d’être informé, une métamorphose s’est opérée: la polémique a été reléguée au second plan, l’information a passé au premier (Bataille & Oeker, 1899, p. 126).

6 Christian Delporte assinala como, em 1880, Edouard Chardon, no seu *Dictionnaire des Professions*, recusava o estatuto profissional à classe dos jornalistas, argumentando não existir nenhuma aprendizagem específica para a função, nem nenhum diploma ou certificado para a ela aceder (Delporte, 1995, p. 13).

7 “C’est une opinion assez généralement répandue que le journalisme ne s’apprend point, qu’il faut être doué et que, pour écrire dans les gazettes, il est indispensable et suffisant d’avoir reçu de la nature un tempérament particulier” (Bataille & Oeker, 1899, p. 126).

Neste quadro, reclamam o estatuto profissional para os jornalistas, que não podem continuar a ser representados como os frustrados, os falhados de outras carreiras⁸, mas como um conjunto de profissionais que fazem dos jornais o seu meio de sustento e do jornalismo uma carreira:

Il est aujourd'hui le gagne-pain de milliers de braves gens qui n'ont aucune prétention au génie, mais qui vivent d'un travail honorable, assidu, souvent pénible, parfois périlleux, où leurs arrive de risquer leur vie, comme ces confrères anglais et américains qui, dans les dernières guerres, sont tombés sur le champ de bataille et auxquels nous envoyons un salut (Bataille & Oeker, 1899, p. 127).

O que estas palavras descrevem é, em suma, a eclosão de uma “civilização do impresso”, que viu nascer novos objetos e hábitos de consumo cultural, novos agentes e novos espaços, “num quadro de efeitos multiplicadores de desenvolvimento que concorreu para a emergência urbana de uma cultura de massas” (Dias, 2017, p. 7). Havia a percepção de que o jornalismo estava a mudar: novas tecnologias — como o telégrafo, o telefone, a fotografia —, a que correspondeu uma aceleração do tempo e do espaço e uma massificação e diversificação dos públicos. Ao lado do jornalismo opinativo e político, um novo jornalismo, mais informativo, emergia; ao lado do homem de letras e publicista, estava agora o repórter cuja subsistência dependia dos jornais⁹; frente à retórica parlamentar e combativa, ou ao estilo “aliterado”, surgia uma linguagem menos elaborada, mas específica que falava às massas:

A industrialização da imprensa concorreu para abrir o caminho a um jornalismo com um estatuto distinto da opinião, da observação literária e política, dirigido a pequenos grupos das elites e apoiado pelo sistema de assinatura, que eram apanágio da fase anterior da imprensa (Garcia, 2009, p. 25).

8 A literatura europeia da época representava a figura do jornalista de um modo extremamente negativo, sintoma deste jogo de forças: “Jusqu’au début du XX^e siècle, l’image du journaliste donnée par les romans est indiscutablement négative” (Aziza *et. al.*, 1978, pp. 91-92). Esta tese é igualmente defendida por Rémy Rieffel que afirma: “Il suffit de penser à *Bel-Ami*, ce roman où Maupassant fustige lui aussi la collusion des gens de presse avec les hommes politiques inféodés à l’argent, ou encore aux *Souvenirs Littéraires* de Maxime du Camp, qui dénonce les mêmes tares et les mêmes intrigues, pour se rendre à l’évidence : jamais profession ne fut plus vilipendée et discréditée qu’au siècle dernier.» (Rieffel, 1984, pp. 7-8) ; e, mais recentemente, Christian Delporte escreveu que “la littérature de l’époque a largement alimenté l’image négative du journaliste, plumeur ambitieux et sans scrupules, escroc, maître chanteur.” (Delporte, 1995, p. 15). A este respeito, veja-se também: Vaillant, 2004; Peixinho, 2010).

9 Veja-se o que explica Paula Miranda: “Os intuitos lucrativos, que estiveram na origem dos novos projetos, revelaram-se decisivos para que o jornalismo perdesse o estatuto de apostolado e passasse a ser exercido com uma base remuneratória, indispensável à autonomização e afirmação social, ou, em suma, à profissionalização” (Miranda, 2014, p. 221). Ou ainda a descrição de Rogério Santos sobre a emergência deste “novo jornalismo”: “Vivia-se num período de confluência da imprensa política com a informação mais neutral, de caráter levemente sociológico, em que era ainda notório o peso dos escritores na confecção de artigos de fundo e na produção de folhetins, o repórter nascia como informador que procura os factos na rua e o noticiário se apresentava como matéria distinta das gazetilhas poéticas e dos artigos de fundo, muitos deles escritos em linguagem inflamada, levantando-se contra a censura de imprensa no final do regime monárquico” (Santos, 2004, p. 193).

Contudo, a proposta de Bataille foi acolhida com aparente indiferença, tornando evidente que, a dois anos de virar o século, o Jornalismo português ainda não estava preparado para acolher um projeto desta natureza por razões de variada ordem: não só pela ainda incipiente organização profissional¹⁰ e pelo facto de a autonomização da classe se ter processado por ruturas e lutas simbólicas, mas também pelo modo como o Ensino estava organizado em Portugal (Gomes, 1980), sem que se oferecessem condições políticas, organizativas ou técnicas para a sua concretização.

Já em 1894, no I Congresso Internacional da Imprensa, realizado em Antuérpia, Heinzmann-Savino afluara a necessidade de se pensar uma formação para a classe profissional:

Si nous avons la ferme intention de travailler au bien moral de la profession à laquelle nous appartenons, occupons-nous de former dès maintenant ceux qui nous remplaceront un jour. Rendons-les capables d'élever la presse à un niveau auquel, malgré toutes nos bonnes intentions, il ne nous a pas toujours été donné de la maintenir. Et pour cela faisons en sorte qu'ils puissent acquérir ces connaissances sans lesquelles leur jugement ne saurait s'exercer que d'une façon imparfaite: éclairons-les enfin de nos conseils, en les mettant en garde contre les erreurs dans lesquelles nous avons versé nous-mêmes. C'est là le but qu'il faudrait assigner à l'enseignement professionnel pour la presse, but complexe, comme on le voit, qui embrasse à la fois l'instruction et l'éducation (*apud* Chanel, 2001, p. 83).

Embora Portugal se tenha feito representar nesse Congresso por uma delegação que integrava os seus mais reputados homens da imprensa — Brito Aranha e Eduardo Coelho (*Diário de Notícias*), Magalhães Lima (*O Século*), Mariano Pina (*Diário Popular*), entre outros — não há registo de que a proposta aventada por Heinzmann-Savino tenha gerado interesse ou discussão entre nós. O relatório da secção portuguesa evidencia, por um lado, um entusiasmo cándido com o movimento associativo internacional, claro sinal de “affirmation de solidarité de classe” (Aranha, 1894, p. 7), por outro, o facto de estes eventos servirem sobretudo de pretexto à afirmação de um país, escondido nos confins da Europa, cuja imagem era preciso reabilitar.

10 A este respeito, veja-se o texto da conferência que Alberto Bramão profere em 1899, na sede da associação dos Jornalistas, na qual se pronuncia com muitas reservas relativamente à formação em Jornalismo. Para o jornalista e escritor, num país em o Jornalismo não era visto como uma profissão, não havia necessidade de uma escola ou de qualquer preparação para o “ofício”. A visão de Bramão ecoava ainda uma conceção romântica da imprensa, em que “a prova do valor jornalístico não pode ser tirada em exames (...) porque sendo o jornalismo constituído por empresas particulares, de nada valeria o diploma de jornalista conferido pelos júris, a coações e a erros. A prova do valor jornalístico só se verifica como a prova do valor guerreiro — no campo de batalha.” (Bramão, 1899, p. 15).

Nestes dois Congressos, esteve sobretudo presente a *aristocracia* da imprensa: jornalistas-escritores, homens de letras que concebiam o mundo da imprensa como uma torre de marfim e que olhavam com desconfiança e alguma sobrançeria elitista a chegada, cada vez em maior número, de uma classe de repórteres e informadores, sem formação superior, grande parte deles autodidatas, aqueles a quem a pena verrinosa de Fialho de Almeida apelidava de “*déclassés*”, de “literatiço falho, artigoleiro sem predicados de moralista”.

A criação da Associação da Imprensa Portuguesa, em 1897, de iniciativa dos jornalistas Alberto Bessa, José Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana, é desencadeada como reação à Associação de Jornalistas criada no ano anterior e que reunia, nas palavras Alfredo da Cunha, a “aristocracia da imprensa”, integrando apenas “escritores tirocinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português” (Cunha, 1941, pp. 24-25) e excluindo uma numerosa classe de repórteres e redatores cada vez mais indispensável aos jornais. Mais democrática e com uma quota bem mais baixa, a Associação da Imprensa rivalizava com a Associação de Jornalistas, admitindo no seu seio repórteres e informadores: “Ao invés, a Associação da Imprensa Portuguesa tinha uma quotização mais económica e um recrutamento mais democrático de sócios, aceitando a presença de repórteres (ou informadores), grupo já numeroso e que não tinha entrada na associação dos jornalistas” (Santos, 2004, p. 197).

A comparação dos estatutos de ambas as associações permite perceber bem como a viragem do século assiste a uma clarificação do estatuto profissional dos jornalistas portugueses. O artigo 3.º dos estatutos da Associação dos Jornalistas de Lisboa, fundada em 1896 por Brito Aranha, Alfredo da Cunha, Luciano Cordeiro, Silva Graça e Magalhães Lima — nomes dos diretores dos grandes jornais lisboetas do final de século — prevê que “podem fazer parte da Associação os escritores com tirocínio na imprensa periódica, quer esses escritores façam ou não do jornalismo a sua ocupação habitual e exclusiva” (Estatutos, 1896). Já os estatutos da Associação da Imprensa, fundada um ano depois, é mais restritiva na admissão de associados, podendo ter ingresso “os trabalhadores da imprensa, tanto de livro como de jornal”, sendo a categoria de sócio efetivo reservada aos “jornalistas portugueses de reconhecido mérito (...) considerando-se como jornalistas, para os devidos efeitos de admissão, os redatores, diretores, colaboradores e repórteres e os correspondentes da capital” (Estatutos, 1898). Na opinião de Rogério Santos, entre as duas associações de classe, há uma distinção mais fina, que não apenas aquela traduzida pela definição estatutária dos seus sócios. Para o autor, a Associação dos Jornalistas empenhou-se no tópico da “qualidade literária dos textos” publicados e na “emancipação dos jornalistas face aos partidos; enquanto a Associação da Imprensa manifestou interesses mais práticos e empenhou-se em causas do domínio profissional, tendo “preocupações de índole social e reivindicativa” (Santos, 2004, p. 197).

Já em 1904, a Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa, “a que mais anos viveu, melhor compreendeu e executou a sua missão de previdência”, na opinião de Alfredo da Cunha (1941, p. 30), é ainda mais restritiva na admissão de sócios: “profissionais da

imprensa que trabalham na capital e vencem ordenados mensais estipulados pelas empresas jornalísticas” (Regulamento Interno, 1914, p. 3); no capítulo III do seu Regulamento Interno, reserva a categoria de “Colaboradores” aos escritores públicos ou publicistas, conquanto sem direito de voto na Assembleia Geral. Quando, em 1924, esta associação se transforma no Sindicato dos Profissionais da Imprensa, os estatutos preveem que a categoria de sócio efetivo corresponda a “todos os indivíduos, seja qual for a sua idade, sexo ou naturalidade, que exerçam há mais de dois anos, ininterruptamente, a profissão de redator, repórter, informador, revisor, fotógrafo ou desenhador e que à data da sua admissão exerçam a sua atividade nos jornais diários ou publicações periódicas de venda avulsa de Lisboa” (*Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa*, 1925).

A afirmação profissional e a construção identitária dos jornalistas portugueses fizeram-se por ruturas e lutas materiais e simbólicas, em que progressivamente os homens de letras e publicistas, representantes de um modelo de jornalismo em mudança, foram afastados das associações de classe por um grupo de novos jornalistas com uma consciência de classe cada vez mais apurada.

Estava em causa, o choque de dois grupos socioculturais: o da elite culta, dos publicistas e homens de letras, que viam o seu poder ameaçado por uma crescente vaga de profissionais provindos de estratos mais baixos da sociedade que começava a ser indispensável às redações na viragem do século; e o da classe de redatores, repórteres, informadores, fotógrafos, desenhadores que faziam do Jornalismo o seu modo de subsistência e que iam ganhando noção do seu poder e adquirindo uma consciência de classe, desde logo fundamental para pugnar pelos seus direitos laborais, que estarão em discussão nos primeiros anos da República¹¹. Por outro lado, esses profissionais de imprensa, pertencentes a uma pequena burguesia urbana, moram ao lado e recebem os exemplos de luta laboral do forte sindicato dos tipógrafos, setor dum operariado culto e combativo, uma verdadeira elite operária (Barreto, 1982).¹²

11 A documentação do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, criado em 1924, pela transformação estatutária da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa, permite perceber que, sobretudo desde a primeira Lei da Imprensa de 1911, a classe discute questões tão relevantes para a sua identidade e organização profissional como a “carteira de identidade”, o descanso semanal ou os contratos de trabalho (*Boletim do Sindicato dos profissionais da Imprensa*, 1925).

12 Veja-se o que explica José Barreto a respeito da greve conjunta de tipógrafos, jornalistas e distribuidores de 1921: “O maior erro da greve conjunta de 1921 tinha consistido justamente na acoplagem das reivindicações dos jornalistas com a simples exigência dos tipógrafos de aumento generalizado dos salários. Os jornalistas — que faziam então, no dizer de Alexandre Vieira, o seu baptismo de fogo, isto é, a sua primeira greve da classe — pareciam assim apoiar-se na força negocial dos tipógrafos para procurarem obter uma série invulgar de regalias, algumas delas encaradas pelos empresários jornalísticos como tentativa de subordinação da imprensa a uma censura e ao controlo da Confederação Geral do Trabalho” (Barreto, 1982, p. 206).

Congresso Internacional de Berna e a proposta de António Cabreira

Em 1902, quando da realização do oitavo Congresso Internacional da Imprensa, em Berna, o tema do ensino profissional do jornalismo é retomado por jornalistas portugueses. Neste congresso, duas associações de imprensa nacionais se fizeram representar — a Associação da Imprensa e a Associação dos Jornalistas — tendo produzido e publicado relatórios acerca dos trabalhos desenvolvidos: o *Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa*, publicado em 1903, da autoria dos três delegados ao Congresso, Alfredo Mesquita, José Parreira e Mendonça e Costa; e os *Discursos proferidos no Congresso Internacional de Imprensa em Berne pelo Delegado da Associação da Imprensa Portuguesa* da autoria de António Cabreira (Fig. 2).¹³

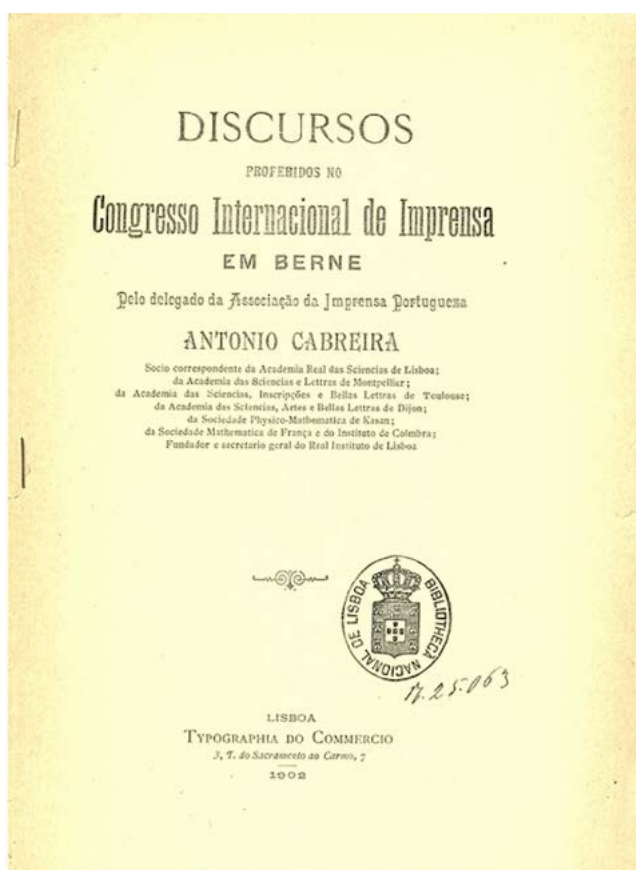


Figura 2
Folha de rosto. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

¹³ António Cabreira era um matemático, jornalista e publicista português. Nasceu a 30 de Outubro de 1868, em Tavira, e morreu a 4 de dezembro de 1918, na sua terra. Era sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa; da academia das Ciências e Letras de Montpellier; da Academia das Ciências, Inscricções e Belas Letras de Toulouse; da Academia das Ciências, Artes e Belas letras de Dijon; da Sociedade Físico-Matemática de Kasan; da Sociedade Matemática de França e do Instituto de Coimbra; Fundador e secretário-geral do Real Instituto de Lisboa (Sousa, 2010, p. 388).

Por iniciativa da delegação da Associação da Imprensa, presidida por Alberto Bessa, o tema do ensino profissional é posto em agenda. Três temas foram apresentados por Cabreira, delegado da Associação ao Congresso: uma intervenção sobre liberdade de imprensa em Portugal, uma outra sobre a jurisdição dos tribunais em matéria de imprensa e, finalmente, a 24 de julho de 1902, uma comunicação sobre o “Curso Profissional do Jornalismo”. Trata-se de um texto que revela, antes de mais, o nível de conhecimento dos jornalistas portugueses sobre as práticas formativas internacionais e a sua preocupação com a formação, não só como forma de qualificar profissionais para uma atividade cada vez mais complexa e exigente, mas também como meio de credibilização e afirmação profissional:

Na economia social, cabe à imprensa um **papel importantíssimo**, quase decisivo. Basta notar que é ela que **interpreta** perante a consciência nacional **todos os factos** sociais, políticos e económicos e que, portanto, devem os seus membros estar convenientemente habilitados para **proceder à crítica** dos diversos assuntos. Com menos razão exigem os governos determinadas provas de competência para os **professores**, cujo mister é de facto menos complexo e de menos responsabilidades (Cabreira, 1902, p. 8).¹⁴

Convicto da importância social e da complexidade da missão da imprensa, Cabreira usa um argumento legitimador, comparando o papel e função dos profissionais da imprensa aos professores. Estas palavras denotam, por outro lado, uma alteração assinalável que se prende com a própria consciencialização dos valores e papel do jornalista neste início do século. Em conjunto, porém, tais aspetos não deixam de indiciar uma pista relevante: a comparação de uma formação escolar dos jornalistas com a formação profissional dos professores, nomeadamente o setor que nesta classe era considerado mais importante e seguramente o mais numeroso, a dos docentes do ensino primário, formados nas escolas distritais do Magistério, nível, portanto, pré-universitário.

As metáforas do apostolado, do sacerdócio, do vate que teria por missão de vida orientar, doutrinar e educar as massas, muito comuns na perceção que os homens de letras veiculam, começam a ser substituídas por aspetos mais concretos da prática profissional, reveladores da progressiva autonomização dos profissionais da imprensa relativamente ao escol intelectual. Se, no texto enviado pela nata da nossa imprensa ao *Bureau*, quando da realização do I Congresso de Antuérpia em 1894, a imprensa era “o elemento civilizador por excelência” e o jornalismo “um apostolado grandioso”, em 1902, a voz da Associação da Imprensa tem já uma perspetiva mais realista do que deve ser um profissional da imprensa: um mediador que deve conhecer e dominar os diversos campos da realidade social, provendo a sua leitura

¹⁴ Negritos da nossa responsabilidade.

crítica, no respeito pelo “livre exercício das opiniões alheias, conscientemente fundamentadas, e a retidão inquebrantável de conduta, elementos essenciais para o prestígio e utilidade da imprensa” (Cabeira, 1902, p. 10).

A proposta de Cabreira avanta inclusive modelos de ensino, conteúdos a lecionar e possíveis cenários de operacionalização de uma Escola de Jornalismo. Reconhecendo que o plano de estudos de um curso profissional de jornalismo será difícil de consensualizar, em virtude da diversidade de saberes que deve contemplar e também das particularidades geopolíticas que afetam a prática profissional, não deixa, contudo, de sugerir que tal formação deve obrigatoriamente integrar i) um “conhecimento perfeito da língua nacional”; ii) técnicas de “taquigrafia”; iii) conhecimentos de “Geografia e História”, de “Direito e legislação nacional”; de “economia política, matemática e ciências físico-naturais”, de “filosofia, línguas e moral”. Longe ainda da estrutura e sistematização dos cursos internacionais congêneres, mas seguramente respaldado nesses exemplos, a proposta da Associação da Imprensa evidencia, em nosso entender, uma percepção: i) da complexidade do ensino de uma profissão que exige um espectro muito alargado de conhecimentos, dificilmente demarcáveis em termos de especialização; ii) das exigências culturais, mas também técnicas, dessa formação; iii) da necessária abertura internacional dos profissionais que são chamados a compreender e representar acontecimentos não limitados ao seu domínio geográfico; iv) das implicações deontológicas — ainda não formuladas nestes termos — da profissão.

Relativamente à operacionalização deste curso, Cabreira, ciente das dificuldades de implementação no quadro do ensino do país, avanta a hipótese de este dever ser um curso de iniciativa estatal, mas com incentivos e em articulação com privados (embora não especifique quais, não sendo difícil prever a procura de tirocínios e visitas de estudo junto de jornais, como *O Século*, ou da Imprensa Nacional, como era prática pedagógica da Academia de Estudos Livres¹⁵) e feito necessariamente no quadro do movimento das associações de classe. Isto é, um curso profissional de Jornalismo deveria ser pensado, construído e operacionalizado por profissionais do terreno, no interior das estruturas identitárias da classe.

O relatório dos delegados presentes neste congresso por parte da Associação dos Jornalistas, subscrito por Alfredo Mesquita, José Parreira e Mendonça e Costa, branqueia totalmente a proatividade das intervenções dos colegas da Associação da Imprensa. Sobre o ensino do

15 A Academia de Estudos Livres foi fundada em 1889 e, a partir de 1904, passa a ser Universidade Popular. “Esta associação assegura o funcionamento da Escola Marquês de Pombal (que possui ensino diurno e noturno, este último destinado a adultos), para além de dinamizar atividades diversificadas na área da chamada extensão cultural, de que é exemplo a realização de cursos, conferências e visitas de estudo. Entre os promotores destas iniciativas encontramos algumas das figuras de referência do campo pedagógico português, como Bernardino Machado, Adolfo Coelho e Álvaro Viana de Lemos. A Academia dedicou-se também à edição de publicações, com destaque para os Anais da Academia de Estudos Livres — Universidade Popular (1912-1916), uma espécie de órgão da associação, e para o periódico estudantil A Mocidade (1910-1911), formalmente propriedade de um Núcleo de Instrução da Academia de Estudos Livres” (Pintassilgo, 2011, p. 215).

Jornalismo, comentam superficialmente a conferência de Bühler, jornalista suíço presidente do Comité de organização do Congresso, que terá sido “vigorosamente aplaudida”, mas nada dizem acerca da proposta concreta do compatriota António Cabreira. Manifestam, inclusive, uma atitude cética relativamente à exequibilidade de um tal intento no nosso país:

Acerca do ensino profissional do jornalismo, o Dr. Bühler apresentou ao Congresso um relatório que foi vigorosamente aplaudido. Mencionamos o facto não na esperança de que ele possa constituir estímulo entre nós, mas no propósito de assinalar todas as novas ideias que o Congresso aceita e procura levar à prática a despeito de todas as desavenças (Mesquita, A. et al., 1903, p. 6).

Este silêncio pode ser lido como sintoma do mal-estar que sempre existiu entre as duas associações, porque representando fações, interesses e grupos diferentes dentro do campo da imprensa. A Associação dos Jornalistas, que representava a elite, e a Associação da Imprensa que integrava todos quantos viviam do jornalismo.

Em 1925, são aprovados os estatutos do primeiro sindicato dos profissionais da imprensa, que surge de uma transformação estatutária da Associação dos Trabalhadores da Imprensa, criada em 1904. É neste contexto que, pela primeira vez em documentação oficial, aparece a proposta de fundação de uma “escola de jornalismo”. No artigo 4.º dos Estatutos pode ler-se um conjunto de medidas prometidas com vista à defesa dos interesses profissionais da classe, entre os quais “estabelecer uma escola de jornalismo cujo programa, inspirado embora em exemplos estrangeiros, se deverá adaptar às necessidades do meio”. A História mostra-nos que não passou de uma intenção, pois seria preciso esperar meio século para que o ensino do Jornalismo fosse uma realidade em Portugal.

Conclusões

A maioria dos estudos sobre o ensino do jornalismo em Portugal situam o seu início no pós-25 de Abril, recuando no máximo até à década de 40 do século XX, em pleno Estado Novo (Sobreira, 2004; Coelho, 2015; Correia e Baptista, 2007). Na verdade, é com a Democracia e depois de mais de quatro décadas de ditadura, que o ensino do Jornalismo passa a integrar a academia.

Contudo, a viragem do século XIX para o século XX é um momento decisivo de construção dos alicerces da classe profissional dos jornalistas, na Europa e também em Portugal, e a reflexão sobre o ensino da profissão, no quadro da organização dos Congressos Internacionais da Imprensa que se realizam anualmente desde 1894, é parte integrante desse processo. A discussão acerca do ensino do jornalismo em Portugal acompanha as discussões internacionais, embora a sua concretização efetiva seja mais tardia. O atraso que o ensino

profissional do Jornalismo sofreu em Portugal em relação a outros países europeus, denunciado por Fernando Cascais (2008), explica-se por constrangimentos políticos posteriores ao período aqui em estudo¹⁶. Isto porque, na viragem do século, os jornalistas portugueses — e referimo-nos aos “novos jornalistas” que lutavam pela autonomia profissional e faziam da atividade o seu meio de sustento — revelam conhecer as discussões internacionais sobre a formação profissional bem como os modelos de ensino já implementados noutros países.

A obra que Alberto Bessa publica em 1904 não deixa dúvidas: “Se para escrever nos jornais se exigisse um título de habilitação, seguramente que os autores de tais escritos não poderiam conquistá-lo, por incapacidade; e a imprensa teria lucrado com isso” (Bessa, 1904, p. 280). Profundamente conhecedor do estado da questão em outros países do mundo e particularmente seduzido pela imprensa norte-americana, onde as primeiras escolas serviam também o interesse de barões da imprensa como Pulitzer, Alberto Bessa, ainda que de modo subtil, evoca a argumentação de mercado que, nesta viragem de século, começava a chegar ao mundo dos jornais¹⁷. Nesta obra, apontou, portanto, as primeiras escolas de jornalismo na América e na Europa, evidenciando um conhecimento circunstanciado dos conteúdos programáticos, do enquadramento institucional e dos modelos dos cursos (Bessa, 1904, pp. 230-232)¹⁸, o que aliás se refletiu na proposta que António Cabreira apresentou ao Congresso de Berna, em nome da Associação da Imprensa.

O debate acerca desta temática, no âmbito do movimento associativo nacional e internacional, embora inconsequente, na medida em que não se traduziu em concretizações, é revelador de um conjunto de especificidades que marcou a identidade profissional e que se prolongará pela segunda metade do século XX, despontando nos diversos momentos em que a discussão sobre o ensino do Jornalismo emerge.

16 A ditadura afastou o jornalismo da academia, ainda que a classe, mormente os seus representantes mais inconformados, tivesse dado sinais de querer contrariar o jugo do regime, sugerindo propostas de formação consistentes, refletidas e alinhadas com a tendência europeia (Coelho, 2015, p. 345). Jorge Pedro Sousa comenta “o retardamento do ingresso do Jornalismo no panorama dos cursos universitários” (Sousa, 2009, p. 3), adiantando que uma das causas para tal atraso, quando cotejado o contexto internacional, residiu na prolongada discussão, no seio profissional e na academia sobre a necessidade de formação superior de jornalistas. Esta questão é bastante interessante, mas não a desenvolveremos no âmbito deste capítulo, embora as raízes de alguns dos dilemas discutidos sobre o assunto no país encontrem as suas raízes no período aqui em estudo.

17 Veja-se, a este respeito, o que diz Pedro Coelho: No início do século XIX, quando o mercado começou a sustentar a imprensa industrial, os valores de base do jornalismo cederam aos impulsos financeiros. O ensino do jornalismo surgiu numa fase em que a *yellow press* se deixara aprisionar pelo sensacionalismo e pelas marcas do entretenimento. De alguma forma, a elevação do jornalismo ao estatuto de disciplina académica pretendeu ser a resposta do visionário Joseph Pulitzer aos efeitos desses primeiros sinais da deriva comercial do jornalismo. Pulitzer era, ele próprio, um empresário que conquistara sucesso nos seus jornais utilizando as fórmulas editoriais lucrativas que promoviam a venda em massa da imprensa de tostão” (Coelho, 2015, p. 292).

18 Sobre a importância desta obra de A. Bessa, vide Santos, 2004. Neste artigo, explica-se que a obra nasce de uma palestra proferida pelo jornalista em março de 1904, na sessão inaugural da Sociedade Literária Almeida Garrett, em Lisboa.

Entre essas características, destacamos: a instabilidade de fronteiras de um campo profissional, marcadamente “mestiço” (Ruellan, 2004; Correia e Baptista, 2007) e atravessado por tensões e lutas de valores e de modelos; as dicotomias inerentes ao ensino do Jornalismo, que traduzem diversas maneiras de ver a profissão e diferentes formas de legitimação profissional (geralmente traduzidas por dicotomias entre tarimba/ensino; vocação/formação; teoria/prática, especialização/generalização de saberes).

Referências bibliográficas

- Aziza, C.; Olivieri, C.; Strick, R. (Orgs.). (1978). *Dictionnaire des Types et Caractères Littéraires*. Fernand Nathan.
- Barreto, J. (1982). Os tipógrafos e o despotar da contratação colectiva em Portugal (II). In *Análise Social*. Vol. XVIII, n.º 70, 1.º, pp. 183-212.
- Bjork, U. J. (2016). First Internationals: IUPA and PCW (1894-1936). In K. Nordenstreng et al. (Orgs.). *A History of the International Movement of Journalists*, pp. 42-79. Palmgrave Macmillan.
- Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas. In *Media & Jornalismo*, n.º 13, pp. 55-77.
- Chanel, A. (1995). Anvers 1894: le premier congrès international de la presse. In *Journalisme. Etudes et documents*. Alphacom/CUEJ.
- Chanel, A. (2001). La modernité de la formation au journalisme. In *Communication et Langues*, n.º 128, 2^{ème} trimestre, pp. 81-95. https://www.persee.fr/doc/colan_0336-1500_2001_num_128_1_3077
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e Mercado. Os novos desafios colocados à formação*. LabCom.
- Correia, F.; Baptista, C. (2007). *Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo*. Caminho.
- Cunha, A. (1941). *Jornalismo Nacional. Das malogradas Associações de Imprensa à alvitada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa em 8 de maio de 1941. s/n.
- Delporte, C. (1995). *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France (du XVII^e siècle à nos jours)*. P.U.F. Col. "Que sais-je?".
- Dias, L. A. C. (2018). O "círculo da "Leitaria Costa": itinerários populares de uma cultura de rua na transição do século XIX para o século XX. In *Impossibilia. Revista Internacional de Estudos Literários*, n.º 17, Granada, 2017, pp. 52-82.
- Dias, L. A. C. (2017). Do claro busto de Minerva à dupla face de Jano, ou os anos dourados da imprensa. In: C. Gouveia (coord.) *Roque Gameiro na Imprensa: a desenhar e a documentar graficamente*, pp. 7-17. Casa Roque Gameiro.
- Dias, L. A. C. (2014). Elites intelectuais. In M. F. Rollo (coord.) *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, pp. 1114-1117. Vol. I. Assembleia da República.
- Dias, L. A. C. e Peixinho, A. T. (2018). O intelectual, o artista e as massas na cultura portuguesa finissecular. *Estudos do Século XX*, n.º 18, pp. 136-151.
- Durand, P. (2012). Presse ou médias, littérature ou culture médiatique? Question de concept. In *COnTextes*, n.º 11. <http://journals.openedition.org/contextes/5392>
- Ferenczi, T. (1993). *L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX^e siècle*. Plon.
- Fidalgo, J. (2008). *O Jornalista em construção*. Porto Editora.
- Freire, J. P. (1926). *Escolas de Jornalismo. Temas Profissionais*. Editora Educação Nacional.
- Garcia, J.L. (2009). *Estudos sobre os jornalistas portugueses*. ICS.
- Gomes, J. F. (1980). *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Livraria Almedina.
- Goulet, V. (2011). Dick May et la première école de journalisme en France. Entre réforme sociale et professionnalisation. In *Questions de Communication*, n.º 16, pp. 27-44.
- Melo, J. M. de (2004). Os primórdios do ensino do Jornalismo. In *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 1, n.º 2 — 2.º Sem., pp. 73-83.
- Miranda, P. G. (2014). *De políticos e escritores a jornalistas profissionais: jogos de identidade (1865-1925). As origens do arquiteto da informação*. Chiado Editora.
- Miranda, P. G. (2008). As origens do jornalismo profissional em Portugal: uma incursão pelas estruturas empresariais (1865-1925). In M. de M. Lemos; M. Pinto (Orgs.). *Comunicação e Cidadania: atas do 5.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (1511-1531). CECS/UM.
- Nordenstreng, K. et al. (2016). *A History of the International Movement of Journalists*. Palmgrave Macmillan.
- Peixinho, A. T. (2010). *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. FCG/FCT.
- Peixinho, A. T. (2009). Introdução. In Queirós, E. de (2009). *Cartas Públicas*, pp. 15-81. Edição Crítica de Ana Teresa Peixinho. INCM.
- Pintassilgo, J. (2011). As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX. O exemplo da Academia de Estudos Livres. In M. M. C. de Carvalho; J. Pintassilgo (Orgs.) *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas*, pp. 215-244. Editora da Universidade de São Paulo.
- Rieffel, R. (1984). *L'élite des journalistes*. P.U.F.
- Ruellan, D. (2004). Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo. In *Comunicação e Sociedade*, n.º 5, pp. 9-24.
- Santos, R. (2004). Alberto Bessa e a sua história do jornalismo — uma memória de cem anos. In *Atas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II Ibérico* (193-201), Vol. IV. SOPCOM.
- Sardica, J. M. (2012). O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In *Análise Social*, n.º 203, XLVII (2.º), pp. 344-368.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*. Livros Horizonte.
- Sobreira, R.M. (2004). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). In *Media & Jornalismo*, n.º 3, pp. 17-36.
- Sousa, J. P. et al. (Coord.) (2010). *O pensamento jornalístico português: das origens a Abril de 1974*. LabCom.
- Sousa, J. P. (Coord.) (2011). *Achegas à construção do pensamento jornalístico português*. Bocc/LabCom.
- Sousa, J. P. (2009). *A discussão sobre a introdução do ensino do Jornalismo em Portugal: das primeiras menções ao primeiro curso de graduação*. Bocc/UBI.
- Vaillant, A. (2004). La presse au miroir de la littérature. In M.-E. Thérenty; A. Vaillant (Dirs.) *Presse & Plumes. Journalisme et Littérature au XIX^e siècle*, pp. 13-15. Nouveau-Monde Editions.
- Valente, J. C. (1998). *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses: 1834-1934*. Sindicato dos Jornalistas.
- Vargues, I. N. (2003). A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes? In *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n.º 24, pp. 157-175.

Fontes

- Aranha, P. B. et al. (1894). *1.º Congresso Internacional de la Presse (1894 — Anvers). Rapport de la Section Portugaise*. Imprimerie Universelle.

- Bataille, A., Oeker, P. (1899). L'Enseignement Professionnel du Journalisme. In *Compte Rendu des Travaux du 5^{ème} Congrès International de la Presse*. Lisbonne (126-136). Imprimerie Gounouilhou.
- Bessa, A. (1904). *O Jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.
- Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa*. Ano I, n.º I (1926) e Ano II, n.º 2, (1927).
- Bramão, A. (1899). *O Jornalismo: Conferência Realizada na Sede da Associação dos Jornalistas de Lisboa*. Tipografia da Rua da Barroca.
- Compte-Rendu des Travaux du 2^{ème} Congrès International de la Presse*. Bordeaux, 1895. (1896) Imprimerie Gounouilhou.
- Cabreira, A. (1902). *Discursos proferidos no Congresso Internacional da Imprensa em Berne pelo Delegado da Associação da Imprensa Portuguesa*. Tipografia do Comércio.
- Mesquita, A. et al. (1903). *Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa*. Tipografia Universal.
- Estatutos da Associação da Imprensa* (1898). Imprensa Nacional
- Estatutos da Associação dos Jornalistas de Lisboa* (1896). Tipografia Universal.
- Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa* (1925). Papel. e Tip. Casa Portuguesa
- Regulamento Interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa* (1914). Tipografia Universal.

A formação dos jornalistas na viragem de oitocentos para novecentos

*The training of journalists at the turning of eight
hundred to nine hundred*

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra | CEIS2o
apeixinho71@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-4533-7921](https://orcid.org/0000-0002-4533-7921)

Luís Augusto Costa Dias

Universidade Nova de Lisboa | IHC
luiscostadias@fcsh.unl.pt
ORCID ID: [0000-0003-0807-6272](https://orcid.org/0000-0003-0807-6272)

Resumo: Ao longo do século XIX *ser jornalista* era uma ocupação reservada a *homens de letras e homens de leis*, que viram na imprensa uma plataforma de intervenção e reconhecimento público. Contudo, no último quartel do século a situação alterou-se, perante uma mudança no mercado dos bens simbólicos, e foi este o período determinante na autonomização do jornalismo enquanto profissão autónoma numa modernidade inscrita na viragem para o século XX. Um dos aspetos decisivos para a profissionalização, e que pode ajudar a compreender as tensões e disputas simbólicas no campo intelectual por parte de um setor emergente e crescente de jornalistas, é precisamente a formação da classe. No caso do jornalismo português, o estudo da formação de jornalistas tem sido feito a partir de meados do século XX (Sobreira, 2003), havendo poucos dados concretos sobre as competências técnicas e formativas dos jornalistas do período agora em estudo. É no quadro do movimento associativo de final do século, a partir de 1880, que o ensino da profissão entra de alguma forma no horizonte. Sabe-se também que, além do caso norte-americano (Mollier *et al.*, 2006), em contextos similares europeus, este é um campo essencial para a compreensão da construção identitária da classe, com repercussões na sua legitimação simbólica e com consequências concretas no robustecimento do espaço público (Delporte, 1999; Cornu & Ruellan, 1993). Esta abordagem procura saber o que se passou em Portugal: através de fontes primárias e testemunhos de época, compreender que formação tinham os jornalistas que, na viragem de oitocentos para novecentos, alimentavam redações de grande dimensão, como em jornais de espectro tão diferenciado como o *Diário Ilustrado*, *O Século* ou *O Mundo*, o que nos leva a estudar formas de acesso à cultura e à aprendizagem, fenómenos de autodidatismo e de educação informal que se refletem no Jornalismo e permitem definir a sua *escola*.

Palavras-chave: ensino profissional; ensino informal; associativismo; jornalistas; homens de letras.

Abstract: Throughout the 19th century, being a journalist was an occupation reserved for men of letters and men of laws, who saw the press as a platform for intervention and public recognition. However, in the last quarter of the century, the situation changed, due to a change in the market of symbolic goods, and this was the decisive period in the autonomy of journalism as an autonomous profession in a modernity inscribed in the turn to the 20th century. One of the decisive aspects for professionalization, which can help to understand the tensions and symbolic disputes in the intellectual field by an emerging and growing sector of journalists, is precisely the formation of the class. In the case of Portuguese journalism, the study of the training of journalists has been carried out since the mid twentieth century (Sobreira, 2003), but there is little concrete data on the technical and training skills of journalists in the period now under study. It is within the framework of the associative movement at the end of the century, from 1880 onwards, that the teaching of the profession enters in some way on the horizon. It is also known that, in addition to the North American case (Mollier *et al.*, 2006), in similar European contexts, this is an essential field for the understanding of the construction of identity of the class, with repercussions on its symbolic legitimation and with concrete consequences in the strengthening of the public space (Delporte, 1999; Cornu & Ruellan, 1993). The approach of this study seeks to describe what happened in Portugal, through primary sources and testimonies of the time, to understand the training of the journalists who, at the turn of the 19th Century to the 20th Century, fed the newsrooms of large newspapers, such as *Diário Ilustrado*, *O Século* or *O Mundo*, which leads us to study forms of access to culture and learning, phenomena of self-didacticism and informal education that are reflected in Journalism and allow us to define its School.

Keywords: professional training; informal education; associative movements; journalists; men of letters.

Proposta de abordagem

A construção da profissão de jornalista em Portugal remonta aos finais do século XIX, pois foi sobretudo na viragem de século que começou a fermentar uma consciência de classe, estimulada pela mudança no mercado dos bens simbólicos e pela aceleração da cultura de massas (Costa Dias, 2017, p. 7). Tal aconteceu num contexto combinado de mudanças de fundo nos finais da monarquia constitucional que concorreu para a afirmação da identidade profissional da classe: à combinação fundamental de “aceleração das migrações, da urbanização e da industrialização” como em toda a Europa culta (Kalifa, 2001, p. 4), juntou-se no nosso país a grande instabilidade e agitação, perante a qual os jornais foram importantes palcos de discussão política e ideológica (Sardica, 2012), com um evidente aproveitamento do poder mediático por parte do campo político republicano, de extracto pequeno-burguês, cujo programa colhia especial apoio social nas massas urbanas; em sobreposição, a revolução tecnológica com impacto nas formas de produção e consumo, com novas formas de mediação e consequente alargamento a um espaço público ampliado (Costa Dias, 2018; Peixinho & Costa Dias 2015; Sardica, 2009); e, não menos, a alteração do cenário social nos meios urbanos, com a afirmação do setor terciário, do comércio aos serviços, incluindo particularmente, para o que aqui nos interessa, o campo intelectual (Costa Dias, 2018).

Um dos sintomas dessa consciência de classe, indício de autonomização profissional dos jornalistas portugueses, é precisamente a discussão acerca do ensino e da formação da classe, que assoma neste período e é marcada por tensões e impasses que podem também ajudar a compreender as disputas simbólicas no campo intelectual por parte de um setor emergente e crescente dos novos jornalistas. Para Jorge Pedro Sousa, “a reflexão sobre o ensino do Jornalismo em Portugal acompanhou não só o processo de gradual profissionalização (...) como também a tendência de se considerar o jornalismo uma profissão técnica passível de ser ensinada como outras profissões liberais” (Sousa, 2009, p. 29).

No caso do jornalismo português, o estudo da formação de jornalistas tem sido sobretudo feito a partir de meados do século XX — veja-se, por exemplo, o estudo sistemático sobre o ensino e a profissionalização dos jornalistas portugueses entre 1933 e 1974 em Sobreira (2003) —, havendo poucos dados concretos sobre as competências técnicas e formativas dos jornalistas no período aqui em estudo. Sabe-se que foi no quadro do movimento associativo de final do século, sobretudo a partir de 1880, ano da constituição da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, que a problemática do ensino da profissão entrou no horizonte (Cunha, 1941). Sabe-se também que, para além do caso norte-americano (Mollier *et al.*, 2006), em contextos similares europeus, nomeadamente em França, este é um campo essencial para a compreensão da construção identitária da classe, com repercussões na sua legitimação simbólica e com consequências concretas no robustecimento do espaço público (Delporte, 1999; Cornu & Ruellan, 1993).

Para Thomas Ferenczi, em 1888, os jornalistas não eram ainda reconhecidos como uma classe homogênea e já na última década do século havia, em França, quem rejeitasse a ideia da necessidade de uma preparação profissional específica (Ferenczi, 1993, pp. 243-258). Christian Delporte, por seu lado, assinala como, em 1880, Edouard Chardon, no seu *Dictionnaire des Professions*, recusava o estatuto profissional à classe dos jornalistas, argumentando não existir nenhuma aprendizagem específica para a função, nem nenhum diploma ou certificado para a ela aceder (Delporte, 1995, p. 13). Tal como em França, em Portugal, durante quase todo o século XIX, *ser jornalista* era sobretudo uma ocupação subsidiária de homens de letras e políticos, que, numa ótica instrumental, usavam a imprensa como importante plataforma de reconhecimento público e meio eficaz de luta partidária (Peixinho & Costa Dias, 2018).¹

Esta abordagem procura saber o que se passou em Portugal: através da consulta de fontes primárias e testemunhos de época, compreender que formação tinham os jornalistas que, na viragem de oitocentos para novecentos, alimentavam já redações de grande dimensão, como em jornais de espectro tão diferenciado como o *Diário Ilustrado*, monárquico, *O Século*, tendencialmente desalinhado, embora com laivos de simpatia republicana que vinham da sua origem, ou *O Mundo*, republicano (Costa Dias, 2014), o que nos leva a estudar formas de acesso à cultura e à aprendizagem, fenómenos de autodidatismo e de educação informal que se refletem no Jornalismo e permitem definir a especificidade da *escola* então seguida.

Assim, seguir-se-ão duas vias de acesso, permitindo cruzar a dimensão documental com a dimensão teórico-cultural: 1) a que permite aferir da consciencialização, por parte da classe, da necessidade de formação, que será percebida pelo cotejo da documentação publicada pelas associações profissionais; 2) a que permite identificar, descrever e compreender instrumentos, formas e meios de educação informal dos jornalistas neste período, sob a falta de enquadramento institucional.

Uma civilização do impresso

O jornalismo moderno nasceu em Portugal sob um panorama de transformações combinadas, a diversos níveis da sociedade, que potenciaram um novo desenvolvimento urbano

¹ Pelo menos desde a década de 20, o homem de letras que pretendesse fazer carreira literária e ganhar notoriedade sabia que o seu sucesso literário dependia da publicidade mediática (Kalifa e Thérenty, 2011, p. 1499). José Tengarrinha, aliás, explica o incremento da qualidade da escrita dos jornais portugueses de oitocentos precisamente pelo protagonismo que os escritores tiveram na imprensa entre 1820 e 1880 (Tengarrinha, 1989). Em contexto português, ao longo da primeira metade do século, o Jornalismo foi lentamente angariando algum prestígio e, no último quartel do século, encontramos jornalistas socialmente prestigiados: “É o caso de António Rodrigues Sampaio, exclusivamente jornalista, que foi várias vezes deputado, ministro e até presidente do Conselho; de José de Sousa Bandeira, respeitado e admirado nos meios intelectuais e sociais; de Teixeira de Vasconcellos, Lopes de Mendonça, Pinheiro Chagas, Latino Coelho, Rebelo da Silva, Mendes Leal (...)” (Tengarrinha, 1989, p. 192).

e criaram um quadro de efeitos multiplicadores de crescimento no campo cultura, constituindo o conjunto de incidências históricas na criação de um novo espaço público. Numa perspetiva de história cultural e social, importa resumir aqui os aspetos de maior importância para sustentar a tese que ora esboçamos.

O arranque dessas transformações remete, antes de mais, para os resultados mais relevantes do “fomento” da política “fontista”, com particular expressão na rápida construção das vias de comunicação na segunda metade do século XIX português, acelerada nas décadas de 1870 e 1880 — tanto a rede dos caminhos-de-ferro (Alegria, 1990, p. 239 e ss.) como a do telégrafo elétrico (Rollo 2009, pp. 51-96) que encurtaram espaço e tempo em termos reais e permitiram, portanto, alterar o ritmo das mobilidades, antes de mais das pessoas. A migração interna, sem precedentes, do interior para o litoral e dos campos para os meios urbanos, foi um fenómeno de igual importância ao desenvolvimento da informação pelos meios de comunicação da época

O impacto migratório nas cidades tem direta relação com a mudança do clima social e cultural urbano: numa pressão demográfica que obrigou, nalguns casos, a um aumento da periferia do seu território, considerável no caso de Lisboa; o crescimento populacional foi acompanhado de uma modernização urbana (Silva, 1989), a par de importantes transformações nas atividades socioprofissionais e no acesso à cultura e aos objetos culturais.

A explosão da imprensa em Portugal na segunda metade de oitocentos teve, como em França, o seu “epicentro” nos anos 1860 (Kalifa, 2000), altura em que, no nosso país, o aumento de títulos criados mais do que duplicou em relação às duas décadas anteriores, com uma média de quase 65 jornais criados por ano, sendo um desses o pioneiro *Diário de Notícias*, criado em 1864, ano I da imprensa de massas. Na década de 1880 e seguinte, momento em que *O Século*, fundado em 1881, iniciou a sua trajetória dominante que durou quase meio século, a imprensa de massas atingiu o ponto decisivo de viragem, dobrando uma vez mais o número de novos cabeçalhos em relação ao período anterior, agora com quase 145 títulos novos por ano (Costa Dias, 2018). Nem as tiragens são despidiendas: entre 1880 e 1918, num exemplo extremo, *O Século* passou de 8 mil para 200 mil exemplares tirados diariamente (Costa Dias, 2018).

O crescimento urbano implicou um novo espaço público, tanto ao nível de novas modalidades de acesso à cultura como de novos públicos e diferenciadas formas de receção dos objetos culturais, de alteração de vivências e sociabilidades num contexto citadino em mudança (Peixinho & Costa Dias, 2015). A principal mudança respeita ao desenvolvimento do que designamos por *cultura de rua*, na baixa classe média e na base da pirâmide social urbana, sem os quais não poderia falar-se de uma cultura de massas: não obstante a manutenção do predomínio cultural da classe média típica do liberalismo clássico, neste período entram em concorrência interesses culturais provenientes das classes sociais criadas pela revolução da terciarização, mas também por um novo impulso da industrialização.

No domínio social, cresceram e diversificaram-se as profissões urbanas e a quantidade dos seus efetivos, ampliando o número de empregados nas repartições, no comércio em geral, nos transportes urbanos, nas comunicações interurbanas, nas casas de espetáculos ou na estrutura das organizações associativas. Trata-se de profissões do setor terciário que exigem, pelo menos, um mínimo de funções intelectuais que tornaram possível formas de ascensão e afirmação social, em maior ou menor escala. Além destas, não podem ser esquecidas as profissões intelectuais propriamente ditas, então estatisticamente reunidas na designação genérica (e pobre, para nós, historiadores) de “profissões liberais”, que duplicaram entre 1900 e 1911, mesmo que os seus efetivos em atividade representassem pouco mais que 1/3 do total de recenseados na categoria (*Anuário* 1900, pp. 54-55; 1911, p. 53)²; além do contínuo aumento de engenheiros e arquitetos mobilizados pelo desenvolvimento do urbanismo, de médicos, enfermeiros e auxiliares de saúde convocados pela expansão do higienismo, cresceram os profissionais ligados à literatura, ao jornalismo e ao ensino, num campo literário então muito híbrido cujos protagonistas provinham ainda de outras profissões liberais ou mesmo do funcionalismo, alguns mesmo oriundos dos meios populares (Costa Dias, 2019b).

O movimento associativo e o polémico ensino do Jornalismo

O ano de 1880, em que se celebrou o tricentenário camoniano, é um marco importante no caminho pela qualificação e autonomização profissional do jornalista, precisamente porque coincide com o ano da fundação da primeira associação profissional: a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses³. Embora o nome e os estatutos desta associação remetam para um universo em que escritores e jornalistas participavam ainda de um mesmo estatuto socio-profissional, se quisermos um mesmo campo literário ainda homogéneo, na realidade a convivência deixara de ser pacífica e estava à beira da rutura. A partir do momento em que os jornais se massificaram e a informação ganhou valor comercial, as redações dos jornais passaram

2 Daí poder concluir-se que uma parte importante destes profissionais possuíam outras fontes de subsistência.

3 A arqueologia do movimento associativo obriga a que se tenha em consideração um conjunto de associações que, ao longo do século XIX, foram aparecendo. Alfredo Cunha dá conta da Sociedade de Homens de Letras, tentada em 1870, por iniciativa de Teixeira de Vasconcelos, então diretor da *Gazeta de Portugal*, ao qual se associaram Ramalho Ortigão, Pinheiro Chagas, Andrade Corvo e Rodrigues Sampaio, este último diretor da Revolução de Setembro, com o intuito de “substituir a força da associação à fraqueza do isolamento, para defender e fazer valer, pelo poder comum, os interesses morais e materiais dos seus membros em geral e de cada um em particular” (Cunha, 1941, p. 12). José Carlos Valente, no estudo do Sindicato dos Jornalistas, publicado em 1988, conta entre 1836 e 1870 cinco associações que fazem parte da pré-história do associativismo da classe (Valente, 1988, pp. 14-18). Também Isabel Nobre Vargues refere um conjunto de associações que, na primeira metade do século, no quadro da instauração do regime liberal, apareceram em Portugal: Sociedade dos Amigos das Letras (1823 e 1836), a Academia Lisbonense das Ciências e das Letras (1843), o Grémio Literário (1846), Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa (1846), Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes de S. Miguel (1848), a Associação Tipográfica Lisbonense (Vargues, 2003, p. 168).

a alimentar-se de um conjunto crescente de profissionais — entre noticiaristas e redatores, repórteres, informadores e revisores, para além de uma combativa classe de tipógrafos — que não tinham o estatuto social nem a projeção cultural dos homens de letras, mas que eram essenciais para manter as publicações e viviam exclusivamente da atividade jornalística.

Entre escritores e jornalistas eclodiram, portanto, tensões, e a representação extremamente negativa do jornalista na literatura da época foi disso um claro sinal. Em um dos panfletos de *Os Gatos* em 1890, dedicado à imprensa da capital, Fialho de Almeida ataca, com a sua característica acidez, a classe dos repórteres, o “caixeiro de fora do jornal”:

Pela subalternidade do ofício, e pela classe vaga e incompleta de indivíduos donde entre nós o repórter é tirado, pressupõe-se que este funcionário não exceda um nível de cultura abaixo do mediano, nem na maior parte dos casos possa gabar-se dum dom de penetração por aí além. [...] Sai dos *déclassés* que as escolas rejeitaram, e dos tipos frustes que se quiseram eximir às profissões francamente laboriosas e correntes. Não é um homem de letras, e por outro lado falta-lhe educação que o transforme num crítico incisivo dos acontecimentos que desfilam; é literatiço falho, artigoleiro sem predicados de moralista (Almeida, 1937, p. 95).

Vale a pena determo-nos neste ataque corrosivo e impiedoso do escritor, porque ele reflete precisamente o modo como o profissional da imprensa viu nascer a sua autonomia profissional: em tensão e confronto, por comparação com a elite cultural das letras nacionais. E porque esta crítica elenca aspetos com valor fundacional no modo como a questão do ensino foi tratada doravante. Um ofício subalterno, feito por indivíduos de fruste cultura e instrução duvidosa, sem capacidade de influência pública, definido pela negativa como não sendo um homem de letras e sem capacidade crítica: vê o repórter como uma profissão de recurso, frustrada. Descontando as hipérboles caricaturais da verrinosa pena de Fialho, este parágrafo condensa um conjunto de questões que evidenciam a rutura no campo cultural português, fratura essa desencadeada no seio da imprensa. Em última instância, reconhecia que o espaço do jornal não era já a livraria do escritor ou o café da boémia, mas o lugar da redação que Raul Brandão via “em forja rubra, a certas horas da tarde ou da noite” (Brandão, 1998, p. 212), e, próximas, o bazar de refeições e a leitaria como novo território de sociabilidade (Costa Dias 2019b).

O estudo do movimento associativo de final do século é bastante eloquente relativamente a estas tensões. A criação da Associação da Imprensa Portuguesa, em 1897, de iniciativa dos jornalistas Alberto Bessa, José de Lemos, Vieira Correia e Ludgero Viana, é desencadeada como reação à Associação de Jornalistas criada no ano anterior e que reunia, nas palavras Alfredo da Cunha, a “aristocracia da imprensa”, integrando apenas “escritores tironcinados e categorizados, de reputação feita no meio literário português” (Cunha, 1941, pp. 24-25), excluindo uma cada vez mais numerosa classe de repórteres e redatores indispensável aos novos jornais.

Apesar de tudo, é no âmbito do movimento associativo que emergem as primeiras reflexões, ainda que tímidas e inconsequentes, sobre a importância da formação e do ensino para a credibilização profissional. Alberto Bessa foi, neste âmbito, figura fundamental, jornalista de longa carreira desde os 18 anos entre redações no Porto e em Lisboa (Santos, 2005); e, além disso, alimentou bastos conhecimentos sobre a imprensa nacional e internacional que carregou na obra mais informada desse tempo (Bessa, 1904). Aí apontou as primeiras escolas de jornalismo na América e na Europa, uma das quais nos Estados Unidos, por iniciativa de Joseph Pulitzer, diretor do *The World* e cujo programa, a lecionar em dois anos, entregou ao cuidado de Charles Eliot, professor da Universidade de Harvard. Portugal estava, contudo, ainda muito longe de fundar o seu primeiro curso superior em Jornalismo, o que só ocorreria, como é sabido, após a queda do Estado Novo⁴, mas a questão da formação e do ensino desta classe profissional estava já incrustada no período que aqui se analisa, no quadro da constituição das associações profissionais e da organização dos Congressos Internacionais da Imprensa, cuja 5.^a edição decorreu em Lisboa sob o concurso da Associação da Imprensa Portuguesa, fundada em 1897.

A leitura da documentação emanada por estas associações, permite, de facto, detetar tanto a consciência de uma formação especializada como instrumento de afirmação profissional, quanto uma noção da importância dos saberes e da cultura que a prática jornalística tinha condições de ampliar, para além de um perfeito conhecimento das experiências estrangeiras. Alfredo Cunha considera a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses “o embrião ou precursor duma escola de jornalistas semelhante àquelas mais tarde preconizadas no Congresso Internacional da Imprensa” (Cunha, 1941, p. 13), referindo-se à intervenção de Albert Bataille no V Congresso de Lisboa⁵ sobre o ensino profissional do Jornalismo. Esta é uma afirmação manifestamente otimista: primeiro porque as propostas do jornalista francês

4 “O ensino superior do jornalismo em Portugal é relativamente recente e particularmente tardio quando comparado com o contexto internacional. Apesar de o primeiro curso superior de Comunicação Social ter nascido no setor privado, ainda no início da década de 1970, o contributo da Escola Superior de Meios de Comunicação Social (ESMCS), em Lisboa, foi muito fugaz, tendo o seu fim sido ditado pela revolução de 1974. Considera-se, por isso, que as primeiras licenciaturas nesta área só foram criadas posteriormente, na Universidade Nova de Lisboa (UNL), em 1979, e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em 1980” (Peixinho et. al., 2016, p. 22). Jorge Pedro Sousa comenta “o retardamento do ingresso do Jornalismo no panorama dos cursos universitários” (Sousa, 2009, p. 3), adiantando que uma das causas para tal atraso, quando cotejado o contexto internacional, residiu na prolongada discussão, no seio profissional e na academia sobre a necessidade de formação superior de jornalistas. Esta questão é bastante interessante, mas não a desenvolveremos no âmbito deste trabalho, embora as raízes de alguns dos dilemas discutidos no país encontrem as suas raízes no período aqui estudado.

5 O jornal *Ocidente* dedica um número a este congresso, descrevendo detalhadamente participantes e programa. Sabe-se que estiveram presentes 347 jornalistas de 18 nacionalidades diferentes (a maioria europeus), sendo que um terço eram franceses e havia 44 portugueses. Além dos congressistas, 47 “damas” assistiram aos trabalhos e participaram nos faustos programas sociais preparados para a ocasião. A sessão inaugural, em que o rei D. Carlos discursou, decorreu a 26 de setembro de 1898, na Sociedade de Geografia em Lisboa. A peça, descreve os temas das sessões, entre os quais se encontra a intervenção de Albert Bataille, mas não desenvolve qualquer conteúdo ou discussão. Foca-se, sobretudo, na dimensão social do evento, cujo grande feito foi “tornar o reino de Portugal melhor conhecido lá fora”.

no Congresso não encontraram a ressonância devida (se, em França, no ano seguinte e em colaboração com *Le Figaro*, é fundada a primeira escola superior de Jornalismo, em Portugal, não se deteta sequer nenhuma manifestação ou tentativa para que tal aconteça); em segundo lugar, porque, na verdade, não há vestígios que indiquem ter sido o ensino profissional do Jornalismo uma preocupação da Associação fundada em 1880, o que não deve confundir-se com o paternalismo mais ou menos sincero nas referências às necessidades de educação do povo.

Apesar destas reservas, o que parece evidente entre os seus membros é o desejo de ilustração do país e a consequente elevação do nível da imprensa. Não é coincidência que ela tenha sido criada no ano da comemoração do tricentenário camoniano, tendo mesmo liderado o programa das comemorações do escritor. Camões, o poeta, era o símbolo do “ideal dos progressos da pátria”, nas palavras dos autores das Bases da Associação⁶. Como explicita C. Godolfim no artigo que escreve para o Boletim saído em 1884:

A Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, nascendo da solenização dum grande facto nacional, veio erguer uma força poderosa, reunindo todas as atividades intelectuais, num pensamento grande e levantado, qual é o da solidariedade (Godolfim, 1884, p. 18).

Os estatutos, redigidos por Eduardo Coelho e Magalhães Lima, são compostos por 25 artigos cuja leitura permite inferir que a educação e a formação, seja dos seus sócios, seja dos cidadãos, eram, na verdade, um objetivo da Associação: “elevar o nível da imprensa” (Art. 2.º, § 1) e “influir o mais diretamente que possa nos progressos da literatura, das ciências, das artes, da educação e instrução pública” (Art. 2.º, § 2) são dois desideratos estatutariamente consagrados. A criação de uma Biblioteca do Jornalismo Português e de um gabinete de leitura são também dois fins plasmados nos estatutos de 1880 que pretendem pôr à disposição de todos os associados livros, jornais e telegramas, bem como “os elementos necessários para os sócios poderem trabalhar, escrevendo seus artigos, correspondências ou quaisquer composições literárias” (Art. 6.º, § 2). A intervenção educativa também se projeta no conjunto de iniciativas culturais, desde exposições, a conferências ou cursos, sobre todas as matérias e ramos do conhecimento (Art. 7.º).

De resto, as associações criadas posteriormente (Associação dos Jornalistas⁷, em 1896; Associação da Imprensa, em 1897; Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa, em 1904, que dará origem, em 1924, ao Sindicato dos Profissionais da Imprensa) manifestam precisamente o mesmo desígnio, consagrando-o estatutariamente: “elevar o nível intelectual

6 Subscvem as Bases: Rodrigues da Costa, Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Magalhães Lima, Pí-nheiro Chagas, Jaime Batalha Reis e Eduardo Coelho.

7 O nome desta associação por vezes aparece com complemento: Associação dos Jornalistas de Lisboa.

e moral da imprensa” e contribuir para o progresso civilizacional da nação. Só em 1925, porém, quando da aprovação dos Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, que veio substituir a Associação dos Trabalhadores da Imprensa, se explicita a intenção de fundar uma escola de jornalismo “cujo programa, inspirado embora em exemplos estrangeiros, se deverá adaptar às necessidades do meio” (*Estatutos SPIL*, 1925).

Níveis e espaços de aprendizagem

Para lá dos debates possíveis e do enquadramento institucional adverso, resta avaliar a realidade concreta dos níveis de aprendizagem na carreira jornalística, uma vez dados os primeiros passos na autonomização profissional, desentranhada de um campo intelectual híbrido e até então homogêneo em que escritores e jornalistas haviam comungado um mesmo espaço. Sem escola de formação específica, os novos jornalistas seguiam uma escola de tarimba iniciada como “aventura”, palavra comumente aplicada em inúmeros depoimentos ou memórias da época. Tais eram os que se sentiam impelidos para o desempenho de uma atividade que era considerada nova: em plena viragem de século, *ser jornalista* significa já a profissão de *repórter* que, segundo memória de um redator do *Diário de Notícias*, Acúrsio Ferreira, “é hoje a primeira figura do jornalismo em qualquer parte do mundo” (*Uma Hora de Jornalismo*, 1928, p. 1), ambicionando fazer “vida de *repórter*”, como Hermano Neves (*Uma Hora de Jornalismo*, 1928, p. 93).

Com a multiplicação das redações, a diversificação de títulos para diferentes públicos e o aumento de efetivos nos jornais, integrados já na carreira ou elementos marginais, a “aventura” jornalística abriu portas a um ingresso sem exigências de formação ou, melhor, a uma formação genérica que passava pelo autodidatismo, pela “sensibilidade de repórter” (*Uma Hora de Jornalismo*, 1928, p. 69) e por uma tarimba do afã entre as redações e a rua — uma *escola* paralela e concorrente à aprendizagem formal a que poderemos chamar “boémia jornalística” (Abreu, 1928).

Pensamos, porém, ter importância bem mais relevante a proveniência popular dos efetivos nas redações ou em seu torno: tanto repórteres como os chamados *informadores*, os revisores ou os tipógrafos, espécie de elite operária ou já aburguesada que, em alguns casos limite, chegaram a atingir um patamar superior na escala social, cultural e política. É certo que uma parte importante da metodologia de trabalho teria de passar por um rastreio biográfico mais sistemático e apurado que o que atingimos até ao momento, mas nem por isso o ponto das pesquisas a que chegámos e os indicadores apontados desautorizam uma perspetiva de conjunto.

Num momento de afluxo demográfico para os meios urbanos, aliás sem precedentes como se afirmou anteriormente, a via mais significativa de formação cultural dos recém-chegados, sem meios de sustentação para a frequência escolar regular e sucessiva, foi o

autodidatismo, que começava nessa instituição informal, aliás subterrânea, dos *mestres* ou *mestras de rua* que ensinavam a ler e a escrever à criançada pobre que “garotava pelas ruas”; mas ainda as pequenas salas particulares ou “modestas escolas” abertas em andares (Marques, 1935, pp. 14, 17), que conferiam básicos instrumentos de alfabetização com poucos custos. Literacia à parte, a vontade de prosseguir uma elevação social franqueava, de seguida, outro nível, o do associativismo cívico ou profissional, sendo de destacar, por exemplo, o papel da *Voz do Operário* e do seu jornal homónimo que, em 1908, tirava 50 mil exemplares por semana (Costa Dias, 2014a). Neste percurso complexo de níveis de aprendizagem informal, o lugar superior podia ser atingido numa Academia de Estudos Livres, aliás bastante dinâmica e pedagógica, fundada em 1889 e transformada em Universidade Popular em 1904 (Costa Dias, 2018). O percurso não era linear nem repetido por todos os que ascendiam a partir da base da pirâmide social urbana: alguns mantinham-se ao nível dos primeiros passos desta formação alternativa, como foi o caso de Adriano Costa, do *Diário de Notícias*, de quem Acúrcio Pereira dizia ter “um espírito de autêntico *repórter* que supria com um notável instinto a sua falta de cultura” (*Uma hora de jornalismo*, 1928, p. 3).

Ora, não descurando o pano de fundo de uma luta pela defesa ou obtenção de um capital simbólico, o traço comum na ascensão cultural destes indivíduos estava em que o campo literário lhes estava cada vez mais vedado e o novo campo jornalístico se lhes abria como oportunidade (mesmo com dificuldades, mas com persistência e sacrifício que a maioria deles denota) de ingressar no vasto mundo das letras capaz de lhes conferir visibilidade pública.

Conclusões

Algumas conclusões se impõem no estudo do problema que aqui se coloca. A possibilidade de uma formação específica para a carreira jornalística surge em resultado do aparecimento da imprensa de massas e do crescimento de efetivos na profissão, em que raríssimos tinham educação superior, muito poucos concluíam uma formação média e a maioria ascendia a partir de uma aprendizagem básica ou sem concluir estudos médios. A abertura do mercado de emprego fez-se simultaneamente pelas possibilidades de ascensão a uma carreira intelectual e pela luta de restrição do campo intelectual a uma elite culta tradicional. Daí que esta procurasse remeter os jornalistas de carreira para uma subalternidade.

O óbice à criação de uma escola jornalística tinha diversas variáveis, a primeira das quais era a perda de oportunidade de entrada num mercado de emprego, mas, não menos importante, um ensino em crise ou, segundo Cândida Proença, em “completo caos” desde as reformas sucessivas do rotativismo dos anos de 1880 e 1890 que tinham como resultado a criação de “fábricas de diplomas” para uma classe média e superior (Proença, 1997, pp. 153-155, 328-330). Outra das variáveis era o acesso a uma educação escolar, cujos estabelecimentos de

ensino cresciam muito lentamente, tanto na Monarquia final como na República nascente, e o aumento na frequência nas escolas públicas mantinha-se estável, mesmo ao nível liceal (Valente, 1973, pp. 101-103). Sobretudo, este ensino tradicional não acompanhou um mercado social que se abria, na transição de século, às classes mais baixas dos meios urbanos onde a ascensão cultural tornava a prossecução de uma profissão jornalística uma possibilidade, mas recorrentemente um “sonho”, uma “ânsia”, uma “aventura”.

Não obstante, ou em contradição, num mundo urbano em que cresciam os setores secundário e, sobretudo, terciário, e as exigências de (pelo menos) mínimas funções intelectuais na indústria e nos serviços, cresceu efetivamente uma apetência para encontrar caminhos na alfabetização e no autodidatismo que permitia, simultaneamente, uma ascensão cultural e social numa faixa etária que era a do primeiro emprego ou de um emprego estável, entre os 15 e os 30 anos. Não sobrava tempo nem dinheiro para acorrer ao mercado jornalístico, quando os efetivos recenseados nas profissões liberais correspondiam a metade da população ativa no setor.

Em resultado, a criação de uma formação específica e de uma escola de jornalismo, não obstante uma consciência da sua importância e de um perfeito conhecimento do que se passava no estrangeiro, não encontraram condições sociais nem vontade política de serem implementados. Por estes motivos, muito dificilmente a história do jornalismo e dos jornalistas, fora de meros juízos de valor e impressões superficiais, pode fazer-se sem uma abordagem de história cultural e social, bem como de uma história da educação e de uma história das elites e dos intelectuais.

Referências bibliográficas

- Abreu, J. de (1928). *Boémia Jornalística: memórias dum profissional com 30 anos de serviço na "fileira"*. Guimarães e C^a.
- Alegria, M. F. (1990). *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Centro de Estudos Geográficos.
- Almeida, F. de (1937). *Os Gatos*. 6^a ed. Clássica Editora.
- Brandão, R. (1998). *Memórias*. Ed. J. C. Seabra Pereira, vols. I e II. (1^a ed., Porto: Renascença Portuguesa, 1919). Relógio d'Água
- Cabreira, A. (1902). *Discursos Proferidos no Congresso Internacional da Imprensa em Berna: pelo delegado da Associação da Imprensa Portuguesa*. Tipografia do Comércio.
- Cornu, G.; Ruellan, D. (1993). *Technicité intellectuelle et professionnalisme des journalistes*. In *Réseaux: communication, technologie, société*, n.º 62, pp. 145-157. Disponível em https://www.persee.fr/doc/reso_0751-7971_1993_num_11_62_2585
- Costa Dias, L. A. (2019a) Lire «au coin de la rue», ou l'entrée du Portugal dans l'ère médiatique. In *Le Temps des Médias*, n.º 32 (Paris, Printemps 2019), pp. 201-218.
- Costa Dias, L. A. (2019b). O círculo da "Leitaria Costa": itinerários populares da cultura de rua na transição do século XIX para XX. In *Impossibilita. Revista Internacional de Estudios Literarios*, n.º 17 (Granada, primavera 2019), pp. 52-82. <https://doi.org/10.32112/2174.2464.2019.288>
- Costa Dias, L. A. (2018). Personagens inventadas: jornalismo e ficção na I Grande Guerra mediática (1914-1918). In *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 6 (2º sem.), pp. 41-59. https://doi.org/10.14195/2183-6019_6_3
- Costa Dias, L. A. (2017). Do claro busto de Minerva à dupla face de Jano, ou os anos dourados da imprensa. In C. Gouveia (Coord.) *Roque Gameiro na Imprensa*, pp. 7-17. Casa Roque Gameiro.
- Costa Dias, L. A. (2016). Traição dos intelectuais portugueses? In *Os Intelectuais Portugueses e a Guerra: 1914-1918*, pp. 17-42. Biblioteca Nacional de Portugal. <http://livrariaonline-ebooks.bnportugal.gov.pt/book/os-intelectuais-portugueses-e-a-guerra-1914-1918/20CQB4>
- Costa Dias, L. A. (2014a). Jornalismo moderno. In M. F. Rollo (coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, pp. 539-541. Assembleia da República.
- Costa Dias, L. A. (2014b). Imprensa e espaço público. In M. F. Rollo (coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, pp. 370-373. Assembleia da República.
- Costa Dias, L. A. (2014c). Elites intelectuais. In M. F. Rollo (coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, pp. 1114-1117. Assembleia da República.
- Costa Dias, L. A. (2010). Os "repórteres" de imprensa na entrada da era mediática. In *1910, o ano da República*, pp. 247-250. Biblioteca Nacional.
- Cunha, A. (1941). *Jornalismo Nacional: das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Sindicato Nacional dos Jornalistas
- Delporte, Ch. (1999). *Les Journalistes en France (1880-1950): naissance et construction d'une profession*. Editions du Seuil.
- Delporte, Ch. (1995). *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France (du XVII^e siècle à nos jours)*. P.U.F. Col. "Que sais-je?"
- Ferenzi, Th. (1993). *L'Invention du Journalisme en France*. Plon.
- Kalifa, D. (2001). *La Culture de Masse en France: 1. 1860-1930*. La Découverte.
- Kalifa, D. (2000). L'entrée de la France en régime médiatique: l'étape des années 1860. In J. Migozzi (dir.). *De l'écrit à l'écran. Littérature populaire: mutations génériques, mutations médiatiques*, pp. 39-51. Presses Universitaires de Limoges.
- Kalifa, D.; Thérénthy, M.-T. (Dir.) (2011). *La Civilisation du Journal: histoire culturelle et littéraire de la presse au XIX^{ème} Siècle*. Nouveau Monde Editions.
- Marques, H. (1935). *Memórias de um Editor*. Livraria Central Editor.
- Mollier, J.-Y.; Sirinelli, J.-F.; Vallotton, F. (dir.) (2006). *Culture de Masse et Culture Médiaque en Europe et dans les Amériques: 1860-1940*. P.U.F.
- Peixinho, A. T. & Costa Dias, L. A. (2018). O intelectual, o artista e as massas na cultura portuguesa finissecular. In *Revista Estudos do Século XX*, n.º 18, pp. 135-151. https://doi.org/10.14195/1647-8622_18_7
- Peixinho, A. T. & Costa Dias, L. A. (2015). A cidade e as suas personagens em fim de século: quadro de emergência de uma cultura urbana de massas em Portugal. In *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 1 (1.º Sem.), pp. 91-105. https://doi.org/10.14195/2183-6019_1_6
- Peixinho, A. T. et al. (2016). Experiência de ensino do jornalismo: Modelo pedagógico da Universidade de Coimbra. In *Revista Estudos de Jornalismo*, 1, 6, pp. 22-35. <http://hdl.handle.net/10316/46454>
- Proença, M. C. (1997). *A Reforma de Jaime Moniz: antecedentes e destino histórico*. Colibri.
- Rollo, M. F. et al. (2009). *História das Telecomunicações em Portugal: da Direcção-Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom*. Fundação Portugal Telecom / Tinta-da-china.
- Santos, R. (2005). Alberto Bessa e a sua história do jornalismo: uma memória de cem anos. In *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: Actas do III SOPCOM, VIIUSOCOM, II IBÉRICO*, Vol. 4, pp. 193-201. Universidade da Beira Interior / LabCom. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-rogerio-alberto-bessa-historia-jornalismo-memoria-cem-anos.pdf>
- Sardica, J. M. (2012). O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. In *Análise Social*, Lisboa, 203, XLVII (2º. Sem.), pp. 344-368.
- Sardica, J. M. (2009). O jornalismo e a intelligentsia portuguesa nos finais da monarquia constitucional. *Comunicação & Cultura*, Lisboa, n.º 7 (primavera/verão), pp. 17-38. http://comunicacaoecultura.com.pt/wp-content/uploads/2010/07/07_01_Jose_Miguel_Sardica.pdf
- Silva, R. H. da (1989). Lisboa de Frederico Ressano Garcia. In *Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909*, pp. 17-38. Catálogo de Exposição. Câmara Municipal de Lisboa / Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os Jornalistas Portugueses: 1933-1974*. Livros Horizonte.
- Sousa, J. P. (coord.) (2011). *Achegas à Construção do Pensamento Jornalístico Português*. Bocc/LabCom. http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110816-jorge_pedro_sousa_achegas.pdf

Sousa, J. P. (2009). *A discussão sobre a introdução do ensino do Jornalismo em Portugal: das primeiras menções ao primeiro curso de graduação*. Bocc/UBI. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-a-discussao-sobre-a-introducao-do-ensino-superior-do-jornalismo-em-portugal.pdf>

Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2ª ed. revista e aumentada Editorial Caminho.

Valente, J. C. (1998). *Elementos para a História do Sindicalismo dos Jornalistas Portugueses: 1834-1934*. Sindicato dos Jornalistas.

Valente, V. P. (1973). *O Estado Liberal e o Ensino: os liceus portugueses (1834-1930)*. Gabinete de Investigações Sociais/Instituto Superior de Economia.

Vargues, I. N. (2003). A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes? In *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n.º 24, pp. 157-175.

Fontes

“5.º Congresso Internacional da Imprensa, em Lisboa” (1898). *O Ocidente*, Lisboa, 21, XXI, n.º 712 (10 out. 1898), [225], pp. 227-230.

Anuário Estatístico (1877-1931). Imprensa Nacional.

Associação de Jornalistas (1896). *Estatutos*. Tip. Universal.

Associação dos Jornalistas de Lisboa (1897-1899). *Relatório da Direção e Parecer do Conselho Fiscal*. Tip. Universal.

Associação dos Jornalistas de Lisboa (1902). *Aprensão de Periódicos: Consulta da Associação dos Jornalistas de Lisboa e proposta da Associação dos Advogados de Lisboa*. Tip. Universal.

Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (1880). *Solenizando o Terceiro Centenário de Camões: Estatutos*. Tip. Universal.

Bases da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses: aprovadas na assembleia da grande comissão dos representantes da imprensa de Lisboa (1880). s.n.

Bessa, A. (1904). *O Jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso.

Bessa, A. (1898b) *A Associação da Imprensa Portuguesa no 2.º Ano da sua Existência: relatório elaborado para ser presente à assembleia geral*. Tip. de O Expresso.

Bessa, A. (1898a) *A Associação da Imprensa Portuguesa: sua fundação e actos da comissão instaladora e da comissão especial de socorros, desde setembro de 1897 a março de 1898: relatórios*. Imprensa de Libânio da Silva.

Boletim da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (1884-1885). A.J.E.P.

Boletim do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (1927).

Estatutos da Associação da Imprensa Portuguesa (1898). Imprensa Nacional

Estatutos da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (1911). A. C. T. I.

Estatutos da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (1897). Tip. da Empresa Literária e Tipográfica

Estatutos do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa (1925). Papel. e Tip. Casa Portuguesa

Uma Hora de Jornalismo: aspectos, anedotas e inconfidências da vida profissional (1928). Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa.

A Imprensa e a Associação (1883). Imprensa Nacional

Mesquita, A.; Parreira, J.; Costa, L. de M. e (1903) *Relatório dos Delegados da Associação dos Jornalistas de Lisboa* (ao 8.º Congresso Internacional da Imprensa). Tip. Universal.

Regulamento Interno da Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa (1914). A. C. T. I. L.

Relatório da Gerência da Comissão Diretora da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (1880). A. J. E. P.

Parte II

História da imprensa em Portugal

Jornalismo do século XIX: da Monarquia à República

*19th century journalism: from the Monarchy
to the Republic*

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA

jpsousa@ufp.edu.pt

ORCID ID: [0000-0003-0814-6779](https://orcid.org/0000-0003-0814-6779)

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

hllima@letras.up.pt

ORCID ID: [0000-0003-3023-6412](https://orcid.org/0000-0003-3023-6412)

Resumo: Durante a Monarquia Liberal, a imprensa periódica foi essencialmente marcada pelos acontecimentos políticos que favoreceram ou restringiram a sua difusão. A legislação promoveu ou proibiu a liberdade de pensamento e expressão e os jornais viveram momentos de grande expansão ou foram violentamente reprimidos. Outros eixos para compreensão da história do jornalismo deste período foram o progresso social, a economia e os níveis de escolaridade, que permanecerem em níveis muito baixos. O século XIX correspondeu à expansão da imprensa em Portugal e à solidificação da cultura do impresso e do jornal, sendo o jornalismo de cariz político e político-noticioso a característica mais relevante em todo este período. Na segunda metade da centúria, a corrente transformadora da industrialização da imprensa permitiu a metamorfose dos jornais político-noticiosos e a afirmação do jornalismo noticioso. A circulação de informação e de periódicos acelerou-se graças à melhoria das comunicações, que possibilitaram uma maior rapidez na difusão dos acontecimentos e também dos jornais. As mudanças sociais e os novos públicos levaram a transformações progressivas a imprensa e na transição para o novo século, o “moderno jornalismo” ganhou espaço nos diários portugueses. Os acontecimentos de forte pendor emocional, a reportagem e o enquadramento sensacionalista fariam a sua aparição, conquistando novos públicos e trazendo os títulos portugueses para o campo da imprensa industrializada.

Palavras-chave: Monarquia Liberal, jornalismo político, liberdade de imprensa, jornalismo noticioso.

Abstract: *During the Liberal Monarchy, the periodic press was essentially marked by political events that favored or restricted its diffusion. Legislation promoted or prohibited freedom of thought and expression, and newspapers experienced moments of great expansion or were violently repressed. Other axes for understanding the history of journalism in this period were social progress, the economy, and the levels of schooling, which remained at very low levels. The 19th century corresponded to the expansion of the press in Portugal and to the solidification of the culture of print and of the newspaper, with political and political-news journalism being the most relevant feature throughout this period. In the second half of the century, the transforming current of the industrialization of the press allowed the metamorphosis of political-news newspapers and the affirmation of news journalism. The circulation of information and periodicals has accelerated thanks to improved communications, which allowed for greater speed in the diffusion of events and also of newspapers. Social changes and new audiences led to progressive changes in the press and, in the transition to the new century, “modern journalism” gained space in Portuguese newspapers. Highly emotional events, reportages and sensationalist framings made their appearance, conquering new audiences and bringing the Portuguese newspapers into the industrialized press field.*

Keywords: *Liberal Monarchy; political journalism; press freedom; news journalism.*

Introdução

O século XIX foi o século de explosão da imprensa em Portugal. Contudo, o grande desenvolvimento da cultura do jornal e do jornalismo deve ser enquadrado à luz das crises políticas, das guerras civis, dos problemas sociais, como o analfabetismo e a pobreza e dos problemas económicos e financeiros.

No processo de implantação da Monarquia Liberal, a legislação aprovada de acordo com os diferentes ciclos políticos aprovou ou restringiu a liberdade de imprensa, existindo períodos em que se fizeram sentir fortes constrangimentos e repressão sobre o jornalismo. Dependendo da conjuntura política, registaram-se fases de forte expansão das publicações, mas também contraciclos de grande contração.

A intensificação da diversificação e segmentação da imprensa periódica constituiu o

principal eixo de desenvolvimento do jornalismo português no século XIX. O triunfo da Revolução Liberal de 1820 permitiu que, pela primeira vez, Portugal experimentasse a liberdade de imprensa, tendo o facto importantes repercussões na evolução do jornalismo nacional (Cunha, 1941; Tengarrinha, 1965; 1989; 2013; Alves, 2005; 2013; 2018; Sousa, 2008; 2017).

A conjuntura política retomada com o triunfo liberal na Guerra Civil (1834) e prosseguida com o Setembrismo (1836), primeiro, e com a Regeneração (1851), depois, favoreceu o movimento jornalístico. Periódicos voltados para a promoção da cidadania pela via da promoção do conhecimento (publicismo), periódicos políticos, especializados, noticiosos e político-noticiosos compuseram uma paisagem mediática diversa, dinâmica e atraente para um público que, apesar das reduzidas taxas de alfabetização e da pobreza, ia crescendo.

Outro traço determinante da evolução da imprensa durante a Monarquia Liberal foi a extensão do consumo e edição de jornais e revistas à generalidade do território nacional, ainda que os centros da produção informativa fossem Lisboa, Porto e Coimbra. A circulação de informações e de periódicos acelerou-se e facilitou-se graças à melhoria das comunicações, simbolizada pelo telégrafo e pelo caminho-de-ferro, bem como os serviços universais de correio, que favoreciam as vendas por subscrição.

A imprensa de cariz político e político-noticioso é preponderante até 1910, podendo-se considerar duas fases. A primeira é caracterizada pela primeira geração de jornais políticos portugueses, artesanais, de que são exemplos os periódicos vintistas. Após 1834, dá-se o desenvolvimento e afirmação da imprensa política partidária. Os principais jornais tinham já uma estrutura empresarial, muitas vezes com tipografia própria, tornando-se, sobretudo a partir de meados da década de 1840, em vozes públicas dos partidos políticos embrionários ou outras organizações.

Os artigos políticos, nomeadamente o artigo de fundo, antepassado do editorial, tornaram-se o vértice dos conteúdos dos jornais políticos. Mais próximo do final de oitocentos, os jornais passaram a ser editados em grande formato. Isso deveu-se não apenas ao afluxo de mais notícias e informações, imagens, mas igualmente anúncios. A publicidade converteu-se, numa imprensa já organizada industrialmente, na principal fonte de receitas dos jornais.

A imprensa da Monarquia Liberal foi abundantemente estudada e a sua história cronologicamente narrada, graças às obras pioneiras de Alfredo da Cunha (1941) e de José Tengarrinha (1965; 1989; 2013), bem como ao contributo de outros autores (Lima, 2012; Sousa, 2014; 2017).

A metodologia deste estudo tem como objetivo produzir uma narrativa diacronicamente organizada sobre a história da “grande” imprensa portuguesa entre a Revolução Liberal de 1820 e a Revolução Republicana de 5 de 1910, sendo selecionados aspetos entendidos como relevantes e estruturantes deste processo evolutivo. Nesse sentido, procura-se aqui a sistematização de dados dispersos por várias obras, nomeadamente pelas histórias da imprensa de Tengarrinha (1965; 1989; 2013), pela Porbase e por outras fontes, sumariamente enquadrados em contextos que moldaram o desenvolvimento da imprensa portuguesa. Foram

ainda consultados diferentes periódicos, que ilustram as linhas editoriais mais relevantes. A análise de conteúdo dos jornais *O Século* e *Diário de Notícias*, procura ilustrar as transformações ocorridas, em termos do jornalismo noticioso, que se fizeram sentir nestes dois grandes diários na viragem do século, e de que forma se organizam as suas linhas editoriais.

1. A Revolução Liberal e o novo regime normativo da imprensa

A 24 de agosto de 1820, uma revolução de cariz liberal e constitucionalista eclodiu no Porto, e impôs ao país um novo regime político. Até então, a imprensa regulava-se pela Carta de Lei de 17 de dezembro de 1794 e pelo Alvará de 30 de julho de 1795, que impunham a censura, por meio dos Ordinários, da Mesa do Desembargo do Paço e, até à extinção da Inquisição, do Santo Ofício. Na sequência da Revolução Liberal, o Portugal beneficiou pela primeira vez, da liberdade de imprensa.

A evolução da legislação consta da Tabela 1. A legislação procurava regular não apenas os periódicos publicados em Portugal, mas também os periódicos publicados no estrangeiro que circulavam no País.

Tabela 1

Legislação da imprensa (1820-1834)

Data	Legislação
21 setembro 1820	Portaria reguladora da censura prévia.
5 outubro 1820	Portaria regula a entrada e circulação em Portugal de periódicos em língua portuguesa publicados no estrangeiro.
6 dezembro 1820	Portaria reguladora da responsabilidade dos editores de periódicos em textos insultuosos e ofensivos.
9 março de 1821	<i>Bases da Constituição</i> instituem a liberdade de imprensa.
12 julho 1821	Lei reguladora da liberdade de imprensa.
8 janeiro 1822	Decreto de nomeação dos membros do Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa.
29 janeiro 1822	Decreto responsabiliza os editores dos jornais se os autores de escritos neles publicados não comparecessem para serem inquiridos sobre abusos de liberdade de imprensa.
2 julho 1822	Carta de Lei regula o funcionamento do Tribunal Especial de Proteção da Liberdade de Imprensa.
30 janeiro 1822	Portaria reforça a responsabilidade dos editores e impressores pelos escritos publicados da autoria de terceiros.
24 setembro 1822	<i>Constituição</i> vintista institui o direito à “livre comunicação do pensamento”.
26 outubro 1822	Decreto regula as penalizações para quem vendesse, publicasse ou distribuisse escritos que atacassem o Estado, mesmo se impressos no estrangeiro.
13 novembro 1823	Instituição de penalizações para quem assinasse periódicos publicados no estrangeiro não autorizados pelas autoridades.
6 março 1824	Abolição da Carta de Lei de 12 de julho de 1821 e reinstituição do regime de controlo da imprensa do Antigo Regime.

29 abril 1826	<i>Carta Constitucional</i> reinstitui a liberdade de imprensa.
21 agosto 1826	Portaria institui instruções acerca da regulação do princípio de liberdade de imprensa vertido na <i>Carta Constitucional</i> .
22 setembro 1826	Decreto obriga a que só se apregoassem impressos com licença do Intendente Geral da Polícia, em Lisboa, ou dos seus delegados, fora da capital.
23 setembro 1826	Decreto divide os censores em duas turmas.
26 janeiro 1834	Projeto-lei para punição dos abusos de liberdade de imprensa ¹ .
5 dezembro 1834	Lei reguladora da liberdade de imprensa, baseada nas instruções de 21 de agosto de 1826.

Fonte: produção própria

O período subsequente está marcado por uma grande instabilidade política, em que o exercício da censura depende do confronto entre liberais e absolutistas e, depois da Guerra Civil de 1832/1834, também das próprias dissensões entre Cartistas e Setembristas, que resultaram globalmente em modelos repressivos resultantes da incapacidade de implementação de modelos governativos por via eletiva.

O Vintismo trouxe consigo as ideias da liberdade de imprensa como extensão do princípio da liberdade de pensamento. Os novos jornais e revistas beneficiaram, pela primeira vez da liberdade de imprensa, ainda que condicionada. Os periódicos vintistas eram artesanais, escritos numa linguagem simples e direta, por um único indivíduo ou um pequeno grupo de indivíduos.

Tengarrinha (2013, p. 345) refere-se aos periódicos vintistas nos seguintes termos: “foi visível a falta de consistência do debate político e ideológico na imprensa tanto por óbvia impreparação e imaturidade dos jornalistas como porque a sua análise se circunscrevia, em geral, ao imediato e casuístico.” Saraiva e Lopes (1979, p. 810) caracterizam-nos como “panfletos políticos em séries editadas periodicamente”, mas salientam que, em vários deles, “exercitaram a pena os melhores escritores da época”.

1 Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1827/27Jan1827/27Jan1827_item1/index.html

Tabela 2
Alguns periódicos vintistas liberais

Título	Fundação	Características
<i>Diário Nacional</i>	1820	O <i>Diário Nacional</i> foi o primeiro periódico liberal publicado no País, afeto à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, editado no Porto. Durou, somente, de 26 de agosto a 5 de setembro de 1820.
<i>O Correio do Porto</i>	1820	Diário editado e redigido por João António Frederico Ferro e Joaquim Rodrigues de Andrade, circulou, com interrupções, entre 27 de setembro de 1820 e 7 de maio de 1834. Surgido como liberal, converteu-se ao Absolutismo, altura em que nele terão colaborado o padre Alvito Buela Pereira de Miranda e António José Gomes Pinto.
<i>O Pregoeiro Lusitano</i>	1820	Semanário liberal editado e redigido por Clemente José de Mendonça, durou entre 20 de setembro de 1820 e 17 de abril de 1821.
<i>Génio Constitucional</i>	1820	Publicado entre 2 de outubro de 1820 e 30 de dezembro do mesmo ano, foi o mais importante periódico liberal portuense em circulação enquanto foi publicado, suplantando o <i>Diário Nacional</i> e o <i>Correio do Porto</i> . Foi redigido e editado por Alfredo Braga e António Luís de Abreu.
<i>Manifesto da Razão</i>	1820	Periódico liberal editado em Coimbra, em 1820, pouco longo (eventualmente, só terão sido publicados dois números).
<i>O Português Constitucional</i>	1820	Periódico liberal editado e redigido por Nuno Álvares Pereira Pato Moniz. Durou de 22 de setembro de 1820 a julho de 1821. Foi um dos primeiros jornais a ser fundado após a Revolução Liberal de 1820 e o seu título aponta para o espírito vintista.
<i>Mnemosine Constitucional</i>	1820	Jornal editado por Henrique de Campos Ferreira de Lima, com a colaboração de Pedro Alexandre Cavroé. Foi publicado, em Lisboa, entre 25 de setembro de 1820 a 30 de junho de 1821.
<i>O Liberal</i>	1820	Publicado entre 28 de setembro de 1820 e 29 de agosto de 1821 por António Maria do Couto. Foi editado em Lisboa.
<i>O Amigo do Povo ou Sentinela da Liberdade</i>	1820	Periódico redigido e editado por Manuel José Gomes de Abreu Vidal. Surgido no campo liberal, acabou por se tornar num crítico do liberalismo. Publicou-se entre 1820 e 1821, em Lisboa.
<i>O Astro da Lusitânia</i>	1820	O trisemanário <i>O Astro da Lusitânia</i> foi, a par de <i>O Independente</i> , um dos mais impactantes periódicos liberais portugueses publicados no período subsequente à Revolução Liberal. Foi redigido e editado por Joaquim Maria Alves Sinval.
<i>O Independente</i>	1821	Periódico liberal moderado liderado por José Joaquim Ferreira de Moura e Manuel Fernandes Tomás. Foi publicado, em Lisboa, entre 1821 (número prospecto) e 1822.
<i>O Campeão Lisbonense</i>	1821	Jornal ultraliberal publicado em Lisboa, entre 18 de outubro de 1821 e 7 de abril de 1823, por António Joaquim Nery. O jornal acabou quando, perseguido pelas autoridades liberais, o seu redator foi exilado.
<i>O Patriota Portuense</i>	1821	Influente diário liberal do Porto, foi publicado somente entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 1821. Editado por Azevedo Soares.
<i>Borboleta Constitucional</i>	1821	Influente diário liberal portuense, noticioso e político, redigido e editado por João Nogueira Gandra, dono da tipografia em que se imprimia, a partir de 12 de maio de 1821.
<i>O Analista Portuense</i>	1822	O periódico liberal do Porto faz parte de um conjunto de jornais liberais que surgiram e foram publicados entre 1822 e 1823 para se digladiarem com os jornais absolutistas. Iniciou a publicação a 1 de janeiro de 1822 e foi redigido e editado por António de Santa Bárbara. Durou até data incerta de janeiro de 1823.
<i>O Campeão Português em Lisboa ou o Amigo do Povo e do Rei Constitucional</i>	1822	Fundado em 1822 para fazer face à ofensiva ideológica contrarrevolucionária dos jornais abertamente absolutistas. Foi redigido e editado por José Liberato Freire de Carvalho.

<i>O Conciliador Lusitano ou o Amigo da Paz e União</i>	1822	Semanário afeto ao Governo liberal lançado, em 1822. Combatia os jornais absolutistas e, também, as calúnias dirigidas aos governantes e as notícias falsas e alarmistas
<i>O Censor Lusitano ou o Mostrador dos Poderes Políticos e Contraste dos Periódicos</i>	1822	Diário oficioso do Governo Liberal, que tinha nele e no <i>Diário do Governo</i> as suas principais vozes impressas, tornou-se, com este, um dos periódicos que mais circulavam no País, apesar de ser publicado em Lisboa. Lançado a 9 de setembro de 1822, durou até data incerta de abril de 1823. O facto de ser distribuído gratuitamente a deputados e altos funcionários e nas repartições públicas contribuiu para explicar o seu sucesso
<i>Reforço Patriótico ao Censor Lusitano</i>	1822	Jornal especificamente criado para reforçar o papel do <i>Censor Lusitano</i> , era impresso em Lisboa. Só terá tido dez números. Disponível aqui:
<i>O Amigo do Povo: Periódico Redigido pelos Irmãos Passos</i>	1823	Jornal liberal fundado, dirigido e redigido pelos irmãos Passos — Passos Manuel e José da Silva Passos. Circulou somente de 3 a 24 de maio de 1823. Foi um dos jornais da Oposição liberal surgidos para combater <i>O Censor Lusitano</i> .

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia)

A imprensa do campo liberal do período 1820-1823 era diversificada, representando várias correntes de opinião. Entre os jornais de mais sucesso contam-se alguns antigovernamentais e radicais, como o *Astro da Lusitânia*, surgido a 30 de outubro de 1820, e que terá sido o mais difundido dos jornais vintistas. Dentro do liberalismo moderado, assinalamos *O Independente* que também teve grande sucesso entre os liberais.

A liberdade de imprensa vigente permitiu também aos restauracionistas fazer campanha contra o regime liberal em vários periódicos contrarrevolucionários (Tabela 3), ferozmente antiliberais e truculentos, como a *Gazeta Universal*, o *Brás [Braz] Corcunda*, *O Patriota* e o *Trombeta Lusitana*.

Tabela 3
Alguns periódicos contra-revolucionários vintistas

Título	Fundação	Características
<i>O Patriota</i>	1820	<i>O Patriota</i> (27 de setembro de 1820 a 17 de dezembro de 1821) foi um jornal contrarrevolucionário e antiliberal lançado e redigido por Cândido de Almeida Sandoval, que também lançou, entre 1 e 17 de março de 1821 (somente cinco números), o periódico contrarrevolucionário <i>O Verdadeiro Liberal: Periódico Político, Filosófico e Literário</i> .
<i>Gazeta Universal Política, Literária e Mercantil</i>	1821	A <i>Gazeta Universal</i> , principal periódico dos defensores do autoritarismo régio; 1 de maio de 1821 a 6 de março de 1823
<i>A Facécia Liberal e o Entusiasmo Constitucional: Diálogo entre um Solitário e um Entusiasta</i>	1822	Periódico antiliberal lisboeta, da autoria de Francisco de Assis de Castro e Mendonça: 15 de agosto de 1822 a janeiro de 1823.
<i>Trombeta Lusitana</i>	1822	O exacerbado trisemanário <i>Trombeta Lusitana</i> : 14 de novembro de 1822 a 1 de março de 1823 Meneses.

<i>O Contra Censor pela Galeria: Semanário Político</i>	1822	Publicado entre 20 de setembro e 13 de dezembro de 1822, o <i>Contra Censor</i> foi um dos periódicos criados no campo absolutista.
<i>O Noticiador Conciso</i>	1823	Jornal antiliberal nascido e morto em Coimbra, em 1823, tendo durado de 15 de maio a 3 de julho, já que não se justificaria a sua continuação depois da Vilafrancada.
<i>O Rabecão</i>	1823	<i>O Rabecão</i> (4 de janeiro a 8 de março de 1823), <i>A Segarrega</i> (15 de fevereiro a 12 de março de 1823), <i>A Gaita</i> (22 de fevereiro a 5 de março de 1823), <i>O Serpentão</i> (março de 1823) e <i>A Sanfona</i> (1823) foram truculentos, mas irónicos, periódicos antiliberais, redigidos e editados por Francisco de Assis de Castro e Mendonça.
<i>Argos Lusitano: Jornal Antiministerial</i>	1823 e 1826	Publicado entre 9 de janeiro e 4 de abril de 1823, como jornal opositor ao Governo liberal em funções. Retomou a publicação a 27 de outubro de 1826, já depois da Vilafrancada, com o título <i>Argos Lusitano</i> , mas sem um perfil ideológico definido.

Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia)

Os periódicos contrarrevolucionários foram perseguidos pelas autoridades liberais, e alguns deles, censurados ou mesmo suspensos.

A imprensa opinativa política vintista, ainda que hegemónica, não corresponde a todo o movimento editorial. Entre 1820-1823 foram publicados vários periódicos informativos: o noticioso *Diário Portuense* (1823); o bissemanário *Periódico Mercantil da Cidade do Porto* (1822-1828), especializado em comércio e economia; e o mensário *Anais da Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1822-1854), com conteúdos dedicados à indústria e comércio, mas também às ciências, tecnologias e agricultura.

2. Instabilidade política e governativa e impactos sobre os jornais

Em 1823, Portugal entrou num período de instabilidade política e militar, desencadeada pela reação absolutista e pelas divisões no campo liberal, entre outras razões.

Com a Vilafrancada, apenas se publicaram, além da *Gazeta de Lisboa*, periódicos absolutistas como *O Punhal dos Corcundas* e *O Mastigoforo*, periódicos predominantemente noticiosos ideologicamente ambíguos (caso do *Argos Lusitano*) e periódicos de outra índole, como o feminino *Periódico das Damas*.

Na segunda vaga da imprensa de emigração, entre 1823-1826, publicaram-se no estrangeiro jornais que iam circulando clandestinamente em Portugal, como *O Popular: Jornal Político, Literário e Comercial* (1824-1826), *O Correio Intercetado* (1825-1826), *O Cruzeiro ou a Estrela Constitucional dos Portugueses* (1826-1827) e *O Padre Amaro ou Soveia Política, Histórica e Literária* (1820-1826).

Com a morte do rei D. João VI, a Monarquia Constitucional voltaria a ser reinstituída em Portugal. D. Pedro I, Imperador do Brasil, outorgou a Portugal a Carta de 1826. Contudo, a

instabilidade política aumentou dadas a dissensões do campo liberal e da agitação absolutista.

Deste período, destaca-se *O Periódico dos Pobres*, lançado em 1826. Tratou-se da primeira tentativa de produção de um jornal barato, acessível à generalidade da população leitora em Portugal, num tempo em que somente cerca de 10% da população do país era alfabetizada. Vendido a dez reis, o que o colocava ao alcance de um maior número de bolsas (os jornais políticos das elites praticavam preços que algumas vezes atingiam 60 réis ou mais por exemplar avulso), *O Periódico dos Pobres* foi publicado até 1846 e chegou a ter pelo menos cinco mil assinantes (Tengarrinha, 1989: 141). *O Periódico dos Pobres*, num certo sentido, inaugurou o “jornalismo popular” em Portugal. O seu aparecimento mostra que algumas das ideias que estavam a permitir a lenta transformação “industrial” da imprensa norte-americana e europeia também ecoavam em Portugal.

A proclamação de D. Miguel como Rei absoluto, em 1828, e a perseguição que ele encetou aos liberais asfixiaram de novo a imprensa. Com a Mesa do Desembargo do Paço regressou a censura, as licenças prévias e a repressão. Vários cidadãos-jornalistas foram presos (como Almeida Garrett, editor de *O Português*). Outros tiveram de exilar-se. Pelo menos um jornalista e político liberal foi condenado à morte: José Sousa Bandeira, editor de *O Azemel Vimaranense*, de Guimarães (acabou por não morrer na forca devido à entrada providencial do exército liberal em Lisboa).

Dada a forte repressão, foram escassos os jornais publicados neste período: a oficial *Gazeta de Lisboa*, a *Folha Comercial do Porto*, *A Besta Esfolada* e *O Desengano*, *Defesa de Portugal*, *O Cacete* e ainda as publicações religiosas *A Contra Mina* e *O Mastigoforo*.

3. O Liberalismo vitorioso e a nova imprensa de combate político

Com a derrota do miguelismo, surge um novo período de expansão da imprensa, Apesar da instabilidade governativa subsequente. Em 1834 foi promulgada uma lei reguladora da liberdade de imprensa, baseada nas instruções de 21 de agosto de 1826. Até 1851, no quadro da luta política, a imprensa ainda foi objeto de nova regulamentação por nova legislação, como os exemplos seguintes:

- a) 5 de dezembro 1834: Carta de Lei reguladora da liberdade de imprensa;
- b) 10 de novembro de 1837: Carta de Lei estabelece os requisitos para ser editor responsável de um periódico;
- c) 19 de outubro de 1840: Lei repressiva dos abusos de liberdade de imprensa de Costa Cabral;
- d) 3 de agosto de 1850 — “Lei das Rolhas” (publicada a 10 de agosto no Diário do Governo).

O período entre 1834-1851 foi vibrante, mas igualmente tumultuoso, para a imprensa portuguesa. Ser jornalista, num tempo de forte combatividade política e ampla liberdade de imprensa, podia ter consequências adversas:

O ofício de periodiqueiro tem seus ossos (...). A entrada é de rosas. Os colegas cumprimentam o redator esperançoso, que debuta, e auguram-lhe um grande futuro. Poucos dias depois, chamam-lhe asno, boçal e estúpido. Passam seis meses, e se ele sobe as escadas de uma secretaria, acusam-no de ladrão e de concussionário, e por dá cá aquela palha mandam-lhe a casa dois padrinhos (...) para combinarem com outros dois sujeitos chamados também padrinhos o modo mais decente de o matarem ou de serem mortos por ele (Teixeira de Vasconcelos, 1859, p. 78).

A imprensa política, dominante em Portugal, entrava na segunda fase do seu desenvolvimento. Cada periódico surgia como porta-voz público de um conjunto de indivíduos agrupados num grupo político. Os jornais já exigiam uma estrutura mais sofisticada, empresarial, por vezes com tipografia própria. Outros periódicos alargavam a esfera do que era noticiado, tendendo à especialização.

Contudo, os jornais eram pouco comprados (vendiam-se, principalmente, por assinatura) e pouco lidos (cerca de 90% da população continuava a ser analfabeta, embora fossem lidos em voz alta em aglomerações de indivíduos e nas tavernas e cafés). As tiragens eram reduzidas.

Os jornais eram produtos caros. Um número avulso de um jornal político como *A Revolução de Setembro*, podia custar 60 réis — uma fortuna para a generalidade da população. Outros jornais apostaram no baixo preço e na obtenção de receitas quer por meio de tiragens elevadas — que nem sempre logravam conseguir — quer pela captação de alguns anúncios publicitários — pagos por linha. São os casos do *Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, 1834), do *Periódico do Pobre* (Lisboa, 1837), do *Dez Réis: Jornal de Utilidade Pública* (1841) e ainda do efémero *O Cinco Réis: Jornal de Interesse Público* (1843). Estes jornais, de perfil político-noticioso, demonstram que já se tinha inculcado a noção de que se podia financiar uma publicação fazendo pouco lucro por cada exemplar, mas lucrando mais pelo aumento do número de exemplares vendidos, o que ajudava a captar publicidade. A venda de espaço publicitário viria mesmo a ser a grande fonte de receitas dos jornais.

Após 1834, situação que se manterá até ao final de 1864, a imprensa informativa portuguesa de grande circulação agrupou-se essencialmente em torno de três tipos de publicações:

- a) Os jornais políticos, periódicos combativos que assumiam, crescentemente, uma linha editorial político-noticiosa, e que eram dominantes;
- b) As revistas culturais e literárias, dedicadas à difusão do conhecimento. Estas podiam ser ilustradas ou não ilustradas;
- c) Os periódicos informativos especializados, como os de natureza comercial, financeira e económica.

O aumento das publicações segundo esta categorização foi notável e destas destacamos *A Revolução de Setembro*, pela sua relevância e longevidade. Fundado em 1840, *A Revolução de Setembro* tornou-se o principal diário político português, entre 1851 (Regeneração) e 1882. Lançado, a 22 de junho, contou com a colaboração entre outros setembristas, de António Rodrigues Sampaio, que viria a ser o protagonista e mentor do periódico, como redator principal. *A Revolução de Setembro* foi um dos jornais que mais combateu Costa Cabral e o Cartismo, tendo sido o alvo predileto da fúria dos cabralistas.

Após 1851, com a Regeneração, o jornal foi-se moderando, tornando-se, tal como Rodrigues Sampaio, em apoiante do Partido Regenerador. O diário modernizou-se ultrapassando o *ethos* puramente político para incluir informação de atualidade, num modelo político-noticioso. Publicou-se até 1892, mas sem o mesmo vigor, havendo ainda uma tentativa de relançamento, sem sucesso e tendo terminando a publicação em 1901.

Os jornais políticos de 1834-1851 eram tremendamente aguerridos, com seu discurso agressivo e por vezes desbocado, ofensivo e calunioso. A conflitualidade da imprensa foi evidente durante a ascensão governativa de Costa Cabral e em consequência do autoritarismo governativo, também sentido no meio jornalístico. Defendendo diferentes fações políticas, os jornais exerceram ainda mais efeitos de influência nos seus leitores, já que eram o centro do debate público (Tengarrinha, 1989, pp. 205-206).

A revolta da Maria da Fonte e a Guerra Civil da Patuleia foram o culminar do clima de combate político e resultaram na interdição dos jornais oposicionistas, embora vários se tivessem continuado a publicar clandestinamente.

O fim da Guerra Civil não pôs fim à instabilidade. As eleições de 1848 reconduziram Costa Cabral ao poder e perante as violentas agressões da imprensa oposicionista, o governo apresentou um projeto de lei, promulgado a 3 de agosto de 1850. Dadas as restrições impostas, foi popular e simbolicamente conhecida por “Lei das Rolhas”. A nova lei aumentou o valor da caução e elencou uma longa lista de temas que não podiam ser tratados pela imprensa. Para além das restrições no conteúdo, repetiram-se os assaltos a jornais e tipografias.

A “Lei das Rolhas” foi revogada em maio de 1851, com a vitória da Regeneração, que iniciaria um período de acalmia política e social. Na nova conjuntura, o crescimento económico, a industrialização e a construção de infraestruturas, bem como uma legislação reguladora da liberdade de imprensa criaram condições para o desenvolvimento do sector e o aparecimento dos primeiros jornais portugueses “de massas”. Contudo, esta expansão foi condicionada pelo baixo índice de alfabetização e escolarização e pelo baixo poder de compra das populações.

4. Jornalismo na Regeneração: construção da prevalência da notícia

A Regeneração foi para a imprensa política partidária, como aliás para o contexto político social, um período de transformação e de pacificação. O tom do discurso jornalístico moderou-se e integrou uma linha editorial político-noticiosa, particularmente depois de 1864, com o lançamento do *Diário de Notícias*. As folhas partidárias teriam então de competir com a imprensa noticiosa, organizada industrialmente e politicamente independente.

Paral além das novas temáticas, outra mudança relevante nos conteúdos dos jornais diários portugueses a partir do final do século XIX, foi a inclusão de gravuras informativas com alguma frequência. As gravuras e fotografias diretamente reproduzidas chegaram inicialmente às revistas ilustradas, mas seriam adotadas pelos jornais portugueses como melhor capacidade técnica. A fotografia nas páginas dos jornais só passa a ser mais vulgar a partir da segunda década do século XX, já durante a República.

O marco histórico de viragem na linha editorial dos jornais foi protagonizado pelo *Diário de Notícias*, que arrastou a imprensa nacional no sentido da modernidade. Jornais de diferentes quadrantes deram destaque crescente às notícias da atualidade, mesmo quando delas faziam leituras políticas.

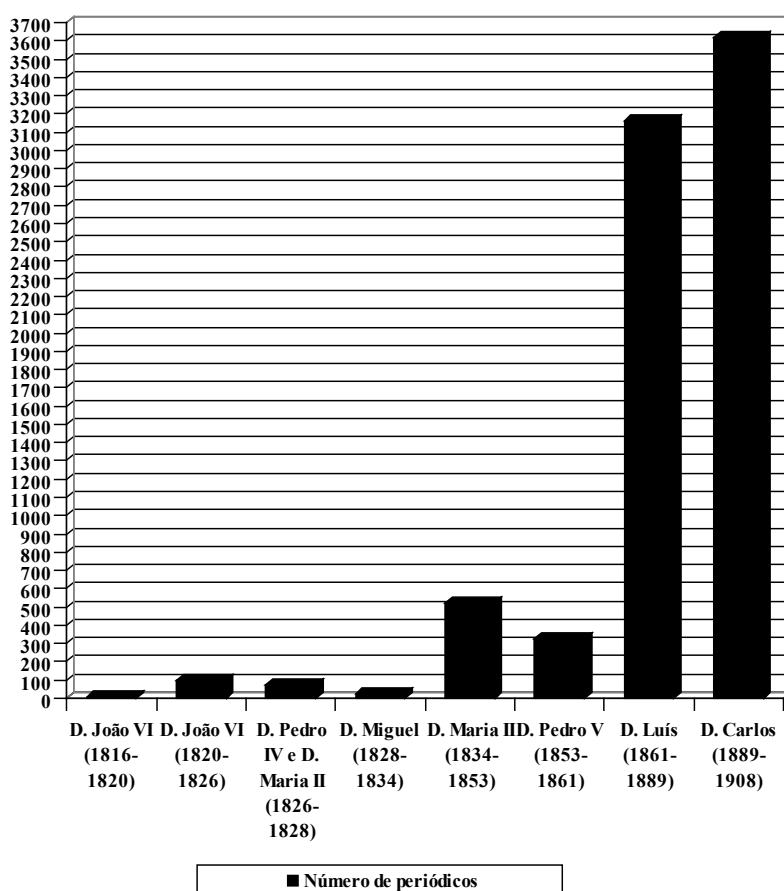
Em termos de conteúdos, a política perdeu lugar para as notícias de interesse geral, muitas delas emotivas, de interesse humano, e as vendas subiram, bem como a publicidade. Na viragem do século, outras tendências do “moderno jornalismo” teriam também acolhimento na imprensa portuguesa. Os acontecimentos de forte pendor emocional, a reportagem e mesmo o enquadramento sensacionalista fariam a sua aparição (Lima, 2017).

O clima favorável ao empreendedorismo e o regime normativo benigno propiciou o surgimento de periódicos de diferentes tipologias, aumentando o número de títulos em circulação como também a edição e consumo de jornais. Este continuou continuado maioritariamente centrado em Lisboa e no Porto, mas ganhou a generalidade do território nacional, com a emergência de títulos locais. Este aumento é particularmente visível nos reinados de D. Luís e D. Carlos, como é patente no gráfico 1.

Apesar de se notar o desenvolvimento da imprensa regional e local, o seu consumo, no entanto, não se estendeu a toda a população. Os jornais e as revistas eram caros e o analfabetismo atingia a esmagadora maioria do povo.

Gráfico 1

Número aproximado de periódicos portugueses surgidos entre 1816 e 1908 por reinados



Fonte: produção própria a partir de dados da Porbase, Tengarrinha (2013) e outros autores (cf. bibliografia)

Os jornais *Diário de Notícias* e *O Século* são dois dos exemplos relevantes das transformações ocorridas em termos de desenvolvimento da imprensa noticiosa, ainda que a matriz editorial seja distinta e as intenções da criação de cada um deles, muito diferentes. O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português que se pode identificar com o conceito atual de matutino de informação geral de conceção empresarial, enquanto que o *Século* foi lançado com o propósito claro de propaganda política em favor da causa republicana. A escolha deste estudo recai sobre estes dois títulos, dada a sua relevância em termos de difusão e qualidade, mas também porque ilustram bem a inclusão da lógica noticiosa, a partir de matrizes fundacionais distintas.

O *Diário de Notícias* foi o primeiro jornal português bem-sucedido a surgir com os objetivos de sustentar a produção e difusão de notícias de interesse geral e dar lucro aos seus promotores por meio, sobretudo, da venda de espaço para publicidade e não tanto pelo produto das vendas nas bancas e das assinaturas. Lançado por Eduardo Coelho em sociedade com

Quintino Antunes, em 1864, dos jornais deste período, juntamente com o *Jornal de Notícias*, mantém ainda a sua edição diária.

Constituindo uma rutura com o modelo vigente, o *DN* distinguiu-se por não pretender ser voz pública de um partido, por não querer ser conotado com qualquer tendência partidária, nem ser um veículo de informação especializada. Sempre se notabilizou pela independência política, pelo carácter generalista dos seus conteúdos e pela implantação de um modelo de negócio jornalístico que não apenas assegura lucro aos investidores como também permite ao jornal gozar de independência. O *DN* não apenas mostrou que um projeto moderno, independente de jornalismo informativo generalista podia vingar no País como também que, para sobreviver, um grande jornal necessitava de possuir um modelo de negócio viável, assente nas receitas da publicidade mais do que nas vendas, e uma organização de tipo empresarial.

As notícias deste diário abarcavam um variadíssimo número de acontecimentos (e até de não-acontecimentos) do quotidiano e também notícias internacionais, incluindo política e economia, crime, sociedade, a vida cultural, etc. Sucediam-se umas às outras, sem grandes preocupações de ordem ou hierarquia. Eram breves e escritas numa linguagem acessível, onde é notória a noção de lead. Em algumas delas, dão-se pistas para entender o fluxo nacional e internacional de notícias, como naquelas em que se indicia a consulta da folha oficial e de jornais estrangeiros.

Para o período aqui referenciado, 1900-1905, o *DN* manteve algumas das características da linha editorial da sua fundação. O noticiário era diversificado, as temáticas, regra geral, idênticas, e a dimensão dos artigos era também tendencialmente curta. Contudo, o *Diário de Notícias* parece ter tido necessidade de mudar esta abordagem, uma vez que vai passar a incluir notícias de maior dimensão e um formato idêntico à reportagem, que podia ser acompanhada de gravuras. Apesar de as notícias breves serem muito variadas, nota-se uma preponderância nas notícias do agendamento político-institucional, análise financeira, corte, monarquia, etc.. A diversidade era dada pelas notícias locais, informação sobre o Porto e Coimbra e, com menos frequência, outras regiões do país. Notícias de crimes, julgamentos e outros *fait-divers* eram comuns.

Graficamente, o jornal não era muito interessante. Publicado com 12 colunas, a leitura não era fácil. As gravuras na capa limitavam-se a uma ilustração humorística, de fraca qualidade. Esta tendência foi patente nos números de 1900/1901, em que teve até períodos de pior imagem gráfica. A partir de 1902, há uma clara intenção de tornar a primeira página mais atraente. As gravuras são usadas na ilustração dos debates das cortes ou de outros atos públicos. Em regra, eram incluídas as imagens dos oradores ou outros agentes da notícia, o que trouxe um maior dinamismo à agenda informativa. Incluem-se também muitas imagens femininas, em que o tema é a moda.

A inclusão da gravura no *DN* pode ser também entendida como uma relação com o

valor-notícia e aqui, a diversidade temática parece ter acompanhado transversalmente as escolhas da agenda diária. A título de exemplo, o diário noticiou as cerimónias fúnebres de Almeida Garrett, com a gravura do seu retrato, bem como uma cronologia dos momentos mais relevantes da sua vida (*Diário de Notícias*, 3 de maio, 1903, p. 1). A notícia de uma homenagem a Eça de Queirós foi igualmente publicada com imagem (*Diário de Notícias*, 3 de março, 1902, p. 1). Estes acontecimentos foram tratados pelos dois jornais. Aqui em estudo.

As figuras da hierarquia social eram frequentemente notícia. Um acidente de charrete foi detalhadamente explicado:

Pelas nove horas e meia da manhã saiu de Sintra o Sr. Conde com sua filha D. Maria do Carmo Mello, em direção a Cascais.

(...)

Alegre e descuidosa guiava o cavalo da “charrette-pannier”, um belo veículo — um presente feito a D. Maria do Carmo por Sua majestade a rainha, que muito a estimava.

(...)

Era o Sr. Dr. Pinheiro que quanto à infeliz menina apenas pode confirmar o óbito, e que ao sr. Conde prestou os primeiros socorros, no que foi auxiliado pelo sr. dr. António Lencastre, que casualmente transitava no local

(*Diário de Notícias*, 21 de setembro, 1902, p. 1).

Das inúmeras notícias de figuras relevantes para este período, podemos destacar a morte da rainha Vitória de Inglaterra (*Diário de Notícias*, 23 de janeiro, 1901, p. 1). O jornal prestou homenagem à sua vida e obra, ilustrando-a com gravuras e follow-ups, nos dias seguintes. O *DN* optou também por um efeito de composição ao explicar as linhas de sucessão e identificação dos membros da casa real britânica. Aliás, a cobertura mais relevante deste período é justamente a da visita do Rei Eduardo VII a Portugal e também aqui a informação acrescida dá esse efeito de composição. As páginas relativas a este acontecimento jornalístico são graficamente muito apelativas, repletas de gravuras e do valor atualidade. (*Diário de Notícias*, abril 1903)

O *Diário de Notícias* não publicava notícias apenas sobre as elites. Destacamos aqui uma notícia de sublevação social e um crime. “O Crime do Milharado” conta a história de criminosos (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901, p. 1), que mataram três pessoas causando grande alvoroço na opinião pública: “não é menos certo que a prisão dos assassinos tem causado a maior alegria e satisfação em toda a gente” (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901, p. 1). O jornal optou por seguir a informação detalhada da investigação policial: “Também averiguou a policia de Lisboa que o Faustino dos Santos, ao chegar a Lisboa se associara com o taberneiro António Jorge (...), a quem dera 30\$000 para ficar interessado no negócio do vinho.” (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901, p. 1) O taberneiro contou que o Faustino tinha muito dinheiro:

“levava 6 libras em ouro...” (*Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901, p. 1) A notícia incluiu gravuras dos criminosos, tendo o *DN* feito atualização, durante três dias.

A 17 de março de 1903, o diário começa uma série de notícias sobre uma sublevação em Coimbra. Pelo texto, é também possível perceber que o *DN* tinha um correspondente na cidade. “Em virtude de serem exigidas licenças no mercado de D. Pedro pelos fiscais dos impostos, houve hoje ali uma “greve” exceto pelos vendedores de carne e peixe.” (*Diário de Notícias*, 17 de março de 1903, p. 1). O conflito agravou-se e no número seguinte lia-se: “Os acontecimentos de Coimbra assumiram tal importância e gravidade, como não há memória entre os mais velhos.” (*Diário de Notícias*, 18 de março de 1903, p.1) No dia 19 o *DN* já noticiava a reposição da paz, e incluía gravuras dos retratos dos agentes da autoridade. A publicação de gravuras de pessoas envolvidas e *follow-up* nos dias seguintes em acontecimentos deste tipo revelam uma abordagem noticiosa moderna, comum já nos jornais deste período. Esta forma de noticiar foi desenvolvida em diferentes temáticas de sociedade, crime, política, etc..

O lançamento do diário *O Século*, em junho de 1880 obedeceu a uma matriz editorial que se enraíza na linha do jornalismo político-noticioso dominante em Portugal, para aquele período. Na amostra aqui estudada, podem ser considerados dois momentos, a partir das características editoriais detetadas. Entre 1880-1896 o jornal segue o processo de afirmação do projeto republicano, sendo o seu diretor Sebastião Magalhães Lima. Com as mudanças ocorridas na propriedade da empresa, José Joaquim da Silva Graça, tornou-se o sócio majoritário, sucedendo a Magalhães Lima. A nova direção acabaria por promover uma orientação editorial mais abrangente, capaz de agradar a diversos tipos de leitores. O jornal denotou também novos investimentos, onde se incluem novos suplementos, edições especiais e fora do âmbito do estudo, o lançamento de outras publicações. Esta administração acabaria por construir uma nova matriz, transformando o periódico num grande órgão de informação, embora sempre mantendo a orientação republicana. É neste período da viragem do século que o cabeçalho começa a ostentar: “o jornal de maior circulação em Portugal” (*O Século*, 1 de janeiro 1900, p. 1).

Nos exemplares estudados nesta amostra, a variedade noticiosa é uma característica transversal. Nos primeiros anos a informação patente na primeira página confere um grande valor notícia às temáticas políticas, internacional e demais temas de relevância, como economia e editoriais de análise do momento político. Da agenda noticiosa, podem-se destacar os vários números sobre as eleições de dezembro de 1887. Este tema foi tratado sem qualquer preocupação de isenção. Toda a capa apelava ao voto, com o título a toda página “À urna pela lista republicana” (*O Século*, 6 de março 1887, p. 1), seguida de uma série de notícias, com subtítulos onde diversas temáticas tratadas segundo a perspetiva republicana, como “Aviso aos leitores” (*O Século*, 6 de março 1887, p. 1), “O caso Gaffarel” Ibidem ou “Galopinagem” (*O Século*, 6 de março 1887, p. 1). Este tipo de agendamento foi repetido noutros números, nas eleições do ano seguinte.

O noticiário internacional deste período seguiu uma orientação do mesmo tipo. As notícias dos regimes monárquicos eram dadas em tom crítico, enquanto que a França, uma república, além de ser muitas vezes chamada à capa, era tratada com cores mais favoráveis. No número de 4 de dezembro, 1887, a primeira página tratava do resultado da eleição: “O novo presidente da República Francesa” (*O Século*, 4 de dezembro 1887, p. 1), com os resultados em subtítulo, como se de um lead se tratasse. O tom apologético está presente em todo o artigo. Apesar das críticas ao regime, a França, segundo *O Século*: “acaba mais uma vez de mostrar o seu patriotismo e o desinteresse pessoal de cada um dos seus membros. (...). Registamos com o mais vivo júbilo esta última e incontestável demonstração da força da República.” (*O Século*, 4 de dezembro 1887, p. 1)

A chama republicana surgia em artigos anticlericais, mas também em notícias de sociedade. Tal é o caso da Febre-amarela e as medidas preventivas tomadas nesse sentido. Em 11 de julho de 1887, o jornal escreve criticamente sobre o furo da quarentena em relação a um navio chegado do Brasil. A crítica à falta de cumprimento dos serviços públicos toca temas como o policiamento, o crime, a saúde pública, e embora reportando os factos das notícias há sempre o enquadramento das falhas do sistema político ou administrativo.

Com a passagem do jornal para a direção de Silva Graça, a transformação mais notável é a inclusão da reportagem acompanhada de ilustrações. Claramente, são as edições dominicais que compreendem a maioria dos assuntos “pintados” com gravuras. As temáticas são muito diversas. Um dos primeiros exemplos é “O serviço de incêndios no Porto” (*O Século*, 5 de janeiro 1895, p. 3), que, curiosamente, é publicado na página 3. Esta reportagem tem grande valor notícia, dado o grande número de incêndios urbanos registados e a pouca capacidade de resposta das corporações.

As grandes reportagens correspondem a excelentes composições de texto e gravura sobre temas internacionais, quer ilustrativos de realidades geográficas diferentes, quer de agenda de atualidade como a Guerra dos Boers ou Guerra dos Boxers. Mas as gravuras foram incluídas noutros acontecimentos, quer de *soft-news*, quer de atualidade como crimes ou incêndios.

A partir de 1896, *O Século* publica mais notícias de “interesse humano”. Os crimes que envolvem emoções são alvo de tratamento mais cuidado e outras temáticas de sociedade fazem também a sua aparição. Esta orientação editorial passa a ser a regra até à viragem do século, o que de alguma forma representa a adequação do jornal aos tempos modernos. As notícias de criminalidade são uma contante, com evidente domínio dos crimes passionais, descritos com profusão de pormenores, apresentados em follow-ups, com atualização e elementos explicativos. Destas, uma temática de internacional apresenta um apelo emotivo evidente. Em “Carta de Paris”, o correspondente do jornal conta que: “estão expostas sobre as pedras de mármore da Morgue os cadáveres de duas meninas, que foram encontradas nas proximidades da ponte de Suresnes, no Sena.” (*O Século*, 10 de abril 1895, p. 1). A notícia é ilustrada com duas gravuras das bebés.

Outra das novidades em termos noticiosos são os destaques de figuras públicas, fora do círculo político. O diário fez um follow-up sobre uma senhora da sociedade, a escritora Juliette Adam, que visitou Lisboa em abril de 1895. Em 15 de abril o jornal conta que a senhora foi recebida por jornalistas e escritores, entre eles Magalhães Lima. O texto conta com pormenores as figuras da sociedade lisboeta que estiveram presentes. Para além destas notícias de atualidade e atividades de lazer, este diário fez edições de homenagem a personalidades como João de Deus, Eça de Queirós e Elias Garcia.

Conclusões

Em conclusão, talvez se possa dizer que o poder da imprensa política combativa, romântica e de opinião prevaleceu ao longo de toda a centúria. A precariedade dos jornais foi outro dos elementos transversais, dadas as fragilidades na captação de públicos, pelas razões apontadas. O combate político levado a cabo pela imprensa de Oitocentos acompanhou, mas foi igualmente parte ativa nas grandes clivagens políticas, sendo que a sua ação radica, intrinsecamente, na legislação sobre liberdade de pensamento e expressão iniciada com o Vintismo.

Com as transformações sociais e económicas registadas na segunda metade do século XIX, o jornalismo português tendeu a evoluir no sentido de uma imprensa mais noticiosa e de foco informativo, em que o *Diário de Notícias* representa o ponto de viragem. No final da centúria, o estudo do conteúdo noticioso do *DN* e *O Século* ilustra a viragem para uma agenda mais focada na factualidade e em estratégias editoriais mais apelativas, capazes de atrair públicos mais amplos.

Referências bibliográficas

- Alves, J. A. S. (2005). *O poder da comunicação*. Casa das Letras.
- Alves, J. A. S. (2013). *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Media XXI.
- Alves, J. A. S. (2018). *O periodismo político da pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836): um mundo cativante e multifacetado*. Media XXI.
- Cunha, A. (1941a). *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe Letras, 4. Academia das Ciências de Lisboa.
- Cunha, A. (1941b). *Jornalismo nacional: das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Separata do *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*, 2, junho, 1941.
- Diário de Notícias*, 23 de janeiro, 1901
- Diário de Notícias*, 31 de janeiro, 1901
- Diário de Notícias*, 3 de março, 1902
- Diário de Notícias*, 21 de setembro, 1902
- Diário de Notícias*, 17 de março de 1903
- Diário de Notícias*, 18 de março de 1903
- Diário de Notícias*, 13 abril, 1903
- Diário de Notícias*, 3 de maio, 1903
- Lima, H. (2017). A evolução editorial do *Jornal de Notícias* e a inclusão de elementos de jornalismo popular. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 1.
- Lima, H. (2012). *A imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- O Século*, 6 de março, 1987
- O Século*, 11 de julho de 1887
- O Século*, 4 de dezembro, 1887
- O Século*, 5 de janeiro, 1895
- O Século*, 10 de abril, 1895
- O Século*, 1 de janeiro, 1900
- Saraiva, A. J. & Lopes, Ó. (1979). *História da literatura portuguesa*. 11ª edição. Porto Editora.
- Sousa, J. P. (2008a). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In J. P. Sousa (org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 12-92). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008b). História do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In J. P. Sousa (org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa* (pp. 93-118). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2017). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910. In J. P. Sousa, Jorge Pedro, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (pp. 13-210). Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2018a). Eduardo Coelho e a fundação do *Diário de Notícias*. In J. P. Sousa (org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 163-192). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova
- Sousa, J. P. (2018b). O jornalismo político português em Oitocentos: notas biográficas e jornalísticas sobre António Rodrigues Sampaio. In J. P. Sousa (org.), *Notícias em Portugal: estudos sobre a imprensa informativa (séculos XVI-XX)* (pp. 103-140). Livros ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova.
- Tengarrinha, J. (1965). *História da imprensa periódica portuguesa*. Portugal.
- Tengarrinha, J. (1974). A oratória e o jornalismo no Romantismo, in *Estética do Romantismo em Portugal. 1º Colóquio. Lisboa, 1970*. Grémio Literário/Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário.
- Tengarrinha, J. (1984). Imprensa. In J. Serrão (dir.), *Dicionário de história de Portugal*. Vol. 3 (pp. 266-272). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª edição revista e aumentada. Caminho.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Edições Colibri.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa: das origens a 1865*. Temas e Debates / Círculo de Leitores.
- Vasconcelos, A. A. T. de (1859). *O Sampaio da Revolução de Setembro*. s/n.

O fervor jornalístico português na Revolução Liberal de 1820

The Portuguese journalistic fervour in the Liberal Revolution of 1820

Eurico José Gomes Dias

ICPOL/ISCPSI — Instituto Superior de Ciências
Policiais e Segurança Interna
eurico_dias@sapo.pt
ORCID ID: 0000-0002-2989-4912

Resumo: Vivendo-se tempos revolucionários por toda a Europa e as Américas, a necessidade de reformas estruturais na imprensa periódica portuguesa foram bruscas, daí que o ano de 1820 seja considerado um ponto de charneira em qualquer estudo sobre o periodismo nacional. É também este o período que antecedeu a implementação do Romantismo no panorama literário europeu e, por consequência, a sua disseminação na ambiência literária portuguesa, nomeadamente através da edição e circulação de periódicos literários. O periodismo nacional transformou-se numa actividade militante em prol da participação cívica nos movimentos constitucionais, ou contra-revolucionários, contribuindo fortemente para uma transmutação da sociedade portuguesa, em pleno arranque do Liberalismo. Nesse contexto, os jornais fundados em 1820, e daí num sentido crescente posterior, foram verdadeiras ferramentas que permitiram informar — e “contra-informar” —, uma nação dilacerada por invasões militares e os vazios de poder central, mas adivinhando a emergência de futuros conflitos. Assim, os periódicos revolucionários exigirão reportar os acontecimentos cada vez mais livres e isentos da censura, não esquecendo a primeira Lei da Liberdade de Imprensa (4 de Julho de 1821) e o seu contributo para a promulgação da primeira Constituição (23 de Setembro de 1822). Ainda que grassasse um elevado nível de analfabetismo, os debates públicos, emancipatórios de uma opinião pública em ebulição, imporiam hábitos de leitura típicos de uma ambiência revolucionária político-ideológica, mas que auxiliarão a erguer o “novo” Portugal Liberal.

Palavras-chave: jornalismo; liberalismo; constituição; revolução liberal; liberdade de imprensa; opinião pública.

Abstract: *Experiencing revolutionary times across Europe and the Americas, the need for structural reforms in the portuguese periodic press was abrupt, hence the year 1820 is considered a turning point in any study of national journalism. This is also the period that preceded the implementation of Romanticism in the european literary panorama and, consequently, its dissemination in the portuguese literary environment, namely through the edition and circulation of literary periodicals. National journalism became a militant activity in favour of civic participation in constitutional or counter-revolutionary movements, contributing strongly to a transmutation of portuguese society, in the wake of Liberalism. In this context, the newspapers founded in 1820, and from there in a growing sense later, were true tools that allowed to inform — and ‘counter-inform’ — a nation torn by military invasions and the voids of central power, but predicting the emergence of future conflicts. Thus, revolutionary periodicals will demand to report the events increasingly free and exempt from censorship, not forgetting the first Law of the Freedom of the Press (July 4, 1821) and its contribution to the promulgation of the first Constitution (September 23, 1822). Even if there was a high level of illiteracy, public debates, emancipatory from a boiling public opinion, would impose reading habits typical of a revolutionary political-ideological ambience, but which will help to erect the ‘new’ Liberal Portugal.*

Keywords: *journalism; liberalism; constitution; liberal revolution; freedom of the press; public opinion.*

Introdução

Os tempos de viragem política vividos às vésperas da Revolução Liberal de 1820 (Barros, 2001; Cardoso, 2019; Cordeiro, 2020; Albuquerque, 2020) foram os catalisadores para reformulações profundas nos meandros da imprensa periódica portuguesa (Alves, 2013), querelas que dominariam os inícios dos tempos constitucionais. Os ventos revolucionários que sopravam por todas as Américas e a Europa após a Revolução Americana (1776) (Sá, 2016; Magalhães, 1990) e a Revolução Francesa (1789) (Vovelle, 1986) impuseram reformas estruturais também na sociedade portuguesa, daí que 1820 seja considerado identicamente um ponto de referência incontornável em qualquer estudo sobre o nosso periodismo (Tengarrinha, 2013).

É também este o período que antecedeu a implementação do Romantismo (França, 1993; Reis, C. & Pires, M. N., 1993; Buescu, 1997) nas ambiências literárias entre nós, nomeadamente através da difusão dos periódicos literários (Chaves, 1979; Ribeiro, 2014). O periodismo nacional transformou-se numa actividade militante em prol da participação pública nos movimentos constitucionais (Tavares, 2019), e/ou contra-revolucionários, contribuindo fortemente para uma reedificação política da sociedade portuguesa.

Os órgãos periódicos fundados em 1820, assim como daí em diante, foram verdadeiras armas que permitiram informar — e “contra-informar” —, uma nação despedaçada por invasões, ocupações militares e vazios de Poder, fazendo adivinhar os futuros conflitos civis ao longo de todo o século XIX (Ventura, 2006; Thomson, 2019). Assim, esses periódicos iminentemente revolucionários descreveram os acontecimentos praticamente livres de censura (Tengarrinha, 1993), fomentando a feitura da primeira Lei da Liberdade de Imprensa (4 de Julho de 1821) (Dias, 1966) e os seus contributos para a promulgação da primeira Constituição (23 de Setembro de 1822) (Moreira & Domingues, 2020). Ainda que grassasse um elevado nível de analfabetismo, os debates públicos foram factores emancipatórios de uma opinião pública em ebulição (Alves, 2000; 2015), os quais alimentaram hábitos de leitura individual e colectiva (Guedes, 1987; Domingos, 2002; Manguel, 2020) numa atmosfera revolucionária eivada de querelas político-ideológicas, entre outras reivindicações patrióticas.

Noutros lugares havéramos comentando um dos periódicos mais importantes (Dias, 2017, pp. 181-191) para a divulgação científica em Portugal — o *Jornal Enciclopédico* (1779) (Reis, 2005), o qual pretendia divulgar regulamente informações estritamente científicas a um público cada vez mais empenhado. A nossa imprensa periódica especializada seguia, desta forma, um caminho traçado por outros países europeus aquando a criação das suas academias e da multiplicação do número de periódicos científicos. Tendo em conta o panorama cultural português, fortemente marcado por uma estrutura social típica do *Ancien Régime* (Monteiro, 2003), bem como pelo elevado índice de analfabetismo, não se pode admitir que as ciências e o conhecimento científico tivessem uma grande parcela da população como alvo, mas um círculo restrito de leitores.

É lógico que a sua vertente científica evoluirá paralelamente e, dado o então papel de referência do *Jornal Enciclopédico*, encetaram-se vários esforços editoriais para o “reavivar”. Deste modo, consequentemente, surgiria o *Jornal Enciclopédico de Lisboa* (*Diccionario Jornalístico Portuguez*, p. 203), coordenado por Fr. José Agostinho de Macedo (1761-1831) (Andrade, 2001; 2004) e Joaquim José Pedro Lopes (1778?-1840) (*Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. IV, 1860, pp. 107-111), constituindo um marco crucial na divulgação científica em Portugal e serviria de inspiração a inúmeros periódicos até às primeiras décadas do século XIX, sendo o desenvolvimento das ciências consideradas indispensáveis para o progresso da Nação.

A utilidade dos conhecimentos veiculados era um dos critérios editoriais destas publicações, pelo que a teorização dos seus conteúdos fosse quase inexistente, preferindo-se uma

aplicabilidade prática. Não cabe neste breve espaço esboçar um levantamento exaustivo de todos os periódicos que incluíram informação científica relevante, mas muitos desses títulos integrados na categoria de “jornais enciclopédicos” (Nunes, 2001) seguiram os modelos propugnados pela *Encyclopédie* (vol. I-XXVIII, 1751-1772), sob orientação de Denis Diderot (1713-1784) (Curran, 2019) e Jean d’Alembert (1717-1783) (Paty, 1998), cuja multiplicidade de conteúdos científicos, políticos e literários foram relevantes.

Recordando o circuito londrino do jornalismo português (Dias, 2017, pp. 381-405), nomeadamente dos jornalistas oriundos da “primeira emigração”, refira-se que último periódico fundado em Londres antes da Revolução Liberal foi o polémico *O Padre Amaro, ou Sovéla, Política, Historica, e Literaria* (*Diccionario Jornalístico Portuguez*, pp. 233-234), publicado entre Janeiro de 1820 e Maio de 1826, reunindo 12 volumes — seria continuado pelo londrino *Appendice ao Padre Amaro*. Editado pelo padre Joaquim Ferreira de Freitas (1771-1831) (DBP, vol. IV, 1860, pp. 77-79), o qual esteve ao serviço das forças francesas, foi acusado de colaboracionismo, pelo que fugiu para Londres e aí dedicar-se-ia ao jornalismo. Sendo um periódico altamente politizado, pelejou pela defesa pública do esforço independentista brasileiro, D. Pedro I do Brasil premiaria Joaquim Ferreira de Freitas com uma pensão vitalícia de 600 libras anuais, mas que seria suspensa nos seus últimos anos de vida.

Em Paris, no âmbito do circuito parisiense do jornalismo nacional (Dias, 2017, pp. 495-504), seria editado *O Contemporaneo Politico e Litterario* (1820) (*Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. I, p. 165-165v.^o), de tiragem mensal, cujo redactor foi Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real (1760-1832), 1.^o conde de Suberra (Thomaz, 1906), coadjuvado por Cândido José Xavier Dias da Silva (1769-1833) (DBP, vol. III, 1859, pp. 28-29) e José da Fonseca (1788-1866) (Fonseca, 1853). Apenas publicou quatro números editados entre Janeiro a Abril de 1820, sendo um periódico político, também incluiu vários artigos históricos e literários, mas foi estritamente dedicado à reflexão política em após as Guerras Napoleónicas (Wooten, 2010) e o advento do Liberalismo em Portugal e na Europa.

Ainda que o Congresso de Viena (1815) (Pellistrandi, 2002) intentasse um retorno estrutural e impreterível ao status quo do Absolutismo e obstar o progresso das ideias liberais — veiculadas pelos soldados franceses e os poetas pré-românticos, tal como Lord Byron (1788-1824) (Freire, 1944), os partidários do culto das nacionalidades/nacionalismos (Hobsbawn, 2004; Geary, 2008), etc. —, os povos subjugados exigiam violentamente reformas liberais urgentes. Somente o Império Russo, o Império Austro-Húngaro e o reino da Prússia, os principais subscritores de Viena, conservaram os modelos monárquicos absolutistas (Toríbio, 1992). Até a Espanha, submetida por Napoleão Bonaparte até 1813 (Fremont-Barnes, 2010), jurou uma Constituição liberal (Cádiz, 1820), a qual foi interrompida, contudo, pela reacção absolutista de 1823 e a guerra civil até 1839.

Também estes ímpetus revolucionários se impuseram em Portugal, nutrindo gradualmente o gérmen do Liberalismo. Após as invasões francesas de 1807-1811 (Teixeira & Barata,

2004), as quais motivaram a saída da Família Real para o Brasil (Geraldo, 2011), os contingentes ingleses, expulsos definitivamente os exércitos de Napoleão, teimaram em manter os seus efectivos militares no nosso país. Chefiando arbitrariamente o governo na ausência da Coroa, o governo militar de Lord William Carr Beresford (1768-1854) (Newitt & Robson, 2004) manteve os preceitos absolutistas e perseguiu os simpatizantes liberais, culminando na execução do general Gomes Freire de Andrade (1757-1817) (Brandão, 1988) e dos Mártires da Pátria (18 de Outubro de 1817), o que aprofundou os sentimentos de descontentamento geral. Para além do ambiente de rebelião quase iminente, em virtude da permanência incompreendida de D. João VI e da Corte no Rio de Janeiro após o término dos conflitos (Pedreira & Costa, 2007; Martins, 2010), acresceu a miséria generalizada de um país submetido ao arbítrio inglês, pelo que os ideais liberais da Revolução Francesa obtiveram cada vez mais adeptos, impelidos pela Maçonaria (Ventura, 2020).

Consequentemente, eclodiu uma sublevação militar no Porto a 24 de Agosto de 1820 e que logo se espalhou por outras vilas e cidades, consolidando-se com a adesão de Lisboa. Não existem relatos evidenciando uma oposição de maior monta, sendo a insurreição motivada pelo pretexto dos soldos militares em atraso e por lojistas e comerciantes descontentes, conseguindo aliciar o apoio de quase todas as camadas sociais. A junta governativa de Lord Beresford, ausente então no Brasil, foi prontamente substituída pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (*Carta dirigida a El Rei o Senhor D. João VI...* 1820), o qual convocou as Cortes Gerais para redigir uma Constituição, a qual perfilharia o modelo constitucional espanhol. Forçado a regressar do Brasil, D. João VI chegou a Lisboa no ano seguinte, depois das eleições para as Cortes Constituintes (Marques, 1975). Em 1822, o monarca jurou a Constituição, assombrada, entretanto, pela independência brasileira (7 de Setembro de 1822) (Ramos, 2018), mas igualmente inspirada pelos exemplos sul-americanos, identicamente evados de ideais liberais.

Entretanto, a Junta do Supremo Governo Provisório do Reino arrogou-se ao domínio quase exclusivo de publicar periódicos, o que sucederia com o *Diario Nacional* (Cunha, 1941, p. 272), editado entre 26 de Agosto e 5 de Setembro de 1820, o qual não possui uma autoria expressa. Foi o primeiro periódico imediatamente publicado após as movimentações revolucionárias e é uma importante fonte de informação histórica para o conhecimento dos interlúdios liberais e miguelistas (Conefrey, 1999).

Finda a edição do *Diario Nacional*, a 5 de Setembro, o Supremo Governo Provisório do Reino fez editar, seguidamente, o periódico *Regeneração de Portugal* (Reis, 1896, 1999, p. 63) entre 18 e 27 de Setembro seguintes. Usando um formato «in-quarto», com duas páginas, era praticamente um mero edital com informações pragmáticas sobre as iniciativas revolucionárias.

De entre os efémeros periódicos políticos então publicados, salientou-se o periódico diário *O Portuguez Constitucional* (1820-1821) (Cunha, 1941, p. 273), por Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (1781-1826) (DBP, vol. VI, 1862, pp. 304-311), ligado ao complot revolucionário,

pelo que o seu conteúdo noticioso foi somente de índole política.

Curiosamente, houve um periódico que se propôs ser a “memória” documental da Revolução: tratou-se do diário lisboeta *Mnemosine Constitucional* (1820-1821) (Cunha, 1941, p. 272), de Pedro Alexandre Cavroé (1776-1844) (DBP, vol. VI, 1862, pp. 381-383), conhecido do público português desde o *Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana* (1816-1817) (DJP, vol. I, p. 199-199v.^o), também um valioso repositório sobre o processo constitucional anterior a 1822.

A Junta do Supremo Governo Provisório do Reino chamaria a si a responsabilidade de editar o *Correio do Porto* (Cunha, 1941, pp. 273-274), redigido por Joaquim Rodrigues de Andrade (?-?), João António Frederico Ferro (?-?) (Topa, 2013) e Alvito Buela Pereira de Miranda (1791-1862). Foi uma continuação do *Regeneração de Portugal* (1820), editado entre 27 de Setembro de 1820 e 7 de Maio de 1834 — suspenderia a sua publicação entre 8 Julho de 1832 e 5 Janeiro de 1833 e, a partir de 6 Janeiro de 1833, seria impresso em Coimbra, a expensas da Real Imprensa da Universidade. O *Correio do Porto* abraçaria as causas liberais e/ou absolutistas conforme as condições políticas do momento, mas permanece um precioso depósito de informação político-noticiosa até ao final das lutas liberais.

Ocorrida a revolta no mês precedente, sucedeu-se *O Patriota* (Cunha, 1941, p. 273), um diário editado entre 27 Setembro de 1820 e 17 de Dezembro de 1821. Periódico político-noticioso estritamente vocacionado para os processos burocrático-políticos das Cortes Constituintes, foi redigido por João Pedro Norberto Fernandes (1780-1836) (DBP, vol. VI, 1862, p. 8) e outros colaboradores — convém, no entanto, referir em 1821 surgiu um outro periódico homónimo, com breve vigência. O discurso noticioso de *O Patriota* desenrolou-se em redor dos trabalhos das Cortes Constituintes, movido pela necessidade de informar os leitores sobre a História das Cortes em Portugal, apontando especificamente a tradição das Cortes de Lamego.

Mais uma vez, as evocações destas lendárias Cortes procuraram legitimar as Cortes Constituintes ao início da nacionalidade e noutros acontecimentos cimeiros da nossa História, como a Restauração de 1640-1668. Estava-se num momento de viragem política em Portugal e importava denunciar as antigas formas de governação política na Europa, pelo que os resquícios do feudalismo seriam ostracizados e relacionados à ignorância medieval. A esfera da soberania teria de ser forçosamente devolvida ao povo, como “advogaram” as Cortes de Lamego, elogiando-se o pioneirismo daquela assembleia, mas sem colocar em causa a sua ocorrência.

Refira-se, neste contexto, o protagonismo de António Maria do Couto (1778?-1843), igualmente conhecido do público português, quem publicaria *O Liberal* (Cunha, 1941, p. 274), entre 28 de Setembro de 1820 e 29 de Agosto de 1821, editando 37 números inteiramente dedicados aos acontecimentos vintistas.

Seguiu-se o *Genio Constitucional*, famoso periódico que muito contribuiu para o êxito revolucionário, também uma importantíssima fonte de informação sobre a Revolução de 1820. Redigido por Alfredo Braga (?-?) e António Luís de Abreu (?-?), este diário portuense foi editado entre 2 de Outubro e 30 Dezembro de 1820, embora não se deva confundir com um outro

periódico homónimo publicado em Lisboa, em 1826. O principal interesse do *Genio Constitucional* centrou-se nas controvérsias constitucionais em que, mais uma vez, as Cortes de Lamego revelar-se-iam um móbil onde se procurou firmar a autoridade das Cortes Constituintes.

No crescendo do combate político no periodismo nacional, salientou-se o *Astro da Lusitania* (1820-1823) (DJP, vol. I, p. 292-292v.^o), um dos mais importantes periódicos editados em Lisboa, logo após as movimentações militares no Porto e posteriormente à publicação de *O Portuguez Constitucional* (1820-1821), de Nuno Álvares Pereira Pato Moniz, e a *Mnemosine Constitucional* (1820-1821), de Pedro Alexandre Cavoé. Redigido pelo bacharel Joaquim Maria Alves Sinval (?-?) (DBP, vol. IV, 1860, p. 131), o *Astro da Lusitania* seria editado até à suspensão das garantias que precedeu a queda da Constituição em Junho de 1823, tendo sido o último número publicado a de 15 de Abril desse ano. Era um dos periódicos mais creditados à época, distinguindo-se pela contestação e denúncia que fez aos excessos revolucionários:

Portugal acaba de fazer huma revolução, que nas idades futuras passará por milagrosa, e servirá ainda de prova de que seus habitantes conservarão alguns restos de Virtude, apesar dos continuos assaltos do Despotismo, que não podendo estender o Sceptro d' aço sobre huma Nação morigerada, unicamente tratava de fazer-nos perder aquelle character com que tanto se illustrarão os nossos maiores nos dourados seculos da Monarchia Lusitana. (...) He porém digno de notar-se que havendo hoje em Portugal tantos homens de Lettras occupados em escrever Jornaes, e Periodicos, ainda nenhum delles se lembrasse de patentear aos olhos do Povo Portuguez, quaes erão esses vicios, esses abusos, essas instituições monstruosas, que nascidas nos seculos da mais caliginosa ignorancia, se tem conservado até aos nossos dias, a despeito do bom senso, e da Filosofia: ainda nenhum entre nós se lembrou de apontar os remedios indicados pela nova Ordem das cousas em que somos entrados. (...)

Entretanto podemos afiançar aos nossos Leitores, que jámais deixaremos de respeitar inalteravelmente as Leis da Decencia, e da Modestia, fallando nos vicios da administração, e dos defeitos das varias instituições, pouparemos, quanto possivel for as pessoas, lembrando-nos que todos somos homens, e por isso sujeitos a mil fragilidades proprias da nossa especie. (...) Se os nossos discursos não apresentarem as vozes as mais sollidas idéas, estamos muito promptos a transcrever neste mesmo Jornal, todas, e quaesquer correcções, e emendas que nos forem communicadas, as quaes receberemos de bom grado, se aquelles que as remetterem, guardarem a moderação, que nos propomos guardar, e que tão bem assenta em homens Portuguezes, e Christãos (Sinval, J. M. A., 30 Out. 1820, pp. 1-2).

Pouco ou nada sabemos sobre o *Manifesto da Razão* (1820) (DJP, vol. I, p. 480), o primeiro periódico político lançado em Coimbra após a Revolução Liberal. Os seus dois números conhecidos, em formato «in-quarto», dão-nos conta de ser um prosélito revolucionário, mas nem tão-pouco sabemos quem foi o seu autor. Por razões óbvias, era desprovido de reflexões científicas ou culturais. No entanto, não resistimos a transcrever uma passagem que qualificou

peculiarmente todo este momento, justificando a sua plena inclusão na História de Portugal:

Os dias 26 de Novembro de 1807 e 24 de Agosto de 1820 fazem as duas Epochas mais famosas da Historia Lusitana. Aquelle, porque fabricou a longa cadeia dos nossos infortunios: este, porque a quebrou briosamente e acaba de lançar os mais solidos fundamentos da nossa felicidade. Dias famosos!... que fechão o periodo mais importante dos nossos Fastos! No curto espaço de 13 annos appresentão ao Historiador e ao Filosofo o quadro mais bello e a lição mais sublime, que por ventura apanharião em muitos seculos. (...)

Guerreiros da Europa, que fostes nossos companheiros em armas, e boas testemunhas do nosso amor e fidelidade para com D. João VI, suspendei o vosso espanto e vinde á nossa Historia. Soveranos e Vassallos de todo o Mundo, vinde aprender entre nós a governar bem e a obedecer nobremente. Sabei da nossa Historia e dos nossos infortunios, e vereis como somos ainda os mesmos, e sempre constantes e firmes na carreira da honra e da virtude: vereis finalmente, como nada nos póde abalar sobre a nobre resolução, que tomámos, ainda que todo o Mundo caia sobre nós. (...) Desta arte subirão os nossos Avós ao cume da maior gloria: da mesma surgirão os nossos Libertadores no famoso dia 24 de Agosto, e com a mesma levaremos todos ao fim o seu grande começo, nem que a vida nos custe, pois não na sabemos estimar, quando a Patria a reclama. Dulce et Decorum est pro Patria mori [Horat. Liv. III, Od. 2] (*Manifesto da Razão sobre o estado presente das cousas de Portugal, e partido, que cada um deve tomar, conforme os verdadeiros principios da justiça e moral christã*, 1820, pp. 1-3).

Tendo como plano de fundo as Cortes Constituintes em curso, João Francisco Delgado (?-?) (DBP, vol. II, 1859, p. 377) avançaria com mais uma transcrição analítica sem qualidade historiográfica ao antigo texto das Cortes de Lamego no “seu” periódico bissemanal *Minerva Constitucional* (DJP, vol. I, 485-485v.^o). Só se conhecem oito números deste periódico publicado entre 11 de Novembro e 9 Dezembro de 1820, embora o seu principal foco se cingisse às notícias provenientes dos Estados Unidos da América e às biografias das principais individualidades ligadas à independência norte-americana, tais como Benjamin Franklin (1706-1790) e Georges Washington (1732-1799), entre outros.

O Amigo do Povo, ou Sentinella da Liberdade (DJP, vol. I, 273-273v.^o), um periódico semanal editado por Manuel José Gomes de Abreu Vidal (?-?) (DBP, vol. VI, 1862, pp. 25-26), foi um dos mais marcantes jornais publicados após os acontecimentos revolucionários. Muitíssimo politizado, uma característica endémica na imprensa periódica coeva, aludiu repetidamente às Cortes de Lamego, sem olvidar todas as Cortes realizadas em Portugal, embora destacasse as Cortes de Leiria (1254) (Caetano, 2004) em virtude do dinamismo popular nas tomadas de decisão do Estado, vontades gerais que as Cortes Constituintes de 1822 se propunham resgatar.

De entre os vários títulos lançados então a público, relembramos o quase incógnito periódico *Cidadão Artista Constitucional aos seus Compatriotas* (Rafael, & Santos, vol. I, 2001, p

157), de redactor anónimo e do qual apenas existem os exemplares n.º 6 (1820) e n.º 7 (15 de Janeiro de 1821), mas com um noticiário político-noticioso exclusivamente dedicado às Cortes Constituintes.

Para a memória histórica deste tempo deve ler-se *O Pregoeiro Lusitano* (1820-1821) (DJP, vol. I, pp. 564-566), de Clemente José de Mendonça (?-?) (DBP, vol. II, 1859, pp. 81-82). Todos os volumes compilados deste periódico compreendem exclusivamente as labutas constitucionais desde a sua instalação, a 26 de Janeiro de 1821, embora este periódico tenha suspenso a sua publicação em fins desse ano.

O periódico *O Templo da Memória, ou Observador Constitucional* (1820) (DJP, vol. I, p. 611), editado por Francisco Baptista Oliveira de Mesquita (?-?) (DBP, vol. IX, 1870, pp. 267-268), lançou apenas dez números com sùmulas dos documentos oficiais e embora possuísse alguns artigos culturais, foi estritamente dedicado à causa vintista.

O “periódico” *Parabolas Accrescentadas ao Portugal Regenerado* (1820-1821) (Rafael, & Santos, vol. II, 2002, p. 156), do afamado jurista Manuel Borges Carneiro (1774-1833) (Castro, 1990), publicou oito números em formato «in-oito». Enquanto publicação noticiosa e de crítica social, o autor usou o pseudónimo «D. C. N. Público» e teceu apreciações sobre o emergente Direito Constitucional português assente na legislação medieval portuguesa, a qual, na sua óptica, ainda com passível aplicabilidade em determinados casos político-jurídicos.

Como consequência do processo revolucionário, assistiu-se a uma profusão de pequenos periódicos, tais como *A Nação e o Rei* (1820) (Cunha, 1941, p. 274), em que apenas se conhece um único número, embora o seu anónimo autor pretendesse uma tiragem bimensal. Publicou uma breve apologia às virtudes cívicas que devem integrar o texto de uma Constituição. Na sua esmagadora maioria, estas publicações periódicas há muito que desapareceram e actualmente são raríssimas, inclusive o próprio *Diário de Governo*, o periódico oficial do regime. Embora existam referências pormenorizadas a outros periódicos editados em 1820, tais como o *Lysia Degenerada* (DJP, vol. I, p. 472), *O Homem Livre Amigo do Povo e do Principe* (Idem, p. 454), bem como *O Mudo com Fala* (Dias, E. G., 2017, p. 531) ou *A Voz da Razão* (Idem, p. 531), existem sugestões bibliográficas que assinalam um volume superior de publicações periódicas.

Como sempre se confirmou desde a origem da imprensa periódica, a História serviu e sustentou as experiências jornalísticas, fornecendo os fundamentos necessários para a edificação das mais incontáveis representações discursivas com que se ilustraram os relatos dos acontecimentos (Rebelo, 2005; Rêgo, 2018). Perfilhando Clio como guia e intérprete, assistiu-se então a uma transmutação da actividade jornalística, embora a nossa imprensa periódica seguisse, em paralelo, os caminhos traçados por outros países europeus. Por conseguinte, os inícios dos tempos liberais também foram vanguardistas nos meandros da imprensa periódica geral, daí que a data de 1820 seja identicamente um *turning point* em qualquer estudo sobre o jornalismo nacional.

Referências bibliográficas

Fontes periódicas

- A Nação, e o Rei, ou idéa geral dos deveres que huma Nação está obrigada a praticar consigo mesma, pelo que respeita a escolha da sua Constituição; e daquelles que tem a exigir do Soberano que a houver de governar* (1820). Impressão de Alcobia.
- A Voz da Razão* (1820). Typographia Morandiana.
- Appendice ao Padre Amaro* (1826-1830). R. Greenlaw.
- Astro da Lusitania* (1820-1823). Officina de J. F. M. de Campo.
- Cidadão Artista Constitucional aos seus Compatriotas* (1820-1821). Typographia Morandiana.
- Correio do Porto* (1820-1834). Typographia da Praça de Santa Thereza.
- Defeza de Portugal. Semanario periodico politico e moral* (1831-1833). Impressão Régia.
- Diario do Governo* (1820). Impressão Régia.
- Diario Nacional* (1820). Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.
- Genio Constitucional* (1820). Typographia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos.
- Jornal de Bellas Artes, ou Mnemosine Lusitana* (1816-1817). Impressão Régia.
- Jornal Enciclopedico de Lisboa* (1820). Impressão Régia.
- Jornal Enciclopedico dedicado à Rainha Nossa Senhora e destinado para instrução geral com noticia dos novos descobrimentos em todas as Sciencias e Artes* (1779-1806). Officina de Antonio Rodrigues Galhardo; Typographia Moraziana; Officina de Filipe da Silva e Azevedo; Officina de António Gomes.
- Lysia Degenerada* (1820). Impressão de Alcobia.
- Manifesto da Razão sobre o estado presente das cousas de Portugal, e partido, que cada um deve tomar, conforme os verdadeiros principios da justiça e moral christã* (1820). Real Imprensa da Universidade.
- Minerva Constitucional* (1820). Nova Impressão da Viuva Neves & Filhos; Impressão Régia.
- Mnemosine Constitucional* (1820-1821). Impressão Nacional.
- O Amigo do Povo, ou Sentinella da Liberdade* (1820-1821). Impressão Régia.
- O Contemporaneo, Politico, e Litterario* (1820). Officina de P. N. Rougeron.
- O Homem Livre Amigo do Povo e do Principe* (1820). Officina de J. F. M. de Campos.
- O Liberal* (1820-1821). Typographia Morandiana.
- O Mudo com Fala, ou hum Portuguez verdadeiro e sincero* (1820). Typographia Rollandiana.
- O Padre Amaro, ou Sovéla, Politica, Historica, e Literaria* (1820-1826). L. Thompson; R. Greenlaw.
- O Patriota* (1820-1821), Impressão da Viuva Neves & Filhos.
- O Portuguez Constitucional* (1820-1821). Typographia Rollandiana.
- O Pregoeiro Lusitano. Historia circunstanciada da Regeneração Portuguesa. Desde o Porto, seu Illustre Berço, até a ultima conclusão das Côrtes, com varios Discursos tendentes ao mesmo objecto* (1820-1821). Typographia de João Baptista Morando; António Nuno dos Santos.
- O Templo da Memoria, ou Observador Constitucional* (1820). Impressão Régia.
- Parabolas Accrescentadas ao Portugal Regenerado* (1820-1821). Impressão Régia; Imprensa Nacional; Typographia Lacerdina.

Regeneração de Portugal (1820). Typographia da Praça de Santa Thereza.

Estudos

- Albuquerque, R. (2020). *1820. O Liberalismo em Portugal*. Oficina da Liberdade/Alêtheia Editores.
- Alves, J. A. S. (2000). *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Departamento de Ciências Humanas da Universidade Autónoma de Lisboa.
- Alves, J. A. S. (2013). *Glória, Memória e Mito: o periodismo vintista (1820-1823)*. Editora Media XXI/Centro de História da Cultura (FCSH-UNL).
- Alves, J. A. S. (2015). *A Opinião Pública em Portugal: da Praça Pública à Revolução (1780-1820)*. Editora Media XXI/Centro de História da Cultura (FCSH-UNL).
- Andrade, M. I. O. (2001). *José Agostinho de Macedo. Um Iluminista Paradoxal*, vol. I. Edições Colibri.
- Andrade, M. I. O. (2004). *José Agostinho de Macedo. A Contra-revolução em Português*, vol. II. Edições Colibri.
- Barros, J. (2001). *A Revolução de 1820. A sua obra e os seus homens*. Caixotim Edições.
- Brandão, R. (1988). *Vida e morte de Gomes Freire*. Editorial Comunicação.
- Buescu, H. C. (coord.) (1997). *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Editorial Caminho.
- Caetano, M. (2004). *As Cortes de Leiria de 1254*. Academia Portuguesa da História/Edições Colibri.
- Cardoso, J. L. (2019). *A Revolução Liberal de 1820*. CTT Correios de Portugal.
- Carta dirigida a ElRei o Senhor D. João VI. pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, estabelecida na cidade do Porto* (1820). Impressão Régia.
- Castro, Z. O. (1990). *Cultura e Política: Manuel Borges Carneiro e o Vintismo*. INIC/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- Chaves, C. B., (1979). *O Romance Histórico no Romantismo português*. Instituto de Cultura Portuguesa.
- Conefrey, J. (1999). *Jornais, Séries e Periódicos Portugueses 1826-1834 (desde a morte de D. João VI à queda de D. Miguel)*. Parceria.
- Cordeiro, J. M. L. (2020). *1820. Revolução Liberal do Porto*. CMP.
- Cunha, A. (1941). *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Academia das Ciências de Lisboa.
- Curran, A. S. (2019). *Diderot e a arte de pensar livremente*. Temas & Debates/Círculo de Leitores.
- Dias, A. C. (1966). *Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro Parlamento português*. Portugalá Editora.
- Dias, E. G. (2017). *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa entre a Restauração e a Revolução Liberal*. Caleidoscópio.
- Domingos, M. (coord.) (2002). *Estudos sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal 1995-2000*. Biblioteca Nacional.
- França, J. A. (1993). *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*. Livros Horizonte.
- Freire, J. P. (1944). *Lord Byron, vida e obra, suas referências a Portugal*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Fremont-Barnes, G. (2010). *A Guerra Peninsular, 1807-1814. Napoleão é derrotado em Espanha e Portugal*. Osprey Publishing.
- Geary, P. (2008). *O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo*. Gradiva.

- Geraldo, J. M. (2011). *As Invasões Napoleónicas. Desde a ida da Família Real para o Brasil às Linhas de Torres (1807-1811)*. Âncora Editora.
- Guedes, F. (1987). *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História (Séculos XVIII-XIX)*. Editorial Verbo.
- Hobsbawn, E. (2004). *A Questão do Nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*. Terramar.
- Magalhães, J. C. (1990). *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América*. Publicações Europa-América.
- Manguel, A. (2020). *Uma História da Leitura*. Edições Tinta-da-China.
- Marques, A. H. O. (introd.) (1975). *Exposição Eleições para Assembleias Constituintes (1820-1836-1911)*. Biblioteca Nacional.
- Martins, A. C. D. (2010). *D. João VI, o Clemente, «Reis de Portugal»*, n.º 27. Academia Portuguesa da História/QuidNovi.
- Monteiro, N. F. (2003). *Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Instituto de Ciências Sociais.
- Moreira, V. & Domingues, J. (2020). *No Bicentário da Revolução Liberal — I. Da Revolução à Constituição, 1820-1822*. Porto Editora.
- Newitt, M. & Robson, M. (2004). *Lord Beresford e a intervenção britânica em Portugal, 1807-1820*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Nunes, M. F. (2001). *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «Sciencia Agrícola» em Portugal*. Estar Editora.
- Paty, M. (1998). *D'Alembert. Belles Lettres*.
- Pedreira, J. & Costa, F. D. (2007). *D. João VI, «Reis de Portugal»*, vol. XXVII. Círculo de Leitores.
- Pellistrandi, B. (2002). *As Relações Internacionais de 1800 a 1871: a Europa de Napoleão, o Congresso de Viena...* Edições 70.
- Pereira, A. X. S. (s. d.). *Dicionário Jornalístico Português*, vol. I. Manuscrito.
- Rafael, G. G. & Santos, M. (2001). *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, vol. I. Biblioteca Nacional.
- Rafael, G. G. & Santos, M. (2002). *Jornais e Revistas Portuguesas do séc. XIX*, vol. II. Biblioteca Nacional.
- Ramos, R. (coord. et al.) (2018). *A monarquia constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910): uma História paralela de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira*. Publicações Dom Quixote.
- Rebelo, J. (coord.) (2005). *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. O Acontecimento*, n.º 6. Casa das Letras/ISCTE.
- Rêgo, A. R. (coord. et al.) (2018). *Narrativas do Jornalismo & Narrativas da História*. Editora Media XXI.
- Reis, A. S. (1896, 1999). *Jornais do Porto*. BPMP.
- Reis, C. & Pires, M. N. (1993). *História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo*, vol. V. Editorial Verbo.
- Reis, F. E. (coord.) (2005). *Felicidade, Utilidade e Instrução. A divulgação científica no Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha 1779; 1788-1793; 1806*. Porto Editora.
- Ribeiro, A. M. (2014). *O Museu de Imagens na Imprensa do Romantismo. Património arquitectónico e artístico nas ilustrações e textos do Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sá, T. M. (2016). *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Publicações D. Quixote.
- Silva, I. F. (et al.) (1858-1972). *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vols. I-XXIV. Imprensa Nacional.
- Tavares, A. (2019). *Administração Pública Portuguesa*. Francisco Manuel dos Santos.
- Teixeira, N. S. & Barata, M. T. (2004). *Nova História Militar. A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas*, vol. III. Círculo de Leitores.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida. Uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828*. Colibri.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865*. Temas & Debates/Círculo de Leitores.
- Thomaz, A. F. (1906). *Diário do general M. I. Martins Pamplona (Maio a Outubro de 1810)*. Imprensa Lusitana.
- Thomson, R. B. (2019). *Miguelistas e Liberais. Évora Monte, o fim da guerra dos dois irmãos e o fracasso do Liberalismo em Portugal*. Bertrand Editora.
- Topa, F. (2013). João António Frederico Ferro e a invasão francesa de 1809: “O saque dos conos”. In: *Anthesis: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Occidental*, 4. UFAC.
- Toribio, J. C. (dir.) (1992). *História Universal. América pré-hispânica e colónia. Do despotismo iluminado (século XVIII) aos nacionalismos (século XIX)*, vol. III. Grupo Editorial Oceano.
- Ventura, A. (2006). *Guerras Liberais. Vilafrancada, Abrilada e Cerco do Porto (1820-1834)*. QuidNovi/Academia Portuguesa de História.
- Ventura, A. (2020). *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*. Debates/Círculo de Leitores.
- Vovelle, M. (1986). *Breve História da Revolução Francesa*. Editorial Presença.
- Wooten, G. (2010). *Waterloo, 1815. Wellington derrota Napoleão*. Osprey Publishing.

Revistas da Monarquia e I República: uma contribuição para a história da imprensa em Portugal

Magazines of the Monarchy and The First Republic: A contribution to the history of the Portuguese press

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA
jpsousa@ufp.edu.pt
ORCID ID: [0000-0003-0814-6779](https://orcid.org/0000-0003-0814-6779)

Celiana Azevedo

Universidade Nova de Lisboa e ICNOVA
celianaazevedo@fcsh.unl.pt
ORCID ID: [0000-0002-1768-2525](https://orcid.org/0000-0002-1768-2525)

Resumo: Como parte do projeto “Para uma História do Jornalismo em Portugal”, financiado pela FCT, este artigo apresenta uma história cronológica e narrativa das revistas de informação geral surgidas em Portugal durante a Monarquia e a I República. Sendo uma temática ainda sub-representada nos estudos de jornalismo, o objetivo deste artigo é contribuir para um maior entendimento deste campo de pesquisa, mais especificamente, das revistas em Portugal. Para isso, realizamos uma análise qualitativa recorrendo a arquivos e discutimos como estas publicações evoluíram ao longo do tempo e como a contextualização histórica e social da época influenciaram estas transformações. Entre as primeiras revistas ilustradas portuguesas de informação geral a orientarem-se mais relevantemente para a cobertura da atualidade no final da Monarquia destacam-se a revista *O Ocidente* (1878-1915), a *Ilustração Universal: Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro* (1884-1885), a *Branco e Negro* (1896-1898), a *Brasil-Portugal* (1899-1914) e a *Ilustração Portuguesa* (1903-1924) [segunda revista que apareceu com este título em Portugal]. Durante a I República surgiram a *ABC — Revista Portuguesa* (1920-1931), *O Domingo Ilustrado* (1925-1927) e a *Ilustração* (1926-1939). Esse período foi fértil em agitação social e a instabilidade política e as tentativas, por meios legais, mas também por atos violentos, de controlo da imprensa e a crise económica agravada pela I e II Guerra Mundial. Toda essa conjuntura refletiu-se na imprensa, setor sempre sensível à necessidade humana de expressão da opinião e das ideias, particularmente nas sociedades livres.

Palavras-chave: revistas; informação geral; monarquia; I república; Portugal.

Abstract: As part of the project “Para uma História do Jornalismo em Portugal”, funded by FCT, this article presents a chronological and narrative history of general information magazines arising in Portugal during the Monarchy and the First Republic. Being a theme still underrepresented in journalism studies, the objective of this article is to contribute to a greater understanding of this field of research, more specifically, magazines in Portugal. For this, we performed a qualitative analysis using archives and discussed how these publications evolved over time and how the historical and social contextualization of the time influenced these transformations. Among the first illustrated Portuguese magazines of general information the most relevant were *O Ocidente* (1878-1915), the *Ilustração Universal: Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro* (1884-1885), the *Branco e Negro* (1896-1898), the *Brasil-Portugal* (1899-1914) and the *Ilustração Portuguesa* (1903-1924) [second magazine that appeared with this title in Portugal]. During the First Republic emerged the *ABC — Revista Portuguesa* (1920-1931), *O Domingo Ilustrado* (1925-1927) and *Ilustração* (1926-1939). This period was fertile in social unrest and political instability and attempts, by legal means, but also by violent acts, of press control and the economic crisis aggravated by World War I and II. This whole situation was reflected in the press, a sector always sensitive to the human need for expression of opinion and ideas, particularly in free societies.

Keywords: magazines; general information; monarchy; I republic; Portugal.

Introdução

Foi no final do século XIX, ainda durante a Monarquia, que, em Portugal, se foi consolidando, gradualmente, um modelo de revista que já pode, com propriedade, considerar-se como sendo de *informação geral* sobre a atualidade. Essas revistas cobriam, por meio de textos verbais e textos visuais, uma vasta gama de assuntos atuais interessantes e relevantes, à luz de quaisquer critérios de noticiabilidade. Mas nenhuma delas descurou a componente cultural e literária e de entretenimento que, herdada das gerações de revistas anteriores, corresponderia às expectativas dos leitores da época.

As revistas de informação geral que surgiram a partir do final do século XIX foram

importantíssimas para a afirmação dos dispositivos visuais informativos na imprensa, designadamente da fotografia. Na verdade, a partir da derradeira década do século XIX, faz até menos sentido falar-se de *revistas ilustradas*, porque a *ilustração*, nomeadamente a fotografia, já fazia parte dos dispositivos informativos rotineiros nas revistas. Ou seja, se as revistas usavam já, habitualmente, imagens e palavras para informar, fazendo a imagem parte dos recursos informativos identitários da imprensa, enfatizar-se que uma revista de informação geral era *ilustrada* não tem sentido, a menos que seja para vincar uma característica concreta. Efetivamente, ao tempo, as revistas de informação geral eram, por norma, ilustradas. No entanto, como algumas delas — à época e alguns anos mais tarde — investiram na fotografia e, especificamente, no fotojornalismo, tornando este investimento em marca distintiva, usou-se o vocábulo (na designação *revistas ilustradas de informação geral*), ainda que admitindo uma certa redundância conceptual.

Entre as primeiras revistas ilustradas portuguesas de informação geral a orientarem-se mais relevantemente para a cobertura da atualidade no final da Monarquia destacam-se a revista *O Ocidente* (1878-1915), a *Ilustração Universal: Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro* (1884-1885), a *Branco e Negro* (1896-1898), a *Brasil-Portugal* (1899-1914) e a *Ilustração Portuguesa* (1903-1924, segunda revista que apareceu com este título em Portugal).

Durante a I República, surgiram a *ABC — Revista Portuguesa* (1920-1931), *O Domingo Ilustrado* (1925-1927) e a *Ilustração* (1926-1939).

Enquanto na Monarquia as revistas se sucederam quase em catadupa, na I República isso não aconteceu. Na verdade, considerando este segmento da imprensa, somente a *ABC*, a *Ilustração* e, particularmente, a *Ilustração Portuguesa* foram relevantes nesse período.

Várias razões poderão ser aduzidas para explicar a raridade da fundação de novas revistas durante a I República. Por um lado, a estrutura do mercado dos *media* tinha mudado. O grande público tinha-se habituado a revistas cada vez mais sofisticadas, em sintonia com o seu tempo, com um perfil editorial diversificado, ainda que centrado na informação, graficamente apelativas, nas quais a informação visual fosse prioritária. As revistas de informação geral, na I República, exigiam, pois, uma infraestrutura produtiva mais pesada e investimentos mais substanciais em recursos financeiros, técnicos e humanos do que as revistas surgidas no tempo da Monarquia.

Por outro lado, a instabilidade política da I República, as tentativas — por meios legais, mas também por atos violentos — de controlo da imprensa e a crise económica, agravada pela I Guerra Mundial (1914-1918), conflito no qual Portugal se viu indiretamente envolvido, em África e no Atlântico, logo que deflagrou, e diretamente envolvido a partir de 1916, geraram um ambiente pouco propício ao investimento em novos projetos mediáticos.

Toda essa conjuntura refletiu-se na imprensa, setor sempre sensível à necessidade humana de expressão da opinião e das ideias, particularmente nas sociedades livres.

Monarquia

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro

A primeira revista portuguesa que poderá ser considerada uma revista ilustrada de informação geral é *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Embora o seu foco inicial tenha sido a cultura, a promoção geral do conhecimento e o entretenimento, com o tempo, quer por força da concorrência da *Ilustração Universal*, *Branco e Negro*, *Brasil-Portugal* e, principalmente, da *Ilustração Portuguesa*, quer para corresponder à intensificação do interesse do público pela atualidade, foi-se tornando numa revista que já poderá ser apelidada como revista de informação geral.

A revista *O Ocidente* surgiu em Lisboa, no dia 1 de janeiro de 1878, por iniciativa de um antigo gravador do *Arquivo Pitoresco*, Caetano Alberto da Silva, proprietário de uma oficina de xilogravura, que forneceu o capital; do pintor, cenógrafo e conservador de museus Manuel de Macedo (de seu nome completo Manuel Maria de Macedo Pereira Coutinho Vasques da Cunha Portugal e Menezes), que se encarregou, com Caetano Alberto, da direção artística do novo periódico; do jornalista e poeta Guilherme Avelino Chaves de Azevedo, o cronista de serviço nos primeiros anos da revista *Ocidente*, responsável pela rubrica “Crónica Ocidental”;

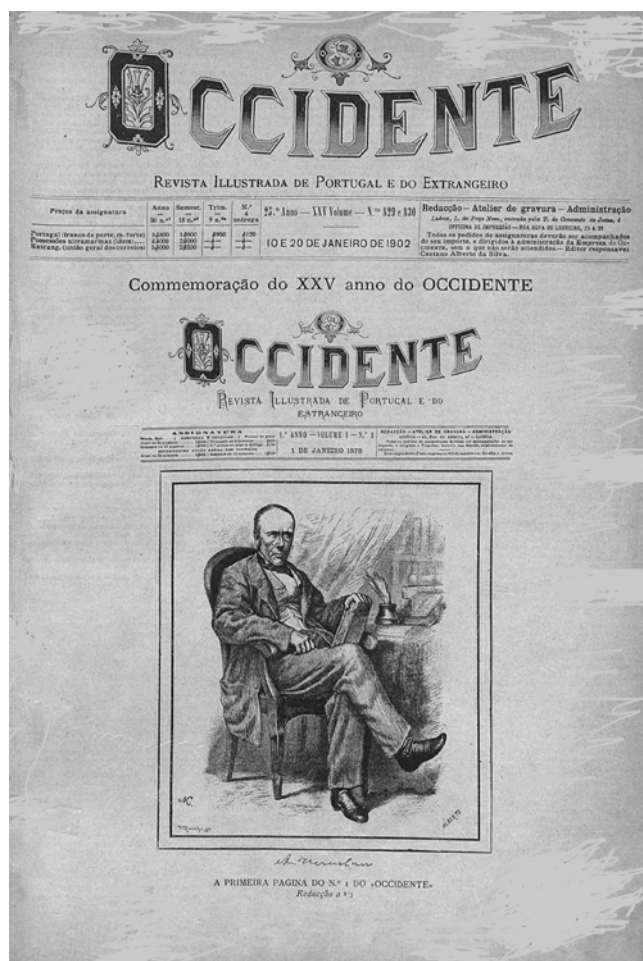


Figura 1
Capa do número do 25.º aniversário da revista *O Ocidente*, reproduzindo a capa do primeiro número, datado de 1 de janeiro de 1878.
Fonte: Reprodução do original

e por Jacinto Inácio de Brito Rebelo, um engenheiro militar e “jornalista por ocupação” que, na qualidade de redator principal do novo periódico, terá tido a seu cargo a coordenação e edição da componente escrita d’*O Ocidente*. A administração foi confiada a Francisco António das Mercês. O tipógrafo Adolfo Lallemant, da tipografia Lallemant Frères, foi um dos responsáveis pela alta qualidade de impressão das gravuras nas páginas da publicação.

A revista foi quinzenal, entre 1878 e 1880, e trimensal, entre 1881 e 1915. A assinatura anual custava, inicialmente, 2600 réis e o número avulso 120 réis. Cada número tinha, inicialmente, oito páginas, paginadas a duas colunas, passando, depois, a 12 páginas, paginadas a três colunas, e regressando às oito páginas. Teve correspondentes no Rio de Janeiro, Paris e Madrid, entre outras localidades estrangeiras, e colaboradores espalhados por todo o território nacional.

No número prospecto de *O Ocidente*, não datado (será, todavia, do final de 1877), impresso no mesmo papel que a revista iria usar, os responsáveis pela revista apresentaram ao público o que queriam da nova publicação:

(...) uma publicação ilustrada que exprima (...) o estado da arte em Portugal e seja exclusivamente nossa; que caracterize o espírito público nacional e corresponda à necessidade que têm hoje todos os povos de afirmar a sua individualidade moral e o seu modo de ser no concerto da civilização (...), um dever (...) de interesse público. (...) *O Ocidente* servirá a ideia civilizadora de trazer para a evidência da luz a vida nacional que palpita no mundo obscuro do esquecimento público (...). *O Ocidente* reproduzirá pela gravura os quadros e as estátuas mais notáveis (...). A escrita completará o desenho (...) e se a nossa publicação não pode nem pretende rivalizar em magnificência com as publicações estrangeiras do mesmo género, deseja, todavia, ser portuguesa pelas forças que a hão de produzir (...) (*O Ocidente*, número prospecto, 1877 (?), p. 1).

Desde o início, a revista praticou um modelo que cruzava a informação com o entretenimento e mesmo com a crítica — mas apartidária. Efetivamente, em várias ocasiões *O Ocidente* proclamou o seu apartidarismo. Nascida, num país que ainda possuía cerca de 80% de analfabetos, para satisfazer necessidades e interesses de âmbito cultural e formativo de elites letradas e urbanas e das suas famílias, a revista *O Ocidente* era pontuada pela variedade, sendo comum a compaginação de textos literários, incluindo folhetins; notícias e artigos sobre temas variados, incluindo bastantes matérias sobre moda, teatro, conferências, exposições, congressos e outros espaços frequentados pelas elites e conotados com a ideia de diálogo, abertura e progresso, literatura, ciência, tecnologia, história, economia, filosofia, sociedade, educação, relações internacionais e política nacional; e ainda charadas, anedotas e curiosidades, incluindo alguns enigmas pitorescos.

Colaboraram com a revista *O Ocidente* muitos dos vultos masculinos da literatura, do jornalismo e da política do final do século XIX e princípio do século XX, de diversos quadrantes e diferentes percursos, como Ramalho Ortigão, Antero de Quental, Pinheiro Chagas, António

Ennes, Guerra Junqueiro. *O Ocidente* foi, pela sua longevidade e consistência (mas menos pela sua tiragem), a primeira publicação a revolucionar o setor das revistas ilustradas em Portugal, no final do século XIX. Por um lado, as suas páginas testemunham a passagem da gravura de madeira (xilogravura) à gravura fotomecânica (fotografia diretamente reproduzida) em Portugal. Por outro lado, foi na revista *O Ocidente* que a iconografia de reportagem assentou arraiais em definitivo, nos primeiros tempos apenas sob a forma de ilustração, depois também em fotografia. A iconografia de acontecimentos atuais juntou-se à iconografia de retrato e à iconografia geográfica, já comuns, para enriquecer a informação visual ofertada pela publicação.

Uma das causas que levou ao desaparecimento d'*O Ocidente* em 1915 terá sido uma certa incompreensão por parte da estrutura dirigente da revista dos ditames dos novos tempos assim como a relativa falta de atenção à atualidade e à fotorreportagem terá, pois, contribuído para o declínio e para a morte da revista *O Ocidente* — que, aliás, nunca foi e, eventualmente, nunca quis ser, uma revista popular.

Depois da *Ocidente*, a primeira revista de informação geral que merece destaque é a *Ilustração Universal*.

Ilustração Universal

A *Ilustração Universal* surgiu no mercado no sábado, 9 de fevereiro de 1884, e foi publicada semanalmente até 7 de março de 1885. Prometia ser, como outras revistas semelhantes, ilustrada e universal. Ou seja, prometia contribuir para a ilustração dos cidadãos que a lessem, usando as gravuras como elemento central (o termo “ilustração” era propositadamente usado com ambivalência de significado), e prometia dar ao leitor o “universo” condensado em oito páginas semanais, com uma dimensão de cerca de 873 cm², correspondendo a cerca de 27,7 cm de largura e 31,5 cm de altura — uma revista de grande formato, portanto, feita para ser colecionada, como outras, já que a numeração das páginas acompanha os números sucessivos. Levava por subtítulo *Revista dos Principais Acontecimentos de Portugal e do Estrangeiro*. A sua ambição era, pois, ser uma revista ilustrada de atualidades, que, à semelhança de exemplos estrangeiros (é significativa a ausência de referências a exemplos nacionais, como *O Ocidente*), se debruçasse sobre os acontecimentos coevos.

O design da *Ilustração Universal*, similarmente a outras revistas da mesma época, ancorou-se na paginação a três colunas, ocasionalmente reduzidas a duas. Os promotores da *Ilustração Universal* foram A. de Sousa Pinto, diretor-gerente da publicação; e Abílio Lobo e A. de Amorim Pessoa, diretores literários. Ao contrário do habitual, a revista não exibiu no primeiro número o seu programa editorial, que teria publicado prévia e autonomamente, já que, no artigo inicial (ano I, n.º 1, p. 1), dedicado ao proprietário e fotógrafo Carlos Relvas, se alude a esse documento.



Figura 2
 Capa do primeiro número da revista *Ilustração Universal*.
 Fonte: reprodução do original

O primeiro número da *Ilustração Universal* revela a ambição informativa e noticiosa da revista, que concorria diretamente com *O Ocidente* e com a primeira revista intitulada *Ilustração Portuguesa*.

Além de uma minibiografia laudatória do proprietário Carlos Relvas, um dos introdutores mais entusiastas da fotografia em Portugal, que começa logo na primeira página, encontram-se na revista os seguintes temas: uma notícia sobre a construção de um novo troço de caminho-de-ferro na Áustria; um poema; uma notícia sobre uma exposição de obras de Manet; um artigo de fundo sobre a reforma da Carta Constitucional; um texto sobre os monumentos nacionais, “história petrificada de um povo”; um texto sobre a basílica da Estrela; uma notícia sobre a exposição internacional de Nice; um artigo sobre a receção de um embaixador francês na corte imperial do Vietname, país que, nesta altura, estava já em acelerado processo de colonização pelos franceses; um texto sobre tauromaquia; notícias dos teatros lisboetas; uma crítica

aos gastos da Câmara Municipal de Lisboa e à falta de infraestruturas na capital, entre outras notícias de Lisboa; notícias financeiras (mais uma vez, interessariam, principalmente, à elite para quem a revista era direcionada); e uma rubrica de entretenimento.

Branco e Negro: Semanário Ilustrado

Numa sequência cronológica, a revista seguinte a merecer destaque é a *Branco e Negro: Semanário Ilustrado*. Foi colocada no mercado a 5 de abril de 1896, sob a chancela da Livraria António Maria Pereira, durando até 27 de março de 1898. Cada número tinha 16 páginas, com cerca de 20 x 29cm. O design era moderno e arejado, podendo assentar em três, duas ou apenas em uma coluna.

A *Branco e Negro* beneficiou da experiência anterior que o editor e livreiro António Maria Pereira e o médico Mariano Lever, seus promotores, adquiriram com a *Revista Ilustrada*. Os promotores da nova publicação ter-se-ão, também, baseado no modelo da revista homónima espanhola *Blanco y Negro*.

A *Branco e Negro* diferenciou-se no panorama editorial português por ser uma revista que já aponta para o modelo de *newsmagazine* que sucedeu às “ilustrações” e às restantes revistas ilustradas do final de Oitocentos e princípio de Novecentos, daí a sua importância para a história do jornalismo português. De facto, embora não tendo a longevidade d’*O Ocidente*, a *Branco e Negro*, sem renegar uma matriz editorial cultural e literária que correspondia às expectativas do seu público-alvo (as elites intelectuais do país), incorporou a cobertura gráfica de assuntos e acontecimentos da atualidade coeva, incluindo casos de polícia, tragédias, exercícios militares, visitas de cortesia de esquadras estrangeiras, aquisição e lançamento à água de novos navios de guerra portugueses (incluindo o célebre couraçado Adamastor), demonstrações políticas (compreendendo as manifestações do 1.º de Maio), acontecimentos políticos, festas populares e romarias, festas da sociedade, inauguração de estabelecimentos de saúde e de fábricas, funerais de pessoas ilustres, entre outros temas. Nas suas páginas desfilaram, igualmente, retratos de notáveis da época, portugueses e estrangeiros, abarcando estadistas e figuras reinantes, mas também artistas plásticos, escritores, atores de teatro e músicos.

Cada número da *Branco e Negro* vendia-se por 40 réis (mais tarde, 50 réis). A sua organização era comum a outras revistas da mesma época: capa; páginas de publicidade; miolo (a revista propriamente dita, com outra capa na primeira página), com rubricas constantes; mais páginas de publicidade; e contracapa.

No último número, o 104, datado de 27 de março de 1898, a capa continha um estudo de uma cabeça feminina para um quadro de Seifert. Seguiu-se o verso da capa com publicidade. O miolo abria com a primeira página do número, ornada com uma gravura sobre os barcos típicos do rio Tejo, os Varinos, da autoria de João Armando Pedroso.

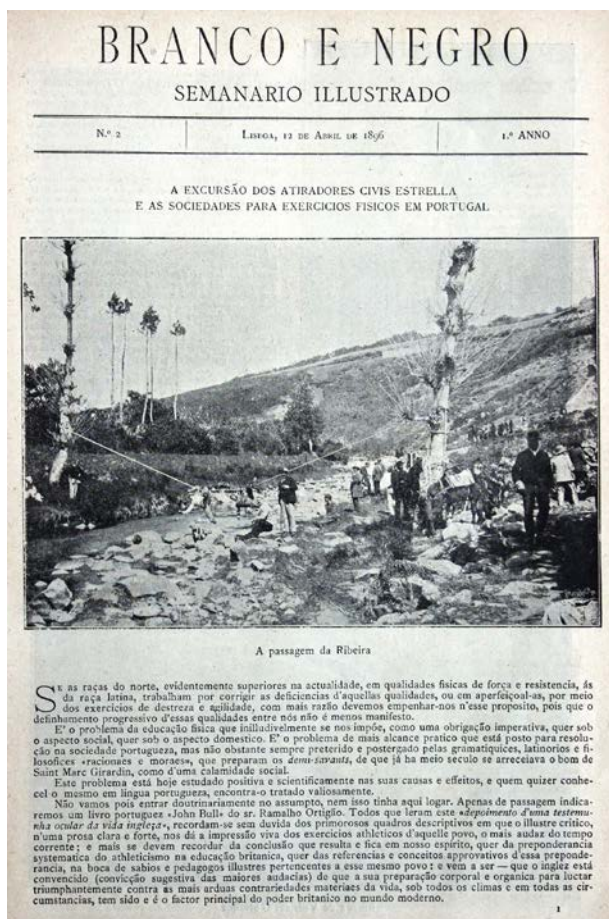


Figura 3
Capa do segundo número da *Branco e Negro*.
Fonte: reprodução do original



Figura 4
Capa do primeiro número da revista *Brasil-Portugal*.
Fonte: reprodução do original

A revista que se segue, cronologicamente, foi a *Brasil-Portugal*, que haveria de cruzar toda a primeira década do século XX, encerrando já na I República. Surgiu a 1 de março de 1899. Foi fundada pelo político e militar Augusto de Castilho e nela colaboraram o crítico teatral Jaime Vitor, o publicista e dramaturgo José Lorrjô Tavares, o almirante Augusto de Castilho e João de Vasconcelos. Após a morte do fundador, em 1912, a revista somente resistiu mais dois anos. Apresentava-se ao público com 16 páginas regulares, paginadas a duas colunas, mais quatro de suplemento (que nem todos os números tiveram), correspondendo a um total de vinte páginas. As páginas mediam cerca de 24 x 35 cm, correspondendo a uma superfície de cerca de 840 cm², sendo paginadas a duas colunas. Vendia-se, o número, por 400 réis, mas a assinatura anual ficava somente por 7000 réis.

No texto de apresentação, a revista afirmava querer “tornar o Brasil conhecido em Portugal” e “tornar Portugal conhecido no Brasil”, congregando contributos de ambos os países.

As paisagens, os monumentos, as personalidades, as fábricas, os aspetos de cidades e vilas que forem aparecendo em todos os números lembrarão (...) o Brasil a Portugal e Portugal ao Brasil. Os nossos pintores de nome atravessarão estas páginas (...). A fotografia irá buscar aos salões artísticos, aos aposentos de trabalho dos homens ilustres, às casas sumptuosas e aos *ateliers* dos artistas o que mais interesse o bom gosto e a estética (*Brasil-Portugal*, n.º 1, 1 de fevereiro de 1899, p. 2).

Como outras revistas ilustradas, a *Brasil-Portugal* abordou uma grande diversidade de assuntos da atualidade. Mas foi ela a primeira revista portuguesa a dar um grande destaque ao desporto, especialmente numa rubrica regular intitulada “Notas de Sport”. Hipismo, vela, remo, tiro, ténis, esgrima, atletismo, automobilismo e motociclismo foram algumas das modalidades que desfilaram pelas páginas da revista. A *Brasil-Portugal* foi, também, uma das primeiras revistas portuguesas a não restringir o espaço feminino ao mundo da moda ou à publicação de poemas e de outras pequenas obras literárias.

No primeiro dia do mês de fevereiro de 1914 foi lançado o último número da revista, numericamente correspondente ao número 361, com 16 páginas. Curiosamente, no último número da revista *Brasil-Portugal* nada transparecia sobre o seu próximo fim:

São decorridos 15 anos desde que o *Brasil-Portugal* pela primeira vez viu a luz (...). Ao entrarmos no 16.º ano, não é sem (...) orgulho que, olhando para o caminho já percorrido, nos dispomos a continuar a jornada, com a certeza de que nos acompanharão (...) as simpatias de todos os nossos leitores e a colaboração (...) de muitos amigos (*Brasil-Portugal*, n.º 361, 1 de fevereiro de 1914, p. 2).

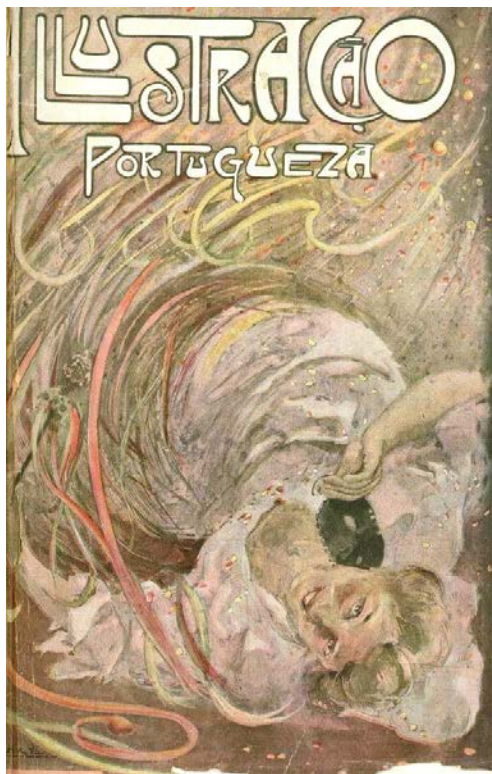
A última, mas também a mais importante, publicação a descrever neste estudo é a *Ilustração Portuguesa*, segunda revista que com este título circulou em Portugal.

A revista semanal *Ilustração Portuguesa* surgiu, a 9 de novembro de 1903, no seio da empresa do jornal *O Século*, de Silva Graça. Vendida nas bancas por cem réis cada número, teve duas séries. A primeira começou em 1903 e terminou com o número 119, datado de 12 de fevereiro de 1906; a segunda série começou, provavelmente, a 26 de fevereiro de 1906. Embora os dois primeiros números desta série não sejam datados (o número 3 da segunda série é o primeiro datado, tendo sido publicado a 12 de março de 1906), sabe-se que os dois números não datados serão de 26 de fevereiro e de 5 de março, já que a revista anunciou, no número de 12 de fevereiro, que voltaria às bancas, para a segunda série, no dia 26 deste mês. Por isso, é de supor que na segunda-feira, 19 de fevereiro, a revista não terá sido publicada.

Impressa a três colunas, a *Ilustração Portuguesa* tinha, normalmente, 16 páginas, de grande formato (24,4 x 37,2 cm). Foi, como outras revistas similares, planeada para ser colecionada em volumes semestrais, já que a numeração de páginas, de número para número, é sequencial. Na segunda série, as dimensões da *Ilustração Portuguesa* reduziram-se substancialmente, para um formato aproximado de 18 x 28 cm. Mas a revista passou a ter 32 páginas e capas coloridas.



Figura 5
Capa do primeiro número da Ilustração Portuguesa
Fonte: reprodução do original



Figuras 6 e 7
Capa do primeiro e terceiro números da segunda série da Ilustração Portuguesa
Fonte: reproduções dos originais

A *Ilustração Portuguesa* foi publicada, semanalmente, até 12 de abril de 1924, número no qual inseriu o seguinte aviso aos assinantes e leitores: “A fim de proceder a uma completa remodelação dos respetivos serviços, no sentido de os desenvolver e melhorar, a *Ilustração Portuguesa* suspende, temporariamente, a sua publicação com o presente número”.

A publicação da *Ilustração Portuguesa* não foi, contudo, interrompida. A revista passou a ter periodicidade semestral, nem sempre regular, que manteve, para garantia de título, até 1980. Depois ainda foram publicados alguns números ocasionais, também para manutenção legal do título, até 1993. Mas depois de 1924 a *Ilustração Portuguesa* já não era a “verdadeira” *Ilustração Portuguesa* que conquistou reputação e um lugar destacado na história do jornalismo português e das revistas ilustradas de atualidades. A reportagem, nos números posteriores a abril de 1924, passou para segundo plano e, quando surgiu, centrou-se nas atividades do poder, em particular depois da implantação da Ditadura Militar, em 1926, e do Estado Novo, em 1933. Temas relevantes da atualidade internacional, como a Guerra Civil de Espanha ou mesmo a II Guerra Mundial foram quase ignorados pela revista.

A *Ilustração Portuguesa* foi, ao tempo, uma revista inovadora em Portugal. Os textos afastaram-se, decididamente, da pompa literária em que o periodismo português foi pródigo durante o século XIX. O papel *couché* em que era impressa nunca tinha sido usado no país. O design era mais arrojado do que o das revistas suas predecessoras e concorrentes. Ancorado nas imagens, rompeu com alguns dos formalismos anteriores, mas também seguiu alguns dos cânones dominantes da expressão gráfica à época, como o embelezamento de fotografias com molduras evocativas das pinturas. As capas do início da segunda série, coloridas e graficamente dinâmicas, eram muito diferentes das capas dos números da primeira série, ancoradas numa ilustração de grande dimensão. Com o tempo, as capas tornaram-se mais modernas, até porque, a partir de julho de 1920, a *Ilustração Portuguesa* teve de competir com a mais sofisticada revista *ABC*, dirigida por Rocha Martins, antigo diretor da primeira.

A fotografia de reportagem de atualidades teve lugar de destaque na segunda série da *Ilustração Portuguesa*, mas não é menos verdade que a revista também cultivou a fotografia descritiva documental (monumentos, paisagens, animais e plantas, etnografia), de pendor informativo e testemunhal, e a fotografia pictorialista, frequentemente naturalista, correntes estéticas acarinhadas por muitos dos fotógrafos “artísticos” portugueses da viragem do século XIX para o XX. De qualquer modo, a *Ilustração Portuguesa* tornou-se o palco nacional privilegiado para o desenvolvimento da fotografia de atualidades, nomeadamente da fotoreportagem, no país, muito embora se deva reconhecer, nesta matéria o pioneirismo das revistas ilustradas que a precederam, casos, nomeadamente d’*O Ocidente* (embora só no século XX), da *Branco e Negro* e da *Brasil-Portugal*. Foi, pois, nessas revistas que efetivamente, pela primeira vez, se assistiu, em Portugal, não apenas à subordinação do texto verbal às imagens, em várias peças, como também à intensificação da reportagem ilustrada com fotografias.

A fórmula que a revista seguiu na segunda série logrou sucesso, pois logo aí a tiragem subiu para 11170 exemplares.

Por ocasião do final do primeiro semestre da 2ª série (n.º 23, de 30 de julho de 1906), a *Ilustração Portuguesa* já atingia uma tiragem de 15 mil exemplares, vendidos ao preço de 100 réis por exemplar.

Por alturas da Grande Guerra (1914-1918), a *Ilustração Portuguesa* atingiu a sua máxima tiragem: mais de 25 mil exemplares. Paradoxalmente, o aumento da tiragem foi visto com preocupação. No número de 2 de maio de 1917, explicava-se que o papel estava quatro vezes mais caro e que o zinco para a fotogravura estava seis vezes mais caro, pelo que o aumento das tiragens que a *Ilustração Portuguesa* registava não era motivo de celebração.

Pode, finalmente, afirmar-se que a publicação que melhor corporizou, em Portugal, no primeiro quartel do século XX, o conceito de *revista ilustrada de informação geral* foi a *Ilustração Portuguesa*.

As revistas na I República ***ABC — Revista Portuguesa***

A primeira revista ilustrada de informação geral da I República, a *ABC — Revista Portuguesa*, foi fundada por Mimon Anahori e Rocha Martins e teve a publicação de seu primeiro número em 15 de julho de 1920 e o último à data de 24 de setembro de 1931. Após 1931, ainda foram publicados vários números para garantia de título, sendo que o último se deu em março de 1940. No âmbito da *ABC* lançaram-se mais duas revistas, a *ABC-zinho*, uma revista infanto-juvenil publicada em Lisboa entre outubro de 1921 e setembro de 1932, e a revista semanal de atualidades com característica satírica-humorística, *ABC a Rir*.

Assim, *ABC — Revista Portuguesa* surge como uma revista da I República, de periodicidade semanal, com 33 páginas, escrita maioritariamente em duas colunas, que saía à quinta-feira (trazia na sua capa interna “As quintas feiras leituras ilustradas para todos — Revista Portuguesa”), impressa em preto-e-branco, porém com capa e contracapa colorida.

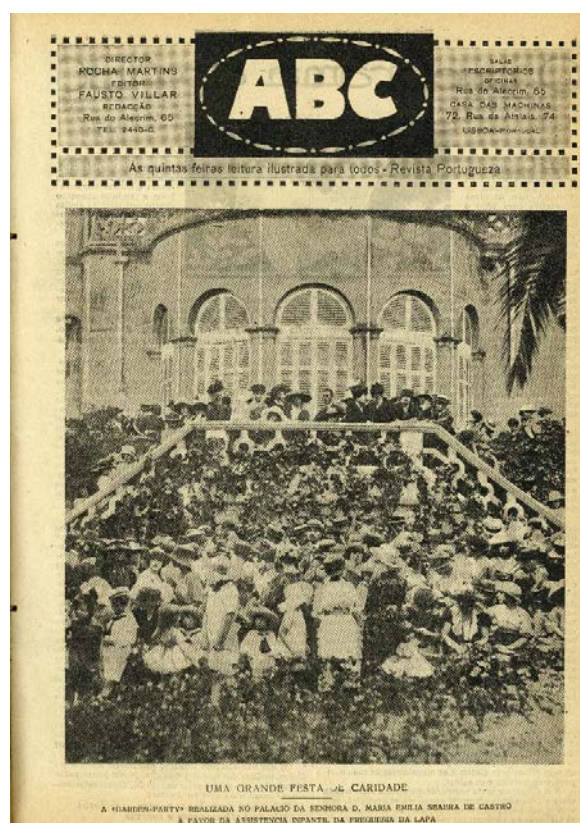
Enquanto a revista teve outros editores, Rocha Martins permaneceu na *ABC* como diretor-fundador até à publicação deixar de existir, inclusivamente, exercendo uma participação muito ativa na produção de peças. É ele quem, a partir de 2 de abril de 1931 assina os textos de página inteira da secção “A Abrir”, na primeira página da revista, onde abordava assuntos diversos que iam desde factos históricos a reflexões sobre experiências pessoais.

A nível gráfico, a revista *ABC* distinguiu-se pelas capas coloridas, quase sempre compostas por uma ilustração ou fotografia e um título. As ilustrações traziam sempre a assinatura de seus autores, alguns dos melhores artistas gráficos modernistas portugueses, como Stuart Carvalhais (que também colaborou com outras publicações, como a *Ilustração Portuguesa* e a

Ilustração) e, principalmente, Jorge Barradas e Emérico Nunes. O *layout* variava, tal como o logótipo, de número para número.

No seu número 1, a revista trazia uma nota com informações sobre a tiragem da edição gratuita, de que forma ela foi distribuída e quais eram os objetivos a serem alcançados junto ao público. Portanto, a revista *ABC* fazia a sua primeira campanha publicitária de autopromoção com a finalidade de apresentar-se e conquistar os portugueses, impulsionando as vendas de exemplares e assinaturas e, ao que consta, teria atingido esta meta, sendo desde o início um sucesso.

Imprimimos 93.714 exemplares, *specimens*, que foram distribuídos gratuitamente por pessoas de todas as classes sociais. Cada exemplar levou incluído um impresso-postal em que pedíamos que nos devolvessem a parte do boletim com uma resposta, se sim ou não os destinatários desejavam assinar o *ABC*. O êxito do *ABC* (revista portuguesa) foi muito além do que podíamos esperar, excedeu todos os cálculos, ultrapassou a melhor expectativa. (*ABC*, 15 de julho de 1920).



Figuras 8 e 9

Capa e capa interior da edição gratuita da revista *ABC*

Fonte: Reproduções do original

Uma característica em que a revista *ABC* se destacava das demais revistas deste mesmo período é o facto de trazer muitas peças assinadas. Isso reforça a importância dos colaboradores e jornalistas que trabalharam na *ABC* ao longo de toda a sua existência. A revista tinha, assim, um especial interesse em tratar de assuntos ligados aos trabalhadores, pois, para além de dedicar uma secção exclusivamente a essa temática, tratava deste assunto um pouco por todos os números. A título de exemplo, poderíamos citar, na revista número 1, as páginas com o título “A força que se aniquila” e “A fraqueza que labuta”. Nessa última, a peça critica o facto de existirem crianças que trabalham nas ruas, ao dizer que:

Há em Portugal uma infância que trabalha e que se devia aproveitar talvez mais utilmente; há entre nós boas vontades que se devem dirigir, inteligências que desabrocham e seria necessário um trabalho de assistência e seleção para dar a devida recompensa a esses pequenos heróis da cidade que tão estranhamente contrastam com os criminosos que tomam com sua inércia as praças públicas (*ABC*, 15 de julho 192, p. 17).

Ademais dos diretores, todos do sexo masculino, a *ABC* possuía um número impressionante de colaboradores também homens, 92, que identificou com retratos fotográficos, na edição gratuita.

Neste ambiente masculino, a revista contava ainda com 12 colaboradoras identificadas com fotos, entre poemas, também na edição gratuita. Nota-se, desde a publicação gratuita, que a *ABC* tinha um especial cuidado em conquistar o público feminino ao dedicar nas suas páginas um espaço significativo a temáticas que interessassem às leitoras ou fazendo na sua primeira publicação, uma referência à importância das mulheres para a reconstrução da sociedade portuguesa. Para além de ter mulheres como colaboradoras, possuía pelo menos quatro secções dirigidas exclusivamente a elas — “Modas”, “Confidências femininas do *ABC*”, “Histórias das futilidades femininas” e “Grafologia”.

Dada a importância que a iconografia possuía na *ABC*, as fotografias estavam, em grande medida, identificadas com legendas e autoria e, muitas vezes, também traziam a seguinte informação: “fotografia tirada expressamente para o *ABC*”. Assim, foi possível identificar alguns fotógrafos (fotojornalistas) e empresas fotográficas, os responsáveis pelos “clichés”¹ que colaboraram com mais frequência com a revista *ABC* como foi o caso de Fotografia Bobone, Álvaro Martins (fotógrafo da *ABC* no Porto), Maurice (correspondente da *ABC* em Paris), Gambeta, Menezes, Central News, Felix Barbosa, Benoliel.

Podemos afirmar, portanto, que o que distinguia esta revista das demais publicações similares da época era a importância que dava à iconografia e às artes gráficas, mas também

1 Na época, emprega-se o nome “cliché” para designar as fotografias.

o facto de ter uma maior variedade de temáticas, como é o caso das secções dedicadas a assuntos financeiros, à agricultura e à veterinária, algo que as outras revistas nascidas na I República — *Domingo Ilustrado* e *Ilustração* — não possuíam.

O estilo de narrativa da revista *ABC* era bastante eclético, mas tinha como principal género jornalístico a notícia, apesar de recorrer, muitas vezes, à reportagem e a artigos de opinião.

Em 1926, Portugal passava por um período de grande agitação política e social, pois a crise económica atingia, principalmente, as classes mais desfavorecidas, que enfrentavam grandes dificuldades de subsistência. Isso trouxe como consequência uma nova revolução. A 28 de maio de 1926, um movimento militarista, nacionalista e antiparlamentar colocou fim à I República Portuguesa, levando à implantação da Ditadura Militar. Dentre todas as secções que a *ABC* possuía, nenhuma era dedicada exclusivamente a assuntos políticos. Apesar de tratar desta temática, a revista sempre o fez de maneira discreta, principalmente na secção “Atualidades” onde trazia as fotonotícias, especialmente atos oficiais relacionados com a Presidência da República. Entretanto, podemos afirmar que a política ganhou as primeiras páginas da *ABC* a partir de 3 de junho de 1926, quando trouxe a fotografia do general Gomes da Costa, que assumira a chefia do movimento da revolução militar em Portugal.

A cobertura dos acontecimentos relacionados com a nova forma de governo estendeu-se ao longo do tempo e a temática “militar” passou a figurar em definitivo nas páginas da *ABC* em várias vertentes como, por exemplo, nas peças “Depois da revolução a farda voltou a ter o culto do amor” (*ABC*, 1 de julho 1926, pp. 18-19) ou “A história do movimento militar pelo Repórter X” (*ABC*, 8 de julho 1926, pp. 20-21). Mesmo com todo o apoio que a revista demonstrava àqueles que estavam no poder, a *ABC* não escapou ao controlo apertado dos militares. A partir de 1 de julho 1926, a revista passa a trazer em sua capa interior o aviso de que “Este número do ‘*ABC*’ foi visado pela comissão de censura”, que permaneceria em todas as edições até à extinção da publicação.

No dia 24 de setembro de 1931, a *ABC* saiu de circulação. Nesse dia, a revista dirige-se aos seus leitores com a promessa que a suspensão da publicação seria por um tempo limitado e justifica esse facto a dificuldades económicas que o periódico passou ao longo dos onze anos de existência, apesar do grande sucesso inicial. A promessa, assim, foi a de que seria substituída por um futuro jornal diário, “moderno, vivo, leve” e que traria o mesmo nome da revista, o *ABC*, e que apareceria assim que as circunstâncias o permitissem. A revista, portanto, não diz adeus, mas um “até breve” aos seus leitores, mas a verdade é que estas circunstâncias ideais nunca se apresentariam, visto que a publicação nunca viria a reexistir.

O Domingo Ilustrado

O Domingo Ilustrado foi uma revista publicada em Lisboa, entre janeiro de 1925 e dezembro de 1927 e, como o seu próprio título diz, saía ao domingo. Na época, o conceito de revista ainda não estava solidificado, o que fazia com que *O Domingo Ilustrado* se autorreferenciasse como jornal ou jornal-revista, apesar de, conceptualmente, possuir características que hoje nos permitem identificá-lo como revista. Assim, *O Domingo Ilustrado* nasce como uma revista, de periodicidade semanal, impressa em papel de baixo custo (papel de jornal).

O primeiro número, no dia 18 de janeiro de 1925, traz o título *O Domingo Ilustrado: notícias & atualidades gráficas, teatros, sports & aventuras, consultórios & utilidades*. Prometeu ser um “jornal para toda a gente” e divulgar os seus conteúdos de forma diversificada, “alguma coisa mais do que a reportagem diária da rua” (*Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2) que girava, principalmente, ao redor da política e da sociedade.

Todas as capas e contracapas de *O Domingo Ilustrado* traziam gravuras que representavam um aspeto da atualidade portuguesa. No primeiro número, pode-se ver-se, na capa, uma cena em preto-e-branco com pinceladas de vermelho, onde um grupo de rapazes, vindos da zona rural do país e usando trajes típicos, chegavam a Lisboa para se alistarem no serviço militar. Por sua vez, a contracapa aponta para os problemas relacionados com a pobreza



Figuras 10 e 11

Capa e contracapa do primeiro número de *O Domingo Ilustrado*

Fonte: Reproduções do original

extrema da classe operária. Com o título “A Parada da Fome”, a gravura representa um grupo de operários que pedem pão e emprego. Esta cena retrata a instabilidade política e uma gestão governamental que fez aumentar a dívida externa de Portugal, trazendo como consequência um aumento do custo de vida em cerca de trinta vezes entre 1914 e 1925 (Lúcio & Marques, 2010) e que deixou vulnerável grande parte da população.

Mesmo com um número relativamente pequeno de páginas, a revista conseguia cobrir várias temáticas, certamente, com o objetivo de atrair a atenção e suprir as exigências de um número máximo de leitores com diferentes gostos, géneros, idades e que poderiam fazer parte de diferentes classes sociais, mas, principalmente as letradas e urbanas. Tal como outras revistas da mesma época, *O Domingo Ilustrado* foi uma publicação que convidava à coleção e encadernação, a fim de ser conservada.

O Domingo Ilustrado, portanto, surge de forma modesta, consciente das suas limitações, mas com grandes promessas de tornar-se tão necessário para o povo português como a “iluminação, a viação e o correio” (*O Domingo Ilustrado*, 18 de janeiro de 1925, p. 2). Com intenções de manter-se longe dos assuntos polémicos, especialmente aqueles relacionados com a política. Mas a verdade é que esta postura neutra não se confirma, até porque desde o seu lançamento, em 1925, até a sua extinção em 1927, Portugal passou por um período de grande agitação política e social que culminou no golpe militar de 28 de maio de 1926. A instauração da Ditadura viria a modificar, enormemente, vários aspetos da vida dos portugueses e *O Domingo Ilustrado* não teve, perante as circunstâncias, uma postura absorta.

Também como estratégia de consolidação junto ao público português, *O Domingo Ilustrado* sempre teve como objetivo fazer com que os seus leitores participassem, de alguma forma, na produção de seus conteúdos, dirigindo-lhes diretamente as seguintes palavras:

Aos leitores: A todos os nossos leitores pedimos que mantenham com este jornal um mínimo contacto. Sempre que uma correção lhes pareça precisa, que um alvitre pareça oportuno, venham até nós, na certeza de que esta folha é de todos os que nos leem, mais do que de quem a dirige (*O Domingo Ilustrado*, 25 de janeiro 1925, p. 2).

Também com o objetivo de dialogar com o leitor, tornar-se mais moderna e atrair a atenção do público, *O Domingo Ilustrado* tinha por costume promover concursos, como o de 31 de maio de 1925, que elegeu as atrizes de teatro mais bonitas, e um outro que deu ao guarda-redes do Sport Lisboa e Benfica, Francisco Vieira, o título de melhor jogador de futebol português.

Apesar de não termos informações sobre a sua tiragem, *O Domingo Ilustrado* passou a trazer no topo de sua capa, desde 31 de maio de 1925, ou seja, cerca de quatro meses depois do seu lançamento, a informação de que teria “A maior tiragem de todos os semanários portugueses”. Contudo, mesmo com todo este aparente sucesso comercial, ao final de quase três anos, no último domingo de 1927, no dia de Natal, *O Domingo Ilustrado* publicou o seu último

número, com a promessa de que não fecharia as portas, mas sim de que daria lugar a um outro semanário, mais moderno. Esta nova publicação seria a revista *Notícias Ilustrado*, lançada em março de 1928, propriedade do *Diário de Notícias* e cujo diretor era Leitão de Barros. Assim, dirige-se ao leitor pela derradeira vez:

Aos nossos queridos leitores devemos uma explicação. O *Domingo Ilustrado* que tem cumprido a sua missão jornalística de cerca de três anos, e que mercê de uma já indiscutível simpatia da parte do público vem brevemente cessar a sua publicação. Mas não fechará as portas. Dará lugar a sua ausência, ao aparecimento de outro jornal — mais moderno, mais europeu, mais adequado a um país que, como o nosso, vive uma ansiosa hora de ressurgimento e de vontade de vencer (*O Domingo Ilustrado*, 25 de dezembro 1927, p. 2).

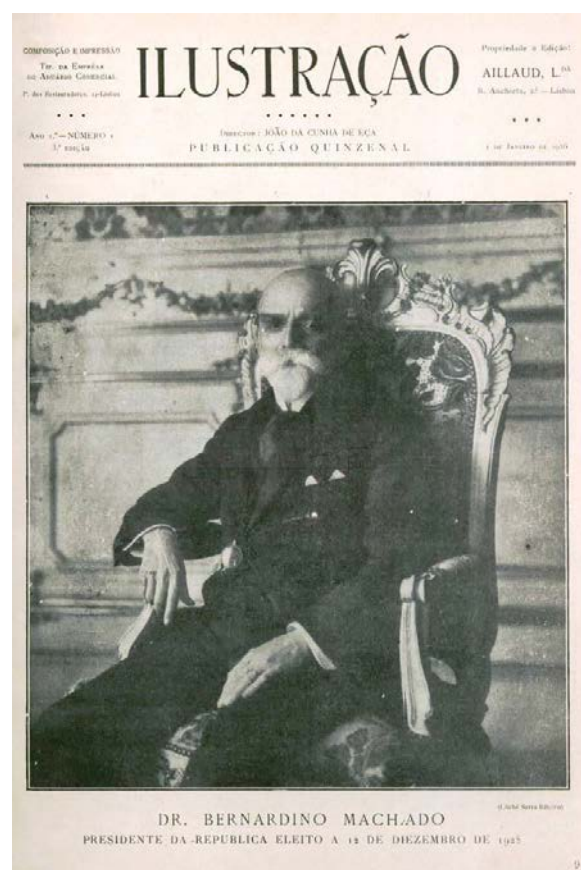
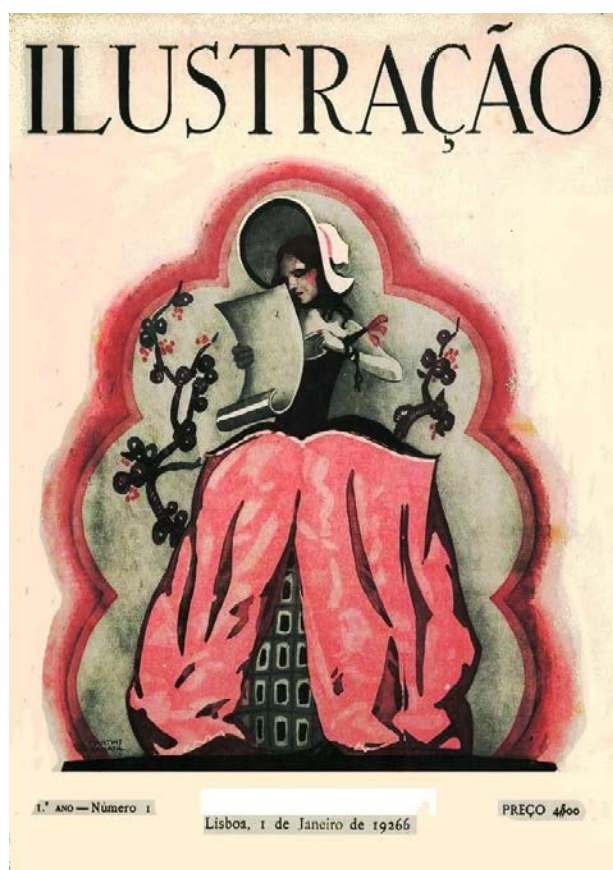
Apesar de não podermos apontar exatamente o motivo pelo qual fecha as suas páginas ao público, a verdade é que os portugueses já tinham a opção de escolher revistas mais refinadas, com conteúdos mais diversificados e uma abordagem visual mais apelativa. Esse tipo de publicação já estava a tornar-se habitual em outros países da Europa, mas também já em Portugal, como é o caso da *Ilustração*, de que trataremos a seguir.

A Ilustração

Lançada em janeiro de 1926, mesmo a tempo de ainda ser considerada uma revista nascida na I República (embora menos uma revista *da* I República), a *Ilustração*, de periodicidade quinzenal, luxuosa, impressa em papel *couché*, distinguiu-se pela cobertura de atos oficiais e de outros assuntos da atualidade nacional e estrangeira sob a forma de fotonoticiário. Apresentava-se com uma capa colorida exterior, seguida por um caderno de publicidade, conforme era comum à época, e uma capa a preto-e-branco interior, a que se seguiam as diversas matérias. As últimas páginas também eram reservadas à publicidade, frequentemente a iniciativas editoriais da Aillaud/Bertrand. Apesar de prevalecerem três colunas, o design não tinha número de colunas fixas. O número de colunas alterava-se em função das imagens ou outras variáveis, o que daria uma sensação de dinamismo e modernidade ao leitor coevo.

Desde o seu lançamento, a *Ilustração*, como era comum na época, teve um pequeno número de mulheres colaboradoras,

No primeiro número da revista, na secção “Feminina”, a *Ilustração* traz uma peça com o título “Cores e silhuetas modernas” e inicia-se com uma linguagem poética, onde se lê: “Moda! — capricho dum instante que a mais branda aragem da fantasia deturpa, contorce, transforma, utilizando-o em mil modalidades cintilantes de originalidade, de inédito, de... excentricidade...” (*Ilustração*, 1 de janeiro de 1926, p. 18).



Figuras 12 e 13
 Capa externa e interna do primeiro número da revista *Ilustração*
 Fonte: Reproduções do original

Esse tipo de temática foi aos poucos dividindo lugar com outros assuntos, também em outras secções da revista, que davam à mulher uma maior relevância na sociedade como é o caso, por exemplo, de uma peça do dia 6 de maio de 1927, assinada por Helena de Aragão, com o título “A mulher no lar e na ciência”. Nesta peça percebemos como a revista *Ilustração* foi também um meio importante para estimular discussões e questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade, em defesa da conquista de direitos civis e de igualdade de direitos entre géneros.

No início, a *Ilustração* intitulava-se “A revista portuguesa de maior tiragem e expansão” e terminou os seus dias como “A grande revista portuguesa”, um sinal de que, apesar de todas as dificuldades, revista tentava manter uma posição de destaque entre as publicações. Tendo durado até ao número de 16 de dezembro de 1939, pode dizer-se que a revista teve bom acolhimento junto do público. A verdade é que Cunha Eça tinha razão. Terá sido, principalmente, a crise do papel a condenar a *Ilustração* ao desaparecimento, devido ao racionamento e aos constrangimentos nos abastecimentos provocados pela II Guerra Mundial. Talvez três razões estejam na base do sucesso editorial da publicação: a boa relação qualidade-preço; a aposta na informação “neutral”, no contexto da qual a foto-informação era privilegiada,

o que lhe dava uma mais-valia mercadológica; e o facto de se apresentar como um produto novo, apetecível e alinhado com o seu tempo.

A revista termina o último número *Ilustração* dirigindo-se “aos leitores, assinantes e amigos” nos seguintes termos:

Suspende, com este número, a publicação da *Ilustração*. Circunstâncias várias — como o encarecimento das gravuras, 50% de aumento, o agravamento do preço e a dificuldade de obter o papel *couché*, que se não fabrica em Portugal, forçaram a administração desta revista a tomar esta resolução. Reaparecerá quando a anormalidade que o mundo atravessa o permitir. Entretanto endereçamos a todos os nossos assinantes, anunciantes e colaboradores, o nosso sincero agradecimento pelo auxílio e pelos obséquios que nos dispensaram durante 14 anos decorridos da *Ilustração* (*Ilustração*, 16 de dezembro de 1931, p. 29).

Referências bibliográficas

- Correia, R. Fichas históricas de: *Branco e Negro: Semanário Ilustrado* (2012); *O Branco e o Negro. Revista Semanal Ilustrada para Portugal e Brasil* (2012); *Brasil-Portugal* (2009); *O Domingo Ilustrado* (2007); *Ilustração* (2009); *A Ilustração Luso-Brasileira: Jornal Universal* (2008); *Ilustração Portuguesa* (2009); *A Ilustração Portuguesa: Semanário: Revista Literária e Artística* (2012); *Jornal do Domingo: Revista Universal* (2007); *O Ocidente* (2008, atualizada em 2012); *O Panorama* (2012); *Serões* (2012); *Revista Universal Lisbonense* (2006). <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/index.htm>
- Correia, R. (2009). Ficha histórica de *Ilustração*. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Ilustracao.pdf>
- Correia, R. (2007). Ficha histórica de *Domingo Ilustrado*. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/DomingoI.pdf>
- Leitão, J. A. (2011). *Ilustração fotográfica: a fotografia e a revista Ilustração Portuguesa (1903-1924)*. <http://imagens-darepublica.ipt.pt/wp-content/uploads/2011/05/Ilustra%C3%A7%C3%A3o-Fotogr%C3%A1fica1.pdf>
- Lúcio, J. e Marques, F. (2010). *A Pobreza em Lisboa na I República*. https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/A_POBREZA_EM_LISBOA_NA_I_REPUBLICA_VERSAO_FINAL1.pdf
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.

Imprensa ilustrada em Portugal no pós-Ultimato: um estudo de caso do periódico *Africa Illustrada* (1892-1893)

The illustrated press in Portugal after the Ultimatum: a case study of the periodical Africa Illustrada (1892-1893)

Bruna Oliveira Santiago

Doutoranda com bolsa de investigação
financiada pela FCT na Universidade Nova
de Lisboa, IHC* — NOVA FCSH
bruna.santiago@campus.fcsh.unl.pt
ORCID ID: [0000-0003-1778-7236](https://orcid.org/0000-0003-1778-7236)

* O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020

Resumo: O presente artigo consiste em um estudo de caso do *Africa Illustrada*, um periódico que fez parte da história da imprensa ilustrada em Portugal durante a última década do século XIX. Tratou-se de um periódico semanal, editado por Henrique Dias de Carvalho e que circulou entre 1892 e 1893. O primeiro objetivo deste trabalho é entender até que ponto o periódico *Africa Illustrada* está relacionado à expedição do próprio Henrique Dias de Carvalho ao império da Lunda entre 1884 e 1888. Pretende-se verificar se o relato da expedição aparece tanto no texto quanto nas imagens do periódico em questão. O segundo objetivo, por sua vez, é avaliar em que medida o conteúdo do periódico foi importante para a valorização dos territórios africanos. A análise do conteúdo textual e visual possibilita identificar as pretensões da publicação, dentre elas informar o público leitor sobre um território para ele desconhecido, mas repleto de potencialidades. Além de divulgar relatos escritos e visuais da expedição ao Império da Lunda, o periódico contou com contribuições de outros autores e também outros viajantes que exploraram o território. Destaca-se sobretudo a importância da imagem, uma vez que elas tiveram um papel relevante na caracterização do território e dos povos que o ocupavam. A análise do *Africa Illustrada* e sua contextualização no meio editorial português permitem inferir como o periódico colaborou para o conhecimento do território colonial africano e sua valorização nos primeiros anos da década de 1890, no contexto do pós-Ultimato.

Palavras-chave: imprensa ilustrada; colonialismo; África; Henrique Dias de Carvalho.

Abstract: This article consists of a case study of *Africa Illustrada*, a periodical that was part of the history of the illustrated press in Portugal during the last decade of the 19th century. It was a weekly periodical, edited by Henrique Dias de Carvalho and circulated between 1892 and 1893. The first objective of this work is to understand to what extent the periodical *Africa Illustrada* is related to Henrique Dias de Carvalho's own expedition to the Lunda Empire between 1884 and 1888. The aim is to verify whether the account of the expedition appears both in the text and in the images of the periodical in question. The second objective, in turn, is to evaluate to what extent the content of the periodical was important for the validation of the African territories. The analysis of the textual and visual content makes it possible to identify the intentions of the publication, among them to inform the reading public about a territory unknown to them, but full of potential. In addition to disseminating written and visual accounts of the expedition to the Lunda Empire, the periodical had contributions from other authors and other travelers who explored the territory. The importance of the images stands out above all since they played a relevant role in the characterization of the territory and the people who occupied it. The analysis of *Africa Illustrada* and its contextualization in the Portuguese publishing environment allows us to infer how the periodical contributed to the knowledge of the African colonial territory and its validation in the early 1890s, in the post-Ultimatum context.

Keywords: illustrated press; colonialism; Africa; Henrique Dias de Carvalho.

Introdução

O século XIX foi marcado por inovações tecnológicas que provocaram mudanças na forma como o homem enxergava a sociedade. A crescente utilização de imagens na imprensa constituiu um dos fatores de transformação, pois alterou a maneira de perceber o outro e de conhecer novas realidades. O conhecimento em formato visual colaborou de maneira indelével para que as pessoas passassem a conhecer novos mundos, inclusive porque nesta época os níveis de analfabetismo eram elevados, portanto o meio visual consistia em um meio privilegiado para difusão de informações. Este ensaio pretende apresentar um estudo de caso da imprensa ilustrada em Portugal, nomeadamente o periódico *Africa Illustrada* (1892-1893),

do editor Henrique Dias de Carvalho. A razão pela qual o periódico foi escolhido para estudo de caso é o fato de ter sido um periódico ilustrado com temática relativa ao território africano, lançado no contexto pós-Ultimato.

A análise do conteúdo imagético e textual do periódico permite caracterizá-lo quanto ao conteúdo e sua finalidade como um repositório de conhecimentos sobre a África. O conhecimento do periódico e sua contextualização no meio editorial português permite inferir como ele colaborou para o conhecimento do território colonial africano e sua valorização nos primeiros anos da década de 1890, uma época em que as nações europeias disputavam territórios de influência em zonas de colonização.

Nos anos 1870, as potências europeias passaram a cultivar interesse pela África, principalmente devido às matérias primas que se podia extrair das terras africanas e à necessidade de expandir os mercados para fora da Europa. Até então, a presença de Portugal em África era legitimada pelos direitos históricos. Contudo, a Conferência de Bruxelas em 1876 sinalizou a contestação destes direitos por parte das demais nações que também reivindicavam seus territórios na corrida colonial. A disputa intensificou-se com a Conferência de Berlim em 1884, cujo principal resultado foi a consolidação do princípio da ocupação efetiva, além da atribuição de uma faixa territorial a cada nação interessada.

Foi na ocasião da Conferência de Berlim que os conflitos entre Portugal e Grã-Bretanha se tornaram cada vez mais acirrados. A proposta de Portugal era unir sob seu domínio as costas de Angola e Moçambique numa longa porção territorial, criando a África Meridional Portuguesa. Segundo Nuno Severiano Teixeira (1987), este projeto de Portugal ficou conhecido como “Mapa Cor-de-Rosa”. Em 1890, a tensão entre Portugal e Inglaterra ficou mais acentuada, quando a Inglaterra acabou por decretar o Ultimato a Portugal, para que este retirasse suas tropas dos territórios incluídos na faixa que se estendia de Angola a Moçambique.

Neste contexto do final do século XIX, a imprensa vivia um período de intenso crescimento. As revistas e jornais da época constituíram veículos de comunicação eficientes, pois portavam notícias sobre as disputas territoriais entre os países europeus em África. Era também o momento de difusão da fotografia e da publicação de imagens em meios impressos.

A primeira parte do ensaio consiste em uma contextualização da imprensa ilustrada em Portugal no fim do século XIX. Em seguida, é feito um estudo do periódico *África Ilustrada*, com a finalidade de compreender sua presença no meio editorial português e em que medida ele colaborou para a valorização do território africano.

Imprensa ilustrada no fim do século XIX: consolidação e contexto português

O século XIX, sobretudo as últimas décadas, pode ser considerado como o período de maior evolução da imprensa ilustrada na Europa e também em Portugal. As tecnologias gráficas, aliadas ao crescimento industrial, constituíram fatores que favoreceram o surgimento de periódicos com imagens.¹ Sobre as origens da imprensa ilustrada, Jean-Pierre Bacot (2002) estabelece que existem três gerações que caracterizam a ilustração da imprensa, cada uma relacionada ao surgimento de três periódicos de origem inglesa.² A primeira geração foi a imprensa de “conhecimentos úteis”, que se desenvolveu a partir de fatores como: educação, desenvolvimento das ferrovias e estratégias de difusão. Já a segunda geração começou a incorporar gravuras relacionadas a acontecimentos da atualidade. Por fim, a terceira geração consolidou a imprensa de atualidade a valores acessíveis para grande parte da população.

A imprensa ilustrada em Portugal, de acordo com Jorge Pedro Sousa (2018), seguiu os padrões que Bacot definiu para a imprensa ilustrada inglesa e francesa. Sousa (2017) estabelece três fases da imprensa ilustrada em Portugal. A primeira é composta por revistas ilustradas³ enciclopédicas e tem início em 1837 com a publicação de *O Panorama*. A segunda geração, por sua vez, inclui as revistas ilustradas de atualidades, como por exemplo *O Ocidente* e *Ilustração Portuguesa*, cujo modelo foi seguido em publicações do século XX. Por fim, a terceira geração dá destaque a acontecimentos da atualidade e foi a base para o fotojornalismo que se desenvolveu posteriormente.

Sobre o papel da imprensa periódica, com destaque à imprensa ilustrada, Leonor Pires Martins afirma:

As revistas e os jornais ilustrados, veículos através dos quais a disseminação de imagens sobre os domínios coloniais se fez de forma assídua e ideologicamente empenhada, foram determinantes nesse processo de representação e imaginação de Portugal para lá das suas fronteiras metropolitanas (Martins, 2012, p. 24).

Na época que se estende de meados até o fim do século XIX, a imprensa ilustrada, conforme estabelece Sousa (2017), foi marcada por uma fase de transição. As revistas ilustradas

1 Ao longo do século XIX, a presença das imagens nos periódicos ficou cada vez mais constantes, principalmente após a incorporação da fotografia.

2 *Penny Magazine* (1832), *Illustrated London News* (1842) e *Penny Illustrated Paper* (1861).

3 Jorge Pedro Sousa (2017) apresenta uma diferenciação entre jornal e revista. Segundo ele, a diferença fundamental entre ambos encontra-se no conteúdo. Enquanto o jornal tinha um caráter noticioso, a proposta da revista era de apresentar um conteúdo variado, focado em entreter o leitor com curiosidades, crônicas literárias, ensaios, dentre outros tipos de texto. Sousa considera ainda que a revista inaugurou a imprensa ilustrada, pois incorporou imagens aos conteúdos textuais.

deste período eram consideradas modelos híbridos, uma vez que mesclavam a divulgação de acontecimentos atuais com conteúdos culturais típicos da imprensa enciclopédica. Pode-se inferir que o *Africa Illustrada* seguiu tal modelo. A publicação similar que mais se destacou no mercado editorial foi *O Ocidente*, que foi a primeira a apresentar a realidade colonial ao público leitor.

A imprensa periódica serviu, assim, como um veículo alternativo, bastante mais acessível, para que outros públicos, de estratos sociais mais baixos ou sem hábitos de consumo de obras literárias consolidados, pudessem tomar contacto com a “África portuguesa”, tal como os exploradores a observaram e registaram. Os domínios ultramarinos do império português ganhavam, como nunca acontecera, uma forma inédita na imaginação dos portugueses, quer através das imagens criadas a partir das descrições feitas pelos exploradores, quer através das próprias gravuras que ilustravam os relatos e que apareceram, muitas delas, também disseminadas em vários periódicos (Martins, 2012, p. 45).

No contexto de disputa entre as nações europeias por territórios em África, as revistas ilustradas propiciavam ao público o acesso ao conhecimento sobre as colônias e acerca dos últimos acontecimentos relativos à corrida colonial. É então que surgem periódicos cujo foco é informar com relação às colônias. *O Ocidente*⁴ circulou entre 1878 e 1915 e foi uma das principais revistas ilustradas do período que fez circular imagens das expedições à África.

O crescimento e a expansão da imprensa periódica portuguesa convergiram, no tempo, com mudanças significativas ao nível da reestruturação da relação entre Portugal e os domínios ultramarinos, despoletadas pela emergência dos interesses expansionistas das grandes potências europeias em África e relativamente aos quais as elites dirigentes portuguesas se sentiram pressionadas a reagir. A atenção que a imprensa periódica portuguesa começa então a depositar nas matérias africanas deve ser vista, portanto, como um reflexo do ímpeto imperialista que, sensivelmente a partir dos meados da década de 1870, marca a atuação dos círculos políticos e intelectuais do país relativamente às questões do império (Martins, 2012, p. 28).

É sabido que outros países europeus também mantinham periódicos que versavam sobre o continente africano. Como exemplo concreto, tem-se uma citação feita no próprio periódico *Africa Illustrada* pelo seu editor, fato que evidencia um possível diálogo com as publicações congêneres de outras nacionalidades. Durante a seção de atualidades do Fascículo 33

4 A relevância d’*O Ocidente* se dá também no que se refere à produção gráfica. Diversos artistas tiveram sua formação no atelier de gravadores associado à revista. Artistas como Manuel Diogo Netto e Domingos Casellas assinaram muitas das imagens presentes no periódico *Africa Illustrada*, conforme se pôde verificar no presente estudo.

(1893), Henrique Dias de Carvalho⁵ menciona o periódico *L'Afrique explorée et civilisée*,⁶ caracterizando-o como “excelente revista”. Tal periódico foi editado mensalmente em Genebra entre 1879 e 1894, ou seja, circulou na mesma época do *Africa Illustrada*.

Outra citação de Dias de Carvalho, ao discorrer sobre o consumo da cola, é de um artigo sobre o Sudão francês de autoria do médico Dr. Rançon⁷ publicado no jornal francês *La Politique Coloniale*, de Paul Cousin, surgido em 1892. Também de 1892 é a revista *A Semana*, publicada em Benguela por Pedro Machado e referida por Dias de Carvalho como “interessante e bem redigida”. O *Africa Illustrada* apresentou aos leitores uma transcrição de um artigo d'*A Semana* sobre o comércio em Benguela no Fascículo 40 (1893).

Há indícios de que outros periódicos também se referiam ao *Africa Illustrada*. O *Ocidente*, nos anos de 1890 e 1892, por ocasião da publicação das primeiras obras decorrentes da expedição ao Muatiânvua, publicou na capa um retrato de Henrique Dias de Carvalho.

Para além da divulgação de resultados de expedições científicas e missões religiosas, as revistas conscientizavam o público leitor com relação à importância de ocupar a África com o fim de levar a civilização aos nativos e tirar proveito máximo dos ricos recursos naturais que ali havia. É com este propósito que Henrique Dias de Carvalho publica o periódico *Africa Illustrada* em 1892.

***Africa Illustrada* e os territórios coloniais**

O periódico *Africa Illustrada* encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, na coleção Fundo Geral Jornais. A consulta dos 47 Fascículos pode ser realizada a partir do formato digitalizado.⁸ O primeiro Fascículo, lançado em 14 de agosto de 1892, traz logo na capa informações sobre o que o leitor encontrará na publicação: O “Arquivo de conhecimentos uteis”, assim definido no subtítulo, promete fornecer o leitor com “viagens, explorações, usos e costumes, commercio, industria, meteorologia, distincção de climas, produções, colonisação, movimento progressivo, indicações hygienicas e noticias da actualidade” (*Fascículo 1*, 1982, p. 7).⁹

O texto inicial explica a estrutura e os objetivos da publicação. Trata-se de uma coleção de 52 números¹⁰ com 8 páginas cada um, lançados sempre aos domingos. O custo de cada

5 Fascículo 33, 1893, p. 278.

6 Este periódico encontra-se digitalizado e pode ser consultado e baixado no endereço do E-Periodica: <https://www.e-periodica.ch/digbib/volumes?UID=aec-001>.

7 Fascículo 43, 1893, p. 352.

8 A coleção pode ser acessada no endereço <http://purl.pt/23725>.

9 A paginação referida aqui é relativa ao documento digitalizado, uma vez que no original nem sempre consta o número da página.

10 É importante ressaltar, todavia, que a coleção existente na Biblioteca Nacional de Portugal conta com apenas 47 fascículos encadernados.

publicação era 20 réis¹¹ e os assinantes¹² que completassem a coleção teriam direito a uma encadernação especial e, além disso, poderiam receber mapas como brinde.

Quanto ao conteúdo, era composto por textos e imagens que, em grande parte dos casos, dividiam a mesma página. Pode-se dizer que as imagens ocupavam um espaço significativo ao considerar a coleção como um todo. Segundo o editorial, seriam 416 páginas no total com um mínimo de 120 gravuras¹³. Na maioria das vezes, a imagem presente na página tinha a função de ilustrar o conteúdo textual apresentado, provavelmente como uma forma de facilitar o entendimento do leitor a respeito de informações que, para ele, eram pouco familiares. Os temas tratados estavam em consonância com os acontecimentos do momento, visando a preservação dos domínios portugueses em África:

Zelando os interesses das nossas possessões africanas, — como os leitores terão notado, — aproveitamos sempre dos assumptos que mais estão chamando a atenção publica, no desejo de elucidar, segundo o nosso modo de vêr e como sabêmos, sobre esses assumptos (*Fascículo* 33, 1893, p. 271).

Existem indícios de que havia estreita conexão entre o conteúdo do relato da expedição e do periódico, tanto imagético quanto textual. No *Fascículo* 34 (1893), podem ser verificados dois exemplos de cópias das imagens fotográficas oriundas da expedição ao Muatiânvua,¹⁴ conforme se verifica nas figuras seguintes.

-
- 11 Os assinantes poderiam pagar por fascículo, por mês ou por trimestre e a decisão deveria ser devidamente declarada.
- 12 O editorial destaca que, para ser considerado assinante, o indivíduo deveria fazer o pagamento de cada edição lançada.
- 13 As imagens estavam presentes até mesmo na parte textual da revista. De forma geral, um detalhe gráfico em forma de vinheta iniciava o texto. A vinheta era um estilo corriqueiro para dar início ao conteúdo textual e, na massiva maioria dos casos presentes na documentação aqui analisada, as ilustrações guardavam relação direta com o conteúdo textual que se apresentava a seguir, provavelmente como uma forma de envolver o leitor logo no início do texto.
- 14 Junto à publicação da narrativa de viagem, foi publicado também um álbum com 287 fotografias com legendas manuscritas. A Sociedade de Geografia de Lisboa realizou uma exposição sobre a expedição de Henrique de Carvalho. O álbum de fotografias pode ser acessado através do seguinte link: <http://purl.pt/23746/1/index.htm>.



Figura 1
 Ilustração da Villa do Dondo
 Fonte: *Africa Illustrada*, Fascículo 34 (1893)

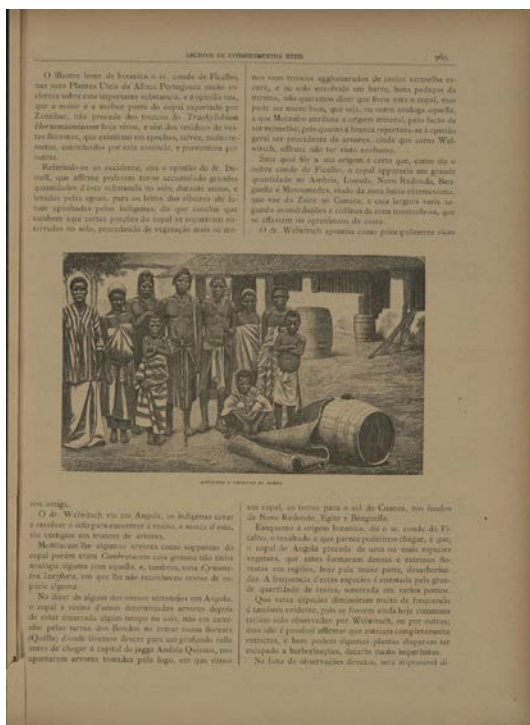


Figura 3
 Ilustração dos Quissamas e Libollos
 Fonte: *Africa Illustrada*, Fascículo 34 (1893)



Figura 2
 Fotografia da Villa do Dondo
 Fonte: Álbum da Expedição de Henrique Dias de Carvalho, fotografia 129



Figura 4
 Fotografia dos Quissamas e Libollos
 Fonte: Álbum da Expedição de Henrique Dias de Carvalho, fotografia 213

As imagens procuravam abarcar variados temas relativos a uma cultura desconhecida, que deveria ser vista e apreendida pelo público leitor. Conforme os exemplos mostrados acima, infere-se que tanto locais quanto pessoas estavam retratados no periódico. As ilustrações utilizavam como base as fotografias produzidas durante a Expedição de Henrique Dias de Carvalho ao Império da Lunda.

Grosso modo, as imagens das regiões africanas de influência ou de soberania portuguesa que foram difundidas ao longo do último quartel do século XIX revelam uma preocupação em retratar esses territórios nas suas diferentes feições, o que tanto incluía sua geografia e topografia físicas — dando-se assim conta de aspectos relacionados com o relevo da paisagem, a hidrografia, a fauna e a flora locais —, quanto a sua ocupação humana (...). É a ideia de uma África romântica e aprazível, de um território repleto de potencialidades económicas ainda pouco exploradas, enfim, de uma paisagem virginal que se mostra disponível à intervenção alheia, que surge transmitida através destas várias imagens (Martins, 2012, p. 94).

A mensagem inicial do editor traz indícios sobre o objetivo do periódico quanto ao público leitor: artistas, operários e classes trabalhadoras. A venda era feita em Lisboa nas principais livrarias, tabacarias e quiosques, além de poder ser realizada também no próprio escritório do editor¹⁵. Nas outras cidades e províncias, seria anunciado o local de venda nos respetivos jornais pertencentes a cada localidade. Existem também indicações de que havia circulação fora de Portugal: nas ilhas, na América, em outros lugares da Europa e mesmo em África. O editor, ao falar dos anúncios mensais, dirige o recado aos comerciantes que queriam fazer conhecer seus estabelecimentos por meio dos anúncios que circulariam nas páginas do periódico.

O século XIX foi palco de expedições geográficas e missões religiosas destinadas ao desconhecido continente africano. Em Portugal, teve papel fundamental a Sociedade de Geografia de Lisboa, criada em 1876 com o principal objetivo de alertar os portugueses para as questões coloniais. A SGL foi responsável por iniciar as viagens de exploração à África. No período compreendido entre 1877 e 1886, diversos viajantes cruzaram os territórios na faixa territorial localizada entre Angola e Moçambique. As expedições mais conhecidas são as de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens e de Alexandre de Serpa Pinto.¹⁶

Desta forma, o estímulo à ocupação do território africano por parte dos portugueses

15 Localizado na Rua da Junqueira, 1.

16 Os três exploradores iniciaram uma expedição à África em 1877. Porém, devido a divergências sobre a continuação, Hermenegildo Capelo (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898) separaram-se de Serpa Pinto, pois queriam concentrar-se nos territórios portugueses, enquanto Serpa Pinto tinha a intenção de atravessar o continente até chegar a Moçambique.

parece ser um resultado visado por Henrique Dias de Carvalho ao apresentar a cultura africana em seu periódico. As informações veiculadas fariam jus ao conhecimento acumulado ao longo de anos de expedições e viagens de reconhecimento em África. Conhecimentos sobre o clima, as regiões e às áreas de maior aproveitamento comercial deveriam ser considerados pelos portugueses:

Abilitémos devidamente o nosso povo, com os conhecimentos practicos que têmos de Africa; Apontêmos-lhe as características de cada uma das suas regiões, tanto no que respeita ás influencias atmosphericas como ás do solo; façâmos sentir a cada uma das especialidades da actividade humana, as localidades que lhes podem offerecer maiores vantagens e, como devem regular-se na modificação do seu organismo em quanto iniciam os trabalhos da exploração a que se dedicam; não lhe occultêmos os erros do passado para que os evitem, enfim, aproveitêmos os trabalhos de todos os nossos exploradores, feitos á custa de tantos sacrificios, ainda desconhecidos para a maioria do nosso povo, e cujas publicações dispendiosas pezam, amontoadas, nos archivõs officiaes e ahi se hão de inutilizar com o tempo (*Fascículo 16*, 1892, p. 135).

É neste contexto que ocorre a expedição de Henrique Dias de Carvalho ao império Lunda¹⁷, em 1884. Segundo Martins (2012), a expedição de Henrique Dias de Carvalho tinha um carácter distinto das expedições anteriores, que tinham finalidade de explorar a geografia do interior do continente africano. As orientações dadas a Dias de Carvalho tinham como objetivo o restabelecimento de relações comerciais com o império da Lunda, já que as rotas de comércio de produtos como marfim, cera e borracha estavam fugindo do controle dos portugueses. É importante ressaltar que a expedição também visava a preparação para o estabelecimento de portugueses na região. O periódico *Africa Illustrada* reflete esta preocupação com a necessidade de ocupação do território colonial:

Nós felizmente podemos asseverar que possuímos regiões em Angola que devidamente preparadas pelos trabalhadores africanos sob direcção europeia, nessas se podem estabelecer com vantagens as familias dos nossos pequenos lavradores metropolitanos, aquellas que directamente trabalham na terra e d'ellas necessariamente provirão os futuros povoadores da raça branca nas terras de Angola (*Fascículo 7*, 1892, p. 64).

17 O território do império Lunda, cuja Corte era Mussumba, corresponde atualmente à atual República Democrática do Congo.

O militar Henrique Dias de Carvalho tem diversas outras publicações sobre a África¹⁸. No campo da imprensa, o *Africa Illustrada* não foi o único periódico de propriedade de Dias de Carvalho. Em 1883, um ano antes da expedição ao Muatiânvua, ele publicou um periódico intitulado “Colónias Portuguesas”,¹⁹ que circulou de 1883 a 1891. As publicações da época, sobretudo os periódicos ilustrados, contribuíam para divulgar conhecimentos sobre a África.

Um dos temas que mais terá cativado os leitores d’ *O Ocidente* terá sido o das expedições portuguesas em África, protagonizadas por Capelo e Ivens, Paiva Andrade, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho e outros, que alimentavam a imaginação ao mesmo tempo que animavam os leitores, cujo orgulho nacional tinha sido beliscado pelo Ultimato inglês de 1890 (Sousa, 2017, p. 321).

Não obstante, Martins (2012) estabelece uma diferença no que se refere à divulgação das expedições à África. Enquanto Capelo e Ivens e Serpa Pinto tiveram grande notoriedade na imprensa ilustrada da época, Dias de Carvalho recebeu destaque somente em 1890, o ano em que suas obras sobre a expedição foram publicadas.

A edição do relato de viagem de Henrique de Carvalho ocorreu entre 1890 e 1894. Foi justamente neste período que o periódico *Africa Illustrada* teve sua primeira aparição no mercado editorial. O próprio editor afirma, logo no Fascículo inaugural, que o material publicado aproveita o que já consta em “Expedição Portuguesa ao Mauatiânvua” e também utiliza fragmentos de relatos publicados por outros viajantes.

A revista, portanto, não só publicava textos de autoria própria, mas também textos informativos ou cartas enviadas à redação. A transcrição da carta redigida pelo administrador colonial José Joaquim D’Almeida sobre o rei africano Gungunhana veio acompanhada de um agradecimento e de uma palavra de encorajamento a textos que valorizassem o território português em África:

18 L’ influence de la civilisation et de la colonisation latine et surtout portugaise en Afrique, Lisbonne: Imp. Franco-Portugaise, 1889; O Lubuco: algumas observações sobre o livro do Sr. Latrobe Bateman intitulado The first ascent of the Kasai, Lisboa: Imprensa Nacional, 1889; Ethnographia e história tradicional dos povos da Lunda, Lisboa: Imprensa Nacional, 1890; A Lunda ou os estados do Muatiânvua dominios da soberania de Portugal..., Lisboa: Adolpho, Modesto, 1890; Methodo pratico para fallar a lingua da Lunda contendo narrações historicas dos diversos povos, Lisboa: Imprensa Nacional, 1890; As Colonias portuguesas: revista illustrada, Lisboa: Typ. de Christovão A. Rodrigues, [1883]-1891; Expedição portugueza ao Muatiânvua: metereologia, climatologia e colonização: estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens..., Lisboa: Typ. do Jornal As Colonias Portuguezas, 1892; Descrição da viagem à Mussumba do Muatiânvua, Lisboa: Imp. Nacional, 1890-1894; Lunda portugueza: situação actual, impreterivel necessidade da sua occupação, Lisboa: Comp. Geral Typ. Ed., 1895.

19 O periódico era de propriedade do próprio Dias de Carvalho e os diretores e redatores eram, além dele mesmo, G. D. Pessoa Allen e Manuel Ferreira Ribeiro. A Biblioteca Nacional de Portugal digitalizou parte dos fascículos, que estão disponíveis no endereço <http://purl.pt/23724/3/>.

Agradecendo ao nosso bom amigo o favor com que nos honrou, e, porque muito interessa aos nossos leitores esclarecerem-se sobre a valia do que Portugal possui na vasta região que tão bem conhece e como ninguém a pode descrever, sempre que esteja disposto têm os seus excelentes artigos, acolhimento neste Archivo (*Fascículo 10*, 1892, p. 91).

O contexto posterior à expedição de Henrique de Carvalho foi de enfraquecimento das bases do liberalismo e de tensão entre Inglaterra e Portugal, que disputavam territórios de influência no continente africano. Em 1890, a Inglaterra impôs um ultimato a Portugal com relação aos domínios em África. A autora Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida (2015), em sua dissertação de mestrado, destaca que o início da publicação das obras de Henrique de Carvalho estava de acordo com as pretensões de Portugal com relação à legitimidade de sua presença na África Centro-Occidental, para se posicionar frente às demais nações europeias.

Cada um tem pensado apenas, nos seus próprios interesses não lhes importando os da nacionalidade; e os governos não teem tido a força precisa para bem dirigirem os d'esta, embora prejudicando aquelles, e d'ahi, a desorientação com que temos caminhado em Africa e a nossa péssima e triste situação perante os visinhos europeus estrangeiros que estão tirando todo o partido e progredem á custa d'essa desorientação (*Fascículo 23*, 1893, p. 192).

A mobilização da opinião pública seria um forte elemento para reforçar a presença ativa de Portugal no território colonial. Para isso, Henrique de Carvalho reitera a importância de se conhecer a realidade africana. O conhecimento sobre o território africano é um dos motes do periódico, já que na edição inaugural ele se define com um repositório de conhecimentos úteis sobre o continente africano, “que devem ser do dominio dos individuos de ambos os sexos de todas as classes da sociedade seja qual fôr a sua profissão desde que principiam a instruir-se” (*Fascículo 1*, 1892, p. 2).

A mensagem dirigida aos assinantes por parte do editor, Henrique de Carvalho, evidencia a intenção de “concorrer para a vivificação das nossas colonias africanas” (*Fascículo 1*, 1892, p. 3), a fim de fazer com que a emigração seja direcionada ao território colonizado ao invés de territórios estrangeiros, o que seria possível a partir do conhecimento dos costumes e da cultura do continente africano:

Este assumpto, colonisação de raça portugueza em Africa, se nao interessa a particulares, deve muito preocupar a nacionalidade, e os governos precisam impôr-se para se aproveitar do que nos resta de bom, nas nossas possessões africanas para esse fim, e da grande emigração expontanea mensal da nossa metropole e ilhas, para os paizes em que se lhe affigura encontrar trabalho de que carecem (*Fascículo 36*, 1893, p. 296).

Do início ao fim do periódico *Africa Illustrada*, Henrique Dias de Carvalho procurou promover a valorização do vasto território de Portugal no continente africano. O fim do século XIX foi marcado por intensas disputas entre as nações europeias por zonas de influência na África. Neste contexto, Portugal deveria garantir que suas possessões fossem conservadas. O “acervo de conhecimentos uteis”, ao prover o público leitor de informações sobre as colônias, visava estimular a emigração e o comércio em África.

Temos é certo delimitadas as nossas possessões d’Africa, mas não quer isto dizer que vamos dormir sobre o caso; precisamos pelo contrario estar vigilantes, hoje mais do que nunca, para não perdemos d’aqui a alguns annos esse pouco que nos resta e tanto nos custou a conservar. Uma das principaes cousas que temos a fazer, é reconhecer geographicamente todas as regiões do nosso ultramar africano, explorando sem espalhafatos nem ostentações ruidosas o interior de Angola e de Moçambique (*Fascículo 17*, 1892, p. 145).

Além chamar a atenção para a função das autoridades no impedimento dos avanços estrangeiros, Dias de Carvalho apela também à iniciativa particular que, segundo ele, poderia agir paralelamente ao governo com o fim de proteger o grande território africano sob domínio de Portugal:

Ninguem melhor do que o actual ministro do ultramar, com o sua autoridade, pode, fazendo-se acompanhar da iniciativa particular, frustrar a invasão de extranhos que nos pertendem roubar territorios bons, na grandeza superior a 2 vezes e meia o de Portugal e faze-lo valorizar devidamente, e, nessa esperança, nós continuaremos na propaganda do fim da *Africa Illustrada* (*Fascículo 26*, 1893, p. 217).

Com o propósito de valorizar as possessões ultramarinas de Portugal, infere-se que a publicação *Africa Illustrada* engajou-se na divulgação de informações sobre a cultura e as potencialidades do continente africano. Assim, o público leitor pôde ter contato com os territórios quase desconhecidos por meio dos textos e imagens que circularam semanalmente em 1892 e 1893.

Conclusões

A publicação do periódico *Africa Illustrada* encontra-se inserida nos esforços por parte da monarquia portuguesa para fazer-se presente no território africano. Por meio do conteúdo informativo, entre textos e imagens com ricas descrições, o público leitor pôde ter contato com experiências dos viajantes, costumes dos povos africanos e atualizações das missões europeias em África.

A data da publicação do relato de viagem de Henrique Dias de Carvalho à região da Lunda coincide com o período no qual a revista *Africa Illustrada* foi publicada, o que colaborou para a divulgação mais ampla e de mais fácil acesso dos resultados da expedição. O formato de periódico ilustrado com variados assuntos era mais palatável para o público leitor e, portanto, havia maior difusão das informações ali contidas.

A presença das ilustrações, além de atrair o público leitor, atuou lado a lado com o conteúdo textual, a fim de auxiliar na apreensão e compreensão de uma realidade desconhecida, mas que deveria ser de conhecimento de todos para melhor aproveitamento dos prolíficos recursos ao alcance dos portugueses interessados na prosperidade nacional.

Lançado num contexto de intensa exploração do continente africano por parte da Europa, o *Africa Illustrada* compôs o arsenal ideológico que ajudou Portugal a mobilizar a opinião pública com relação à importância de ocupar os territórios coloniais em África. A revista, portanto, configura-se como um meio de conhecimento do vasto território africano, conhecimento este que seria indispensável para a valorização do território e a consolidação do domínio colonial, o que acarretaria em largos benefícios para a metrópole.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. (2015). *Expedições e narrativas de viagem sobre a África Central (segunda metade do século XIX)*. In: Almeida, M. *Comércio, bens de prestígio e insígnias de poder: as agências centro-ocidentais africanas nos relatos de viagem de Henrique de Carvalho em sua expedição à Lunda (1884-1888)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, pp. 35-74.
- Bacot, J. (2002). Trois generations de presse illustrée au xixe siècle. Une recherche en patternité. In *Réseaux*, 1 (111), pp. 216-234. www.cairn.info/revue-reseaux1-2002-1-page-216.htm
- Carvalho, H. (1892-1893). *África Illustrada: arquivo de conhecimentos uteis*. V. 1, fasc. 1 (14 Ago. 1892) — fasc. 47 (1893). <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/catbnp/94979>
- Freudenthal, A. (2001). Voz de Angola em tempo de ultimato. In *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, pp. 135-169. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2001000100006&lng=en&nrm=iso
- Martins, L. (2012). *O Império de Papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Edições 70.
- Pakenham, T. (1991). *The Scramble for Africa*. Abacus.
- Rafael, G. (org.); Santos, M. (coord.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. (1998-2002). Biblioteca Nacional.
- Santos, M. (25 dez. 1994) Ultimatum, espaços coloniais e formações políticas africanas. In *África*, n. 16-17, pp. 67-99.
- Sousa, J. (2018). *O jornalismo iconográfico em Portugal na viragem do século XIX para o XX: O Ocidente (1875-1915)*. Coleção Livros ICNOVA. <https://run.unl.pt/handle/10362/65670>
- Sousa, J. P. (2017). *Veja!: nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas, 1835-1914*. Media XXI: Formalpress-Publicações e Marketing.
- Sousa, J. P. et al. (org.) (2014). *A history of the press in the portuguese-speaking countries*. Media XXI.
- Teixeira, N. (1987). Política externa e política interna no Portugal de 1890. In *Análise Social*, v. XXIII (98), pp. 687-719.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Temas e Debates: Círculo de Leitores.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Caminho.

A Imprensa e a opinião pública de Guimarães perante o Ultimato Inglês de 1890

The press and public opinion of Guimarães in the face of the English Ultimatum of 1890

Duarte de Babo Marinho

FLUP, CEPESE, CIJVS
babo.dmmmbm@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-0202-495X](https://orcid.org/0000-0002-0202-495X)

Nuno Bessa Moreira

U. Lusófona do Porto, CITCEM, CIJVS
knunoclio@gmail.com
ORCID ID: [0000-0001-5689-0282](https://orcid.org/0000-0001-5689-0282)

Resumo: Apesar do Ultimato Inglês de 1890 ser um dos assuntos mais abordados pela Historiografia Portuguesa, verificamos que esses estudos circunscrevem-se, essencialmente, à História Político-Diplomática. Por outro lado, revistando os estudos da História da Imprensa Periódica Portuguesa, constatamos que poucos investigadores se dedicaram à “questão inglesa”; salvo salutar exceções, tais como Amadeu Carvalho Homem e Aparecida de Fátima Bueno. A despeito dos inúmeros estudos acerca do Ultimato, este tema ainda não se encontra esgotado. São múltiplas as possíveis perspectivas de análise, visto que ele provocou consideráveis alterações no dia-a-dia da sociedade e escandalizou a opinião pública nacional e local. Os ecos desse desconforto podem ser sondados através de um minucioso cotejo da Imprensa do Portugal daquele tempo. Cumpre destacar que a Imprensa foi e continua a ser palco e testemunha de lutas ideológicas, mas também é repositório de cultura e de mentalidades. E entre inúmeras possibilidades optamos por passar em revista a Imprensa Vimaranesa de forma a observar como é que Guimarães encarou a atitude das autoridades portuguesas perante o Ultimato Inglês.

Palavras-chave: ultimato inglês 1890; política externa portuguesa; imprensa de Guimarães; historiografia.

Abstract: *Despite the English Ultimatum of 1890 being one of the subjects most addressed by Portuguese Historiography, we find that these studies are essentially limited to Political-Diplomatic History. On the other hand, searching the studies of the History of the Portuguese Periodic Press, we found that few researchers were dedicated to the “English question”; except for healthy exceptions, such as Amadeu Carvalho Homem and Aparecida de Fátima Bueno. Despite the numerous studies on the Ultimatum, this topic is not yet exhausted. There are many possible perspectives for analysis, since it has caused considerable changes in the daily life of society and scandalized national and local public opinion. The echoes of this discomfort can be heard through a detailed comparison of the Press of Portugal at that time. It should be noted that the Press was and continues to be the stage and witness of ideological struggles, but it is also a repository of culture and mentalities. And among countless possibilities, we opted to review the Vimaranes Press in order to observe how Guimarães saw the attitude of the Portuguese authorities towards the English Ultimatum.*

Keywords: *english ultimatum 1890; Portuguese foreign policy; Guimarães press; historiography.*

1. Introdução, revisão bibliográfica e metodologia

Desde o século XII que a Política Externa portuguesa tem passado por momentos críticos, inclusive com a sua aliada Inglaterra, cujas clivagens sentiram-se especialmente na segunda metade do século XIX. Nesse tempo, a talassocracia de Portugal era uma sombra da dos séculos XV-XVI e o País já não tinha capacidade para se impor pelas armas ou por pressões diplomáticas. Contudo, restava-lhe alguma capacidade de negociação, embora dependente dos humores britânicos. Na verdade, Portugal encontrava-se manietado à Inglaterra: não podia prescindir da aliança nem tinha capacidade para diversificar o seu leque de aliados. Quer dizer, os ingleses eram o garante do nosso império colonial, no qual mantinham um forte ascendente (Macedo, 2006, p. 103; Sá, 2015, pp. 39-40).

Apesar destes condicionalismos, Portugal tentou jogar no xadrez diplomático, mas com pouco sucesso. Entre 1886-1890 o Governo liderado pelo Partido Progressista esforçou-se por comprometer a Alemanha como sua mediadora e, em simultâneo, promoveu incursões militares contra a tribo africana dos Macololos, que alegadamente era um protetorado inglês (Ramos, 2012, pp. 550-552). Salisbury considerou que a atitude portuguesa representava um

casus belli e agiu em conformidade. Rejeitando qualquer possibilidade de arbitragem internacional, a Inglaterra apresentou um ultimato a Portugal, no dia 11 de janeiro de 1890, ameaçando explicitamente com um corte diplomático e, veladamente, com a guerra. Dada a gravidade da situação, o Conselho de Estado foi convocado e rapidamente deliberou que Portugal acataria as exigências inglesas a 12 de janeiro de 1890 (Ramos, 2014, p. 60). Este incidente representou, cabalmente, o ascendente inglês sobre Portugal e a debilidade política, diplomática e militar do País, acuado e incapaz de se impor no concerto das nações. Terminaram, desta forma os incidentes militares em África, mas também o “sonho” do Mapa Cor-de-Rosa, que uniria Angola e Moçambique. Perante esta rendição diplomática, despoletaram inúmeras manifestações em todo o País, cuja repercussão ecoou em dezenas de jornais da época.

Do ponto de vista do debate historiográfico a questão inglesa tem atraído o interesse de vários investigadores portugueses. Em sentido oposto, a historiografia inglesa considera este diferendo diplomático um assunto marginal e de pouca relevância, como constatou H. V. Livermore (1997, pp. 147-171). Mas o que nos importa é o debate historiográfico português, que ao longo de várias décadas tem abordado o Ultimato Inglês essencialmente a partir de dois prismas: o da História da Diplomacia e do História Política (Teixeira, 1987, pp. 694-695). Podemos destacar vários autores, desde os mais clássicos aos mais atuais. Todavia, como não é nosso objetivo entrar em densos debates historiográficos, optamos por evidenciar alguns nomes: Eduardo Brazão (1940, pp. 267-271),¹ Marcello Caetano (1971), Pedro Soares Martinez (1986, pp. 505-510) e Nuno Severiano Teixeira (1987). Mais recentemente também surgiram contributos muito pertinentes da autoria Rui Ramos (2001), Maria de Fátima Bonifácio, Tiago Moreira de Sá (2015) e Isabel Cluny (2018).

Em sentido oposto a Historiografia do Jornalismo português não tem dedicado muita atenção à questão do Ultimato Inglês. Perante este vazio historiográfico a única abordagem que podemos apresentar ao leitor é um *Estado da não Arte*, apenas mitigado pelo salutar trabalho de Aparecida de Fátima Bueno, a propósito do Ultimato Inglês na *Revista Portugal*. Fora da área da História do Jornalismo conseguimos detetar abordagens muito ténues nos textos já citados de Amadeu de Carvalho Homem (1992, pp. 281-296) e de Rui Ramos (2014, pp. 58-69).

As fontes destinadas a este tipo de estudo são muito abundantes e se se desfolhar alguns dos jornais da época observamos que, só nos primeiros meses do conflito anglo-português, a imprensa publicou inúmeras notícias de grande pertinência para a Historiografia do Jornalismo. Através dessas notícias podemos auscultar *hoje* os sentimentos e os posicionamentos da opinião pública dos portugueses daquele tempo, não só a nível nacional, mas também a nível regional e local (Sousa, 2010, p. 44). Quer dizer, na imprensa/jornais podemos captar o quotidiano, no seu dinamismo, nas suas forças vivas, nas suas contradições e nas

1 Nome geralmente grafado erradamente com “s”.

suas contingências. Com ela acompanhamos acontecimentos, no seu fazer e na sua dramaticidade... no seu imediato. Através das suas páginas, a Imprensa foi e é palco e testemunha de lutas ideológicas, mas também é repositório de cultura e de mentalidades.

Marc Bloch fala-nos da “opção do historiador” (Bloch, 1993, pp. 24-25). Efetivamente somos forçados a traçar opções no tempo e no espaço. Portanto, tendo em consideração que é-nos impossível aprofundar um estudo exaustivo aos jornais portugueses da época em questão — trabalho extremamente pertinente para ser realizado um doutoramento —, optamos por apresentar ao leitor reflexão centrada num pequeno *corpus* documental. Para o efeito seleccionamos a imprensa de Guimarães, durante um período temporal muito concreto: entre 11 de janeiro de 1890 e 29 de março de 1890. Trata-se, precisamente, de duas datas marcantes e directamente associadas ao Ultimato Inglês. A primeira corresponde ao dia em que o embaixador inglês apresentou o ultimato às autoridades portuguesas. A segunda refere-se a uma Lei da Imprensa imposta pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, visto que “os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sombra de quase constante impunidade” (DG, nº 76, 29-III-1890, pp. 166-172).

Sabendo-se que a questão inglesa provocou um “incêndio patriótico que lavrou de alto a baixo a sociedade portuguesa e do norte ao sul do País” (Bonifácio, 2010, pp. 114-115), porquê escolher Guimarães e não uma outra cidade? Primeiramente, esta cidade permite-nos, como já dissemos, aceder a um *corpus* documental pequeno, controlável e disponível *online*. Segundo, porque Guimarães é um caso bastante ilustrativo do descontentamento sentido um pouco por todo o País. A título meramente ilustrativo lê-se no *Commercio de Guimarães* que “Guimarães, o berço da nacionalidade portuguesa” também juntou a sua voz às “vozes de protesto contra o procedimento indigno da Grã-Bretanha” (CG, 20-I-1890, p. 1). Na prática, quer a imprensa vimaranense quer algumas das principais instituições da cidade apresentaram críticas mais ou menos veementes contra o procedimento inglês; mas também contra o Governo e Partido Progressista português, que acusavam de ser o grande responsável pelo incidente diplomático.

Este coro de protestos também foi acarinhado pelas redações dos três jornais seleccionados para este estudo: *A Penha*, *Religião e Pátria* e *O Commercio de Guimarães*, tendo este último declarado que “não tornará a publicar (...) anúncio algum referente à nação pirata” (CG, 20-I-1890, p. 2; 23-I-1890, p. 2). Estes jornais juntavam, assim, a sua voz aos protestos de importantes e prestigiadas instituições vimaranenses, tais como a Associação Comercial de Guimarães, a Associação Artística Vimaranesa e a Sociedade Martins Sarmento, tendo esta sugerido o fortalecimento da agricultura, comércio e indústria nacional e a sua respectiva instrução, de forma a arquitectar-se uma eficaz guerra comercial contra a Inglaterra (CG, 20-I-1890, p. 2).

Em um trabalho muito apreciado por algumas áreas das Ciências Sociais e Humanas, Quivy e Campenhout (1998, p. 31) informa-nos que “uma investigação é, por definição, algo

que se procura”. Tendo esta verdade de La Palice como pano de fundo, partimos, portanto, do acervo de jornais digitalizados da Hemeroteca da Fundação Martins Sarmiento. Posteriormente, também efectuamos algumas pesquisas nos fundos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, cujos livros de baptismo, casamento e óbitos também se encontram total ou parcialmente disponibilizados *on-line*.

No primeiro fundo documental arrolamos jornais circunscritos entre 11 de janeiro de 1890 e 28 de março de 1890. Durante esse período *O Commercio de Guimarães*, a *Religião e Pátria* e *A Penha* publicaram um total de 108 notícias direta e indiretamente relacionadas com o Ultimato Inglês, figurando cerca de 49,1% em primeira-página. Dos três jornais o mais ativo foi *O Commercio de Guimarães*, sendo responsável por publicar 58 notícias, das quais 15 em primeira-página. O segundo mais ativo foi a *Religião e Pátria*, com um total de 37 notícias, cuja maior parte, i.e., 25, figura em primeira página. Por fim, *A Penha*, o jornal menos ativo e de menor duração, apresenta-nos 13 notícias relacionadas com o tema, das quais sete foram publicadas na primeira-página.

O segundo fundo documental foi-nos útil para compulsarmos alguns elementos que nos possibilitaram apresentar, ainda que de forma superficial, alguns dados sociodemográficos de pelo menos três indivíduos directamente relacionados com *O Commercio de Guimarães* e o *Religião e Pátria*. Infelizmente, não nos foi possível detectar nenhum indivíduo relacionado com *A Penha*, visto que este periódico não faz menção alguma no cabeçalho aos administradores, responsáveis ou proprietários. O conhecimento deste tipo de elementos biográficos é de todo pertinente e para um melhor entendimento basta recordar as palavras de José Tengarrinha (1965, pp. 153-154), subscritas por José Pedro Sousa:

(...) o jornal, geralmente, era um *homem* [o chefe-de-redação], mais até que um *partido*. (...) Sendo o jornal *todo*, nele se concentravam não apenas as funções de redação, mas também as de direcção e administração. (...) Além dos elementos da redação, o jornal contava com os colaboradores eventuais, mais ou menos identificados com a linha política do jornal (Sousa, 2010, pp. 38-39).

Este levantamento exaustivo, nos três jornais e nos fundos paroquiais à guarda do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, teve por objectivo dar resposta a três perguntas de partida: 1) quais as principais temas abordados pela Imprensa de Guimarães entre 11 de janeiro e 29 de março de 1890?; 2) quais os posicionamentos da Imprensa de Guimarães perante o ultimato inglês?; e 3) esses posicionamentos convergiam ou divergiam da realidade nacional?

De forma a obtermos respostas a estas incógnitas iremos aplicar uma metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 1979), cujas categorias são a *recepção do ultimato inglês*, *caracterização dos ingleses*, e *posicionamentos ideológicos das notícias*. E a cada uma das categorias correspondem algumas dimensões. Para a primeira categoria temos *repugnância*, *críticas negativas*, *neutralidade* e *críticas positivas*. Para a segunda categoria optamos por abordar as

características *psicológicas* e *físicas* atribuídas aos ingleses. Por fim, a terceira na categoria encontram-se aspectos o *político*, *económico* e *cultural*. É ainda deixado um espaço para uma pequena análise às estratégias retóricas utilizadas pelos periódicos de Guimarães.

2. A Imprensa periódica vimaranense no finais do século XIX.

A historicidade dos periódicos *O Commercio de Guimarães*, *Religião e Pátria* e *A Penha*

Os periódicos *O Commercio de Guimarães*, *Religião e Pátria* e *A Penha* tiveram a sua atividade a partir da segunda metade do século XIX, fase caracterizada como o *Período Industrial da Imprensa* e teve a sua data fundadora em 1864-1865 (Sousa, 2010, p. 36; Monteiro & Maia, 2013, p. 205). Segundo José Tengarrinha, a imprensa portuguesa também beneficiou de leis extremamente favoráveis, “quer ao nível da propriedade literária, quer ao nível da liberdade de imprensa ou dos privilégios concedidos aos jornais”. De facto, tendo essa legislação como pano de fundo, “foi possível abrir-se, no território português, um período de grande *florescimento do jornalismo* que só terminaria com a legislação *pós-Ultimatum*” (Tengarrinha, 1989, p. 184). Ainda assim, Rui Ramos recorda-nos que apesar do espartilho imposto pela lei de março de 1890, ela não se revelou suficientemente forte para cercear a liberdade de escrever e de publicar; nem tão-pouco inibiu os jornais de se eximirem da luta político-partidária. Como o autor citado indica, salvo raras exceções, a imprensa encontrava-se ao serviço de uma determinada “política”. Mas “essa parcialidade não fazia os jornais sentirem-se diminuídos. Pelo contrário, pensava-se que um bom jornal devia estar alinhado”. Assim, e de forma paulatina, a imprensa foi-se afirmando como o *quinto poder* (Ramos, 2001, pp. 54-57).

A realidade em Guimarães não era em nada distinta da do País. Apesar dos jornais que estudamos se auto-proclamarem isento política e partidariamente, tal não se verifica, se se tiver em consideração a forma inflamada como atacaram os Progressistas e como louvaram os Regeneradores. Uma questão que se pode levantar neste caso é acerca do porquê da imprensa vimaranense se colocar tão próxima aos regeneradores. Dois motivos podem explicá-lo: o facto de alguns dos seus líderes pertencerem ao Partido Regenerador e o facto de um dos ministros do Governo Regenerador, eleito após o Ultimato Inglês ser natural de Guimarães.

Sem mais delongas foquemo-nos agora numa breve contextualização dos jornais que integram o nosso *corpus* documental. O primeiro jornal a ser analisado é *O Commercio de Guimarães*, por se tratar do periódico que nos forneceu mais informações relacionados com o Ultimato Inglês. De seguida analisaremos o *Religião e Pátria* e, por fim, *A Penha*, jornal menos expressivo e publicação mais curta, mas tão ou mais veemente que os restantes, como veremos adiante.

2.1. *O Commercio de Guimarães*

Trata-se de um dos periódicos mais antigos e bem-sucedidos de Guimarães. Foi fundado a 15 de maio de 1884, por António Joaquim de Azevedo Machado,² oriundo de uma família de comerciantes e grandes capitalistas. Um breve estudo a respeito deste homem permitiu-nos observar que o seu pai foi um cidadão muito conceituado, tendo, aliás, sido nomeado director do Banco Comercial de Guimarães. De acordo com a imprensa da época, entre outros relatos, sabemos que António Joaquim frequentou medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, mas interrompeu os estudos, precisamente, para se dedicar ao jornalismo e à fundação d'*O Commercio de Guimarães*. Sabemos igualmente que foi membro do Partido Regenerador e que era considerado um grande patriota, muito devotado à família e à sua cidade (entre outros autores leia-se Faria, 1933, p. 228v).³ A nível profissional também recolheu rasgados elogios, não só por parte de amigos e colegas de redação, mas também por jornalistas de outros periódicos. Em unísono consideravam-no um profissional que “honrou a imprensa” (OV, 5-III-1897, p. 2). Apesar da sua “firmeza de character”, foi um jornalista de “pena moderada, mas sincera”, muito devotado ao trabalho, mas sempre norteado por uma grande “rectidão na conduta leal e honrada” (CG, 8-III-1897, p. 1 e 1-III-1898, p. 1).

Este jornal é uma publicação periódica bi-semanal de carácter comercial, industrial e agrícola. Verificamos, igualmente, que o seu fundador imprimiu ao jornal uma linha editorial coerente e partidariamente isenta — apesar de estar alinhado com o Liberalismo e com o Partido Regenerador — cujos enfoques noticiosos incidiam preferencialmente em questões de índole económico-social e de política local e nacional (CG, 15-V-1884, p. 1).

No que respeita às questões económico-sociais o CG considerava que existiam duas grandes alavancas que potenciavam o progresso das sociedades. Uma era a agricultura, sem a qual não existira comércio, indústria ou artes. A outra grande alavanca era o comércio, por ser a vertente da actividade económica que mais contribuía para o progresso e bem-estar social. No que respeita às questões de política local e nacional o jornal define-se, como já referimos, partidariamente isento. Com efeito, nas questões de política local afirmava não privilegiar os amigos, mas justiça, de forma a defender os interesses dos oprimidos perante os opressores. Em relação às questões de política nacional, o CG privilegiava e defendia os interesses e glórias da Pátria, contra quaisquer ambições internacionais (CG, 15-V-1884, p. 1).

As publicações deste jornal, mesmo quando críticas, nunca — ou muito raramente

2 Nasceu em Guimarães, a 20 de fevereiro de 1850 e faleceu, na mesma cidade, vítima de doença prolongada, a 1 de março de 1897.

3 As referências documentais em relação a este indivíduo são muito variadas e podem ser consultadas, essencialmente no AMAP, mais precisamente em: P-421, fl. 178v. P-976, fls. 233v-324. P-1083, fls. 64v-65. P-1173, fl. 32v-33, fl. 69v, fl. 141. P-1174, fl. 168v.

— enveredaram pela desmoralização pública, pela injustiça ou pelo abuso de poder. De facto, as matérias do CG pautaram-se frequentemente pela educação, rectidão, respeito e cortesia, sem nunca fazer distinção de classes ou de pessoas. Esta atitude salutar explica a boa recepção que o jornal teve junto da Imprensa portuguesa daquele tempo (CG, 8-III-1897, p. 2; e 19-V-1885, p. 1).

2.2. *Religião e Pátria*

Trata-se do segundo periódico em análise, fundado Tomás Guilherme de Sousa Pinto em outubro de 1861 (RP, 20-IV-1867, p. 1) e cujo primeiro número apareceu nas bancas a 29 de outubro de 1862. Apesar de existirem poucos dados biográficos em relação ao seu fundador, sabemos que nasceu algures em 1809 e que faleceu a 10 de abril de 1886. Durante a sua vida destacou-se profissionalmente como jornalista e proprietário rural, tendo bens em Guimarães e noutras localidades do País, como, por exemplo, em Penafiel. Tendo em consideração o carácter do jornal, também podemos afirmar, com alguma segurança, que era um homem religiosamente devoto⁴.

Este jornal destacou-se como um periódico bissemanal que se apresentava e definia perante os seus leitores como Liberal, patriótico, religiosa — despido de velhos preconceitos — e partidariamente independente. Aliás, os editores aconselhavam os seus leitores a não procurarem nas páginas do jornal a sua posição partidária, porque seria uma procura vã:

(...) que não procurem ver nele a cor da nossa bandeira, porque a procuram debalde. Qualquer que seja a forma do poder que tenha a seu cargo a direcção do Estado, quaisquer que sejam as teorias que nos mostrem o nobre exercício da inteligência humana examinando qual o melhor e mais acertado regime político dos povos (...), essas opiniões serão sempre respeitadas por este semanário (RP, 29-X-1862, p. 1).

A sua principal bandeira não se ligava a nenhuma agremiação partidária, pelo menos aparentemente. Pautava-se em questões religiosas, morais e sociais, tais como a luta pela verdade, pela justiça e, acima de tudo, por almejar conscientizar os portugueses a respeito dos seus direitos e deveres.

⁴ As pesquisas documentais que empreendemos proporcionaram-nos inúmeros extremamente úteis para a reconstrução do percurso biográfico deste indivíduo. De entre essas referências destacamos as que se encontram em depósito no AMAP, P-1007, fl. 56v; P-982, fl. 96 AMP, 2011, p. 126.

Cerca de três anos após a fundação do *RP* surgiram alguns problemas legais que obrigaram a direcção a encerrar a sua publicação e a criar, ainda que temporariamente, um novo jornal, cujos princípios e objectivos se mantiveram inalterados (*RP*, 11-XI-1865, p. 3). Tem assim início, a 15 de novembro de 1865, a publicação da *Gazeta do Minho* (*RP*, 11-XI-1865, p. 3). Resolvidas as questões jurídicas motivadas pela Lei da Imprensa de 1866 (*DG*, nº 144, 17-V-1866, pp. 189-191), o *RP* é novamente colocado nas bancas, apesar de surgir com algumas alterações substanciais: Tomás Guilherme de Sousa Pinto deixa de figurar como responsável pelo jornal, achando-se, assim, “exonerado de toda a responsabilidade que sobre si havia tomado pelo termo assignado no governo civil d’este districto em outubro de 1861” (*RP*, 20-IV-1867, p. 1). Como seus substitutos surgem os nomes de A. A. S. Leite — administrador — e M. J. Pinto — responsável —, dos quais não temos quaisquer elementos biográficos. Apesar das mudanças operadas a nível administrativo, o *RP* não alterou em nada a forma como se apresentava e definia perante os seus leitores (*RP*, 20-IV-1867, p. 1).

Novas mudanças seriam introduzidas no decorrer de 1876. Nesse ano o jornal foi adquirido por João Pinto de Queiroz, que já o administrava desde 1868 (*RP*, 10-X-1868, p. 1; Rosas, 1995, p. 468). Nascido em Guimarães a 13 de março de 1843,⁵ era considerado um dos homens mais prestigiados e bem relacionados da sua cidade natal (*DI*, nº 1176, 2-III-1876, p. 3; Faria, 1933, p. 303v). Aliás, devido à sua atividade de docência foi galardoado a 31 de março de 1884 pela Sociedade Martins Sarmento — da qual era sócio efectivo —, devido “aos seus serviços escolares, ao seu zelo pela instrução popular” e pelos “seus serviços relevantes á causa patriótica e beneficente da instrução da classe operária” (*Guimarães*, 1884, p. 116).

Ao que tudo indica, o *RP* após ser adquirido por João P. Queiroz, não alterou em nada a forma como se apresentava aos leitores. No entanto, viu-se envolvido em algumas polémicas com *O Vimaranesense* (nº 0546, 18-XII-1868, p. 2) e com o *Acho do Norte* (nº 15, 24-VIII-1872, p. 3). Ainda assim, apesar dessas polémicas, o jornal era considerado pelos seus congéneres como um periódico de “notável moderação e espirito conciliador” (*CG*, 9-I-1890, p. 1).

2.3. A Penha

Como já referimos anteriormente, *A Penha* trata-se do periódico em estudo com menor tempo de publicação: durou dois meses, surgiu a 8 de dezembro de 1889 e foi retirado das bancas a 9 de fevereiro de 1890 (*AP*, nº 10, 9-II-1890). Apesar da sua curta duração e

5 Desconhecemos a data de óbito, mas sabemos que a 1 de maio de 1899 ainda era vivo e que tinha abdicado do seu ofício de *Oficial de diligências da Administração do Conselho de Amarante* (cf. *DG*, nº 101, 5-V-1899, p. 1186). Para a biografia deste indivíduo contamos com alguns documentos extremamente pertinentes, tais como os que se encontram em depósito no AMAP, P-378, fl. 248; P-386, fl. 5; P-392, fl. 94; P-1331, fl. 36v; P-1176, fls. 133v-134.

das pertinentes publicações relacionadas com o *Ultimato Inglês*, não foi possível obter quaisquer informações relacionadas com os seus fundadores, administradores ou responsáveis de redação. Porém, a sua declaração de intenções, publicada na edição piloto do jornal, transparece-nos um pouco dos seus posicionamentos políticos e a forma como se apresentava aos leitores. Auto-definia-se como um periódico semanário de índole literária, noticiosa e comercial. E à semelhança d'*Commercio de Guimarães* e da *Religião e Pátria* apresentava-se politicamente isento, mas diferia destes ao transparecer repugnância pelo sistema partidário e, principalmente, pelas alterações entre os representantes dessas agremiações. De facto, considerava que esse tipo de querelas não dignificavam a política nacional. Serviam apenas para desgastar:

(...) os homens em polémicas estéreis (...), em lutas pigmanianas de uma política estreita e facciosa e [que] ninguém cura de tratar com desassombro e com coragem dos graves problemas pendentes, quer eles sejam de índole económica ou financeiras, quer eles assumam carácter religioso, quer eles revistam a forma política ou simplesmente de instrução, de educação ou administração (AP, nº 1 [XII-1889, p. 1).

Segundo os responsáveis d'*A Penha* o País vivia um período extremamente conturbado e que evocava “as misérias dos últimos tempos do Império Romano”. Essas misérias eram consequência direta de “abstrações míticas” e de “platonismo românticos que na ciência, na política e na arte passam para o domínio do nada”. Por estes e outros motivos, os responsáveis do jornal consideravam que estava na hora de alguém combater as prepotências e levantar a voz em defesa da Pátria, bem-estar geral e do progresso civilizacional. Essa era uma tarefa que *A Penha* se propunha para encabeçar, “defendendo de viseira erguida os direitos do povo contra os ataques; de frente erguida, a mão nas copas da sua rija espada, ativa e serena como a estátua da justiça” (AP, nº 1 [XII-1889], p. 1).

3. A recepção do Ultimato Inglês: críticas negativas, anglofobia e ideologia na Imprensa vimaranense

Trabalhos como os de Amadeu de Carvalho Homem, Rui Ramos ou Maria de Fátima Bonifácio, permitem-nos compreender um pouco dos posicionamentos da Imprensa Portuguesa perante o *Ultimato Inglês*. Na generalidade as páginas dos jornais foram extremamente críticas, não só em relação aos ingleses, mas também a respeito dos posicionamentos assumidos pelo Partido Progressista. A situação foi muito bem explorada pela imprensa de vários quadrantes político-ideológicos e resultou numa onda de revolta generalizada de norte a sul do País (Bonifácio, 2010, pp. 114-115. Ramos, 2014, pp. 58-69). Aliás, em momentos muito

concretos pôde-se mesmo assistir a uma aliança entre jornais regeneradores — v.g. *Gazeta de Lisboa* — e republicanos — v.g. *O Século* (Homem, 1992, p. 282).

Neste particular a imprensa teve um papel determinante na formação da opinião portuguesa no início da década de 1890. Segundo Norbert Bobbio, estamos na presença de um conceito com uma vasta historicidade, mas que no essencial tem que ver com opiniões relacionadas com o País ou com outro agregado social, expressas livremente por indivíduos e que por intermédio do seu verbo pretendem redirecionar as ações do poder político ou do Governo (Bobbio, 1998, pp. 842-845). Compreende-se assim, e conforme constata Manuel Leal, que a agitação social se tenha prolongado durante dois meses. Foram dias marcados por inúmeros comícios, conferências, entre outras manifestações de protesto. Inúmeras figuras públicas marcaram presença nesses encontros, tanto militares, como académicos e jornalistas. A título de exemplo, estes últimos apressaram-se a retirar dos jornais os vocábulos ingleses, como foi o caso do *Diário Ilustrado* (Homem, 1992, pp. 284-285. Leal, 2013, pp. 74-75). Certamente, na base desta iniciativa estiveram as palavras de José Leite de Vasconcelos: “A nossa língua não é pobre de palavras, que necessite de empréstimos ingleses” (CG, 23-I-1890, p. 2).

Efetivamente, como nos recorda Rui Ramos, a questão inglesa desencadeou uma grande inquietude na política interna portuguesa no início da década de 1890:

Fez-se tanto caso dela que por vezes é difícil perceber que, de facto, não se tratava de mais que negociar com os Ingleses, vizinhos de Portugal em África, os limites de umas colónias recentemente adquiridas, muito deficientemente ocupadas e sem atractivos imediatos. Não era assim, porém, que os contemporâneos gostavam de ver o assunto (...). Era, portanto, o futuro da nação que estava em jogo, e não apenas uns quantos quilómetros de mato e savana (Ramos, 2001, p. 114).

Perante isto, a sociedade e a política portuguesa viu-se envolta num cenário de grande contestação, ao passo que a Inglaterra passou a ser considerada como uma verdadeira “fatalidade histórica que ia golpear Portugal” (Ramos, 2001, p. 114). O mesmo se passou em Guimarães e com a imprensa da cidade. Durante os dois meses que se seguiram ao anúncio do Ultimato, os jornalistas vimaranenses também andaram enredados nessa *fatalidade*, como se pode constatar nos conteúdos das notícias que iam publicando. As críticas não se apresentam com reservas e muito menos são positivas. Denota-se uma grande rejeição perante tudo aquilo que represente a Inglaterra, despertando, em muitas ocasiões, sentimentos de anglofobia.

Essa anglofobia/xenofobia é facilmente observável por intermédio da associação dos ingleses a determinadas características psicológicas, expressas por intermédio de vocábulos associados ao crime — “ladrões” e “piratas” e “usurpadores” (CG, 13-I-1890, p. 1; 20-I-1890, p. 1, 23-I-1890, p. 1 e AP, 26-I-1890, p. 1) —, à imoralidade — “grosseiros” (CG, 16-I-1890, p. 1) —, à arrogância — “arrogantes”, “vilipendiadores” e “insolentes” (CG, 16-I-1890, p. 1, 23-I-1890, p. 1-2) —, ao autoritarismo — “déspotas” (CG, 23-I-1890, p. 1) — e à covardia — “evita

os fortes e ameaça os fracos!” (CG, 23-I-1890, p. 1). Frequentemente, a xenofobia resulta de uma reação psicológica contra estranhos. De acordo com Cea D’Ancona, trata-se de uma reação que surge naturalmente no ser humano e que deriva de dois vocábulos gregos: o ξενος — estrangeiro — e o φοβος — medo/ódio. Caso a xenofobia desencadeie reações de violência contra um determinado grupo, estamos perante um problema social grave (Cea d’Ancona, 2005, p. 202, nt. 10), como aqueles que ocorreram em Lisboa, frente à padaria Inglesa; que de inglesa só tinha o nome... Mas foi o bastante para atrair a ira dos populares (Ramos, 2014, p. 59).

Por sua vez, o *Diccionario de la Lengua Española* (ed. 2001) qualifica o termo de xenofobia como “odio, repugnancia y hostilidad hacia los extranjeros”.⁶ E de facto, em determinados momentos, a análise ao *Commercio de Guimarães* permitiram-nos observar um exemplo muito explícito de repugnância, mais precisamente quando este periódico se refere à Inglaterra como “aquela que o Oceano não engole com nojo de a vomitar” (CG, 23-I-1890, p. 2). Para Martha Nussbaum, as demonstrações de repugnância também estão muito associadas à desumanização e a questão de índole política. Quer dizer, uma característica comum do comportamento social e, por consequência, político, é que certos indivíduos ou grupos sociais são, frequentemente, tratados como portadores de um estigma, associados a contaminação ou impureza. Este estigma de viés político, elaborado por indivíduos que se auto-definem de privilegiados ou superiores, é responsável pela criação hierarquia social. Segundo essa hierarquia um determinado grupo de pessoas é excluído, repudiado e, por fim, negado (Nussbaum, 2006, p. 118, 130-138; Nusbaum, 2010, pp. 59-61). De facto, foi precisamente isso que aconteceu com os ingleses...

Todavia, convém salientar que apesar de termos detetado vários exemplos de anglofobia nas páginas da imprensa periódica de Guimarães, esta não foi predominante, como poderá ter sido noutros jornais portugueses daquele período. As críticas negativas e a rejeição por tudo o que aludisse aos ingleses foram, sem dúvida, os aspetos que mais se salientaram. Na verdade, a averiguação deste tipo de desagравos é facilmente detetável, mesmo sem recorrer à metodologia de análise de dados.

O *Commercio de Guimarães* quando apresentou o Ultimato Inglês fê-lo com uma certa neutralidade, referido que “são pouco animadoras as notícias (...) a respeito do conflito anglo-português”. Nesse mesmo parágrafo acrescenta que “parece que a nossa *fiel aliada* está disposta a conquistar-nos com os seus poderosos couraçados” (CG, 13-I-1890, p. 1). Contudo, rapidamente abandonou essa neutralidade e passou a apresentar inúmeras críticas negativas em relação ao “ultimato arrogante” da Inglaterra (CG, 23-I-1890, p. 1). Com efeito, este periódico afirmava que a atitude dos britânicos além de desmascarar a “falsa aliança inglesa”, resultava de um

6 O referido dicionário encontra-se disponível online em <https://www.rae.es/drae2001/xenofobia> e não está paginado.

“procedimento indigno”, associado a uma “ambição sórdida” (CG, 20-I-1890, p. 1 e 23-I-1890, p. 1).

Apesar das avaliações da *Religião e Pátria* e d’*A Penha* também espelham um sentimento de grande rejeição e de forte crítica negativa. Para a *Religião e Pátria* o Ultimato inglês foi designado como uma “humilhação” (RP, 15-I-1890, p. 1) e como “emboscada política” (RP, 26-II-1890, p. 1), resultante da “selvajaria brutal com que o Leopardo inglês nos cravou a sua potente garra” (RP, 18-I-1890, p. 2). Perante estas atitudes da *Velha Aliada*, mas também perante uma série de inexactidões proferidas por Lord Salisbury no Parlamento britânico, totalmente avessas “à verdade dos factos” e que “se opunha[m] à narrativa fiel e clara do que realmente se passou” (RP, 19-II-1890, p. 1), a *Religião e Pátria* menciona que “se encontra a nação, profundamente ferida pela afronta cruel que lhe vibrou a feroz prepotência da Inglaterra” (RP, 8-III-1890, p. 1). Refira-se ainda que a Inglaterra é acusada de boicotar e promover impasses nas negociações promovidas pela diplomacia portuguesa: “o Governo português procurou por todos os modos chegar a um acordo com a Inglaterra relativamente aos limites das nossas possessões na África Oriental, e se o acordo se não realizou a culpa foi do Governo inglês” (RP, 19-II-1890, p. 1).

Por sua vez *A Penha* apresenta as suas mais veementes críticas à “brutalidade da Inglaterra” de uma forma distinta dos outros dois periódicos: “À maneira de todos os jornais patrióticos publicamos o soberbo artigo, do eminente literato Latino Coelho”, que se intitulava de *A grande afronta nacional*. Nesse texto, Latino Coelho dirige duras críticas tanto às autoridades inglesas como portuguesas. Às primeiras críticas devido à sua atitude para com Portugal, um país que sempre deu provas de ser um aliado devotado; às segundas acusa-as de terem permitido que Portugal entrasse em declínio e passasse da posição de grande potência mundial para um lugar subalterno no xadrez político internacional:

[A Inglaterra] é grande, é forte, por isso mesmo lhe cumpria não abusar da sua força contra uma país [Portugal], que por uma deplorável sucessão de erros ou de crimes governativos, baixou desde as eminências da primeira nação naval e conquistadora, até ao nível dos povos desgraçados, que não têm para responder às insolências e aos ultrajes outro recurso mais do que as estéreis indignações, do que as lágrimas feminis, do que a prostração reverente aos pés dos seus insultadores para escutar submissos e contritos, o que eles lhes ordenam pelas notas imperativas dos seus diplomáticos e pelo aceno ainda menos ameaçador do que ultrajante das suas peças de artilharia (AP, 19-I-1890, p. 1).

Isto não quer dizer que não apresente críticas da autoria da sua redação. *A Penha* fá-lo; e fá-lo com grande ênfase. No dia 26 de janeiro de 1890 acusa a Inglaterra de aplicar a lei através de violência, um pouco por todo o Globo: “A brutal Inglaterra que dita a lei pelas goelas dos seus canhões”. Desta forma, *A Penha* defende claramente que Portugal rompa as suas relações com os ingleses, povo que, segundo este periódico, “nem respeitam relações de amizade, nem

reconhecem benefícios, que só os miseráveis podem pagar com ingratidão” (AP, 26-I-1890, p. 1).

No que respeita aos posicionamentos políticos da Imprensa vimaranense podemos dividi-los em duas dimensões: argumentos de política interna e de política externa. No que respeita à política interna também assistimos a inúmeras críticas apontadas ao Partido Progressista. Na verdade, a imprensa de Guimarães acusava os progressistas de à Pátria e de cobardia, por se absterem de enfrentar o problema que eles próprios haviam criado. De facto, o Governo liderado pelo progressista José Luciano de Castro apresentou a demissão a 13 de janeiro de 1890. Desta forma, por nomeação de D. Carlos I, a chefia do Governo foi entregue ao Partido Regenerador, que optou por dissolver o Parlamento e convocar novas eleições, tendo-as ganho por maioria absoluta.

O Commercio de Guimarães, jornal claramente alinhado ao Partido Regenerador (CG, 16-I-1890, p. 1), criticou o Governo liderado pelos progressistas por terem aceite “com a mais infame resignação as condições humilhantes impostas pela Inglaterra” e acusou-os de “traidores da pátria” e de “sicários” (CG, 13-I-1893, p. 2). Por sua vez, a *Religião e Pátria*, também simpatizante dos regeneradores (RP, 18-I-1890, p. 1), foi igualmente crítica em relação aos progressistas. Para o jornal liderado por M. J. Pinto, o grande culpado pela afronta inglesa, pela “suprema vergonha FOI O GOVERNO; FOI O PARTIDO PROGRESSISTA”. Além destas acusações também culpa os progressistas de agir “MENTIROSAMENTE”, porque “nos deu continuamente notícias optimistas depois de ter insinuado que estávamos entendidos com quaisquer potências que nos fortalecessem” (RP, 15-I-1890, p. 1). Por sua vez, *A Penha* mostrou-se crítica em relação a todo o sistema político português, com particular destaque para a Casa Real:

Pretendem roubar-nos?! Deixemo-nos roubar. É esta a máxima. É esta a norma. Mas o facto não é para surpreender ninguém. É o resultado lógico das cavalarias altas em que se meteram os Braganças e os governos, fazendo política por sua conta e risco, e nem sempre em harmonia com os interesses nacionais (AP, 2-II-1890, p. 1).

Como se pode constatar, as críticas deste periódico não se dirigiram diretamente contra o Partido Progressista, ao contrário d’*O Commercio de Guimarães* e da *Religião e Pátria*. Elas foram especialmente dirigidas à Coroa e aos governos, nos quais se incluem regeneradores e progressistas. Posto isto, somos levados a ponderar a possibilidade de estarmos perante um periódico republicano.

Quanto à política externa⁷, a indignação da imprensa vimaranense era de tal ordem que jornais como *O Commercio de Guimarães* e *A Penha* chegam a defender que Portugal procede

7 Cf. A introdução deste artigo e os autores aí citados.

a uma revisão do seu quadro de alianças externas. Vejamos dois exemplos ilustrativos. O *Commercio de Guimarães* sugeriu que o Governo português estabelecesse uma aliança Ibérica, com o intuito de fazer frente às pretensões imperialistas da Inglaterra. Citando o periódico lisboeta *As Novidades*, refere que “essas duas nações [Portugal e Espanha], podiam ser, unidas ou confederadas, senão a primeira potência marítima da Europa, pelo menos uma força capaz, só por si, de inutilizar o imenso poderio naval da Inglaterra” (CG, 27-I-1890, p. 1). Porém, só em teoria as forças navais conjuntas dos dois reinos ibéricos tinham capacidade para enfrentar a Royal Navy. De facto, a marinha de guerra espanhola estava tão sucateada como a portuguesa e o conflito hispano-americano de 1898 veio comprová-lo... Por sua vez, *A Penha*, a 9 de fevereiro, aludindo ao *El País*, refere que Portugal devia de rever urgentemente o seu quadro de alianças e aproximar-se da França ou da Rússia. Mas, caso o Governo português decidisse mesmo aliar-se a outra potência devia privilegiar a Rússia, porque esta seria de maior proveito. Com efeito, é salientada a possibilidade estratégica de se usar o porto de Goa para uma investida militar russa contra o Império Britânico da Índia, o que certamente, diziam eles, levaria à sua ruína (AP, 9-I-1890, p. 1).

Mas as sugestões não ficaram por estes pontos. Também entraram na questão económica, ou melhor dizendo, a guerra comercial à Inglaterra. O *Commercio de Guimarães*, a *Religião e Pátria* e *A Penha*, defendem esta via e não a opção militar, simplesmente porque Portugal não tinha quaisquer capacidades bélicas para enfrentar os ingleses, nem em terra e muito menos no mar (CG, 16-I-1890, p. 2; 23-I, 1890, p. 3; 27-I-1890, p. 1; 30-I-1890, p. 1; 3-II-1890, p. 2; 6-II-1890, p. 2. RP, 2-I-1890; AP, 19-I-1890, p. 3). Assim, além de noticiar várias notícias a nível nacional, onde informa os vimaranenses dos boicotes ao comércio inglês que estavam a ser promovidos por várias associações comerciais de todo o País; também expõe algumas reflexões, tais como Portugal parar, o mais rápido possível, o comércio com a Inglaterra e procurar outros mercados (como o francês e o alemão) e dinamizar a indústria nacional:

A Nação portuguesa levantou-se como um só homem para repelir a afronta que recebeu da Inglaterra, e declarou-lhe guerra, mas não guerra sangrenta entre os couraçados, como a usurpadora desejaria, a guerra que lhe fazemos é muito mais nobre: de Inglaterra não se querer nada, nada; nem sequer pronunciar-se uma palavra de origem inglesa (RP, 25-I-1890, p. 2).

4. Balanço final

Os três periódicos vimaranenses analisados reagiram negativamente ao Ultimato Inglês, com maior ou menor contundência, implicando um amplo espectro que contempla a recusa, a rejeição e o repúdio. Todavia, independentemente da natureza, da intensidade e da frequência das reacções existe esse substrato comum.

Os jornais referidos parecem participar de uma atmosfera e de um contexto mais amplo no qual se inserem, partilhando as mesmas apreensões, angústias, vertidas em reacções genericamente semelhantes, conforme descreve num enquadramento elucidativo Maria Teresa Pinto Coelho, que estudou o impacto do Ultimato na literatura, mas não deixou de abordar um conspecto alargado:

A notícia do Ultimatum é recebida em todo o país como uma catástrofe, dando origem a emocionais manifestações de cunho patriótico, eivadas de exacerbado nacionalismo e dominadas por gritos de protesto. Brada-se contra o Governo e a Monarquia, reclama-se vingança contra a Grã-Bretanha, organizam-se manifestações e comícios ruidosos e nem sempre pacíficos, é lançado o projecto de uma Grande Subscrição Nacional cuja receita se destinaria a comprar um couraçado que defendesse Portugal de Inglaterra e, no Porto, a Liga Patriótica do Porto arrancaria Antero (convidado para presidente) do seu longo retiro de Vila do Conde. Considerado por Eça a maior crise enfrentada pela sua geração, ao obrigar à retirada de forças portuguesas de territórios que Portugal reclama como seus, o Ultimato britânico de 1890 iria desfechar um rude golpe na identidade nacional. Como tal é referido na época, sendo encarado como um ultraje, um acto de espoliação, uma violação dos direitos portugueses em África (Coelho, 1996, p. 16).

Torna-se inevitável reafirmar e sublinhar que o ataque ao Ultimato Inglês ocorreu em paralelo com as críticas ao Partido Progressista n’*O Commercio de Guimarães* e no *Religião e Pátria*.

Em trabalhos futuros é fundamental tentar perceber se nos três jornais estudados a questão africana já era uma preocupação, acentuada e agravada pela extremada atitude britânica. Por outro lado, também convém indagar se o decadentismo presente nalguns sectores da sociedade portuguesa também encontrou eco nas páginas dos periódico locais analisados.

Conforme nota Maria Teresa Pinto Coelho, sucedeu-se precisamente o mesmo na literatura, na qual “o Ultimatum e a questão africana em geral são apenas o tema-pretexto utilizado com um objectivo específico: explorar uma certa imagem da Pátria decadente como havia sido concebida por Antero e Oliveira Martins” (Coelho, 1996, p. 17).

Finalmente resulta relevante compreender se a matriz, se o paradigma apocalíptico patente no Apocalipse de S. João ou a ideia de regeneração da Pátria estão presentes nos jornais de Guimarães e, em caso afirmativo, de que forma se processam ou evidenciam, acompanhando a tendência verificada na literatura:

Porém, ao anunciar a derrocada da Pátria, o Ultimatum profetiza também, como veremos, a ressurreição. Qual fénix saída das cinzas Portugal renascerá. Se a decadência tem como contraponto histórico-estratégico a derrocada de uma política de expansão em África, a ela também se alia a ideia de recriação de um “novo império” (...). Anunciando o Fim e o Recomeço, os textos que constituem o nosso *corpus* afirmam-se como variantes de um modelo arquetípico único comum aos

mitos do Fim — o paradigma apocalíptico — cuja matriz se encontra, como veremos, no Apocalipse de S. João, o último livro do Novo Testamento, texto cujo simbolismo riquíssimo tem permeado várias áreas do pensamento ocidental (Coelho, 1996, pp. 17-18).

Parece possível a configuração do Ultimatum como mito político, eventualmente adaptado a uma linguagem jornalística, porventura menos poética, metafórica ou simbólica do que a literária, mas ainda assim eivada de fervor patriótico e percorrida por adjectivações hiperbólicas.

A defesa da recuperação e regeneração de Portugal podia assumir duas formas ou vias: a reformista e a republicana, sendo lícito pensar que a primeira se expressa no *Commercio de Guimarães* ou no *Religião e Pátria*, enquanto a segunda se pode possivelmente adequar a *A Penha*:

Porém, gerada à volta do Ultimatum e absorvida pela literatura, a crença na regeneração acaba por se apresentar sob as duas vertentes que dominam o imaginário nacional: o programa republicano, apregoado em textos de combate, que apelando ao orgulho patriótico propagandeiam a República; e o projecto reformador, se assim lhe poderemos chamar, ou melhor, não revolucionário, que, exposto no polémico romance *A Ilustre Casa de Ramires*, propõe aos Portugueses que através do regresso ao lar do peregrino Portugal, de há muito afastado do útero materno, se voltem para si mesmos, e não para um passado pseudo-heróico, ou uma África de fronteiras recém definidas e levem a cabo a restauração das instituições. (...) O *Ultimatum* anuncia-se, assim, como um mito político que, se em Junqueiro assume especial força na figura do místico guerreiro do século XIV, não deixa de ser o catalisador de esperanças que, goradas ao longo dos tempos, parecem agora encontrar concretização. Ele é o desfecho da crónica de uma morte há muito anunciada que encontra no final do século o seu túmulo e a sua ressurreição (Coelho, 1996, pp. 267-268).

Referências bibliográficas

- Arquivo Municipal de Penafiel [=AMP] (2011). *Inventário do acervo documental do Morgado da Aveleda*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel. https://www.cm-penafiel.pt/wp-content/uploads/2016/10/Inventario_Morgado_Aveleda1.pdf
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bloch, M. (1993). *Introdução à História*. Publicações Europa-América.
- Bobbio, N. (1998). *Dicionário de Política*. 11.^a Ed. Vol. 1. Universidade de Brasília.
- Bonifácio, M. F. (2010). *Monarquia Constitucional (1807-1910)*. Texto Editores.
- Brazão, E. (1940). *Relance da História Diplomática de Portugal*. Livraria Civilização Editora.
- Bueno, A. F. (2004). Relações conflituosas: o Ultimato inglês na Revista de Portugal. In *VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais*. <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel30/AparecidaBueno.pdf>
- Caetano, M. (1971). *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. Ática.
- Cea d'Anacona, M. Á. (2005). La exteriorización de la xenofobia. In *Reis*, n.º 112 (5), pp. 197-230.
- Cluny, I. (2018). *Ernesto Hintze Ribeiro: uma biografia política (1849-1907)*. Assembleia da República.
- Coelho, M. T. P. (1996). *Apocalipse e Regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finisecular*. Editorial Cosmos.
- Faria, J. L. (1933). *Efemérides Vimaraneses*. 1.º Trimestre. Sociedade Martins Sarmento.
- Guimarães, A. S. (1884). *Boletim. Revista de Guimarães*, n.º 1, pp. 68-76.
- Homem, A. C. (1992). O “Ultimatum” inglês de 1890 e a opinião pública. In *Revista de História das Ideias. Descobrimientos, expansão e identidade nacional*, https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/42054/1/O_ultimatum_ingles_de_1890.pdf
- Leal, M. M. C. (2013). *José Luciano de Castro: um homem de estado (1834-1914)*. Colibri.
- Livermore, H. V. (1997). Lord Salisbury's Ultimatum. In *The British Historical Society of Portugal*. pp. 147-171. https://www.bhspportugal.org/uploads/fotos_artigos/files/LordSalisburysUltimatum.pdf
- Macedo, J. B. (2006). *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força: estudo de geopolítica*. Rev. Tribuna.
- Martinez, P. S. (1986). *História Diplomática de Portugal*. Verbo.
- Meireles, M. J. M. Q. (2000). *O Património urbano de Guimarães no contexto da Idade Contemporânea (séculos XI-XIX). Permanências e alterações*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9012>
- Monteiro, I. B. C. & Maia F. P. S. (2013). Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX. In J. Arruda, V. Ferlini, M. Matos e F. Sousa (Orgs.), *De Colonos a Imigrantes. I (E)migração portuguesa para o Brasil*. Alameda, pp. 205-219. <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/de-colonos-a-imigrantes-i-e-migracao-portuguesa-para-o-brasil/um-titulo-para-leitores-de-dois-continentes-a-imprensa-periodica-portuguesa-na-segunda-metade-do-seculo-xix>
- Nussbaum, M. (2006). *El ocultamiento de lo humano. Repugnancia, vergüenza y ley*. Katz Editores.
- Nussbaum, M. (2010). *Sin fines de lucro. Por que la democracia necesita de las humanidades*. Katz Editores.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Ramos, R. (2001). A Segunda Fundação. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 6. Editorial Estampa.
- Ramos, R. (2012). O fracasso do reformismo em Liberal (1890-1910). In R. Ramos (Coord.), *História de Portugal* (548-576). Esfera dos Livros.
- Ramos, R. (2014). *D. Carlos*. Círculo de Leitores.
- Rosas, L. M. C. (1995). *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval. Património e restauro (1835-1928)*. Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sá, T. M. (2015). *Política Externa Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silva, I. F. (1858-1923). *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo VIII. Imprensa Nacional.
- Sousa, J. P. (2010). *As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-as-historias-da-imprensa-de-nelson-werneck-sodre.pdf>
- Teixeira, N. S. (1987). Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês. In *Análise social*, n.º 23 (98), pp. 687-719. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4268789/NST_Pol_Externa_Interna_Portugal90_1987.pdf
- Tengarrinha, J. M. (1965). *História da Imprensa periódica portuguesa*. Portugalia Editora.
- Tengarrinha, J. M. (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.^a Ed. Ed. Caminho.

Fontes arquivísticas

- Arquivo Municipal Alfredo Pimenta [=AMAP]
- Livros de Baptismo
- Paróquia de São Paio, P-421.
 - N.º. S.ª. Oliveira, P- 378, P-386, P-392, P-976, P-1083, P-1173, P-1174, P-1331
- São Cipriano de Tabuadelo e de Santa Eulália de Pentieiros, P-1007.
- Livros de Casamento
- São Paio, P-1176.
- Livros de Óbito
- São Sebastião de Guimarães, P-982.

Fontes impressas

- Jornais
- O Commercio de Guimarães* [=CG]
 - Religião e Pátria* [=RP]
 - A Penha* [=AP]
 - O Vimaranesense* [=OV]
 - Gazeta do Minho* [=GM]
 - Diário do Governo* [=DG]
 - Diário Ilustrado* [=DI]
 - O Echo do Norte* [=EN]

Jornalismo literário português: história, jornalistas e a reportagem escrita

*Portuguese literary journalism: history,
journalists and written reportage*

Manuel João de Carvalho Coutinho

ICNOVA — FCSH

manueljoaocc@gmail.com

ORCID ID: [0000-0001-6562-0188](https://orcid.org/0000-0001-6562-0188)

Resumo: Em 2006 é fundada a *International Association for Literary Journalism Studies* dedicada ao estudo do jornalismo literário (ou reportagem literária). Dois anos depois a associação realiza no ISCSP, em Lisboa, a terceira edição da sua conferência anual sobre a tutela de dois dos seus membros fundadores: as professoras Isabel Soares e Alice Trindade. Em 2014 surge a primeira tese de Mestrado inteiramente dedicada ao tema do jornalismo literário Português e em 2018 a primeira tese de Doutoramento, neste caso com um foco mais acentuado no campo de análise nacional e com entrevistas a alguns jornalistas literários portugueses. Ainda assim e apesar do crescimento do estudo e análise desta temática, a história do jornalismo literário Português ainda carece de uma análise formal e aprofundada. Uma das possíveis explicações deve-se ao facto de o jornalismo literário ser ainda hoje confundido em larga parte com aquilo que chamamos de escrita criativa e/ou literatura não-ficcional. Talvez a definição mais simples de jornalismo literário pertença a Pedro Rosa Mendes que definiu como: “Literary reportage is an engagement with reality with a novelist’s eye but with a journalist’s discipline.” Tendo isto em conta propõe-se com esta análise desenvolver e explorar o conceito de jornalismo literário e delinear uma possível estrutura para a sua história em Portugal. Para isso será importante primeiro ter em conta os académicos mais preponderantes da atualidade nesta temática como John Bak, Norman Sims, entre outros. Em segundo lugar, é fundamental analisar alguns dos jornalistas literários portugueses de hoje em dia como Paulo Moura, Susana Moreira Marques, entre outros. Por fim, será importante delinear um caminho para a história do jornalismo literário português, assim como justificar o contributo que este estudo poderá trazer para futuras análises que pretendam ter em conta as diferentes vozes e vertentes do jornalismo nacional.

Palavras-chave: jornalismo; reportagem; jornalismo literário; reportagem literária; historiografia.

Abstract: In 2006 the International Association for Literary Journalism Studies is founded, an association dedicated to the study of literary journalism (or literary reportage). Two years later the third edition of its annual conference takes place at ISCSP, in Lisbon, under the organization of two of its funding members: professors Isabel Soares and Alice Trindade. In 2014 the first Master thesis entirely dedicated to Portuguese literary journalism is published and in 2018 the first PhD thesis, this time focusing more on a national analysis through interviews with a number of Portuguese literary journalists. Still and despite the growing number of studies and analysis on the subject, the history of Portuguese literary journalism is yet to be formally analyzed and explored. A possible explanation could be connected to the fact that literary journalism is still widely confused in what we call, in large part, as creative writing and/or non-fictional literature. Perhaps the simplest of definitions for literary journalism belongs to Pedro Rosa Mendes that defined it as: “Literary reportage is an engagement with reality with a novelist’s eye but with a journalist’s discipline.” With this in mind the following analysis is aiming to develop and explore the concept of literary journalism and at the same time try and create a possible structure for its history in Portugal. To do this it is important to first consider the preeminent academics on the subject nowadays like John Bak, Norman Sims, and others. Secondly, it is imperative that we analyze the Portuguese literary journalism of today, like Paulo Moura, Susana Moreira Marques, among others. Lastly, it is important to be able to outline a path towards the history of Portuguese literary journalism, as well as justify the contribute that such a study can bring to future analyses that wish to take into account the different voices and sides of Portuguese journalism.

Keywords: journalism; reporting; literary journalism; literary reporting; historiography.

Introdução

Em Junho de 2017 o jornalista português Paulo Moura começou a trabalhar numa reportagem nos arredores da cidade Mossul, no Iraque, uma cidade que era na altura um dos sítios mais perigosos do mundo. Em Junho de 2014 a cidade de Mossul foi conquistada pelas forças do Estado Islâmico (de agora em diante referido como Daesh) num combate que foi considerado com um dos piores fracassos militares:

On June 6 [2014], a band of ISIS fighters entered the western suburbs of Mosul (...). Although it's estimated that a mere 1,500 ISIS fighters participated in the attack (...) within a couple of days, they had put the tens of thousands of Iraqi Army and security forces in the city of two million to panicked flight. (...) The ISIS offensive of June 2014 marked one of must stunning military feats in modern history: In less than one week, a lightly armed guerrilla force of, ultimately, perhaps 5,000 fighters scattered a modern and well-equipped army at least 20 times its size, capturing billions of dollars' worth of advanced weaponry and military hardware (Anderson, 2017, pp. 141-142).

Desde então a sua retoma foi sempre uma prioridade pelas forças Iraquianas e a coligação internacional. Oficialmente a reconquista de Mossul envolveu mais de cem mil tropas do lado Iraquiano contra menos de um décimo desse número do lado do Daesh. A reconquista começou em Outubro de 2016 estendendo-se até Julho de 2017 com a vitória das forças Iraquianas e do apoio da coligação que incluía países como os Estados Unidos e mais trinta outros países, incluindo Portugal. É neste contexto de uma cidade ainda com disputas armadas a decorrer e com violência nas ruas que Paulo Moura chega à cidade de Mossul descrevendo o cenário desta forma:

O governo de Bagdade anunciou a libertação da cidade do domínio do Estado Islâmico enquanto, ao mesmo tempo, dava ordens para matar todos os resistentes, todos os suspeitos de serem, ou terem sido, resistentes, incluindo as suas famílias, incluindo as suas crianças. Foi nestes dias que me instalei numa casa em Mossul Ocidental (Moura, 2018, p. 10).

O que fez Paulo Moura viajar para Mossul para cobrir este acontecimento numa altura tão conturbada da história recente do Iraque? Paulo Moura era livre de ter recusado esta reportagem, muitos jornalistas teriam no feito e com razão. O jornalismo português a cobrir histórias no Iraque não é de todo algo comum e ainda que hajam grandes reportagens nacionais neste país (como o trabalho de Cáceres Monteiro e Carlos Fino), a verdade é que o interesse português neste país não é de todo considerável. E mesmo sabendo da presença de tropas portuguesas na altura no Iraque, é de todo razoável assumir que este conflito não teria a presença de jornalistas portugueses já que na verdade são poucos os conflitos armados que os soldados Portugueses participam que são referidos pela média nacionais. A verdade é que a reportagem de Paulo Moura em Mossul foi feita em larga parte por sua iniciativa através de fundos que o mesmo adquiriu após vencer um prémio desde então extinto que procurava premiar narrativas de viagem (mais especificamente a Bolsa de Exploração Nomad¹). O trabalho de Paulo Moura viria a dar

1 Na sua obra *Uma Casa em Mossul*, o autor atribui igualmente a origem deste livro à “generosidade e a visão de pessoas como Tiago Costa e os seus companheiros da agência Nomad e do espaço Manifesto que vão assegurar a sobrevivência da reportagem séria e das grandes narrativas sobre o nosso mundo.” (Moura, 2018, p. 12)

origem a um livro — *Uma casa em Mossul* (2018) — e o resultado da sua investigação é, para todos efeitos, aquilo que podemos chamar de um bom exemplo de jornalismo literário português.

Reportagem e investigação

Por jornalismo literário entende-se uma reportagem cuja atenção aos detalhes e linguagem afasta-se por natureza do jornalismo dito convencional. Este afastamento é visível à primeira vista no jornalismo literário já que estamos a falar de uma reportagem escrita que é tipicamente mais longa e com um carácter mais literário. Importa vincar que apesar do seu lado narrativo, o jornalismo literário define-se igualmente pela precisão de ser fiel aos factos tal como qualquer outra produção jornalística. Apesar de tudo e graças a este lado narrativo, por vezes o jornalismo literário é confundido com ficção em larga parte por o público em geral não estar habituado a este tipo de narrativa numa publicação jornalística. Esta perspetiva foi debatida de forma interessante por Norman Sims, uma das figuras mais importantes no estudo do jornalismo literário, que debateu esta temática afirmando:

Reading literary journalism, we are tempted to ask if this is really non-fiction or if the author has invented some of the dialogue and details that make ordinary characters seem more noble or real. (...) A writer who makes mistakes, who doesn't convey a realistic world, will lose the most knowing readers. (...) Literary journalists are boundary crossers in search of a deeper perspective on our lives and times (Sims, In Sims & Kramer, 1995, pp. 18-19).

Um exemplo simples para distinguir jornalismo convencional de jornalismo literário pode ser percebido através de, por exemplo, a cobertura jornalística de um evento desportivo. Se procuramos saber o resultado de uma partida desportiva, então o jornalismo dito convencional é mais útil. Um rápido olhar sobre a capa de um jornal ou através da consulta de um site online e deparamo-nos imediatamente com resultado. Através de um jornal desportivo conseguimos ter acesso igualmente a vários artigos de opinião escritos por peritos na matéria e até análises críticas sobre a partida. Contudo, se o nosso objetivo é perceber melhor a experiência da partida, como foi viver esse acontecimento no local e as várias particularidades que se desenvolvem antes e depois da partida por aqueles que assistiram de perto esse acontecimento; então o melhor será escolhermos um tipo diferente jornalismo e, neste ponto, podemos falar do jornalismo literário. Um exemplo disto mesmo pode ser visto na cobertura do combate entre George Foreman e Muhammad Ali em Outubro de 1974 na cidade do Zaire (atual República Democrática do Congo). Uma rápida pesquisa online revela-nos o resultado deste confronto e até outros detalhes deste combate de boxe histórico. Mas para termos uma compreensão clara do acontecimento, como se passaram os meses antes do combate no Zaire, como foram os

treinos de ambos atletas, como decorreram as conferências de imprensa em que ambos atletas provocavam o adversário e como foi experienciar a expectativa do combate vivida na cidade; para compreender tudo isto e mais através do jornalismo, então a melhor alternativa é o jornalismo literário, em particular a obra *The Fight* (1975) de Norman Mailer. Esta obra trata-se de um exemplo perfeito para demonstrar as diferentes vertentes deste combate e como esta história está cheia de pormenores e detalhes. Veja-se por exemplo a seguinte cena em que Mailer descreve a sala de conferências destinada aos jornalistas a cobrir o combate do *The Fight* e onde podemos ver já uma descrição não muito habitual já que vemos esta cena na perspectiva do jornalista e, por momentos, o foco da atenção não são os atletas ou o combate mas antes a própria sala de conferências e as condições dadas aos jornalistas:

On Tuesday evening (...) something like two hundred journalists were sweating in Press Headquarters (...). A bureaucratic room offering a dirty floor, dirty beige walls, and rows of aluminum chairs with pale orange plastic bucket seats (...). An inadequate air-conditioning system added its clammy draft to the heat. Once assembled, the reporters were kept waiting in the Press Room for an hour and a half. From seven in the evening to eight-thirty, two hundred members of the press jammed a room whose fire laws would have closed the door at population eighty (...). After a while one began to recognize there were more important goals in life than fight tickets. Self-preservation might be one of them (Mailer, 1975, pp. 141-142).

Partindo deste exemplo de jornalismo literário, um exemplo coberto de pormenores e detalhes que nem sempre encontramos em peças de jornalismo convencional, importa reforçar a diferença entre estes dois tipos de jornalismo. É importante vincar que este estudo não está de nenhuma forma a argumentar que um formato é mais importante que o outro, nem se procura aqui vincar aquilo que distingue ambos formatos já que ambos partilham de várias semelhanças (por exemplo, ambos formatos reinventam a sua abordagem continuamente e ambos procuraram relatar os factos de uma forma informativa e relevante). Este estudo admite, igualmente, que é necessário que continue a haver espaço tanto para o jornalismo literário como para o jornalismo convencional, já que ambos nos oferecem diferentes informações sobre o acontecimento reportado e ambos são necessários para uma sociedade que queira estar informada, daí a necessidade da sua distinção. Esta distinção, entenda-se, foi apresentada de uma forma algo clara no livro *Passaporte para o Céu* (2006) de Paulo Moura. No Prefácio o académico Mark Kramer, outra figura internacional de larga importância para o panorama internacional do jornalismo literário, distingue o trabalho de Paulo Moura da seguinte forma:

O modelo convencional do jornalismo é uma espécie de voz comunal, a voz das sentinelas nas muralhas da cidade guardando o bem comum. É uma voz enérgica, assertiva, orientada para o

bem-estar da comunidade. A sua função é alertar para os perigos que a ameaçam, congratular as pessoas de espírito público e respetivas atividades em prol dessa comunidade. Em Portugal, este modelo foi adotado com entusiasmo mal as condições políticas o permitiram. É adotado na Europa democrática, e na imprensa livre em todo o mundo. É um modelo louvável. Mas Paulo Moura está um passo à frente. O modelo de jornalismo que pratica é outro. Que também tem as suas limitações. Porque trata muitas vezes de acontecimentos rotineiros, acontecimentos das esquinas obscuras do planeta, que não perturbam ou põem em risco a realidade quotidiana dos leitores. Acontecimentos que iluminam o lado obscuro da natureza humana, que também precisamos de conhecer, se queremos pensar lucidamente o nosso mundo (Kramer, In Moura, 2006, p. 18).

Neste sentido, e tendo sido explorada uma definição para o jornalismo literário através de exemplos práticos, passa-se agora para a proposta principal deste estudo. Entenda-se por isso que esta proposta assente na procura de demonstrar a importância do estudo do jornalismo literário português e como a sua análise e compreensão possibilita-nos ter uma visão da história do jornalismo nacional (em particular do Século XX e XXI português).

Sobre o jornalismo literário e o caso português

Para analisar uma temática tão profunda como a história do jornalismo português é importante delinear uma metodologia orientadora do foco de atenção. Para conceber tal análise podemos, por exemplo, partir de momentos históricos (Monarquia, Primeira República, Estado Novo, etc.), inovações tecnológicas (uso do telegrama ao serviço do jornalismo, invenção do rádio, etc.) e/ou figuras de renome (momentos marcantes do jornalismo através de indivíduos). Infelizmente cada uma destas particularidades tem os seus benefícios e limitações, como vamos ver.

Primeiro, uma análise histórica prende-nos ao facto de diferentes períodos históricos portugueses estarem mais estudados e mais preenchidos de episódios importantes para considerar do que outros (por exemplo, o jornalismo no Estado Novo é tema de vários livros e teses havendo um fascínio claro por este período, enquanto que em comparação o jornalismo da Primeira República é raramente alvo de estudo apesar do seu curto período de tempo estar igualmente coberto de histórias por explorar). Segundo, analisar o jornalismo pelas inovações tecnológicas permite-nos considerar o impacto do jornalismo escrito, do telegrama, do rádio, da televisão e da internet (entre outras inovações), isto significa que para o jornalismo em geral esta perspetiva não é de todo errada já que permite-nos conceber diferentes períodos da história do jornalismo e a necessidade de reinventar a sua produção. Mas tal análise prende-nos à ideia da inovação no jornalismo estar necessariamente ligada à tecnologia e não necessariamente a revoluções político-sociais. Neste sentido é fácil neste tipo

de perspectiva ignorar jornalistas que inovaram não a partir da tecnologia mas antes através da abordagem jornalística, técnicas de reportagem e/ou outras inovações não estritamente tecnológicas mas antes prático-teóricas (uma análise através da tecnologia, por exemplo, poderia desconsiderar o impacto claro de jornalistas como Hermano Neves, Adelino Gomes ou Cáceres Monteiro que não se destacaram necessariamente por usarem novas ferramentas jornalísticas mas antes por saberem reinventar aquelas que já estavam disponíveis). Por fim, no terceiro ponto sugeriu-se uma análise da história do jornalismo através de figuras de renome, jornalistas que claramente marcaram o jornalismo português. Contudo, ao analisar-se a história do jornalismo essencialmente por estas figuras corre-se o risco de não se ter em conta a importância dos outros dois pontos referidos — o avanço tecnológico e os diferentes períodos político-sociais em Portugal — já que estas e outras particularidades afetaram estes jornalistas dito de renome moldando e alterando as suas reportagens no panorama português. Neste ponto importa vincar que nenhum jornalista existe num vácuo sendo por isso necessário dar-lhe contexto já que este é um produto das influências e ensinamentos dos jornalistas e publicações dos seus tempos e anteriores provando, neste sentido, que é necessário alargar o foco e não limitar o mesmo.

Assim sendo, o que se propõe agora é demonstrar como é possível considerar a história do jornalismo literário português não necessariamente através do tempo, dos avanços tecnológicos ou de figuras de renome jornalístico; mas antes através da análise de reportagens particulares, exemplos práticos do jornalismo que foram publicados em diferentes períodos. A vantagem de considerar a história do jornalismo através de reportagens específicas é que temos um material físico que pode servir em parte como uma breve representação da sua época, do estilo de escrita e da linguagem usada. Igualmente, esta análise permite-nos um conhecimento do autor e do seu estilo, ao mesmo tempo que somos introduzidos ao período em que o mesmo se insere. A análise da história do jornalismo através de reportagens particulares, neste caso reportagens escritas já que estamos a falar do formato jornalístico com maior duração (i.e., o jornalismo escrito), possibilita-nos uma conceção da evolução do jornalismo nacional e de como se desenvolveram diferentes estilos ao longo do tempo. Igualmente, uma análise do jornalismo nacional a partir de exemplos práticos permite-nos ter uma visão direta e prática do jornalismo escrito realizado em diferentes épocas.² Através da análise de reportagens particulares do fim do Século XIX até aos dias de hoje conseguimos

2 Numa nota pessoal, recordo-me como estudante de não ser comum ler-se reportagens do tempo da Monarquia, Primeira República ou Estado Novo. Neste sentido, era como se o estudo da história do jornalismo fosse meramente feita com números, estatísticas e nomes importantes seguidos de algum contexto. Uma análise da história do jornalismo através de exemplos práticos, através de reportagens escolhidas e estudadas pode permitir não só uma melhor compreensão do período em que as mesmas se inserem mas também uma ligação a estes jornalistas e aos desafios que os mesmos tiveram de ultrapassar e as escolhas editoriais que fizeram (e, neste sentido, uma leitura direta das reportagens da época).

perceber como era concebido o jornalismo e como evoluiu ao longo do tempo, ao invés de termos apenas acesso a estatísticas ou gráficos sobre a evolução do jornalismo nestes períodos (não quer isto dizer que esta informação não seja essencial, aliás a mesma deve complementar um estudo sobre a história do jornalismo e não ser o seu foco principal). Assim, sugere-se uma forma de percebermos a evolução da história do jornalismo nacional através da análise de reportagens escritas de renome — isto é, através do jornalismo literário como aqui se sugere — sendo que o foco de estudo se estende desde o Século XIX até ao XXI.

Para demonstrar a importância de considerar a história do jornalismo português através do jornalismo literário sugerem-se algumas das várias reportagens cuja sua análise permite-nos obter uma visão da evolução da escrita e estilo jornalístico em Portugal ao longo dos anos. Entenda-se que os autores escolhidos são meramente ilustrativos da teoria aqui apresentada e que uma análise mais profunda dos mesmos — e especificamente das obras escolhidas — pode ser encontrada em outras investigações³. Começando no fim do Século XIX é importante considerar primeiro que tudo o trabalho de autores como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Jaime Batalha Reis; quatro escritores cujas carreiras jornalísticas são por vezes esquecidas. A influência que a Inglaterra teve nestes jornalistas e o novo estilo jornalístico que estava a crescer neste país, em particular em jornais como o *Pall Mall Gazette*, acabou por marcar estes quatro jornalistas contribuindo para a origem das seguintes obras de estrutura próxima ao jornalismo literário: de Eça de Queirós temos os artigos que escreveu para o jornal *A Actualidade* em 1877 que se podem encontrar no livro *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*; de Ramalho Ortigão destaca-se *John Bull: O Processo Gordon Cumming, Lord Salisbury e Correlativos Desgostos* de 1887; de Jaime Batalha Reis a *Revista Inglesa: Crónicas* com textos do ano de 1888 e entre 1893 e 1896; e Oliveira Martins temos a *Inglaterra de Hoje: Cartas de um Viajante* de 1892. Importa notar, contudo, que ainda que estes quatro jornalistas tenham tido claras influências das suas experiências em Inglaterra e do jornalismo praticado na época neste país, a verdade é que importa notar que as suas reportagens e narrativas são distintas entre si.⁴

Com o fim da Monarquia e início da Primeira República temos aquela que é talvez a reportagem mais completa da Revolução Republicana com o livro *Como triumphou a Republica Subsídios para História da Revolução* de 4 de Outubro de 1910 de Hermano Neves, a partir das suas reportagens para o jornal *O Mundo* no qual trabalhava quando decorreu a revolução. De

3 Para considerar um estudo mais profundo sobre estes autores e outros veja-se por exemplo a tese de Doutoramento de Ciências da Comunicação de 2018: *21st Century Literary Journalism: Narrative Techniques and the Concept of Plot and Hero*, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

4 Neste ponto atente-se à distinção apontada por Maria José Marinho: “Ramalho Ortigão e Oliveira Martins descreveram-nos a Grã-Bretanha e os que nela viviam como viajantes que, de passagem, apreciam os fenómenos sociais (...). Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis não só nos relataram a experiência de quem estacionou, por largo tempo, nessas paragens, como nos propuseram, também, a análise da política internacional” (Marinho, 1988, p. 11).

Hermano Neves temos também outras reportagens que importa notar: desde o seu trabalho para o jornal *A Capital*, a sua obra *Guerra Civil* de 1913 e a sua cobertura da Primeira Guerra Mundial⁵. Ainda durante a Primeira República Portuguesa importa destacar também a reportagem de Consiglieri Sá Pereira com o seu *Noite Sangrenta* de 1924, mais uma obra em linha com as restantes aqui mencionadas do Século XX onde vemos uma clara ligação do jornalismo literário português para com a cobertura conflitos armados (este tema foi debatido numa investigação que propôs a origem do jornalismo literário português e brasileiro como assentes na cobertura de conflitos armados nos respetivos países).⁶ Durante a Primeira República Portuguesa e na transição para o Estado Novo temos outros repórteres a destacar como Reinaldo Ferreira cujas suas reportagens de origem e factualidade dúbia representam ainda assim um ponto importante a referir neste estudo do jornalismo literário português.⁷

Durante o período do Estado Novo temos outras reportagens e jornalistas a referir como por exemplo o contributo jornalístico de António Ferro, contributo esse que ocorreu essencialmente antes de Ferro colaborar no Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo. De António Ferro destaca-se o seu *Viagem à Volta das Ditaduras* de 1927, onde é de notar particularmente as suas descrições de Itália aquando a chegada de Mussolini e as suas entrevistas ao mesmo. Atente-se que durante o Estado Novo parece ser mais difícil encontrar exemplos de jornalismo literário nacional, talvez pelo facto da influência da censura ser conhecida de antemão por qualquer jornalista que quisesse escrever uma reportagem que pudesse de alguma forma ser vista como inconveniente para o regime. Não quer isto dizer claro que não houve trabalhos jornalísticos de qualidade nestas quase cinco décadas de ditadura, mas a censura teve o seu papel ao quebrar a verdade nas páginas de jornais portugueses. Exemplo disso é o trabalho de Mário Neves para o *Diário de Notícias* quando este cobriu o início da guerra civil espanhola, cobertura essa que foi mais tarde compilada no livro *A Chacina de Badajoz* (1985). As suas reportagens sobre o conflito de Badajoz de 11 a 16 Agosto de 1936 foram publicadas

5 Importa notar que Hermano Neves foi o primeiro jornalista português enviado por uma redação nacional a cobrir um conflito armado internacional. O seu trabalho a cobrir esta guerra foi marcado por dificuldades de se aproximar do campo de batalha e as suas reportagens são por isso limitadas e em várias partes escritas a partir de informações ditas por outros repórteres. Ainda assim Hermano Neves destaca-se por este feito tendo outras redações logo enviado outros repórteres para cobrir este conflito armado, como: José Augusto Correia e Luís Câmara dos Reis para o *Diário de Notícias* e Paulo Osório para *O Século*.

6 Neste ponto veja-se o artigo publicado em 2020 pela *International Association for Literary Journalism Studies* intitulado *Voices in War Times: Tracing the Roots of Lusophone Literary Journalism*.

7 A necessidade de referir Reinaldo Ferreira, apesar de sabermos que algumas das suas reportagens possuíam factos puramente inventados, deve-se ao facto do mesmo ser dos primeiros jornalistas a trazer o formato de longa reportagem para as páginas portuguesas. E, neste ponto, importa mencionar o seu contributo através da seguinte análise do Professor Jacinto Godinho: “Entre 1930 (9 de Agosto) e 1934 (28 de Junho) surge aquela que terá sido a primeira publicação, em Portugal, dedicada à ‘grande reportagem’ — o género da moda, então, por toda a Europa. Trata-se de *Repórter X*, uma revista semanal que tinha o elucidativo subtítulo de *semanário de grandes reportagens e de crítica a todos os acontecimentos sensacionais de Portugal e estrangeiro*. O seu director é Reinaldo Ferreira, apresentado, na sua própria revista, no primeiro número, como o ‘maior repórter português’” Godinho, 2009, p. 135.

no *Diário de Notícias*, exceto a última de dia 16 que foi cortada por inteiro e que era por sinal a mais descritiva sobre a violência e massacre que se passou nesta cidade fronteiriça. Sobre o porquê de apenas a última reportagem ter sido visada pela censura, Iva Delgado argumenta que as reportagens de Mário Neves passaram no jornal talvez por lapso já que a censura do Estado Novo estava numa fase algo embrionária na época e que nas décadas seguintes seria cada vez mais difícil passar despercebido dos censores do estado. Como esclarece nas notas suplementares da obra *Chacina de Badajoz*: “Depois da conquista de Badajoz, a 14 de Agosto de 1936, a Censura portuguesa, possivelmente tomada de surpresa, deixa passar num vespertino lisboeta — o ‘Diário de Lisboa’ — notícias referentes à queda da capital estremenha (...)” (Neves, 1985, p. 70).

O tema da guerra continua a dar azo a diferentes exemplos de jornalismo literário português, vários compilados em livro como o trabalho de Artur Maciel, intitulado *Angola Heróica* de 1963, escrito a partir do seu trabalho para o jornal *Diário de Notícias*. Noutro ponto e igualmente durante o período do Estado Novo, desta vez numa fase mais tardia, importa referir a entrada das mulheres nas redações portuguesas e as várias reportagens que encaixam neste tipo de investigação como por exemplo o trabalho de Edite Soeiro que viria a ser a primeira mulher em Portugal a cobrir os Jogos Olímpicos. Num período pós-Estado Novo considere-se também o trabalho Maria Antónia Fiadeiro, Guilherme de Melo, Fernando Dacosta, Viriato Teles e Jorge Trabulo para os *Cadernos de Reportagem*, uma publicação de pouca duração cujos trabalhos são exemplos de um novo jornalismo literário português num pós-regime ditatorial. Tendo em conta já a década de 1990 e o Século XXI importar referir o jornal *O Público* e o trabalho de jornalistas como Alexandra Lucas Coelho (*Tahrir — Os dias da Revolução* de 2011), Paulo Moura (*Longe do Mar* de 2012), Susana Moreira Marques (*Agora e na Hora da Nossa Morte* de 2012), Tiago Carrasco (*A Estrada da Revolução* de 2012), entre outros.

Neste sentido, e como se procurou mostrar, são vários os jornalistas literários portugueses ao longo das décadas e uma análise de reportagens selecionados dos mesmos permite-nos ter não só uma visão histórica de Portugal mas também uma perceção da evolução do jornalismo escrito e as novas gerações de jornalistas literários nacionais. Dito isto, procura-se agora expor as razões pelas quais se acredita que o jornalismo literário é um bom suporte para estudar a história do jornalismo português e por que razão esta deve ser uma disciplina académica na atualidade.

Jornalismo literário como disciplina e a história do jornalismo português

Na introdução da obra *Literary Journalism across the Globe* um dos seus editores, John Bak, analisa o jornalismo literário da seguinte forma:

We should stop referring to literary journalism as a genre, or even as a form, and start calling it what it is: a discipline (...) both literature and journalism evolved out of the same political principle of informing the public. Continually calling it a genre locks literary journalism into a subcategory of literature, alongside poetry and drama. Referring to it as a journalistic form sandwiches it somewhere between fiction and journalism (Bak, 2011, p. 18).

A necessidade de repensar o jornalismo literário como uma disciplina não é algo de novo e na verdade tem vindo a ser tema recorrente nas conferências da *International Association for Literary Journalism Studies*. Até este momento este estudo procurou argumentar a utilidade de considerar a história do jornalismo em Portugal através da análise do jornalismo praticado em diferentes épocas, em particular o jornalismo escrito nos moldes do que chamamos de jornalismo literário. Se há algo de comum nas várias reportagens escolhidas ao longo deste estudo é que cada uma pode ser lida como se de uma história se tratasse já que a sua estrutura está organizada de forma narrativa, ao contrário de outro tipo de reportagens que usam a estrutura da pirâmide invertida ou até outras formas de organizar o jornalismo dito convencional. É a partir desta ideia do jornalismo como uma história que assenta o potencial de analisar estas reportagens no campo académico, isto é, o potencial de dar aos estudantes acesso a estas distintas narrativas e o impacto que as mesmas podem ter. Neste ponto importa vincar que estas reportagens são distintas pois têm o potencial de ter um impacto nos leitores — os estudantes neste caso — já que, tal como Kevin Kerrane atenta em *The Art of Fact*:

The literary journalist enjoys a greater freedom in researching a story and a greater flexibility in telling it, often refocusing in an instant to take us beneath the surface and into the psyche, either a character's or the writer's own. As a result, the stories stay with us and (...) they may even read better over time. And so the best characterization of literary journalism may ultimately be the definition that Ezra Pound gave for literature: "news that stay news" (Kerrane, In Kerrane & Yagoda, 1998, p. 20).

Esta perspetiva é algo clara quando consideramos não só as obras de jornalismo literário nacional mencionadas até este ponto, assim como as obras de jornalismo literário internacional. De facto, são várias as reportagens que saltam à mente e felizmente várias podem ser lidas ainda hoje por estarem em formato livro, como por exemplo: *Hiroshima* (1946) de John Hersey, *Operation Massacre* (1957-2010) de Rodolfo Walsh ou *Fractured Lands* (2017) de Scott Anderson. Quando pensamos no jornalismo literário português devem também saltar à mente as reportagens mencionadas até este momento, mas também outras reportagens ainda por analisar e redescobrir já que está é uma temática rica em material para investigar. Entenda-se que o formato livro é cada vez mais um veículo para o jornalismo literário moderno e para a longa reportagem nos dias de hoje em que os jornais em formato papel parecem

ter o seu futuro em dúvida. Outra vantagem do jornalismo literário em formato livro é que o seu acesso é mais fácil do que se estivéssemos a falar de uma reportagem em particular publicada num jornal específico. Certamente seria difícil de se contra-argumentar que é mais fácil ter acesso a um livro do que a uma notícia publicada num jornal de há décadas atrás. Nem todos os jornais facilitam o acesso ao seu espólio e são várias as publicações que, se não fosse o esforço de bibliotecas e hemerotecas, estariam hoje ainda longe do acesso ao cidadão comum. Igualmente é mais fácil descobrir o trabalho de um repórter se este tiver um livro do que se este só escrever para um jornal, em particular um jornal em papel já que não é fácil encontrar as suas reportagens nos vários números publicados do dito jornal. Mas nem todo o jornalismo literário está em formato livro e nem todos os livros de jornalismo literário devem ser considerados para esta disciplina sendo por isso sempre necessário trabalhar com jornais e material de arquivo para assim procurar nas suas páginas exemplos de jornalismo literário, não só para incluir num estudo como este, mas também para possibilitar ao leitor um diferente tipo de contacto com informação jornalística.

Conclusão

Até este momento da investigação procurou-se argumentar sobre a utilidade do jornalismo literário, não só como disciplina académica, mas também como ferramenta para perceber o mundo que nos rodeia através de reportagens de valor jornalístico e literário. Apesar de tudo, e como já foi referido, pode porventura um leitor de jornalismo literário convencer-se que aquilo que lê não é verdade ou que alguns dos factos foram inventados. Quando assim for, isto é quando falamos de reportagens que foram alteradas e onde se inseriram momentos de ficção, importa notar que nesse caso não estamos a falar de jornalismo literário, mas antes de não-ficção ou até de um romance. Importa vincar esta ideia pois por jornalismo literário não estamos necessariamente a falar de todos os livros escritos por jornalistas, já que nem todos estes livros são reportagens ou jornalismo (exemplo disso são, por exemplo, os jornalistas portugueses Alexandra Lucas Coelho e Paulo Moura que ainda que tenham obras de jornalismo literário, ambos autores enveredaram também pela escrita de ficção).

E se um leitor que leia jornalismo literário se convence por acaso que aquilo que lê é uma visão subjetiva da realidade então importa vincar que há sempre uma subjetividade no jornalismo, nem que seja na decisão de apresentar uns factos primeiro que outros ou na decisão de que factos deixar de fora para economizar espaço ou até por uma escolha editorial de apresentar um tema primeiro que outro ou de uma certa forma. A prova desta subjetividade no jornalismo pode ser vista através da leitura de dois jornais diferentes publicados no mesmo dia: os conteúdos são sempre diferentes, independentemente de tratarem de diferentes assuntos, já que os autores, a ideologia/estilo do jornal e muitos outros fatores não

são semelhantes. Ainda sobre a subjetividade, e como me explicou o jornalista Paulo Moura numa entrevista que este me concedeu:

O Jornalismo é uma aproximação à verdade dos factos (...). Depois de se ter todos os dados, parte-se para uma reconstrução com elementos confirmados e verídicos. Não se vai inventar nenhum facto. (...) A seleção que tu fazes já é uma visão própria da realidade (Moura, In Coutinho, 2018, p. 484).

Quando entrevistei a jornalista Alexandra Lucas Coelho esta partilhou de uma visão semelhante, afirmando que: “O jornalismo age sempre dentro de um espectro que se chama a verdade (...). Depois a partir daí há várias dimensões da verdade” (Coelho, In Coutinho, 2018, p. 538). Conclua-se com estas duas visões de jornalistas portugueses pois, na perspetiva do autor deste estudo, todo o estudo sobre o jornalismo literário deve, sempre quanto possível, dar voz aos jornalistas literários pois são eles que praticam e investigam dando assim à luz reportagens que ficam e que marcam os seus leitores e a atualidade.

Referências bibliográficas

- Aguiar, J. (1984). *Uma incursão no Esoterismo Português*. In *Cadernos de Reportagem*, n.º 4, Janeiro 1984. Relógio d'Água.
- Anderson, S. (2017). *Fractured Lands: How the Arab World Came Apart*. Picador.
- Bak, J. (2011). Introduction. In J. Bak & B. Reynolds (Edit.), *Literary Journalism across the Globe* (pp. 1-20). University of Massachusetts Press.
- Carrasco, T. (2012). *A Estrada da Revolução*. Oficina do Livro.
- Coelho, A. L. (2011). *Tahrir — Os dias da Revolução*. Tinta-da-China.
- Coelho, A. L. (2013). *Vai, Brasil*. Tinta-da-China.
- Coutinho, M. J. C. (2018). *21st Century Literary Journalism: Narrative Techniques and the Concept of Plot and Hero*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/49928>
- Dacosta, F. (1984). Os retornados estão a mudar Portugal. In *Cadernos de Reportagem*, n.º 6, Setembro/Outubro 1984. Relógio d'Água.
- Ferro, A. (1927). *Viagem à Volta das Ditaduras*. Empresa do Diário de Notícias.
- Fiadeiro, M. A. (1983). *Aborto: O crime está na lei*. In *Cadernos de Reportagem*, n.º 3, Novembro/Dezembro 1983. Relógio d'Água.
- Godinho, J. (2009). *As Origens da Reportagem — Imprensa*. Livros Horizonte.
- Godinho, J. (2011). *As Origens da Reportagem — Televisão*. Livros Horizonte.
- Hersey, J. (1946). *Hiroshima*. Penguin.
- Kerrane, K. (1998). Making Facts Dance. In K. Kerrane & B. Yagoda (Edit.), *The Art of Fact* (pp. 17-20). Touchstone.
- Maciel, A. (1963). *Angola Heróica*. Livraria Bertrand.
- Mailer, N. (1975). *The Fight*. Penguin.
- Marinho, M. J. (Org.). (1988). *Revista Inglesa (Crónicas)*. Publicações Dom Quixote.
- Marques, J. T. (1984). *Quando mato alguém fico um bocado deprimido*. In *Cadernos de Reportagem*, n.º 5, Fevereiro/Março 1984. Relógio d'Água.
- Marques, S. M. (2012). *Agora e na Hora da Nossa Morte*. Tinta-da-China.
- Melo, G. (1983). *Ser Homossexual em Portugal*. In *Cadernos de Reportagem*, n.º 1, Junho/Julho 1983. Relógio d'Água.
- Moura, P. (2006). *Passaporte para o Céu*. Dom Quixote.
- Moura, P. (2012). *Longe do Mar*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Moura, P. (2016). *Extremo Ocidental*. Elsinore.
- Moura, P. (2018). *Uma Casa em Mossul*. Objectiva.
- Neves, H. (1910). *Como triumphou a Republica; Subsídios para História da Revolução de 4 de Outubro de 1910*. Letra Livre.
- Neves, M. (1985). *A Chacina de Badajoz*. Edições “O Jornal”.
- Pereira, C. S. (1924). *Noite Sangrenta*. Bertrand.
- Queirós, E. (1971). *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*. Livros do Brasil.
- Queirós, E. & Ortigão, R. (2002). “O Bei de Tunes” de Eça de Queirós seguido de A Sir John Bull por Ramalho Ortigão. Frenesi.
- Queirós, L. M. (1997). *Repórter X — Reinaldo Ferreira nasceu há um século: Memórias de um Repórter*. In *Público*. <http://alfarrabio.di.uminho.pt/reinaldo/reporterX-publico.html>
- Sá Pereira, C. (1924). *Noite Sangrenta*. Bertrand.
- Sims, N. & Kramer, M. eds. (1995). *Literary Journalism*. Ballentine.
- Soeiro, E., (1968). *México Capital Olímpica do Mundo*. *Jornal Notícias: Semanário Ilustrado*, 28 de Outubro 1968.
- Teles, V. (1983). *Zeca Afonso: As voltas de um andarilho*. In *Cadernos de Reportagem*, n.º 2, Agosto/Setembro 1983. Relógio d'Água.
- Ventura, I. (2007). *A emergência das Mulheres repórteres nas décadas de 60 e 70*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade Aberta. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/559/1/LC361.pdf>
- Ventura, I. (2009). *As Primeiras Mulheres Repórteres — Portugal nos anos 60 e 70*. Tinta-da-China.
- Walsh, R. (2010). *Operation Massacre*. Old St.

A ação de combate da imprensa católica na Primeira República (1910-1926): um olhar sobre a “guerra religiosa” em que mergulhou o país

The Catholic press combat action in the First Republic (1910-1926): a look at the “religious war” in which it plunged the country

Paulo Bruno Alves

Escola Superior de Educação de Viseu — Instituto
Politécnico de Viseu / Centro de Estudos de
História Religiosa — Universidade Católica
Portuguesa
paulobruno@esev.ipv.pt
ORCID ID: [0000-0002-4299-1071](https://orcid.org/0000-0002-4299-1071)

Resumo: O presente artigo¹ expõe no título o seu tema central. A análise à “guerra religiosa” em que mergulhou o país, no decurso da Primeira República (1910-1926), é vista a partir das páginas da imprensa católica, que encetou uma ação de combate nesse período, em que a Igreja foi progressivamente alvo de ataques, ora pela aplicação de leis do Governo, ora pela sempre temerária “rua republicana”, composta por apaniguados do regime. Este texto parte da análise da imprensa católica e concretamente sobre a relação entre o poder político e a Igreja. Podem-se apontar três objetivos para este artigo: 1) A apresentação de diversas ações implementadas pelo Governo Provisório da República e pelos vários governos seguintes, contrárias à Igreja Católica e entendidas por esta e pela sua imprensa como persecutórias; 2) O desenvolvimento de uma reflexão sobre a realidade da sociedade nacional e especificamente sobre a ação republicana, através da imprensa católica desse tempo, como parte de um processo de recristianização social; 3) A análise diacrónica de vários acontecimentos da Primeira República, com implicações diretas para a vida interna da Igreja e a interpretação promovida pela imprensa católica. A metodologia aplicada neste artigo será sustentada pela análise de jornais católicos, em especial por diários de expansão nacional. Os resultados obtidos e as conclusões daí saídas demonstram uma visão persecutória, defendida e apresentada pela imprensa católica, e um ataque deliberado ao Governo da República.

Palavras-chave: imprensa católica; república; igreja; jornalismo.

Abstract: *This article exposes its central theme in the title. The analysis of the “religious war” in which the country plunged, during the First Republic (1910-1926), is seen from the pages of the Catholic press, which initiated a combat action in that period, in which the Church was progressively targeted of attacks, either from the enforcement of government laws, or from the always reckless “republican street”, composed of the regime’s instigators. This text is based on the analysis of the Catholic press and more specifically on the relationship between political power and the Church. Three objectives can be pointed out: 1) The presentation of various actions implemented by the Provisional Government of the Republic and by the following number of governments, contrary to the Catholic Church and understood by it and its press as persecutory; 2) The development of a reflection on the reality of national society and specifically on republican action, through the Catholic press of that time, as part of a process of social recrystallization; 3) The diachronic analysis of various events in the First Republic, with direct implications for the internal life of the Church and the interpretation promoted by the Catholic press. The methodology applied in this article will be supported by the analysis of Catholic newspapers, especially by newspapers of national expansion. The results obtained and the conclusions drawn from them demonstrate a persecutory vision, defended and presented by the Catholic press, and a deliberate attack on the Government of the Republic.*

Keywords: catholic press; republic; church; journalism.

Introdução

A imprensa católica publicada em Portugal, durante a Primeira República (1910-1926), assumiu uma postura de combate por parte dos seus militantes, em resposta às políticas laicizadoras do Governo. Essa atitude belicosa foi tanto maior quanto mais frequentes foram as perseguições aos católicos, às suas estruturas e imóveis e às suas publicações.

¹ Este artigo resulta da comunicação “A ação de combate da imprensa católica na Primeira República (1910-1926): um olhar sobre a ‘guerra religiosa’ em que mergulhou o país”, apresentada na II Conferência Internacional de História do Jornalismo em Portugal, promovida pelo ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova e realizada no Colégio Almada Negreiros — Campus de Campolide da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 15 e 16 de outubro de 2020.

A conflitualidade entre o Estado e a Igreja, no decurso da Primeira República Portuguesa, mereceu uma atenção especial por parte da imprensa católica, no quadro de uma recém-formada teoria persecutória, que aquela acusava fazer parte da política implementada pelos republicanos no poder, desde 5 de outubro de 1910. Foi nesse âmbito que decorreu uma verdadeira ação de combate, por essa imprensa, em defesa da Igreja Católica, numa análise realizada pelos periódicos, ora com temperança, ora com paixão, sobre a “guerra religiosa” em que mergulhou o país.

Os jornais católicos foram parte de um processo de recristianização e renovação da sociedade. A ideia de “descer ao povo” constituía um plano promovido pela Igreja Católica, sobretudo desde finais do século XIX, com a eleição do papa Leão XIII (1878-1903). A postura mais aguerrida da Igreja, por via da sua imprensa, inseriu-se na luta pela sociedade, em especial a denominada “questão social”, e isso foi visível também em Portugal.

Este artigo resulta da investigação promovida para a escrita de uma tese de doutoramento,² sendo uma breve síntese do que então foi mais profusamente estudado, numa confluência analítica entre os jornais, como fontes primárias, e os muitos títulos que sustentaram a teorização científica da época analisada.

O seu objeto de estudo centra-se na “guerra religiosa” em que mergulhou Portugal, no decorrer da Primeira República (1910 e 1926), e atende à análise realizada pela imprensa católica, então publicada, que assumiu, perante aquela, uma ação de combate. Isto é, pretende-se compreender como atuou a imprensa católica num quadro geral de reação da Igreja às políticas laicizadoras dos governos republicanos.

Com este texto pretende-se analisar a realidade nacional republicana a partir da imprensa católica. O que ficará patente nas páginas seguintes é uma dupla realidade expositiva que se interliga: a) a transmissão dos vários acontecimentos diacrónicos da Primeira República, substantiada por obras científicas; b) a interpretação direta da imprensa católica perante esses elementos.

Metodologia

A metodologia aplicada neste artigo segue em linha do que foi apresentado na tese de doutoramento, e pretende expor a realidade do país republicano, na relação entre a política e a religião, pelo olhar da imprensa católica. A evolução diacrónica da Primeira República foi subdividida em três períodos:

2 A escrita deste artigo resultou da tese de doutoramento em Ciências da Comunicação (especialidade de História da Comunicação), intitulada: “A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal *A Palavra* (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)”, apresentada e defendida na Universidade de Coimbra, em 28 de dezembro de 2012.

- 1) O final de 1910 até 1913, período marcado pela instauração da República em 1910 e a ação do Governo Provisório e dos primeiros governos, que promoveu uma certa reformulação da posição da imprensa católica na sociedade portuguesa;
- 2) Entre 1914 e 1918, em que a Grande Guerra pautou os discursos e ações da República e da imprensa católica;
- 3) Entre 1919-1926, marcado pelas relações entre o Estado e a Igreja Católica numa “Nova República”, e com novas reclamações e acusações dos católicos, veiculadas na sua imprensa. O enquadramento político geral está, naturalmente, secundarizado mas incluído no texto.

Essa realidade será sustentada pela análise de jornais católicos, designadamente por diários de expansão nacional, numa lógica norte-sul: Braga, Porto e Lisboa (à época as três principais cidades portuguesas), por intermédio dos seus editoriais, os então denominados “artigos de fundo”, que eram a visão e voz do jornal. Para este artigo especificamente foram analisados alguns números dos seguintes seis títulos católicos: *Echos do Minho* (Braga, 1911-1919); *A Nação* (Lisboa, 1847-1928); *Liberdade* (Porto, 1914-1919); *A Ordem* (Lisboa, 1916-1919); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *Novidades* (Lisboa, 1923-1974). De registar que, para além destes, outros três fizeram parte da investigação para a tese de doutoramento, a saber: *Diário do Minho* (Braga, 1919 — mantém publicação); *A Época* (Lisboa, 1919-1927) e *A Ordem* (Porto, 1913 — mantém publicação).

A análise diacrónica da Primeira República concentra mutuamente os resultados e as conclusões deste texto: a imprensa católica mostrou um grande interesse por diferentes acontecimentos nacionais, mas deu maior relevância às questões políticas e religiosas, aspetos que estiveram sempre ligados. Foi preferido manter a grafia original como então publicada nos jornais.

Parte I: 1910-1913

A imprensa católica nasceu e cresceu num espírito de cruzada. A postura combativa por que se pautava este tipo de imprensa, desde o final do século XIX e princípios do século seguinte, exacerbou-se com a implantação da República, em 5 de outubro de 1910.

O Governo Provisório, liderado por Afonso Costa, teve uma atuação no campo religioso que cedo foi entendida pela Igreja Católica como uma afronta. Tal sentimento foi até exacerbado pela imprensa que lhe era afeta, através de uma recém-criada teoria persecutória. Como referiu Lúcia Brito Moura, era certo que a legislação que os políticos republicanos começaram a publicar visava “conseguir a laicização da sociedade e pôr fim à influência da Igreja Católica em Portugal” (Moura, 2010, p. 55).

A conflitualidade entre o Estado e a Igreja nasceu durante a Monarquia Constitucional,

mas agudizou-se com a instauração da República. Em novembro de 1911, o jornal legitimista *A Nação* — procedendo a um dos seus tradicionais balanços das ações do Governo Provisório — apresentou as principais medidas que eram adversas à Igreja Católica. Num longuíssimo editorial, A. de F. asseverava que:

(...) nas ruas desencadeou-se contra todas as casas religiosas um odio feroz, resultado de uma campanha de annos. As suas explosões attingiram os padres seculares, e todas as ramificações do sentimento religioso. (...) Quase não houve semana do governo provisorio, em que, da pasta da justiça não saísse provocação nova aos catholicos desde a expulsão dos jesuitas *para sempre* (...), á dissolução de todas as casas religiosas (...) e confisco dos bens, até ao bannimento do nome ou da ideia de Deus, á paganisação do ensino, abolição do juramento e dos dias sanctificados, até ao fecho d' esta satanica tarefa, o decreto da separação, obra de perseguição crudelíssima (F., 1911, p. 1).

Este editorial sintetiza as principais medidas que os católicos entendiam ser persecutórias. O conflito entre o Estado e a Igreja Católica era analisado, então, como uma guerra religiosa, num formato de perseguições. No próprio dia da instauração da República, a Casa dos Religiosos Lazaristas em Arroios, Lisboa, foi invadida por um grupo de republicanos: dois padres foram assassinados e outros acabaram insultados e agredidos e outras perseguições aconteceram nos dias seguintes, ficando demonstrada a ira anticlerical que grassava na “rua republicana” (Madureira, 2003, p. 28).

Entre os diversos temas fraturantes, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de abril de 1911, assumiu natural proeminência política e jornalística. A Lei da Separação seria, assim, o clímax de um longo processo republicano que vinha do final do século XIX, e que seguia no sentido da laicização do Estado e da secularização da sociedade. Ao mesmo tempo, representava o ponto alto do processo legiferante do Governo Provisório, que foi repetidamente contestado pela imprensa católica.

Como sintetizou Fernando Catroga, o decreto-lei que assinalava a separação entre o Estado e as Igrejas:

(...) dispunha que a religião católica, apostólica, romana deixava de ser religião de Estado, e que todas as Igrejas ou confissões religiosas eram autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendessem a moral pública, nem os princípios do direito público português (Catroga, 2000, p. 206).

A imprensa católica abordou esta questão numa recorrente perspetiva persecutória dos republicanos no poder, ainda antes de a lei entrar em vigor. Mas à medida que a verdadeira dimensão das ações e dos efeitos da aplicação da Lei da Separação era conhecida, as acusações da imprensa católica tornaram-se mais específicas e virulentas.

Em 27 de abril, o bracarense *Echos do Minho* asseverava que “(...) a lei promulgada e que se chama de *Separação*, não separa em coisa alguma a Igreja do Estado. Este, pelo contrário, fica mais unido á Igreja a qual permanece presa, amarrada, dependente e absolutamente sujeita ao poder civil...” (*Echos do Minho*, 1911, p. 1).

A imprensa católica solicitava à hierarquia uma reação de força. A 25 de abril foi lavrado no mosteiro de São Vicente de Fora, Lisboa, por acção do cardeal-patriarca D. António Mendes Belo, o “Protesto Colectivo dos Bispos Portugueses contra o decreto de 20 de Abril que separa o Estado da Igreja”. Esta era a resposta formal da hierarquia da Igreja nacional. Como admitiu Manuel Braga da Cruz, o episcopado português viu este decreto-lei como uma fonte “(...) de injustiça, opressão, expoliação e ludíbrio...” (Cruz, 1980, p. 249).

No dia 24 de maio, da praça de São Pedro, em Roma, saiu um apoio incondicional à causa católica portuguesa. O papa Pio X publicou a encíclica *Jandudum in Lusitania*, dedicada a condenar a política republicana em matéria eclesiástica, em particular a aplicação da Lei da Separação, que abria verdadeiras fissuras na estrutura da Igreja, como era, por exemplo, a questão das pensões a atribuir aos padres que as requeressem ao Governo.

Seis dias depois, em 30 de maio, eram eleitos os deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, chegando ao fim, formalmente, o período revolucionário da República. Mas a imprensa católica assegurava, nas suas páginas, que as perseguições aos religiosos se mantinham, fruto da aplicação da Lei da Separação.

Ao fim de mais de dois anos de República, o conflito entre o Estado e a Igreja ainda merecia honras de editorial nos jornais católicos. Na última semana de abril de 1913 decorriam as celebrações do segundo aniversário da Lei da Separação, promovidas pelo Governo. Num editorial d’*A Nação*, assinado por B. M., era asseverado que:

(...) todos os de bom senso e são criterio (...) descortinam quanto ha de perigoso e de incongruente n’ esta teimosa guerra á religião catholica, affrontando a consciencia de quatro milhões de portuguezes, que se revoltam intimamente, perante as prepotencias de uma minoria, que apenas tem a recommendál-a a audacia e o indomavel atrevimento (B.M., 1913, p. 1).

Em paralelo à imprensa, os católicos mais entusiastas assumiram uma reação às leis da República, concretizada através de um movimento social católico, incitando os mesmos católicos e o episcopado a apoiar o “bom combate”, assumindo que só a acção católica poderia promover a tão desejada recristianização da sociedade portuguesa.

Parte II: 1914-18

A época que decorreu entre 1914 e 1918 foi especialmente relevante no que diz respeito às relações entre o Estado e a Igreja. Foi nesse período conturbado, em termos nacionais e mundiais, que os católicos começaram a sentir alguma abertura do regime em resolver a questão religiosa, em especial a Lei da Separação e o reatamento das relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. A solução possível, para ambas as questões, seria apresentada com maior dinamismo e amplitude no Governo liderado por Sidónio Pais, já no fim desta fase. Mas esse também foi o tempo em que os católicos se começaram a unir, pondo de lado algumas disputas que os haviam afastado ao longo de anos anteriores. A perseguição movida pelos republicanos provocou essa atitude e, de certa forma, constituiu até uma certa alavanca na construção de um processo de reação e união católica.

A revisão parcial ou total do decreto-lei de 20 de abril de 1911, da Lei da Separação, há muito que era uma reivindicação católica. A Igreja e a imprensa que lhe era afeta aproveitaram a abertura política que Bernardino Machado trouxera à discussão do decreto, desde o início do seu governo, em 9 de fevereiro de 1914. Tal fresta, através da concessão de uma ampla amnistia a diversos sectores da sociedade, permitiria igualmente, dias mais tarde, que o bispo do Porto, D. António Barroso, fosse autorizado a regressar à sua diocese, algo que veio a acontecer em 4 de abril desse ano.

Em 1914, a Lei da Separação foi amplamente discutida no Parlamento. Todavia, as alterações apresentadas pelo Governo não satisfizeram as aspirações dos católicos. Por isso, nas semanas seguintes, sempre que o tema principal do editorial visou aquele documento, a crítica negativa era uma constante. Em verdade, o discurso era quase igual, apenas pontualmente retocado, para abordar a questão dos hábitos talaes e a secularização dos cemitérios (Francisco Velloso, 1915, p. 1), ou a situação das pensões e dos padres pensionistas (F. V., 1915, p. 1).

Os desterros de sacerdotes continuaram sendo os casos mais mediatizados os do bispo do Porto, D. António Barroso, em agosto de 1914, e o do cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, em agosto de 1917 (C. M., 1917, p. 1).

Foi apenas depois da acção insurreccional liderada por Sidónio Pais, em 5 de dezembro de 1917, que se promoveu a revisão do decreto da Lei da Separação, e se caminhou para uma efetiva aproximação entre o Estado e a Santa Sé.

Com efeito, como salientou Sérgio Ribeiro Pinto, a “República Nova”, instituída por Sidónio, marcou, no presente campo, “(...) um ponto de não retorno no respeitante à ‘questão religiosa’; ainda que não terminasse cabalmente o conflito aberto, lançou as bases para as disputas futuras que se manteriam...” (Pinto, 2011, p. 114).

Foi ao ministro da Justiça e dos Cultos, Alberto de Moura Pinto, que pertenceu a tarefa de criar um decreto reformador do decreto de 1911. O decreto n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918, de 14 artigos, apresentava diversas alterações, como são exemplo: a anulação das

associações culturais, a atribuição às irmandades da organização do culto, a abolição do beneplácito para documentos religiosos, a permissão para o uso das vestes talares.

Logo após ter sido publicado, denominado para a história como “decreto Moura Pinto”, apareceram as primeiras críticas, vindas dos diferentes quadrantes. No dia 2 de março de 1918, a *Liberdade* mostrava algum pesar e frustração por confirmar que alguns artigos da Lei da Separação não tinham sido alterados. Era denunciado que:

(...) ficam intactas na execrada lei de 20 d’ abril disposições intoleráveis, com as que respeitam á liberdade de ensino; conserva-se de pé toda a rede de expoliações materiaes que reduziram os nossos Bispos e clero a uma vida precaria e desapossaram os crentes dos seus templos (*Liberdade*, 1918, p. 1).

De facto, os prelados não estavam contentes com o resultado do novo decreto, e protestaram. Uma das vozes mais visíveis nesse processo foi a do bispo de Viseu, D. António Alves Ferreira (1911-1927), que tinha conhecido a força da República, por ter sido desterrado em 1912.

A agitação política que se mantinha em Portugal instigou a mudanças. No início de março de 1918, Sidónio remodelou o executivo (Madureira, 2003, p. 149), sendo a nomeação de um novo ministro da Justiça a mudança mais visível aos olhos dos católicos. Martinho Nobre de Melo, tido como simpatizante do integralismo lusitano, cedo demonstrou uma grande vontade em alterar o decreto de 20 de abril de 1911.

O diário *A Ordem*, por intermédio de Nemo, nome profissional do conhecido jornalista católico José Fernando de Sousa, confirmara que o “decreto Moura Pinto” trouxera alguma justiça à Igreja. Contudo, asseverava que “(...) não se quis, embora se soubesse como[,] a adoptar uma formula modestamente adequada ás moderadissimas reivindicações dos catholicos” (Nemo, 1918, p. 1).

Nemo aproveitava para criticar a prestação de Moura Pinto, na elaboração do decreto n.º 3856. Este teria sido uma imposição do próprio ministro e de Brito Camacho (Partido Unionista) feita a Sidónio, de forma a evitar que a Lei da Separação fosse reformada no Parlamento, como era desejo dos monárquicos, que receavam perder influência política, e que os unionistas ganhassem o apoio da Igreja (Madureira, 2003, p. 148). O tão almejado reatamento das relações diplomáticas, entre Portugal e a Santa Sé, foi concretizado no segundo semestre de 1918.

Em julho de 1914, as acusações de perseguições aos católicos continuaram. Mesmo sem o referir constantemente, aqueles consideravam que o grande causador dessa perseguição se chamava Afonso Costa, ainda que, por essa altura, fosse Bernardino Machado a presidir ao ministério. O jornal *Liberdade* afirmava, então, que “(...) a perseguição ás nossas crenças tem quadros d’ um canibalismo defenido, d’ uma selvageria rudíssima e animal, foi feita com

armas que toda a creatura civilisada e honesta recusaria empunhar: o sangue, a lama e a extorsão” (*Liberdade*, 1914, p. 1).

Rapidamente, à medida que do Governo vinham sinais de uma crise em marcha, a *Liberdade* assumia, como orientação central, a ideia de que só a união dos católicos é que os poderia, verdadeiramente, proteger perante a demagogia que vinha governando em desordem o país, segundo o periódico.

Seria já em outubro de 1914 — quando em Portugal governava uma União Sagrada e, nos campos da Europa Central, militares das grandes potências combatiam numa grande guerra que estava apenas no seu início de quatro longos anos — que um artigo intitulado “Organização catholica” abria caminho para uma nova realidade do mundo católico, e já não apenas para a denúncia das perseguições e das reclamações sofridas. Assinado por Carlos Z. Pinto Coelho, o editorial era explícito: o povo católico era chamado a constituir uma organização católica que devia ser “(...) inspirada na Igreja e pela Igreja” (Coelho, 1914, p. 1).

Foi nesse contexto que se escreveu a história do Centro Católico Português (CCP), que conheceu três fases na sua história: a primeira fase, que se iniciou em 1917, com a sua fundação, até à realização do seu primeiro congresso, em 22 de novembro de 1919. A segunda fase começou com esse congresso e terminou com o golpe militar de 28 de Maio de 1926. A terceira fase iniciou-se com esse golpe de Estado e seguiu até à transformação do CCP em Acção Católica, no início da década de 1930 (Alves, 1996).

Parte III: 1919-1926

Neste período, fruto do apoio da Santa Sé, o jornalismo católico amadureceu os conteúdos e as formas de atuação social. Os discursos do papa Pio XI, a propósito da “boa imprensa”, ajudaram a esse maior dinamismo.

Entre 1919 e 1926, as reclamações e as acusações da imprensa católica centraram-se, sobretudo, em dois aspetos fundamentais: a entrada nas colónias portuguesas de missões protestantes e a Lei da Separação. A questão da entrada de missões protestantes nas colónias portuguesas foi abordada pela imprensa católica, desde o segundo semestre de 1919, e sempre de uma forma negativa. Esse olhar de desprimor não era dirigido apenas aos missionários estrangeiros, que para aí se deslocavam. O sistema liberal era fortemente acusado de promover tal realidade, que colocava a nu as grandes dificuldades com que se debatiam os colonos portugueses, nomeadamente no conhecimento e na gestão das colónias.

O *Diario do Minho* assegurava que o Governo pouco ou nada poderia fazer para evitar a invasão, como o denominava. Por um lado, o periódico de Braga compreendia que não poderia impedir a entrada dos missionários ingleses (sobretudo), nas colónias africanas, por estar limitado por compromissos internacionais com a Inglaterra; por outro lado, também

era certo que os colonos nacionais aí radicados não dispunham de elementos e de razões que pudessem travar tal avanço e consequente desnacionalização das colónias.

A análise à Lei da Separação, alargada a diversos aspetos que contemplavam, em especial, os ataques à Igreja Católica e aos seus interesses, foi apresentada sem o realce dos períodos anteriores, e muito espaçado no tempo, o que, em certa medida, demonstrava que o tema perdera a amplitude do passado.

No passado recente já tinham sido introduzidas algumas alterações à Lei da Separação, com particular relevância para as promovidas pelo “decreto Moura Pinto” (decreto n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918) no governo de Sidónio Pais. Já em 1919 e nos anos seguintes, o discurso assentou nas mesmas linhas de força do passado: de acordo com a imprensa católica, a Lei da Separação tinha sido um ataque perpetrado pela Maçonaria e com o aval republicano. No mesmo sentido, eram os ataques à Igreja que suscitavam maior interesse por parte dos jornais católicos, que lhes davam grande atenção nas suas páginas.

A *União*, periódico de Lisboa, por intermédio de Tomás de Gambôa, seu colaborador e ao mesmo tempo redator-principal das *Novidades*, aproveitava a ocasião para, uma vez mais e já em 1923, repetir as críticas dirigidas à Lei da Separação: “(...) Urge acabar, derruir essa monstruosidade jurídica que nos vexa e nos afronta” (Gambôa, 1923, p. 1).

Gambôa não criticava o regime, que considerava legítimo, mas assegurava que os católicos deveriam lutar contra uma lei que classificava de “(...) inicua... [e de] vergonha nacional” (Gambôa, 1923, p. 1). Ora, essa luta, afirmava Tomás de Gambôa, só poderia ser realizada no Parlamento. Para isso, apelava aos católicos para apoiarem o Centro Católico Português. No entanto, o escritor e jornalista não se coibia de acusar os mesmos católicos de serem inertes e insubmissos, perante mais um ataque deliberado à Igreja.

Em janeiro de 1924, as *Novidades* referiram, em claro tom acusatório, que “(...) o que não tem justificação nem atenuantes, nem qualquer explicação é que, após 13 anos de novo regime, continuem os direitos da Igreja e os sentimentos e as crenças da maioria dos portugueses” (*Novidades*, 1924, p. 1). Esta acusação nascia a propósito da venda de património eclesiástico, como igrejas, capelas, passais e mobiliário em leilões públicos, promovidos pelo Governo, e que o jornal de Lisboa asseverava que sucediam regularmente.

As investidas contra membros do clero também foi um dos temas seguidos com especial atenção por parte das *Novidades*, em especial, entre março e setembro de 1924. Logo em meados de março, as *Novidades* apresentaram, em editorial, um desses casos de violência: o pároco Severiano Pedro Ferreira, da localidade de Mamarrosa, concelho de Oliveira do Bairro, relatou pelo seu punho essa agressão, numa carta enviada ao jornal de Lisboa. Chamado a um lar de uma idosa exangue, para lhe ministrar o sacramento da extrema-unção, o sacerdote asseverava: “(...) mais de 20 homens de pistolas e cacetes cercaram-me e em plena luz do dia quasi me mataram. Caí duas vezes e só por milagre pude escapar-me com vida das mãos d’aqueles miseráveis” (*Novidades*, 1924, p. 1).

Mais tarde, a referência insistente aos ataques à Igreja continuaram, em especial quando atingiram diretamente o seu património. Um desses exemplos, publicado pelas *Novidades*, foi o da profanação da igreja do antigo convento de Santa Joana, em Lisboa. O diário católico relatou profusamente o caso, com honras de editorial, em quatro dias de outubro de 1924.

A deplorável situação económica do clero era entendida, pelas *Novidades*, como uma acção direta da aplicação da Lei da Separação. Em maio de 1926, dias antes de estalar o movimento militar, as *Novidades* asseveravam que “(...) expoliada a Igreja de todo o seu património e impedida até, por leis excepcionais e odiosas, de o reconstituir na medida do estritamente necessario, a situação do clero tornou-se, em muitos casos, aflitiva” (*Novidades*, 1926, p. 1).

O ano de 1926 terminou, em termos católicos, com a realização do Concílio Plenário Português (CPP), em Lisboa, entre 24 de novembro e 3 de dezembro (Fontes, 2000, pp. 418-419). Esse sínodo também representou o marco final do estudo realizado para a tese de doutoramento e, na mesma forma, para este texto. O CPP foi entendido pela estrutura católica nacional como a base do ponto de viragem que aquele acontecimento originou na vida da Igreja.

A verdade é que o Concílio Plenário Português significou, de acordo com Paulo Fontes, um “(...) novo ponto de partida na vida da Igreja Católica em Portugal, expressando uma vontade de autonomia e um esforço de reorganização interna” (Fontes, 2000, p. 164). As alterações surgidas em Portugal, desde 1910, em vários pontos, e que abalaram a Igreja, instigavam-na a repensar estratégias e a colocar em prática novos planos de acção. No mesmo sentido, a promulgação do Código de Direito Canónico, em 1917, obrigava a alterações no foro íntimo da Igreja. Por outro lado, a nova ordem mundial, saída da Grande Guerra, também contribuía para que se respirasse um ar de mudança.

Conclusões

A imprensa católica desempenhou a função de porta-estandarte da reação católica, no decurso da Primeira República (1910-1926), acusando o Governo de atacar declaradamente a Igreja e enquadrando esse ataque numa recém-formada teoria persecutória.

A ação de combate promovida pela imprensa católica foi analisada neste artigo sob a batuta de seis jornais de âmbito nacional (das cidades de Braga, Porto e Lisboa), de um total de nove que fizeram parte do estudo implementado para a escrita da tese de doutoramento, a base deste texto.

Foram interligadas diacronicamente as posições assumidas pela imprensa católica perante a evolução do país republicano, com especial enfoque para as matérias do foro religioso. Isto é, sobretudo, a ação legiferante do Governo Provisório (primeiro) e dos executivos republicanos (depois) diretamente aplicada à Igreja Católica em diversas realidades.

A evolução da República foi seguida pelo olhar da imprensa católica, pautado tantas

vezes por via de um discurso exacerbado e até intransigente na análise aos principais momentos da história da Primeira República que, neste texto, se cingiu unicamente à “guerra religiosa”. Isso foi visível, de uma forma mais ou menos clara, nos três subperíodos definidos.

Assim, no primeiro subperíodo (1911-1913), assinalado pela acção governativa republicana, foi grande a oposição da imprensa católica ao Governo que, segundo os seus títulos, asentava a sua política numa acção anti-religiosa e laicizadora, sendo que foi dada uma atenção especial à Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de abril de 1911.

No segundo subperíodo (1914-1918), destacado pela Grande Guerra, ficou patente nas páginas da sua imprensa que era essencial constituir uma forma de luta mais agregadora de todas as forças católicas, num verdadeiro processo de união e reacção, consubstanciado pela formação do Centro Católico Português. Em paralelo, foi também nessa altura que, aproveitando uma maior abertura do executivo republicano, foi discutida (e depois implementada) a revisão da Lei da Separação, com o decreto n.º 3856, de 22 de fevereiro de 1918, no governo de Sidónio Pais, conhecido por “decreto Moura Pinto”, em referência ao ministro que assumia então a pasta da Justiça e dos Cultos.

Já o terceiro subperíodo (1919-1926), marcado pelo desagregar da Primeira República, ficou evidente como a Lei da Separação se manteve como um dos pontos de análise recorrente da imprensa católica. Mesmo com as alterações promovidas anteriormente, os católicos não estavam satisfeitos e nas páginas da sua imprensa foram surgindo visões díspares para a organização política dos católicos. Esse foi também o tempo em que a imprensa católica vinha insistindo na ideia de que o Governo há muito estava fragilizado, já depois do assassinato de Sidónio Pais, no final de 1918. As debilidades políticas do Governo cessaram com o golpe militar de 28 de maio de 1926, pondo fim à Primeira República.

Ainda assim, foi nesse período que os bispos nacionais promoveram a realização do Concílio Plenário Português, em Lisboa, entre 24 de novembro e 3 de dezembro de 1926, num esforço de renovação interna da Igreja nacional perante um país e um mundo diferentes, saídos do pós-guerra.

Referências bibliográficas

- Alves, A. (1996). *Centro Católico Português*. Editora Rei dos Livros.
- Catroga, F. (2000). *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2.^a ed. Editorial Notícias.
- Cruz, M. B. (1980). *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- Fontes, P. F. O. (2002). O catolicismo português no século XX: da separação à democracia. In M. Clemente; A. M. Ferreira (coord.), *História Religiosa de Portugal* (129-351), vol. III, Círculo de Leitores.
- Leite, A. (2000). Concílio Plenário Português. In C. M. Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (418-419), vol. I, Círculo de Leitores.
- Madureira, A. (2003). *A Questão Religiosa na I República: contribuições para uma autópsia*. Livros Horizonte.
- Moura, M. L. B. (2010). *A “Guerra Religiosa” na I República*. 2.^a ed. (revista e aumentada). Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa.
- Pinto, S. R. (2011). *Separação religiosa como modernidade. Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa.

Periódicos

- Echos do Minho* (Braga, 1911-1919) — *A Lei da Separação*, in *Echos do Minho*, 27 de abril de 1911, ano I, n.º 32, p. 1.
- Liberdade* (Porto, 1914-1919) — *Signaes de garras...*, in *Liberdade*, 7 de julho de 1914, ano I, n.º 25, p. 1; Carlos Z. Pinto Coelho, *Organização catholica*, in *Liberdade*, 22 de outubro de 1914, ano I, n.º 117, p. 1; Francisco Velloso, *A questão religiosa: os hábitos talaes, a secularização dos cemitérios*, in *Liberdade*, 16 de julho de 1915, ano II, n.º 331, p. 1; F. V., *Pensões e pensionistas*, in *Liberdade*, 15 de dezembro de 1915, ano II, n.º 450, p. 1; *O espirito do Decreto*, in *Liberdade*, 2 de março de 1918, ano V, n.º 1117, p. 1.
- A Nação* (Lisboa, 1847-1928) — A. de F., *Errado Caminho!*, in *A Nação*, 13 de novembro de 1911, ano LXV, n.º 15:280, p. 1; B. M., *A festa de domingo*, in *A Nação*, 22 de abril de 1913, ano LXV, n.º 15:709, p. 1.
- Novidades* (Lisboa, 1923-1974) — É Lei?, in *Novidades*, 6 de janeiro de 1924, ano I (XXXIX), n.º 24 (8467), p. 1; *Vítima do dever*, in *Novidades*, 14 de março de 1924, ano I (XXXIX), n.º 87 (8539), p. 1; *A situação do clero*, in *Novidades*, 7 de maio de 1926, ano XLI, n.º 9297, p. 1.
- A Ordem* (Lisboa, 1916-1919) — C. M., *Em plena violencia*, in *A Ordem*, 31 de agosto de 1917, ano II, n.º 473, p. 1; Nemo, *Ponto Final*, in *A Ordem*, 17 de março de 1918, ano III, n.º 628, p. 1.
- A União* (Lisboa, 1920-1938) — Thomaz de Gambôa, *O caso de Melgaço*, in *A União*, 21 de janeiro de 1923, ano III, n.º 125, p. 1.

Um olhar sobre a imprensa periódica de música na década de 1920, em Portugal

*A look over the periodical press about music
in the 1920's, in Portugal*

Mariana Calado

Universidade NOVA de Lisboa / Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas / CESEM (Centro
de Estudos de Sociologia e Estética Musical)
marianacalado@fcsh.unl.pt
ORCID ID: [0000-0003-1956-0385](https://orcid.org/0000-0003-1956-0385)

Resumo: Durante as primeiras décadas do século XX, a imprensa periódica de música em Portugal está em expansão, no seguimento do desenvolvimento do género na segunda metade do século XIX. Sucedem-se projectos, alguns associados a estabelecimentos de ensino e associações, outros especificamente dedicados à divulgação do fado, à propagação da música sacra e à edição de partituras; a maioria são genericamente consagrados à vida musical portuguesa (em particular a de Lisboa, onde quase todos estes periódicos eram editados) e anunciavam-se com os objectivos de orientar o público e de contribuir para o desenvolvimento da cultura musical no país. Porém, à medida que novos títulos surgiam, muitos depressa se extinguíam, sendo poucos os que foram capazes de se manter em circulação, facto que sugere um meio incerto e sujeito à instabilidade económica e social que afectou o país nesta época. Neste artigo pretende-se revelar algumas luzes sobre o movimento da imprensa periódica de música em Portugal na primeira metade do século XX, focando em particular os jornais e revistas lançados na década de 1920, que foi particularmente fértil em novas publicações, o ambiente em que estes se desenvolveram e os elementos que os caracterizavam. A partir da análise de conteúdo de um conjunto de jornais datados de 1927, são observadas mais concretamente as características, orientações, matérias contempladas e percursos deste género de imprensa.

Palavras-chave: música na imprensa periódica; imprensa musical; crítica musical; história da música; história do jornalismo.

Abstract: During the first decades of the 20th century the Portuguese periodical press about music registered a considerable growth, following the development of the genre in the previous century. Several publications appeared during that period. The majority were generically dedicated to the musical life (in particular Lisbon's musical life, since almost all of these newspapers had their offices in the capital), and presented themselves with the purpose of being a guide of the public and to promote the country's music culture. Some were dedicated to specific musical genres, like fado and religious music, and to the edition of sheet music. Although new newspapers appeared, few were able to persist for long, a fact that suggests the instability of the musical scene in Portugal, derived from the economic and social instability that affected the country in this period. This article aims to give some lights on the movement of the musical periodical press in Portugal in the first half of the 20th century and their characteristics, focusing specifically the 1920's, a decade especially rich in new titles. Through the analysis of a group of music newspapers dated from 1927 features, editorial guidelines, contents and the course of this genre of periodical press will be observed.

Keywords: music in the periodical press; musical press; music criticism; history of music; history of journalism.

Introdução

O surgimento da imprensa periódica de música, que não fosse exclusivamente para publicação de partituras, em Portugal, pode ser localizado em meados do século XIX. Progressivamente, partindo da imprensa teatral, na qual se publicavam artigos sobre artista e alguma crítica a espectáculos musicais (sobretudo de ópera), no decurso da segunda metade do século XIX foram-se vulgarizando periódicos dedicados ao debate, divulgação e comentário de assuntos musicais. *O Trovador: jornal musical, literário e de variedades*, de 1855, foi, assim, um dos primeiros jornais estritamente dedicados à escrita sobre música e ao relato da vida musical portuguesa. Nos últimos anos de oitocentos, a estrutura e teor destes periódicos especializados em música estabeleceram-se, criando um modelo de periódico que se encontra em exemplares da época, como *Amphion* (1884-1897) e *A Arte musical* (1899-1915), e que se

repete em jornais e revistas do género no decurso da primeira metade do século XX. Estes periódicos registavam a vida musical portuguesa (em particular de Lisboa e do Porto, com notas mais esporádicas sobre outras localidades e regiões), acompanhando as temporadas de teatros e sociedades de concertos, e contribuíram para a criação e fixação de cânones de autores e de repertório, a partir de artigos e crítica a concertos, assim como para a propagação de assuntos de história e teoria da música. No geral, estes periódicos incluíam artigos informativos (biografias de compositores, investigação de história da música portuguesa, explicações sobre funcionamento de instrumentos e história dos seus construtores, análise de obras em estreia, entre outros), artigos de opinião (nos quais se podia discutir e comentar o ensino musical, interpretação, sociedade e cultura musical, situação profissional dos músicos, empresas teatrais e instituições de ensino, etc.), noticiário (com breves sobre diversos acontecimentos no país e no estrangeiro, agenda, digressões de músicos e próximos concertos, assim como necrologia), e publicidade. Alguns periódicos incluíam (frequentemente de modo irregular) conteúdos extramusicais, como artigos sobre pintura ou crítica literária e de teatro. A inclusão de fotografia, gravuras ou ilustrações dependia dos recursos técnicos disponíveis e da visão gráfica de cada periódico.

Neste artigo tenho por objectivo apresentar alguns dos jornais de música que surgiram nas primeiras décadas do século XX, focando em particular a década de 1920. Em primeiro lugar, farei um breve enquadramento do desenvolvimento da imprensa de música nas primeiras décadas do século XX, que permitiu observar a singularidade daquela década no que toca ao número de periódicos de música publicados, passando em seguida para uma análise dos títulos seleccionados.¹

Marco teórico e estado da questão

De entre os periódicos de música de inícios do século XX que foram influenciados por aqueles modelos estabelecidos em finais do século XIX, pode-se destacar *Arte musical*. Foi lançado no primeiro dia de 1930 e era dirigido por Luís de Freitas Branco, que se inspirou (e possivelmente pretendeu dar continuidade) na publicação congénere que havia sido dirigida por Michel'Angelo Lambertini e na qual o próprio Freitas Branco chegou a publicar alguns textos. Tratou-se de um periódico longo que, sob direcção de Luís de Freitas Branco, se publicou até 1947. Foi depois retomado em 1958 por João de Freitas Branco (filho do anterior)

¹ O trabalho foi realizado no âmbito de Bolsa de investigação financiada pelo CESEM / NOVA FCSH para estudo do património musical histórico, referências UID/EAT/000693/2019 e UIDB/000693/2020.

para uma série que se estendeu até 1973.² Como Manuel Deniz Silva sintetiza, duas das linhas orientadoras de *Arte musical* foram a defesa dos direitos da classe musical e a formação do público melómano e de músicos (Silva, 2005, p. 250). O segundo ponto era particularmente cultivado na publicação de artigos históricos e teóricos diversos, como Isabel Pina observa:

O que se pode verificar a partir deste primeiro artigo [editorial do primeiro número] será a orientação que a revista tentará seguir em todos os números seguintes, dedicados muitas vezes a biografias de compositores e a explicações acerca de questões técnicas e composicionais, de forma a abranger vários temas e tentar informar os leitores sobre a história da música ocidental. Podemos, por exemplo, referir a biografia de Wagner que será publicada ao longo de praticamente todo o tempo de tiragem da revista, bem como o *Tratado de Harmonia* de Luís de Freitas Branco, que será publicado em fascículos. No que diz respeito a artigos que se centram na explicação de questões mais técnicas, um primeiro exemplo poderá ser o artigo “Tonalidade, atonalidade e politonalidade”, publicado no segundo número do periódico, datado de 10 de Janeiro de 1930, em que o autor se dedica à explicação dos três termos que intitulam a crónica, relacionando as várias técnicas de composição com questões nacionais, raciais, geográficas e religiosas, algo que será frequente nos escritos de Freitas Branco ao longo de praticamente toda a sua vida e carreira enquanto colaborador na imprensa periódica portuguesa (Pina, 2016, pp. 95-96).

Apesar da publicação regular de crítica a concertos ter sido introduzida apenas em 1939, após uma reformulação da estrutura de *Arte musical*, parece-me que objectivos e organização que caracterizaram aqueles periódicos de finais de oitocentos encontram eco na orientação deste, com as diferenças devidas tendo em conta o tempo que as separa e os contextos distintos em que se desenvolveram.

Como mencionado, *Arte musical* conta-se entre os periódicos de música de maior longevidade no país. E conta-se, também, entre os jornais de referência para o estudo da vida musical naquela época, após o encerramento de *A Arte musical*, em 1915, e de *Eco musical* (1911-1931), e antes do surgimento de *Gazeta musical* (1950-1998). Pese embora a inegável relevância destes periódicos, para a sua época e, actualmente, para a investigação de recepção de obras, compositores e intérpretes, vivências musicais, redes de contacto, discursos sobre música, etc., não foram os únicos do género a circular no país na primeira metade do século XX. Muitos outros existiram, talvez com menor projecção ou menos leitores, mas que, para um melhor conhecimento sobre a cultura, as práticas e vivências musicais e do

2 Até 2001, data de número triplo especial e última vez que *Arte musical* foi publicada, saiu um número avulso em 1982 e fizeram-se duas séries, uma de seis números em 1986, integrada no *Jornal de letras, artes e ideias*, e outra entre 1995 e 1999. O periódico foi lançado com o título *A Arte musical*, logo em 1931 simplificado para *Arte musical*, título que adopto. Cf. Cid, 2010, pp. 76-78.

património jornalístico, julgo deverem ser recuperados da semiobscuridade em que caíram.

A literatura sobre a imprensa periódica em Portugal no segundo quartel do século XX (período em análise neste artigo) é algo escassa e dispersa. Mesmo *Arte musical* não foi ainda sujeita a um estudo sistemático e aprofundado — tendo sido, porém, trabalhada e algumas das suas características estudadas nas teses de Silva (2005) e Pina (2016). Nos artigos de Andrade (1989), Cunha (2003) e na entrada referente a periódicos de música na *Enciclopédia da música em Portugal no século XX* (2010), que passam em revista tendências e o desenvolvimento da imprensa de música no país, algumas publicações actualmente menos conhecidas são introduzidas e sumariamente descritas no que toca às suas tipologias, conteúdos ou equipa; a enciclopédia inclui entradas para *Guitarra de Portugal* e *A Canção do Sul*, para além de *Arte musical*. A revista *De Música* (1930-1931) é extensivamente analisada por Silva, que a enquadra no âmbito de actividades que conferiram visibilidade à nova geração de compositores formada por Pedro do Prado, Fernando Lopes-Graça, Armando José Fernandes e Jorge Croner de Vasconcelos. A propósito dos movimentos pela renovação musical que tiveram lugar no seguimento da revolta militar de 1926, Silva aborda igualmente *Folha musical de combate* e as campanhas e exigências aí reivindicadas contra a ordem instituída pelo seu director e redactores (Silva, 2006, pp. 111-112). Por último, importa referir a ficha histórica de *Música: revista de arte*, elaborada por Mangorrinha (2013) para acompanhar a consulta da revista no site da Hemeroteca Digital, na qual o autor expõe a breve história da revista, os temas a que se dedicou e colaboradores que recebeu.

Metodologia: O movimento de imprensa de música nas primeiras décadas do século XX, em Portugal

No levantamento de periódicos de música realizado na pesquisa nos catálogos da Biblioteca Nacional de Portugal, Bibliotecas municipais de Lisboa e Biblioteca da Universidade de Coimbra, identifiquei um grande número de jornais e revistas dedicados ao tema “Música”. Organizando-os por década, entre 1900 e 1950, por ordem da data do primeiro número, os periódicos distribuem-se desta forma:³

3 Legenda: * indica os periódicos que se estenderam para além da década na qual foram lançados; + indica edições periódicas de partituras. Na primeira linha, década 1901-1910, são incluídos dois títulos (*A Arte musical* e *O Philarmónico português*) que datam do final do século XIX, mas que se desenvolvem sobretudo nos anos seguintes, pelo que foram também contemplados.

Tabela 1

Movimento da imprensa periódica de música em Portugal, na primeira metade do século XX

Datas	Título
1901-1910	<i>A Arte musical</i> * (1899-1915) <i>O Philarmónico português</i> *+ (1898-1910) <i>Revista do Conservatório real de Lisboa</i> (1902) <i>Revista musical</i> (1902-1903)
1911-1920	<i>Boletim da associação de classe dos músicos portugueses</i> (1911-1913) <i>Eco musical</i> * (1911-1931) <i>Ridículos musicais</i> + (1912) <i>Revista do Conservatório nacional de música</i> (1920) <i>A Música</i> (1918-1920)
1921-1930	<i>Vida musical</i> (1923-1924?) <i>Guitarra de Portugal</i> * (1922-1947) [continua como <i>Ecos de Portugal</i>] <i>A Canção do Sul</i> * (1923-1963) <i>A Semana musical</i> (1923-1924) <i>Revista musical</i> + (1924) <i>Música: revista de arte</i> (1924) <i>Folha musical de combate</i> (1926) <i>Lyra</i> (1927-1928) [continua como <i>Arte peninsular</i>] <i>Música sacra</i> (1927) <i>A Clave de Sol</i> (1927) <i>Música</i> (1927) <i>Orfeu: órgão do Orfeão lusitano</i> * (1927-1933) <i>De Música</i> * (1930-1931) <i>Arte musical</i> * (1930-1947 / 1958-1973 / 1982 / 1986 / 1996-1999 / 2001)
1931-1940	<i>Ritmo: quinzenário de música</i> (1933-1937) <i>Pró-música</i> (1936-?)
1941-1950	<i>Música</i> (1941-?) <i>Boletim do Conservatório nacional</i> * (1946-1950 / 1950-1954) <i>Ecos de Portugal</i> * (1947-1953) [continuação de <i>Guitarra de Portugal</i>] <i>Juventude musical</i> (1949) <i>Vida musical</i> (1949) <i>Gazeta musical</i> * (1950-1957 / 1958-1971 / 1972-1998) <i>Juventude musical portuguesa</i> * (1950-1957)

Fonte: Produção própria

Pela contabilização do número de periódicos, a década de 1920 destaca-se das restantes pelos catorze novos títulos que nesses anos apareceram. Se se lhes juntar *Eco musical*, que transitava da década anterior e permanecia um jornal de referência em assuntos musicais e de defesa da classe, verifica-se que entre a década de 1910 e a década de 1920, a imprensa de música duplicou em número. Tendo em consideração que, nestes anos, diversos jornais diários e revistas⁴ tinham rubricas dedicadas à vida musical, recebendo a colaboração de escritores, músicos e compositores para a escrita de artigos e crítica musical, não deixa de ser impressionante a variedade e número de órgãos que falavam sobre música em Portugal nesta época. Comparando os dados expostos na tabela com a investigação de José Sousa & Lúcia Veloso (1987), observa-se que, inicialmente, o movimento dos jornais de música parece seguir a tendência geral

⁴ No decorrer da década de 1920 era possível ler sobre música em *A Batalha*, *Diário de notícias* e o suplemento semanal *Notícias ilustrado*, *Diário de Lisboa*, *Jornal do comércio e das colónias*, *Novidades*, *O Século*, *Capital*, *Correio da manhã*, *Eva*, *Ilustração*, entre outros.

de crescimento da imprensa periódica, contudo não a acompanha linearmente. Ou seja, se de 1910's para 1920's se regista um crescimento de 100%, logo no período seguinte, da década de 1920 (em que havia quinze periódicos de música em circulação)⁵ para a década de 1930 (em que o número decaiu para sete), observa-se um decréscimo de 53% do movimento de jornais de música. Pelo contrário (apesar da falta de dados estatísticos completos para a década de 1910), as informações recolhidas por Sousa & Veloso demonstram que a tendência do movimento da imprensa periódica portuguesa ao longo da primeira metade do século XX foi sempre de crescimento até meados de 1930's, seguido de um certo abrandamento dos números⁶.

Portanto, o abrupto crescimento do número de jornais de música na década de 1920 não teve continuidade nos anos seguintes. Dos catorze jornais e revistas de música que então apareceram, a maioria não ultrapassou a marca de um ano completo de edição, ou a meia dúzia de números; apenas quatro transitaram para a década de 1930 (sendo que *De Música* terminou quase de imediato, em Maio de 1931, ao cabo de quatro números).⁷

O que foi, então, que poderá ter contribuído para o aumento do número de jornais de música na década de 1920 e a sua interrupção?

1. Contexto em que surge a imprensa de música na década de 1920

À semelhança do que motivou a expansão da imprensa especializada em música na segunda metade do século XIX, em Portugal, — nomeadamente, o desenvolvimento e diversificação da vida musical pública e o surgimento e crescimento de influência de uma classe com aspirações culturais, poder de compra e consumidora de periódicos — o crescimento acentuado do número de jornais de música na época em estudo pode ter sido impulsionada também pela vida musical de então. No editorial do primeiro número de *Arte musical*, Luís de Freitas Branco apontava as alterações, constantes desafios e desenvolvimento do meio musical como motivos que justificavam o surgimento de um periódico especializado, capaz de orientar os seus leitores:

A frequência do Conservatório de Lisboa é das maiores que na Europa e no mundo se registam; no Porto o Conservatório municipal, em Coimbra a Academia de música, veem a sua população escolar crescer de ano para ano; por toda a parte se organizam magníficos orfeões; o disco, a telefonia

5 Os catorze lançados nessa década mais *Eco musical*, que transitava da década anterior.

6 Na década de 1901-1910: 3271 periódicos em circulação; 1911-1920: sem dados estatísticos; 1921-1930: 5292; 1931-1940: 5550; 1941-1950: 4954.

7 *Arte musical* pertence essencialmente às décadas de 1930 e 1940, mas é identificada na década de 1920 para respeitar as convenções de contagem do tempo que coincide com a divisão usada por Sousa & Veloso.

sem fios, levam aos mais remotos cantos da província os ecos dos grandes espectáculos dramáticos e das mais importantes audições sinfónicas e de câmara; é uma exuberância de vida, um redemoinhar de movimento, que a pouco e pouco nos vai levantando ao nível dos melhores centros de cultura musical. Só a quantidade e mais ainda a qualidade das nossas publicações consagradas à música não correspondem a tão notável efflorescência, o que é tanto mais inexplicável que no meio musical português não faltam actualmente pessoas cultas para fazer, nem público para sustentar periódicos desta natureza ([Branco], 1930, p. 1).

Ora, o crescimento do número de estudantes de música em escolas oficiais e superiores de ensino musical, o impacto dos grupos orfeónicos, no ensino da música e na diversificação da vida musical fora dos grandes centros (Lisboa e Porto, sobretudo), assim como as possibilidades introduzidas pela progressiva vulgarização das transmissões musicais por rádio e da indústria discográfica, apontados por Freitas Branco, levaram a um crescimento do público consumidor de música, com interesses musicais, fosse ou não praticante. Na opinião do mesmo autor, este aumento deveria ser acompanhado pela existência de periódicos de música que teriam a função de guiar esse público melómano para a fruição e conhecimento musical, conforme foi já apontado. Outras personalidades poderão ter pensado o mesmo, e, reunindo as condições necessárias, lançado na empresa de criar um jornal de música.

A vida musical neste período (em particular, a vida musical lisboeta) foi marcada por um conjunto de iniciativas e personalidades que movimentava público entre salas de concerto e teatros e ecoava nas páginas dos jornais. Abreviadamente, pode-se citar os concertos sinfónicos semanais da Orquestra sinfónica portuguesa (1911-1928), da Orquestra sinfónica de Lisboa (1913-1930), temporadas de ópera no Coliseu e no Teatro de São Carlos, os concertos-conferência de divulgação musical organizados por Ema Romero Fonseca da Câmara Reis, o surgimento de uma vaga de movimento de recuperação de um passado histórico nacional e que se manifestou na formação do grupo Renascimento musical e na realização de concertos históricos, a actividade de José Viana da Mota (pianista conceituado e director do Conservatório nacional, coordenador da reforma curricular de 1919, que teve impacto nos anos e gerações de músicos subsequentes), Pedro de Freitas Branco (maestro que então iniciava uma carreira de prestígio nacional e internacional), ou a figura de Rui Coelho (compositor bastante activo, participativo e instigador de debates sobre a vida musical portuguesa), entre outros.⁸

8 Esta passagem não pretende ser exaustiva, mas contextualizar resumidamente o meio musical da época, para perceber a que é que muitos daqueles jornais de música se referiam, e procurar perceber que razões poderão ter contribuído para a subida — e posterior descida — dos números de jornais de música nesta época. Para além das actividades mencionadas, eram também regulares os espectáculos teatro-musicais de géneros como a revista e opereta, contudo tenho observado que estes não eram contemplados nos jornais de música, nem habitualmente nas secções de música dos jornais e revistas mais generalistas — aspecto que, embora precise de uma análise mais aprofundada, me parece que é reflexo de um sistema hierárquico de géneros musicais e espaços de convivência reforçado pela imprensa.

Apesar da variedade de manifestações musicais que animavam as matinés e serões de Lisboa, não significa que todos os concertos fossem igualmente concorridos. Por relatos que se encontram em algumas críticas musicais, muito público atendia aos concertos, encontrando-se referências a “enchentes” e “multidões” que ocupavam a sala ou reagiam à música, mas também o contrário é registado.⁹ A propósito da empresa de concertos do Tivoli (fundada em 1927), Silva aponta, entre outros aspectos, a falta de participação do público como um factor que contribui para o fracasso da iniciativa (Silva, 2005, pp. 142-150). Acreditando que quem frequentava os concertos era também quem mais interesse teria em adquirir e ler os jornais de música, a partir destes dados pode-se colocar a hipótese de que também o público leitor era instável, não dando segurança ao projecto editorial.¹⁰ De igual modo, a crise económica que marcou o país no pós-I Guerra mundial, que contribuiu para a quebra generalizada do poder de compra e para a desestabilização política e social na década de 1920, foi certamente um elemento com implicações na vida musical e na baixa taxa de sucesso ou longevidade de diversos jornais de música deste período, alguns dos quais, aliás, tinham o preço avulso elevado (*Música: revista de artes* custava 6\$00; *A Clave de Sol* e *Revista musical* 1\$50, e *Orfeu* 1\$00), preços semelhantes aos praticados por revistas ilustradas, culturais e revistas literárias, e bastante acima dos preços de jornais diários (e estes, como tinham secções de crítica musical, cartaz de concertos e noticiário, podiam ser preferidos).

A revitalização do mercado de imprensa de música durante a década de 1940 (período em que *Arte musical* continuava bastante activa, apesar de atravessar algumas dificuldades, em parte provocadas pela escassez e subida do preço do papel durante a II Guerra Mundial), deve-se ao facto de terem surgido órgãos associados a instituições: o boletim do Conservatório Nacional e duas publicações da Juventude musical portuguesa.

2. A imprensa de música na década de 1920

Recuemos, porém, à década de 1920 e aos jornais de música que nesse espaço de tempo surgiram e, eventualmente, desapareceram, lembrando os seus títulos e anos em que

9 Por exemplo: “Mas, na célebre canção do 4.º acto, electrizou por completo a multidão, que prodigalizou a Tomás Alcaide um verdadeiro dilúvio de aplausos (...)” (Nascimento, 1929, p. 6); “Apesar da noite ter estado de chuva o salão apresentou uma bela enchente.” (Pinto, 1928, p. 2); “O concerto realizado ontem no Ginásio, pela Orquestra portuguesa, teve a primeira enchente registada nesta época. (...) É lamentável que estes concertos não tenham tido mais concorrências, como, de resto, mereciam, pois a organização dos programas tem sido boa. O nosso público, porém, apesar de quinze anos de música sinfónica, está ainda na infância da arte.” (G. S., 1926, p. 7).

10 Hipótese que, no entanto, fica em aberto uma vez que a falta de mais dados e espaço não me permite aprofundar a questão. A aproximação dos jornais de música aos seus leitores seguia em alguns casos uma abordagem que consistia em enviar o exemplar a leitores potenciais, ficando à escolha deste aceitar ou declinar a recepção (e compra ou assinatura) do periódico. Anunciava-se assim em *Música: revista de artes* “Todas as pessoas a quem enviamos o presente número e não no-lo devolvam são consideradas assinantes” (15 de julho de 1924, p. 14).

foram publicados: *Vida musical* (1923-1924); *Guitarra de Portugal* (1922-1947); *Canção do Sul* (1923-1963); *A Semana musical* (1923-1924); *Revista musical* (1924); *Música: revista de arte* (1924); *Folha musical de combate* (1926); *Lyra* (1927-1928); *Música sacra* (1927); *A Clave de Sol* (1927); *Música* (1927); *Orfeu: órgão do Orfeão lusitano* (1927-1933); *De Música* (1930-1931); *Arte musical* (1930-1948, 1958-1973, 2001).

A imprensa de música lançada na década de 1920 é variada. Quanto aos géneros musicais em destaque, inclui dois jornais sobre fado (*Guitarra de Portugal* e *A Canção do Sul*), um de música religiosa (*Música sacra*), além daqueles que, mais genericamente, incidiam na actividade de músicos, agrupamentos e companhias de ópera, intérpretes de repertório de música sinfónica e de câmara, e, menos frequentemente, porém, na actividade de bandas filarmónicas. Quanto a tipologias, abundam os periódicos que publicam texto — artigos, notícias, crónicas, agenda de concertos, crítica musical, podendo incluir a publicação de peças —, juntando-se-lhes o caso de *Revista musical*, dedicada essencialmente à edição de partituras para piano (ou arranjos para piano), com um editorial e uma página final de curiosidades, correspondência com leitores e publicidade. Os dois jornais de fado, por seu turno, publicavam várias páginas de poesia e letras de canções. Quanto à orientação, sobressaem *De Música*, revista de ensaio, doutrina e opinião, abordava questões de estética, linguagem, teoria e história da música, defendendo uma escrita especializada sobre música (nomeadamente na crítica musical que era então praticada na imprensa periódica) (Silva, 2005, pp. 133-141); *Orfeu*, um jornal de divulgação das actividades da instituição que o dirigia, o Orfeon lusitano, e de defesa e promoção do movimento orfeónico; e *Folha musical de combate*, jornal panfletário (os dois números que pude consultar, datados de 20 Agosto 1926 e 8 Outubro 1926, revelam o envolvimento da folha em querelas pessoais e a revolta contra o poder. Assim, o primeiro número ocupa-se da defesa de José Cordeiro (maestro e compositor) contra os maestros Artur Fão e Joaquim Fão, na sequência de acusações de incompetência; o segundo reúne uma série de declarações de várias personalidades, reivindicando-se a demissão do Director-geral de Belas Artes, Augusto Gil, visto que este se mostrava incapaz de criar condições para o desenvolvimento da cultura do país).

Observando-se as datas de lançamento dos periódicos, nota-se que o ano 1927 foi particularmente rico em novas publicações sobre música, com cinco novos títulos — três dos quais, no entanto, não perduraram para além desse ano. Irei finalizar este excurso pela imprensa musical da década de 1920 portuguesa com uma descrição mais detalhada dos percursos, pretensões e conteúdos dos jornais e revistas de música surgidos nesta data.

Música era uma revista de aspecto gráfico cuidado, com a capa assinada por Rocha Vieira, artista plástico que foi também ilustrador de outras revistas da época, entre as quais *Renovação* e *Ilustração portuguesa*. Cada edição (no total saíram seis) incluía notícias e comentários a concertos e às actividades de músicos, geralmente acompanhados por fotografias do(s) protagonista(s). A publicação de comentários laudatórios a músicos como o maestro Pedro

de Freitas Branco, os pianistas José Viana da Mota e Varela Cid, ou ao violinista Paulo Manso, músicos consensuais no meio musical da época, poderia ser uma estratégia para agradar e conseguir mais apoios e leitores. Os textos não eram habitualmente assinados, mas seriam certamente da autoria de José Cordeiro e de Henrique Costa, respectivamente director e editor da revista. José Cordeiro era compositor e maestro de banda militar, enquanto que Henrique Costa era escritor. Em 1927 Cordeiro estreou duas óperas, *Rosa do adro* e *Cavaleiro do Graal* (esta com libreto de Costa). Ambas obras tiveram espaço privilegiado em *Música* para sua divulgação e recepção crítica, o que pode levantar algumas dúvidas quanto à imparcialidade dos comentários e avaliação feitos. De facto, o crítico, na qualidade dupla de compositor, coloca-se numa posição ambivalente na crítica a *Cavaleiro do Graal* — evita emitir juízos sobre a obra, mas não se escusa a apreciar o desempenho dos cantores e a justificar as dificuldades enfrentadas pela orquestra, podendo, assim, responder a críticas e opiniões menos positivas que o espectáculo recebeu noutros periódicos (Pinto, 1927c, pp. 4-5 e 7).¹¹ *Música* terá tido um bom acolhimento do público, tendo por isso sido alvo de uma reestruturação no quarto número (Outubro 1927), passando então a incluir partituras de peças compostas por Cordeiro, com a cedência dos direitos de autor para que pudessem ser tocadas em público, e uma rubrica de esclarecimento de dúvidas e explicação do vocabulário musical. Nesse mesmo número foi anunciado um concurso de composição sobre poesia de Henrique Costa. Segundo nota da direcção, o concurso suscitou interesse entre os leitores e aspirantes a compositores, mas, com a interrupção súbita da revista, não chegaram a ser revelados os nomes de participantes, nem o vencedor seleccionado.

Música resultava do trabalho da dupla Cordeiro e Costa, era uma revista ambiciosa e desejosa de tomar parte nos debates sobre a música em Portugal que então decorriam. Cordeiro envolveu-se activamente na defesa e promoção da ópera nacional, era uma voz enérgica, mas importuna por vezes (ver Silva, 2005, p. 112 e a sua participação na *Folha musical de combate*). Em *Música* ocupou-se da questão da ópera nacional num artigo no primeiro número (Janeiro 1927), em que apresenta várias propostas para a resolução dos problemas que afectavam a indústria operática no país, e na crítica a *Inês de Castro*, nova ópera de Rui Coelho (Fevereiro 1927). Este compositor era igualmente defensor da ópera nacional, mas é aqui hostilizado por Cordeiro que, na recepção de *Inês de Castro*, o critica negativamente e levanta dúvidas quanto às suas qualidades de maestro e compositor, apontando deficiências na estrutura da ópera e falta de ligação entre música e cena, desordem na orquestra, falta de emoção nas cenas cruciais, de sentido musical e artífice harmónico. Apesar da validade da crítica pelo juízo crítico que elabora sobre um espectáculo musical, parece-me que o principal objectivo do texto era demarcar a postura de Cordeiro da de Coelho.

11 A crítica não está assinada, mas pelo texto percebe-se que foi escrita por José Cordeiro.

Apesar da reestruturação de *Música* parecer indicar que a revista tinha algum sucesso, esta terminou no final de 1927. Poderão ter contribuído para isso a abrupta subida do preço a que era vendida e, em consequência, a perda de leitores — para corresponder ao aumento dos custos de impressão provocados pela edição das partituras, o preço subiu de 30 cent. para 3\$00; e os vários afazeres profissionais de Cordeiro, que o impediam de se dedicar por inteiro à revista (por exemplo, o último número conhecido saiu com algum atraso por ter coincidido com a estreia da sua ópera).

Lyra era também produto do trabalho de uma pessoa, João Barreto de Guerra Pais, e servia para divulgação das suas actividades de comerciante, organizador de concertos e cronista. Os produtos comercializados no seu armazém de venda de partituras e instrumentos musicais eram publicitados na revista, aliás distribuída gratuitamente. Foi um dos fundadores da Sociedade portuguesa organizadora de concertos e director da liga “Os amigos da música”, cujos encontros e concertos eram noticiados em *Lyra*. A revista não tinha uma rubrica de crítica musical formal, pelo que publicava sobretudo notícias breves e os programas de concertos que já se tinham realizado, ocasionalmente com uma linha a enaltecer os intérpretes. Amiúde, republicava alguns textos de Guerra Pais, surgidos originalmente no *Diário de notícias*. Nas páginas de *Lyra* foram dinamizadas diversas iniciativas de carácter popular e social, como a angariação de donativos para a construção de um monumento ao músico português, ou a promoção da união entre mulheres intérpretes e professoras de música para lutar contra os desafios da profissão e por melhores condições de trabalho. No editorial do número de Abril/Maio de 1928 anunciou-se a intenção de alargar a revista a outros conteúdos — dança, pintura, poesia, teatro e prosa, e a mais colaboradores. Terminava assim *Lyra*, ao cabo de 9 números, e começava uma nova publicação *Arte peninsular*, revista de cultura com artigos em português e espanhol, da qual saíram dois números.

A *Clave de Sol* assemelhava-se a *Música* na medida que era um jornal generalista nos assuntos que tratava, dirigido a um público amador. A direcção, formada por Luís Filgueiras (maestro e compositor) e por Olímpio Filgueiras, canalizava grande parte dos seus esforços para o recrutamento de mais leitores e assinantes e garantir a manutenção do jornal. Conscientes das dificuldades enfrentadas por outros órgãos e da fragilidade de muitos projectos, chegaram a estabelecer uma campanha de descontos nas assinaturas para os leitores que fornecessem os contactos de possíveis interessados no jornal. Desta forma, embora o primeiro número tenha sido favoravelmente acolhido, como é mencionado no editorial do seguinte, a direcção tinha a noção de que o sucesso de *A Clave de Sol* não estava garantido:

Do nosso primeiro número tivemos de fazer uma tiragem suplementar. Este facto seria de molde a envaidecer-nos se não fôssemos rebeldes e refractários a esse sentimento. Além disso conhecemos, para nosso bem — ou para nosso mal? — o meio e o tempo em que vivemos. Sabemos que os primeiros entusiasmos passam depressa e que, em geral, o sucesso de uma publicação lançada a

público em moldes novos não passa do seu primeiro ou segundo número... É isto no entanto que é indispensável que não suceda com *A Clave de Sol*. Esta revista que se destina exclusivamente aos cultores da arte musical não pode ter a vida mais que efémera das suas congéneres anteriores, não pode durar o que duram, ao que dizem os poetas, as breves rosas de Malherbe. *A Clave de Sol* para proveito e para prestígio até dos estudiosos e dos amadores de música precisa de se manter, de se desenvolver, de alargar a sua esfera de acção e de desdobrar a sua expansão. É necessário que a sua venda, quando não aumente, que se mantenha, pelo menos. E é esse apelo que *A Clave de Sol* hoje faz a todos os seus leitores. *A Clave de Sol* feita por músicos e para música não tem intuítos mercantis — mas para viver precisa de ser sustentada pelo favor do seu público que são os seus leitores. Por isso *A Clave de Sol* roga a todos os que a lerem o favor de se interessarem por ela divulgando-a e tornando-a conhecida de todos os seus amigos e relações de modo a facilitarem não só a sua existência como a melhoria da sua factura e da sua apresentação. E, antecipadamente, many thanks! A todos os professores de música que recomendem *A Clave de Sol* aos seus alunos e que nos enviem pelo menos três assinaturas será oferecida, com o nosso profundo reconhecimento, uma comissão de 20% sobre o preço das respectivas assinaturas (Pinto, 1927b, p. 9).

As cartas enviadas por leitores para rubrica de correspondência do jornal mostram que *A Clave de Sol* conseguiu expandir-se e chegar a vários pontos do território nacional continental. Contudo, parece-me que a sua manutenção e ambições de desenvolvimento e de alargar a esfera de acção foram limitadas pela sua própria apresentação “modesta” (Cunha, 2014, p. 171) e por uma orientação que se distinguiu pouco de publicações congéneres. À semelhança de outros jornais de música, abordava assuntos de História da música, teoria musical e organologia, mas que, por falta de espaço, ou por falta de colaboradores ou meios, eram tratados superficialmente. Embora a revista se dirigisse abertamente ao amator de música, e se propusesse a contribuir para a sua formação, não conseguia cumprir esse desígnio: não era fomentada a discussão de temas da actualidade, nem do pensamento crítico. Ainda assim, iniciou a publicação de um manual de harmonia de Ernst Friedrich Richter (1853, Leipzig), traduzido para português, afirmando-se “Com esta publicação mostramos praticamente quanto nos empenhamos em fazer da nossa *Clave de Sol* uma revista útil e indispensável a todos os cultores da arte musical” (Pinto, 1927a, p. 1). Publicou também algumas partituras de motivos de danças e canções, algumas das quais de números de teatro de revista. Terá tido sete números, o último datado de 1 de Agosto de 1927.

Como o subtítulo indica, *Orfeu* era o jornal oficial do Orfeon lusitano, associação com um grupo coral sediada no Porto, porém não se restringia à divulgação das suas actividades sociais e musicais. O director expressava-se da seguinte forma, na apresentação do programa do novo jornal:

Orfeonistas de Portugal! Embora muito modestamente, singelamente, sem as pompas materiais de preço, numa simples folha mensal, se apresenta o *Orfeu*, pronto para a liça, num combate lealíssimo em defesa da Arte e, muito especialmente, para insuflar no sangue novo dos moços portugueses, nos esperançosos rapazes de hoje, vigor bastante para se trabalhar em prol da Música, para propagar o bom gosto pelo canto coral e para pugnar pela sua dignificação, sem que ninguém se atrepele, sempre a dentro da harmonia, porque a glória, a grande glória não será etiqueta para esta ou para aquele, pertencerá a Portugal! (Caldeira, 1927, p. 1).

Não obstante a ênfase no canto coral, o jornal aproximava-se do modelo típico dos periódicos de música (que caracteriza também *Música* e *A Clave de Sol*), ou seja, publicava notícias e artigos sobre aspectos da vida musical e concertos que se realizavam, dando especial atenção às actividades de grupos corais do Norte do país (Porto, Guimarães, Gondomar, Matosinhos, Espinho, Valadares ou Vila Nova de Famalicão) e de alguns de localidades mais distantes, como Abrantes e Covilhã, e textos diversos referentes a personalidades da história da música (como notas biográficas dos compositores Beethoven, Schubert e Haydn), e artigos sobre colocação e cuidados da voz e interpretação vocal, que estavam directamente ligados com os propósitos e interesses da direcção do jornal e público leitor alvo. Em meados de 1929 passou a publicar críticas a concertos que não eram exclusivamente corais e, em Fevereiro de 1932, foi inaugurada uma rubrica de crónica musical de Lisboa, da autoria de Alfredo Pinto (Sacavém) (escritor e autor de crítica de arte e de música, bastante activo em jornais da capital desde início do século XX). Gradualmente, *Orfeu* alargou as suas áreas de intervenção, o que parece indicar que era um jornal com um número favorável de leitores e que procurava crescer (havendo vendas, há conforto da parte da direcção para explorar novas secções e procurar a colaboração de mais autores). A colecção de *Orfeu* que existe na Biblioteca Nacional de Portugal acaba no número 63, de 15 de Fevereiro de 1933, todavia não há nessa edição qualquer sugestão de que o jornal fosse terminar.

No conjunto da imprensa de música surgida na década de 1920, *Música sacra* (editada em Coimbra) foi um periódico único por se destinar ao estudo e divulgação da música praticada no culto da igreja católica. Reuniu artigos de opinião a propósito do exercício de música em cerimónias religiosas na actualidade, textos sobre música polifónica e uma breve história da música litúrgica; todos os números incluíam um caderno de partituras com peças para coro com acompanhamento de órgão ou harmónio, e para o instrumento a solo, destinadas ao ensino e ao serviço religioso¹². Na rubrica “Sumário e crítica”, assinada por João Policarpo, cada uma

12 Para prestar homenagem a Beethoven no ano em que se assinalou o centenário sobre a sua morte, a edição de Dezembro de 1927 foi inteiramente dedicada ao compositor, publicando artigos sobre a sua fé e um conjunto de peças adaptadas de obras de Beethoven.

das peças publicadas era analisada, contribuindo assim para a faceta pedagógica e interventiva da revista. Esta desempenhava uma função importante numa época em que, como alguns dos seus autores discutiam, era necessário proceder a uma reforma da música usada na igreja, libertando-a de influências de géneros musicais como a ópera italiana, e reaproximá-la do canto gregoriano, contribuindo assim para o renascimento da fé entre as pessoas.

(...) há tempos a esta parte, mudaram o canto da Igreja em canto de palco. Quiseram sensualizar a música e sensualizaram as almas. Sentimentalizaram o canto e ele gerou mórbido sentimentalismo. Ah! a degradação dos costumes que hoje choramos é, em grande parte, devido ao canto pagанизado das igrejas. Queremos mudar os costumes? Mudemos o canto. Queremos espiritualizar as almas? Espiritualizemos a música! Espalhemos, ensinemos, cantemos a música sacra, principalmente na sua forma mais sublime: o desconhecido canto gregoriano (Bernardo, 1927, p. 5).

Era, portanto, uma publicação com um programa bem definido, provavelmente dirigida a um público muito concreto de professores e eclesiásticos. Contudo, estando dependente da licença concedida pelo Bispo de Coimbra, recebeu ordem de encerramento em Maio de 1928. Na origem da decisão terá estado o facto de que algumas das peças editadas terem sido criticadas negativamente, concluindo-se que a revista não estava a corresponder ao desejado. Saiu somente mais um número, para distribuir as partituras que estavam já impressas, com uma explicação do Pe. José da Silva Matos (director de *Música sacra*) sobre a situação e um lamento pelas dívidas que acumulava.

Conclusão

Os jornais e revistas de música que surgiram ao longo da década de 1920 respondem a várias motivações e ambições, pessoais, sociais, culturais, como procurei destacar nos exemplos contemplados. Apesar das características individuais (mais marcada em *Música sacra* tendo em conta a especialização das matérias abordadas nesta revista), estes periódicos seguem um modelo que fora estabelecido anos antes e que se baseava nos eixos de informação, formação e opinião. Tal como aconteceu com publicações idênticas da segunda metade do século XIX e inícios do século XX, a imprensa de música na época em estudo continuava a enfrentar dificuldades de afirmação e de se estabelecer com segurança e longevidade no mercado jornalístico português. Porém, estas publicações continuavam a exercer uma função de relevo, não só na transmissão de novidades e curiosidades, como servindo de meio para debate, recepção crítica de artistas e obras e projecção individual, proporcionando ao mesmo tempo o acesso a partituras novas e a recursos (ensaios biográficos, sobre solfejo e harmonia e interpretação, etc.) para estudo da música.

Referências bibliográficas

- [Branco, L. F.] (1930). A nossa orientação. In *Arte musical*, n.º 1, 1 janeiro.
- Andrade, I. (1989). Edições periódicas de música e periódicos musicais em Portugal. In *Boletim da Associação Portuguesa de Educação Musical*, n.º 62 (Julho-Setembro), pp. 47-50.
- Bernardo. (1927). Qui mutant cantum mutant mores. S. Bernardo. In *Música sacra*, Fevereiro, 5.
- Calado, M. (2020). A imprensa sobre música em Portugal no século XIX. In C. Baptista & J. P. Sousa (Org.), *Para uma história do jornalismo em Portugal*, pp. 83-102. IC-NOVA.
- Caldeira, A. (1927). Pela música! Pelo canto coral! In *Orfeu*, 15 Novembro, 1.
- Castelo-Branco, S. et al. (2010). Periódicos de música. In S. Castelo-Branco (Coord.), *Enciclopédia da Música em Portugal no século XX*, vol. 3. Círculo de Leitores.
- Castro, P. F. & Nery, R. (1991). *História da música portuguesa*. INCM.
- Cid, M. Sobral (2010). Arte musical. In S. Castelo-Branco (Coord.), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*, pp. 76-78. Círculo de Leitores.
- Cunha, M. H. (2003). *Revistas e jornais de música*. Biblioteca Pública de Braga.
- Félix, P. & Silva, J. (2010a). Canção do Sul. In S. Castelo-Branco (Coord.), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*, p. 228. Círculo de Leitores.
- Félix, P. & Silva, J. (2010b). Guitarra de Portugal. In S. Castelo-Branco (Coord.), *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*, pp. 602-603. Círculo de Leitores.
- G. S. (1926). Correio musical: Concerto Fão. In *O Século*, n.º 7, 18 Janeiro.
- Mangorrinha, J. (2013). *Ficha histórica de Música: revista de artes*. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/MusicaRevistadeArtes.pdf>
- Medina, J. (Coord.) (1993). *História de Portugal, Volume XI: A República II*. Ediclube.
- Nascimento, H. (1929). Ópera no Coliseu: Rigoletto. In *O Século*, n.º 6, 26 Abril.
- Pina, I. (2016). *Neoclassicismo, nacionalismo e latinidade em Luís de Freitas Branco, entre as décadas de 1910 e 1930*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Pinto, A. (1928). De música (Crónica semanal). In *Jornal do Comércio e das Colónias*, n.º 2, 6 Abril.
- Pinto, A. (1927a). Tratado de harmonia. In *A Clave de Sol*, n.º 1, 1 Maio.
- Pinto, A. (1927b). Para ler e meditar. In *A Clave de Sol*, n.º 9, 15 Maio.
- Pinto, A. (1927c). Cavaleiro do Graal. In *Música*, Dezembro, pp. 4-5 e 7.
- Silva, M. D. (2005). “La musique a besoin d’une dictature”: *musique et politique dans les premières années de l’État nouveau portugais (1926-1945)*. Tese de Doutoramento apresentada à Université de Paris.
- Sousa, J. & Veloso, L. (1987). *História da imprensa periódica portuguesa: subsídio para uma bibliografia*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Veloso, L. & Sousa, J. M. (1991). *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: 1911-1926*. B.G.U.C.
- Veloso, L. & Sousa, J. M. (2001). *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: 1927-1945*. B.G.U.C.

Periódicos

A Clave de Sol (1927)
Arte musical (1930-1945)
Arte Peninsular (1929)
De Música (1930-1931)
Eco musical (1926-1931)
Folha musical de combate: Pró-arte (1926)
Lyra (1927-1928)
Música (1927)
Música sacra (1927-1928)
Música: revista de artes (1924)
Orfeu: órgão do Orfeon lusitano (1927-1933)
Revista musical (1924)

Capelães do contra — textos de capelães que se opunham à linha oficial em jornais de unidades militares durante a Guerra Colonial

Chaplains out of line — texts written by chaplains that opposed government policies in soldier newspapers during the Portuguese Colonial War

Jair Rattner

ICNOVA — FCSH

jair.rattner@gmail.com

ORCID ID: [0000-0002-7730-2192](https://orcid.org/0000-0002-7730-2192)

Resumo: Durante a guerra colonial portuguesa (1961-1974), grande parte das unidades militares destacadas para as frentes de combate tinham publicações periódicas, normalmente impressas em mimeógrafos, que eram organizados sob o nome de jornais de unidade. No total, são mais de 250 títulos, dirigidos principalmente aos soldados, cuja intenção era a de criar espírito de corpo na unidade e de justificar a sua participação na guerra. No entanto, essas publicações não tinham controlo estrito dos seus conteúdos por parte da hierarquia militar, sendo o comandante de unidade o responsável pela sua edição. Normalmente, entre as várias secções dessas publicações, havia uma coluna assinada pelo capelão da unidade. Acontece que, na década de 1960, após o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica — representando a religião oficial do Estado — experienciava um questionamento interno que resultou no surgimento da Teologia da Libertação. Esse movimento ideológico teve também reflexos entre os capelães militares destacados para as frentes de combate, sendo que muitos desses religiosos assumiram posições contrárias às da linha oficial adotada pela Igreja na metrópole.

Palavras-chave: capelães militares; guerra colonial; história do jornalismo; jornais de unidade; teologia da libertação.

Abstract: During the Portuguese Colonial War (1961-1974), most of the military units positioned in the front had soldier newspapers, normally produced by mimeograph printing. There are more than 250 soldier newspapers that aimed at creating team spirit and justifying their participation in the Colonial War. These publications did not have a strict content control by the military hierarchy, as the unit commander was the sole responsible for the edition. They had no external censorship as the newspapers and magazines published for the civilian population had. Many of these newspapers had, among other sections, one that was written by the unit chaplain. In the 60s, after the Second Vatican Council, the Catholic Church — that was the country's official religion — was experiencing an internal upheaval that resulted in the Liberation Theology. This ideological movement had its consequences among the military chaplains that were in the combat front, as some of them took stances against the official line that was followed by the Catholic Church hierarchy at the Portuguese metropolis. This chapter is about these newspaper columns.

Keywords: military chaplains; Portuguese colonial war; history of journalism; soldier newspapers; liberation theology.

Introdução

A literatura da área indica que os jornais militares constituem uma tradição dos exércitos ocidentais. Segundo Nelson, que usa o termo jornais de soldados (soldier newspapers) o primeiro título registrado teria surgido ainda durante a guerra de independência dos Estados Unidos, tratando-se da South Carolina Gazette, de 1782. Na França, as guerras do final do século XVIII veriam o surgimento dos primeiros jornais, France vue de l'Armée d'Italie e Le Courier de l'Armée d'Italie, de 1796, enquanto entre os alemães e os russos os primeiros registros são das guerras napoleônicas, em 1812 (Nelson, 2014, p. 2). Lutz (1952) indica a existência de jornais durante a Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, e Berkey (2012) indica a existência de publicações para soldados na Guerra Hispano-Americana de 1898, conflito que resultou na independência das colônias espanholas de Cuba e das Filipinas.

Os principais estudos sobre os jornais voltados para soldados incidem sobre as publicações feitas durante a Primeira Guerra Mundial. Nelson indica que não foram encontradas publicações do período da Segunda Guerra Mundial. Ele apresenta a hipótese de que para haver

jornais de soldados é necessário que estes estejam estacionados numa área, o que não aconteceu durante o conflito entre 1939 e 1945, caracterizado pela mobilidade das tropas (Nelson, 2016).

Segundo Seal, que usa a nomenclatura jornais de trincheira (trench journals) o objetivo destas publicações era criar um alinhamento ideológico que justificasse a guerra que os militares estavam travando:

(...) the fundamental role of these extraordinary periodicals was a major reason for the willingness of soldiers to endure the palpable insanity to which they were consigned by forces beyond their control. The low level of refusal to obey clearly suicidal commands and the willingness to submit to, as well as to endure the unendurable remains a resonant question (Seal, 2013, p. IX).

Em Portugal — onde se usa o termo jornais de unidade — apesar de se verificar a existência de centenas de títulos publicados durante a guerra colonial (1961-1974), a bibliografia sobre o assunto é escassa. Mesmo o número real de publicações é uma incógnita. No único parágrafo que trata dos jornais de unidade do catálogo da Biblioteca do Exército — a instituição que detém a maior coleção dos mesmos —, Tengarrinha apresenta o número de 357 jornais (Tengarrinha, 2003, p. 17). No entanto, o número de títulos existentes nessa biblioteca é de apenas 242, sendo que é o principal repositório desses jornais. Muitas publicações podem encontrar-se ainda na posse de militares que combateram na guerra colonial ou dos seus descendentes.

Os jornais de unidade inseriam-se no que era considerado como a ação psicológica voltada para as tropas portuguesas. O seu papel é explicado por Barata:

(...) quanto às ações de natureza psicológica propriamente ditas, verifica-se que, no respeitante à Metrópole, a ação sobre as nossas tropas se revestiu de diversas formas que, com o tempo foram sendo aperfeiçoadas. Citam-se, como exemplo, os Jornais de Unidade, os Centros Informativos, as palestras, as reuniões para apresentação dos Boletins de Informações, os filmes, as gravações, fotografias, cartazes, dísticos, as bibliotecas, as cerimónias militares e, ainda, publicações de vária natureza (Barata, 1988, pp. 388/9).

Ele indica a existência de um roteiro a ser seguido na ação psicológica, com características a serem destacadas e maneiras de se alcançar as mesmas. Assim, seriam seis características desejáveis, com as respectivas formas de incuti-las nos soldados:

- Patriotismo: evocar a grandeza de Portugal no passado, o exemplo do presente e as perspectivas do futuro;
- Individualismo: empregar um tom pessoal;
- Sentido de humor: falar franca e simplesmente, evitar tiradas que possam ser ridicularizadas;
- Amor próprio: desenvolver o espírito de emulação e evitar dar a impressão de que se pretende

- padronizar atitudes;
- Espírito de sacrifício: realçá-lo como atributo honroso, enaltecê-lo para o aproveitar;
- Desejo de amizade e segurança: falar de pai para filho (Barata, 188, pp. 400/401).

Apesar de terem esses objetivos explícitos, esses jornais militares eram de responsabilidade exclusiva dos comandantes das unidades. Sem passar pela censura, não havia um controle antecipado do que era publicado e isso permitiu desvios da linha oficial seguida pelo regime.

Capelães militares

Dentro desses objetivos, grande parte dos jornais de unidades traziam textos dos capelães militares. A colocação sistemática de capelães junto às unidades de combate da guerra colonial é algo que ocorre já a meio do conflito. Um acordo entre a conferência episcopal e o regime previa a criação do Vicariato Castrense e a implantação das capelanias militares a partir de 1967. Os capelães, indicados pelas dioceses portuguesas, teriam de fazer um curso de dois meses, após o qual saiam com o grau de alferes, sendo inseridos nas companhias ou batalhões destacados para as frentes de combate.

O primeiro curso destinado a capelães militares foi realizado na Academia Militar de Lisboa, de 21 de agosto a 17 de setembro de 1967. Incluía um total de 58 sacerdotes e teve como programa temas:

(...) militares, religiosos, sociais, físicos, psicológicos, legislação e virtudes militares, preparando-os para assistirem religiosamente os batalhões que iam para as províncias ultramarinas (Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Timor e Cabo Verde) manter a paz, defendendo a integridade da unidade do território nacional de Portugal (Simões, 2017, p. 11).

No entanto, esse período coincide com as mudanças ocorridas na Igreja Católica após o Concílio Vaticano II. A abertura promovida no enclave realizado entre outubro de 1962 e dezembro de 1965 teve consequências tanto dentro da atuação dos sacerdotes do catolicismo na metrópole assim como entre os que foram destacados para servir como capelães militares durante a guerra colonial. Uma das consequências no âmbito político e religioso foi o surgimento da Teologia da Libertação.

Até este momento, não se encontra bibliografia com um levantamento da história da Teologia da Libertação em Portugal. No entanto, dos quatro nomes mais conhecidos entre os padres portugueses que seguem esta linha — José da Felicidade Alves, Fernando Belo, José Martins Júnior e Mário de Oliveira (conhecido como o Padre Mário da Lixa) — dois deles, os últimos citados, estiveram na guerra colonial e foi durante o conflito que tomaram

consciência de que a Igreja Católica deveria seguir um rumo voltado aos despossuídos.

Num diálogo com o político e filósofo César de Oliveira, fundador do Movimento de Esquerda Socialista, Fernando Belo — que deixou de ser padre, mas foi uma figura de destaque no movimento Cristãos para o Socialismo depois do 25 de abril de 1974 — apresentou a sua visão do papel que a Igreja Católica teve na guerra colonial. A gravação desse diálogo foi transcrita em livro:

Voltando à Igreja, o que se passou, portanto, foi que ela teve de fazer uma recuperação lenta da burguesia, ou pelo menos de parte da burguesia, que se manifestou como conseguida nos anos 50, e até nomeadamente com os célebres cursilhos de Cristandade, e, por outro lado, justamente numa época em que essas fissuras que o salazarismo ia abrindo sucessivamente, obrigaram a que a religião viesse a aproximar-se muito mais da ideologia salazarista. Aí, a guerra colonial veio evidentemente obrigar a um salto para a frente, na medida em que Fátima, os capelães militares e tudo isso vieram funcionar como um cimento ideológico que permitiu a sobrevivência do salazarismo nos últimos anos, nos anos 60 (Oliveira e Belo, 1975, p. 37).

O caso do padre Mário de Oliveira é exemplar. Num livro que publicou sobre a sua experiência na frente de combate durante a guerra colonial, relatou que, quando foi destacado, o que distinguia a sua posição era de levar a palavra de Deus a todos as pessoas, independente de que lado do conflito se encontravam. Considerava-se uma pessoa sem uma posição política a respeito da guerra. Bastou um mês na Guiné-Bissau, onde viu torturas, abusos sexuais por parte dos oficiais portugueses, massacres dos guineenses sendo comemorados pelos soldados para mudar de posição. No livro, em que transcreve o seu diário da época, conta a conclusão a que chegou em 27 de dezembro, 46 dias depois de desembarcar na África:

Estive com curiosidade a verificar os últimos boletins informativos das Forças Armadas. Encontrei-os afixados no refeitório das Praças. E lá é que pensei: afinal, quem está a ser mais terrorista na Guiné são as nossas tropas! E esta conclusão assustou-me. Em número, constavam, no período de uma semana, 62 mortos que fizemos (este plural incomoda-me! mas é a Nação) e sofremos apenas sete! As nossas tropas matam sempre mais, segundo as notícias oficiais. E destroem mais. Os bombardeios, quando saem, desfazem áreas grandes de terreno, de tabancas, de plantações. E a artilharia pesada também faz grandes estragos. (...) Parece que a Tropa só existe para destruir! Assim, quem é o verdadeiro terrorista? E uma Paz, à força de armamentos e de força, não é Paz. É terror: a Paz só existe, quando as condições de vida humana existirem (Oliveira, 1995, p. 74).

Em janeiro de 1968, ele foi retirado da capelania e dois meses depois embarcado num avião de volta para Portugal. Ele foi expulso do exército a 8 de março de 1968.

Não foi o único a ter reações negativas à forma como os militares agiram durante a

guerra colonial. Numa crônica publicada na revista *Sábado*, o escritor António Lobo Antunes relata a situação vivida pelo capelão da sua companhia durante a luta em Angola:

O capelão do meu Batalhão em África (Angola) era um pobre jesuíta que se queixava das instruções que o obrigavam a fazer apologia do colonialismo em nome de Deus, e não tenho a menor dúvida de que Jesus o cuspiu da sua boca. Porque não pede perdão por ter afastado tanta gente da Virtude com as suas atitudes, as suas homilias, até com a utilização ignóbil das pobres crianças de Fátima a quem Nossa Senhora pediu em português (que outra língua saberiam elas?) para rezarem pela conversão da Rússia comunista, elas que nem sabiam o que o comunismo queria dizer, manobradas sem vergonha pela hierarquia eclesiástica. O que terá sofrido o nosso capelão (“Tenho de fazer isto, tenho de fazer isto”, dizia ele), obrigado a louvar a guerra santa, obrigado a prometer o Paraíso aos nossos mortos, criaturas inocentes condenadas a dois anos e tal de um sofrimento injusto? (Antunes, 2017).

Textos de capelães nos jornais das unidades

A maior parte dos textos de capelães seguia a linha política do Estado, defendendo a guerra e o edifício ideológico que a justificava. Exemplo disso é este trecho de um artigo de Natal na Guiné-Bissau:

Ainda há dias dizia eu em Tite que, D. Nuno Alvares Pereira era um guerreiro que sabia fazer a guerra quando lhe era necessário, mas ele amava a paz, e o nosso militar, filho daquele povo tão português, tão pacífico, tão ordeiro, não pode alimentar no seu coração sentimentos de animosidade, de ódio, de luta, de guerra, não!, nós somos fundamentalmente um povo pacífico, e amamos a paz. Mas quando vemos valores em perigo como é a Pátria, sabemos como ninguém fazer uma guerra, ou defendermo-nos (*O Santo* [23], 1970, p. 5).

Num jornal da Guiné-Bissau, o padre Nazário de Carvalho procurava justificar o dar a vida pela manutenção da colônia:

Tenhamos, no entanto, presente o exemplo dos nossos antepassados que vieram em circunstâncias muito piores descobrir mundos e mares, dilatar a Fé e o Império! E foi assim que Portugal, pequeno de corpo mas grande de alma, implantou no mundo um Império grandioso, tão grandioso que está a ser vítima da cobiça alheia! É contra essa cobiça que nós lutámos, lutamos e lutaremos guiados por um ideal patriótico. Não consentiremos que outros venham arrebatam parcelas sagradas do nosso Portugal uno e indivisível. Não serão em vão os nossos suores e canseiras!... Não queremos que a História nos acuse de cobardes e traidores. Pelo contrário, o soldado português foi, é

e será militar de heroicas tradições. A nossa Pátria não se pode negociar! A herança legada pelos nossos antepassados tem que ser intacta (*Nova Vida*, s/n, Guiné-Bissau, B. Caç. 697, 1965, p. 3).

Por vezes, os capelães procuravam interpretar o momento em que se vivia, explicando a origem da revolta da juventude naquela época, como indica o texto abaixo:

Um adolescente explicava a um camarada: “– Porque sou assim? É muito simples. Há um minuto vi sair do bar X um estudante. Tirou do bolso um maço de cigarros americanos. Acendeu um, tirou duas fumaças e atirou fora o cigarro quase inteiro. Pois bem! É mais forte do que eu! Tinha vontade de lhe partir a cara...” Temos um jovem operário que vive sem dinheiro e mora numa barraca, numa das tantas flores que adornam os jardins marginais de tantas cidades. Diante dele, a extraordinária facilidade da vida de certos estudantes que não têm tempo de assistir às aulas, pois a menina de cabelos loiros, caídos sobre os ombros necessita de apoio e carinho. Além disso, este jovem operário, alguma que outra vez, ainda consegue alguns patacos para assistir a certos filmes que lhe ensinam golpes magistrais de violência, que ele tenta experimentar nos bancos mais guarneceados e nos bolsos recheados de alguns ilustres cavalheiros (*A Alma da Raposa* [4], 1970, pp. 14-15).

Alguns, ao procurarem o caminho para entender o seu papel, apresentavam uma visão confusa do que pretendiam na sociedade. É o caso, por exemplo, do alferes capelão Costa Faria, que escreveu este texto publicado em 1972:

Quem és tu?

O tempo passa, o homem vai ficando...

Nesse tempo que lhe é permitido viver, o homem tem a obrigação grave de o aproveitar, para viver com intensidade, alegria, coragem em proveito próprio e dos outros.

Mas, ao relancearmos os nossos olhos pela diversidade das pessoas, entramos os:

a) Desanimados: para esses a vida nada diz. E então cruzam os braços numa atitude passiva, de que nada se poderá modificar. A vida para estes é desprovida de beleza, de esperança, de alegria, de felicidade, de amor...

b) Revoltados: Para estes a vida é um sacrifício contínuo. Só os fazem sofrer, só os deprimem e oprimem; sentem-se então ofendidos com todas as atitudes que os outros possam tomar. Daqui surge um mal estar que os leva a dizer mal de tudo e de todos; a dizer bem só de movimentos revolucionários, mas afastando-se deles para não se comprometerem. Os outros, para estes, não valem nada. Surgem-nos então a categoria daqueles que desdenham continuamente de tudo.

Para estes a vida não passa dum vale de lágrimas onde tudo é mau; não procuram nunca descobrir o lado bom dessa mesma vida. E mais grave ainda é que, dizendo mal de tudo, revoltando-se a todo momento, nunca procuram fazer algo para melhorarem as coisas. É fácil destruir, mas muito difícil construir...

c) Revolucionários: São aqueles que entendem que a vida tem algo de belo e que é preciso tirar os podres, afastar os maus, dissipar as tempestades, diluir os mal-entendidos, construir enfim um mundo melhor.

Não os considero aqui, como se fossem uns cobardes que à sombra das trincheiras, com bombas ou explosivos vão destruindo tudo o que lhes aparece; mas sim, revolucionários: aqueles que não se contentam com a situação das coisas, aqueles que querem melhor, mas sem ofender os outros, sem os querer afastar, mas procurando que os outros como estes possam ter esperança nesse tal mundo melhor (*Olho Vivo* [2], 1972, p. 11).

Um caso em que o capelão apresentava uma posição contrária ao que se pretendia do jornal é o deste texto do Padre Gomes Marques. Em vez de apelar ao individualismo, procurava estimular a solidariedade e a cooperação:

Perante qualquer catástrofe ou acontecimento infeliz imediatamente se gera um movimento de solidariedade. Qual será o autêntico sentido desta realidade? Tratar-se-á dum mero (embora belo) sentido romântico, ou será um movimento de rebanho que conjuga os homens numa massa mais ou menos inconsciente? A solidariedade aparece-nos muitas vezes como outra e outra coisa, mas eu penso que ela deve ser uma realidade diferente e mais profunda. Não pretendo fazer jogo de palavras, mas apetece-me comparar a solidariedade com solidez. À primeira vista, solidariedade evoca a ideia de que o homem só encontra a sua solidez e a sua segurança quando em grupo, quando se sente rodeado. (...) Trabalhar para os outros pensando nos outros, é trabalhar para o futuro, é esperar que os outros possam vir a aproveitar o nosso trabalho (*Caçadores do Sul* [1], 1969, p. 11).

Num texto sobre o movimento hippie, o capelão da Companhia de Caçadores 2703, de Moçambique, posiciona-se a favor da aceitação da rebeldia dos jovens:

Para quê subjugar os movimentos de jovens como hippies? Para quê criticar as suas cabeleiras, as suas atitudes no dizer de velhos, “inconscientes”, mas espontâneas e ávidas de tudo o que lhe não ensinaram? Para quê mostrar-lhes as impurezas, integrá-las numa sociedade onde reina o egoísmo e a inveja, se lhes têm tanto para dar, se o que se deseja é preparar a fé e a justiça que afinal é o que falta para um mundo melhor? Há!... como é belo ser jovem!... Por que não amar as flores, a natureza, a vida em comum, os sons musicais, os hippies, as grandes cabeleiras, enfim um mundo de coisas que encontramos a cada passo? Tentem compreendê-los, mostrar-lhes confiança e então verão o progresso a par dos povos, a igualdade de raças (*A Picada*, 1972, p. 11).

Numa indicação de que o movimento da juventude que começou nos Estados Unidos posicionando-se contra a Guerra do Vietnã e espalhou-se pelo mundo estava presente no imaginário dos soldados que lutavam na guerra colonial, o capelão Mário Pires, do Batalhão

de Cavalaria 3882, de Angola, traz uma visão de Cristo que não combina com a imagem que a hierarquia procurava passar:

(...) Espalharam por várias cidades americanas um poster com os seguintes dizeres:

PROCURA-SE

Jesus Cristo, que também se chama O Messias ou O Filho de Deus. Acusado de dirigir um movimento clandestino para a libertação do povo, de prática ilegal da medicina, fabricação de vinho, associação com criminosos, prostitutas, subversivos. Veste-se como um Hippie.

CUIDADO, O HOMEM É PERIGOSO! (*Papoila Azul* [1], 1973, p. 10).

No número 14 desse mesmo jornal, dois meses antes da revolução que trouxe a democracia a Portugal, o padre Mário Pires falava sobre o Ano Santo, colocando ênfase na libertação dos escravos:

A Humanidade desde as suas origens constitui um Todo Único, uma só família a perscrutar o universo e a caminho da Libertação. (...) Reconciliar é ultrapassar barreiras que dividem os homens, sejam de que espécie forem: de raça, de cor, de fronteiras, económicas, ideológicas, políticas, de cultura, de religião, etc. Para lá de todas as diferenciações secundárias que possam existir entre os homens, há uma igualdade fundamental, uma identidade comum — todos somos Homens e imagens vivas de Deus —, embora algumas muito distorcidas (*Papoila Azul* [14], 1974, p. 4).

Num texto publicado em 1970, não apenas o capelão da C. Caç 2601 cita Paul Ricoeur — um filósofo que reconhecia a importância de Marx no questionamento da realidade — como procura a justificação de uma posição não conformista da juventude, afirmando uma ligação com a Rússia, como cita a inquietação da juventude:

Juventude de Hoje

(...) O grande sociólogo francês P. Ricoeur, na sua obra “L’École des Parents”, faz retornar aos anos de 1929-1935, as tendências de pensamento que “irromperão claramente no nível da juventude de 1945 e que se caracterizarão por uma revolta contra as fachadas e os ideais, o gosto de responsabilidade e do compromisso, o senso agudo da veracidade e do facto”. (...) Na década de 60-70, a juventude prossegue nesta linha buscando estruturas fortes de apoio à justiça e sinceridade para desmascarar hipocrisias. Duas correntes evidentes aparecem à simples observação do “fenómeno-juventude”. Uma, insistindo sobre uma forte ideologia geradora de acção que se desenvolve a partir das leis da evolução (juventude russa). Outra, mais humana, insistirá sobre a alegria de viver, a euforia do conforto, a cordialidade das relações interpessoais (juventude americana) (*A Alma da Raposa* [2], 1970, pp. 15, 18, 20).

Poderá ter ocorrido um desenvolvimento em que, a partir das preocupações dos jovens com a guerra, ocorre a construção de uma linha ideológica que se volta para a forma como a sociedade está organizada. Exemplo disso é este caso, em que o capelão busca falar das desigualdades sociais e como isso tem reflexo na prática religiosa, apresentado no jornal *O Archeiro*:

Houve cristãos que foram habituados a pagar as penitências (porque muito ricos) que ainda hoje a descendência deles fica muito escandalizada se ao apresentarem-se para fazer tal pagamento os padres recusam. No entanto, foram sempre esses que apontavam no seu farisaísmo, outros cristãos que não cumpriam com certas normas externas. Quem terá coragem de incriminar moralmente o operário subalimentado das nossas terras por não fazer jejum num dia de trabalho fatigante? — Só aquele que está todo o dia sentado, ou aquele que nada faz, e apesar disso come bem (*O Archeiro* [13], 1974, p. 3).

Em 1974, por ocasião da Páscoa, o capelão do Batalhão 4211, em Moçambique, referiu-se ao Antigo Testamento para descrever a festa como uma cerimônia de libertação:

A Páscoa cristã recorda os acontecimentos sucedidos na história da sua salvação, à semelhança e nos dias em que o povo eleito comemoraria a sua própria libertação — a libertação do cativo do Egito, a passagem do Mar Vermelho a pé enxuto, a caminhada através do deserto, a aliança com Deus e a entrada na terra prometida. (...) Com a sua Paixão, Morte e Ressurreição realiza uma nova libertação, não já do povo Egípcio, mas sim do jugo do pecado. (...) Nesta perspectiva a vida torna-se um permanente mistério pascal em que todos os esforços de conversão, renovação, luta pela liberdade, verdade, esperança, alegria, paz, justiça, amor são associados ao gesto redentor e libertador de Cristo para contemplar em cada homem aquilo que Ele mereceu por todos (*O Duro* [2], 1974, pp. 7-8).

Entre os textos disponíveis, o capelão que vai mais longe na linha contrária ao regime talvez seja este do jornal *O Foguetão*. Na coluna “O Farol da Vida”, ele afirma:

Eles [os jovens] querem um mundo novo, um mundo diferente. Lutam por ele. Nem sempre da melhor forma, é certo. Não desistem, porém, de com suas atitudes “pôr em cheque” uma sociedade de consumo, caótica e pôdre. Como que se sentem enojados por lhe pertencerem. Como se sentem angustiados por tanta hipocrisia e desrespeito pela pessoa humana. São, por isso, contestadores. Contestam à sua maneira esta sociedade velha que os homens criaram; este mundo pestilento de valores invertidos; esta sociedade terrena nauseabunda que está longe de ser morada digna do homem. Eles contestam porque, no fundo, querem dar ao homem-pessoa o seu verdadeiro lugar. (...) Sim, Jesus Cristo não foi aquele que se conformou com o mundo em que viveu mas nele depositou, através de palavras e gestos, verdadeiras sementes de revolução. E o seu impulso renovador

continua vivo. Ele continua a desencadear “crises”. É ainda hoje pessoa “suspeita” para os grandes do mundo. “Creio — diz o marxista Garaudy — que dada a maneira como os cristãos vivem o seu cristianismo, sobretudo desde o Vaticano II, já não é possível dizer que o cristão é revolucionário apesar de crente, mas precisamente revolucionário porque crente. Assim, tenho que admitir que a fé não é um ópio mas um fermento de acção” (*O Foguetão* [12], 1972, pp. 3-4).

Conclusões

Ainda que este estudo tenha sido sobre um corpus incompleto dos jornais de unidade, é possível verificar a existência de fissuras no edifício ideológico do Estado. Vários dos capelães enviados para dar um contributo no alinhamento dos soldados com os objetivos do Estado na guerra desviaram-se desse caminho. A guerra colonial acabou por fazer com que esses capelães colocassem em xeque a posição assumida pelo Estado e pela hierarquia da Igreja Católica no conflito.

Perante isso, uma hipótese a ser explorada é a de que o processo que gerou a consciência nos militares de que era necessária uma mudança do regime — o que gerou a revolução de 25 de abril de 1974 —, tenha tido um desenvolvimento paralelo entre vários dos capelães militares na frente de combate.

Referências bibliográficas

- Alves, J. F. (1970). *É preciso nascer de novo*. Edição do autor.
- Antunes, A. L. (2017). Isto não é uma crónica, é um vómito de indignação, In *Visão* (1266). <https://visao.sapo.pt/opiniaoponto-de-vista/2017-06-15-isto-nao-e-uma-cronica-e-um-vomito-de-indignacao/>
- Belo, F. (1975). *Uma leitura política do evangelho*. Multinova.
- Berkey, J. (2012). Splendid Little Papers from the “Splendid Little War”: Mapping Empire in the Soldier Newspapers of the Spanish-American War, In *The Journal of Modern Periodical Studies*, n.º 3 (2), pp. 158-174. <https://doi.org/10.5325/jmodeperistud.3.2.0158>
- Lutz, E. (1952). Soldier Newspapers of the Civil War, In *The Papers of the Bibliographical Society of America*, n.º 46-4, pp. 373-385. <https://www.jstor.org/stable/24298547>
- Nelson, R. L. (2014). Soldier Newspapers”, in *International Encyclopedia of the First World War*. <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-soldier-newspapers-2014-10-08.pdf>
- Nelson, R. L. (2016). *Escape from Total War: British, French & German Soldier Newspapers*. www.youtube.com/watch?v=H8_IYF-17A
- Oliveira, C. e Belo, F. (1975). *Portugal — Cristianismo e Revolução Socialista*. Bertrand.
- Oliveira, M. (1970). *Encontro — alguns aspectos da religião tradicional discutidos pelo povo de Maceira da Lixa*, 3ª ed, Afrontamento.
- Oliveira, M. (1973). *Chicote no templo — pedaços de Evangelho proclamados, aqui e ali*. Edição do autor.
- Oliveira, M. (1974). *Evangelizar os pobres*. Figueirinhas.
- Oliveira, M. (1976). *Nascer de novo — ensaio de catequese libertadora*. Afrontamento.
- Oliveira, M. (1995). *Como fui expulso de capelão militar*. Edições Margem.
- Oliveira, M. (2008). *Homilias da Paz*. Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.
- Rattner, J. (2020). “O satírico na imprensa das unidades militares durante a guerra colonial”, in Baptista, C. e Sousa, J. P. (org.), in *Para uma história do jornalismo em Portugal*, pp. 205-224. Livros ICNOVA.
- Seal, G. (2013). *The Soldier's Press — trench journals in the first world war*. Palgrave Macmillan.
- Simões, A. F. G. (2017). *O Capelão Militar — Subsídio para a história da Igreja em Portugal*. Edições Paulinas.
- Simões, A. F. G. (2018). *O Padre Capelão — Subsídio para a história da Igreja em Portugal*. Edições Paulinas.
- Tengarrinha, J. (2003). Um trabalho pioneiro na comunicação militar, In Soares, A. R. (dir.), *Catálogo da Biblioteca do Exército*. Biblioteca do Exército
- Valente, B. (1975). *Os cristãos e a esquerda*. Multinova.

Jornais de unidade

- A Alma da Raposa* (1970/71). Companhia de Caçadores 2601, Angola.
- A Picada* (1972). C. Caç. 2703, Moçambique.
- A Voz dos Dembos* (1966). Com. Agr. 1972 na RMA Angola.
- Acção* (1970/71). BART 2900, Angola.
- Alfa 124* (1973). Hospital Militar de Luanda, Angola.
- Anatomia das Sombras* (1971/72). C. Caç. 3342, Angola.
- Baluartes* (1971/72). Cmd. Sec. do Bié, Angola.
- Boletim Informativo do BCAA* 4511 (1973). B. Caç. 4511, Angola.
- Básico* (1972). B. Caç. 3841, Angola.
- Caçadores do Sul* (1969). B. Caç. 2874, Angola.
- Cavalo Branco* (1972/73). B. Cav. 3862, Angola.
- Nova Vida* (1965). B. Caç. 697, Guiné-Bissau.
- O Águia Negra* (1965/67). B. Caç. 1867, Angola.
- O Antílope* (1963). C. Caç. 103, Angola.
- O Arado e a Espada* (1970/74). OPVDC, Angola
- O Arqueiro* (1972/74). Batalhão 3879, Angola.
- O As de Espadas* (1970/71). B. Cav. 2899, Angola.
- O Barrote* (1966/73) Agrupamento de Engenharia de Angola.
- O Bastião*. (1973) B. Caç. 5012, Angola.
- O Camuflado* (1968). Bart 1881- Cart 1511, Moçambique.
- O Duro*. (1973/74) Batalhão 4211, Angola.
- O Foguetão* (1972). B. Art. 3861, Angola.
- O Parafuso* (1972/73). Grupo Cultural e Desportivo do SMA, Angola.
- O Santo* (1969/70). Companhia de Polícia Militar 2537, Guiné-Bissau)
- Olho Vivo* (1972). B. Caç. 3842, Moçambique.
- Papoila Azul* (1973/74). B. Cav. 3882, Angola.
- Perfil* (1972). Bat. Caç. 3839, Angola.
- Qui Ma Cha Ma* (1974). B. Cav. 8422, Moçambique.
- Sentinela do Equador* (1965/66). Companhia de Caçadores de S. Tomé, São Tomé e Príncipe.
- Quissonde* (1972). B. Caç. 3838, Angola.
- Troar* (1972). B. Tr. 522, Angola.
- Zé Povinho* (1968). Bat. Caç. 1935, Moçambique.

Comandos numa encruzilhada como o 25 de abril foi apresentado na revista da escola de comandos em Angola

*Commandos at a crossroad: how the April
1974 Revolution was presented by the Angola
Commandos Training Center magazine*

Jair Rattner

ICNOVA — FCSH

jair.rattner@gmail.com

ORCID ID: [0000-0002-7730-2192](https://orcid.org/0000-0002-7730-2192)

Resumo: A maior parte das unidades militares destacadas para os territórios de combate durante a guerra colonial portuguesa (1961-1974) tinha publicações internas. Descritas na literatura internacional como jornais de soldados (soldier newspapers) ou jornais de trincheira (trench journals) e em Portugal denominados imprensa das unidades, este tipo de publicações tinha como objetivo criar espírito de corpo, justificar a guerra e dar aos soldados alguma informação sobre o que estava a ocorrer na metrópole e no mundo. Em Angola, o Centro de Instrução de Comandos também teve a sua revista, com o nome *Comandos*, impressa, com apenas 12 edições. A última delas foi em maio de 1974, sendo uma das poucas publicações militares após a Revolução dos Cravos. Editada por e dirigida à elite dos soldados do exército português, a força mais disciplinada de defesa do país e do regime, uma leitura da última edição desta revista mostra a perplexidade ante os acontecimentos na metrópole. Por um lado, traz uma descrição factual de seis páginas dos acontecimentos da revolução em Lisboa. Por outro, dedica duas páginas à sua interpretação, com a cópia de uma entrevista que Marcello Caetano deu a um jornal brasileiro, a reprodução de uma entrevista do ex-presidente brasileiro Jânio Quadros a uma revista brasileira em que este atribui a guerra colonial à teimosia de Salazar, que não quis negociar com as forças guerrilheiras, e citações de uma entrevista do líder socialista Mário Soares à revista norte-americana *Time*. Além disso, em outras páginas da revista nota-se uma modificação do tom político. Se no número anterior da revista tinham sido publicados poemas que glorificavam o sacrifício dos soldados que davam a vida pela pátria, na última edição da revista *Comandos* aparece um poema mencionando direitos humanos e liberdade.

Palavras-chave: comandos; guerra colonial; imprensa das unidades; revolução de 25 de abril.

Abstract: *Most of the military units positioned at the combat front during the Portuguese Colonial War (1961-1974) had soldier newspapers. These publications aimed at creating team spirit, justifying the participation in that war and bringing to the soldiers some news about what was happening in the metropolis and the world. In Angola, the Comando Training Center also had its magazine, named Comandos, with only 12 editions. The last one was published in May 1974, and it was one of the few soldier newspapers that was published after the 1974 Revolution. Having as its target audience the most disciplined soldiers of the Portuguese Army, the last edition shows a perplexity in face of what was happening at the Portuguese metropolis. Along with a 6-page thorough description of what happened during the revolution, the magazine publishes two pages of articles trying to explain it, with an interview with the former prime-minister Marcello Caetano to a Brazilian newspaper, reproduces an interview of the former Brazilian president Jânio Quadros in which he blames Salazar for the colonial war because he did not accept to negotiate with the guerillas, and quotes of an interview of the Socialist leader Mário Soares to the Time magazine. In the other pages of the Comandos the change in the tone of the last edition is evident. For instance, if on the other months there were poems glorifying the soldiers that gave their life for the country, in the last one there is a poem mentioning Human Rights and freedom.*

Keywords: *commandos; Portuguese colonial war; soldier newspapers; April 1974 revolution.*

Introdução

Jornais militares foram incluídos como parte instrumento de alinhamento ideológico exigido aos soldados durante a guerra colonial. Era necessário que estivessem em sintonia com a possibilidade de morrer para que o território ultramarino dominado pelo Estado português pudesse ser mantido. Publicados por unidades militares destacadas para as frentes de combate — situação em que estavam longe das comissões responsáveis pela censura —, ocorre que nem todos os jornais estavam alinhados com a política oficial do governo para a guerra.

Aqui trata-se de uma publicação diferente, a revista *Comandos*. Criada dentro do Centro de Instrução de Comandos de Angola, era voltada para o grupo militar mais disciplinado

do exército português. Há outras características que distinguem esta revista dos jornais de unidade normalmente publicados. Em primeiro lugar, não era uma unidade militar destacada para a frente de combate, mas um centro de formação de combatentes especiais. Em segundo lugar, trata-se de uma revista impressa e não de um pequeno jornal mimeografado em folhas de tamanho A4 (houve ainda alguns jornais de parede que eram manuscritos, normalmente afixados na messe). E, por fim, era voltado não apenas para os soldados que recebiam instrução para se tornarem comandos, mas pretendia abranger comandos já formados e colocados em outros teatros de operações.

Trata-se de uma das poucas publicações militares da guerra colonial que teve um número publicado após a revolução de 25 de abril. Assim, foi possível verificar a mudança que ocorreu tanto a nível do conteúdo, como de imagem.

Publicações militares

A revista *Comandos* encontra-se inserida no que em Portugal recebeu a designação de jornais de unidades, referindo-se às unidades militares — normalmente batalhões e companhias — que estavam destacadas para a frente de combate. Nos seus estudos sobre as publicações da Primeira Guerra Mundial, Nelson (2014 e 2016) denomina estas publicações como “soldier newspapers” (jornais de soldados), ao passo que o australiano Seal (2013) utiliza o termo “trench journals” (jornais de trincheiras).

A avaliação que Seal faz do objetivo dos jornais militares publicados durante a Primeira Guerra Mundial pode ser estendida à imprensa das unidades militares portuguesas da guerra colonial (1961-1974):

This book argues that the fundamental role of these extraordinary periodicals was a major reason for the willingness of soldiers to endure the palpable insanity to which they were consigned by forces beyond their control. The low level of refusal to obey clearly suicidal commands and the willingness to submit to, as well as to endure the unendurable remains a resonant question (Seal, 2013, p. IX).

Na definição que apresenta, Seal procura definir o que ele chama de jornais de trincheira e o âmbito do seu funcionamento. Segundo afirma, a existência de publicações não enquadradas pela hierarquia militar era consequência da própria situação do conflito:

(...) the scale of war, the difficulty or even the impossibility for some of getting home for leave and the intense level of military control imposed both on civilians and soldiers engendered a very different mode of communication. The trench press evolved as a form of communal public expression that operated within, but rarely as part of, the official frameworks of authority (Seal, 2013, pp. 1-2).

Na análise que fez da forma como são escritos os jornais militares, Nelson considera que estes têm uma linguagem que se assemelha a um jornal de clube, pela proximidade das vivências entre quem escreve e o seu público: “Both the authors and the readers were members of the same club, away from home, every one of them familiar with the threat of mortal danger.” (Nelson, 2014, p. 2)

Em Portugal, os jornais de unidade inseriam-se no que era considerado como a ação psicológica voltada para as tropas portuguesas. Tinham um papel complementar aos estágios e cursos para formação de especialistas e instrução de quadros:

(...) quanto às ações de natureza psicológica propriamente ditas, verifica-se que, no respeitante à Metrópole, a ação sobre as nossas tropas se revestiu de diversas formas que, com o tempo, foram sendo aperfeiçoadas. Citam-se, como exemplo, os Jornais de Unidade, os Centros Informativos, as palestras, as reuniões para apresentação dos Boletins de Informações, os filmes, as gravações, fotografias, cartazes, dísticos, as bibliotecas, as cerimónias militares e, ainda, publicações de vária natureza (Barata, 1988, pp. 388-9).

As estruturas militares estabeleciam uma linha de orientação para a ação psicológica durante a guerra. Havia um roteiro do que deveria constar da guerra psicológica, que se encontra na tabela abaixo:

Tabela 1
Objetivos da ação psicológica

Características	Consequências
Patriotismo, vivo ou latente	Evocar a grandeza de Portugal no passado, o exemplo do presente e as perspectivas do futuro.
Individualismo	Empregar um tom pessoal.
Sentido de humor e ironia	Falar franca e simplesmente. Evitar tiradas que possam ser metidas a ridículo.
Amor próprio	Desenvolver o espírito de emulação e evitar dar a impressão de que se pretende “standartizar” atitudes.
Espírito de sacrifício	Realçá-lo como atributo honroso, enaltecê-lo para o aproveitar.
Desejo de amizade e segurança	Não recear o ridículo, por falar como de pai para filho.

Fonte: Barata et al., 1988, pp. 400-401

Ainda que nem todas as publicações a seguissem, havia uma ementa completa a respeito dos temas a serem abordados:

1. Portugal é uma grande Nação e, por isso mesmo, respeitada. Os que falam em independência desejam, afinal, “dividir para reinar”.
2. Ser independente é ser governado por portugueses, ter um Exército constituído por portugueses e obedecer a leis exclusivamente portuguesas. Comparar com o Congo ex-belga.
3. O Exército está em Angola para garantir a segurança de todos os cidadãos, de qualquer raça, e não para defender privilégios ou para permitir injustiças.
4. O Exército está em Angola para garantir a segurança de todos os cidadãos de qualquer raça contra os que ameacem a paz. A todos protege por igual, sem distinção de raças ou de classes.
5. Ser branco não concede privilégios especiais. É-se branco por nascimento e não por mérito próprio, e os privilégios, independentemente de raças, conseguem-se mercê das qualidades morais e intelectuais de cada um. A Lei, porém, obriga igualmente a todos, brancos, pretos ou mestiços.
6. Ter nascido preto ou mestiço não é uma desonra. O português branco aceita no seu meio e respeita todo o português de outra cor. A Lei em Portugal é igual para todos, independentemente da raça.
7. Quando afirmamos que Angola é uma Província Portuguesa não queremos significar que os portugueses brancos queiram tomar posse de todas as terras e de todas as riquezas. Brancos, pretos e mestiços têm todos os mesmos direitos e deveres. Angola é de todos (Barata et al., 1988, pp. 403-404).

A criação do Centro de Instrução de Comandos

Pode-se afirmar que a existência de comandos em Portugal está ligada à guerra colonial. Cann relata que a proposta inicial foi apresentada por uma pessoa que se apresentava como um jornalista franco-italiano, Cesare Dante Vacchi. Vacchi, que tinha sido um sargento da Legião Estrangeira na Indochina e cobriu as operações militares francesas na Argélia, foi para Angola a serviço da revista francesa *Paris-Match*.

Ele começou a passar a maior parte do seu tempo no quartel-general do B. Caç. 280, próximo à localidade [de Nóqui], onde criou laços de amizade com os oficiais e soldados do batalhão. Desde a primeira oportunidade, apresentou sugestões quanto à forma de combate às ações de contrainsurgência — técnicas geralmente desconhecidas por parte dos militares portugueses. Ao tornar-se mais fluente em português, passou a oferecer instrução mais sofisticada baseada não apenas na forma de combater, mas, mais importante, na preparação psicológica que permitia aos soldados dominarem rapidamente a confusão dos combates (Cann, 2016, p. 5).

Teria sido por proposta de Vacchi que foi criado o primeiro curso de formação de comandos, sendo que ele, apesar de ser um civil e estrangeiro, foi indicado como instrutor dos soldados portugueses:

A partir do sucesso das suas sugestões, ele afirmou que poderia treinar um grupo de militares em menos de um mês. Os êxitos alcançados pelos treinados por Vacchi foi responsável pela decisão de se criar um centro de formação de comandos, que começou a funcionar a partir de setembro de 1962. Segundo Cann, teria sido Vacchi que estabeleceu os critérios de seleção para os candidatos a essa tropa especial (Cann, 2016, p. 7).

Vacchi foi reconhecido como quem propôs a formação dos comandos por Cann, Rainho (2017) num artigo de jornal, e até Oliveira (2017). Sobre a proposta da criação destas tropas especiais, Oliveira reconhece: “É interessante notar que já um civil tinha feito uma recomendação semelhante”. (Oliveira, 2017, p. 43). Neste caso, trata-se de uma referência sem nomear Vacchi, que, posteriormente é citado apenas como Dante Vachi (Oliveira, 2017, p. 46), ao referir-se aos instrutores do primeiro curso de comandos português.

No entanto, no relato oficial das campanhas africanas do exército português, a *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* o nome de Cesare Dante Vacchi é omitido:

As primeiras experiências deste tipo de forças foram realizadas em Angola, já em 1962 (depois de se ter gorado a formação de um Centro de Instrução para Missões Especiais em Cabinda), com base em voluntários. (...) As referidas experiências em Angola levaram à criação do Centro de Instrução de Comandos de Angola (CIC/Angola) já com sede fixa e aquartelamento adequado (Barata, 1988, p. 330).

Além das táticas de combate contra aguerrilha e outras formas de insurgência, a disciplina e o alinhamento ideológico eram o centro da formação dos comandos. Tanto que o Código Comando apresenta, em seu primeiro ponto:

O “COMANDO” ama devotamente a sua Pátria, estando sempre pronto a fazer por ela todos os sacrifícios. Constante exemplo de energia, de amor ao trabalho, de dedicação e de lealdade aos chefes não discute as ordens que recebe, não admite nem reconhece embaraços ou resistências à sua integral execução. (...) O caráter, a lealdade, a fidelidade, a obediência e a determinação são virtudes inalienáveis do “COMANDO”. Sejam quais forem os seus dotes de saber, o “COMANDO” que as não possua ou as despreze deve ser inexoravelmente privado do seu título (Nunes, 2013, p. 37).

A revista do CIC

A revista *Comandos* não foi a única publicação do Centro de Instrução de Comandos de Angola. Na Biblioteca do Exército encontram-se vários exemplares do jornal de unidade *Zé Comando* (cota 35.494), mimeografado de tamanho A4 (210 x 297 mm). Há quatro números, de 1965 e 1966, sendo que nos jornais de 1965 aparecem a indicação Ano III n.º 1, n.º 2 e n.º 3 e no de 1966 aparece Ano IV, n.º 1. Não há qualquer outra indicação da existência de outros números.

Em termos de conteúdo, estes jornais não têm grande diferença em relação às outras publicações de unidades de combate que se encontravam em Angola. As seções são semelhantes, o tipo de humor é parecido e os temas não fogem ao que se pretendia no quadro acima, da *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. O *Zé Comando* tem grande diferença em relação à revista *Comandos*. Os exemplares da revista *Comandos* estudados são os que se encontram na Biblioteca do Exército, com a cota 35.253. Trata-se de um volume encadernado, com todos os 12 números da revista. São fotocópias dos originais, cujas capas constituem fotocópias a cores. No interior, todas as fotocópias são a preto e branco, o que não permite saber se há alguma página de algum dos números originais impressa a cores ou mesmo se foi usada cor na publicidade. É impossível saber se a cor baça das capas se deve à qualidade da fotocópia ou se resulta do tempo passado desde a sua impressão.

Quanto às dimensões, dois fatores impedem uma aferição exata das dimensões dos originais. Por um lado, o fato de serem fotocópias — o que permite uma reprodução em dimensões diferentes do original — e, por outro, a encadernação, que para os acertos pode exigir um corte. Os exemplares em questão têm 20,6 por 28,4 cm.

No total, encontram-se doze números da revista. A publicação é mensal, sendo o primeiro número é de abril de 1973 e o último é uma edição de três meses, de março a maio de 1974. Foi o único número que atrasou desde o surgimento da publicação.

Entre as características que distinguiram a revista *Comandos* das outras publicações de unidades militares durante a guerra colonial estão o fato de esta ser impressa — e não copiada em mimeógrafo, como a maior parte dos jornais militares — e, também, o fato de ter publicidade. Provavelmente, os anúncios seriam uma forma de manter a revista, cujos custos de impressão eram superiores a uma edição policopiada.

A cada número, entre cinco páginas e meia e seis páginas e meia eram dedicados à publicidade — incluindo o último, publicado após a revolução de 25 de abril. A lista de anunciantes, que se repete em praticamente todos os números, é a seguinte:

- Agências de viagem: Agência de Viagens Campião Agência de Viagens União;
- Bungalows: Autodel
- Importação de produtos da metrópole: A. Pimenta, Casa Africana
- Instituições financeiras: Banco de Angola, Banco Comercial de Angola

- Lubrificantes: Mobil
- Pecuária: Fazenda Cuerama
- Restaurante: Solar dos Fadistas: ¼ de página

Pode-se dividir a publicidade em dois tipos. Um deles seria o utilitário, ou seja, bens ou produtos que poderiam ser utilizados pelos militares. Inclui-se nisso uma casa de fado, armazéns ou lojas que importavam produtos da metrópole ou agências de viagens. O segundo tipo poderia ser considerado publicidade com intuito político, no sentido de apoiar as tropas ou uma troca de favores. A venda de bungalows, a fazenda produtora de produtos pecuários ou a publicidade do Banco de Angola e do Banco Comercial de Angola seriam inseridos nesse segundo grupo.

No que diz respeito ao seu público-alvo, no primeiro número este é definido da seguinte forma pelo comandante do Centro de Instrução de Comandos, o coronel de infantaria Ant3nio Correia Dinis:

N3o pretendemos unicamente uma circula33o interna e limitada, mas pretendemos, sim, obter um elo de liga33o entre todos aqueles que foram e s3o “Comandos” e se encontram espalhados por todo o Espaa3o Portugu3s e que um dia tiveram a honra de usar no peito a nossa ins3gnia, que com honra t3o bem souberam dignificar, quer nas matas do Norte ou nas chanas do Leste de Angola, quer em Cabo Delgado ou no Niassa, quer em Tete ou nas bolanhas da Guin3 (Comandos [1], 1973, p. 31).

Relativamente 3 produ33o editorial, a grande maioria dos textos 3 constitu3da por c3pias de artigos de outros meios informativos. No primeiro n3mero 3 explicada a op33o por essa forma de edi33o:

Acontece que fazer um jornal n3o 3 f3cil. Exige, no m3nimo, uma reda33o e um gabinete fotogr3fico. Ora esse m3nimo n3o existe ainda. Portanto, partindo da escala zero ser3 normal que se aceitem n3o s3o as defici3ncias como as insufici3ncias. Assim o jornal ter3 de viver de transcri333es de outros 3rg3os de informa33o que, por escolha, s3o aqueles que sendo menos vulgares podem emprestar leituras ainda n3o conhecidas da maior gama do pessoal (Comandos [1], 1973, p. 3).

A maior parte dos textos 3 de publica333es estrangeiras, especialmente brasileiras. Eis algumas dos 3rg3os informativos citados: *Manchete*, *Enciclop3dia Abril*, *Enciclop3dia Bloch* (Brasil); *Flama* e *Prisma* (Portugal); *Blanco y Negro* (Espanha); *Goncourt* (Fran3a); *Review of the News* (EUA) entre outros. H3 tamb3m c3pias de artigos sem citar a fonte. A tabela 2 apresenta a origem dos artigos que n3o s3o originais de cada n3mero da revista, incluindo os sem indica33o de fonte dentro do universo cuja origem foi poss3vel identificar como n3o sendo da pr3pria revista:

Tabela 2*Origem dos artigos publicados na revista Comandos*

Número/País	Portugal	Brasil	Espanha	Reino Unido	França	EUA	s. Ind.
1	2	2	1				1
2	1	3					
3	1	2					
4	1				2		2
5		2					1
6		3					
7	1	4					
8		1			1		1
9	1	1					
10	1	5					
11	1			1		1	
12	1	4				1	
Total	9	27	1	1	3	2	5

Fonte: elaboração própria

A mudança após a revolução

Tendo em conta a disciplina e o alinhamento dos comandos com o regime, os eventos do 25 de abril provocaram uma mudança na revista. Em primeiro lugar, pela primeira vez, a publicação da revista atrasou. Em vez de sair mensalmente, o último número apenas foi publicado em maio — provavelmente quando foi possível aos comandos compreenderem o que estava acontecendo.

A primeira mudança que se observa é na capa. Enquanto nos números anteriores esta tinha como referência o que era a linha a ser observada pelas publicações militares, o número 12 da revista tem uma imagem diferente.

Por exemplo, nas imagens 1 e 2 podem observar-se capas da revista.

Na imagem 1, o soldado personifica a imagem de heroísmo, coragem ante o inimigo, individualismo.

Na imagem 2, numa posição agressiva, dois soldados representam uma situação de combate. Novamente o heroísmo, a coragem — busca do enfrentamento sem buscar refúgio — e o enfrentar de uma situação difícil.

Na imagem 3, a iconografia do sagrado vem acompanhada pelo brasão do centro de instrução. Procura-se apresentar uma ligação entre o divino e a atividade militar, por ocasião da festividade do Natal.

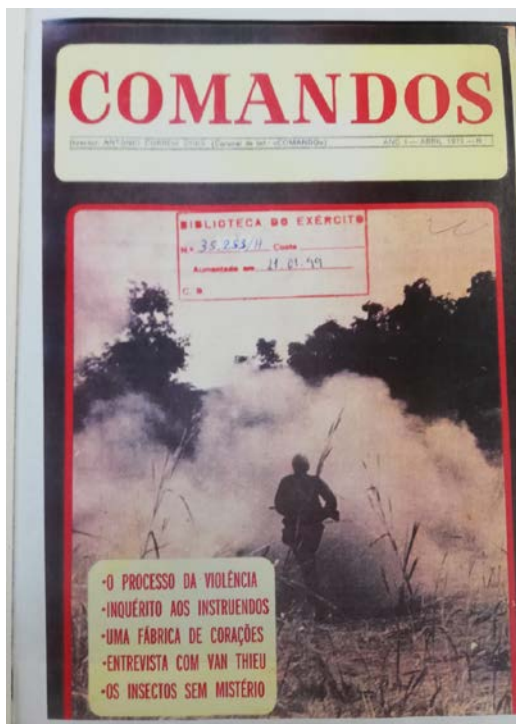


Imagem 1
 Capa da revista Comandos
 Fonte: revista Comandos, nº 1

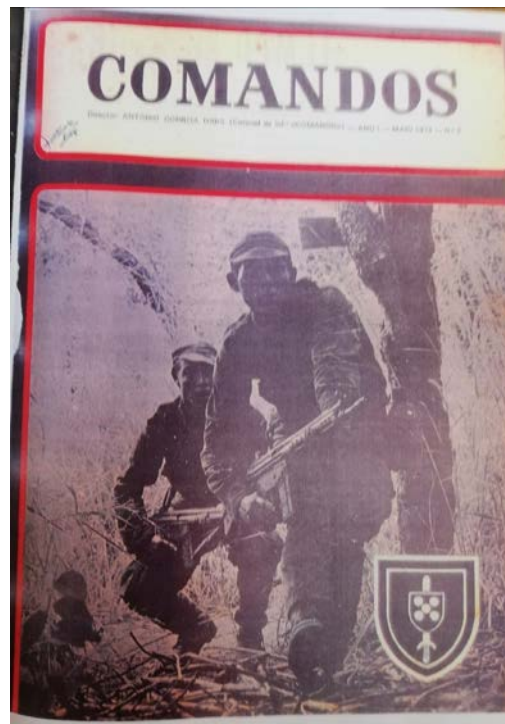


Imagem 2
 Capa da revista Comandos
 Fonte: revista Comandos, nº 2

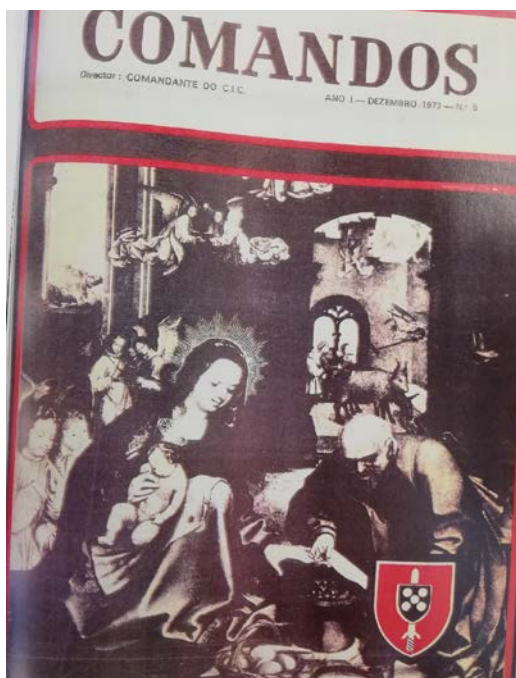


Imagem 3
 Capa da Revista Comandos
 Fonte: revista Comandos, nº 9

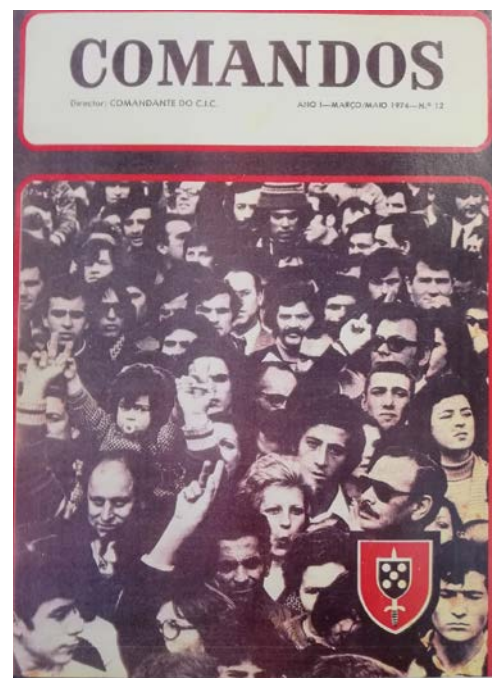


Imagem 4
 Capa da revista Comandos
 Fonte: revista Comandos, nº 12

Após a revolução, a imagem utilizada (imagem 4) é uma fotografia que nada tem a ver com os militares, seus feitos ou mesmo com o imaginário religioso ligado ao regime. Uma foto de pessoas indiscriminadas, para dar o sentido de povo, mostra a transformação política que estava em curso e que os militares procuravam compreender. A começar pelo brasão. Este passou a fazer parte da capa a partir da segunda edição, de maio de 1973, sendo que nos números 2, 3 e 4 era um brasão monocromático e, a partir do número 5, de agosto de 1973, passou a utilizar cores. Apesar de o brasão se encontrar exatamente na mesma posição na capa que o do número 9 da revista — a mensagem que transmite é outra. O brasão encontra-se no meio do povo, representando o Centro de Instrução de Comandos alinhado com a população.

Antes do 25 de abril, a revista era completamente alinhada com os objetivos da ação psicológica estipulados pelo exército. Um exemplo é a poesia Soldado de Portugal, transcrita abaixo, composta por um dos formandos no Centro de Instrução de Comandos, o soldado Carlos Biscaia, em que coloca como valoroso morrer pela pátria e publicada um mês antes da mudança de regime:

Aquém e alémmar
Sulcando novos caminhos
Os “Comandos” vão lutar
Rastejando em mil trilhos
Ter a Pátria a defender
E por ela a vida dar

Por ela hão-de morrer
Rastejando sem parar
Ouve “Comando” que vais
Ter a Pátria a defender
Enquanto que outros morrem
Gera ideias de viver
Êxito, glória e paz
Os “Comandos” vão buscar
Sendo os heróis destemidos

Avançando sem parar
Unidos vão ao combate
Destemidos sem igual
Audazes que nesta guerra
Zelam pela paz na terra
Excelentes combatentes
São Soldados de Portugal
(*Comandos* [11], 1974, p. 13).

A forma como a visão da política internacional era apresentada na revista antes do 25 de abril pode ser vista neste trecho inicial do texto, com indicação de ser copiado da revista norte-americana *Review of the News*, na qual é relatada a ida de representantes dos movimentos de guerrilha à sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York: “Assassinos no palácio de vidro. Num precedente ameaçador, acabam de ser admitidos na O.N.U., como observadores, os terroristas comunistas que atacam a África portuguesa” (*Comandos* [8], 1973, p. 24)

O movimento que derrubou a ditadura portuguesa foi o centro do último número da revista. Mais de um terço da publicação foi dedicada ao 25 de abril — das 32 páginas, seis foram de publicidade e mais de nove tinham direta ou indiretamente a revolução como tema.

No editorial, o comandante do Centro de Instrução de Comandos apresentou a edição como sendo: “(...) a fusão, em uma só edição, das referentes a março, abril e maio, dando especial relevância ao Movimento das Forças Armadas, que em 25 de abril se propôs alterar o rumo político que se vivia em Portugal.” (*Comandos* [12] 1974, p. 3)

Um exemplo das mudanças após o 25 de abril está na rubrica mensal Maria, normalmente com pensamentos sobre o mundo — o uso de uma figura feminina como autora dos textos indica textos mais leves e menos voltados para questões políticas. No número 8 da revista, o texto assinado por Maria começava da seguinte forma: “Há segredos que o homem não consegue entender... São mistérios. Mistério da própria vida. São tempestades de perguntas com respostas, sem respostas ou de dúbias respostas.” (*Comandos* [8], 1973, p. 7)

Já dois meses antes, em setembro de 1973, Maria iniciava da seguinte forma:

Todas as pessoas em todo o Mundo deveriam ter seu lugar num jardim público para poderem, em cima dum banco, banquinho ou escadote, falar abertamente às gentes sob o perdão do diálogo, sentindo agitar-se o coração, unir-se as boas vontades, discutirem-se os argumentos, analisarem-se as doutrinas (*Comandos* [6], 1973, p. 4).

Após o 25 de abril, Maria muda de tom. Fica a ideia de que a Revolução dos Cravos era mais aceitável por ter sido feita por militares:

As palavras, as ideias, os factos tomaram força através dos tempos e das gerações e nascem em dia de divindade como oferta ao povo vivo e mensagem ao povo morto, mensagem em tempo de “vivas”.

“Os Direitos do Homem” ganharam mais expressão.

A partir de hoje fica decretado que...

Nunca mãos como aquelas se podem cansar.

Nunca aquelas vontades se podem quebrar.

Finalmente abriram a liberdade no coração, na boca e no pensamento do povo. Daquele povo vagabundo dos dias e das noites.

Foi tarefa de gigantes as dos homens de verde com tons de amarelo nos ombros (*Comandos* [12] 1974, p. 4).

Na parte dedicada à mudança de regime, a tentativa de interpretação do que tinha ocorrido estava concentrada em duas páginas. Do lado esquerdo, uma entrevista com o ex-presidente brasileiro Jânio Quadros à revista brasileira *Machete*, a respeito da relação que tinha com o antigo presidente do conselho de ministros António de Oliveira Salazar. Quadros relatou que, após ter sido eleito (em 1960), teria proposto uma solução para as colônias portuguesas a Salazar. A proposta incluiria formar uma confederação luso-brasileira, no seio da qual seriam libertadas as colônias portuguesas. Salazar teria respondido que Portugal não tinha colônias, mas sim províncias ultramarinas. (*Comandos* [12], 1974, p. 10)

Jânio Quadros foi eleito em outubro de 1960. Segundo o arquivo da Fundação Mário Soares, a viagem ocorreu no início de janeiro de 1961. Durante a estada em Lisboa, fez contatos com membros da oposição ao regime, incluindo Mário Soares e Acácio Gouveia. A indicação na cronologia da Fundação Mário Soares é de que a chegada a Lisboa teria ocorrido a 4 de janeiro de 1961 (Fundação Mário Soares, s. d.), ainda antes do início da guerra colonial, que só ocorreria em março desse ano.

A revista também traz um artigo do jornal *O Globo* sobre o livro *Depoimento*, de Marcello Caetano, publicado no Brasil. O artigo relata que o presidente do conselho derrubado do poder pelo movimento dos militares elogiou a PIDE/DGS — afirmando que não havia evidências de torturas — e que teria preferido uma derrota honrosa na Guiné-Bissau a negociar com “terroristas”. A proposta de negociação teria sido apresentada por Spínola depois de uma reunião com o presidente do Senegal, Léopold Senghor. O texto também revela que Marcello teria pedido demissão em fevereiro de 1974, mas o presidente Américo Tomaz recusou. (*Comandos* [12], 1974, p. 10/11)

Na parte inferior da página 11, ocupando pouco mais de um terço da página, é dado espaço a um dos novos protagonistas políticos que estava emergindo após a revolução. São reproduzidos trechos de uma entrevista com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, concedida à correspondente da *Time* em Portugal (Martha de la Cal, não citada no texto). Soares preconizava o cessar-fogo e a autodeterminação das colônias, precedida de um referendo. O então ministro sugere que esse referendo poderia ter o controlo e inspeção das Nações Unidas. Ele também afirmou que não havia razão para uma fuga em massa da população branca de Moçambique para Portugal. (*Comandos* [12], 1974, p. 11)

A edição de número 12 contém também um artigo de seis páginas relatando o que foi o movimento militar do 25 de abril, com a descrição dos movimentos militares, a transcrição dos comunicados do Movimento das Forças Armadas, o relato da reação da população, a história da rendição do poder instituído e a apresentação integral das primeiras medidas adotadas pela Junta de Salvação Nacional, que incluíam a promessa da eleição de uma assembleia constituinte e uma solução política para as guerras no ultramar (*Comandos* [12], 1974, p. 16/21).

Num artigo intitulado “Angola e a juventude”, a revista apresenta também a posição oficial das autoridades portuguesas que receberam a incumbência de gerir a colónia após

o 25 de abril. Assinado pela Junta Provincial de Angola, defende a recusa à independência imediata, sob o argumento de que os movimentos de libertação não representavam os interesses angolanos:

Um dos mais graves problemas com que sem sombra de dúvidas se vai debater a nossa Angola, será certamente, o da promoção social e politização de vastas camadas da população já que para se poder tomar uma opção válida é preciso responder a um mínimo de condições que tornem o indivíduo capaz de saber distinguir entre o que lhe convém e a sua terra e aquilo que ardilosamente é o desejo e conveniência de outros. (...) Só assim, livre, esclarecido e consciente, o indivíduo pode, na realidade, validamente fazer opções. Vastas massas, incapacitadas por diversas razões e motivos, facilmente influenciáveis por demagogias podem até escolher inconscientemente o caminho que as levará ao suicídio futuro. A consciencialização, mentalização e politização de um povo como o nosso é tarefa árdua, difícil e morosa. Não se mudam séculos num dia e a democracia, tão ansiada, servirá apenas de degrau ao estabelecimento de nova ditadura onde apenas mudarão os métodos e as pessoas (*Comandos* [12], 1974, p. 15).

Conclusões

Uma análise da revista publicada em maio de 1974 revela a perplexidade dos comandos ante a nova situação. Os militares do centro de instrução que formava os militares mais disciplinados e alinhados com o regime não sabiam como interpretar a nova realidade.

Por um lado, as referências que buscaram para interpretar o que tinha acontecido eram as figuras do antigo regime — os textos sobre Salazar e Marcello Caetano. Por outro, a descrição pormenorizada, incluindo comunicados, do que tinha acontecido no 25 de abril. E, além disso, a ideia de que o movimento tinha sido feito por militares, o que foi apresentado no texto assinado por Maria como uma garantia — no entanto, acaba por ser um ato supremo de indisciplina.

Referências bibliográficas

- Barata, M. F. T. et al. (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*. Estado Maior do Exército.
- Berkey, J. (2012). Splendid Little Papers from the “Splendid Little War”: Mapping Empire in the Soldier Newspapers of the Spanish-American War, in *The Journal of Modern Periodical Studies*, n.º 3 (2), pp. 158-174. <https://doi.org/10.5325/jmodeperistud.3.2.0158>
- Cann, J. P. (2016). *Portuguese Commandos — Feared Insurgent Hunter (1961-1974)*. Helion and Company.
- Comandos (1973/1974). Centro de Instrução de Comandos: Angola, In *Fundação Mário Soares*. Cronologia. <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=036361>
- Lutz, E. (1952). Soldier Newspapers of the Civil War, In *The Papers of the Bibliographical Society of America*, n.º 46 (4), pp. 373-386. <https://www.jstor.org/stable/24298547>
- Nelson, R. L. (2014). Soldier Newspapers, in *International Encyclopedia of the First World War*. https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-soldier_newspapers-2014-10-08.pdf
- Nelson, R. L. (2016). *Escape from Total War: British, French & German Soldier Newspapers*. https://www.youtube.com/watch?v=H8_IYF-l7A
- Nunes, A. P., (2013). *Siroco — Os comandos no leste de Angola*. Associação de Comandos.
- Oliveira, J. F. R. de (2017). *Comandos: subsídios para a sua história*. Associação de Comandos.
- Rainho, P. (2017). “Dante Vacchi. O pai fantasma dos Comandos portugueses”, In *Observador*, <https://observador.pt/especiais/dante-vacchi-o-pai-fantasma-dos-comandos-portugueses/>
- Rattner, J. (2020). O satírico na imprensa das unidades militares durante a guerra colonial, In Baptista, C. e Sousa, J. P. (org.) *Para uma história do jornalismo em Portugal*, pp. 205-224. Livros ICLNova.
- Seal, G. (2013). *The Soldier's Press — trench journals in the first world war*. Palgrave Macmillan.
- Tengarrinha, J. (2003). Um trabalho pioneiro na comunicação militar, In A. R. Soares (dir.). *Catálogo da Biblioteca do Exército*. Biblioteca do Exército
- Zé Comando (1965/66). Centro de Instrução de Comandos.

Imprensa estatizada e iniciativa privada no período pós- -Revolucionário: o exemplo dos semanários portugueses

Public sector press and private initiative in the post-Revolutionary period: the Portuguese weekly newspapers case

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

hllima@letras.up.pt

ORCID ID: [0000-0003-3023-6412](https://orcid.org/0000-0003-3023-6412)

Resumo: A imprensa portuguesa sai do período revolucionário de 1974-75 com o Estado a deter total ou parcialmente os principais diários de circulação nacional. Contudo, persistiram ou foram lançados jornais novos, de circulação nacional ou regional e local. Em termos de periodicidade e audiência, havia diversidade de publicações, englobando diários e semanários de implantação geográfica variável. Os diários de maior tradição e circulação permaneceram cerca de uma década no sector público. Este ciclo, caracterizou-se pela preponderância de notícias de política na agenda, que pode ser entendida como a continuidade do combate político nas redações verificadas após o 25 de Abril. Outra das linhas de evolução da imprensa para este período foi a de uma crise acentuada, marcada pelo decréscimo das tiragens, o desaparecimento de vários títulos e a sustentação global dos jornais através de uma política de subsídios (Carvalho, 1986). No final dos anos 80, gradualmente, na imprensa e o campo dos media em geral, surgiram novos projetos informativos, que se enquadraram na tendência da preponderância da agenda política e do militantismo partidário (Mesquita, 1994; Serrano, 2006, Lima, 2013), mas também outros títulos que procuraram caminhos editoriais distintos. As novas linhas editoriais levavam à divisão entre jornalismo de referência e formatos mais sensacionalistas, também no caso português. Construíram-se novos públicos e ressurgiu a publicidade, ditadas pela lógica de mercado. Este estudo procura caracterizar esse processo de transformação através da comparação entre duas dinâmicas distintas, a da imprensa estatizada e três dos semanários do setor privado. A metodologia assenta na abordagem das estratégias editoriais escolhidas pelo *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual* e numa perspetiva de comparativa procurar delinear os respetivos figurinos informativos.

Palavras-chave: imprensa; jornalismo; imprensa estatizada; orientação editorial; semanários.

Abstract: The post 1974/1975 revolutionary period shaped the Portuguese press by a strong public sector that included the main national newspapers. However, new newspapers, with national or regional and local circulation, persisted or were launched. In terms of periodicity and audience, diversity was the rule in the form of daily and weekly newspapers of varying geographical coverage. The most traditional and widely circulated newspapers remained for about a decade in the public sector. This cycle was characterized by the preponderance of political news on the agenda, which can be understood as the aftermath of the political fight in that invaded newsrooms after the 25th of April 1974 Revolution. A main feature for this period was a sharp crisis, marked by the decrease in circulation, the death of several titles and the global support of newspapers through a subsidy policy (Carvalho, 1986). At the end of the 1980s, in the press and the media field in general, gradually new news projects emerged, however kipping the political agenda preponderance and the partisan activism (Mesquita, 1994; Serrano, 2006, Lima, 2013). However, other newspapers were launched opting for different editorial paths. The new editorial lines would lead to the division between quality journalism and more sensational formats. New audiences were built and advertising resurfaced, dictated by the market demands. This study seeks to characterize this transformation process by comparing two different dynamics, that of the public sector press and three of the private sector weekly newspapers. The methodology is based on the approach of the editorial strategies chosen by *Expresso*, *Semanário* and *Tal & Qual* and on a comparative perspective in order to outline each particular case.

Keywords: press, journalism, public sector press, editorial guidance, weekly newspapers.

Imprensa estatizada, intervenção política e crise dos jornais

Após a aprovação do modelo constitucional em 1976, seguiu-se um novo ciclo marcado pela instabilidade governativa, em que os mandatos ditados pelas eleições não eram concluídos. Para a imprensa estatizada, esta rotação governativa trouxe problemas financeiros graves, mas também laborais. Neste setor foram criadas duas empresas públicas, a EPNC (Empresa

Pública Notícias e Capital) e a EPSP (Empresa Pública Século e Popular), sendo os demais diários considerados intervencionados e de capital misto. Com a sua criação pretendia-se facilitar a gestão, dado o estado em que ficaram os jornais depois do período revolucionário. O financiamento pelo Estado garantiu também a nomeação de administrações por parte dos governos, que iam rodando ao sabor dos ciclos políticos. Contudo, as perdas económicas continuadas e agravadas em anos sucessivos traduziam-se num peso muito negativo em termos de contas públicas, o que ganhou particular relevância nos “governos de austeridade”.

Uma das características centrais do período da imprensa estatizada foi o acentuar da crise nos jornais. Esta tendência refletiu-se em todos os setores e formatos e durante cerca de uma década, várias foram as vozes nos jornais que chamaram a atenção para o problema. Na sua origem, estariam, segundo uns, as graves perdas registadas na imprensa estatal e, segundo outros, os apoios indiscriminados que os sucessivos governos concediam aos jornais privados. Para além das acusações de um e de outro lado, todos eram unânimes em apontar alguns aspetos consensuais: a descida nas tiragens, o desaparecimento vários títulos e a subsistência de jornais através de uma política de subsídios. Estes, assumindo a forma direta ou indireta, subvertiam a real dimensão dos diferentes jornais.

Num estudo encomendado pelo Conselho de Imprensa, em 1978, revelava uma situação financeira grave: “O relatório elaborado por aquela reputada economista [Manuela Silva] apontava o valor de 1 611 418 contos para os prejuízos acumulados no conjunto da imprensa nacionalizada e intervencionada.” (Carvalho, 1986, p. 286). As políticas governamentais para o setor parecem ter consistido, para além da nomeação de chefias, numa prática de dotação de verbas.

A caracterização da crise deste setor tem múltiplas explicações: o passivo dos jornais herdado da ditadura, o aumento dos custos, o preço do papel e as perdas em termos de vendas. A forma como os diferentes governos geriram o problema pode ter contribuído para um agravamento da alternância governativa pode explicar, em parte, a falta de continuidade das políticas. A ausência de fiscalização e tratamento sistémico dos resultados verificados na imprensa pode ser visto em razão da rotatividade política.

Os diferentes governos constitucionais procuraram regulamentar o funcionamento do setor da imprensa: “Reestruturar os meios e órgãos de comunicação social, em parte na sequência das medidas já tomadas e em curso, no sentido da sua autossuficiência e do seu equilíbrio financeiro” (“Objetivos e Políticas do Governo”, Programa do I Governo Constitucional, 1976). Esta reestruturação passaria por uma definição do estatuto das empresas:

À exceção do *Diário de Notícias* e de *A Capital*, de *O Século* e do *Diário Popular*, pertencentes a empresas públicas, todos os restantes jornais ditos estatizados pertencem a empresas privadas, mas de que o Estado detém a totalidade ou a maioria do capital. Constitui exceção a empresa detentora do *Diário de Lisboa*, em cujo capital é dono de apenas um terço. Mas esta empresa deve ao sector público cerca de 110 000 contos, ou seja, mais do que vale. Está, como as restantes, em

regime de intervenção do Estado (“Objetivos e Políticas do Governo” — Programa do I Governo Constitucional, 1976).

Prevvia-se a reprivatização das empresas intervencionadas, desde que os trabalhadores estivessem de acordo, e a partir da constituição de cooperativas.

O I Governo definia também a nomeação das administrações: “Pertencer um jornal a uma empresa pública só em pequena medida lhe limita a independência. O Governo nomeia a administração, a administração escolhe a direção, e o jornal fica sob o controlo do conselho de informação, previsto na Constituição e já criado por decreto, em matéria de pluralismo ideológico” (“Objetivos e Políticas do Governo” — Programa do I Governo Constitucional, 1976).

A criação das empresas públicas tinha como objetivo a fusão de recursos, e foi fundamentada com uma avaliação do estado financeiro das empresas: “todas elas se encontram em situação de falência técnica e, apenas tendo podido subsistir à custa de empréstimos da banca nacionalizada, garantidos ou não pelo aval do Estado, devem hoje ao sector público — ultrapassa a sua capacidade de endividamento — mais do que valem” (“Objetivos e Políticas do Governo” — Programa do I Governo Constitucional, 1976). Depois de avaliar o património e atividade das quatro empresas, o documento orçava em mais de 800 000 contos o prejuízo acumulado. Prevvia-se a nacionalização das participações sociais privadas, o saneamento da dívida, mas também que a concentração de recursos se traduzisse num reequilíbrio financeiro.

Outra solução apontada pelo Decreto-lei nº 639/76, passava pelo encerramento dos jornais cuja viabilidade de tornasse insustentável. Esse encerramento decorreria também das situações em que não fosse possível a reprivatização. Contudo, os problemas não se resolveram e não se verificou a reprivatização das empresas de capital misto. O Estado manteve-as, bem como as prerrogativas inerentes ao poder de nomear administrações e chefias.

As empresas de capital misto *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias* foram desintervencionadas em 1979. Em 1977, o governo decidiu suspender a publicação dos jornais *O Século* e *Jornal do Comércio*. Apesar do fecho deste jornal ter ocorrido em 1976 e *O Século* em 1978, os processos de liquidação dos dois títulos arrastaram-se. A *Empresa Pública O Século e Popular* (EPSP) deu lugar à *Empresa Pública Diário Popular* (EPDP) e à *Empresa Pública do Jornal O Século* (EPJS), ficando esta como a instituição responsável pelo pagamento das indemnizações. *O Século* voltaria a sair, com nova propriedade e direção em 1988, mas o projeto também não teve bom acolhimento e seria encerrado no ano seguinte.

A crise que afetou a imprensa levou ao persistente financiamento por parte do Estado, quer às empresas públicas quer ao setor privado. Em 1977, o II Governo Constitucional aprovou, como medida adicional, o subsídio de papel. Os vários governos com orientações políticas muito distintas mantiveram esta prática. O programa do VIII Governo Constitucional, por exemplo, defendia igualmente a modernização e garantia a liberdade para o setor. O secretário de estado José Alfaia defendia: “Para se alcançar esse desiderato impunham-se alterações

no plano institucional, profundas modificações da estrutura, ações várias de reorganização nas esferas organizativas do sector (...)” (Alfaia, 1983, p. 5). Contudo, a perspetiva em relação aos jornais estatizados era de continuidade:

Sendo a filosofia política do Governo no sentido da prevalência do sector privado, que razões têm pesado para o Governo continuar a manter o sector público jornalístico? É que as empresas públicas jornalísticas existentes têm publicações que se contam entre as maiores vendas do País. São publicações cujos títulos têm grandes tradições na sociedade portuguesa, beneficiando na sua difusão de enraizados hábitos dos leitores (Alfaia, 1983, p. 11).

Os jornalistas reconheciam a necessidade de reformulação da imprensa estatizada, mas numa perspetiva de gestão partilhada:

Toda e qualquer reestruturação só pode ser projetada e executada de acordo com a opinião dos trabalhadores (...); nunca poderá ser posto em causa o direito ao trabalho em qualquer sector dos trabalhadores da informação, nem anuladas ou limitadas as suas conquistas sociais ou salariais” (“Comunicado do Sindicato dos Jornalistas”. In *A Imprensa Escrita em Portugal*, 1979, p. 91).

Globalmente, os jornalistas mostraram-se intransigentes na alteração do modelo de gestão da imprensa estatizada. Para todo o período, os dados disponíveis são escassos e dispersos. Em 1979, o IV Governo orçamentou uma verba a fundo perdido de 423 000 contos para as EPs de comunicação social, mas onde não se mencionava a dotação da EPNC. 140 000 contos eram para subsídio de papel para os setores público e privado, além dos valores específicos por cada empresa. Em 1980, o orçamento subiu em 200 000 contos. Contudo, a atribuição de subsídio passou a depender do volume de vendas, pelo que o governo propôs um organismo de controlo da real dimensão da circulação e vendas, prevendo-se limitações nas verbas atribuídas, quanto a um número mínimo de exemplares vendidos e espaços atribuídos à publicidade. (Conselho da Imprensa, 1983)

Em 1982, o governo estimava que o Orçamento Geral de Estado tinha atribuído, entre 1978 e 1981, 715 000 contos para subsídio de papel à imprensa. Destas verbas, 190 400 contos foram atribuídos à EPNC e 197 000 à EPDP. Nesse mesmo ano, o governo atribuíu mais 20 000 contos à EPNC, a primeira tranche de um total de 50 mil contos destinados a projetos de investimento. As empresas públicas não eram as únicas a receber apoios. Quase dois terços do subsídio de papel foram para o setor privado, já que o maior número de títulos correspondia à imprensa regional. Os gastos com a imprensa foram-se acumulando, bem como perdas continuadas.

Nas causas da crise podem indicar-se vários fatores, sendo as razões primordiais enunciadas pelo primeiro Relatório do Conselho de Imprensa, que responsabilizava as empresas

detentoras dos jornais, que ainda antes da Revolução procederam à modernização das estruturas industriais e contraíram empréstimos para sustentar essas transformações. Esse passivo ter-se-ia avolumado logo nos primeiros anos após a Revolução, com custos salariais e o preço do papel.

O passivo das EPs transitaram para o Estado, bem como o das empresas intervencionadas. As novas administrações nomeadas por sucessivos governos não foram capazes de gerir a dívida. Eventuais progressos dependiam de condições favoráveis para os jornais, como as vendas e publicidade. Contudo, as empresas publicitárias faliram no decurso do período revolucionário, o que se traduziu na perda de ingressos. Os custos com salários e novas contratações continuaram a crescer anualmente, em função da inflação. O preço do papel e a sua escassez também aumentaram, produzindo mais encargos. Uma das soluções encontradas foi o aumento do custo dos jornais, mas que pode ter levado a um decréscimo da procura. Outro indicador de perda de foi o facto de se ter deixado de publicar os jornais ao domingo.

A outra justificação estrutural para a crise dos jornais é a da falta de hábitos de leitura associada aos níveis de analfabetismo da população portuguesa

Na década de 80, vários governos declararam as empresas jornalísticas em “situação económica difícil”. Não é possível aferir em que medida este estatuto resolvia alguma coisa, uma vez que não se aplicava a figura jurídica de falência da empresa. Contudo, continuou a registar-se a aprovação de verbas para investimentos, para pagamento de salários e subsídios anuais, em aparente contradição com as medidas de austeridade.

Houve, contudo, um aumento de publicações periódicas, embora a maioria de curta duração. A sua estrutura financeira era muito frágil e os projetos tinham poucas hipóteses de sobrevivência. Não deixa de ser um paradoxo a existência de muitos títulos num país em que a população não tem hábitos de leitura. Todas as publicações nacionais e regionais recebiam verbas, sendo os apoios concedidos independentemente da circulação. Por outro lado, algumas publicações de circulação diária ou semanal eram claramente jornais com um perfil editorial político, ainda que não fossem declaradamente órgãos de partidos.

Alguns dos jornais deste período foram criados na sequência da Revolução, e no ciclo de crise tenderam a desaparecer, dado seu perfil editorial, vincadamente político. Joaquim Vieira aponta a normalização da vida política para justificar o seu desaparecimento:

De entre os títulos que a curta prazo desapareceram contam-se o “Jornal Novo”, e “A Luta”, sendo substituídos pela “Tarde” e “Portugal Hoje”, também de curta duração. O “Tempo” e “O Diário” sobreviverão ainda por mais de uma década, mas com uma influência cada vez mais diminuta. Casos notáveis de resistência são os de “O Dia” e do semanário “O Diabo”, fundado em 1975 por Vera Lagoa e posicionado à extrema-direita (Vieira, 1998, p. 278).

No início da década de 90, deu-se uma alteração significativa no campo dos media. Para além do aparecimento de novos títulos, imprensa especializada e a relativa liberalização do mercado televisivo, houve também a proliferação das rádios, sendo o espaço noticioso mais concorrencial, o que retirou público aos títulos nacionais tradicionais.

A sobrevivência dos jornais de circulação nacional acabaria por estar também ligada à questão das vendas. Segundo a legislação, a fiscalização cabia ao Conselho de Imprensa, mas este organismo nunca teve meios para o fazer. Nos relatórios, para além de se chamar a atenção para esta incapacidade por falta de dotação de meios, aparecem apenas dois registos de tiragens. Para o ano de 1979, são reportados apenas os números do mês de janeiro, sem indicar os resultados dos jornais estatais *O Século* e *A Capital*. O registo seguinte é o das vendas do primeiro trimestre de 1983, de acordo com dados divulgados pela *Associação da Imprensa Diária*, em valores brutos. Caberia às administrações fazer chegar os dados ao governo, mas o controlo de tiragens e sobras não era feito por uma entidade independente. Os dados oficiais eram publicados pelo *Instituto Nacional de Estatística*. Os critérios são, contudo, variáveis ao longo dos anos. Inicialmente, os valores correspondem a números absolutos de todas as publicações diárias e de outras de diferente periodicidade. O controlo das tiragens e a criação da *Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação* (APCT) só ocorreu em 1986, mas gerou grande polémica, tendo os jornais do Estado mostrado muita resistência a este mecanismo de aferição.

O jornalismo português em democracia: linhas editoriais e pressupostos teóricos

A construção do sistema mediático português na III República é um processo complexo e que carece ainda de estudos monográficos detalhados, de forma a poderem ser aferidas linhas de evolução. É sabido que a forma como a imprensa e os demais media se estruturaram nas décadas de 1980-90 resulta de um conjunto de processos de influência que radicam na ditadura, no período controverso que sucedeu à revolução de 25 de Abril de 1974, mas também de outros elementos estruturantes como a conjuntura política, condicionalismos económicos e os baixos índices de leitura e consumo de jornais.

A edificação do sistema mediático português levaria à sua integração no Modelo Pluralista Polarizado, definido na perspetiva de Hallin e Mancini (2004). O sistema público de gestão da imprensa, mas também o setor privado vocacionado para o combate político de alguma forma foram os elementos estruturantes vividos pela imprensa e demais meios, na década de 80, em Portugal. Os modelos de gestão e a criação de jornais com um propósito político podem ser entendidos como:

(...) a tendency to instrumentalization of media by politic and economic elites and they their use as tools of bargaining and manoeuvring among those elites, frequent state intervention and involvement in the media system, lesser development of journalistic professionalism, lower newspaper circulation and so on (Hallin & Mancini, 2012, p. 279).

Na perspetiva destes autores, os modelos de média geralmente estruturam-se pela forma como o regime político se articula com o sistema de mediático, sendo determinante o estabelecimento de modelos democráticos de governação.

No caso português, a Revolução de 1974 encerrou um período de quase 50 anos de ditadura. O golpe revolucionário deu lugar ao chamado Processo Revolucionário Permanente (PREC), durante o qual Portugal iniciou o caminho do socialismo. Os principais grupos financeiros, bancos e seguradoras foram nacionalizados, e as empresas de media e da imprensa em particular, viram a propriedade nacionalizada, enquanto jornais e redações foram alvo de processos de politização muito radicais (Lima, 2014).

Nas duas décadas seguintes, a evolução da média foi marcada pela herança histórica da ditadura, e também por este período particularmente turbulento. Entre 1976 e 1988, diversos fatores contribuíram para criar um ambiente contraditório nas relações entre a imprensa e os poderes políticos. Durante esta fase, delinearam-se duas perspetivas sobre o papel do jornalismo e da imprensa, que ficaram patentes na integração no setor privado ou setor público. Este último era dominante e caracterizou-se pela manutenção de uma dependência do poder político, uma vez que a maioria dos meios de comunicação era apoiada pelo Estado, o que levou a formas de controlo político nas redações (Lima, 2014).

O setor público cresceu timidamente, mas também com o apoio estatal porque não havia tradição de consumo de notícias e, portanto, era difícil para a imprensa se desenvolver como um negócio, financiado pela circulação e pela publicidade. Ainda neste período, mas particularmente com o finalizar do processo de reprivatização dos jornais, um novo ciclo emergiu, com a criação de empresas e grupos jornalísticos, pelo lançamento de uma imprensa especializada, a afirmação do jornalismo investigativo e pela assunção da função de watchdog típico de uma imprensa enquadrada num sistema democrático.

Em todo este processo há ainda a destacar, brevemente, o marco que serviu de pano de fundo à atividade jornalística na nova democracia. A lei de imprensa de 1975, que prevaleceu por um longo período, colocava o foco na ideia de uma cidadania esclarecida e na contribuição que o jornalismo deveria ter na divulgação de assuntos políticos, numa visão típica dos sistemas mediáticos das democracias ocidentais. Os próprios jornalistas construíram uma autoimagem de independência política, que era diferente da imprensa partidária europeia e era, e ainda é, mais próxima dos jornais americanos do final do século 20, que não apresentavam preferências políticas (Gunther e Mughan, 2000, p. 11).

Existem algumas particularidades dos meios de comunicação portugueses que que

fazem com que a sua inclusão no grupo definido por Hallin e Mancini (2004), implique alguma ressalva. Embora seja verdade que existem muitos traços comuns que relacionam a história da imprensa portuguesa com outros exemplos do Sul da Europa, há um elemento diferenciador claro, o processo revolucionário de 1975, que levou a um percurso sem igual, comparado com outras transições democráticas.

Apesar das dificuldades em delinear um marco teórico claro para o período em que predominou a imprensa estatizada, parece ter existido uma clara preferência por um tipo de jornalismo muito marcado pela agenda política. Não fora a forma vincadamente institucional de relacionamento dos jornalistas com as fontes de poder, patente nas notícias dos jornais daquele período, poder-se-ia olhar para esta época como o primado do jornalismo de referência. Os jornais portugueses, a partir de 1974, concederam grande espaço à agenda política, ao noticiário internacional e também à economia. Sendo estas consideradas as editoriais típicas do “quality journalism” (Boczkowski & Mitchelstein, 2010), é também verdade que o jornalismo se define não só pelos conteúdos, mas também pelo discurso das notícias, os leitores a quem se dirige e, inevitavelmente, como um modelo de negócio, embora não se esgotando nele (Richardson, 2006).

Esta diversidade de objetivos terá sido a mais difícil de concretizar entre os anos 1976 e seguintes. De uma maneira geral os jornais estatizados praticaram um jornalismo muito marcado pelas fontes políticas e pela própria dinâmica da agenda daquele período, caracterizado por uma grande instabilidade governativa, mas também pela hierarquia das fontes, fossem elas partidárias, militares ou o Presidente da República.

Este modelo deixou de fora os formatos de sensacionalismo ou jornalismo tabloide, típicos da imprensa popular anglo-saxónica, que não encontraram bom acolhimento no caso português. Apesar disso, algumas das construções narrativas características deste fenómeno, acabaram por ser adotadas, como foi o caso do *Correio da Manhã*, lançado por Vítor Direito, em 1979. Com um início marcado por grandes dificuldades, este jornal acabaria por vingar e ter implantação na Grande Lisboa, tendo como público-alvo uma população menos instruída e com menor interesse nos debates políticos típicos da agenda dos títulos nacionais.

Definir esta publicação ou outras num perfil editorial sensacionalista carece ainda de estudos de conteúdo detalhado, contudo terá sido o próprio fundador do jornal, que cansado das polémicas partidárias se propôs o lançamento de um tabloide à maneira britânica, quer no design quer nos conteúdos” (“‘Correio da Manhã’: o jornal que nasceu para responder às preocupações do ‘homem da rua’”, In *Público*, 2004). O *Jornal de Notícias*, embora não optando por uma tabloidização clara, também acabaria por regressar ao seu estilo de jornalismo de orientação mais popular, após o abandono do propósito editorial socialista (Lima, 2012).

A inclusão destes dois diários portugueses em linhas divergentes do modelo de jornalismo de referência faz-se por oposição e pela construção da agenda com base na inclusão quase sistemática de *soft-news* ou *fait-divers* que de alguma forma remetem para efeitos de tabloidização.

Metodologia

O objetivo do estudo é procurar entender como se construíram os elementos de identidade editorial e a forma como se articularam com os seus leitores, através de uma análise de conteúdo, que tem como pano de fundo a prevalência do jornalismo de referência, mas onde, e por oposição, se assiste ao afirmar de um semanário de clara intenção sensacionalista. Este é um estudo preliminar, sendo espectável desenvolver ulteriores investigações que incluam outros semanários para esta fase do jornalismo português, bem como o tratamento mais sistematizado das notícias recolhidas.

O *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual* são os jornais escolhidos para o presente estudo de caso. O período de análise escolhido corresponde aos anos de 1983-84, numa fase da imprensa portuguesa em que o setor dos Estado é dominante, mas em que as temáticas da política eram também o eixo da maioria das agendas noticiosas. No campo da imprensa privada de âmbito nacional, destacamos três periódicos, sendo que dois deles foram lançados nesta década.

Para esta abordagem dos semanários são consideradas duas perspetivas: o jornalismo de referência e a emergência do formato tabloide. O jornalismo de referência ou *broadsheet* privilegia o tratamento das temáticas da política, internacional e economia. A linguagem é cuidada e os temas são abordados numa perspetiva aprofundada. (Franklin, Hamer, Hanna, Kinsey & Richardson, 2005; Preston, 2004). As definições do sensacionalismo radicam nos jornais anglo-saxónicos do século XIX, mas com a evolução da imprensa, alguns elementos-chave permitem uma melhor identificação do formato, como por exemplo a menor preponderância de *hard-news* e mais inclusão de *soft-news* (Kurtz, 1993; Esser, 1999; Patterson, 2000; Sparks, 2000). O foco das notícias centra-se mais em acontecimentos sobre a vida das pessoas comuns, ao mesmo tempo que se valorizam aspetos da vida privada (Sparks, 2000). A agenda tem maior enfoque sobre os acontecimentos nacionais e reduz o noticiário internacional (McLachlan & Golding, 2000; Conboy, 2006). O formato assume maior importância que o conteúdo (McLachlan & Golding, 2000). A estas características poderíamos ainda acrescentar o enquadramento de escândalo (Thompson, 2000). Alguns destes elementos acabariam por ser uma das linhas de desenvolvimento editorial do *Tal & Qual*, abordado no estudo de caso.

O *Expresso* opta pela manutenção e aperfeiçoamento do jornalismo *broadsheet*, enquanto que o *Semanário*, apesar de se inserir nas temáticas dos *quality papers*, inclui alguns elementos de *soft-news*.

O setor privado da imprensa portuguesa: os semanários *Expresso*, *O Semanário* e *Tal & Qual*

No campo do setor privado da imprensa, destacamos neste estudo de caso e para o período de 1983-84, os três semanários que representam as linhas editoriais anteriormente definidas, mas que também se constituíram exemplos de projetos de maior folego e de aceitação por parte do público português.

O jornal *Expresso* foi lançado em 1973, por iniciativa de Francisco Pinto Balsemão, que procurou criar um semanário segundo o modelo dos britânicos *The Observer* e o *Sunday Times*, mas também com influências da revista francesa *L'Express* / “A História de 2080 semanas”, *Expresso*, 5 de janeiro de 2013 (“A História de 2080 semanas”, In *Expresso*: 2013). Ainda no tempo da ditadura e da censura, o seu slogan era “Expresso, o jornal dos que sabem ler”. De formato *broadsheet*, este semanário teve, desde os primeiros números, uma vocação para as temáticas da política, em que a ideia da perspetiva crítica face ao poder levou a embates com o regime censório ainda durante a ditadura, sendo visto como “irreverente” (Cavaco, 2012, p. 105). Após o 25 de Abril, o jornal teria também inúmeras fricções com os militares no período revolucionário. Já no período da democracia constitucional, a perspetiva de entender o jornalismo como *whatchdog* do sistema político manteve-se e foi continuada pelas diferentes chefias do semanário.

Nos anos aqui em estudo, 1983 corresponde a alguma indefinição, em razão da ida de Pinto Balsemão para a chefia do VIII Governo. Daqui resultou o desentendimento com Marcelo Rebelo de Sousa e a saída deste do jornal. Augusto de Carvalho assumiu o cargo de diretor interino e do *Expresso* e tinha como subdiretor José António Saraiva. No ano seguinte este seria já o novo diretor, sendo o redator principal Augusto de Carvalho. A década de 80 foi uma fase de crescimento e renovação da redação, com a entrada de vários jornalistas de referência e com o aumento de número de páginas do jornal e dos cadernos. A Revista ficaria a cargo de Vicente Jorge Silva.

Em termos de formato o *Expresso* tinha 24 páginas no caderno principal e dois suplementos, de paginação variável, mas em regra, podia ir às 70 páginas. O jornal tinha uma publicidade abundante em todos os cadernos. A agenda noticiosa era sobretudo constituída pelas editoriais nobres como política, economia, internacional. As páginas dedicadas à cultura cobriam, em regra muitos géneros típicos das elites, como música clássica, literatura, belas artes, embora não excluindo outras temáticas.

O *Expresso* publicava muitas notícias e géneros jornalísticos variados, as temáticas eram muito diversificadas, mas a política era a editoria dominante. Nos primeiros meses de 1983, o jornal dedica as manchetes e as notícias principais ao governo de aliança e à crise governativa. O ano seguinte seria também muito marcado pela crise governativa, mas também pelo papel desempenhado pelo Presidente da República. Na coluna Política à portuguesa,

José António Saraiva assinava o texto “CNARP: finalmente o partido”, explicando as movimentações em torno das hostes eanistas (“Eanismo o minuto zero”, In *Expresso*, 1984). O tom dos artigos é crítico e toca os diferentes setores partidários. O jornalismo praticado é em termos discursivos, de avaliação da situação política, com críticas ao PSD, PS e a todo o espectro político nacional ou local. Curiosamente, no debate eleitoral de 1983, o tom é de alguma amenidade para o CDS e PCP “40 mil palavras e 18 meses de austeridade” (*Expresso*, 1983).

Neste biénio o *Expresso* publicou também jornalismo de investigação, como um caso relativo a “luvas” na compra de aviões Lockheed, em março de 1983, o resvalar de contas na construção de habitação social, em maio do mesmo ano, assinado por Joaquim Vieira. No ano seguinte, durante o verão, saem série de notícias em vários números relativas às FP-25, sendo a primeira sobre a preparação de novos atentados (*Expresso*, 1984).

A Revista foi um dos elementos mais claros do tratamento do jornalismo em profundidade. O jornal agendava um tema e desenvolvia uma perspetiva informativa exaustiva e complementar. A título de exemplo, em maio de 1983 o jornal abordou a correlação entre a implantação partidária e o figurino social português, com recursos a diferentes géneros, imagem e infografias (“Domínio socio-económico e estrutura partidária”, In *Expresso*, 1983). Os temas da Revista eram muito variados, podendo incluir notícias de sociedade, saúde, as rádios, mas a política era também tratada neste caderno, quando se pretendia uma cobertura mais aprofundada (“PSD: trajeto de uma década”, In *Expresso*, 1984).

O *Semanário* foi lançado em 1983 e contou com jornalistas e por várias figuras marcantes da sociedade portuguesa. No projeto inicial participaram nomes como Marcelo Rebelo de Sousa, saído do *Expresso*, Proença de Carvalho, José Miguel Júdice, João Lencastre, Fernando Ulrich, entre outros. Tinha como diretor Victor Cunha Rego e o chefe de redação era José Mendonça da Cruz. A linha editorial deste semanário, para o período em análise, tinha pontos coincidentes com o *Expresso*, uma vez que a agenda noticiosa era sobretudo o noticiário político. Tinha também uma abordagem concorrencial e polémica com aquele semanário. As edições iniciais tinham menos páginas e de número variável, mas chegaria, em 1984, às 64. Acabaria por criar também um caderno, “Dossier”, onde se tratavam temas mais profundamente, mas que ficava aquém do tratamento do *Expresso*. A publicidade inicial era escassa, foi aumentando, mas nunca teve o mesmo volume que o seu rival.

O número de lançamento faz uma manchete com as chefias militares, assinado por Miguel Júdice, e a capa refere artigos de vários colunistas ilustres. No editorial vinha estipulado o propósito do *Semanário* que seriam as notícias de política, sociedade, economia e internacional, mas também a moralização das instituições (Estatuto editorial, In *Semanário*, 1983). No editorial assinado por Vítor Cunha Rêgo, o diretor prometia não fazer um jornalismo de subserviência: “Fora do sistema, fora da gestão do ‘poder’, da prática que se instalou, mas que vai chegando ao fim, irá marcar uma vontade.” (“O que nos Interessa”, In *Semanário*, 1983)

Uma grande parte do jornal era ocupada por colunas de opinião, assinadas por figuras

políticas ou jornalistas, que tocavam as diferentes notícias da agenda política. As perspectivas sobre economia eram também muito frequentes, sobretudo em temas de macroeconomia e a relação com a crise. Outros colunistas faziam abordagens mais abrangentes de temas de sociedade ou local, como Paulo Valada e Agustina Bessa-Luís. Marcelo assinava a coluna da penúltima página.

Os títulos das notícias, tal como no *Expresso*, eram muito avaliativos, mas podem ser vistos como mais adjectivantes, no sentido negativo: “A carta de Belém: um monstrosinho jurídico” (*Semanário*, 1983), “RTP o assalto em marcha” (*Semanário*, 1983) ou “Soares quer sair mas o PCP não vai nisso” (*Semanário*, 1984), são alguns exemplos de processos de enquadramento interpretativo.

Embora a política fosse o principal tema de agenda, o *Semanário* também incluía soft-news. Havia, semanalmente, uma página dedicada a eventos da sociedade lisboeta, como festas e estilos de moda. Um artigo sobre a boa forma de Jane Fonda é chamado à capa (*Semanário*, 1984) e a rubrica sobre mulheres é normalmente dedicada a temas de beleza e boa forma.

O semanário *Tal & Qual* foi fundado em 1980 por Joaquim Letria, e o título resulta de um programa com esse nome, que o jornalista tinha na *RTP*, mas que foi forçado a abandonar. A história do lançamento deste semanário foi dada a conhecer recentemente e o projeto nasceu de uma iniciativa conjunta de Joaquim Letria, Rocha Vieira, Ernâni Santos e Ramon Font (Rosa & Fafe, 2020). O primeiro diretor foi Joaquim Letria, sendo substituído, em 1984, por Rocha Vieira. Aquando do lançamento tinha 14 páginas. A publicidade inicial era escassa, mas acabaria por aumentar.

Desde o primeiro número que o jornal procurou ser uma “pedrada no charco” no meio jornalístico português e o recurso ao sensacionalismo foi assumido como uma forma diferente de fazer notícias: “o *Tal & Qual* publicará as histórias que não saem nos outros jornais”, segundo Rocha Vieira (Rosa & Fafe, 2020, p. 20). A visão crítica deste fundador em relação aos outros jornais está de acordo com a avaliação feita por Joaquim Letria, no mesmo livro: “Os jornais na altura não davam notícias’. Eram sinfonias de uma só pauta, repetição do mesmo eco, diligentemente vigiadas, por jornalistas convertidos em comissários.” (Rosa & Fafe, 2020, p. 19).

O jornal assumiu-se como tabloide sensacionalista, sendo as capas deste período constituídas por inúmeras manchetes de escândalo. No plano das editoriais o semanário apresentava grande variedade, mas notícias de sociedade tinham a primazia. A política também esteve muito presente, mas os títulos propunham interpretações de escândalo ou temas polémicos.

As peças de jornalismo de investigação não eram normalmente assinadas, o que era comum neste período. Tal como nos outros dois semanários, a notícia de investigação fazia-se com fontes omissas ou mencionadas de uma forma vaga. Segundo é também relatado no livro, eram usados pseudónimos nas peças mais polémicas ou a assinatura “Repórter *Tal & Qual*”.

Um dos enquadramentos claros de escândalo foi o recurso a temáticas de cariz sexual e

nestas, as fotografias eram abundantes e explícitas. O reforço da linha de jornalismo sensacionalista de escândalo é evidente neste período com duas capas relativas a figuras públicas: fotos da apresentadora Maria Elisa (*Tal & Qual*, 1983) tirados de um filme numa praia, que teria feito na juventude e um filme de cariz pornográfico protagonizado por Ana Zannetti num convento (*Tal & Qual*, 1983). Mas estas temáticas foram recorrentes na vida do jornal e a imagem de nus ou de cariz sexual abrange tantos nomes conhecidos da sociedade portuguesa, como ilustres desconhecidas.

A escolha do *Tal & Qual*, neste período específico de tempo, prende-se, particularmente, com o “Caso D. Branca”. Este representa um exemplo notável de jornalismo de investigação que abalou os alicerces do regime democrático. Em março de 1983 o jornal faz manchete com “D. Branca — uma banqueira às suas ordens”. A primeira leitura da notícia deixa algumas dúvidas quanto à forma como a informação chega ao jornalista, uma vez que não há fontes citadas. Contudo, a boa prática jornalística fica evidenciada porque se entende que o repórter procurou cruzar a informação. No livro sobre o jornal, é explicado como a informação chega à redação, como o jornalista Hernâni Santos entrevista a senhora e a onda de reações que se sucederam (“Só quero ajudar os pobres”, In *Tal & Qual*, 1984). A primeira grande notícia seria o início de muitas manchetes. As implicações do caso e o envolvimento de diversas personalidades acabariam por resultar no processo judicial e condenação da “banqueira do povo”. As consequências foram também políticas, obrigando à intervenção do ministro da Finanças, Ernâni Lopes (“Ernâni faz xeque a D. Branca”, In *Semanário*, 1984). Ainda que os outros dois semanários têm feito a cobertura deste escândalo financeiro, a verdade é que o *Tal & Qual* “fez” notícia e a demais imprensas foi atrás. É também certo que o tema foi tratado até à exaustão, como também é típico do jornalismo sensacionalista e dos enquadramentos de escândalo.

Considerações finais

A imprensa diária generalista, saída do período revolucionário iniciado com o 25 de Abril de 1974 ficou maioritariamente inserida no setor estado. Nos anos posteriores e na década de 80, os jornais foram cauterizados por este modelo de gestão, mas também por um quadro generalizado de crise, que se acentuou com a perda do volume de vendas, o decréscimo da publicidade, o preço do papel e o aumento de custos com salários e pessoal. Configurou-se um cenário de crise do setor, com contornos complexos, alguns deles herdados do período da ditadura.

Dada a situação da estatização das empresas ou pelo facto de terem sido intervencionadas, a forma de obviar às dificuldades foi uma política de subsídios, que podia assumir diferentes formas. Contudo, não só as empresas sob a tutela dos governos usufruíram dos apoios, que abrangiam também o setor privado.

No plano noticioso, os jornais fizeram um jornalismo muito dependente das fontes institucionais e houve um articular de agendas com a hierarquia das fontes. Por outro lado, a grande instabilidade governativa era um tema que alimentava continuamente o *feed* de notícias. Os jornais do Estado tinham direções que rodavam ao sabor dos governos o que levou ao surgimento, por oposição, de títulos que procuraram fazer o discurso do contrapoder, mas não deixavam de ter um perfil editorial que dava a primazia à política.

Refletindo um pouco esta tendência, o estudo de caso aborda dois jornais que tinham como tema central a agenda política e, por contraste, um jornal que optou por um modelo diferente, centrado em notícias de sociedade. Os três semanários correspondem a modelos de jornalismo distintos, dirigidos a públicos diversos.

Partimos das concepções de jornalismo de referência e sensacionalismo e procuramos identificar no *Expresso*, *Semanário* e *Tal & Qual*, para os anos 1983-84, através do estudo de conteúdos, de que forma estes jornais se enquadram nestes modelos definidores.

Assim, o *Expresso*, pela organização editorial, pela preponderância dos temas de política, mas também pelo tratamento aprofundado de notícias mais complexas, entre outros múltiplos elementos, encaixa no modelo de *broadsheet journalism*, como era aliás expectável.

O jornal *Semanário* tem o mesmo propósito em termos de tratamento temático, mas o enquadramento dos títulos é muito mais valorativo. A abordagem crítica é também patente pelo grande espaço dado ao comentário e opinião, em detrimento da notícia. Por outro lado, este jornal faz um apelo a um tipo de diferente de leitores através de uma inclusão continuada de *soft-news*. É um *quality paper* no plano das editorias, mas tem um tom mais ligeiro quer na forma de escrita, quer na variedade das notícias mais populares.

O *Tal & Qual* é um semanário com um propósito declarado de sensacionalismo. Cumpre o modelo definido no campo teórico, e tem um enfoque forte em notícias de escândalo e de apelo sexual. A imagem é usada abundantemente e com o intuito de chocar. Os títulos são provocativos e os temas de sociedade preponderantes. Contudo, faz jornalismo de investigação e traz à luz uma das melhores histórias jornalísticas daquele período, embora sempre tratada de forma irreverente.

Referências bibliográficas

- Alfaia, J. (1983). *Modernizar e garantir a liberdade: a comunicação social de 1981-82*. Grafiarte.
- Boczkowski PJ & Mitchelstein E. (2010). Is there a gap between the news choices of journalists and consumers? A relational and dynamic approach. *The International Journal of Press/Politics*, n.º 15 (4), pp. 420-440.
- Campbell, W. J. (2001). *Yellow journalism: picturing the myths, defining the legacies*. Praeger Publishers.
- Carvalho, A. A. (1986). *A liberdade de informação e o Conselho de Imprensa: 1975-1985*. Direção Geral da Comunicação Social.
- Conboy, M. (2006). *Tabloid Britain: constructing a community through language*. Routledge.
- Conselho de Imprensa (1979). *A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976*. Conselho de Imprensa.
- Teixeira, C. (19 de Março de 2004) Matutino Faz Hoje 25 Anos. “Correio da Manhã”: o jornal que nasceu para responder às preocupações do “homem da rua”. In *Público*. <https://www.publico.pt/2004/03/19/portugal/noticia/correio-da-manha-o-jornal-que-nasceu-para-responder-as-preocupacoes-do-homem-da-rua-1188980>
- Esser, F. (1999). Tabloidization of news. A comparative analysis of Anglo-American and German press journalism. *European Journal of Communication*, n.º 14 (3), pp. 291-324.
- Franklin, B. Hamer, M., Hanna, M., Kinsey M. & Richardson, J. E. (2005). *Key concepts in journalism studies*. SAGE Publications Ltd.
- Castanheira, J. P. (8 de Janeiro de 2013). Expresso 40 anos — A História de 2080 semanas. In *Expresso*. https://expresso.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795
- Gunther, R. & Mughan, A. (2000). *Democracy and the media: a comparative perspective*. Cambridge University Press.
- Hallin, D. C. & Mancini P. (2004). *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge University Press.
- Hallin, D. C. & P. Mancini (2012). Conclusion. In D. C. Hallin & P. Mancini (eds.), *Comparing media systems beyond the Western World*, pp. 278-304. Cambridge University Press.
- Kurtz, H. (1993). *Media circus: the trouble with America's newspapers*. Random House.
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuguesa e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Lima, H. (2014). Portuguese democracy and patterns of transformation in national newspapers: a comparative model approach. In *Media Watch*, n.º 5 (3), pp. 345-357.
- McLachlan, S. & Golding, P. (2000). Tabloidization in the British Press: a quantitative investigation into changes in British newspapers 1952-1997. In C. Sparks & J. Tulloch (Eds.) *Tabloid tales: global debates over media standards*, pp. 75-90. Rowman and Littlefield Publishers.
- Mesquita, M. (1994). Os meios de comunicação social. In A. Reis (Coord.), *Portugal: 20 anos de democracia*, pp. 360-405. Círculo de Leitores.
- Patterson, T. E. (2000). *Doing well and doing good: how soft news and critical journalism are shrinking the news audience and weakening democracy — and what news outlets can do about it*. Harvard University Press.
- Preston, P. (2004). Tabloids: only the beginning. In *British Journalism Review*, 15 (1), pp. 50-55.
- Richardson, J. (2006). *Analysing newspapers: an approach from critical discourse analysis*. Macmillan Education.
- Serrano, E. (2006). *Jornalismo político em Portugal. A cobertura de eleições na imprensa na televisão (1976-2001)*. Edições Colibri.
- Sparks, C. & Tulloch, J. (Eds.). *Tabloid tales: global debates over media standards*. Rowman and Littlefield Publishers.
- Thompson, J. B. (2000). *Political scandal: power and visibility in the media age*. Polity Press.
- Vieira, Joaquim (1998). A emancipação do jornalismo português (1945-1995). In *Portugal nas Artes, nas Letras e nas Ideias*, pp. 45-95. Centro Nacional de Cultura. *Programa do I Governo Constitucional*, 1976.

Periódicos

Expresso, 23 de abril de 1983
Expresso, 3 de maio de 1983
Expresso, 14 de janeiro de 1984
Expresso, 5 de maio de 1984
Expresso, 12 de maio de 1984
Expresso, 26 de maio de 1984
Expresso, 30 de junho de 1984
Expresso, 5 de janeiro de 2013
Semanário, 26 de novembro de 1983
Semanário, 17 de dezembro de 1983
Semanário, 14 de janeiro de 1984
Semanário, 31 de março de 1984
Semanário, 9 de junho de 1984
Semanário, 30 de novembro de 1984
Tal & Tal & Qual, janeiro de 1983
Tal & Qual, fevereiro de 1984
Tal & Qual, junho de 1983

Uma *newsmagazine* militante: *Opção* (1976-78)

A militant newsmagazine: Opção (1976-78)

Carla Rodrigues Cardoso

CICANT/Universidade Lusófona

carla.cardoso@ulusofona.pt

ORCID ID: [0000-0003-0790-6924](https://orcid.org/0000-0003-0790-6924)

Resumo: O lançamento da revista *Opção*, a 22 de abril de 1976, acontece num período-chave da transição para a democracia em Portugal, do ponto de vista das instituições políticas, dos princípios que regulam a atividade da imprensa e da compreensão do seu papel no novo regime. Os primeiros meses de 1976 correspondem a uma fase de estabilização em torno de instituições centrais do sistema político democrático, num processo que culmina um intenso confronto que envolveu partidos, militares e organizações cívicas, constituindo a imprensa um campo de intervenção privilegiado de discussão sobre a configuração de modelos políticos. Dirigida pelo escritor e jornalista Artur Portela (Filho), a *Opção* é a primeira revista semanal de informação geral a nascer depois da queda do Estado Novo. A publicação do número zero, a 22 de abril, 20 dias após a aprovação da Constituição da República Portuguesa pela Assembleia Constituinte, coincide com a semana em que se assinala o segundo aniversário da Revolução dos Cravos e revela o carácter assumidamente político do projeto, que o título escolhido desde logo evidencia. Da investigação realizada no que diz respeito à história da newsmagazine em Portugal, a *Opção* destaca-se por ser assumidamente ideológica e de combate político, sendo a revista semanal de informação geral que mais se aproxima do universo dos jornais.

Palavras-chave: história da imprensa portuguesa; newsmagazines; revista *Opção*.

Abstract: The launch of *Opção* magazine, on 22 April 1976, happened at a critical time for the transition to democracy in Portugal, from the viewpoint of the political institutions, the principles ruling the activity of the press, and the understanding of its role in the new regime. The early months of 1976 correspond to a phase of stabilization around the core institutions of the democratic political system, in a process that would come to a head in a fierce confrontation involving political parties, soldiers, and civic organizations, with the press as privileged field of intervention in the discussion on the configuration of political models. Run by writer and journalist Artur Portela (Filho), *Opção* was the first weekly newsmagazine to emerge after the fall of the Estado Novo (Portuguese authoritarian regime - 1933/74). The publication of its issue zero, on 22 April, twenty days after the Portuguese Constitution had been passed by the Constituent Assembly, coincides with the week of the commemoration of the second anniversary of the Carnation Revolution, and reveals the openly political nature of the project, which is also attested by the name chosen (which translates as «Option»). From the research conducted on the history of newsmagazines in Portugal, *Opção* stands out by its manifestly ideological and politically engaged nature, being the weekly newsmagazine that is closer to the universe of newspapers.

Keywords: history of the Portuguese press; newsmagazines; *Opção* magazine.

Introdução

Este capítulo resulta do projeto de investigação “Para uma História do Jornalismo em Portugal” financiado pela FCT (PTDC/CCI-JOR/21844/2017). Entre os vários eixos de análise, encontra-se a história da imprensa portuguesa, que inclui as grandes revistas de informação, entre as quais as newsmagazines¹ ou revistas semanais de informação geral. O formato newsmagazine, tal como o conhecemos, nasceu com a revista americana *Time*, lançada por Briton Hadden e Henry Luce, em 1923. Na Europa, as primeiras newsmagazines chegam a partir da década de 40 do século XX (a alemã *Der Spiegel*, em 1947, as francesas *L’Express* e

1 O termo newsmagazine é usado correntemente, por isso, dispensa-se o itálico.

Le Nouvel Observateur em 1964), fruto da transformação de jornais que lutam por viabilidade financeira e que abraçam o modelo de revista como solução, tal como acontece em Portugal, com a *Vida Mundial*, em 1967 (Cardoso, 2020, p. 226).

A revista *Opção*, dirigida pelo escritor e jornalista Artur Portela², é a primeira revista semanal de informação geral portuguesa a nascer depois da queda do Estado Novo (1933-1974). A investigação revela (Cardoso, 2015, pp. 293-316) que esta revista se destaca na história da newsmagazine em Portugal pela sua afirmação enquanto protagonista de intervenção política no espaço público. Na categorização das etapas da história da newsmagazine em Portugal (Cardoso, 2015), a especificidade da *Opção* tornou-a a única representante da segunda subcategoria do período inicial (“Tempos de emergência e pré-modernidade”), intitulada “Filha da Revolução”. Razões que justificam a necessidade de conhecer melhor este projeto, nomeadamente, a sua filosofia, posicionamento ideológico, características gráficas e principais momentos de um percurso que durou cerca de dois anos e meio.

Marco teórico e estado da questão

Fruto do projeto de investigação “Para uma História do Jornalismo em Portugal”, têm surgido comunicações e publicações que contribuem para um conhecimento cada vez mais alargado da história da revista semanal de informação geral portuguesa (Cardoso, 2019; 2020). Também se regista um interesse ao nível de dissertações de mestrado, que abordam as newsmagazines de vários ângulos e em diferentes universidades. Duas das mais recentes, (Grosso, 2018; Lage, 2018), centram-se na revista *Sábado*, uma tendência interessante, que se afasta do habitual. Nas primeiras duas décadas do século XXI, um conjunto significativo de investigadores portugueses analisou acima de tudo a revista *Visão*, a mais antiga newsmagazine portuguesa em circulação, mesmo depois do aparecimento da II Série da *Sábado*, em 2004. Com mais de 15 anos de existência, o título do Grupo Cofina divide o mercado com a *Visão* e começa agora a ganhar espaço na investigação académica.

As abordagens à newsmagazine enquanto objeto de estudo têm sido variadas, desde históricas, apostadas em análises comparativas internacionais, centradas nas capas ou na representação de género, por exemplo. Para enquadrar teoricamente a investigação que está na base deste artigo, procuraram-se pistas na investigação nacional, mas também na internacional, para clarificar os conceitos de revista e de newsmagazine (Holmes e Nice, 2012);

2 À época do lançamento do título assinava como Artur Portela Filho, como forma de diferenciação e homenagem ao pai, Artur Portela (1901-1959), que tinha sido também jornalista e escritor (Portela, 2014). A designação “Filho” cai mais cedo no espaço do Editorial, mas na ficha técnica só passa a figurar apenas “Artur Portela” a partir do Nº 66, de 28 de julho de 1977.

(Jenkins, 2013); (Johnson e Prijatel, 2013); (Abrahamson, D., & Prior-Miller, 2018); (Sternadori, M., & Holmes, T., 2020). Não foram encontrados outros estudos sobre a revista *Opção*, que abordamos neste capítulo.

Metodologia

De forma a caracterizar a *Opção*, analisou-se o contexto histórico, político e socioeconómico ao longo do período em que foi publicada (1976-78). Procuraram-se as influências de newsmagazines internacionais e o posicionamento face à única revista com a qual chegou a dividir o mercado, *Vida Mundial*. Os exemplares da *Opção* foram consultados na Biblioteca Nacional. Sob especial atenção esteve o número zero, publicado a 22 de abril de 1976 e o Nº 1, que sai para as bancas uma semana mais tarde. Nos dois números, procuraram-se as características do dispositivo capa; o projeto gráfico; as secções definidas e respetivo peso comparativo. Analisaram-se os editoriais e o estatuto editorial, espaços nos quais se identificaram as promessas feitas aos leitores, assim como as características, filosofia, objetivos e ambições da publicação. Outro elemento a que se deu uma atenção especial foi a ficha técnica, procurando a estrutura da redação, os proprietários, os números de tiragem e a figura do diretor, do qual se procurou investigar o percurso profissional. Analisaram-se também os sumários, uma vez que estes espaços permitem visualizar o esqueleto da publicação e, de forma sucinta, desenvolver uma primeira perceção da importância da imagem, da distribuição de conteúdos em cada secção e dos temas que as revistas escolhem destacar. Para além destes números iniciais, teve-se em consideração os comemorativos (aniversários da revista); os referentes ao fim/início de anos; e as últimas revistas publicadas.

Opção, porquê?

Dirigida pelo escritor e jornalista Artur Portela, a *Opção* é a primeira revista semanal de informação geral a nascer depois da queda do Estado Novo. Durante duas semanas é a única newsmagazine nas bancas nacionais, até ao regresso da *Vida Mundial* (1967-1977). A publicação do número zero, a 22 de abril, uma quinta-feira, 20 dias após a aprovação da Constituição da República Portuguesa pela Assembleia Constituinte, coincide com a semana em que se assinala o segundo aniversário da Revolução dos Cravos e revela o carácter assumidamente político do projeto, que o título escolhido desde logo evidencia.

O maestro António Victorino d'Almeida, um dos convidados para escrever uma carta ao diretor no número zero, afirma: “Uma revista que opta pelo nome de ‘Opção’, autocondena-se antecipadamente a uma pesada responsabilidade e ao risco imediato de uma pergunta

infalível: optar por quê?” (d’Almeida, 1976, p. 64). De acordo com Artur Portela³, “a *Opção* tinha ideologia e assumia-a. Mas não tinha partido. Embora acolhesse colaboradores de todos os sectores da esquerda, incluindo a esquerda independente. E não só da esquerda” (Portela, 2014b).

Um ano mais cedo, a 17 de abril de 1975, cerca de um mês após a entrada em vigor da Lei de Imprensa (a 13 de março), tinha sido lançado o vespertino *Jornal Novo*, também dirigido por Artur Portela, tendo José Sasportes como chefe de redação. Após o Golpe de Estado de 25 de Novembro de 1975, que iniciou um novo ciclo político menos à esquerda, diretor e chefe de redação acabaram por ser afastados em fevereiro de 1976 pela administração do jornal, propriedade de onze “personalidades conservadoras”, na sua maioria com “ligações à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), a estrutura patronal, à época, mais relevante” (Gomes, 2013, p. 66).

O fim do percurso de Artur Portela e José Sasportes no *Jornal Novo* marca o início da idealização de um novo projeto, com objetivos muito claros. “Queríamos debater Portugal. Queríamos debater Portugal no Mundo. Queríamos contribuir para a criação de um espaço de diálogo à esquerda. Queríamos aprofundar o nosso tipo de intervenção jornalística, agora com uma periodicidade que permitia outra variedade e outro alcance. Queríamos assegurar a independência de um título que era propriedade de jornalistas”, explica Artur Portela (2014b). As vontades conjugaram-se e em tempo recorde (cerca de dois meses), chegava às bancas a *Opção*, a 22 abril de 1976.

Um “semanário-revista”

Com 68 páginas, desenho gráfico assinado pelos pintores Isabel Laginhas e Luiz Duran, o Nº 0 da revista tem 22X30 cm, dimensões um pouco superiores às habituais numa newsmagazine, e custa 20\$00. As páginas interiores usam um papel branco e encorpado, mas sem imagens a cores, contrastando com o papel brilhante da capa e os jogos cromáticos que nesta se encenam. O logótipo recorre a uma fonte inusitada, pouco formal, em minúsculas, inclinadas (excecionalmente o P), com o til a fugir do A, a caminho do O. O mesmo tipo de letra será usado no interior da revista para designar as secções. Nos números seguintes o logótipo da *Opção* vai variando de cor.

O design da capa da nova newsmagazine, do tipo um tema, uma imagem, é muito semelhante ao usado, à época, pela francesa *L’Express*, não deixando de haver reminiscências da *Time*, pelo facto de recorrer a uma moldura vermelha, que depois variará de cor, tal como acontecia no título francês. Artur Portela admite a influência da *L’Express* e acrescenta como fontes de inspiração a americana *Newsweek* e a italiana *L’Espresso* (Portela, 2014b).

3 As referências sem indicação de página dizem respeito a testemunhos recolhidos através de uma troca de e-mails em setembro de 2014, devidamente referenciados na bibliografia.



Figura 1

Número zero da *Opção*, publicado a 22 de abril de 1976

Fonte: Biblioteca Nacional

No fundo branco da capa zero da *Opção*, surge uma fotografia da estátua do Duque da Terceira, no Cais do Sodré, num plano em contrapicado inclinado que oculta parte da base do monumento e deixa em destaque o pedestal. Neste, na zona frontal, por baixo do nome do representado na estátua e da data de conclusão da obra em numeração romana, encontra-se grafitado o símbolo do Movimento de Esquerda Socialista (MES), fundado logo a seguir ao 25 de Abril. Na lateral esquerda do pedestal, lê-se: “Campanhas da Liberdade, 1826 a 1834” (em numeração romana), pelo (a preto) “Socialismo” (a vermelho), as duas últimas palavras a grafito na pedra. Mais abaixo há mais três palavras grafitadas e depois riscadas a preto que parecem ser “Para o Comunismo”. Em torno da última parte da palavra Socialismo, ainda são visíveis, em traços ténues, semelhantes a rabiscos, três siglas: PS (em baixo); PCP e GIS (em cima), correspondendo este último ao Grupo de Intervenção Socialista, criado por Jorge Sampaio em novembro de 1974, em rutura com o MES, do qual tinha sido um dos fundadores. O título de capa surge à direita da imagem, a quatro linhas, em tom amarelo pálido, delineado a preto: “O que / a direita / não / abaterá”. A resposta será “o Socialismo”, que surge a vermelho, já que o Comunismo, a preto, está riscado?

O título expressivo apelativo, de tom dramático, desmonta-se, e o tema de capa ganha clareza através do texto complementar que se arruma em coluna, limitada por uma barra e um filete pretos, em cima, e um fino filete no mesmo tom, em baixo. A coluna surge inserida

no quadrante superior esquerdo, entre a fronteira da moldura encarnada e a imagem. No texto, distribuído por seis linhas, organizadas de forma graficamente atraente, com recurso a alternância de cores (preto e vermelho) e a dimensões variadas dos caracteres, lê-se: “4 cenários / se ganhar / o PS / ou o PC / ou o PPD / ou o CDS”. Temos aqui o contexto do dispositivo da capa zero da *Opção*: as eleições legislativas marcadas para três dias mais tarde, numa data simbólica, 25 de abril.

O primeiro editorial da *Opção*, assinado por Artur Portela, é publicado na página 15 e tem um título esclarecedor: “Opção qual, por quem, como?”, estando a primeira palavra centrada em cima e as restantes, também centradas, na linha abaixo. Explica Portela que a *Opção* nasce porque “há cada vez menos semanários de Esquerda. Sobretudo, eficazes”. A revista pretende, por isso, ocupar esse espaço que considera quase vazio e ser “uma voz de Esquerda”, “que se quer criativa, e não apenas defensiva”. A *Opção* vai bater-se “por uma afirmação da capacidade política, profissional e moral da Esquerda”, de uma forma ativa, ou seja, “revelando-a, suscitando-a, desencadeando-a” (Portela, 1976a, p. 15).

Em termos ideológicos, Portela afirma a equipa da *Opção* como “socialistas independentes” que sentem ter deveres apenas para com os “interesses da maioria esmagadora do povo português — os trabalhadores”. O diretor afirma também que a revista é “um jornal de esquerda” e um “semanário político”, “não porque só falamos de política, mas porque falamos politicamente das coisas”. Junta-se assim a “semanário” a autorreferenciação como “jornal”, empurrando a revista para esse campo da imprensa.

Na apresentação dos conteúdos, Artur Portela enumera as secções “Portugal”, “Mundo” e “Espectáculos”, assim como “a análise política, os colunistas, a reportagem”, uma vez que a *Opção* “quer ser um semanário de grande informação”, capaz de “falar nítido e de falar concreto” — e aqui estas características aproximam-na da newsmagazine. Em relação ao público, “interessam-nos leitores exigentes”, afirma o diretor. Em troca, promete “um jornalismo renovador, analítico e claro”, que trabalhe “por um socialismo libertador, fecundo, original” (Portela, 1976a, p. 15).

Na ficha técnica, publicada na página 16, depois do diretor, identificado como Artur Portela Filho, segue-se José Manuel Teixeira como chefe de redação, os mesmos dois nomes que surgem perto do final sob a designação “Gerência”. Seis jornalistas integram a redação: Alexandre Pomar, Armanda Passos, Carlos Veiga Pereira, José Sasportes, Maria Guiomar Lima e Mário Bettencourt Resendes. Como “gráficos” constam os nomes de Isabel Lajinhas e Luís Duran. A ficha técnica continua com um quadro de 14 “Colaboradores Efectivos”, entre os quais, por exemplo, António Pedro de Vasconcelos, José Augusto França, José Colaço, Maria Belo, Miguel Galvão Teles e Serras Gago. Antes dos dados mais técnicos, surgem cinco “Colunistas”: António Reis, Eduardo Lourenço, João Cravinho, Jorge Sá Borges e Remy Freire.

No canto superior esquerdo da página 60, a *Opção* Nº 0 apresenta aos leitores o Estatuto Editorial, que não voltará a republicar. Com apenas quatro pontos, importa transcrevê-lo

para se perceber, ainda com mais clareza, os objetivos, natureza e ambições da revista:

1. “OPÇÃO” pretende realizar o projecto de um jornalismo analítico, crítico e independente, apartidário, mas de clara opção socialista.
2. “OPÇÃO” pretende constituir um instrumento para a definição de uma política de esquerda convergente, realista, criativa e eficaz.
3. “OPÇÃO” pretende participar no desenvolvimento das conquistas históricas da revolução, nomeadamente a democratização e a reforma agrária.
4. “OPÇÃO” beneficia da participação da redacção no estabelecimento das suas linhas de actividade, através da análise crítica de cada número e da planificação dos números seguintes.

Essa análise crítica e essa planificação são suscitadas sistematicamente pela direcção e pela chefia da redacção, responsáveis pela orientação geral do semanário.

O quarto e último ponto do Estatuto Editorial da *Opção* diz respeito ao funcionamento da newsmagazine e não levanta grandes questionamentos, apontando-se apenas o facto de sublinhar a inter-relação próxima entre chefias e jornalistas, vincando o carácter de um trabalho conjunto. Mas atente-se na última palavra utilizada: “semanário”. Confirmando o enunciado pelo diretor no Editorial, é assim que a *Opção* oficialmente se define, afastando-se do universo das revistas e mergulhando no dos jornais.

Quando questionado sobre a natureza da *Opção*, Artur Portela classifica-a como uma revista, mas reconhece que esta não cumpria os cânones normalmente associados a este tipo de imprensa, nomeadamente “o luxo gráfico”, tal como se traduzia, exemplifica, na *Life* ou na *Paris Match*. Afirmar que “a *Opção* era, digamos, um semanário-revista”. Refletindo, acrescenta: “E vice-versa? Talvez não vice-versa. Talvez sobretudo semanário. Político, cultural, económico. Posso admitir que, então, as duas designações, semanário e revista, fossem, para nós, difusamente embora na nossa pressa, coisas quase sinónimas”. Artur Portela aponta ainda outra explicação, afirmando que “apetece-me admitir a possibilidade de que essa “hesitação” projectava um misto de dúvida e de vontade. E talvez a pulsão de uma memória-tentação, a das revistas políticas, culturais, que antecederam o salazarismo” (Portela, 2014a).

No primeiro ponto do Estatuto Editorial, a revista afirma pretender fazer um “jornalismo analítico, crítico e independente, apartidário”, palavras habituais no Estatuto Editorial de qualquer publicação informativa. Mas a última parte, ainda do primeiro ponto, já marca a diferença: “mas de clara opção socialista”. Existe aqui um posicionamento ideológico à esquerda formalmente assumido na carta de princípios da publicação, em consonância com a apresentação do diretor no Editorial. Os dois pontos intermédios clarificam-no. Assim, no segundo princípio, a revista afirma querer ser “um instrumento para a definição de uma política de esquerda convergente, realista, criativa e eficaz”. No terceiro, acrescenta a vontade de “participar no desenvolvimento das conquistas históricas da revolução, nomeadamente a democratização e a reforma agrária”. Fecha-se um programa mais político que editorial. A ordem pela qual surgem enumerados os partidos políticos na capa zero da *Opção* também

ganha outra leitura — parece corresponder à ordem decrescente de preferências da revista em relação aos vencedores das eleições: PS; PC; PPD; CDS.

Sem explicação, na mesma página em que o Estatuto Editorial se insere e continuando para a página seguinte (página 61), a *Opção* publica a escritura referente à constituição da empresa editora da revista, a “Frente — Sociedade de Publicações, Ld.^a”. Pelo espírito da publicação, presume-se que terá sido uma decisão de transparência para com os leitores. Fica-se assim a saber que os proprietários são Artur Portela, José Sasportes, Carlos Veiga Pereira e José Manuel Teixeira, todos jornalistas (e todos diretamente envolvidos no projeto, Manuel Teixeira, como referido, surge na ficha técnica como chefe de redação, Veiga Pereira e Sasportes na redação). O capital social é de 160 contos, dividido, igualmente, em quatro quotas de 40 contos (cerca de 19 mil euros e quase cinco mil euros, respetivamente, em valores atuais).

Ainda no número zero, mas recuando à página 25, até um texto não assinado, anunciam-se alguns dos conteúdos que a revista pretende apresentar semanalmente aos leitores: entrevistas; reportagens; inquéritos; os “painéis Opção”, reunindo “individualidades de diferentes formações políticas, e independentes” com o objetivo de encontrar “pistas para a abordagem da realidade nacional”; “sondagens Opção”, de forma a ser possível aos leitores da revista “acompanhar o evoluir da opinião de largos e significativos sectores do País sobre acontecimentos e problemas que nos afectam a todos, no campo político, económico, cultural, etc.”. Um conjunto que aponta para uma vontade de dotar os leitores de instrumentos de análise crítica da realidade complexa vivida em 1976.

Uma fotografia de Mário Soares, em plano médio, sentado numa poltrona, faz a capa da *Opção* número 1, de 29 de abril de 1976. O tema eleições repete-se, mas é uma repetição incontornável para uma revista semanal de informação geral que sai para as bancas quatro dias após um ato eleitoral nacional. A *Opção* introduz uma novidade: um pequeno comentário inserido na parte inferior da moldura da capa. Traduz-se numa frase irónica, umas vezes recorrendo a provérbios populares, outras ficcionando-as e atribuindo-as a personalidades reconhecidas. É este o caso da primeira, na qual se lê “Ah! Senhor vede bem o partido que tomais”, assinado “Molière”, numa alusão à decisão que Mário Soares, líder do PS, o partido mais votado, teria de tomar para formar uma coligação que lhe permitisse governar.

Artur Portela repete no primeiro número todo o conteúdo do editorial do N^o 0, inserido, uma vez mais, na página 15. Contudo, o oitavo parágrafo é novo, acrescentado no meio do texto original para comentar o resultado das eleições legislativas de 25 de abril de 1976. O diretor destaca a importância da vitória da “Esquerda” e da derrota da “Direita”. Também diferente é a fotografia que acompanha o espaço do editorial — Portela abandona o ar sério, quase preocupado, do número zero, surgindo sorridente e confiante na nova imagem do número um.



Figura 2

A partir do Nº 1, a Opção passa a inserir um comentário satírico em rodapé

Fonte: Biblioteca Nacional

No cabeçalho da página 13 surge o logótipo da revista, abaixo uma linha que inclui o número, a data e o preço da revista e, a seguir, surgem os nomes do diretor e da empresa proprietária. Após um fino filete, o restante espaço é ocupado pelo sumário, que se divide em cinco secções. “Portugal” abre a revista e ocupa mais de um terço do título, com 25 páginas, incluindo temas de política e economia, assim como o “Editorial” e as “Cartas ao Director”. Na secção “Colunistas”, António Reis, Eduardo Loureço, João Cravinho, Remy Freire e Luís Jardim assinam textos distribuídos entre as páginas 21 e 36. Ao “Mundo” estão reservadas apenas quatro páginas e à “Cultura” sete, uma destas intitulada “Mulher Opção”, a pensar no público feminino, que se mistura com temas de cinema, teatro e livros. O sumário fecha com “Documento Opção”, neste caso uma entrevista a Emídio Guerreiro, apresentado como ex-guerrilheiro, ex-secretário-geral do PPD e ex-PPD, que “conta como foi aos leitores da ‘Opção’”. A lista de conteúdos arruma-se numa coluna vertical à direita, enquanto à esquerda, se inserem três destaques para peças concretas, acompanhados de fotografia.

Antes da página 13 onde se encontra o sumário existem, contudo, outros espaços delimitados. A revista abre com “Luneta”, na página 1, um conjunto de pequenos textos críticos, redigidos com alguma ironia, sobre temas polémicos da atualidade política. Seguem-se duas

páginas de “Conde de Abranhos”, uma crónica ficcional, assinada por Artur Portela e, por fim, nove páginas de “A nossa opção” com críticas teatrais, de cinema, televisão, livros (com um *top dos best sellers*), discos e exposições.

A ficha técnica da *Opção* cresce do Nº 0 para o primeiro número e novamente para o Nº 2, de 6 de maio de 1976, a partir do qual passa a apresentar uma estrutura mais completa. No que diz respeito a alterações, apenas quatro jornalistas integram a redação, uma vez que desaparece o nome de Carlos Veiga Pereira e o de José Sasportes transita para os “Colaboradores Efectivos”, secção que cresce para vinte elementos. Existe agora uma indicação individualizada de “Fotografia”, por baixo da qual há apenas o nome de Miranda Castela. Os colunistas passam a seis com a entrada de Luiz Jardim. E, por último, passa a haver a indicação de Francisco Agarez como “secretário-geral”.

Artur Portela só tem elogios para a equipa que fez a revista *Opção*:

O chefe de redacção, José Manuel Teixeira, que também viera do *Jornal Novo*, é um dos jornalistas mais competentes e trabalhadores da sua geração. Só um profissional como ele podia assumir a tarefa que assumiu. Numa redacção muito pequena, lado a lado com Alexandre Pomar, Armanda Passos, Carlos Veiga Pereira, Maria Guiomar Lima e Mário Bettencourt Resendes. Todos de grande qualidade. Com carreiras prestigiadas. Num trabalho praticamente *non stop*. Uma palavra, ainda, para Francisco Agarez e Carlos Arinto que se ocupavam de aspectos decisivos do projecto, não predominantemente jornalísticos (Portela, 2014b).

A 27 de maio de 1976, a *Opção* chega ao quinto número e reforça a aposta numa relação dialogante, de proximidade, com os leitores. Sob o título “Por uma ‘Opção’ melhor”, a revista publica um questionário, que pretende ser anual, com três páginas que pretende usar como base para realizar uma sondagem sobre vários aspetos, desde o local onde é comprada a revista, às razões de escolha, opiniões sobre as secções e o desenho gráfico, sobre a “verdade da informação”, que inclui perguntas sobre clareza, imparcialidade e independência e, até, sobre hábitos de leitura. De acordo com Artur Portela a revista “foi bem recebida. Tivemos uma óptima primeira fase, com um número impressionante de assinantes”.

O inquérito aos leitores foi elaborado com o apoio do Gabinete de Estudos Contagem, dirigido por Maria Eugénia Retorta, que realizara estudos estatísticos durante o período eleitoral que findara há um mês. *Opção* explica no texto introdutório do questionário que este é lançado para conhecer melhor os leitores, o que pensam da revista e de que forma podem melhorá-la. Não há indicação da data limite para o envio das repostas. Numa análise distanciada, talvez fizesse mais sentido apostar pela primeira vez num instrumento destes quando a revista estivesse há mais tempo nas bancas, mas a época vivida pela *Opção* era excecionalmente acelerada e a ânsia de fazer novo, melhor e já, estruturante das decisões. A iniciativa, contudo, associada aos concursos e passatempos promovidos, e ao espaço alargado para

cartas de leitores, demonstra a vontade de estar cuidadosamente atento a quem decidia comprar semanalmente a *Opção*.

Ao longo das semanas, a escolha do tema de capa recai maioritariamente sobre a política nacional. Mas o internacional, assim como os temas de sociedade, como o comportamento e a educação, também merecem as preferências da primeira página da *Opção*. No que diz respeito à construção da capa, logo a partir do segundo número passa a multi-tema, uma imagem, estrutura que se torna a regra, surgindo uma segunda referência de capa inserida num retângulo que atravessa o canto superior direito. Apesar de acontecer o recurso à fotografia (tal como os dois primeiros números são exemplo), e até haver uma capa tipográfica (a 12 de julho de 1976, sobre os cortes de energia), a grande aposta em termos de imagem principal na capa da *Opção* foi a ilustração. Algures nessas imagens, vislumbram-se as iniciais do autor: “ant alf”. O enigma foi resolvido com a ajuda de Artur Portela. Pertencem ao pintor António Alfredo.

Primeiro aniversário com entrevistas “tipo ‘Play Boy’”

Em fevereiro de 1977, a *Opção* fica novamente sozinha no mercado das newsmagazines, com o encerramento da *Vida Mundial*. Dois meses depois, com o primeiro aniversário a aproximar-se, publica-se o Nº 50, a 7 de abril de 1977, e Artur Portela anuncia no editorial um aumento de 5\$00. O diretor explica que são “obrigados a elevar o preço de capa em consequência dos aumentos dos custos de produção em geral e do papel em especial”. Sem concorrência, a *Opção* passa a custar 25\$00 a partir de 14 de abril. Lembra Portela que a revista “não vive à custa do Estado” e não é apoiada por “nenhum grupo de empresas. Vive dos exemplares que vende e da publicidade que insere” (Portela, 1977a, p. 16).

Na linha habitual de inter-relação com os leitores, o diretor lembra o inquérito lançado nas duas semanas anteriores que colocara a questão do aumento do preço, acompanhado de outras perguntas sobre hábitos de leitura e características da revista, na segunda edição da sondagem “Por uma ‘Opção’ melhor”. Artur Portela promete para breve a divulgação estruturada dos resultados, mas adianta duas tendências identificadas: a) os leitores veem a *Opção* como “um semanário independente de esquerda, não vinculado a quaisquer interesses partidários ou económicos”; b) os leitores estão dispostos a pagar mais pela revista. (Portela, 1977a, p. 16).

Uma semana mais tarde, a 21 de abril de 1977, a *Opção* festeja o seu primeiro aniversário. Artur Portela assina um editorial de balanço com o título “Um ano depois, um ano antes”, que procura fazer a ponte entre o passado e o futuro. O diretor destaca a excecionalidade dos 12 meses anteriores: “Ano da Constituição, ano da institucionalização da democracia, ano do governo socialista. Ano do assentamento, de perplexidade e de ambiguidade. Ano de reagrupamento da direita. Ano do realinhamento de forças”. O que se adivinhava através da data escolhida para o lançamento da newsmagazine é confirmado por Portela quando afirma

que “não é por acaso que surge, neste ano, a voz que é o semanário ‘Opção’”. Sobre as reações partidárias ao aparecimento da *Opção*, uma das palavras usadas resume-as bem, “incomodidade”. De acordo com Portela, “boa parte da esquerda instalada (...) considera este semanário hipercrítico e desajustado do concreto”, enquanto “a direita (...) considera este semanário hipercrítico e desajustado da etiqueta”.

Para o diretor, a maior conquista da *Opção* é o diálogo com os leitores, uma vez que é deste “que obtemos autoridade para dizer o que dizemos e para seguirmos adiante”. Numa análise da situação económica da revista, Portela afirma que vendas e tiragem encontram-se em expansão, mas a publicação enfrenta problemas causados pelo aumento do preço do papel e pela sua escassez. Como solução, o diretor afirma que estão a ponderar “a possibilidade de utilização de um papel mais fácil de obter”, a partir do mês seguinte, mas garante que essa mudança, a acontecer, não terá implicações na organização e nos conteúdos da revista (Portela, 1977b, pp. 18-19).

Três semanas mais tarde, o Nº 55, de 12 de maio de 1977, é o primeiro a ser publicado num papel menos espesso e mais amarelado, semelhante ao usado pelos jornais. A capa mantém a qualidade habitual, em papel *couché*, a cores, de acabamento brilhante. A alteração só é, contudo, anunciada na semana seguinte, a 19 de maio de 1977, no espaço não assinado de diálogo com o leitor “Dois dedos de conversa”, na página 16 do Nº 56. As razões já apresentadas pelo diretor no número de aniversário reafirmam-se e a revista sublinha que as medidas que estão a tomar contam com o apoio dos leitores, que afirmam apenas se importar com a manutenção “de um semanário independente de esquerda, livre de todas as tutelas económicas, políticas, partidárias” (Portela, 1977a, p. 16).

A sátira, “mas também o humor e a ironia”, como Artur Portela faz questão de sublinhar, foram uma constante ao longo da vida da *Opção*, tanto dentro da revista como na capa. Mas é em abril de 1977 que atingem o expoente máximo, com as longas entrevistas ficcionais apelidadas de “tipo ‘Play Boy’” “realizadas” aos principais líderes políticos da época e ao Presidente da República, com perguntas e respostas hilariantes, todas com direito a capa, ao longo de cinco semanas, de 21 de abril a 19 de maio (Ver Figura 3). Foi esta a forma escolhida pelo título para assinalar o terceiro aniversário do 25 de Abril e o primeiro da *Opção*.

A ordem de publicação das “entrevistas” foi a seguinte: Diogo Freitas do Amaral, a 21 de Abril (data em que a chamada de capa secundária noticia os primeiros 12 meses da *Opção*, com a indicação “Parabéns a “nocês”!”). A frase de rodapé é “Cherchez la femme!” assinada por Anónimo); Francisco Sá-Carneiro, a 28 de abril (com a frase de rodapé “Pela boca morre o peixe”, assinado provérbio popular); Mário Soares, a 5 de maio (no rodapé lê-se “A noite é americana”, assinado por João Lucas Godard); Álvaro Cunhal, a 12 de maio (em rodapé temos “O branco também é bonito!”, assinado por Heidi); e, finalmente, o General António Ramalho Eanes a 19 de maio (lendo-se em rodapé “Portugal é a razão”, assinado por J. C. Ary dos Santos).



Figura 3
 As cinco capas da *Opção* com as entrevistas de
 “tipo ‘Play Boy’” (abril a maio de 1977)
 Fonte: Biblioteca Nacional

A capa dedicada ao Presidente é a menos ousada em termos conceptuais, enquanto as mais provocadoras são as dos dois líderes dos partidos mais à direita, representados numa relação de maior proximidade com a “coelhinha” símbolo da Playboy. Em contrapartida, na última capa a figura humana feminina desaparece e apenas surge um “carimbo” da Playboy no canto inferior direito. A figura do Presidente reduz-se a uma representação estilizada de perfil, e uma análise menos atenta, que não tenha em atenção o título, pode até não verificar de imediato que esta última capa ainda se insere na série de entrevistas “tipo ‘Play Boy’”. Atente-se, ainda, na separação “play” “boy” (na capa de Freitas do Amaral estão unidas por um hífen), que impede a coincidência total com o nome da revista de Hugh Hefner, embora a relação seja evidente.

Nove meses de concorrência em banca

Como já foi referido, dois meses antes do início das “entrevistas especiais” de aniversário, a *Opção* tinha ficado novamente sozinha no mercado das newsmagazines portuguesas, retomando a condição solitária que usufruía durante as duas primeiras semanas de existência. A *Vida Mundial*, sob direção de Tomaz Ribas, cessara a publicação. Quando fechou, a revista tinha uma tiragem de 16 mil exemplares, enquanto a *Opção* registava uma média de 20 mil, que subiu para 23 mil em março, provavelmente na sequência do desaparecimento da concorrente.

Durante nove meses (6 de maio de 1976 a 10 de fevereiro de 1977), as duas newsmagazines chegaram todas as quintas-feiras às bancas, em concorrência direta pela atenção dos leitores. Tinham ambas 68 páginas de informação nacional e internacional e assumiam-se como publicações com opinião. A *Vida Mundial* custava 25 por cento menos que a *Opção*, ou seja, 15\$00. Sobre a concorrente, Artur Portela afirma que a *Opção* era “mais solta. Eu diria totalmente solta. Desenquadrada da guerra que ia pelos jornais e pela RTP e pelas estações de rádio”. Uma referência à turbulenta fase de nacionalizações de meios de comunicação social após o 25 de Abril. Durante o período em que os dois títulos partilharam as bancas, houve semanas em que ambos trabalharam os mesmos temas nas capas, o que permite uma comparação da construção dos dispositivos. Isso acontece logo na primeira semana em que a *Vida Mundial* ressurge, pela mão de Natália Correia, a 6 de maio de 1976. As duas revistas escolhem para capa o tema que estava a marcar a agenda. Os resultados das eleições legislativas de 25 de abril e a vitória sem maioria absoluta do PS ainda estavam a ser analisadas, quando o PPD/PSD resolve propor o nome do general Ramalho Eanes como candidato às eleições presidenciais de 27 de junho. À espera de resposta do general, as duas newsmagazines chamam-no à capa. Mas constroem dispositivos muito diferentes.



Figura 4

A possível candidatura de Ramalho Eanes à presidência faz capa na Opção e na Vida Mundial a 6 de maio de 1976

Fonte: Biblioteca Nacional

A *Opção* preenche o fundo a amarelo claro, onde insere uma ilustração que mostra um busto de Ramalho Eanes. Em cima de uma base colorida (azul, amarelo, laranja, cor-de-rosa e verde) o busto do general representa-o revestido a metal, de lábios fechados, boina e óculos escuros, de cabeça e olhar dirigidos para o lado esquerdo da capa. O título comprometido “Eanes: 2ª Derrota da Direita” parece querer adivinhar o fracasso da aposta do PPD/PSD depois da derrota nas legislativas. Em rodapé, a frase da semana é “O calado é o melhor”, assinado como “Provérbio Popular”.

A *Vida Mundial* decide-se por uma ilustração fotográfica. Preenche a vermelho o fundo (salvo o filete enquadrador branco obrigatório) e usa uma fotografia a preto e branco do general Ramalho Eanes de traje civil — camisa, fato, gravata e pulôver, também de lábios cerrados e óculos de sol. O militar parece dirigir-se para o lado esquerdo da capa, sem fitar o leitor. Por trás avolumam-se silhuetas negras que podem ser interpretadas como um reflexo da incerteza política do momento. O título “E agora as presidenciais” coloca a tónica no debate que se inicia, dando como encerrado o anterior — já se sabe quem ganhou as Legislativas, o interesse dos leitores concentra-se agora nas Presidenciais.

Nos nove meses em que estiveram lado a lado nas bancas à quinta-feira, as diferenças entre as capas da *Opção* e da *Vida Mundial* começaram por ser claras. As primeiras eram mais irónicas, com títulos mais comprometidos e tomadas de posição incisivas. A *Vida Mundial* aproximou-se do universo satírico da *Opção* nos últimos meses de publicação, apostando

fortemente no cartoon. Exemplo disso, é o caso de Otelô Saraiva de Carvalho (Figura 5) que é retratado através de uma fotografia na capa da *Opção* e por um cartoon na *Vida Mundial*, apenas com semanas de intervalo.



Figura 5
Otelô Saraiva de Carvalho: registro fotográfico na Opção
(13 de maio de 1976) e cartoon na Vida Mundial (24 de junho de 1976)
Fonte: Biblioteca Nacional

Novo aumento de preço e um final atribulado

Oito meses depois do primeiro aumento, a *Opção*, no Nº 86 de 15 de dezembro de 1977, sobe mais cinco escudos o preço, atingindo os 30\$00, sem aviso prévio ou explicações no primeiro número de valor mais elevado. Um contraste absoluto como as preocupações e os cuidados que, em abril, o título tivera quando procedera ao primeiro aumento, quebrando a tradição de diálogo com os leitores. Com o novo preço surge também uma pequena reforma gráfica que traz o sumário para a página 1. O índice passa a ocupar a largura do terço final da página que usa os dois primeiros terços para dar destaque a três peças, acompanhadas de fotografia.

A 27 de abril de 1978, o Nº 105 da *Opção* assinala o segundo aniversário ou, melhor, o início do terceiro ano de publicação. A ficha técnica refere uma tiragem de 20.500 exemplares. Na capa, lê-se a vermelho, inserido num quarto de círculo amarelo no canto superior direito, “Opção entra no 3º ano”. É a única informação secundária, uma vez que o tema que faz a capa

é um dossier especial sobre o quarto aniversário da Revolução dos Cravos. Desta vez, no interior da revista, a conquista da *Opção* não é referida no Editorial, é guardada para o espaço de diálogo, não assinado, “Dois dedos de conversa com o leitor”, na página 16.

Intitulado “Entramos no 3º ano”, o texto escrito em itálico, é, essencialmente, um balanço dos primeiros dois anos da *Opção*, mais do que o anúncio do que será o terceiro. Lembra-se a “experiência da luta pela continuação e desenvolvimento de um semanário que nasceu absolutamente independente, quer no plano político, quer no plano económico, e que assim se mantém”. Comenta-se abertamente a crise da imprensa, referindo a subida dos preços e consequente crescimento dos custos de produção. Afirmar a *Opção* que “a crise económica retrai o público e os anunciantes. Os jornais são em número excessivo”. O texto termina com agradecimentos a todos os que têm apoiado a revista, mas antes lembra que “o projecto OPÇÃO, o de uma sociedade libertada, e renovada, esclarecida, informada, aberta, dialogante, pacífica, é um projecto muito maior do que um semanário” e a razão que torna a newsmagazine indispensável.

Cinco meses mais tarde, a 21 de setembro de 1978, no espaço “Opção e os seus leitores”, a nova designação de “Dois dedos de conversa”, a revista Nº 126 debate os resultados da terceira edição da sondagem “Por uma ‘Opção’ melhor”, que pretendia avaliar o interesse que os leitores teriam “em participar no capital social de uma nova empresa proprietária desde semanário”. A pergunta nasce da necessidade de conversão da empresa proprietária numa sociedade anónima, para conseguir “enfrentar a crise generalizada da imprensa, consequência da crise económica”. A revista dá conta da vontade dos leitores em participarem na viabilização da empresa e informa que já reuniu até ao momento um montante “superior às três centenas de contos [cerca de 36 mil euros em valores atuais]”. Contudo, existem dúvidas sobre a forma como a futura empresa pode ser controlada e operacionalizada, ao mesmo tempo que as dificuldades financeiras se agudizam (1978, p. 21).

Na semana seguinte, o espaço não assinado “Opção e os leitores” faz novo ponto da situação que nada acrescenta ao enunciado sete dias antes. Na capa, uma ilustração a preto e branco, de base fotográfica, mostra o presidente da República, Ramalho Eanes, sentado, provavelmente num momento formal, mas de perna cruzada, numa pose descontraída, olhando para a margem direita da moldura encarnada. No título expressivo formal, em maiúsculas vermelhas, inserido numa coluna de seis linhas, à direita da imagem, lê-se “Hipóteses: (sublinhado) / quatro / foi / a conta / que Deus / fez”. Jogando com o provérbio “Três foi a conta que Deus fez”, a *Opção* identifica o General Ramalho Eanes com “Deus”, já que o presidente tinha nas suas mãos o poder de decidir que governo nomear — precisamente o quarto depois de instituído o sistema legislativo democrático. “Será que é desta que acerta, não à terceira, mas à quarta?”, é uma mensagem em formato de questão possível de descodificar nas entrelinhas do título construído.

Esta capa do Nº 127, de 28 de setembro de 1978, parece ter sido desenhada sob condições

anormais, uma vez que no cabeçalho inserem-se duas datas diferentes e tanto a da esquerda (29 de setembro) como a da direita (14 de setembro) estão erradas, tal como a numeração da direita (que refere Nº 125). A maior pista nasce na habitual frase inserida em rodapé: “Não pedimos desculpa por esta interrupção”, assinada “Anónimo”. Nada nas páginas interiores da revista o deixa adivinhar, mas a *Opção* não volta a publicar-se.

Na ficha técnica deste último número, a designação “redação” tinha desaparecido, havendo apenas um quadro de 19 “colaboradores”, muitos deles nomes novos, como Eduardo Nobre, José Rebelo, Lauro António ou Margarida Marante. O número de colunistas disparara para 11, enquanto na fotografia Mafalda Mendes de Almeida e João Freire acompanhavam agora Miranda Castela. Uma nova designação, “Ilustradores” contava também com três pessoas, António Alfredo, João Machado e Vítor Mesquita. Os dados referentes à tiragem tinham desaparecido.



Figura 6:
“Não pedimos desculpa por esta interrupção”,
lê-se no do rodapé na última *Opção*
Fonte: Biblioteca Nacional

Conclusões

Artur Portela considera que os problemas financeiros que ditaram o fim da revista “poderiam, talvez, ter sido superados, com outros apoios”, mas caso estes se concretizassem, poderiam “pôr em causa a independência da *Opção*”. O balanço de quase dois anos e meio de muita adrenalina é “globalmente positivo”, “embora esgotante”. O escritor conta que “o

fim da *Opção* foi traumatizante para alguns de nós”. E para Artur Portela em particular. Ver “o fim, forçado, financeiro, do projecto de um semanário de jornalistas, pelo qual lutámos arduamente, só podia ser, para mim, uma grande perda e um fortíssimo trauma”.

Dos 15 títulos identificados como newsmagazines portuguesas (Cardoso, 2015), a *Opção* é aquele que levanta mais dúvidas em relação ao enquadramento na classificação. Apesar do formato físico de revista, a capa ilustrada e o ecletismo das secções, há na publicação uma natureza assumidamente de “jornal”, referenciada logo no estatuto editorial, e reforçada em todos os editoriais e espaços de diálogo com o leitor, assim como pelo grafismo interior e a ausência de cor. Apesar do nome feminino escolhido, a *Opção*, quando se refere a si própria, designa-se sempre como “o semanário”, embora a proximidade e o diálogo permanente que alimenta com os seus leitores nos primeiros dois anos sejam características do universo das revistas. Existe, depois, uma clareza de posicionamento ideológico que começa logo no título e que a aproxima dos jornais. Para uma newsmagazine é um caminho arriscado, já que o objetivo deste tipo de revista é atingir a generalidade das pessoas. Mas como primeira “filha da Revolução”, seria difícil, se não impossível, a natureza da *Opção* ser diferente. Assim, de 1976 a 1978, Portugal contou com uma “newsmagazine militante”, de características únicas. Sob a regra da independência, escolheu, retomando o Estatuto Editorial, ser “um instrumento para a definição de uma política de esquerda convergente, realista, criativa e eficaz”.

Referências bibliográficas

- Abrahamson, D., & Prior-Miller, M. (Eds.). (2018). *The Routledge handbook of magazine research: The future of the magazine form* (2nd ed.). Routledge.
- Cardoso, C. R. (2012). *Seduzir ou Informar? — A capa de newsmagazine como dispositivo de comunicação*. MinervaCoimbra.
- Cardoso, C. R. (2015). *A newsmagazine em Portugal: 70 anos até à consolidação do conceito* (Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa). Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/20009>
- Cardoso, C. R. (2019). A newsmagazine em Portugal: 70 anos até à consolidação do modelo. In *Libro de Atas XVI Congreso AsHisCom*, pp. 224-234. Santiago de Compostela, Spain: Santiago de Compostela University — Faculdade de Ciencias de Comunicacion. https://docs.wixstatic.com/ugd/a4d920_912d3c9e2a7a417ca1bab672f8e50183.pdf
- Cardoso, C. R. (2020). Observador: A newsmagazine da Primavera Marcelista. In *Para uma história do jornalismo em Portugal*, pp. 225-248. Lisboa: Instituto de Comunicação da Nova. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/e-book-para-uma-historia-do-jornalismo-em-portugal/>
- Charon, J.-M. (2008). *La Presse Magazine* (2.^a ed.). La Découverte.
- d'Almeida, A. V. (1976, Abril 22). Eu opto, tu optas, ele opta. In *Opção*, n.º 0, p. 64.
- Fosdick, S. (2008). The State of Magazine Research in 2008. In *Journal of Magazine & New Media Research*, 10 — 1, pp. 1-4.
- Gomes, P. M. (2013). O Jornal Novo, a Revolução e a Liberdade de Imprensa. In *Média & Jornalismo*, n.º 23, pp. 63-76.
- Grosso, A. R. S. (2018). *Desafios de uma newsmagazine na era digital: O caso da Revista Sábado* (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa — FCSH). Universidade Nova de Lisboa — FCSH. <http://hdl.handle.net/10362/58539>
- Holmes, T., & Nice, L. (2012). *Magazine Journalism*. SAGE.
- Jenkins, J. (2013, Agosto 8). *Magazines in the new millennium: A concept explication*, pp. 1-33. Washington DC. http://citation.allacademic.com/meta/p669701_index.html
- Johnson, S., & Prijatel, P. (2013). *The Magazine from Cover to Cover*. Oxford University Press.
- Lage, M. G. (2018). *O design da revista generalista portuguesa Sábado: Estágio na empresa Cofina Media* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura). Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura. <http://hdl.handle.net/10400.5/17891>
- McKay, J. (2000). *The Magazines Handbook*. Routledge.
- Mesquita, M. (s.d). *Introdução à Análise dos Títulos da Imprensa*.
- Portela, A. (1976a, Abril 22). Opção qual, por quem, como? In *Opção*, n.º 0, p. 15.
- Portela, A. (1976b, Abril 29). Opção qual, por quem, como? In *Opção*, n.º 1, p. 15.
- Portela, A. (1977a, Abril 7). Ler este editorial custa 5\$00. In *Opção*, n.º 50, pp. 16-17.
- Portela, A. (1977b, Abril 21). Um ano depois, um ano antes. In *Opção*, n.º 52, pp. 18-19.
- Portela, A. (2014a, Setembro 4). *Re: Semanário/ Revista e Trauma*.
- Portela, A. (2014b, Setembro 4). *Respostas*.
- Portela, A. (2014, Setembro 8). *Um esclarecimento de pormenor*.
- Scalzo, M. (2011). *Jornalismo de Revista* (4.^a ed.). Contexto.
- Sternadori, M. & Holmes, T. (Eds.). (2020). *The handbook of magazine studies*. Wiley-Blackwell.
- (1976, Abril 22). Estatuto Editorial. In *Opção*, n.º 0, p. 60.
- (1978, Abril 27). Entramos no 3º ano. In *Opção*, n.º 105, p. 16.
- (1978, Setembro 21). Indispensável a solidez e a viabilidade da independência económica, ao prosseguimento do projecto. In *Opção*, n.º 126, p. 21.

Parte III

História das agências de notícias em Portugal

As agências de notícias portuguesas/em Portugal: Um contributo para a sua história

*The Portuguese/in Portugal news agencies:
A contribution to their history*

José das Candeias Sales

Universidade Aberta; CHUL

jose.sales@uab.pt

ORCID ID: [0000-0003-1087-1478](https://orcid.org/0000-0003-1087-1478)

Susana Mota

Investigadora Independente

susana-mota@hotmail.com

ORCID ID: [0000-0002-4819-6239](https://orcid.org/0000-0002-4819-6239)

Resumo: No âmbito do Projecto de Investigação intitulado *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939)*, na área da recepção do antigo Egipto, dedicado à identificação, recolha e análise das notícias publicadas nos periódicos portugueses sobre a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon (1333-1323 a.C.), confrontámo-nos com a necessidade de aprofundar o nosso conhecimento sobre a realidade da imprensa portuguesa nas décadas de 20 e 30 do século XX, particularmente no que respeita às agências de notícias. Neste domínio, percebemos que a história das agências de notícias em Portugal — portuguesas e estrangeiras — não só é significativamente parca como apresenta também bastantes lacunas e ideias erróneas. São disso exemplos a ideia de que a *Havas* terá sido não só a primeira agência estrangeira a trabalhar com os jornais portugueses, como também a única durante muitos anos e a certeza de que a primeira agência portuguesa, a *Lusitânia*, foi criada apenas em 1944, por Luís Lupi. Com vista a sanar as imprecisões identificadas, focámos a nossa atenção nos anos 20 do século XX e conduzimos uma consulta exaustiva de alguns jornais publicados à época (por exemplo: *A Capital*, *Diário de Lisboa* e *Correio da Manhã*), com o objectivo de identificar as agências responsáveis pelas notícias telegráficas publicadas (nomeadas por extenso ou por siglas no final do texto). Esta investigação permitiu, no que respeita às agências estrangeiras, identificar a presença nos jornais portugueses não só da *Havas*, como também da *Americana* e da *United Press*; relativamente às agências portuguesas, percebemos que a primeira, a *Latino-Americana*, foi criada por Virgínia Quaresma, em 1921, e que, além desta, também a *Agência Radio* e uma outra *Lusitânia*, homónima da de Luís Lupi, tiveram uma forte presença nos jornais portugueses durante os anos 20 do século XX.

Palavras-chave: agências de notícias; Havas; Latino-Americana; Agência radio; Lusitânia.

Abstract: In the context of the Research Project entitled *Tutankhamon in Portugal*. Reports in the Portuguese press (1922-1939), in the area of the Reception of ancient Egypt, dedicated to the identification, gathering and analysis of the news published in Portuguese periodicals about the discovery and excavation of the tomb of pharaoh Tutankhamun (1333-1323 BC), we were confronted with the need to deepen our knowledge about the reality of the Portuguese press in the 1920s and 1930s of the 20th century, particularly with regard to news agencies. In this domain we realized that the history of news agencies in Portugal — Portuguese and foreign — is not only significantly scarce, but also presents many gaps and misconceptions. Examples are the idea that *Havas* was not only the first foreign agency to operate with Portuguese newspapers, but also the only one for many years, and the certainty that the first Portuguese agency, *Lusitânia*, was created only in 1944, by Luís Lupi. In order to clarify the inaccuracies identified, we focused our attention on the 1920s of the 20th century and conducted an exhaustive consultation of some newspapers published at that time (for example: *A Capital*, *Diário de Lisboa* and *Correio da Manhã*), in order to identify the agencies responsible for the telegraphic news published (named in full or by acronyms at the end of the text). This research allowed us, as far as foreign agencies are concerned, to identify the presence in Portuguese newspapers not only of *Havas*, but also of the *Americana* and *United Press*; as far as Portuguese agencies are concerned, we realized that the first one, *Latino-Americana*, was created by Virgínia Quaresma, in 1921, and that, besides this one, *Agência Radio* and another *Lusitânia* agency, homonymous with that of Luís Lupi, had a strong presence in Portuguese newspapers during the 1920s of the 20th century.

Keywords: news agencies; Havas; Latino-Americana; Agência Radio; Lusitânia.

Introdução

O projecto de investigação *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939)*, na área dos estudos de recepção do antigo Egipto, dedicado à identificação, recolha e análise das notícias publicadas nos periódicos portugueses sobre a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon (1333-1323 a.C.), conduziu à necessidade de conhecer,

de forma mais consistente, a imprensa portuguesa no período em causa e a nossa progressiva percepção sobre a tipologia da maioria das notícias identificadas deu origem a uma investigação aprofundada sobre as agências de notícias em Portugal.

Entre 1922 — data da descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon — e 1939 — ano da morte de Howard Carter (1874-1939), o descobridor do túmulo, e simultaneamente ano da descoberta de outros túmulos intactos em Tânis (Delta Oriental do Nilo, Egipto), pelo arqueólogo francês Pierre Montet (1855-1966), foram publicadas 234 notícias, em 28 diferentes periódicos portugueses, todas relacionadas directa ou indirectamente com a “maravilhosa descoberta no Vale” (Reeves, 2000, p. 160; Hawass, 2006, p. 107)¹, sendo que 143 dessas notícias (61.1%) são textos provenientes de agências de notícias².

Assim, inicialmente, focámos o nosso trabalho na identificação das agências presentes no nosso *corpus* (Tabela 1). Contudo, a consulta empreendida dos jornais, assim como algumas lacunas detectadas na bibliografia, acabaram por, por um lado, chamar a nossa atenção para a existência de outras agências a actuar em Portugal à época e, por outro, para a necessidade de complementar as informações existentes e sanar os “vazios” identificados. Deste modo, foi possível obter uma visão mais clara do universo das agências de notícias — portuguesas e estrangeiras — que actuavam em Portugal nos anos 20 do século XX.

Tabela 1

Identificação e contabilização das agências telegráficas presentes no corpus de notícias sobre a descoberta do túmulo de Tutankhamon nos jornais portugueses

		Identificação da origem da notícia						Total por ano
		Radio (R.)	Lusitânia (L.)	Havas (H.)	DNB	Reuter	Sem informação	
Ano de publicação	1922	1	0	0	0	0	0	1
	1923	46	0	3	0	0	13	62
	1924	21	34	3	0	0	10	68
	1925	2	1	0	0	0	1	4
	1939	0	0	4	3	1	0	8
Total por agência		70	35	10	3	1	24	143

Fonte: Elaboração própria

1 A expressão é retirada do telegrama que Howard Carter enviou a Lord Carnarvon dando-lhe conta da descoberta (Reeves, 2000, p. 160; Hawass, 2006, p. 107).

2 Para mais detalhes sobre os periódicos e as notícias veja-se, por exemplo: (Sales & Mota, 2019a, 2019b).

O processo de recolha de informação: o que nos dizem os jornais sobre as agências de notícias em Portugal?

Confrontados com uma bibliografia que afirma, quase em uníssono, a exclusividade da agência *Havas* desde a sua chegada a Portugal em 1866, que é totalmente absoluta na afirmação de que a primeira agência de notícias portuguesa foi a *Lusitânia*, criada em 1944, e que, totalmente em consonância com os aspectos anteriores, é praticamente omissa sobre outras agências de notícias em Portugal/portuguesas, optámos por recorrer directamente aos jornais para perceber melhor qual foi, de facto, a realidade das agências telegráficas em Portugal concretamente durante os anos 20 do século XX.

Os jornais forneceram-nos informações de tipo quantitativo e de tipo qualitativo. Isto é, por um lado, é possível realizar uma contagem das notícias de agência publicadas em cada número do periódico consultado e, conseqüentemente, obter uma perspectiva quantitativa da presença de cada agência noticiosa identificada; por outro lado, os jornais também publicavam notícias sobre o que se passava no seu espectro de acção e das empresas/ pessoas com as quais trabalhavam, logo, muitas vezes, estamos a lidar, bastantes anos depois, com a melhor fonte de informação possível para responder a muitas das nossas questões.

Para exemplificar o processo de consulta levado a cabo e os resultados obtidos, remetemos para os dados obtidos na consulta de dois jornais em concreto (o *Diário de Lisboa*³ e *A Capital — Diário Republicano da Noite*⁴) que, regra geral, identificam claramente a agência responsável pelas notícias telegráficas publicadas e que são de muito fácil acesso e metodologia de consulta por se encontrarem ambos disponíveis online.

Na Tabela 2 apresentamos, a título meramente exemplificativo, a contabilização das notícias de agência presentes nestes jornais entre 1921 (ano do início da publicação do *Diário de Lisboa*) e 1926 (ano do final da actividade regular d'*A Capital*), considerando dois meses por ano (Janeiro e Agosto, com excepção de 1921 em que a contagem começa em Abril, primeiro mês da publicação do *Diário de Lisboa*).

A identificação das agências é feita com base na informação que era colocada no final de cada notícia. Nos dois jornais em causa, esta informação aparece com a utilização da primeira letra do nome da agência (Figura 1). No entanto, a informação também poderia aparecer por extenso, isto é, o nome completo da agência ou o jornal poderia mesmo ter uma

3 O *Diário de Lisboa* foi um jornal lisboeta, vespertino, publicado regularmente entre 7 de Abril de 1921 e Novembro de 1990. Originariamente republicano foi um jornal de referência que esteve presente durante um longo período da história do país (Lemos, 2006, pp. 256-260). Ver: http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/

4 *A Capital — Diário Republicano da Noite* foi um jornal lisboeta, vespertino, publicado regularmente entre 1 de Março 1910 e 27 de Agosto de 1926. A partir desta data, a publicação é esporádica apenas para preservação de título. Era um jornal, tal como o título indica, republicano, com uma postura assumidamente doutrinária (Lemos, 2006, pp. 158-159). Ver: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/ACapital.HTM>

secção específica devidamente identificada (Figura 2). De notar ainda que nem sempre esta informação é colocada no final das notícias. Alguns jornais, como, por exemplo, *O Comércio do Porto*, raramente o fazem. E existem ainda os casos em que a notícia é identificada com a expressão ‘Especial’ ou com o nome do jornal. Teoricamente, a menção ‘Especial’ seria usada no caso dos telegramas que eram enviados, em especial, para determinado cliente (Crato, 1992, p. 99). No caso do jornal *O Século*, um grande número de textos aparece como sendo do próprio jornal, com a indicação ‘Século’. Na verdade, uma comparação exaustiva das notícias permitiu perceber que, tanto no caso das notícias identificadas com ‘Século’ como com ‘Especial’, a diferença para as publicadas noutros jornais é pouca, se é que chega a existir. Na Figura 3 podem ver-se exemplos destas diferentes situações.

Na realidade, como afirmam Fonseca e Carvalho (2017), fomos, na nossa investigação, confrontados com a necessidade de decifrar um conjunto de siglas e designações, de forma a perceber exactamente o que ou quem estava em causa.

Tabela 2

Contabilização das notícias de agências presentes no Diário de Lisboa e A Capital entre 1921 e 1926

	Notícias Identificadas		Agências											
			DL	C.	DL	C.	DL	C.	DL	C.	DL	C.	DL	C.
	Diário de Lisboa (DL)	A Capital (C)	Radio/R.		United Press / U.P.		Latino-americana / L.A.		Havas / H.		Americana / A.		Lusitânia / L.	
Abril 1921	184 (em 21 números)	188 (em 15 números)	184	0	0	0	0	0	0	111	0	77	0	0
Agosto 1921	288 (em 26 números)	194 (em 27 números)	129	6	143	0	0	0	1	148	15	40	0	0
Janeiro 1922	159 (em 25 números)	208 (em 23 números)	73	88	63	0	15	66	7	53	1	1	0	0
Agosto 1922	120 (em 23 números)	220 (em 21 números)	0	0	0	0	72	175	32	45	7	0	0	0
Janeiro 1923	174 (em 25 números)	89 (em 26 números)	151	0	0	0	0	0	23	89	0	0	0	0
Agosto 1923	92 (em 26 números)	190 (em 27 números)	57	133	0	0	0	0	5	46	1	0	29	11
Janeiro 1924	140 (em 25 números)	64 (em 24 números)	82	25	0	0	0	0	7	5	2	0	49	34
Agosto 1924	194 (em 26 números)	249 (em 26 números)	92	48	0	0	0	0	16	21	17	0	69	180
Janeiro 1925	208 (em 25 números)	184 (em 25 números)	84	60	0	0	0	0	21	37	1	0	102	87
Agosto 1925	234 (em 26 números)	224 (em 26 números)	0	0	0	0	0	0	116	141	22	0	96	83
Janeiro 1926	183 (em 25 números)	176 (em 25 números)	0	0	0	0	0	0	64	116	18	0	101	60
Agosto 1926	245 (em 26 números)	46 (em 19 números)	0	0	0	0	0	0	194	0	50	0	1	46

Fonte: Elaboração própria

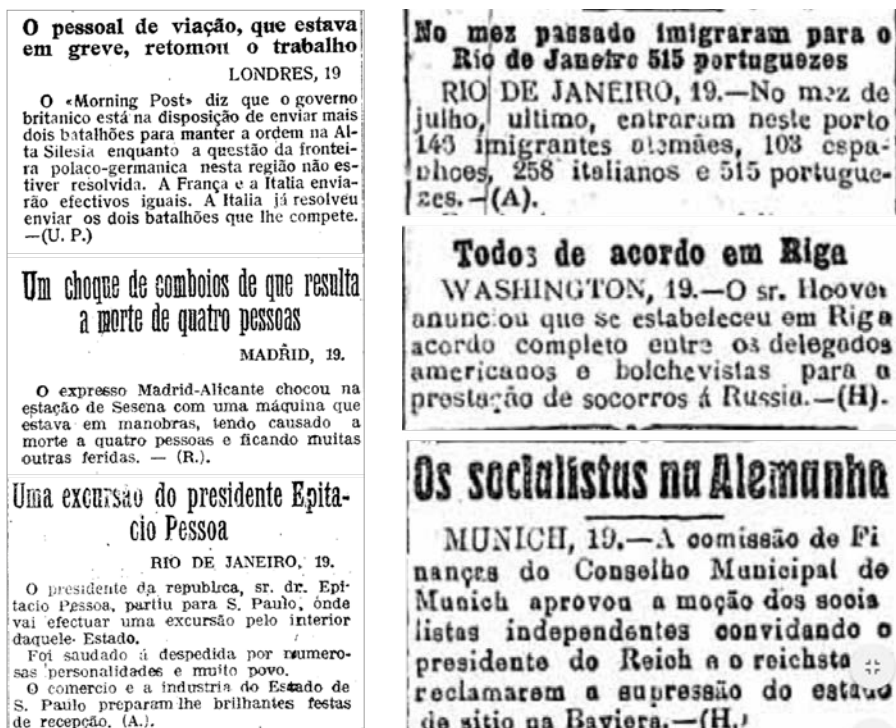


Figura 1

Exemplos de identificação de agência de notícias nos jornais

Diário de Lisboa e A Capital de 19 de Agosto de 1921

Fonte: Diário de Lisboa (1921, 19 de agosto); A Capital (1921, 19 de agosto)

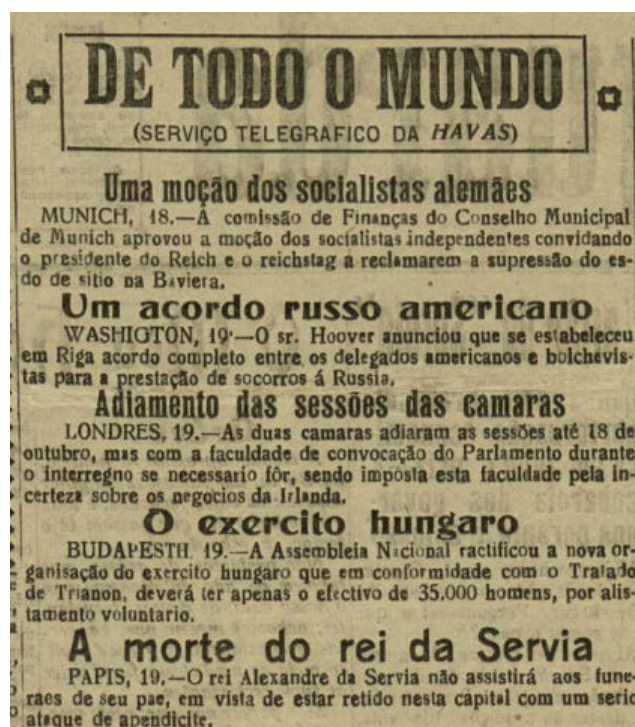


Figura 2

Exemplos de identificação de agência de notícias no jornal

A Vanguarda de 19 de Agosto de 1921

Fonte: A Vanguarda (1921, 19 de agosto)



Figura 3

Exemplos de notícias com diferentes tipos de identificação (ou não) da agência telegráfica

Fonte: (A) *A Tarde* (13.02.1924); (B) *A Imprensa Nova* (14.02.1924); (C) *O Comercio do Porto* — Ed. da *Tarde* (14.02.1924); (D) *O Século* (14.02.1924)

O mito da exclusividade da agência *Havas* — as agências estrangeiras que actuavam em Portugal

A primeira agência telegráfica com a qual os jornais portugueses trabalharam foi, de facto, a *Havas*, a quem calhou, depois do acordo com as outras agências mundiais — *Reuter*, *Associated Press* e *Wolff* —, o domínio sobre o território português⁵.

Os primeiros despachos informativos da *Havas* chegaram a Portugal, ao jornal *Diário de Notícias*, a 10 de Março de 1866. Em Portugal, a *Havas* estava sediada na Casa Havaneza, no Chiado, em Lisboa, naquela que é actualmente a mais antiga tabacaria da cidade⁶. À sucursal de Lisboa da *Havas* chegavam os telegramas que eram enviados posteriormente para os jornais, mas que eram também afixados no local para poderem ser lidos pelos interessados.

Este papel da *Havas* como fornecedora de notícias, primeiro ao *Diário de Notícias* e depois aos restantes jornais nacionais, é geralmente assumido pelos Autores como sendo em exclusividade, isto é, a *Havas* seria a única agência a actuar em Portugal. Batista afirma:

⁵ A primeira versão deste acordo foi assinada em 1859 (Unesco, 1953, pp. 18-19).

⁶ Veja-se: <http://www.casahavaneza.com/pt/casa-havaneza-mais-de-150-anos-de-historia>

Foi neste contexto que nasceu o *Diário de Notícias* (DN) em 1864. Dois anos depois, o DN tornou-se o primeiro jornal português a publicar despachos de uma agência noticiosa, mais precisamente, a 10 de Março, ao iniciar a publicação das participações telegráficas da agência Havas, aproveitando o facto de esta ter ficado com o exclusivo da distribuição do noticiário em Portugal, depois do acordo de 1859.

Durante muitos anos, este foi o único sinal da presença das agências estrangeiras em Portugal, até porque, entretanto, o país conheceu novas revoluções e, em 28 de Maio de 1926, um novo golpe militar que provocou o fim da Primeira República, estabeleceu a ditadura e reinstalou a censura (Batista, 2007, p. 47).

Afirma-se, assim, não só a ideia da exclusividade da *Havas*, como o facto de esta exclusividade ser assumida por um período de mais de 60 anos, durante os quais nada de diferente teria ocorrido⁷. Miranda (2014), no entanto, abre um pouco mais o espectro de actuação das agências estrangeiras em Portugal, mas apenas relativamente ao *Diário de Notícias*, referindo a presença de agências como a *Fabra*, a *Agência Telegráfica Sub Marina*, a *Reuter*, a *Agência Peninsular*, a *Agência Americana Telegráfica* e a *Agência Bullier*. A mesma autora aponta também que a posição privilegiada da *Havas* se manteve até 1930, quando o mercado foi oficialmente aberto à *Reuter*, à *United Press* e à *Associated Press* (Miranda, 2014, p. 40).

A questão das agências a operar em Portugal parece, então, ficar relativamente definida: a *Havas* dominava, teoricamente com o exclusivo, e algumas outras agências poderiam igualmente surgir, pelo menos no *Diário de Notícias* (Miranda, 2005). No entanto, no que respeita à década de 20 do século XX, esta exclusividade da *Havas* no domínio das agências estrangeiras a actuar em Portugal não passa de um mito que a consulta dos jornais facilmente ajuda a desconstruir.

Como fica patente na Tabela 2, existiam pelo menos outras duas agências estrangeiras a trabalhar com os jornais portugueses: a *United Press* e a *Americana*.

Sobre a primeira não vamos entrar em grandes detalhes: trata-se de uma grande agência internacional ainda hoje em actividade, a americana *United Press International* (UPI), criada em 1907, em Nova York, por Edward Wyllis Scripps, em resultado da fusão de duas agências que detinha — a *Scripps-McRae Press Association* e a *Scripps News Association* — e uma terceira que adquiriu — a *Publishers Press Association*. Esta agência acabou por se posicionar internacionalmente em competição com a aliança formada pelas *Reuter-Havas-Wolff-Associated Press*, tendo provado a capacidade de uma só agência cobrir as notícias a nível mundial. Assim, a *United Press* foi a primeira agência Norte Americana a estar presente na América do

⁷ Silva (2002, p. 3) mantém esta mesma lógica de análise e destaca o vazio entre a chegada da *Havas* a Portugal e o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926.

Sul, no Extremo Oriente e na Europa (Unesco, 1953). Nos jornais portugueses que consultámos, a *United Press* está presente apenas no *Diário de Lisboa*, logo desde Maio de 1921 (um mês depois da abertura do jornal)⁸.

A agência *Americana* foi-nos dada a conhecer através de notícias publicadas em jornais brasileiros que esclarecem sobre a sua origem e âmbito. Temos o exemplo da notícia publicada no jornal *O Paiz* (Rio de Janeiro), a 10 de Outubro de 1909, onde podemos ler:

AGENCIA AMERICANA

Encetamos hoje um novo serviço telegráfico, inaugurado pela Agencia Americana, fundada para estreitar e desenvolver as relações de imprensa entre todas as Republicas da America, e tambem para pôr em contacto mais intimo os jornaes de todos os Estados do Brazil. O serviço da America do Sul, iniciado hoje pela Agencia Americana, é apenas, por ora, o primeiro passo para um systema completo de informações politicas, industriaes e commerciaes. É uma iniciativa particular destinada, acreditamos, a brilhante successo. (...) (*O Paiz*, 1909, 10 de Outubro)⁹.

No jornal *A Notícia*, também do Rio de Janeiro, num texto de 8 de Outubro de 1909, escreveu-se:

AGENCIA TELEGRÁFICA

Varios jornaes de domingo devem iniciar a publicação de um novo serviço telegráfico da Agencia Americana fundada aqui com excelentes elementos de actividade e competência.

Até agora, em geral, a imprensa se preocupa muito mais com informações telegraphicas do velho continente, do que com as da America; e sabemos, ás vezes mais rapidamente o que se passa na Russia do que o que ocorre no Uruguay.

É a esta omissão que vem attender a nova agencia (...) (*A Notícia*, 1909, 8 de Outubro)¹⁰.

A *Agência Americana* era, pois, uma agência brasileira, fundada no Rio de Janeiro, no início de Outubro de 1909¹¹, tendo por objectivo funcionar como um serviço de informação que visava aproximar os países da América do Sul. No entanto, o serviço desta agência acabou por ultrapassar largamente estas fronteiras, tendo chegado à Europa, pelo menos em 1916. Identificámos referências a esta agência no jornal francês *Le Temps*, a 28 de Janeiro de

8 Sobre a presença da UPI em Portugal a partir da década de 1950 ver Fonseca (2019, pp. 139-149).

9 Ver: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/21100 [acesso em 13/04/2017].

10 Ver: <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/15510> [acesso em 13/04/2017].

11 Segundo Seixas (2004, p. 138), esta agência terá sido fundada em 1908 por Olavo Bilac, Medeiros e Albuquerque e De Ambris.

1916¹², e em Portugal, no jornal *A Capital*, em Maio do mesmo ano. Aliás, neste jornal, durante muito tempo, antes da década de 20, a *Americana* é a única a aparecer a par da *Havas*. A *Americana* teve uma sucursal em Portugal que, pelo menos desde 1919, era dirigida por Virgínia Quaresma (Figura 4).

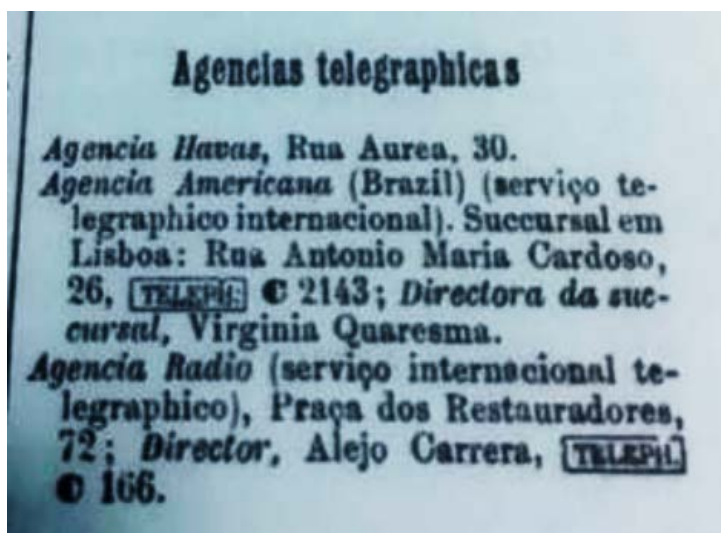


Figura 4
Anúncio à Americana no Anuário
Comercial de 1919
Fonte: Anuário Comercial (1919)

Em suma, remetendo novamente para a Tabela 2, fica claro que ainda que a *United Press* estivesse apenas presente no *Diário de Lisboa* e apenas nos dois primeiros anos da sua publicação e que a *Americana* apesar de ter uma presença constante numa foi dominante, ambas as agências tinham actividade em Portugal, sendo, a par da *Havas*, as representantes das agências telegráficas estrangeiras com as quais os jornais portugueses trabalhavam.

As (desconhecidas) agências de notícias portuguesas: *Latino-Americana, Radio e Lusitânia*

Se no domínio das agências estrangeiras a actuar em Portugal no período em causa a bibliografia é praticamente unânime, quando o assunto é a existência de uma agência de notícias portuguesa a unanimidade é absoluta: a primeira agência portuguesa é a *Lusitânia*, fundada por Luís Caldeira Lupi, em 1944, inaugurada a 30 de Dezembro (Fonseca, 1995, p. 73). De acordo com Baptista (2007, p. 49), Portugal e o Luxemburgo eram, em 1944, os únicos países europeus sem uma agência noticiosa nacional. Mais à frente, o mesmo autor afirma:

12 Ver: <http://www.retronews.fr/journal/le-temps/28-janvier-1916/123/643579/1> [acesso em 13/04/2017].

Várias décadas passaram após o surgimento mundial da primeira agência noticiosa, até que em Portugal se materializou a mais-valia que representava ter uma estrutura deste género a operar em território nacional, propriedade de portugueses, dirigida por portugueses e que desse uma relevância maior às notícias relacionadas, directa ou indirectamente, com o país.

Acabou por ser a *Lusitânia*, em 1944, a terminar com este hiato de 109 anos (...) (Baptista, 2007, p. 53).

No entanto, tal como acontece com as agências estrangeiras, também aqui a consulta aos jornais provocou a necessidade de rever as ideias estabelecidas. Como pode observar-se na Tabela 2, além das estrangeiras *Havas*, *United Press* e *Americana*, temos ainda presentes a *Radio*, a *Latino-Americana* e uma outra *Lusitânia*.

A “agência” *Radio*

A agência *Radio* foi a maior fornecedora de notícias aos jornais portugueses sobre a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon (Tabela 1) e nos dois jornais consultados — o *Diário de Lisboa* e *A Capital* — assume, em vários momentos, a primazia em número de notícias publicadas (Tabela 2), ou seja, é fácil perceber que estamos perante uma agência que teve, de facto, um grande peso no fornecimento de notícias telegráficas aos jornais portugueses na década de 20 do século XX. Mas que agência era esta?

A história da *Radio*, assim como a do seu director/ proprietário Alejo Carrera Muñoz (1893-1967), tal como são apresentadas pelos jornais da época e também por algumas outras fontes (por exemplo, do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros), está repleta de mistérios e mal-entendidos, revelando contornos pouco claros e por vezes difíceis de perceber e estruturar¹³. Ainda assim, é possível traçar o percurso da *Radio* nos jornais portugueses ao longo dos anos 20, sendo que, na realidade, o início da sua presença remonta a 1918, com aparições fugazes no jornal *A Capital*, com poucas notícias e sempre relacionadas com a I Guerra Mundial. A colaboração regular com os periódicos nacionais estabelece-se a partir do final de 1920.

Supostamente, esta *Radio* seria a agência francesa *Agence Radio*, fundada a 4 de Fevereiro de 1916 sob a direção de Henri Turot¹⁴; agência de cariz nacional que terá encerrado em 1940 (Unesco, 1953: 16). Alejo Carrera, um galego fixado no nosso país desde 1908, teria sido

13 Neste texto vamos explorar apenas os aspectos essenciais desta empresa e do seu director. Para análises mais detalhadas ver: Sales e Mota (2018a, 2018b, 2018c).

14 De acordo com Unesco (1953, p. 142), a *Agence Radio* teria sido fundada em 1918, contudo, numa notícia publicada a 30 de Novembro de 1917, no *Le Matin*, o próprio director informa da data de fundação da agência. Ver <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5723387/f1.item>



Figura 5

Notícia publicada n'A Capital

Fonte: Jornal A Capital (1922, 07 de abril, p.2)

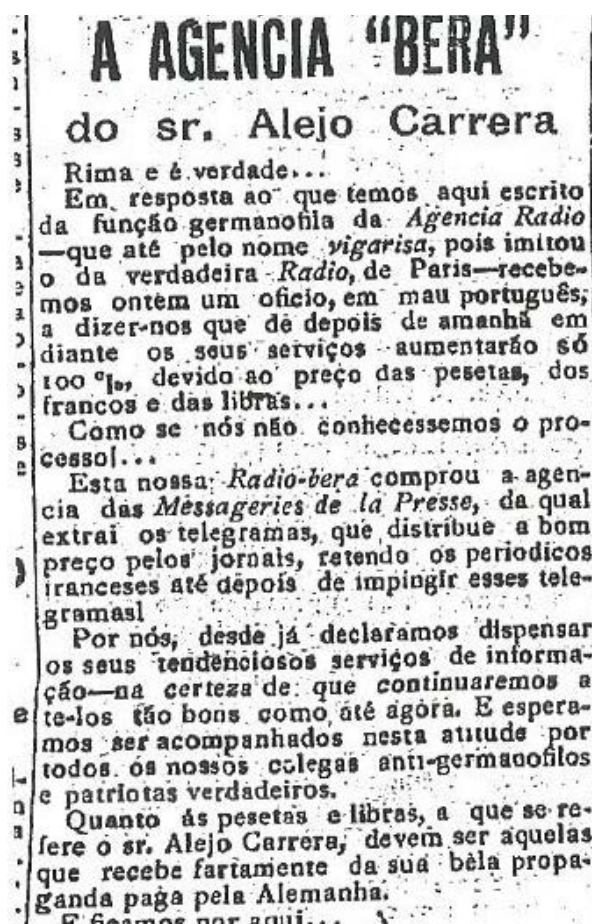


Figura 6

Notícia publicada pelo jornal Imprensa Nova sobre Carrera e a sua 'agência' Radio

Fonte: Imprensa Nova (1923, 30 de janeiro, p.1)

o responsável pela chegada desta agência a Portugal, primeiro enquanto correspondente da mesma e, depois, enquanto director da sucursal da *Agence Radio* em Lisboa (Paramés, 2013, p. 144; Sales & Mota, 2018b). A *Radio* aparece listada no Anuário Comercial na secção das agências telegráficas a partir de 1919 (Figura 4).

No entanto, uma notícia publicada no jornal *A Capital*, a 7 de Abril de 1922, obriga a questionar a verdadeira origem e funcionamento da *Radio* em Portugal (Figura 5). A *Radio* francesa afirma, claramente, não ter qualquer associação com a agência de Alejo Carrera. E esta não será a única vez que o fará, como veremos adiante.

No ano seguinte, a 30 de Janeiro de 1923, o jornal *Imprensa Nova*, no âmbito de uma acesa disputa com Carrera que envolvia acusações de germanofilia e de publicação de notícias difamatórias de Portugal no estrangeiro, escrevia que a *Radio* que actuava em Portugal copiara o nome da original francesa e que se limitava a retirar as notícias dos jornais franceses e depois a distribuí-las pelos jornais nacionais, actuando, assim, não como uma agência de notícias, mas como uma 'agência de recortes' (Figura 6). A mesma acusação é repetida a 9

de Fevereiro de 1923: “(...) Mais uma vez repetimos que Dom Alejo Academico retém em seu poder os jornais estrangeiros que veem para o nosso país, e que só são distribuídos às redações 36 horas depois de Don Alejo ter feito o seu jogo germanófilo e financeiro (...)” (*Imprensa Nova*, 1923, 9 de Fevereiro).

Esta perspectiva não era, contudo, partilhada por todos os jornais que trabalhavam com a *Radio. A Tribuna*, a 27 de Janeiro de 1923, não hesita em identificar Alejo Carrera como “representante de uma empresa estrangeira de informação” e *O Correio da Manhã*, a 7 de Fevereiro de 1923, anuncia:

O director da Agencia Radio em Lisboa, sr. Alejo Carrera, escreveu-nos uma carta em que responde a arguições que lhe teem sido feitas sobre a transmissão de falsas noticias para o estrangeiro e sobre as tendências germanophilas das informações da sua agencia acerca da questão do Ruhr. Da primeira accusação a que o sr. Carrera se refere não nos fizemos echo, o que nos dispensa de nos determos sobre essa parte da sua carta. Quanto ao segundo assumpto, é verdade que n’este jornal se tem falado das insuficiências, inexactidões e deturpações que se notam no serviço das agencias acerca da questão do Ruhr e d’outras. Mas não nos temos referido, n’esse particular, nem especialmente á agencia Radio, nem portanto e muito menos á sua delegação em Lisboa. (...) e o sr. Carrera, pela sua parte, cremos que não faça mais do que transmitir aos jornais portuguezes o veneno que recebe da sede da agencia que representa em Lisboa (*O Correio da Manhã*, 1923, 7 de Fevereiro).

Assim, percebe-se que não havia uma certeza quanto à natureza da *Radio* nem quanto à sua relação com a agência homónima de Paris, apesar de a notícia feita publicar n’*A Capital* (Figura 5). O próprio Alejo Carrera, perante este contexto que o punha em causa a ele e à sua empresa, nunca se decidiu, porém, a clarificar a situação. Aliás, pode mesmo dizer-se que ele contribuiu para alimentar a dúvida. Afirmamo-lo devido não só à forma como anunciava a sua empresa no *Anuário Comercial* (Figura 7 e 8), como também pelo seu modelo de negócio de disponibilização de periódicos e notícias.

Na Torre do Tombo¹⁵ encontra-se uma carta de oferta de serviços enviada por Alejo Carrera, a 1 de Março de 1923, ao Director-Geral do Ministério do Interior, informando-o sobre um novo serviço disponibilizado pela sua agência. No cabeçalho do documento, a *Radio* é identificada como “Agencia de informações de todo o mundo”, tendo sede em Lisboa e uma sucursal no Porto. Afirma-se também que a Radio tem “agências em Madrid, Barcelona, Bilbao, Paris, Bruxelas, Londres, New-York, Washington, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Roma,

15 Documento com o código de referência: PT/TT/MI-SG/9-5/128 — Ministério do Interior, Secretaria-Geral, mc. 328, lv. 5, n.º 69 (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4370804>).

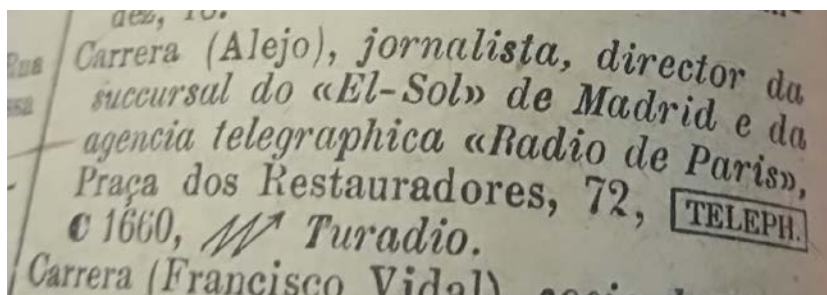


Figura 7

Apresentação de Alejo Carrera no Anuário Comercial de 1921

Fonte: Anuário Comercial (1921)



Figura 8

Secção de agências telegráficas no Anuário Comercial de 1921

Fonte: Anuário Comercial (1921)

Berlin, Viena, Haya, Berne Stockolm, etc.”. Depois de uma introdução sobre as exigências de informação do mundo moderno, a carta refere:

(...) A Agencia ‘RADIO’ acaba de realizar uma organização especial para fornecimento de recortes de todos os jornais, revistas, etc. de Portugal, Espanha, França, Belgica e Inglaterra. (...) Para realizar este serviço a Agencia ‘RADIO’ contratou um especialista deste género e numeroso pessoal encarregado de examinarem todos os jornais e revistas que se editam em Portugal e nos paizes estrangeiros já citados (Torre do Tombo PT/TT/MI-SG/9-5/128).

Esta oferta de serviços da *Radio* levanta a questão: estaria a agência a estender a privados (políticos, artistas, empresários, etc.) o mesmo tipo de serviços que já prestava, de forma menos explícita, aos jornais ou acrescentou agora ao seu trabalho de agência telegráfica uma nova valência: serviço de recortes?

Independentemente da incerteza em torno da sua natureza — que nós identificamos agora, mas que não sabemos até que ponto era patente à época —, a relação da *Radio* com os jornais não foi afectada uma vez que ela era, na maior parte do tempo, a sua principal fornecedora de notícias telegráficas (Tabela 2). Contudo, em 1925, no seguimento da Revolução de

18 de Abril¹⁶, a situação de Carrera e da *Radio* sofreu um novo revés que resultou na expulsão do jornalista-empresário do nosso país. Curiosamente, a expulsão foi revertida após carta oficial do responsável pela *Agence Radio* onde, novamente, é afirmado que a *Radio* francesa e a *Radio* portuguesa não tinham qualquer ligação¹⁷.

Em suma, tudo aponta para que, ao contrário do que Alejo Carrera fazia crer — não nos podemos esquecer que era ele quem fazia chegar ao *Anuário Comercial* a informação a ser publicada —, a *Radio* que ele dirigia em Portugal não só não tinha qualquer ligação, para além do nome, com a *Agence Radio*, como tudo aponta para que não fosse, de facto, uma verdadeira agência de notícias. Infelizmente, as fontes a que tivemos acesso não nos permitem afirmar com total certeza qual a natureza da *Radio* de Carrera. Não obstante, seja qual for a sua natureza, nada pode obliterar a relevância que esta agência portuguesa teve no fornecimento de notícias aos jornais portugueses na década de 20 do século XX.

A pioneira *Latino-Americana*

A *Latino-Americana*, tal como a *Radio*, é uma agência indissociável da sua directora/proprietária, neste caso, a jornalista, publicitária, empresária, feminista e pioneira Virgínia Quaresma (1882-1973)¹⁸.

Virgínia Quaresma, depois de se firmar enquanto jornalista, primeiro em Portugal e depois no Brasil, acabou por entrar no mundo das agências de notícias, tendo assumido a função de directora da sucursal de Lisboa da agência *Americana* (Figura 4). Antes disso, em 1918, entrou também na área da publicidade, tendo fundado a sua própria agência que começou por se chamar *Atlântida — Escriptorio de publicidade em todos os jornais nacionais e estrangeiros*, para, no ano seguinte, mudar de designação para *Escriptorio de Publicidade Latino-Americano* (figuras 9 e 10).

16 Revolta militar contra o Governo, por iniciativa de monárquicos e nacionalistas. Lideram-na Filomeno da Câmara, Sinel de Cordes e Raul Esteves. Foi declarado o estado de sítio e a censura à imprensa.

17 Processo de Carrera no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros: 9CÓD. REFERÊNCIA: PT/AHD/3/MNE-SE-DNPEC/DGNPD-RNP/028/000002 — TÍTULO: Movimento revolucionário em Lisboa. Prisão e expulsão de Alejo Carrera __Proc.66; 103 (353,2 do CF da RNP até anos 30) (75450)

18 Para uma perspectiva mais aprofundada sobre Virgínia Quaresma e sobre a sua agência ver: (Sales & Mota, 2020).

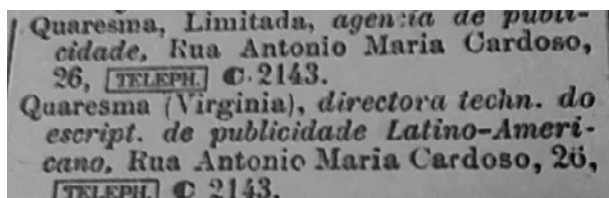
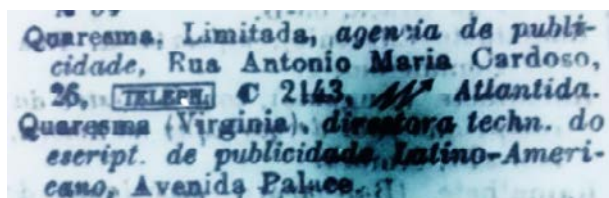


Figura 9

Referências a Virgínia Quaresma, no *Anuário Comercial*, enquanto Directora Técnica do Escripório de Publicidade Latino-Americano
Fonte: *Anuário Comercial* (1919 e 1920)

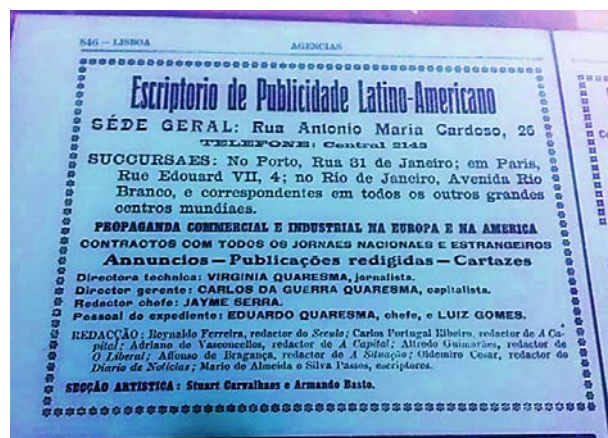


Figura 10

Anúncio ao Escripório de Publicidade Latino-Americano no *Anuário Comercial*
Fonte: *Anuário Comercial* (1919)

Em 1921, Virgínia deu o passo seguinte: servindo-se da sua experiência enquanto jornalista, enquanto directora de uma sucursal de uma agência telegráfica e da empresa que já detinha, acrescentou ao seu portfolio uma nova valência, criando aquela que todos os dados apontam para que seja, de facto, a primeira agência de notícias portuguesa: a *Latino-Americana*.

A agência de notícias *Latino-Americana* começou a operar em meados de Outubro de 1921 e a sua presença nos jornais nacionais é identificável até ao final de 1922 (figura 11), ainda que continue a aparecer listada no *Anuário Comercial* até 1929. Ou seja, estamos perante uma agência pioneira que, embora tenha sido bem recebida pelos periódicos nacionais, não perdurou. Foi aquilo que podemos apelidar de um empreendimento de curta duração.

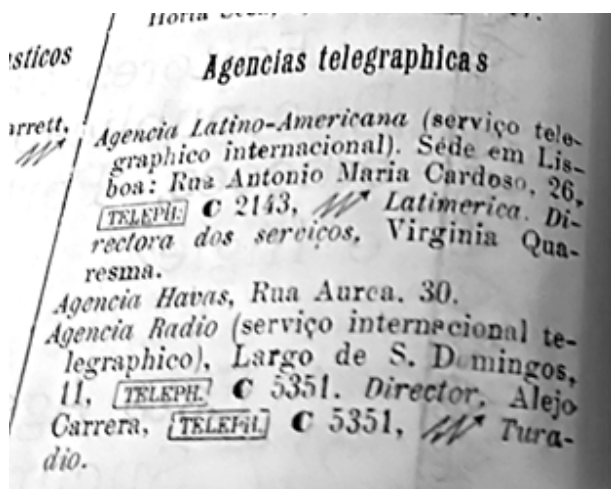


Figura 11

A *Latino-Americana* no *Anuário Comercial*
Fonte: *Anuário Comercial* de 1922



Figura 12

Notícia publicada n' *O Século* sobre a constituição da *Latino-Americana* enquanto agência telegráfica
Fonte: jornal *O Século* (1921, 04 de outubro, p.2)

Duas notícias de jornal são essenciais para conseguir reconstruir a história desta agência. A 4 de Outubro de 1921, o jornal *O Século* publicou uma notícia muito esclarecedora sobre a criação da agência, aludindo à constituição da *Latino-Americana* enquanto uma agência telegráfica internacional de origem portuguesa, liderada por Virgínia Quaresma, que, posicionando-se enquanto concorrência, abandona a sua antiga posição na *Americana* (figura 11).

A 5 de Dezembro de 1921, o jornal *A Capital* publicou um longo texto que poderá ser entendido tanto como uma previsão, como uma justificação da curta duração da actividade da *Latino-Americana*:

AGENCIA LATINO-AMERICANA

É justíssimo que o governo lhe conceda as prerrogativas de ordem moral que solicita.

Esta agencia telegráfica de serviço internacional exclusivamente portuguesa, fundada com capitais portugueses, apresentou aos poderes públicos uma representação pedindo certas prerrogativas de ordem moral para que melhor possa desempenhar o papel que se impoz de estabelecer uma vastíssima rede telegráfica de propaganda do nosso paiz que por vezes tão maltratado tem sido por certas agencias estrangeiras.

A Agencia Latino-Americana propõe-se ligar o paiz com as mais remotas regiões do mundo para tornar conhecidas todas as modulações da nossa vida social, impedindo as deturpações que tanto nos tem prejudicado no conceito mundial: ligar as colonias com a metrópole com o levantado objectivo de intensificar a propaganda dos seus produtos o noticiar os progressos da sua civilização. Parte deste programa está já executado e a Agencia Latino-americana tem conquistado um lugar de destaque pela sua informação cuidada e minuciosa.

A exemplo do que em outros países se pratica que quasi todos teem agencias que os servem nos seus objectivos de expansão, chegando até a subsidia-las, natural é que o governo atenda os justos fundamentos de representação da Agencia Latino-americana, tanto mais que ela só pede auxilio de ordem moral.

Entendemos até que o governo não deve hesitar para que tenha á sua disposição gente portugueza dirigindo serviços de informação, que por esse meio possa contrariar os efeitos das notícias tendenciosas que tantas vezes de Badajoz, por exemplo, teem sido espalhadas aos quatro ventos, desacreditando o paiz (*A Capital*, 1921, 5 de Dezembro).

Esta falta de apoio à *Latino-Americana* a que o texto faz referência, de resposta positiva às suas solicitações junto do Estado, pode ter sido uma das causas do seu rápido encerramento. Contudo, a reduzida duração do empreendimento não pode suplantir o pioneirismo e relevância do mesmo. Entre Outubro de 1921 e Dezembro de 1922, a *Agência Latino-Americana*

teve uma presença constante e efectiva nos jornais portugueses (Tabela 2)¹⁹, rivalizando com as demais agências de notícias que operavam em Portugal.

O período de actividade da *Agência Latino-Americana* foi muito reduzido, é verdade, mas isso não apaga o facto de ter sido primeira agência de notícias de serviço internacional exclusivamente portuguesa, fundada com capitais portugueses, tal como nos informam as notícias d'O *Século* (1921, 04 de outubro) e d'A *Capital* (1921, 05 de dezembro).

A misteriosa Lusitânia

Ao estudar as agências de notícias portuguesas é comum e natural depararmo-nos com o nome *Lusitânia*, uma vez que é essa a designação da agência que longamente foi assumida como sendo a primeira agência de notícias portuguesa, como já referimos: a *Lusitânia* de Luís Lupi, criada em 1944. No entanto, um olhar atento pelos jornais dos anos 20 do século XX faz-nos perceber que cerca de 20 anos antes da *Lusitânia* de Lupi, existia já uma outra... bem mais misteriosa.

O nosso primeiro contacto com esta denominação ocorreu através das notícias da descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon (Figura 3), pois a *Lusitânia* é a segunda maior fornecedora de notícias logo depois da *Radio* (Tabela 1).

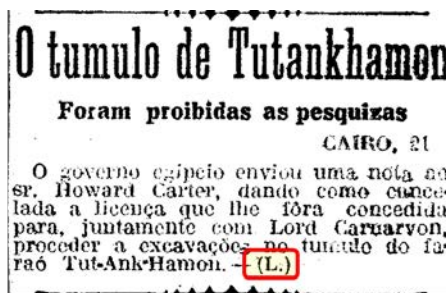
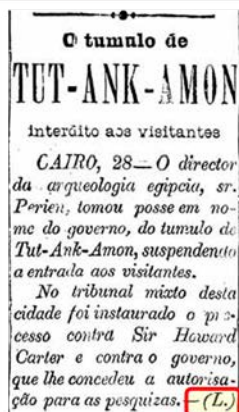


Figura 13
Notícias sobre a descoberta do túmulo do faraó Tutankhamon da 'agência' Lusitânia
Fonte: Vários jornais nacionais



19 Para uma análise mais detalhada da presença da *Latino-Americana* nos jornais portugueses ver Sales & Mota, 2020.



Figura 14
 Secção de notícias telegráficas do jornal *A Tarde* de 5 de Janeiro de 1924
 Fonte: Jornal *A Tarde* (1924, 05 de janeiro)

Na posterior contabilização realizada às agências presentes n’*A Capital* e no *Diário de Lisboa*, a *Lusitânia* assume, a partir de 1923, uma posição de grande destaque (Tabela 2). Através desta análise percebemos também que esta agência começa a aparecer em Agosto de 1923 e, pelo menos no *Diário de Lisboa*, está presente até à década de 1930.

Infelizmente, apesar de a sua evidente relevância para os jornais da época — e para o nosso projecto —, pouco mais podemos dizer sobre a *Lusitânia*. Não sabemos, inclusivamente, se é correcto chamar-lhe agência de notícias, apesar de sabermos que fazia chegar aos jornais portugueses telegramas do estrangeiro (Figura 14).

A bibliografia da especialidade é totalmente omissa e, neste caso, nem os jornais da época por nós compulsados acrescentam qualquer informação adicional. Sabemos que houve uma *Lusitânia* antes da *Lusitânia*. Sabemos que desde meados de 1923 ela teve uma forte e constante presença nos jornais portugueses. E mais não sabemos.

Conclusão

Num expressivo exemplo de interdisciplinaridade, o Projecto de Investigação *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939)*, na área dos estudos da recepção do antigo Egipto, considerando a natureza das suas fontes — os jornais e revistas portuguesas —, exigiu um aprofundamento do conhecimento sobre o funcionamento dos periódicos nacionais, em particular no domínio das agências telegráficas ou de notícias.

Ao entrar nesta área, deparámo-nos com um conjunto de incongruências entre aquilo que é publicado na bibliografia da especialidade e aquilo que os próprios jornais nos mostram. Assim, sentimos a necessidade de, mais do que apenas aprofundar conhecimento, ajudar a gerar novas ideias e novo saber. Desta forma e tendo recorrido, uma vez mais, aos próprios jornais enquanto fonte de informação, foi-nos possível reunir um conjunto de elementos sobre as agências de notícias, portuguesas e estrangeiras, que actuavam em Portugal durante a década de 20 do século XX. Sendo que as conclusões essenciais resultantes desta investigação podem ser resumidas em duas frases:

No domínio das agências estrangeiras, a *Havas* foi, de facto, a primeira a chegar a Portugal, não sendo, todavia, a única com a qual os jornais portugueses trabalhavam nessa altura, pois é possível identificar ainda a agência americana *United Press* e a agência brasileira *Americana*.

No domínio das agências portuguesas, todos os dados apontam para que a primeira agência nacional não seja a *Lusitânia* criada em 1944, mas sim a *Latino-Americana*, fundada por Virgínia Quaresma em 1921, sem esquecer, ainda, a existência da problemática agência *Radio* e da misteriosa primeira *Lusitânia*.

Referências bibliográficas

- Batista, J. (Ed.). (2007). *Agências de notícias de Portugal*. Lusa — Agência de notícias de Portugal, SA.
- Castro, R.O.A.P. (2013). *Agências de notícias: o caso da Lusa* [Relatório de estágio, Faculdade de Letras, Universidade do Porto]. Repositório Institucional da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/72097>
- Crato, N. (1992). *A Imprensa. Iniciação ao jornalismo e à comunicação social* — I. Editorial Presença.
- Fonseca, W. (1995). *À Sombra do Poder. A História da Lusitânia. 1944-1974*. Edições Memórias do Tempo.
- Fonseca, W. & Carvalho, M. (2017). Para a história do jornalismo de agência em Portugal. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 1, 69-79. SOPCOM — Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. http://revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20170909-wilton_fonseca_e_m_rio_de_carvalho.pdf
- Fonseca, W. (2019). *Da Monarquia ao Estado Novo: Agências noticiosas de Portugal*. Perfil Criativo.
- Hawass, Z. (2006). *The golden king. The world of Tutankhamun*. The American University in Cairo Press.
- Lemos, M.M. (2006). *Jornais Diários Portugueses do Século XX*. Ariadne Editora/Ceis 20.
- Miranda, P. (2014). Agência de notícias. In M. F. Rollo, (Ed.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Vol. I: A-E, pp. 37-40). Assembleia da República.
- Miranda, P. (2005). *O jornalismo em Portugal. Elementos para a arqueologia de uma profissão (1865-1925)* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora].
- Paramés, J. (2013). *Sobroso. Baluarte histórico de Galicia (Siglo XI)*. Vilasobroso.
- Reeves, N. (2000). *Ancient Egypt. The great discoveries. A year-by-year chronicle*. Thames & Hudson.
- Sales, J. & Mota, S. (2020). Agência Latino-Americana: um contributo para a história das agências de notícias em Portugal. In C. Baptista, J. P. Sousa (Eds.), *Para uma História do Jornalismo em Portugal* (pp. 285-311). Livros ICNOVA. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/38/2020/05/Para-uma-histo%C3%A7%C3%A3o-do-jornalismo-em-Portugal-2020.pdf>
- Sales, J. & Mota, S. (2019a). Ler Jornais. Aprender História. A Descoberta do Túmulo do Faraó Tutankhamon na Imprensa Portuguesa. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 18 (32), pp. 292-302. Comunicação e história: relações conexões e comparações. <https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/1612/678>
- Sales, J. & Mota, S. (2019b). ‘Tutankhamon em Portugal. Relatos na Imprensa Portuguesa (1922-1939)’: Como um projecto de Recepção da Antiguidade pode contribuir para fazer História da Comunicação em Portugal. In A. R. Rêgo, J. Guillet, A. Hohlfeldt, A. P. Rodríguez, M. B. Machado, J. P. Sousa (Eds.), *Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia*, pp. 651-682. Edipurs. <https://books.google.pt/books?id=VLiZDwAAQBAJ&pg=PP1&hl=pt-PT&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>
- Sales, J. & Mota, S. (2018a). A Agência Radio e a Lusitânia: Contributos para o estudo das agências noticiosas em Portugal. In H. Lima, A.I. Reis, P. Costa (Eds.), *Comunicación y Espectáculo. Actas del XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación*, pp. 978-991. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=721692&fbclid=IwAR1rlcGi8omT4E7SFEseapvC9lQZiXHUu3RrgByHX2BIot1tgoPlmS-UXhE>
- Sales, J. & Mota, S. (2018b). Alejo Carrera Muñoz (1893-1967): Uma vida contada pelos jornais. In H. Lima, A.I. Reis, P. Costa (Eds.), *Comunicación y Espectáculo. Actas del XV Congreso de la Asociación de Historiadores de la Comunicación*, pp. 613-627. Universidade do Porto. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=721692&fbclid=IwAR1rlcGi8omT4E7SFEseapvC9lQZiXHUu3RrgByHX2BIot1tgoPlmS-UXhE>
- Sales, J. & Mota, S. (2018c). A Agência Radio de Alejo Carrera Muñoz: Contributos para a história das agências de notícias em Portugal (anos 20 e 30 do séc. XX). *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, 2, pp. 91-107, SOPCOM — Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação,. http://www.revistahc.sopcom.pt/ficheiros/20180130-jos__das_candeias_sales_e_susana_mota.pdf
- Silva, S. (2002). *Contributo para uma história das agências nacionais portuguesas*. In <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html>
- Unesco (1953). *Les Agences télégraphiques d'information*. <<http://unesdoc.Unesco.org/images/0007/000734/073446eo.pdf>> ().

Fontes Periódicas

Jornais portugueses

- A Capital: Diário republicano da noite*
(<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/ACapital.HTM>)
- A Tarde*
(disponível online na rede interna da Biblioteca Nacional: <http://purl.pt/24303>)
- A Vanguarda*
(disponível em papel na Biblioteca Nacional, quota FP 167)
- Correio da Manhã*
(disponível em papel na Biblioteca Nacional, quota J2988 G)
- Diário de Lisboa*
(http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/)
- Imprensa Nova*
(disponível em papel na Biblioteca Nacional, quota J 4207 G | J 1824 G)
- O Comércio do Porto*
(disponível em papel na Biblioteca Nacional, quota J 2423 M. | F 5700)
- O Comércio do Porto — Edição da Tarde*
(disponível em papel na Biblioteca Nacional, quota J 2423 M)
- O Século*
(em microfilme na Biblioteca Nacional [FP148])

Jornais brasileiros

- O Paiz*
(<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>)
- A Notícia*
(<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/noticia/830380>)

Outras

- Anuario Commercial De Portugal Ilhas e Ultramar* [Anuário Comercial] (disponível na Biblioteca Nacional, em microfilme até 1920, e em papel nos anos seguintes; quota P.P. 207 V.)

Parte IV

História do jornalismo iconográfico em Portugal

O fotojornalismo durante o Sidonismo: estudo dos critérios de noticiabilidade da *Ilustração Portuguesa* (1917-1918)¹

Photojournalism during Sidonism: study of the news values of Ilustração Portuguesa (1917-1918)

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa e ICNOVA

jpsousa@ufp.edu.pt

ORCID ID: [0000-0003-0814-6779](https://orcid.org/0000-0003-0814-6779)

Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

hllima@letras.up.pt

ORCID ID: [0000-0003-3023-6412](https://orcid.org/0000-0003-3023-6412)

Fátima Lopes Cardoso

Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa
(ESCS-IPL), UAL & ICNOVA.

mlcardoso@escs.ipl.pt

ORCID ID: [0000-0002-7093-7881](https://orcid.org/0000-0002-7093-7881)

Resumo: O regime de Sidónio Pais promoveu uma encenação pública do poder centrada no chefe. Ao tempo, o fotojornalismo era já uma prática consolidada, ganhando expressão na *Ilustração Portuguesa*, única revista ilustrada de informação geral que circulava em Portugal. De que maneira o discurso fotográfico refletiu, cronologicamente, a marcha do tempo e a coreografia do poder orquestrada pelo Sidonismo e como é que isto se entrelaçou com, ou afetou, os princípios da noticiabilidade e os critérios de valor-notícia? Esta investigação procura responder à questão, recorrendo a uma análise do discurso qualitativa das manifestações fotográficas do Sidonismo na referida revista. Concluiu-se que o discurso fotográfico da *Ilustração Portuguesa* alimentou o mito de Sidónio Pais, afetando o imaginário e a memória histórica, e que os critérios de noticiabilidade foram influenciados de maneira a acomodar o discurso mediático à situação política. A notoriedade da personagem sobrepujou-se a outros valores-notícia.

Palavras-chave: Sidónio Pais; fotografia; fotojornalismo; *Ilustração Portuguesa*; noticiabilidade.

Abstract: Sidónio Pais' regime implemented a public performance of power centered on the chief. At the time, photojournalism was already a consolidated practice in *Ilustração Portuguesa*, the only illustrated magazine that then circulated in Portugal. How has the photographic discourse chronologically reflected the march of time and the choreography of power orchestrated by Sidonism, and how has this intertwined or affected the principles of newsworthiness and news values criteria? This research seeks to answer to the starting question, through out a qualitative discourse analysis of photographic manifestations of Sidonism in that magazine. It was concluded that the photographic discourse of *Ilustração Portuguesa* fed the myth of Sidónio Pais, affecting the imaginary and historical memory, and that the criteria of newsworthiness were affected in order to accommodate news media discourse to the political situation. The notoriety of the character overlapped any other news values.

Keywords: Sidónio Pais; photography; photojournalism; *Ilustração Portuguesa*; newsworthiness.

Introdução

A ascensão ao poder de Sidónio Pais foi o produto fortuito de uma conjura armada. Os unionistas de Manuel Brito Camacho, ala direita dos republicanos, conspiraram para remover do poder os democráticos de Afonso Costa² pela força das armas, com financiamento da alta burguesia e de grandes proprietários (Oliveira Marques, 1995). O improvável³ líder que encontraram, perante a indefinição de Camacho, foi o major Sidónio Pais (Ramos, Sousa e Monteiro, 2009), um destacado republicano, membro do Partido Unionista, maçom, germanófilo, ex-presidente da Câmara de Coimbra (1910), ex-deputado (1911), ex-ministro do Fomento e ex-ministro das Finanças (1911-1912), ex-embaixador de Portugal em Berlim (1912-1916), e professor catedrático de matemática da Universidade de Coimbra, onde chegou a vice-reitor. Um homem “sincero e reto” que cria ter sido “incumbido de uma missão providencial” (Bourdon, 1973, pp. 170-172).

1 Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 — Para uma história do jornalismo em Portugal.

2 O chamado Partido Democrático era, na verdade, o velho Partido Republicano Português, depois da cisão de unionistas e evolucionistas, situados mais à direita do espetro político, em 1912.

3 Tão improvável que, apesar de sinalizado como opositor à situação, nunca foi incomodado pelo poder (Oliveira Marques, 1995, pp. 569-570).

Da posição de diferentes historiadores (Bourdon, 1973; Oliveira Marques, 1995; Ramos, 2001; Saraiva, 2003; Ramos, Sousa & Monteiro, 2009; Telo, 2011) pode fazer-se a seguinte síntese dos fatores que impulsionaram a conspiração camachista-sidonista:

- a) O radicalismo violento e jacobino do Partido Democrático, de Afonso Costa, que via no Estado um instrumento dos seus próprios fins de monopolização do poder na República, e cuja ação política e governativa gerou, entre 1910 e 1917, forte instabilidade política e agitação social;
- b) A crise económica e financeira e a crise de abastecimentos, motivadas pela guerra, que conduziram a greves e revoltas, algumas delas sangrentas⁴;
- c) A revolta de uma fatia considerável das Forças Armadas, provocada pela inépcia dos políticos do Partido Democrático de Afonso Costa na condução da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial e pela incompreensão dos mancebos mobilizados para o Corpo Expedicionário Português, arrancados ao seu lar e à sua família, que deixavam, muitas vezes, desamparada, para irem combater uma guerra que não consideravam deles, numa terra que nada lhes dizia;
- d) A raiva surda dos católicos, que constituíam a maioria da população, contra o radicalismo anticlerical dos democráticos e a sua contínua política de hostilização da Igreja, que só abrandou após a intervenção oficial de Portugal na guerra, dada a necessidade de provimento de apoio religioso às tropas;
- e) A esperança popular no fim da guerra, no regresso dos soldados e no fim da epidemia de pneumónica, que se expressou no fenómeno místico de Fátima, entre maio e outubro de 1917, logo explorado pela Igreja Católica.

O golpe militar liderado por Sidónio Pais ou, conforme o designa Oliveira Marques (1995, p. 570), a “rebelião antidemocrática”, teve lugar entre os dias 5 e 8 de dezembro de 1917, provocando cerca de cem mortos e quase 500 feridos. Sidónio, a quem, mais tarde, o seu admirador Fernando Pessoa chamaria, num poema, “Presidente-Rei”⁵, ascendeu à liderança do país. “Era ainda um desconhecido. Ia tornar-se um mito”, escrevem Ramos, coord. Sousa & Monteiro (2009, p. 609). Manteve o poder durante cerca de um ano, até ser assassinado por um militante democrático mentalmente descompensado, a 14 de dezembro de

4 Por exemplo, a 15 de julho de 1915, a GNR provocou 15 mortos e 20 feridos em Lamego, entre agricultores que protestavam contra o tratado comercial firmado entre Portugal e Inglaterra; a 19 de maio e a 12 de julho de 1917, revoltas populares e saques de lojas provocadas por rumores da falta de pão provocaram dezenas de mortos e feridos.

5 “À memória do Presidente-Rei Sidónio Pais”, poema de Fernando Pessoa.

1918. Afonso Costa, líder do Governo, e o Presidente da República, Bernardino Machado, tiveram de abandonar o país.

A República Nova imaginada por Sidónio seria presidencialista, nacionalista, assistencialista, populista, (re)conciliada com a Igreja Católica — e autoritária. Aparentava, contudo, ser democrática. Mas o historiador Albert-Alain Bourdon (1973, p. 168) não hesitou em classificá-la como uma “ditadura antiparlamentar”. Também Oliveira Marques (1995, p. 509) considera que Sidónio instaurou “uma ditadura militar”, pelo menos até ser eleito Presidente, em abril de 1918.

Para se legitimar, Sidónio dirigiu-se a “todos”, ao “povo”, e não somente aos seus partidários, contrariamente ao que tinham feito os líderes republicanos, entre 1910 e 1917. Assegurou o apoio dos dois principais líderes republicanos de 5 de outubro de 1910, Machado dos Santos e José Carlos da Maia, e até do líder carbonário Luz de Almeida, mas foi sempre rejeitado pelos partidos republicanos tradicionais, nomeadamente pelo mais violento, o Partido Democrático, que entre 1910 e 1917 dominou o Estado.

Os excluídos pelo poder republicano radical dos democráticos aproximaram-se de Sidónio, incluindo católicos e monárquicos. O novo líder da República formou um Partido Nacional Republicano para organizar os seus apoiantes, que seria, na sua visão, um partido de “homens de bem” (Saraiva, 2003, p. 107). Instituiu o sufrágio universal e foi eleito Presidente da República com o voto de 58% dos recenseados. No Parlamento e no Senado, o seu partido conseguiu representação maioritária, mas os partidos republicanos tradicionais não concorreram às eleições. Os monárquicos asseguraram uma forte representação parlamentar, ainda que minoritária.

Ciente de que o seu poder dependia do Exército, profundamente descontente com a intervenção de Portugal na Frente Ocidental, Sidónio Pais impediu o reforço do contingente nacional em França⁶ e começou a fazer regressar ao país as tropas do Corpo Expedicionário Português, tendo os primeiros mil soldados chegado logo a 16 de abril. Com o apoio do Exército, Sidónio resistiu a revoltas orquestradas pelos democráticos, a 8 de janeiro e 12 de outubro de 1918, a uma greve operária, em junho de 1918, e a uma violenta greve anarquista, em novembro do mesmo ano. A 16 de outubro, vários presos políticos que iam ser transferidos viram-se envolvidos num tiroteio, em Lisboa, de origem ainda incerta⁷, durante o qual seis pessoas morreram. A 5 de dezembro, atentaram contra a vida do Presidente; e a 14, assassinaram-no.

6 Na verdade, o reforço do contingente português em França tornou-se difícil por força do desvio dos navios para o transporte de tropas norte-americanas para o teatro de operações europeu. Oliveira Marques (1995: 570-571) alimenta, porém, uma posição diferente: “A influência de pacifistas e de germanófilos, ao nível ministerial, a colaboração de soldados e oficiais que se recusavam a ir combater, tudo isto fez diminuir o esforço de guerra e sabotar o moral das tropas”.

7 Os opositores a Sidónio disseram que se tratou de uma conspiração do regime para liquidar oposicionistas; os sidonistas disseram que se tratou de uma tentativa malsucedida de libertação dos presos.

Embora, inicialmente, Sidónio Pais tenha promovido a abertura e a reconciliação nacional, formou os seus grupos armados (os “lacraus”), mais ou menos clandestinos, instituiu o embrião do que seria uma polícia política, aprisionou oposicionistas e reinstituiu a censura à imprensa. Procurou satisfazer os agricultores subindo o preço dos bens agrícolas, o que logo se refletiu nos preços em geral, mas também desenvolveu políticas assistencialistas (ficou célebre a “Sopa do Sidónio” — cantinas públicas onde os pobres podiam comer), de cariz populista, e procurou garantir os abastecimentos com uma política de racionamento e inspeções frequentes, ainda que nem sempre tenha conseguido combater os açambarcamentos e o mercado negro. As condições de vida, aliás, não melhoraram. Oliveira Marques (1995, pp. 569-570) acusa mesmo o regime sidonista de ter aumentado a “confusão política e administrativa”, intensificado a “instabilidade governamental”⁸, introduzido o “caos na administração pública”, de não ter tido quadros capazes de resolverem os problemas do país, que se teriam complicado, e de somente se ter imposto “pelo terror”⁹.

O regime que Sidónio instituiu, cujo “único cimento” seria ele (Oliveira Marques, 1995, p. 569), ruiu com o seu assassinato, a 14 de dezembro de 1918, prenunciado pelo atentado malsucedido de 5 de dezembro. Labourdette (2001, p. 546) salienta, em acréscimo, que a força do Sidonismo assentava, em última análise, “na personalidade carismática daquele a quem alguns consideravam um novo D. Sebastião”¹⁰. Por isso, um Sidonismo sem Sidónio não se tornou viável.

Durante o seu consulado, Sidónio Pais adquiriu “uma auréola popular”, apresentando-se com “o libertador dos pesadelos coletivos”, de quem se esperava “o fim da guerra, o fim da agitação interna, o fim do conflito com a Igreja e o reatamento de relações com a Santa Sé, o fim da política partidária, que se desacreditara, e a (...) reconciliação nacional” (Saraiwa, 2003, p. 107). Entendendo, certamente, o poder da construção e gestão de uma imagem pública adequada às expetativas populares, “compôs uma figura de caudilho, fardado, com um protocolo vistoso, sempre rodeado pelos jovens cadetes (...). Dispôs-se a contactar diretamente a população. Viajou de norte a sul. Fez discursos (...). Muita gente ficou impressionada pelas manifestações populares à sua volta” (Ramos, Sousa & Monteiro, 2009). Exibiu, ainda, o Exército, de cujo apoio necessitava, em paradas aparatosas. A mesma descrição é, no essencial, feita por Oliveira Marques (1995):

8 Três remodelações ministeriais num só ano.

9 Terá sido uma reação ao terror imposto ao país pelos democráticos de Afonso Costa.

10 Fernando Pessoa identifica claramente Sidónio com “o desejado” D. Sebastião no final do seu poema em memória do “Presidente-Rei”: “E no ar de bruma que estremece | (Clarim longínquo matinal!) | O DESEJADO enfim regresse | A Portugal!”

Sidónio Pais, galante e bravo, elegante no seu uniforme militar, atraindo como poucos as massas em seu redor, suscitando devoções pessoais e fervorosas e adesões de todas as fileiras. Verdadeiro herói popular, para muitos um novo D. Sebastião, sobrepondo à legalidade constitucional os arbítrios da sua vontade, corrigindo os desmandos dos seus partidários com gestos românticos de perdão e de liberdade, Sidónio e o seu regime, fértil em desfiles militares, em cavalgadas pelas ruas e em receções brilhantes, eram bem o oposto da República (...) puritana, dominada pelo racionalismo maçónico e simbolizada por um Teófilo Braga modestamente vestido, de guarda-chuva no braço e deslocando-se de eléctrico¹¹. A mística do “chefe” que tão importante se iria revelar mais tarde encontrou em Sidónio o seu primeiro representante no nosso século XX (Marques, 1995, pp. 569-570).

Durante a I República, a imprensa teve uma força considerável na sociedade portuguesa (Matos, 2014) e aderiu ao sedutor e cativante espetáculo encenado pelo poder sidonista (Sousa, 2013, pp. 183-190; Saldanha, 2018). Sidónio instrumentalizou os *media* para a promoção política e propaganda ideológica (Sousa, 2013: 183-190), mesmo que a censura e a autocensura tenham constrangido a ação dos jornalistas e contribuído para tornar jornais e revistas em recetáculos acríticos da cenografia do Sidonismo. O mito sidonista e o culto de personalidade devotado ao Presidente, possivelmente, não se teriam imposto sem a imprensa. O papel da imagem na propaganda já tinha sido interiorizado e compreendido¹². Ainda que a informação noticiosa de atualidade, nas suas diversas modalidades, das breves aos *sueños*, passando pelas fotonotícias, dominasse os periódicos, colocando em evidência critérios de seleção de informações centrados no valor noticioso (Sousa, 2008; Matos, 2014), as escolhas também podiam ser influenciadas por critérios políticos, nomeadamente pelo alinhamento de editores e jornalistas com o regime, com a sua personagem central e com a coreografia do poder que rodeava Sidónio.

A coreografia sidonista do poder impôs-se, pois, no imaginário social (Saldanha, 2018),

11 Oliveira Marques refere-se à famosa fotorreportagem de Joshua Benoliel sobre o quotidiano do novo chefe-de-Estado após a imposição da República, publicada na *Ilustração Portuguesa* a 17 de outubro de 1910.

12 No contexto da I Guerra Mundial, o político republicano Magalhães Lima escreveu o seguinte no jornal *O Mundo*, a 10 de agosto de 1917: “A propaganda interna está, a meu ver, por fazer. Não há dúvida que (...) civilmente pouco ou nada se tem feito e o povo é que tem sofrido esta falta com o seu intento cívico — o povo mais do que as outras classes sociais. Quer sob o ponto de vista interno, quer sob o externo, eu adotaria de preferência a gravura e o cinematógrafo como os dois grandes e principais fatores de propaganda moderna, porque é essa propaganda que interessa a todos os indivíduos e que se fixa com mais facilidade na retina das crianças, para as quais devemos olhar em vista do futuro (...). Penso que é sobretudo preciso imprimir à propaganda a unidade de pensamento e de ação que lhe tem faltado até hoje, porque a propaganda dispersiva, como se tem feito, dá apenas poucos resultados; pode ser mesmo às vezes contraproducente.” No jornal *O Século*, a 20 de junho de 1917, exigia-se que a Secção Fotográfica do Exército Português “à semelhança do que fazem as suas congéneres dos outros exércitos aliados, inunde, por assim dizer, e sem perda de tempo, a imprensa dos aliados e neutros”. A 1 de julho de 1917, no mesmo jornal, escrevia-se: “o Exército Português tem na sua frente o seu serviço fotográfico feito à custa do Estado (...), mas (...) nada lucra com isso, porque a obra de propaganda (...) é (...) inutilizada por um favoritismo moral”. O autor referia-se ao excesso de imagens de oficiais e políticos — inclusive estrangeiros — realizado por essa Secção (na verdade, pelo fotógrafo Arnaldo Garcês), em detrimento das imagens da ação dos soldados portugueses na frente de batalha.

com a cumplicidade da grande imprensa de informação geral, e teve um aliado específico no fotojornalismo (Sousa, 2013, pp. 183-190).

Ao tempo, o fotojornalismo era já uma atividade consolidada, ganhando particular expressão nas revistas ilustradas de informação geral, que tinham grande sucesso em Portugal (Sousa, 2017). Durante o consulado sidonista, porém, a única revista ilustrada de informação geral que circulava em Portugal era a *Ilustração Portuguesa*¹³, na qual dois repórteres fotográficos se destacaram nesse período: o pioneiro da fotorreportagem portuguesa, Joshua Benoliel (1873-1932), colaborador fotográfico permanente da revista, que interrompeu a atividade em dezembro de 1918; e o seu substituto, Anselmo Franco (1879-1965).

Tendo em consideração a conjuntura descrita e os estudos sobre a encenação pública do poder sidonista (Sousa, 2013, pp. 183-190; Saldanha, 2018), o problema de partida desta investigação materializa-se em duas perguntas:

1. Qual foi a narrativa fotográfica do período sidonista construída pela revista *Ilustração Portuguesa*, que era, à época, o principal palco do fotojornalismo nacional?
2. Até que ponto a noticiabilidade dos acontecimentos durante o período sidonista se moldou — se é que se moldou — à encenação visual do poder montada por Sidónio Pais e centrada na sua figura?

A investigação, centrada no estudo das manifestações fotográficas noticiosas do período sidonista na revista *Ilustração Portuguesa*, teve, pois, por objetivos:

1. Descrever, diacronicamente, a narrativa fotográfica desse período, conforme foi expressa nessa publicação;

13 A revista semanal *Ilustração Portuguesa* foi publicada, a partir de 1903, pela empresa do jornal *O Século*, um periódico republicano, sob a direção dos jornalistas Carlos Malheiro Dias (até 1910) e Silva Graça (1910-1922), entre outros. Apresentava-se sob o lema “Revista Semanal dos Acontecimentos da Vida Portuguesa”, apesar de incluir bastante informação internacional. Os números publicados entre 1917 e 1918 e analisados nesta investigação são da segunda série desta revista, de formato 28 cm x 18 cm e 32 páginas. O periódico inseria abundantes fotografias. A imagem ocupava cerca de 70% da superfície da revista, de acordo com a contabilização de Proença e Manique (1990: 14). Nela colaboraram, na cobertura do Sidonismo, o pioneiro do fotojornalismo português Joshua Benoliel e o fotojornalista Anselmo Franco. A qualidade do papel em que era impressa a *Ilustração Portuguesa* diminuiu ao longo da Grande Guerra e, durante a conflagração, a revista foi forçada a reduzir o número de páginas, dando, a 10 de abril de 1916, a seguinte justificação aos leitores: “Como a todos os jornais (...) chegou à *Ilustração Portuguesa* (...) a crise do papel e do zinco (...). O primeiro custa cerca de três vezes mais caro e o segundo mais de quatro vezes!”. Por isso, “A *Ilustração* mantém o seu preço, mas [terá] (...) umas páginas menos” (p. 466). A 2 de maio de 1917, explicava que o papel estava quatro vezes mais caro e que o zinco para a fotogravura estava seis vezes mais caro, pelo que o aumento das tiragens que a *Ilustração Portuguesa* registava já não era motivo de celebração, mas sim de preocupação, pelo que fixava a tiragem máxima em 25800 exemplares (p. 274).

2. Sincronicamente, aplicar a grelha interpretativa sobre a noticiabilidade construída por Nelson Traquina ao estudo de manifestações fotográficas noticiosas daquele período na citada revista, com os objetivos secundários de aclarar quais foram: (a) os valores-notícia imanentes aos acontecimentos associados ao Sidonismo que contribuíram para a sua seleção como notícia; (b) os valores-notícia contextuais que facultaram a seleção desses acontecimentos; e (c) os valores-notícia que nortearam a transformação daqueles acontecimentos em notícias gráficas.

Partiu-se das seguintes hipóteses:

1. A seleção dos acontecimentos que foram objeto de cobertura fotográfica pela *Ilustração Portuguesa* refletiu a conjuntura do período sidonista e o viés ideológico do Sidonismo;
2. Tendo em conta as circunstâncias particulares do período sidonista e a ideologia do Sidonismo, as fotografias publicadas na *Ilustração Portuguesa* contribuíram, a seu modo, para o engrandecimento do regime sidonista e para o culto da personalidade devotado a Sidónio Pais.

A metodologia usada na investigação, de natureza qualitativa, combinou três procedimentos. A primeira operação consistiu na apreciação conjunta, sistemática e temporalmente organizada das fotografias referentes ao período sidonista publicadas na revista *Ilustração Portuguesa*. Observaram-se os casos fotográficos particulares, mas procurou-se, na sucessão destas singularidades, encontrar os “padrões de significado” (Scheufele, 2008, p. 969), as “estruturas de significado coerentes” (Scheufele, 2008, p. 967), que traduzissem, por indução reconstrutiva, globalmente, a narrativa fotográfica do período sidonista na revista *Ilustração Portuguesa*.

A segunda operação consistiu na seleção e recolha de exemplos para a construção do *corpus* de fotografias a analisar. Os exemplos fotográficos foram selecionados tendo em conta o seu potencial para ancorarem, pela sua *representatividade* (Scheufele, 2008, p. 969), a reconstrução indutiva da narrativa foto-discursiva da *Ilustração Portuguesa* sobre o período sidonista e justificarem o seu estudo particular. Na seleção, consideram-se as ideias da hermenêutica cultural não crítica (Palmer, 1969; Ricoeur, 1987; Gadamer, 1999), na interpretação dada por Maidment (1996), autor que sustentou que as imagens nas revistas ilustradas devem ser analisadas tendo em consideração o tema, a linguagem, o contexto e os textos a que se referem. Escolheram-se, pois, fotografias que, pela sua representatividade, constituíssem o que se podem considerar exemplos-padrão (Scheufele, 2008, p. 969), à luz das seguintes variáveis:

1. O momento histórico em que as fotografias foram obtidas, já que se pretendeu construir uma amostra que desse conta das representações fotográficas do período sidonista do início ao fim;
2. O motivo das fotografias, ou seja, o que as fotografias “mostram”, em concreto (personagens, ações...), e a sua linguagem gráfica (plano, composição, movimento...);
3. O instante da obtenção das fotos (instantâneo do acontecimento, foto pós-acontecimento, foto pré-acontecimento);
4. A singularidade a que as fotografias se referem, considerando a moldura histórica constituída pela cronologia dos principais acontecimentos do período sidonista, ou seja, o assunto particular evocado pela foto e pelo texto associado, plasmados numa materialidade unificada — a peça jornalística;
5. As dimensões das imagens fotográficas, tal como foram paginadas na revista *Ilustração Portuguesa*, por razões técnicas, relacionadas, exclusivamente, com a possibilidade de reprodução das imagens obtidas, desde que as quatro primeiras variáveis fossem atendidas;
6. A variedade autoral, para se incluírem na amostra fotografias de vários autores, sem sacrificar as quatro primeiras variáveis.

O *corpus* empírico foi, assim, composto com base numa amostra arbitrária por casos notáveis, que Wimmer e Dominick (1996, p. 70) consideram ser uma “amostra estratégica”. Enquanto amostra estratégica, é não probabilística, mas sistemática, já que foi construída, sistematicamente, em função da notabilidade e representatividade detetada nas fotografias selecionadas para o *corpus*, de acordo com os princípios de variação determinados. São amostras admissíveis na investigação em comunicação, quando se procura “compreender processos e não populações” (Hayes, 2008, p. 4451).

O terceiro procedimento consistiu na apreciação singular de cada uma das fotografias integrantes da amostra, no contexto de publicação (isto é, tendo em conta o tema e o texto da matéria em que surgiram inseridas), para delas deduzir — ou seja, chegar a uma verdade particular a partir de uma verdade geral — os padrões de noticiabilidade que possam ter motivado a sua publicação, de acordo com a proposta teórica de Nelson Traquina (2002).

Teve-se em consideração que o conteúdo das fotografias, embora possua elementos materiais manifestos e observáveis, nunca é totalmente explícito e que o sentido das imagens inferido pelo observador é fluído e depende do contexto ideológico e cultural que rodeia

este último (Vilches, 1987), embora, nesta investigação, o carácter subjetivo da interpretação tenha sido compensado pela análise do *corpus* por três investigadores, daí resultando uma interpretação intersubjetiva.

Consideraram-se, na investigação, as fotografias quer como produtos jornalísticos gráficos, cuja função é providenciar informações, sob uma forma imagética, a um conjunto de leitores; quer como objetos culturais que representam e difundem um *imaginário* sobre o mundo e, no caso concreto em apreço, sobre o período sidonista, capaz de ativar os mitos associados ao Sidonismo e a Sidónio¹⁴ e de “despertar lembranças” que participam da *memória coletiva* (Leite, 1992, 1993).

1. A noticiabilidade segundo Nelson Traquina

Nelson Traquina (2002, p. 187 e p. 276) explicita que “as notícias apresentam um ‘padrão’ geral bastante estável e previsível”, sendo a “previsibilidade do esquema geral das notícias” decorrente da “existência de critérios de noticiabilidade”, que muito têm a ver com o facto de os jornalistas constituírem uma “comunidade interpretativa”¹⁵, sujeita, como tal, a

14 Operativamente, concebeu-se a noção de *imaginário* como um conjunto de representações partilhadas, no caso sobre singularidades iconográficas do mundo material visível, que, no seio de uma determinada cultura, contribuem para dar coesão a uma comunidade, podendo funcionar como índices, ícones e mesmo símbolos, por vezes míticos, de uma determinada era. Embora tributária de autores como Roland Barthes (1971, 1984a, 1984b, 2006), ele próprio tributário do linguista Ferdinand de Saussure (no livro póstumo *Curso de Linguística Geral*, de 1916), Philippe Dubois (1991), Gilbert Durant (1988, 1997, 1998) e Michel Mafesolli (1998), a definição operativa do conceito de *imaginário* é própria. O imaginário é, na definição operativa aqui proposta, composto por um conjunto de signos, confluentes (sobre uma determinada realidade material, ou determinado assunto) ou divergentes (sobre diferentes realidades materiais, ou diferentes assuntos), que são partilhados por uma determinada comunidade. Esses signos, que nesta investigação ficam restritos aos que são exclusivamente fotográficos, podem ter a natureza de *índices* (existe uma relação de contiguidade entre significante e significado: por exemplo, um retrato realista de Sidónio Pais conserva uma espécie de “vestígio” deste ator social); *ícones* (existe uma relação de semelhança entre significante e significado, por exemplo, o mesmo retrato de Sidónio tem uma relação de semelhança com o indivíduo que, nos momentos em apreço, existiu e se manifestou no mundo material que existe para além do sujeito recetor); e *símbolos* (existe uma relação arbitrária entre significante e significado, por exemplo, o retrato de Sidónio Pais pode funcionar como símbolo do Sidonismo e ativar o *mito* associado à personagem). Por isso, uma mesma fotografia pode ser mais denotativa e icónica ou mais conotativa e, portanto, mais simbólica. Quando funciona como símbolo, a imagem pode converter-se em *mito*, ou seja, numa segunda significação do significado, como explicou Barthes. Por exemplo, uma fotografia de Sidónio distribuindo presentes pelas crianças pode contribuir para a edificação do *mito* de que todo o período sidonista foi de feliz assistência aos seres mais frágeis da sociedade. Por *representação visual*, consideraremos a tradução, em fotografia de valor indiciático e/ou icónico, de um aspeto da realidade visível e material que existe para além do sujeito. Ou seja, considera-se que existe uma realidade material para além do sujeito que a traduz em imagens-índices e imagens-ícones e que também é independente do sujeito que interpreta essas imagens. Embora uma imagem possa substituir, como ideia, o aspeto visível da realidade a que se refere, pode ter uma ambição denotativa e, portanto, icónica, conservando relações de semelhança com esse aspeto da realidade a que se refere. Realidade e representações coexistem e para se apreender a primeira é necessário recorrer às segundas, sob a forma de imagens ou de signos verbais.

15 O conceito de comunidade interpretativa e sua interpretação ao jornalismo não é de Nelson Traquina. Foi Lindlof (1988) quem, pela primeira vez, teorizou sobre as “comunidades interpretativas”, a partir da noção de “pensamento de grupo” (Janis, 1983). Na sua opinião, as práticas de comunicação mediada dão lugar a comunidades que procedem

fenómenos de pensamento de grupo¹⁶. A idêntica conclusão tinha chegado Stephens (1988, pp. 33-35). Provando que os temas das notícias dos primeiros periódicos continuam, em grande medida, a ser os temas das notícias no jornalismo atual, Traquina (2002, pp. 174-176) relembra, aliás, que as notícias sobre celebridades, assassinios, catástrofes, acontecimentos insólitos, guerras e batalhas, heróis e trocas comerciais, entre outros temas, sempre tiveram lugar nos jornais, desde o século XVII. A noticiabilidade seria, assim, de acordo com Nelson Traquina (2002):

o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, de possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, são suscetíveis de se tornar notícia, isto é, serem julgados como transformáveis em matéria noticiável, por isso, possuindo “valor-notícia” (Traquina 2002, p. 173).

Baseado, principalmente, em Galtung e Ruge (1965), Ericson, Baranek e Chan (1987) e Wolf (1987), Nelson Traquina (2002), lembrando Bourdieu (1997), nota que existem dois tipos de critérios de noticiabilidade: (1) os critérios de seleção; e (2) os critérios de construção.

os valores-notícia de seleção referem-se aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção de um acontecimento (...). Os valores-notícia de seleção estão divididos em dois subgrupos: a) os critérios substantivos que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia, e b) os critérios contextuais que dizem respeito ao contexto de produção da notícia. Os valores-notícia de construção são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário nessa construção (Traquina, citando Wolf, 2002, pp. 186-187).

Os parâmetros enunciados por Traquina (2002) estão também em consonância com a tabela de critérios enunciada por Brooks, Kennedy, Moen & Ranly (1988), que referem os valores impacto, proximidade, atualidade, proeminência, conflito e novidade. De acordo com estes autores, o valor atualidade está presente maioria das notícias selecionadas, uma vez que está diretamente ligado aos processos e agendamento de notícias. O valor proximidade

de determinadas formas em função de convenções específicas. Estas comunidades seriam interclassistas e formar-se-iam “nas esferas da vida nas quais a ação social requer a aplicação pragmática da tecnologia dos meios ou do conteúdo” (Lindlof, 1988, 81). Barbie Zelizer (1993) aplicou, teoricamente, o conceito ao jornalismo. Sousa (1997) demonstrou, a propósito, na primeira pesquisa em Portugal que usa o conceito, que os fotojornalistas na editoria de Fotojornalismo da Agência Lusa agiam como comunidade interpretativa para vários assuntos (Sousa, 1997).

16 Conforme a noção avançada por Janis (1983).

está também presente nas lógicas de seleção e construção da notícia, uma vez que por meio deste se estabelecem os fenómenos de relacionamento com os públicos. Em termos de noticiabilidade, o critério conflito é igualmente um elemento quase sempre presente, dados os procedimentos profissionais e o imperativo de reportar os diferentes ângulos da notícia. A narrativa jornalística com base em conflitos pode incidir sobre casos evidentes e de grande impacto, como guerras ou lutas sociais, ou temáticas que remetem para posicionamentos divergentes como noticiários políticos e mesmo notícias sobre sociedade ou desporto, que envolvem fontes diversas com perspectivas opostas sobre o mesmo acontecimento.

Segundo Traquina (2002, pp. 187-198), os valores-notícia de seleção (cf. tabela 1) são os seguintes: morte; notoriedade; proximidade; relevância (ou impacto); novidade; fator tempo/atualidade, cabide noticioso; notabilidade; surpresa; conflito ou controvérsia; infração; e escândalo.

Tabela 1

Valores notícia de seleção — critérios substantivos

Valores-notícia	Conceito
Morte	A morte atrai a atenção e contribui para explicar o negativismo do noticiário.
Notoriedade	A notoriedade e celebridade dos protagonistas, o seu lugar privilegiado na hierarquia social, gera interesse noticioso.
Proximidade	Os acontecimentos geográfica e culturalmente próximos mais provavelmente se convertem em notícia.
Relevância	Acontecimentos que têm impacto sobre a vida das pessoas, ou que afetam ou mobilizam mais gente, têm mais hipóteses de se tornar notícia, tal como os acontecimentos sucedidos em países importantes (pela sua dimensão, número de habitantes, peso nas relações internacionais, etc.) ou ocorrências em que os mesmos estejam envolvidos.
Novidade	O que é novo, ou uma nova perspetiva sobre um acontecimento do passado, tem valor noticioso. Os jornalistas, como diz Traquina (2002: 189), são sensíveis à primeira e à última vez.
Tempo	O que é atual tem mais possibilidades de se tornar notícia.
Cabide noticioso	Um acontecimento já noticiado pode servir de gancho para se pegar num novo acontecimento relacionado com o primeiro. A celebração de datas específicas — como as efemérides — também serve de cabide para notícias.
Notabilidade	A notabilidade — talvez melhor traduzida por tangibilidade — refere-se ao carácter concreto, tangível, específico e não ambíguo, de um assunto. Sob a pressão do tempo, os jornalistas preferem cobrir assuntos evidentes, delimitados no tempo e no espaço, observáveis. Por isso, o jornalismo orienta-se mais para os acontecimentos do que para os problemas. Há, no entanto, outros registos de notabilidade: o excesso; a escassez; a quantidade de pessoas envolvidas ou afetadas; a inversão da situação normal (o homem que morde o cão); o insólito; a transgressão; e a falha, como fratura na normalidade (anormalidade, anomalia) ou registo de insuficiência — caso dos acidentes. Adriano Duarte Rodrigues (1988) tinha-o já postulado para o excesso, a falha e a inversão.
Surpresa	O inesperado tem mais valor como notícia, sobretudo quando se trata de um mega-acontecimento que altere as rotinas produtivas.
Conflito	As disputas, caracterizadas pela violência física ou simbólica, atraem a atenção, podendo converter-se em notícias.
Infração	As transgressões de normas legais, sociais, culturais e outras, principalmente quando são violentas, têm valor noticioso, caso, nomeadamente, do crime.
Escândalo	Os escândalos são noticiados porque encaixam na visão coletiva dos jornalistas, que se veem como "cães de guarda" da democracia.

Fonte: Adaptado de Traquina, 2002, pp. 187-196

Os valores-notícia de seleção contextual (cf. tabela 2) são os seguintes: a disponibilidade; o equilíbrio do noticiário; concorrência; e o dia noticioso (Traquina, 2002, pp. 196-198).

Tabela 2

Valores notícia de seleção — critérios contextuais

Valores-notícia	Conceito
Disponibilidade	A disponibilidade jornalística de um acontecimento materializa-se na facilidade com que é possível fazer a sua cobertura, tendo em conta os meios e recursos disponíveis.
Equilíbrio	Os noticiários devem ser tematicamente equilibrados, pelo que a quantidade de notícias sobre uma singularidade pode justificar a sua publicação ou rejeição.
Visualidade	O potencial de cobertura de um acontecimento em imagens potencia a sua seleção como notícia.
Concorrência	Bater a concorrência (corrida ao exclusivo) e noticiar o que a concorrência já noticiou são critérios orientadores da seleção noticiosa.
Dia noticioso	O ciclo jornalístico tende a ser diário, sendo privilegiado o que ocorre neste horizonte temporal. Acontecimentos com muita noticiabilidade ocorridos dentro do ciclo diário podem excluir outros acontecimentos do mesmo dia; do mesmo modo, acontecimentos com pouco valor noticioso podem ser notícia se outros acontecimentos ocorridos dentro do ciclo tiverem, também, pouco valor noticioso.

Fonte: adaptado de Traquina, 2002, pp. 196-198

Os valores-notícia de construção (cf. tabela 3), para Traquina (2002: 198-202), são os seguintes: a amplificação; a relevância; a personalização; a dramatização; e a consonância.

Tabela 3

Valores notícia de construção

Valores-notícia	Conceito
Simplificação	Uma singularidade simples e certa, que possibilite um relato igualmente simples e sem ambiguidades, tem mais possibilidades de ser notada e coberta do que uma realidade complexa e ambígua.
Amplificação	A amplificação refere-se ao potencial de hiperbolização do acontecimento por meio da notícia. A amplificação pode incidir no que sucedeu, nos intervenientes ou nas consequências do que sucedeu.
Relevância	Capacidade de se mostrar na notícia como o acontecimento é importante.
Personalização	Refere-se ao potencial de personalização das narrativas noticiosas. Os acontecimentos centrados em pessoas particulares ou que podem ser narrados por meio da centralização em determinados indivíduos podem mais facilmente converter-se em notícia.
Dramatização	Possibilidade de se dramatizar a narrativa de um acontecimento. Quanto mais emoção e melodrama for possível adicionar a uma história sobre um acontecimento, mais aumentam as probabilidades de este se tornar notícia.
Consonância	Faculdade de enquadrar um acontecimento em enquadramentos previamente existentes. Relaciona-se com o valor-notícia que Galtung e Ruge (1965) classificaram como <i>consonância</i> . Quando é possível explorar, no relato jornalístico, a contiguidade simbólica entre acontecimentos; quando, na notícia, se olha para uma nova singularidade como consequência de outra; quando a novidade pode ser enquadrada no que já existe, então é mais provável que o acontecimento se converta em notícia.

Fonte: Adaptado de Traquina, 2002, pp. 198-202

O mesmo autor explica, ainda, que outros fatores podem influenciar o que chega a ser notícia e a forma como esta se apresenta: a política editorial; os recursos da organização noticiosa; a necessidade de produtividade; e o peso da direção, dos proprietários e dos anunciantes (Traquina, 2002: 201-202), a que se poderiam acrescentar o mercado, o público, a influência de terceiros poderosos, incluindo os governos, e ainda a ordem jurídica, incluindo a censura.

Lendo-se Traquina (2002, pp. 171-204) adquire-se a noção de que os valores-notícia agem associadamente. Por exemplo, um acontecimento forte em vários critérios de noticiabilidade mais facilmente se converte em notícia. Mas um acontecimento particularmente forte num valor-notícia também se pode converter em matéria noticiosa.

2. Representações fotográficas do período sidonista na *Ilustração Portuguesa*

Na análise à seleção de imagens sobre a cobertura fotográfica do período Sidonista, que começa com uma extensa reportagem que acompanha os momentos conturbados da revolução de dezembro de 2017, onde o ainda major da artilharia Sidónio Pais é protagonista, e que culmina com os dias que sucederam ao homicídio do histórico, mas controverso Presidente da República, a 14 de dezembro de 2018, é evidente como a revista *Ilustração Portuguesa*, propriedade d'O Século, já demonstra, na fotografia da publicação, um forte sentido do que são as convenções jornalísticas ou valores-notícia identificados por Nelson Traquina e outros autores. Apesar das limitações técnicas do equipamento fotográfico da época com câmaras de grande formato de peso considerável, a preocupação estética está presente nos registos fotográficos de Joshua Benoliel ou, numa fase posterior, Anselmo Franco. A observação das imagens permite perceber que os fotógrafos procuravam obter o ângulo visual, enquadramento ou composição que mais favorecessem a força do momento jornalístico. Através da atenção aos elementos morfológicos da imagem (Villafañe & Mínguez, 2002, pp. 111-125), onde a centralidade da figura política se destaca na multidão e a força das linhas sobressaem, os fotógrafos conseguem construir um sentido de leitura que representa a ideia de ascensão de Sidónio Pais e a subsequente idolatração popular.

A primeira fotografia (figura 1) da *Ilustração Portuguesa* sobre Sidónio Pais mostra-o ainda em pleno golpe de Estado, durante as operações militares, conversando, calmamente, com o advogado Alberto de Moura Pinto, do Partido Unionista, seu futuro ministro da Justiça. Mereceu a primeira página. Da autoria de Joshua Benoliel, pioneiro do fotojornalismo em Portugal e colaborador fotográfico principal da publicação, a fotografia, de recorte cândido, contribuiu para apresentar Sidónio, um desconhecido do qual não se sabia o que esperar, à sociedade portuguesa. Obtida no calor da rebelião armada, transmite, apesar de tudo, calma e serenidade. É ponto de partida para uma extensa fotorreportagem de doze páginas e 26 fotos sobre a revolta,



Figura 1

Sidónio Pais em conversa durante o golpe de Estado

Fonte: Ilustração Portuguesa, 17 de dezembro de 1917

Créditos: Joshua Benoliel

realizada por Joshua Benoliel, publicada no número de 17 de dezembro de 1917 da *Ilustração Portuguesa*. A escolha desta imagem remete para os critérios de noticiabilidade de conflito, dada a natureza da relação entre jornalistas e políticos. Por outro lado, a emergência de um novo líder militar, ainda que desconhecido, alude para os valores da atualidade/ novidade, mas também uma noção de proeminência. Ainda assim, a linguagem corporal das figuras representadas dá uma noção de proximidade, suscetível de gerar fenómenos de identificação com o público. O enquadramento vertical destaca as duas figuras humanas do ambiente envolvente, concedendo-lhes saliência visual e revelando uma cumplicidade entre Sidónio Pais e Alberto de Moura Pinto, em que o observador¹⁷ ou leitor da revista também parece participar.

O Sidonismo levou altos responsáveis do republicanismo radical dos democráticos a abandonarem o país. O Presidente da República, Bernardino Machado, foi um deles. Numa fotografia de Benoliel, altamente simbólica, de “fim de regime”, Bernardino Machado, destituído pela revolução sidonista, parte para o exílio e despede-se, com cumplicidade, de um jornalista de *O Século*¹⁸ (figura 2). A imagem simboliza a natureza problemática das relações

¹⁷ Para Jonathan Crary, “um observador, ainda que seja obviamente alguém que vê, é acima de tudo, alguém que vê um conjunto enunciado de possibilidades, alguém que está inserido num sistema de convenções e limitações” (2017: 28).

¹⁸ Existe outra fotografia em que ele se despede do próprio Benoliel.

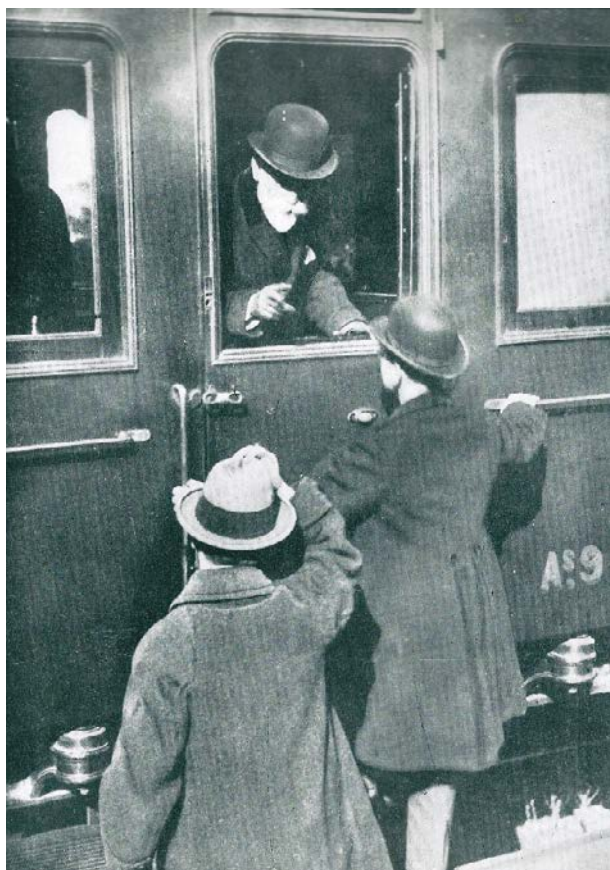


Figura 2

O Presidente da República deposto Bernardino Machado, de partida para o exílio, despede-se de um jornalista de O Século e de um filho

Fonte: Ilustração Portuguesa, 24 de dezembro de 1917

Créditos: Joshua Benoliel



Figura 3

Sidónio Pais, novo inquilino de Belém

Fonte: Ilustração Portuguesa, 11 de fevereiro de 1918

Créditos: Vasques/Casa Vasques

entre políticos e jornalistas, moldadas quer pelo antagonismo e pelo confronto, critérios de valor-notícia, quer pela cumplicidade, que, no caso concreto, funcionou como um critério de seleção. Simboliza igualmente o colapso — ainda que momentâneo — do controlo sobre o Estado, imposto, minoritariamente, pelo Partido Republicano de Afonso Costa.

Ao longo de 1918, ano do consulado de Sidónio Pais, a imprensa concorreu, verbal e iconograficamente, para o culto de personalidade que lhe foi prestado. Os fotógrafos acorriam às viagens presidenciais pelo país, aos atos públicos do Presidente e às iniciativas presidenciais. Sidónio, por várias vezes, foi capa da *Ilustração Portuguesa*. Uma fotografia (figura 3) de Vasques¹⁹ funcionou como uma espécie de fotografia oficial do novo Presidente da República. Representa o chefe de Estado a despachar, tranquilamente, assuntos oficiais no palácio de

¹⁹ Proprietário do conhecido atelier de fotografia de retrato lisboeta Casa Vasques.

Belém. A foto é posada e foi, posteriormente, colorida para se tornar mais verosímil e apelativa, mas trata-se de uma pose naturalizada, de alguém que, sem olhar a câmara, escreve. O fotógrafo procurou a naturalidade nos gestos do Presidente, precisamente para contornar a questão da pose forçada e artificial. Pelo olho artificial da lente, Sidónio surgia à devassa do olhar público como um indivíduo trabalhador e esforçado. Desempenhava, pictoricamente falando, o seu papel simbólico de olhar por todos os portugueses. A farda do chefe do Estado acentuava a sua autoridade simbólica. Do ponto de vista do critério de noticiabilidade, esta fotografia remete, em primeira instância, para o critério proeminência, dada a notoriedade de Bernardino Machado. Outro dos critérios detetáveis, mas não evidente será o conflito, uma vez que a partida é forçada e resulta das lutas entre as hostes republicanas.

O Sidonismo promoveu, efetivamente, o culto da personalidade militarista e autoritária do novo Presidente da República, simbolicamente alcunhado de “Presidente-Rei” por Fernando Pessoa. Na foto da figura 4, Sidónio saúda, a propósito, um conjunto de pessoas reunido em Faro, no Algarve, por ocasião de uma das viagens presidenciais pelo país. A fotografia é de Benoliel, que acompanhou o novo Presidente, tal como antes tinha acompanhado outros presidentes e reis.

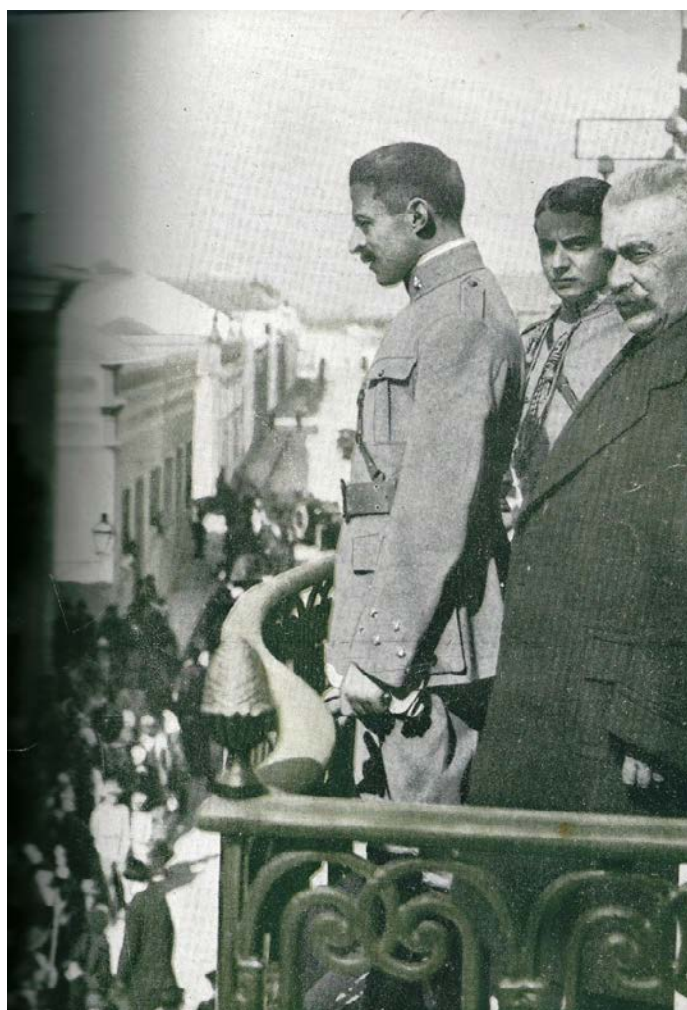


Figura 4
Sidónio Pais fala ao povo, em Faro
Fonte: Ilustração Portuguesa,
4 de março de 1918
Créditos: Joshua Benoliel

Nesta representação de Sidónio (figura 4), alimentava-se o mito do “salvador da Pátria”. O valor-notícia desta fotografia, captada de uma perspetiva superior ao espaço onde o povo se posiciona e com um plano de perfil que recorre à verticalidade da figura humana principal para impor um sentido conotativo de firmeza e solidez, funciona como um guião de leitura para o público, realçando a pose de estadista, elemento prioritário desta narrativa visual. Esta função de construção de uma narrativa através da imagem está igualmente presente nas fotografias seguintes. Os enquadramentos reforçam a figura do estadista, sendo os contextos parte da construção cerimonial. A lógica da notícia prende-se com a importância ou proeminência da figura retratada, pela ausência de elementos dissonantes e pelo realce conferido pelos contextos e aspetos funcionais. Está-se, pois, perante a perspetiva de critérios contextuais de produção da notícia.

Uma das formas de legitimação discursiva e simbólica dos agentes de poder consiste em dar testemunho visual público, por meio da imprensa jornalística, das atividades que somente eles podem exercer, já que detêm o poder para tal exercício. A cobertura fotográfica *infopropagandística* do Sidonismo foi pontuada, pois, por um conjunto de imagens que contribuíram, desde esse ponto de vista, para a legitimação do poder do novo chefe-de-Estado. Apesar do cariz documental que é próprio da natureza fotográfica, as imagens das figuras 5 e 6 referem-se, na linha desse raciocínio, à visita do Presidente ao Parlamento, onde, ocupando a mais importante cadeira da sala, do alto da tribuna, discursou para deputados e senadores da República.

O valor-notícia de seleção notoriedade, que põe em primeiro plano a figura do poder e o seu lugar privilegiado na hierarquia social (Traquina), está presente nas fotografias seguintes. Da mesma forma que existe, entre os valores-notícia de construção, uma clara tendência para a personalização da narrativa visual, centrada em Sidónio.

A exemplo do que vieram a fazer, depois, outros regimes populistas e autoritários, Sidónio Pais investiu no assistencialismo. É crível que a intenção de Sidónio tivesse sido a melhor. Além disso, num país católico, a caridade assistencialista do Sidonismo ia ao encontro dos valores da Igreja e do povo. Permitia, ainda, contrastar a República Nova com o republicanismo radical que pouco ou nada fez pela erradicação da pobreza e tinha sido responsável pelo desastre que constituiu o envio de tropas portuguesas para a frente Ocidental e pelo desnorte em que, aparentemente, o país tinha caído. A “sopa dos Pobres”, as creches, as iniciativas de apoio à infância tornaram-se marcas políticas do Sidonismo e contribuíam, a seu modo, para o culto da personalidade de Sidónio. Com resultados palpáveis. O Presidente era adorado pelo povo miúdo. Onde ia, o povo acorria. A cobertura fotográfica das iniciativas presidenciais, além do papel testemunhal e informativo que tiveram, concorreram para a afirmação do novo regime e para a legitimação simbólica do Presidente — representado quase sempre rodeado pelo povo, pelas elites e pelos apoiantes da República Nova (figuras 7 a 13). O líder político aparece, quase sempre, situado no centro geométrico dos fotogramas e é o ponto de



Figura 5
Sidónio Pais desloca-se ao Parlamento
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*,
 29 de julho de 1918
 Créditos: Joshua Benoliel



Figura 6
Sidónio Pais no Parlamento
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*,
 29 de julho de 1918
 Créditos: Joshua Benoliel

atenção das imagens (Villafañe & Mínguez), atraindo o observador a permacer por mais tempo na figura do estadista, quando olha as fotografias.

O conjunto de fotografias em que Sidónio é retratado junto dos populares ou na sopa dos pobres remete para a construção da ideia do político próximo do povo ou mesmo como “um deles”, numa estratégia comunicacional comum a vários estadistas. Esta proximidade contribui, *in loco*, para gerar fenómenos de grande popularidade. Nas representações fotográficas, o critério de proximidade remete para fenómenos de empatia que se estabelecem com os leitores, reforçando esta noção, mesmo para os que não participavam destes acontecimentos.

Relembre-se, a propósito, que na *Ilustração Portuguesa*, despontava outro dos grandes fotojornalistas do tempo da I República — Anselmo Franco (1879-1965). Foi ele que substituiu Joshua Benoliel como fotojornalista principal da revista, em dezembro de 1918. Várias das fotografias do último mês de vida de Sidónio Pais são da sua autoria, incluindo as imagens da celebração do primeiro aniversário da República Nova, publicadas dois dias depois do assassinato do “Presidente-Rei”. Numa foto (figura 11), Sidónio, localizado no centro geométrico da composição, surge rodeado de um mar de gente, no meio do povo, onde se sentia como peixe na água. A abordagem fotográfica, de resto, não era nova — Joshua Benoliel tinha-a usado três meses antes, em Sintra, mostrando Sidónio no meio das crianças (figura 10). As crianças, personagens secundárias da fotorreportagem de Anselmo Franco sobre o aniversário da República Nova, são realçadas fotograficamente como um dos alvos da ação assistencialista do Sidonismo (figura 12). A composição que valoriza a linha de perspetiva da mesa confere profundidade visual e transmite a dimensão e a importância social da efeméride. Sendo as crianças um dos elementos com mais força simbólica, esta imagem remete para o valor-notícia de seleção visualidade, partindo do pressuposto que a propabilidade de obter uma boa cobertura fotográfica era elevada. O elevado número de participantes visível na mesma imagem é, também, representativo da relevância do acontecimento, critério que pode ter estado na base da seleção noticiosa do evento.

A exploração visual do carácter humanitário do Presidente Sidónio é bem vincada noutra reportagem, de seis fotografias, cuja narrativa se organiza como um filme cronológico — sobre a visita presidencial ao hospital dos tíficos no Porto, durante uma epidemia que se abateu sobre a cidade (figura 13). O Presidente parece não ter receio de se aproximar dos tíficos e de lhes dirigir palavras de conforto. A sequência dos planos de conjunto selecionados constrói a imagem de um Presidente da República que exalta o humanismo e que prefere mostrar compaixão para com os enfermos do que zelar pela sua própria segurança. Mais uma vez, é a proeminência e a notoriedade da personagem a outorgar grande parte do valor noticioso à peça de onde foram extraídas estas fotografias de reportagem.



Figura 7

Sidónio Pais no meio de populares e militares,
em Lisboa, à partida para uma visita ao Norte de Portugal

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 28 de janeiro de 1918

Créditos: Secção Fotográfica do Exército Português²⁰

20 Estando Arnaldo Garcês em França, acompanhando as forças portuguesas, coloca-se a questão de quem terá sido o autor das fotografias. Sabendo-se que a Secção Fotográfica e Cinematográfica do Exército (SFCE) foi oficialmente instituída por despacho de 12 de janeiro de 1917 do ministro da Guerra, Norton de Matos (Arnaldo Garcês, no entanto, já cobrira o treino das tropas em Tancos), sob a chefia do tenente-coronel Desidério Bessa (1868-1920), integrando, além do fotógrafo Arnaldo Garcês, o capitão Carlos Nogueira Ferrão (1871-1938), militar com experiência fotográfica e cinematográfica — realizará, por exemplo, um curto documentário sobre o embarque das tropas — e sócio do Salão Central, de exibição de filmes, é bastante provável que tenha sido este último o autor desta e de outras imagens que integram a fotorreportagem em que a foto se integra, publicada a 28 de janeiro de 1918, na *Ilustração Portuguesa* (cinco páginas e nove fotografias, duas delas de página inteira).



Figura 8
Populares acorrem à chegada de Sidónio Pais a Sintra
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 19 de agosto de 1918
 Créditos: Joshua Benoliel



Figura 9
Sidónio Pais inaugura a sopa dos pobres em Sintra
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 19 de agosto de 1918
 Créditos: Joshua Benoliel



Figura 10
Sidónio Pais no meio de crianças
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 23 de setembro de 1918
 Créditos: Joshua Benoliel



Figura 11

Sidónio Pais no meio de populares, no aniversário da República Nova

Fonte: Ilustração Portuguesa, 16 de dezembro de 1918

Créditos: Anselmo Franco



Figura 12

Crianças desfrutam de um lanche oferecido por Sidónio Pais no primeiro aniversário da República Nova

Fonte: Ilustração Portuguesa, 16 de dezembro de 1918

Créditos: Anselmo Franco

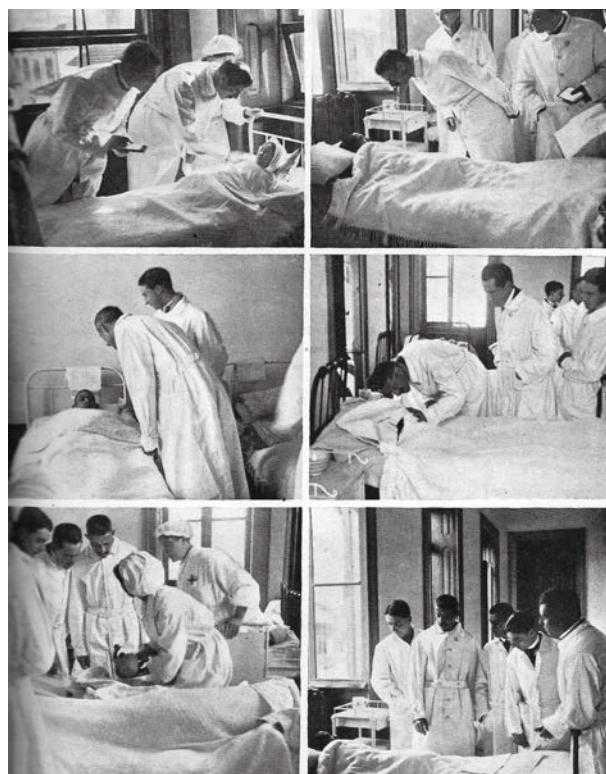


Figura 13

Visita de Sidónio ao hospital dos tifosos, no Porto

Fonte: Ilustração Portuguesa, 25 de março de 1918

Créditos: não atribuídos

O ponto alto do Sidonismo terá sido a proclamação oficial de Sidónio Pais como Presidente da República, a 9 de maio de 1918, depois das eleições de 28 de abril do mesmo ano. A fotografia de Sidónio a saudar, entusiasmado, o povo de Lisboa, a 9 de maio de 1918, desde a varanda da Câmara Municipal, no mesmo lugar onde a República havia sido proclamada, é simbólica (figura 14). Tal como simbólica é a sua fotografia, isolado, a cavalo, passando revista às tropas (figura 15), obtida na mesma data — ambas de Benoliel e integrando uma fotorre-portagem de seis páginas e treze fotografias.

Com o Sidonismo, a vasta maioria católica tornou-se, novamente, visível na comunicação social e reconciliou-se com a República. O “Presidente-Rei” aproveitou-o politicamente. As cerimónias religiosas evocativas dos soldados mortos na guerra, por exemplo, sucederam-se e tiveram eco na comunicação social. A figura 16, por exemplo, refere-se à assistência a uma missa católica de sufrágio pelas almas dos soldados mortos na Grande Guerra. Na figura 17, o Presidente da República, Sidónio Pais, entra numa igreja para, acompanhado por um padre, assistir, no rescaldo da derrota de La Lys, que dizimou o Corpo Expedicionário Português em França, a nova cerimónia religiosa católica de sufrágio pelos soldados mortos pela pátria. Com Sidónio, a vasta maioria católica une-se. Era a vez de passarem para segundo plano os republicanos democráticos que tinham contribuído para a revolução de 5 de outubro de 1910 e instituído um regime laico, urbano e progressista, provavelmente, à revelia da vontade da maioria do povo português, conservador, rural e católico, impedido de votar e totalmente arredado do poder e do processo decisório

Também os monárquicos aumentaram a sua visibilidade pública com o Sidonismo. A fig. 18 mostra, precisamente, um aspeto da assistência à missa de sufrágio pelo Rei D. Carlos e pelo Príncipe-Real D. Luís Filipe, assassinados por um republicano extremista em 1908. A *Ilustração Portuguesa* escrevia:

O exílio do Sr. D. Manuel de Bragança [último rei de Portugal] tem-lhe permitido avaliar até que ponto eram sinceras e sólidas as afeições de muitos; a morte do seu pai e do seu irmão (...) dá ensejo a que se congreguem numa cerimónia respeitável os que se conservam fiéis à sua memória e aos princípios políticos incarnados por eles (...) (*Ilustração Portuguesa*, 1918, p. 104)²¹.

As fotografias que associam o Presidente da República Nova à Igreja e aos monárquicos remetem para os mesmos valores de proximidade, onde a construção noticiosa é pautada pelo destaque dos fatores afetivos da reconciliação da sociedade portuguesa. Esta reconciliação é ritual e promovida pelas diversas imagens aqui escolhidas, já que o fotógrafo exclui toda a mensagem dissonante desta representação da pacificação portuguesa. Pode também

21 *Ilustração Portuguesa*, 2.^a série, n.º 625, 11 de fevereiro de 1918, p. 104.



Figura 14

Sidónio saúda os lisboetas da varanda da Câmara Municipal depois da sua proclamação como Presidente da República, a 8 de maio de 1918

Fonte: Ilustração Portuguesa, 20 de maio de 1918

Créditos: Joshua Benoliel

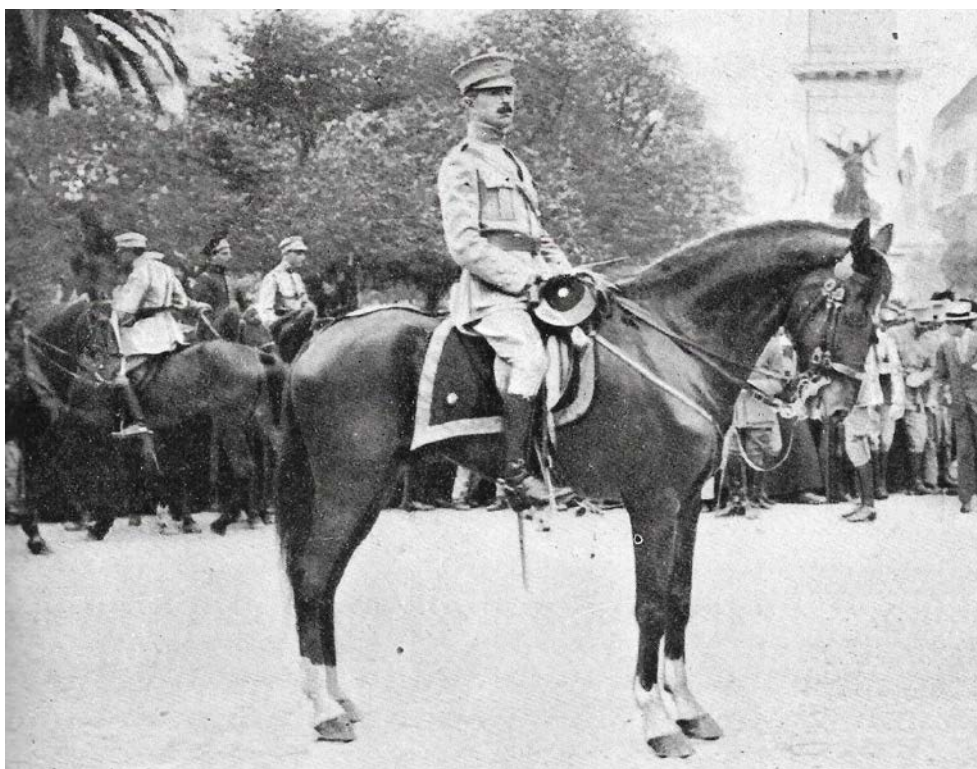


Figura 15

Sidónio passa revista às tropas depois da sua proclamação como Presidente da República, a 8 de maio de 1918

Fonte: Ilustração Portuguesa, 20 de maio de 1918

Créditos: Joshua Benoliel



Figura 16

Multidão concentra-se para cerimónia religiosa católica evocativa dos soldados aliados tombados em combate

Fonte: Ilustração Portuguesa, 11 de fevereiro de 1918

Créditos: Joshua Benoliel



Figura 17

Sidónio Pais, acompanhado por um religioso, entra numa igreja para assistir a uma missa de sufrágio pelos combatentes portugueses mortos na Grande Guerra

Fonte: Ilustração Portuguesa, 27 de maio de 1918

Créditos: Joshua Benoliel

ser apontado que o valor-notícia conflito não está completamente ausente das imagens. Há o conflito entre a República e a Igreja e o conflito com os monárquicos e daí a necessidade de rituais de aproximação. Há ainda o conflito central, a participação de Portugal na Grande Guerra, que embora não seja visível, está implícito.



Figura 18

Assistência à missa de sufrágio pelas almas do Rei D. Carlos e do Príncipe-Real D. Luís Filipe, assassinados em 1908

Fonte: Ilustração portuguesa, 11 de fevereiro de 1918

Créditos: Joshua Benoliel

De um ponto de vista negativo, o Sidonismo foi sobressaltado por revoltas e outros confrontos armados (figuras 19, 20, 21, 23 e 24), atentados (figura 22), greves e manifestações (figura 25), atos de sabotagem (figura 28) e outras ocorrências. A cobertura pictórica desses acontecimentos mostrava o descontentamento que reinava entre alguns setores da população. Mas também evidenciava, por parte do regime, alguma tolerância perante a cobertura — ainda que pontual — de acontecimentos que, potencialmente, o colocavam em xeque. Aliás, por vezes, o que se destaca nessa cobertura é, precisamente, a apaziguadora e tranquilizadora imposição da ordem, depois do momento de perturbação (figuras 21, 23 e 24). É possível que ao regime também interessasse explorar o medo e a inquietude da população portuguesa, mostrando, na imprensa, o que faziam os inimigos do Sidonismo. As manifestações, as greves — algumas violentas, a sabotagem, os atentados, os confrontos armados, as rebeliões e acontecimentos semelhantes certamente confrontavam o desejo de tranquilidade, ordem e paz social que, possivelmente, a maioria da população, cansada das convulsões da República

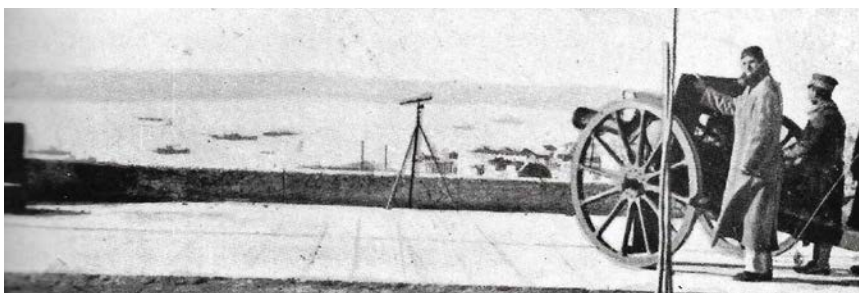


Figura 19

Artilharia governamental que bombardeou o couraçado Vasco da Gama, posicionada no castelo de São Jorge

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 21 de janeiro de 1918

Créditos: Joshua Benoliel



Figura 20

Couraçado sublevado Vasco da Gama rodeado de outros navios, visto do castelo de São Jorge

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 21 de janeiro de 1918

Créditos: Joshua Benoliel



Figura 21

Marinheiros sublevados aprisionados

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 21 de janeiro de 1918

Créditos: Joshua Benoliel



Figura 22
*Atentado contra o armazém de abastecimentos da Jerónimo
Martins, no Porto*
Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 15 de julho de 1918
Créditos: Álvaro Martins

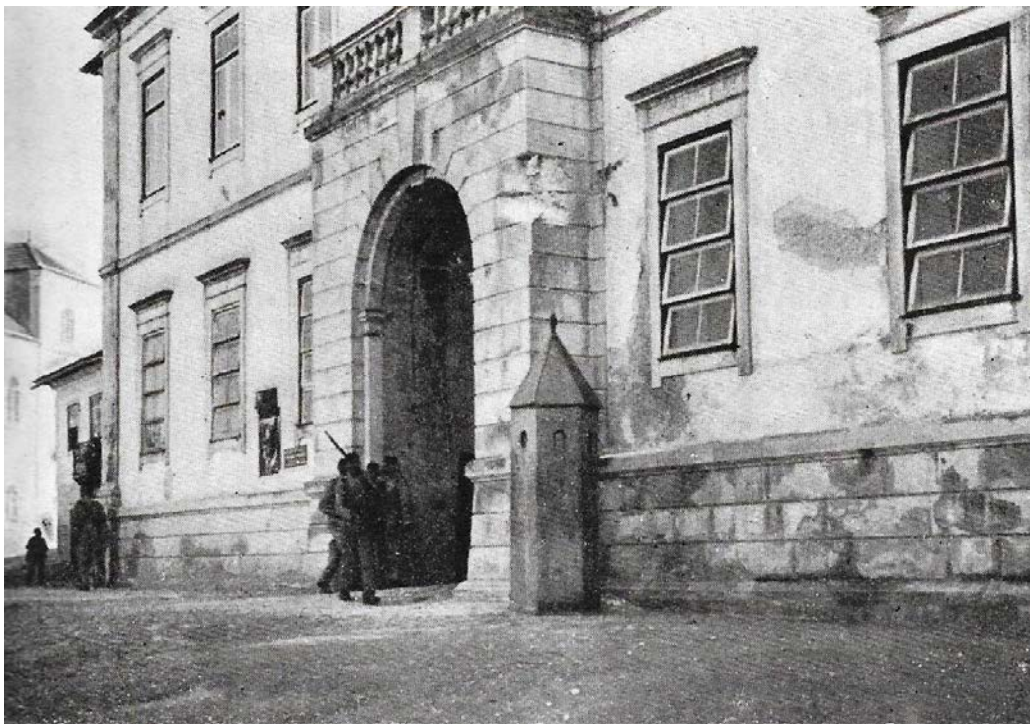


Figura 23

Coimbra. Quartel de Infantaria 23 durante a revolta de 12 de outubro de 1918

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 28 de outubro de 1918

Créditos: não atribuídos



Figura 24

Lisboa. Local onde se registaram os confrontos armados de 16 de outubro de 1918 que resultaram na morte de seis prisioneiros antissidonistas

Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 28 de outubro de 1918

Créditos: Joshua Benoliel

e da participação na Grande Guerra, acalentava. Daí que a exposição pública dos atos dos inimigos do regime pudesse beneficiar o próprio regime.

De qualquer modo, é patente que nas fotografias 19 a 27 se realça um valor-notícia primordial para o Sidonismo — o conflito. A oposição à República Nova esteve presente em todo o mandato de Sidónio e o desenlace dramático da sua morte — de cuja cobertura emergem, combinados, os valores-notícia da proeminência da personagem e da morte (figuras 30 a 35) — é o culminar da oposição feroz que lhe foi feita.

A primeira revolta antissidonista ocorreu a 8 de janeiro de 1918. Desencadeada pelos assíduos e quase profissionais revolucionários da Marinha, foi controlada pelas forças do Exército, fiéis ao regime. Publicadas, somente, a 21 de janeiro de 1918, 13 dias depois da revolta, na revista *Ilustração Portuguesa*, as fotografias do inevitável Joshua Benoliel (figuras 19, 20 e 21) mostram, sempre desde o ponto de vista das forças sidonistas, aspetos da tomada de posição dos militares fiéis ao Governo (figura 19), que bombardearam os marinheiros sublevados a bordo do couraçado Vasco da Gama (figura 20). A narrativa pictórica evolui até ao aprisionamento dos sublevados (figura 21). A confirmação visual da derrota dos sublevados, no contexto, era relevante.

A partir do verão de 1918, a hostilidade de vários setores da população ao regime sidonista irrompeu com mais vigor. Ocorreram vários episódios de violência, como a revolta de 12 de outubro, em diversas cidades do país; atentados bombistas, também em diferentes pontos do país; e mesmo um confronto armado, a 16 de outubro, nas ruas de Lisboa, que resultou na morte de vários prisioneiros da revolta de 12 de outubro, quando estavam a ser transportados para o forte de São Julião da Barra. As fotos de um desses atentados — no Porto, contra um armazém da empresa de distribuição Jerónimo Martins — evidenciam o grau de destruição e podem ter contribuído para suscitar a raiva da população contra os indivíduos sem rosto que queriam minar o regime recorrendo à violência (figura 22). Mas as fotos relativas à revolta de 12 de outubro (figura 23), obtidas *a posteriori*, ou as imagens referentes ao confronto armado de 16 de outubro (figura 24) não têm em si qualquer embrião de violência. Muito pelo contrário, delas emanam sensações de calma e controlo da situação pelo regime.

No mundo operário também surgiram focos de descontentamento. Se bem que algumas manifestações e greves não tenham tido consequências de maior (figuras 25 e 26), possibilitando mesmo, a Sidónio, passear-se pelas ruas de Lisboa, em carro aberto e quase sem escolta, para inspecionar a situação (figura 26), outras houve que incluíram episódios de alguma violência, caso, por exemplo, da greve anarquista de novembro de 1918, durante a qual sobrevieram episódios de sabotagem (figura 27).



Figura 25
Manifestação de operários da indústria tabaqueira durante uma greve
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 10 de junho de 1918
 Créditos: Joshua Benoliel



Figura 26
Sidónio percorre Lisboa em veículo aberto depois de conseguir o fim de uma greve de caixeiros
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 11 de março de 1918
 Créditos: Joshua Benoliel



Figura 27
Sabotagem ferroviária durante a greve anarquista de novembro de 1918
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2 de dezembro de 1918
 Créditos: Joshua Benoliel

Curiosamente, se houve ocasiões de descontentamento cujos ecos se repercutiram, pictoricamente, na *Ilustração Portuguesa*, também houve, porém, manifestações de agrado e apoio, como uma manifestação de funcionários públicos apoiantes do regime (figura 28).



Figura 28

Manifestação de funcionários públicos de apoio ao regime

Fonte: Ilustração Portuguesa, 10 de junho de 1918

Créditos: Joshua Benoliel

Quando ascendeu ao poder, Sidónio Pais não enviou reforços, provisões, material e equipamentos para o Corpo Expedicionário Português²². Após um inverno duro que os portugueses enfrentaram, sem roupas nem equipamentos adequados, a situação no setor da frente em que o CEP se posicionava, já de si grave, deteriorou-se. A derrota portuguesa e aliada na batalha do rio Lys, ou batalha de La Lys (9 a 29 de abril de 1918), perto de Ypres, ditou o fim da efetiva presença portuguesa na frente Ocidental. Os soldados do CEP foram remetidos à condição de auxiliares. Alguns deles, feridos e doentes, regressaram a Portugal a 16 de abril de 1918 e foram recebidos por Sidónio, constituindo a primeira leva de retorno de veteranos de guerra²³.

22 Poderá ter sido por inépcia ou por vontade, já que o Sidonismo começou a repatriar soldados portugueses em França logo em abril de 1916; ou ainda por impossibilidade, já que os navios britânicos e franceses de que Portugal necessitava para reabastecer, rearmar e colmatar as baixas do CEP foram colocados ao serviço do transporte dos contingentes e equipamento americano para a Europa.

23 O Presidente foi a bordo receber os soldados, mas a *Ilustração Portuguesa*, apesar de ter publicado três fotografias sobre o assunto, no número de 22 de abril de 1918 (p. 307), curiosamente escreveu-o não o mostrou.

No país, a instabilidade aumentou tanto que o Presidente se viu obrigado a declarar o estado de sítio, a 13 de outubro de 1918. Para agravar a situação, o Governo sidonista foi incapaz de repatriar de imediato todos os soldados portugueses em França, após o armistício de 11 de novembro de 1918, apesar dos esforços, documentados fotograficamente, como elemento de prova, e devidamente publicitados pela imprensa (figura 29). O clima conspirativo adensou-se.



Figura 29

O Presidente da República, Sidónio Pais, recebe o primeiro contingente de soldados portugueses regressado após o termo da I Guerra Mundial
Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 2 de dezembro de 1918

Créditos: Joshua Benoliel

O Presidente Sidónio Pais escapou a uma primeira tentativa de assassinato a 5 de dezembro de 1918, durante a cerimónia de condecoração dos sobreviventes do navio patrulha oceânico Augusto de Castilho, afundado num combate contra um submarino alemão, enquanto protegia a fuga de um navio comercial com passageiros a bordo. A 14 de dezembro, porém, o “Presidente-Rei” foi assassinado por um militante republicano. A morte da maior figura política da época e as condições em que o homicídio ocorreu remetem para quase todos os valores de seleção noticiosa identificados por Nelson Traquina. Os jornais e a *Ilustração Portuguesa* trouxeram o assunto à primeira página logo que lhes foi possível. Semanal, a *Ilustração Portuguesa* só cobriu o assunto no número de 23 de dezembro, sendo revelador das suas morosas rotinas de produção que não tivesse sido possível alterar o número anterior, de 16 de dezembro, já posterior ao assassinato, para dar conta do sucedido²⁴. Na primeira página, rodeado de uma significativa tarja preta, em sinal de luto, aparece um retrato de corpo

²⁴ O número de 16 de dezembro contém uma fotorreportagem de Anselmo Franco, fotojornalista que substituiu Joshua Benoliel no jornal *O Século* e na revista *Ilustração Portuguesa*, sobre o primeiro aniversário da República Nova.



Figura 30

*Retrato evocativo do Presidente
Sidónio Pais* Fonte: *Ilustração Portuguesa*,
23 de dezembro de 1918
Créditos: Otávio Bobone

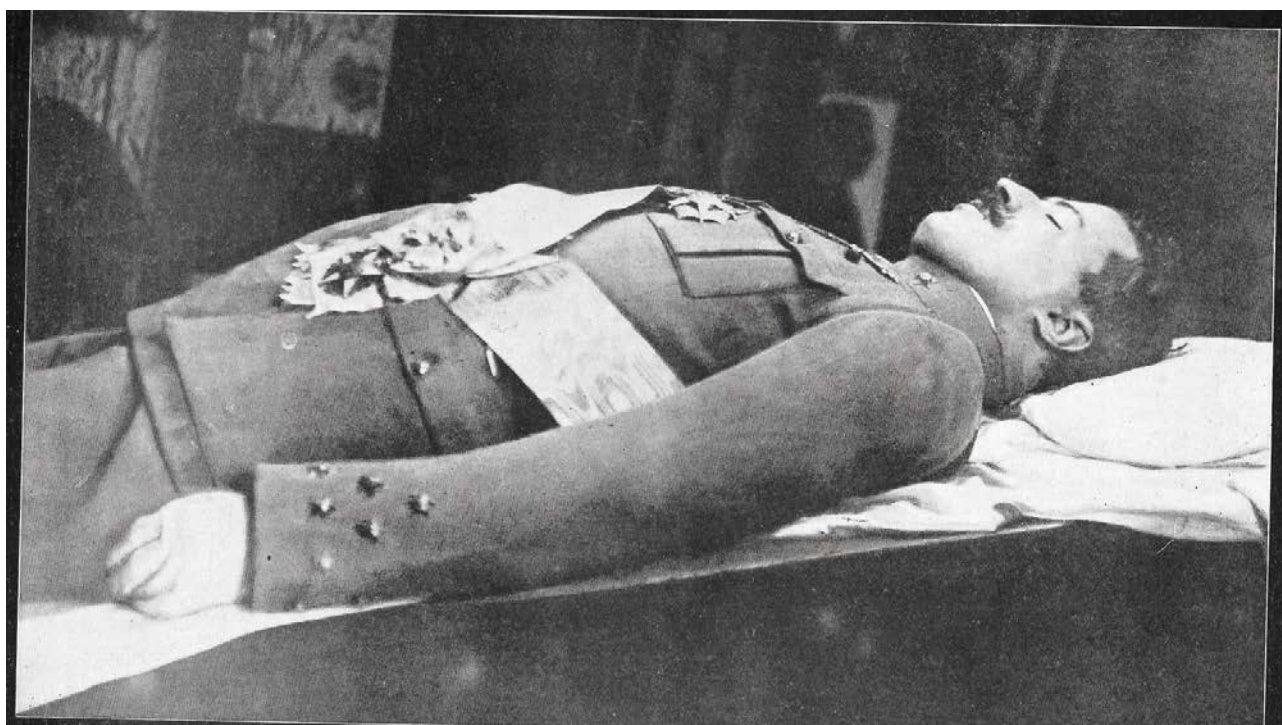


Figura 31

Sidónio Pais no seu leito mortuário
Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 23 de dezembro de 1918
Créditos: Otávio Bobone

inteiro do Presidente assassinado (figura 30), da autoria de Otávio Bobone²⁵ (1894-?). No interior, outra foto de Otávio Bobone, testemunhal, igualmente ladeada de uma tarja negra, mostra Sidónio Pais no seu leito mortuário (figura 31). Era a vez dos retratistas entrarem em cena, possivelmente porque tinham equipamento mais adequado à fotografia de interiores do que os foto-repórteres.

O carácter fraturante da personalidade de Sidónio Pais foi bem visível nos seus funerais, acompanhados por dezenas de milhares de portugueses, mas interrompidos, vezes sucessivas, por incidentes violentos. As fotos escolhidas dos funerais (figuras 32, 33 e 34) são da autoria do substituto de Joshua Benoliel como fotógrafo principal de *O Século* e da *Ilustração Portuguesa* — Anselmo Franco (1879-1965)²⁶, o qual seria, por sua vez, substituído por Vasco Serra Ribeiro — e mostram, principalmente, comoção geral, a afluência popular e a pompa e circunstância no cortejo fúnebre do primeiro líder populista português, precursor de todos os autoritarismos populistas e nacionalistas que alastraram, depois, pela Europa. É interessante notar a tentativa de Anselmo Franco prestar atenção a certos detalhes humanizadores da fotorreportagem, como acontece na fotografia que serviu de capa à *Ilustração Portuguesa* de 30 de dezembro de 1918, que vale pela mistura dos ternos “anjinhos”, de branco vestidos, promessa de eternidade e futuro, com a urna pesada e negra, num escuro camião militar, rodeada por um grupo de militares e civis (figura 33). Uma das fotografias é, simbolicamente, emoldurada pelos símbolos nacionais, acrescentados sob a forma de desenho, nas laterais do topo (figura 34).

Embora a narrativa das cerimónias fúnebres de Sidónio Pais publicada na *Ilustração Portuguesa* se baseie nas fotografias de Anselmo Franco, houve uma foto de um fotógrafo chamado Bertrand, que poderá ser francês, que nela foi inserida (figura 35) e que tem algum simbolismo. Trata-se de um retrato coletivo posado, em ambiente exterior, de um grupo de marinheiros franceses, que representaram a França, no funeral de Estado. Por um lado, a integração dessa foto na narrativa fotográfica construída com os contributos de Bobone e Franco é relevante porque mostra que a noção de fotógrafo-autor era, ainda, débil. Os fotógrafos nem sequer controlavam a publicação das suas fotos, sujeitas a manipulação pelos tipógrafos (“designers”) e editores e compaginação com imagens de outros fotógrafos. Por outro lado, a mensagem pública iconográfica da foto (figura 35) demonstrava o respeito internacional pelo Presidente-Rei e por Portugal, nomeadamente entre as Potências Aliadas, e o tributo francês ao esforço de guerra português, na recém-finda conflagração europeia.

25 Importante fotógrafo retratista e cineasta de Lisboa, filho do fotógrafo e pintor Augusto Bobone (1852-1910) e seu continuador à frente do Salão Bobone.

26 Joshua Benoliel abandonou, por algum tempo, no início de dezembro de 1918, a profissão de repórter fotográfico, o primeiro que houve digno desse nome em Portugal, para se dedicar à gestão de negócios familiares e a viajar. Fotografou ocasionalmente até 1924, ano em que reingressou nos quadros de *O Século*, onde permaneceu até ao final da vida.



Figura 32
Pessoas aguardam para entrar na câmara ardente de Sidónio Pais
 Fonte: Ilustração Portuguesa, 23 de dezembro de 1918
 Créditos: Anselmo Franco



Figura 33
Momento do funeral de Sidónio Pais
 Fonte: Ilustração Portuguesa, 30 de dezembro de 1918
 Créditos: Anselmo Franco



Figura 34
Momento do funeral de Sidónio Pais
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 30 de dezembro de 1918
 Créditos: Anselmo Franco

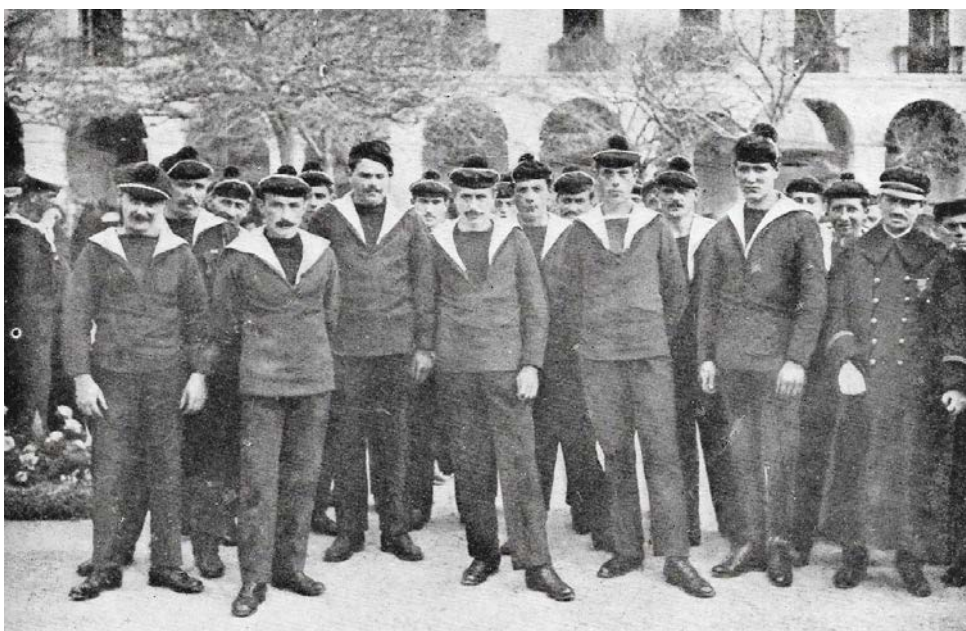


Figura 35
Marinheiros franceses que participaram nas cerimónias fúnebres de Sidónio Pais posam em retrato coletivo
 Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 30 de dezembro de 1918
 Créditos: Bertrand

As fotografias aqui apresentadas, após o seu assassinato, são construções de uma imagem cerimonial, onde a figura do estadista em pose pontua como elemento de notoriedade e reverência, inclusive na imagem da morte. O valor-notícia proximidade é reforçado pelas multidões retratadas nas cerimónias, pela pose das crianças que reforçam a emotividade do momento retratado. A escolha do retrato dos marinheiros franceses acentua a homenagem ao estadista. O elemento conflito permanece ausente das notícias sobre a morte e cerimónias a ela associado, contribuindo, através de um critério de exclusão, para a construção de uma imagem idealizada de estadista proeminente, próximo do povo.

Conclusões

Os critérios de noticiabilidade explanados por Nelson Traquina (2002) ajudam a explicar o discurso iconográfico da *Ilustração Portuguesa* sobre o Sidonismo. A investigação realizada permitiu concluir, nomeadamente, que a *notoriedade* foi o valor-notícia que mais orientou a seleção fotonoticiosa que fundou a narrativa fotojornalística construída pela *Ilustração Portuguesa* sobre o Sidonismo, exceto num único momento — a revolução fundadora do novo regime. A revolução de 5 a 8 de dezembro de 1917 foi notícia por ser surpreendente, conflitual, infratora, notável, nova, próxima, atual, relevante e mesmo mortal para cerca de cem pessoas. Sidónio ainda era um desconhecido, daí que a notoriedade não tenha sido uma das qualidades noticiosas que se podem colar ao acontecimento, mas começou a ganhar protagonismo visual na revista logo a 17 de dezembro, quando já se adivinhava que controlava a situação.

A notoriedade da personagem sobrepôs-se, depois, a quaisquer outros valores-notícia. Sidónio Pais era, afinal, a personagem sustentadora da República Nova. Além disso, soube orquestrar uma encenação pública do poder a que a imprensa aderiu, ou foi condicionada a aderir. Por isso, os fotojornalistas — destacando-se o pioneiro Joshua Benoliel e, mais tarde, Anselmo Franco — cobriram, sem surpresa, os atos públicos mais relevantes do chefe de Estado. Num tempo em que o fotojornalismo era já uma prática consolidada em Portugal e os fotojornalistas eram aceites, nas redações, como *repórteres* de pleno direito, o discurso fotográfico da *Ilustração Portuguesa* — publicação importante e socialmente impactante por ser única revista ilustrada de informação geral e grande expansão que circulava durante o Sidonismo — alimentou, efetivamente, o mito de Sidónio Pais, afetando o imaginário português e a memória histórica.

A investigação demonstrou também que os relatos verbais dos historiadores sobre o período Sidonista correspondem aos relatos pictóricos da *Ilustração Portuguesa*. Isto é, diferentes historiadores (Bourdon, 1973; Oliveira Marques, 1995; Ramos, 2001; Saraiva, 2003; Ramos, coord., Sousa e Monteiro, 2009; Telo, 2011) destacam que Sidónio Pais teve sabedoria e habilidade para compor uma espécie de figura de caudilho, de pai da Pátria, que projetou

em cerimónias públicas, desfiles militares, presença em iniciativas assistencialistas e visitas ao país. A narrativa pictórica da *Ilustração Portuguesa*, que acompanhou esse período é, pois, consonante com a narrativa verbal, posterior, dos historiadores, contribuindo, em última análise, para sustentar e validar os relatos destes últimos.

Tendo em consideração a proposta de Nelson Traquina (2002) sobre a noticiabilidade, outros valores-notícia, como a proximidade, a novidade, o tempo, ou seja, a atualidade, a notabilidade e a relevância também interferiram na seleção fotonoticiosa da *Ilustração Portuguesa*, mas não ofuscam o critério da *notoriedade*. O critério do cabide noticioso ajuda a explicar, por seu turno, a cobertura das celebrações do aniversário da República Nova, enquanto os critérios do conflito e da infração contribuem para esclarecer a presença, na *Ilustração Portuguesa*, de peças — e correspondentes fotografias — de acontecimentos que desafiaram o Sidonismo, mas que também, pela sua violência, podem ter gerado mais rejeição do que aceitação pelos portugueses, passando, pois, incólumes pela censura. O assassinato de Sidónio, além das qualidades valorativas anteriores, foi notícia por ser surpreendente e, claro, mortal.

Entre os valores-notícia de seleção contextual sugeridos por Traquina (2002), a *visuabilidade* é aquela que se destaca na narrativa fotográfica da *Ilustração Portuguesa* sobre o período sidonista. A coreografia montada para promover o enérgico líder da República Nova e o novo regime, que prometia a regeneração do país e da República e a união de *todos* os portugueses, gerou oportunidades fotográficas para os fotojornalistas. Já entre os valores-notícia de construção, assume particular relevância o critério da personalização da narrativa visual em torno de Sidónio Pais, mas a carga dramática que pôde ser adicionada pictograficamente a esta narrativa em certos momentos — como os desfiles militares, a morte de Sidónio e os funerais de Estado — também influenciou as escolhas. Os restantes critérios de construção também se detetam na narrativa, embora com menos repercussões.

Finalmente, pode aceitar-se, em parte, a primeira hipótese colocada: a seleção dos acontecimentos do Sidonismo que foram objeto de cobertura fotográfica pela *Ilustração Portuguesa* refletiu a conjuntura do período sidonista e o viés ideológico do Sidonismo, mas também mereceram cobertura pictórica acontecimentos potencialmente negativos para a imagem da República Nova e do seu líder — casos das revoltas, dos atentados e das greves violentas. Das imagens, porém, não emana pouca *violência* simbólica — como se o regime controlasse a situação, o que não era verdade, conforme comprovou o assassinato do chefe-de-Estado.

Pode aceitar-se, por seu turno, a segunda hipótese. Isto é, tendo em conta as circunstâncias particulares do período sidonista e a ideologia do Sidonismo, as fotografias publicadas na *Ilustração Portuguesa* contribuíram para o engrandecimento simbólico do regime sidonista e para o culto da personalidade devotado a Sidónio Pais.

Referências bibliográficas

- Barthes, R. (1971). *Mitologias*. Edições 70.
- Barthes, R. (1984a). *A Câmara Clara*. Nova Fronteira.
- Barthes, R. (1984b). A mensagem fotográfica. In R. Barthes (Ed.), *O óbvio e o obtuso* (pp. 13-25). Edições 70.
- Barthes, R. (2006). *Elementos de Semiologia*. Cultrix.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Celta Editora.
- Bourdon, A.-A. (1973). *História de Portugal*. Almedina.
- Brooks, B. S., Kennedy G., Moen, D. R. & Ranly, D. (1988). *News reporting and writing*. St. Martin's Press.
- Crary, J. (2017). *Técnicas do Observador*. Orfeu Negro [original de 1990].
- Dubois, P. (1991). *O Ato Fotográfico*. Vega.
- Durand, G. (1988). *A Imaginação Simbólica*. Cultrix/Edusp.
- Durand, G. (1997). *As Estruturas Antropológicas do Imaginário: introdução à arquetipologia geral*. Martins Fontes.
- Durand, G. (1998). *O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Difel.
- Ericson, R. V., Baranek, P. M. & Chan, J. (1987). *Visualizing deviance: a study of news organization*. The University of Toronto Press.
- Gadamer, H.-G. (1999). *Verdade e Método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. (3th ed.). Vozes [original de 1960].
- Galtung, J. & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news. The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. *Journal of Peace Research*, 2 (1), 64-90.
- Hayes, A. F. (2008). Sampling, nonrandom. In W. Donsbach (Ed.), *The international encyclopedia of communication*. (Vol. X, pp. 4447-4459). Blackwell Publishing.
- Janis, I. L. (1983). *Group think: psychological studies of policy decisions and fiascoes*. Houghton Mifflin.
- Labourdette, J.F. (2001). *História de Portugal*. Dom Quixote.
- Leite, M. L. M. (1992). História e Fotografia. *Cultura Vozes*, 86 (3), 43-52.
- Leite, M. L. M. (1993). Imagens e Contextos. *Boletim do Centro de Memória da Unicamp*, 5 (10), 45-60.
- Lindlof, T. R. (1988). Media audiences as interpretive communities. In J. A. Anderson (Ed.), *Communication Yearbook 11* (pp. 81-107). Sage.
- Maffesoli, M. (1998). *Elogio da Razão Sensível*. Vozes.
- Maffesoli, M. (2001). O imaginário é uma realidade (entrevista conduzida por Juremir Machado da Silva). *Revista FAMECOS*, 1 (15), 74-82.
- Maidment, B. (1996). *Reading popular prints, 1790-1870*. Manchester University Press.
- Marques, A. H. de O. (1995). *Breve História de Portugal*. Presença.
- Matos, Á. C. de (2014). The press in the First Portuguese Republic: constants and guiding principles (1910-1926). In J. P. Sousa, H. Lima., M. Barbosa, & A. Hohlfeldt, (Orgs.), *A history of the press in the Portuguese-Speaking countries* (pp. 113-172). Media XXI.
- Palmer, R. (1969). *Hermeneutics: interpretation theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, and Gadamer*. NUP.
- Proença, C. & Manique, A. P. (1990). *Ilustração Portuguesa*. Alfa.
- Ramos, R. coord., Sousa, B. V. & Monteiro, N. G. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros.
- Ricoeur, P. (1987). *Teoria da Interpretação*. Edições 70 [original de 1965].
- Rodrigues, A. D. (1988). O acontecimento. *Comunicação e Linguagens*, 8, 9-15.
- Saldanha, A. M. (2018). O imaginário social na instauração da República em Portugal e na ditadura de Sidónio Pais: contrastes e aproximações. *Temporalidades — Revista de História*, 10 (1), 34-57.
- Saraiva, J. H. (2003). *História de Portugal. A Primeira República — Do 5 de outubro à crise partidária*. Vol. VIII. QuidNovi.
- Scheufele, B. (2008). Content analysis, qualitative. In W. Donsbach (Ed.), *The international encyclopedia of communication*. (Vol. III, pp. 967-972). Blackwell Publishing.
- Sousa, J. P. (1997). *Fotojornalismo performativo. O Serviço de Fotonotícia da Agência Lusa de Informação*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008). Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. In J. P. Sousa (Org.), *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa. Perspetivas luso-brasileiras* (pp. 93-118). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2013). *A Grande Guerra — uma crónica visual — Parte I: estudo do discurso em imagens da “Ilustração Portuguesa” (1914-1918)*. Media XXI.
- Sousa, J. P. (2017). *Veja! Nas origens do jornalismo iconográfico em Portugal: um contributo para uma história das revistas ilustradas portuguesas (1835-1914)*. Media XXI.
- Stephens, M. (1988). *A history of news. from the drum to the satellite*. Penguin Books.
- Telo, A. J. (2011). *A Primeira República: como cai um regime*. Presença.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera Editores.
- Villafañe, J. & Mínguez, N. (2002). *Principios de la Teoría General de la Imagem*. Pirámide [original de 1996].
- Vilchez, L. (1997). *Teoría de la imagen periodística*. Paidós.
- Wimmer, R. D. & Dominick, J. R. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación. Una introducción a sus métodos*. Bosch.
- Wolf, M. (1987). *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença.
- Zelizer, B. (1993). Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Comunicação & Linguagens*, 27, 33-61.

Fotografia digital: Mudanças no modo de ver e nas rotinas de produção dos fotojornalistas portugueses, no início de um novo milénio

Digital photography: Changes in the way of seeing and in the production routines of Portuguese photojournalists at the beginning of a new millennium

Fátima Lopes Cardoso

Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa
(ESCS-IPL), UAL e ICNOVA
mlcardoso@escs.ipl.pt
ORCID ID: [0000-0002-7093-7881](https://orcid.org/0000-0002-7093-7881)

Resumo: O aparecimento do registo digital à entrada de um novo milénio veio, por diversos fatores, alterar o ato fotográfico e até o modo de ver dos fotojornalistas portugueses. Transferindo a analogia de guerra usada pelos fotojornalistas entrevistados para as rotinas de produção fotográfica, a geração “sniper” passou a partilhar o espaço de captura da imagem com a geração “metralhadora”. Enquanto na era do analógico, o momento de registo da imagem era um ato de concentração, sem espaço para o erro, uma vez que os rolos eram contabilizados, na era do digital, deixaram de existir constrangimentos no suporte quase infinito. De forma inconsciente, a racionalização de meios de suporte, que existiu em todo o século XX e até ao aparecimento do digital, deu origem a uma geração de fotógrafos que, em dois ou três disparos do obturador da câmara, conseguiam obter a foto publicável. Ou seja, um “tiro certo”. Por outro lado, a geração que transitou ou nasceu no digital sempre teve consciência de que não é preciso limitar os registos fotográficos, pois podem ser quase infinitos. Na larga sequência de *frames* captados, estará “a foto”. Apesar desta aparente facilidade do digital, no momento de edição e tratamento da imagem, a tarefa tornou-se mais inglória. Este artigo, que surge da investigação de doutoramento “A Fotografia Documental na Imprensa Portuguesa: o real e o verosímil — Os últimos 30 anos de fotojornalismo em Portugal”, demonstra como o digital corresponde a um dos momentos de mais profunda mudança na história do fotojornalismo português e revela que transformações se viveram neste período, quer pela maneira como o fotógrafo passou a olhar e a posicionar-se perante o acontecimento como também pelas alterações nas rotinas de produção. Numa era que representou a democratização do próprio meio, fotógrafos profissionais tiveram de se tornar ainda mais corporativistas para proteger a sua área de trabalho das investidas dos amadores.

Palavras-chave: fotografia digital; história do fotojornalismo; analógico vs. digital; ato fotográfico e modo de ver.

Abstract: *The appearance of the digital register at the beginning of a new millennium has, for several reasons, changed the photographic act and even the way of seeing of Portuguese photojournalists. Transferring the war analogy used by the interviewed photojournalists to the photographic production routines, the “sniper” generation started to share the image capture space with the “machine gun” generation. While in the analogue era, the moment of registering the image was an act of concentration, with no room for error, since the film were counted, in the digital era, there are no longer constraints thanks to the almost infinite support. Unconsciously, the rationalization of means of support, which existed throughout the twentieth century and until the appearance of digital, gave rise to a generation of photographers who, in two or three shots of the camera shutter, managed to obtain the publishable photo. In other words, a “well-aimed shot”. On the other hand, the generation that changed to or was born in digital has always been aware that it is not necessary to limit photographic records, as they can be almost infinite. In the long sequence of captured frames, it will be “the photo”. Despite this apparent ease of digital, when it comes to edit and process the image, the task became more inglorious. This article, which arises from the doctoral research “Documentary Photography in the Portuguese Press: the real and the credible — The last 30 years of photojournalism in Portugal”, demonstrates how digital corresponds to one of the most profound changes in the history of photojournalism Portuguese. It reveals that transformations were experienced in this period, not only because of the way the photographer started to look and position himself before the event but also due to changes in production routines. In an era that represented the democratization of the media itself, professional photographers had to become even more corporatist to protect their area of work from the onslaught of amateurs.*

Keywords: digital photography; history of photojournalism; analog vs. digital; photographic act and way of seeing.

Introdução

Habituada a estar atenta e a acompanhar as evoluções tecnológicas, em especial desde os anos 90, a comunidade de fotojornalistas portugueses mostrava-se preparada para as mudanças que a convergência para o digital representariam para a fotografia. À entrada de um novo século, todo o processo clássico de captura e revelação da fotografia assente numa

emulsão química sensível à luz que foi continuado ao longo de quase 200 anos de história — sempre em constantes mutações químicas e físicas, bem como evolução da técnica — estava prestes de ser ultrapassado pelo registo eletrónico, que transformaria a alquimia dos raios luminosos em pixéis e substituiria o tradicional filme por um dispositivo de carga acoplada (CCD — *Charge Coupled*) ou um semicondutor metal-óxido complementar (CMOS — *Complementary Metal Oxide Semiconductor*).

A investigação “A Fotografia Documental na Imprensa Portuguesa: o real e o verosímil — Os últimos 30 anos de fotojornalismo em Portugal”, realizada através de métodos de observação participante e entrevistas qualitativas a 90 fotógrafos, editores de fotografia e alguns diretores de jornais, demonstrou que as mudanças na técnica não evidenciavam ser a maior preocupação entre os fotojornalistas nacionais, no processo de adaptação ao digital. Eram, no entanto, de âmbito funcional, uma vez que o registo eletrónico, se facilitaria o quotidiano de produção fotográfica, também ameaçava a qualidade da imagem a nível de resolução e de cor, comprometendo, a título de exemplo, a ampliação em grandes formatos, nomeadamente se o fim era a publicação em revistas a cor e, pior, em exposições.

A questão fulcral das máquinas fotográficas digitais, e porque todos os fabricantes gostam de fazer um pouco de batota, é a muito importante diferença entre resolução óptica e resolução interpolada. A resolução óptica é a que, realmente, importa, pois define a quantidade de informação focada pela objectiva sobre o CCD (Freedman, 2006, p. 14).

Confiante que a indústria fotográfica não tardaria a ultrapassar o problema da falta de qualidade do sensor, tanto a nível de resolução (número de pixéis por polegada-SPD) como de formação da cor, o ambiente era, nos primeiros anos de transição para o digital, de curiosidade e de expectativa. Não se receava que o digital pudesse abalar a estabilidade profissional do fotojornalista, em detrimento de fotógrafos *freelancers* ou até amadores, como viria a acontecer mais recentemente, ou que ameaçasse a própria qualidade estética da fotografia. Pelo contrário, o aparecimento das publicações que começavam a emergir no online prometia ser um desafio e uma oportunidade para tornar mais visível a imagem fotojornalística e ultrapassar os limites físicos da página em papel, que só reservava espaço, na maioria das situações editoriais, para uma ou duas imagens em cada artigo.

A própria indústria fotográfica tinha interesse em implementar a mudança e apoiar, de alguma forma, esse processo de transformação no seio das editorias de fotografia, aligeirando o avultado investimento em aquisição de material. Algumas marcas, como a Canon e a Kodak, a que se juntou mais tarde a Nikon, lançaram campanhas financeiramente mais rentáveis às redações para investirem em equipamento digital, apesar dos custos muito elevados do equipamento. Não sendo num ambiente jornalístico, a Expo 98 contratou uma equipa de profissionais, quase todos vindos das redações, para acompanharem os principais momentos

do evento. Esse trabalho de documentação já aconteceu em registo digital. Nas redações, foi a Lusa a dar o primeiro passo para a imagem eletrónica, ao avançar com a aquisição de equipamento digital, em 2000, seguida de algumas editorias e fotógrafos dos jornais *Expresso*, *Público*, *Diário de Notícias* e revista *Visão*.

O cepticismo que a resolução digital merecia dos fotógrafos profissionais era válido. Nos primeiros anos do processo eletrónico, a informação fotográfica estava longe de se equiparar à do filme. No entanto, em pouco mais de cinco anos, a indústria aprimorou a tecnologia digital e, por uma questão de rentabilidade e para acompanhar as necessidades de profissionais e de clientes cada vez mais versáteis, empreendeu esforços para melhorar a qualidade dos sensores e do equipamento fotográfico ao ponto de até aproximar as câmaras amadoras das profissionais, tornando os dispositivos mais fáceis de utilizar, de transportar e mais rápidos a responder à intencionalidade do fotógrafo na produção da imagem.

A evolução foi tão célere que hoje, volvidas pouco mais de duas décadas desde o início do digital, qualquer telemóvel tem mais resolução do que as câmaras fotográficas profissionais que os fotojornalistas usavam nos primeiros anos do século XXI. Esta democratização da fotografia e aparente facilidade do ato fotográfico lançou desafios, obrigou a classe a superar-se e até a reinventar os canais de difusão da fotografia, criando outros espaços visuais de contacto com o público, como os livros, as redes sociais e *sites*.

Mitificação do processo fotográfico na era do analógico

A herança de séculos de fotografia analógica demonstrou que para trabalhar profissionalmente nesta área eram necessários conhecimentos técnicos, de revelação e arquivo que só a experiência de anos nas redações consolidava. No momento de reportagem ou registo da imagem, era preciso controlar e poupar no número de rolos fotográficos, uma vez que o equipamento sempre foi dispendioso. Se os disparos do obturador da câmara fossem excessivos, desperdiçava-se película e a possibilidade de fotografar, comprometendo a credibilidade e a confiança que os editores depositavam no próprio fotógrafo.

Findo o ato de concentração que o registo único obrigava (Dubois, 1992, p. 11), só no momento da revelação o fotojornalista poderia respirar de alívio e regozijar-se com a qualidade do seu trabalho. Desta constante preocupação com a economia de rolos resultou o que muitos profissionais entrevistados chamaram de uma geração de “fotógrafos-snipers”, que dispararam com precisão no ato fotográfico e bem menos do que os fotojornalistas que surgiram já no período do digital, a que classificam de “serem fotógrafos-metralhadoras”. Como sabem que só desgastam o equipamento, estão sempre a fotografar para não perder o acontecimento, mas depois despendem mais tempo na edição da imagem, uma tendência que veio, de certa forma, alterar, recorrendo à expressão de Berger (1972), o modo de ver dos fotógrafos de distintas gerações.

Nas décadas de 80 e 90, o dia a dia do fotógrafo de imprensa era uma maratona sem fim para revelar os rolos a tempo do fecho do jornal, em especial, quando o acontecimento era remoto e não existiam meios. Todo este ritual agitado, mas cuidadoso conferia ao processo fotográfico uma certa mitificação. As experiências mais complicadas eram vividas pelos fotógrafos correspondentes em palcos de conflito ou na cobertura de acontecimentos em lugares mais inóspitos e distantes. Além do peso excessivo que levavam na bagagem, da dificuldade em não danificar os filmes sempre que passavam pelo controlo do raio-X no *check-in* dos aeroportos, ainda havia a odisseia de como revelar o trabalho.

Luís Vasconcelos, um dos fundadores dos prémios de fotojornalismo Estação-Imagem Mora e antigo repórter em muitas zonas de guerra, recordou o esforço empreendido para realizar uma reportagem, antes de a fotografia existir: “Quando saía em serviços da agência para África, ia com 90 quilos de material. Tinha de levar produtos e todo o laboratório; panos para fechar casas de banho ou outras coisas parecidas. Com a cor, ainda era mais complicado por causa das temperaturas. Depois, tornava-se mais difícil por causa dos aparelhos para transmitir. Era incrível. Andar por África assim era uma situação completamente louca. Mais tarde, apareceram uns aparelhos que eram os Leafax, em que se levavam apenas uns tanquezinhos para revelar os rolos; o próprio aparelho lia os negativos, era possível fazer legendas e transmitia. As últimas reportagens que fiz em que tive de levar laboratório foi quando as tropas australianas entraram em Timor. Comigo, viajava uma mala com os produtos, os tanques — a própria mala servia de banho-maria para revelar os produtos da cor — e um *scanner* pequenino que lia os negativos para o computador. Depois, tínhamos um telefone satélite e enviava-se as imagens. Isso já era um avanço inacreditável em relação ao que se vivia anteriormente”¹. Hoje, excetuando o equipamento fotográfico, o peso e o volume das dezenas de filmes que carregavam em viagens longas foram substituídos por um cartão de memória.

A imediateidade e a rapidez foi outra das primeiras vantagens do registo eletrónico. Passou a ser possível visualizar o trabalho no instante e, em segundos, as fotografias seguem para a redação. Os avanços tecnológicos permitiram que uma parte considerável do esforço logístico empreendido pelos fotógrafos sobre o trabalho de reportagem deixasse assim de ser necessário. O processo de captação e transmissão fotográfico simplificou-se, sendo agora suficiente transferir as fotografias do cartão de memória para o computador, escolher a imagem, ligar à Internet e enviar. Fernando Veludo, que durante anos editou a fotografia da redação do *Público*, no Porto, apontou algumas vantagens da imagem numérica: “É muito melhor trabalhar com o digital. No analógico, os *deadlines* eram completamente diferentes; os jornais fechavam à uma da manhã. Hoje em dia, com os *sites*, o *deadline* é agora. Daí que seja impossível trabalhar com filme quando queremos pôr informação imediata na hora. E a qualidade do digital, em termos

1 Todas as citações de fotógrafos presentes no artigo resultam de entrevistas que deram à autora.

técnicos, é muito boa, mas o fator da rapidez é essencial. As pessoas querem ver o que acontece no momento”. Luís Vasconcelos sublinhou que “as mudanças para o digital são significativas na facilidade com que se passou a fazer reportagem e não tanto no resultado da imagem”.

A perda de noção valor do papel do fotógrafo

Fernando Ricardo, ex-repórter fotográfico da Associated Press que completou 50 anos de carreira em 2020, relatou experiências semelhantes sobre as dificuldades de transmissão no tempo do analógico. No entanto, considerou que “do ponto de vista social, abriu a possibilidade a pessoas menos treinadas poderem trabalhar em fotografia”, ao mesmo tempo que admitiu que o fácil acesso à profissão pode ter contribuído para a precariedade profissional: “Há 25 anos em Portugal, os repórteres fotográficos eram bem pagos e hoje são miseravelmente remunerados. Eu era muito bem pago. Hoje, há uma maior oferta. Curiosamente, vemos pessoas que não sabemos para onde é que trabalham e que estão super bem equipadas”.

O aparente aumento de fotógrafos em atividade e as mudanças na forma como a atividade é percecionada também mereceram o comentário de Alberto Frias, ex-fotógrafo do semanário *Expresso* e da Lusa: “Há muito mais fotógrafos. É mais fácil o acesso porque é barato. Após o 25 de Abril, era muito caro fazer fotografia. Hoje em dia, se não tiver dinheiro, a pessoa até fotografa com o *iPhone*. Pelo menos, tem alguma qualidade. Nesse aspeto, fez crescer assustadoramente o número de fotógrafos. Refiro-me às pessoas que querem fazer da fotografia a sua vida profissional. É muito assustador porque veio modificar o mercado substancialmente. Estão a dar tiros no próprio pé. Houve uma altura em que conseguimos, de facto, elevar a fotografia. Em Portugal, houve um *downgrade* salarial. Duvido que esta gente nova que ganha mil euros — e já será muito bom — consiga atingir o patamar do que alguns de nós ganhávamos. Estávamos ao nível de um redator principal ou de um diretor adjunto. Hoje em dia, é impensável”.

A falta de cultura visual e a ideia de que qualquer pessoa está apta a fotografar foram, segundo Céu Guarda, ex-editora de fotografia do jornal *i* e membro do coletivo Kameranphoto, algumas das perversidades subsequentes do registo eletrónico: “Como se acha que o ato fotográfico é fácil, pensa-se que não vale a pena estar a pagar a um fotógrafo para fazer a mesma coisa, pensando que se faz tão bem como o profissional. A partir do momento em que todos podem carregar no botão, o fotógrafo tem de ser muito mais exigente consigo próprio e a responsabilidade tem de ser maior”.

O lado positivo da massificação da imagem pode ter sido o depuramento da qualidade do próprio fotógrafo profissional para combater as investidas dos amadores ou de jovens que chegam às redações sem a preparação ou sensibilidade necessárias para serem jornalistas. No entender de Paulo Ricca, editor de fotografia do *Público*, na redação do Porto, até final de 2012, “na fotografia, há de facto uma banalização da imagem desde que qualquer um tem acesso

barato a meios técnicos de a fazer, editar e divulgar. Isto pode ser um problema ou uma oportunidade. Se por um lado haverá tendência para muitos se considerarem tão “fotógrafos” como um profissional experiente, o que já acontece hoje em dia, por outro lado, eleva a fasquia de exigência desses profissionais experientes, para que o seu trabalho sobressaia e se imponha”.

Qualidade da fotografia com reconhecimento internacional

Entre a classe é reconhecido que nunca houve tão bons fotógrafos profissionais de imprensa, inclusive pelos mais veteranos. Luís Filipe Catarino, um dos fundadores da agência 4See, descreveu o efeito-surpresa com que os trabalhos de fotógrafos portugueses foram recebidos quando apresentados no Festival Internacional de Fotojornalismo de Perpignan: “A primeira vez que fomos ao *Visa pour le Image*, levávamos algumas reportagens de fotógrafos, como de Luís Ramos, Rodrigo Cabrita, etc., para mostrar às agências. Saímos de lá com um peito enorme. “Estas reportagens são muito boas”. Surpreendeu-nos terem ficado admirados com o nosso trabalho, o que me deu ainda mais força. Nós já sabíamos que tínhamos bons fotógrafos e receber o carimbo do exterior foi muito bom». António Pedrosa, fotodocumentalista *freelancer* que viveu alguns anos na Holanda, também deixou elogios à prestação dos fotógrafos portugueses: “Na fotografia documental, estamos a viver um primeiro momento em que nos

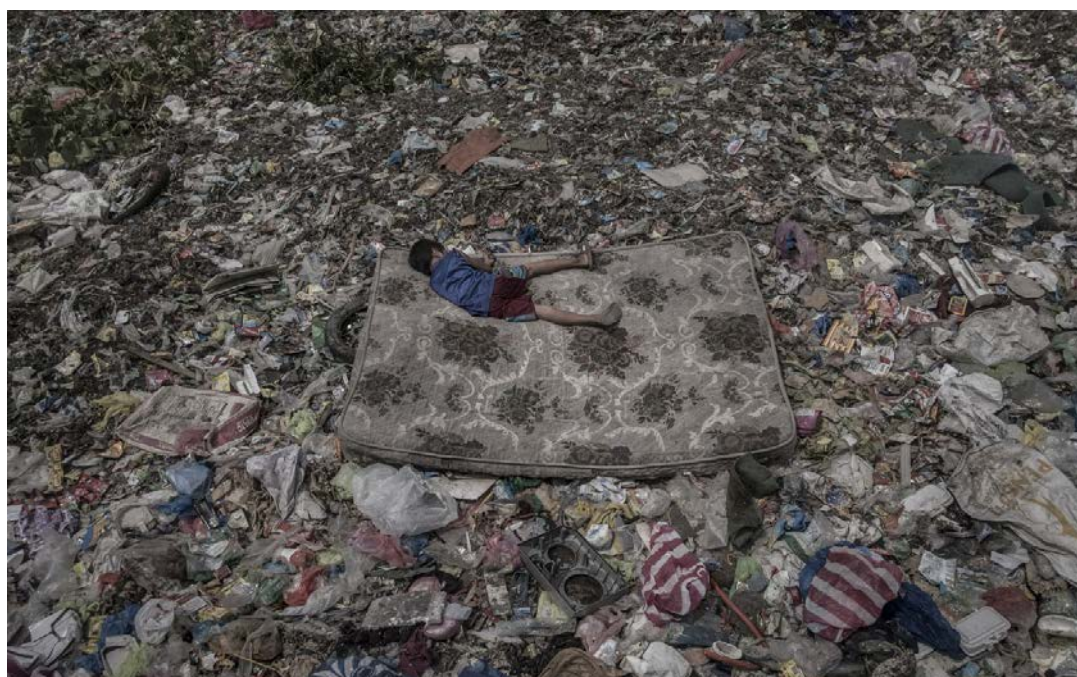


Figura 1
Criança a flutuar num colchão rodeado de lixo em Manila, nas Filipinas. Vencedor do 3º prémio na categoria de Ambiente, World Press Photo 2019
Fonte: Fotografia Mário Cruz, *World Press Photo*

encontramos ao mesmo nível da fotografia internacional. Estamos com variedade de estilos e é a primeira vez que está a acontecer, em Portugal, ao mesmo tempo que no estrangeiro. Quando comecei, tudo chegava com atraso”. Os prémios *World Press Photo* atribuídos, nos últimos anos, aos fotojornalistas portugueses Daniel Rodrigues, Mário Cruz e Nuno André Ferreira, bem como a publicação de reportagens fotográficas em revistas internacionais de referência, assinadas por profissionais portugueses, comprovam esse reconhecimento além-fronteiras.

Profissional *multitask*

Com a possibilidade de gravação de vídeo com qualidade das câmaras digitais, as administrações e outros órgãos decisores dos jornais perceberam que o multimédia poderia ser uma mais-valia para atrair leitores e as audiências das televisões, comparativamente com os índices de venda do jornal. No início dos anos 2000, alguns fotógrafos revelaram que lhes foi exigido que, além da imagem estática, também gravassem vídeo, mesmo que não fosse a linguagem que gostassem de usar para exprimir a sua perspetiva do acontecimento. Aconteceu com Alfredo Cunha e muitos outros fotógrafos, para quem o registo eletrónico é apenas mais uma fase da longa vida da fotografia: “Estamos numa altura em que as coisas estão a mudar a uma velocidade vertiginosa. Já aprendi quatro vezes a profissão. Já passei por várias mudanças, do ponto de vista técnico. Comecei a fotografar com Rolleiflex, depois com 35 mm, para os negativos, depois para a cor, os *slides*, para o digital e tenho vindo a adaptar-me. Confesso que começo a ficar um pouco irritado com tanta adaptação. Já tentei gravar vídeo e aconselho os fotógrafos a filmar. Acho até que o multimédia tem uma linguagem fantástica, mas a mim, de facto, não diz nada”.

Mesmo que alguns fotógrafos admitam que o multimédia não é a linguagem com a qual se identificam no exercício profissional, a maioria dos fotojornalistas não referiu ter problemas em lidar com o vídeo e o som, desde que não lhes seja exigido que o façam em simultâneo com o ato de fotografar. Gravar vídeo até pode ser encarado como uma forma de reconquistar território dentro da redação. Em palavras de José Carlos Carvalho, fotojornalista da revista *Visão*: “A única maneira de termos importância é sabermos dominar as técnicas que as direções consideram importantes. Hoje, se gravar, tenho mais crédito do que se fotografar. Depois, cabe-nos o outro lado. Quando estivermos a executar este tipo de tarefas, saber dizer “não. Hoje vou só gravar; hoje vou só fotografar”. Eles têm de voltar a acreditar que nós é que sabemos desta matéria. Mas não nos peçam para fazer as duas coisas em simultâneo”.

Uma ideia partilhada pelo ex-editor da mesma publicação, Gonçalo Rosa da Silva: “Penso que o fotojornalista nunca vai deixar de existir na redação. Agora, o fotógrafo tem de alargar as suas competências e saber usar as várias plataformas multimédia. Os *slideshows* têm uma linguagem narrativa muito interessante. Um fotógrafo não pode pensar como há cinco anos: trazia o seu filme, as suas imagens eram publicadas e ponto final. Não. Há realmente

essas plataformas que têm aqui uma força muito grande. Os fotógrafos, em especial os *freelancers*, têm de saber vídeo. É óbvio que vou contratar os que dominam o multimédia. Embora a nossa mãe seja a fotografia, não podemos descurar esse lado e as pessoas estão a aproveitar. Há trabalhos que ficam muito bem. Às vezes, misturamos fotos com vídeo e resulta muito bem. São novas linguagens. Não podemos fechar o ângulo. É mais fácil a um fotógrafo captar umas imagens do que ao redator”.

Os próprios fotógrafos de imprensa passaram a utilizar, nos seus trabalhos mais autorais e documentais, a linguagem multimédia, que depois apresentam em festivais de fotografia, transformando o panorama da criação fotográfica em Portugal. A heterogeneidade de interesses que orienta a comunidade fotográfica de imprensa está a resultar numa série de projetos paralelos na área do documental que não têm espaço nas páginas dos jornais. A maior dificuldade ainda é como encontrar financiamento ou rentabilizar esses trabalhos ao ponto de se tornarem autossuficientes. Um dos exemplos mais recentes de um projeto que nasceu no Instagram, se estendeu a exposição e a livro foi o recente “Everydaycovid”, que começou por ser uma ideia dos fotojornalistas Miguel A. Lopes e Gonçalo Borges Dias, para juntar trabalho de 119 fotógrafos nacionais.

A economia do digital, que abole a compra de rolos com diferentes sensibilidades de ISO e os gastos avultados com revelações ou equipamento e produtos de laboratório, é mais uma das contribuições para a hegemonia das tecnologias da fotografia. No entanto, também é verdade que a quase inteira responsabilidade sobre o processo fotográfico foi transferida para o fotógrafo, uma vez que passou a selecionar as fotos que envia para a redação e a ter os cuidados com a pós-produção que a publicação em papel ou em suporte eletrónico exige. Em 2011, o fotógrafo David Clifford (1974-2015) resumia assim as mudanças: “Fotografamos muito mais, temos mais capacidade para ver como é que reportagem está a decorrer; se estamos a insistir com determinadas ideias que não estão a resultar ou, se por acaso, fizemos



Figura 2
Armando Vara, caso Face Oculta
Fonte: Fotografia Adriano
Miranda, *Público*

um ou dois disparos de um ângulo interessante e que é uma ideia a explorar. O digital trouxe muitas vantagens na própria elaboração da reportagem, mas também na facilidade que se tem em explorar mais ideias e fazer uma coisa mais completa”.

A fotografia de Adriano Miranda que acompanhou vários artigos sobre o “Face Oculta”, caso que envolveu o ex-ministro Armando Vara, é a prova que a possibilidade de ver todas as imagens no computador permite encontrar valor no que poderia ser uma imagem queimada por uma flashada parasita de outro fotógrafo.

O fantasma do “fotojornalista-cidadão”

O aumento de cidadãos a fotografar e a escrever para publicar em *blogs* ou redes sociais, tentando aproximar o discurso ao jornalista profissional, tem contribuído para a banalização do próprio jornalismo, uma vez que os baixos níveis de literacia mediática e crítica da população portuguesa, incluindo entre os mais jovens (Lopes, Pereira, Moura, et al., 2015), por vezes, não permite que o observador possa compreender as diferenças. A imagem desvalorizou-se a partir do momento em que centenas de milhões de amadores, todos os dias, carregam nos botões das suas câmaras, mesmo se continua a haver uma diferença enorme entre a qualidade das fotografias de um amador e de um profissional (Freund, 2010).

Nas entrevistas, foi identificado um tom crítico no discurso dos fotógrafos decanos da fotografia, que contestam o facto de hoje as pessoas assumiram o papel dos fotojornalistas com demasiada facilidade, em parte, culpa do sistema digital. As palavras de Paulo Pimenta são o reflexo da generalidade dos fotógrafos em estudo, independente dos títulos para os quais trabalham: “Basicamente, o aparecimento do digital trouxe essa ilusão de que toda a gente é fotógrafo e sabe fotografar. No entanto, ainda acredito que é preciso sentir o que se está a fotografar porque a câmara é só um meio; podemos ter a melhor máquina do mundo, mas se não sentirmos, se não soubermos olhar, não adianta o digital. Agora é verdade que é mais fácil; as pessoas estão permanentemente a fotografar. No *Fugas* (suplemento de viagens do jornal *Público*), por exemplo, já há colegas que até tiram uns bons planos e as fotos são publicadas. Um dia destes, a malta da fotografia também pode começar a escrever e depois pode-se dispensar também os jornalistas que escrevem. A minha maneira de escrever é através da fotografia; o meu mundo e a minha forma de escrever é a imagem. Leio muito e encontro colegas a escrever que eu nunca conseguiria fazer igual; como também há muita gente a escrever que nunca poderia fazer uma boa fotografia”.

Francisco Paraíso deixou a mesma perceção como coordenador editorial do *Record* e *Correio da Manhã*, no grupo Cofina: “O digital trouxe uma grande vantagem para quem trabalha a sério na fotografia, mas também teve uma enorme desvantagem porque apareceram mais pessoas a pensar que sabem fazer fotografia. Com a realidade económica dos

jornais, por vezes, essas pessoas passaram a ser aproveitadas, em detrimento dos bons repórteres fotográficos».

Da mesma forma que Bruno Rascão, ex-fotógrafo do *Público*, considerava que, na ontologia da fotografia, a câmara digital está longe de ser o essencial: “Criou-se um pouco a ideia com o digital que qualquer um é fotógrafo. Dou o exemplo do padeiro e do serralheiro. Podem-me dar uma farinha fantástica e, provavelmente, o pão que sai será uma porcaria. Agora, damos uma farinha que não presta a um padeiro e um forno mau e ele consegue fazer um pão bastante razoável. Portanto, não são as máquinas que fazem as fotografias; são as pessoas”.

Considerações finais

A crença errónea de que o sistema, seja analógico ou digital, é dos elementos mais determinantes na atividade fotográfica é, na representação dos fotógrafos que participaram no estudo, desvirtuar a verdadeira natureza do ato fotográfico. Apesar de admitirem que o digital que surgiu no virar de século foi determinante para facilitar o quotidiano de produção da fotografia jornalística, quer a nível de custos, de rapidez na captura, processamento e edição da imagem, como de economia de recursos, afirmam que o modo de ver um jornalista não se alterou com o digital. Pelo menos, para quem se habituou a captar a imagem na era do analógico. O que a fotografia numérica trouxe foi uma geração de fotógrafos com tendência a ser menos precisa no momento registar o acontecimento, uma vez que sabe que as dezenas de imagens captadas lhe trazem possibilidades infinitas. De qualquer forma, também conferem mais espaço para valorizar algumas boas imagens que no analógico ficariam confinadas ao negativo.

Superados os constrangimentos dos primeiros anos do digital — marcados por alguma reserva dos fotojornalistas em investirem na fotografia eletrónica por falta de qualidade do sensor a nível de resolução da imagem e cor, bem como elevado custo do equipamento —, o digital conseguiu agilizar o processo fotográfico, tornando-o mais rápido, económico, imediato e ecológico.

A aparente facilidade do registo eletrónico também despertou velhos fantasmas que pairavam na imprensa e no estatuto do fotógrafo desde os idos anos do Estado Novo. A acessibilidade que o digital conferiu à fotografia é apontada como tendo criado um ambiente favorável a que a editoria de fotografia se tornasse no primeiro alvo das decisões de contenção de custos. Com uma situação profissional cada vez mais instável, muitos fotojornalistas optaram por continuar a trabalhar noutras áreas da fotografia ou mantêm-se no fotojornalismo em regime *freelancer*.

Cientes da importância de continuar a divulgar a imagem jornalística de qualidade, os profissionais têm-se vindo a juntar com a criação de coletivos, agências e publicações em livros ou outros suportes que o digital tornou possível. As palavras de Céu Guarda projetam o apelo identificado na quase totalidade das entrevistas: “É importante que as pessoas percebam que a fotografia não é só carregar no botão, em especial neste universo profissional”.

Referências bibliográficas

- Berger, John (1972). *Ways of Seeing*. London: Penguin Books LTD, 2008.
- Dubois, Philippe (1992). *O Acto Fotográfico*. Lisboa: Veja, 1992.
- Freedman, Michael (2001). *O Guia Completo da Fotografia Digital*, Cambridge: The Ilex Press Limited, 2006.
- Freund, Gisèle (1974). *Fotografia e Sociedade*, trad. Pedro Miguel Frade, col. Comunicação & Linguagens, Lisboa: Veja, 2010.
- Lopes, Paula, Pereira, Sara, Moura Pedro, Carvalho, Amália (2015). *Avaliação de Competências de Literacia Mediática: o Caso Português*, in revista Observatório Vol. 1, nº 2, Setembro-dezembro.

Parte V

História do jornalismo português no mundo

Singularidades do jornalismo português nos Estados Unidos: língua, diplomacia e publicidade (1920-1940)

Singularities of Portuguese journalism in the United States: language, diplomacy and advertising (1920-1940)

Alberto Pena-Rodríguez

Universidade de Vigo e CEIS20/Universidade de Coimbra

alberto@uvigo.es

ORCID ID: [0000-0001-8667-6287](https://orcid.org/0000-0001-8667-6287)

Resumo: Após um período em que numerosos meios de comunicação impressos em língua portuguesa floresceram nos Estados Unidos, graças ao afluxo maciço de novos imigrantes entre 1890 e 1920, o jornalismo português afirmou-se gradualmente como uma actividade profissional interessante para aqueles que tinham a formação e a capacidade de fundar um jornal e atrair um número suficiente de anunciantes e leitores para o tornar sustentável. Alguns meios de comunicação foram editados por famílias num ambiente quase doméstico, feitos por e para imigrantes portugueses de origens muito específicas, provenientes de pequenas aldeias açorianas, madeirenses ou de Portugal continental, e com perfis socioculturais particulares. Durante o processo de consolidação deste modelo de jornalismo desenvolvido com enormes limitações, surgiram circunstâncias singulares, não só na forma de produzir e narrar as notícias, mas também na tipologia dos anunciantes e no formato dos seus anúncios publicitários. Esta comunicação estuda algumas das marcas que distinguiram este tipo de jornalismo durante o período de 1920 a 1940, quando o governo dos EUA começou a restringir a entrada de novos imigrantes portugueses e a concorrência tornou-se cada vez mais feroz devido ao declínio do público. Além disso, a emergência de um novo meio, a rádio, provocou uma redução significativa da publicidade, obrigando ao encerramento de muitos jornais. No meio desta dinâmica de sobrevivência, surgiu um debate entre os imigrantes sobre o uso da língua por alguns jornalistas, que foram acusados por alguns diplomatas portugueses de maltratar a língua de Camões e criar uma espécie de neolinguagem. Através de uma metodologia que utiliza técnicas qualitativas como a análise do discurso, estudam-se alguns dos jornais mais relevantes deste período, como *Alvorada* de New Bedford, ou o *Heraldo Português* de Taunton, em que se pode apreciar o estilo da narrativa jornalística e publicitária dos imigrantes.

Palavras-chave: jornalismo; imprensa; história; imigração portuguesa; Estados Unidos.

Abstract: After a period in which numerous Portuguese-language print media flourished in the United States, thanks to the massive influx of new immigrants between 1890 and 1920, Portuguese journalism gradually asserted itself as an interesting professional activity for those who had the training and ability to found a newspaper and attract a sufficient number of advertisers and readers to make it sustainable. Some media were edited by families in an almost domestic setting, made by and for Portuguese immigrants of very specific origins, coming from small villages in the Azores, Madeira or mainland Portugal, and with particular sociocultural profiles. During the process of consolidation of this model of journalism developed with enormous limitations, unique circumstances arose, not only in the way of producing and narrating the news, but also in the typology of advertisers and the format of their advertisements. This paper studies some of the hallmarks that distinguished this type of journalism during the period from 1920 to 1940, when the US government began to restrict the entry of new Portuguese immigrants and competition became increasingly fierce due to the declining audience. In addition, the emergence of a new medium, radio, caused a significant reduction in advertising, forcing many newspapers to close. In the midst of this dynamic of survival, a debate arose among immigrants about the use of language by some journalists, who were accused by some Portuguese diplomats of mistreating the language of Camões and creating a kind of neolanguage. Through a methodology that uses qualitative techniques such as discourse analysis, we study some of the most relevant newspapers of this period, such as *Alvorada* from New Bedford, or the Portuguese *Heraldo* from Taunton, in which we can appreciate the style of journalistic and advertising narrative of the immigrants.

Keywords: journalism; press; history; Portuguese immigration; United States.

Introducción

Este trabajo pretende poner en valor el trabajo periodístico realizado por decenas de inmigrantes, mayoritariamente de origen azoriano, que llegaron a Norteamérica en busca de su sueño americano en un período crítico para el asentamiento y desarrollo de la comunidad portuguesa en Estados Unidos, entre 1920 y 1940. Las razones por las que inmigrantes portugueses

decidieron editar publicaciones periódicas para hacer periodismo se basan en motivaciones de tipo lingüístico, emocional, cultural, político y económico. Por un lado, los inmigrantes necesitaban leer en portugués noticias sobre Portugal para saber lo que ocurría en sus regiones de origen. Por otro, era importante para ellos disponer de informaciones sobre todo lo que tenía que ver con la comunidad lusa en Estados Unidos, especialmente después de la creación y la expansión de las actividades de sus propios organismos asociativos y culturales, que deseaban captar nuevos socios o dar a conocer sus eventos entre sus coterráneos. En cierto sentido, los periódicos eran también una especie de escuela, su principal fuente de educación en su nueva vida americana (Mark, 1965, p. 139). Algunas cabeceras consideraban incluso que el principal cometido de la prensa inmigrante era combatir el “mal” de la ignorancia.¹

Según los datos de esta investigación extraídos de varios archivos de la comunidad lusófona en Norteamérica y en Portugal, en los años veinte los inmigrantes portugueses editaron al menos 34 publicaciones periódicas, que se difundieron entre los Estados de Massachusetts (23), California (5) New Jersey (3) Rhode Island (2) y Nueva York (1). Y en la década de 1930, hubo otros 27 nuevos periódicos a pesar de la crisis económica de 1929, que afectó especialmente a la industria textil de Nueva Inglaterra, lo que estimuló la emigración a California, donde se editaron 11 nuevos títulos, 6 en Massachusetts, 5 en Nueva York, 4 en Nueva Jersey y 1 en Connecticut. Entre las cabeceras más destacadas en el período de análisis están las siguientes. En Massachusetts: *A Alvorada* (1919-1926), luego convertido en el *Diário de Notícias* (1927-1973), *O Independente* (1897-1945), *Novidades* (1907-1948), *O Popular* (1914-1935) y *O Colonial* (1925-1945). Y en California: *A União Portuguesa* (1887-1942), *Jornal Português* (1932-1997), *A Liberdade* (1900-1937), *A Colonia Portuguesa* (1924-1932), *O Lavrador Português* (1912-1927).

Un factor importante a tener en cuenta en relación con la difusión de la prensa y el periodismo portugués en la colonia inmigrante a lo largo de su historia es la tasa de analfabetismo (Bartoli, 1996). Los informes oficiales de inmigración americanos estudiados por Leo Pap (1981, pp. 94-102) indican que casi el 70% de los inmigrantes portugueses que llegaron entre 1899 y 1910, con edad superior a 14 años, admitieron que no sabían leer ni escribir, entre ellos Guilherme Machado Luiz, fundador del *Diário de Notícias*. Este registro sitúa a los portugueses en el último puesto en la escala de alfabetización entre los inmigrantes de diversas nacionalidades; lo que es un reflejo exacto de la situación de Portugal en el contexto europeo de entonces, con la tasa de analfabetismo más elevada, que afectaba al 70% de las mujeres y el 55% de los hombres (Proença, 1996). Tras la caída de la monarquía y la inauguración de la República en 1910, entre 1911 y 1917 el porcentaje de analfabetos se redujo hasta el 50% (Pap, 1981, pp. 97). Con la implantación del test obligatorio de alfabetización

1 El artículo aparece citado por *A Revista Portuguesa*, nº 2, febrero de 1915. “Notas do editor”, p. 12.

para inmigrantes en las fronteras norteamericanas y la mejora del índice de escolarización en Portugal, la cifra fue bajando cada año. El propio gobierno portugués llegó a prohibir la emigración de ciudadanos analfabetos en 1929. El analfabetismo, obviamente, representó un problema para la prensa inmigrante, que se vio también afectada por la tendencia general por parte de los hijos de los inmigrantes a adoptar la lengua inglesa como un factor de desarrollo y prestigio personal. Un problema que algunos periódicos achacaban a un cierto complejo de inferioridad frente a la cultura local:

A maioria dos filhos dos nossos emigrantes poderiam, se quizessem e tivessem boa vontade, aprende-la bem, fala-la com correção relativa. Era uma questão de, entre os 15 e 20 anos, lhe dedicarem duas horas diárias e dum tempo que nessa altura da vida nenhuma falta lhes faria. Mas, talvez mais por culpa dos pais que por sua própria, a nossa mocidade não cultiva o nosso belo e rico idioma, esquece-o até –se o conhecia um pouco do contacto com a mãe ou o avô, que teimosamente se recusou a aprender o inglês- quando se afasta do lar paterno e se embrenha no meio cosmopolita em que vive. Dá-se até o caso curioso de ser o povo inculto que mais fala o português, facto que revela a ridícula ‘inferiority complex’ que ataca a maioria das pessoas cultas ou com cursos superiores (*Diario de Noticias*, 1940, 31 de julio, p. 2, nº 6446).

Aunque, en ocasiones, el nivel cultural de los inmigrantes era insuficiente para interpretar determinado tipo de contenidos, los periódicos pudieron ser un estímulo para aumentar el índice de alfabetización en la colonia en sus primeras décadas de historia, pues las publicaciones en portugués eran medios de referencia cultural en cada núcleo inmigrante. Ante los lamentos de los diplomáticos por la falta de formación en la colonia, *A California Alegre* afirma en 1937 que los portugueses en California eran “rudos” porque estaban allí para trabajar. Argumentaba que la colonia no era culta ni estaba instruída, pero era patriota y tenía buen corazón.² Un hecho que pusieron de manifiesto otros periódicos, como el *Diario de Noticias*, que aún reconociendo las excelentes cualidades para trabajar del inmigrante portugués, constataba su falta de cultura “mercê de uma política reles e escandalosa que se fazia então em Portugal”.³ Los que tenían algún tipo de preparación académica acababan por convertirse en colaboradores de esta prensa, asumiendo un cierto liderazgo público a través del ejercicio del periodismo.

2 *A California Alegre*, 21 de noviembre de 1937, p. 4.

3 *Diario de Noticias*, 26 de marzo de 1959, p. 1.

Marco teórico y estado de la cuestión

Para conocer los rasgos específicos que definen al periodismo portugués en Estados Unidos y su verdadera significación histórica, es necesario observar la evolución de los datos cuantitativos relacionados con la prensa editada por las comunidades inmigrantes, denominada por la bibliografía científica como “prensa étnica”. El fenómeno de la prensa en lengua no inglesa alcanza su máxima expansión en la etapa de la emigración masiva desde Europa, entre 1890 y 1930, cuando más de 22 millones de personas llegaron a EE.UU., sobre todo a través de los puertos de Nueva York y San Francisco. En 1910, había más de 1300 periódicos en lengua no inglesa (hasta en 30 lenguas diferentes) (Park, 1922), de los cuales más de 500 eran en alemán, 75 en italiano, la misma cifra en español, 67 en noruego y 12 en portugués, de acuerdo con el *N. W. and Son's Ayer's American Newspaper Annual and Directory* (1909). En total, sumando todas estas publicaciones de origen étnico, de las cuales 150 eran diarias, su tirada estimada rondaría los 2,6 millones de ejemplares (Blanchard, 1998, p. 207). A pesar de la fugacidad de la mayoría, algunas cabeceras alcanzaron posiciones de relevancia e influencia pública. En el caso portugués, a lo largo de historia, hay constancia de la fundación de, al menos, 167 publicaciones periódicas, la mayoría fugaces (43 duraron menos de un año, aunque hubo 5 que superaron el medio siglo de existencia), editadas en diferentes Estados y ciudades, 135 de las cuales vieron la luz entre 1900 y 1930 (Pena-Rodríguez, 2020a, 2019).

La prensa en lengua extranjera no ha sido un fenómeno marginal, con escaso nivel de impacto en la sociedad norteamericana. Hay numerosos trabajos, desde diversos enfoques y metodologías, que ilustran hasta qué punto este tipo de prensa fue un actor relevante en diferentes períodos históricos y comunidades (Rhodes, 2010; Johnson, 2000; Wittke, 1957; Joyce, 1976; Kowalick, 1978; o Kessler, 1984, entre otros). Dentro del elenco de estudios generalistas y manuales sobre este fenómeno periodístico destaca la edición de Sally M. Miller (1987), en el que se abordan periódicos pertenecientes a 27 minorías, entre ellas la prensa árabe, rusa, china, croata, danesa, alemana, filipina, francesa, griega, irlandesa, japonesa, judía, letona, lituana, noruega, mexicana o polaca.

El estudio de la prensa y el periodismo inmigrante portugués en Estados Unidos es una línea de investigación que hasta ahora ha suscitado un escaso interés. Desde una visión interdisciplinar, el pionero fue Leo Pap, que publicó en la citada obra de Miller (1987) un breve capítulo que aporta una visión panorámica de la evolución histórica de la prensa lusa. Por su parte, Geoffrey L. Gomes (1995) se aproximó a la función política de este tipo de prensa en California entre 1888 y 1928. Más recientemente, Lusa Ponte (2014) publicó un artículo sobre el periódico *Acores-América* (1903), y el autor de este trabajo ha ido publicado diferentes aportaciones durante los últimos años, entre las que destaca la monografía editada por la Tagus Press (University of Massachusetts Press) *News on the American Dream. A History of the Portuguese Press in the United States* (2020).

Metodología

Mediante el empleo de técnicas de carácter cualitativo basadas en el análisis del discurso y algunos datos de tipo cuantitativo, este trabajo tiene como objetivo aproximarse al fenómeno del periodismo inmigrante portugués en Estados Unidos mediante el análisis de aquellos aspectos de tipo paradigmático que caracterizaron de una forma distintiva el ejercicio profesional del periodismo en los medios de comunicación impresos editados por los inmigrantes portugueses en el período entre 1920 y 1940, cuando se produjo un sensible crecimiento en la producción de cabeceras periodísticas en los núcleos de población de origen portugués, especialmente en Massachusetts y California, debido a la llegada masiva de inmigrantes a inicios del siglo XX (Baganha, 2009; Barrow, 2002). El trabajo pivota sobre tres temas esenciales que tuvieron una gran importancia durante el período de análisis y que definen singularmente este tipo de periodismo: la lengua portuguesa como símbolo cultural de la comunidad y asunto de debate en el discurso periodístico, la relación política y profesional entre los periodistas y los diplomáticos portugueses que trabajaban en la embajada de Washington y los consulados portugueses de New Bedford, Boston, Fall River, Providence, San Francisco y Nueva York, y algunos elementos sobre la comunicación publicitaria como medio fundamental de financiación de este fenómeno periodístico entre los inmigrantes.

El rol dinamizador del periodismo inmigrante y su sentimiento de abandono

En su propia lengua, a través de los medios periodísticos propios, el inmigrante podía enterarse de diversas noticias sobre Portugal, tanto si eran sobre asuntos nacionales como si trataban hechos acaecidos en su ciudad o pueblo de origen, o incluso en una remota aldea situada en alguna zona recóndita de Azores. Bastaba con que hubiera un número suficiente de potenciales lectores de un determinado lugar residiendo en Estados Unidos para que un periódico decidiese incluir secciones específicas. A través de las páginas de la prensa, el inmigrante conocía también diversos aspectos de la política y la economía norteamericana. Pero, sobre todo, por medio de este tipo de periodismo tenía conocimiento de las celebraciones, las instituciones, los actos públicos, los negocios y las personas relevantes de la colonia portuguesa.

El papel dinamizador que, tanto cultural como económicamente, podían ejercer los periódicos portugueses, era enorme, como señala Mark Vaz: “Often these foreign publications sought to remind the immigrant that despite hardships and difficulties, and sometimes misunderstandings, he had something to be proud of, a cultural heritage, a history, a name. They did much, these early foreign language papers, to instill in the immigrant a sense of dignity, to live his standing in the community, to give him self-respect and to remind him of

the cultural pattern that had formed him” (1965, pp. 139-140). El sentimiento de pertenencia a la comunidad lusa que alimentaba la prensa en portugués era, además, un elemento que reforzaba su capacidad en la defensa de sus intereses. El embajador de Portugal entre 1933 y 1947, João António de Bianchi, reconoció públicamente en su visita a la colonia luso-americana en California en septiembre de 1935, el enorme valor de los periódicos portugueses para el progreso y la dignificación de sus compatriotas:

A Imprensa em geral da California a par dos muitos serviços que tem prestado a varias gerações de Portugueses é um repositório da gloriosa história do quinhão que coube ao povo Português no deslumbrante desenvolvimento deste próspero Estado e traspondo essas mesmas barreiras como contemporanea que foi dos primeiros passos de tão vertiginoso progresso, encerra a crónica de toda a vida da California. Saúdo a imprensa Portuguesa, que bem merece da Pátria Portuguesa e do Portugal da California, pelo passado que a dignifica, e ao desejar-lhe um futuro cheio de prosperidade, confio que continuará a manter a sua valorosa obra a bem do Povo e da Nação Portuguesa (*A Liberdade*, 1935, 7 de septiembre, p. 1, nº 3300, año 35).

Aunque la mayoría de las publicaciones periódicas luso-americanas fueron efímeras, cada una ellas representa un avance en el desarrollo de la colonia. A pesar del relevante servicio informativo que este tipo de periodismo prestaba a la comunidad, no siempre fue reconocido. Los editores portugueses se vieron a menudo obligados a reivindicar más respeto para el trabajo que trataban de realizar “a bem da colónia”, eslogan que fue utilizado por algunos periódicos como el *Luso-Americano* de Newark.⁴

A *Colonia Portuguesa* de Oakland (Cal.) decía en 1925 que la falta de reconocimiento del trabajo realizado por los periodistas se debía, sobre todo, a la falta de comprensión de una gran mayoría de compatriotas, que eran incapaces de apreciar el enorme servicio que estaba prestando la prensa en portugués a su comunidad. Para el bisemanario de Oakland, la prensa era la escuela del pueblo:

A vida de jornalista, e principalmente de jornalistas na California e uma vida ardua e difícil, e no entanto parece não haver coisa mais convidativa, mas é o eterno canto mitológico da Sereia. A profissão de jornalista é muito ingrata, porque o nosso povo ainda não compreendeu a sua missão; vê nele, e algumas vezes com razão, o explorador que vive da tesoura, e que quer impingir êsse trabalho ao leitor e trocá-lo pelo suor do rosto de um trabalhador. Mas não, nao há missão mais sublime do que a de alimentar o espírito do nosso povo com leitura sã, que depois de dirigida alguma coisa

4 *Luso-Americano*, 7 de diciembre de 1939, p. 1. O también *Luso-Americano*, 6 de diciembre de 1989, especial 50º aniversário, p. 2.

de proveito deixe. O jornal, com as suas diversas secções deve ser uma escola onde o povo possa beber a água pura dos conhecimentos humanos, reunidos e coligidos por homens que tenham estudado ou adquirido êsses conhecimentos. Infelizmente, dizem, não há jornais na California que possam atingir êsse desideratum. É facto, e a razão é que não tendo o apoio do povo o jornal nao pode progredir por não poder manter pessoal competente (*A Colonia Portuguesa*, 1925, p. 4, 3 de noviembre, nº 171, año II).

Los inmigrantes portugueses estaban acostumbrados a desarrollar trabajos físicos y eran incapaces de reconocer el sacrificio que suponía la impresión de cada nuevo número; desconocían la complejidad que tenía la elaboración de un periódico. Para tratar de hacer pedagogía entre los inmigrantes, el *Jornal Português* publicó un artículo titulado “O esfroço na confecção do ‘Jornal Português’”, con el que intenta explicar el disciplinado esfuerzo que representa editar un periódico, que ha de superar a contra-reloj diversas rutinas productivas para que el lector pudiese disfrutar de su lectura puntualmente:

O assinante que recebe o jornal e que ao fim do seu dia de trabalho se senta confortavelmente numa cadeira lendo o jornal, não calcula, não imagina, não faz uma pequenina ideia do esforço, das arrelias, e das canseiras do pobre jornalista português na America do Norte. Não avalia o quanto sofrimento e de lutas estão aí representadas nestas páginas que os seus olhos percorrem. Isto, meus caros patricios, desde a angariação de anuncios, á feitura das gravuras, desde a composição dos artigos, leitura da revisão das provas á paginação do jornal vai uma avalanche de vontade, uma montanha de sacrificios de de trabalho arduo, de trabalho ‘duro e forte’ no dizer pitoresco da nossa gente. E ainda há pessoas (oh! Santa ignorancia!) que dizem que se os jornalistas querem comer que vão trabalhar! (*Jornal Português*, 1946, Número Especial, sin paginar).

En general, la única fuente de financiación del periodismo inmigrante eran los anuncios que publicaban los comerciantes portugueses que intentaban dar a conocer sus pequeños negocios. En este sentido, el periodismo inmigrante portugués se sintió abandonado por el gobierno de Lisboa. De hecho, el *Diario de Noticias* publicó el 16 de noviembre de 1938 un extenso editorial en el que criticaba la indiferencia y menosprecio mostrado por el Estado portugués hacia la prensa lusa en Estados Unidos:

Num meio imenso como este, onde a vitalidade dinamica da lingua inglesa naturalmente tudo avassala, é preciso ser-se dotado duma coragem indomavel e dum patriotismo a toda a prova, para que o desanimo não tome a preponderancia. (...) Os governantes de Portugal, e especialmente o illustre chefe de governo, o Sr. Dr. Antonio de Oliveira Salazar sabe perfeitamente que o metodo mais eficaz de preservar a lingua e a nacionalidade dos colonos portugueses que vivem no estrangeiro, é falar-lhes da sua pátria em geral e das vilas e aldeias em particular, por meio de jornais em

lingua portuguesa. Ora esses jornais não dificilmente se mateem com os fracos proventos que lhes adveem do comercio colonial, que é pobre, ou das assinaturas dos subscritores que são em número reduzido. (...) Até hoje os governantes de Portugal teem desprezado absolutamente a imprensa portuguesa na America. Tem abandonado com ingratidão imperdoável, essa poderosa fonte de reclamo e esse élo indispensável para continuar vivo o amor patrio nos corações portugueses. Esta imprensa, a pesar de pobre, muito tem concorrido para que a colonia esteja ainda agregada num todo (...). O que tem feito Portugal no respeitante aos portugueses que emigraram para aquí? Absolutamente nada de concreto. Nunca é falta para remediar uma falta e temos esperanças de que o Estado Novo, que sob a sabia chefia de Salazar tão grande impulso tem dado ao desenvolvimiento cultural, comercial e industrial de Portugal, volverá um olhar compadecido para as empresas jornalísticas na America, cuja obra é profundamente patriótica, pois que visa a perpetuar neste imenso paiz o belo idioma portuguez que a todos nos enche de orgulho (*Diario de Noticias*, 1938, 16 de noviembre, p. 2, nº 5930).

Se trataba de una queja realizada, por otra parte, con gran sentido de la oportunidad, pues 1939 fue un año en el que la propaganda realizada por el Estado Novo en Estados Unidos alcanzó una gran difusión debido a la participación de Portugal en la *World's Fair* de Nueva York. Aún así, el 11 de agosto de ese año, el propietario del *Diario de Noticias* seguía lamentando la falta de apoyo y de sensibilidad de los sucesivos ministros portugueses de educación pública:

A maior culpa deve ser atribuida aos nossos Ministros da Instrução em Portugal que nos voltaram ao esquecimento, nunca compensando, pelo menos com palavras de encorajamento, os esforços dos portugueses neste paiz que muito teem contribuido para a propaganda da Pátria, tanto por meio dos jornais como escolas particulares (*Diario de Noticias*, 1939, 11 de agosto, p.1, nº 6152).

La lucha por la supervivencia: los anuncios publicitarios y la aparición de la radio

En general, los periódicos en portugués tenían que recurrir a argumentos cargados de patriotismo para estimular las suscripciones de lectores, cuyos pagos solían sufrir retrasos y que raramente garantizaban la sostenibilidad financiera. La prensa americana, que disponía de ediciones de mayor calidad, más profesionalizada, con más contenidos y mayor distribución, ofrecía, además, una fuerte competencia. El redactor jefe del *Diario de Noticias*, António F. Cacella, reflejaba esta posición de desventaja en un artículo publicado el 7 de abril de 1936:

Dependendo duma colonia relativamente pobre e muito dispersa tem alem disso que lutar contra dois poderosos obstaculos, a saber: os jornais do pais, colossos de informação que abranguem todas as actividades do mundo inteiro; e o que é pior, a indiferença duma grande parte dos colonos que lhe negam o apoio devido (*Diario de Noticias*, 1936, 7 de abril, p. 4, nº 5142).

Por esta razón algunos medios hacían regularmente campañas para atraer lectores e incrementar las suscripciones.⁵ Algunos medios se dirigían a los lectores y potenciales anunciantes en un tono pedagógico para informarles de las virtudes de los anuncios publicitarios, tal y como se puede comprobar en un editorial del *Alvorada Diaria* el 7 de noviembre de 1922:

O anuncio é como um amigo que francamente aconselha o público qual o caminho a seguir para aplicar o seu dinheiro sem prejuizo e sem exploração. O anuncio é como uma fresta, que ao abrir-se, inunda de luz um quarto que estava em completa escuridão. O anuncio é a bussola comercial que sempre indica o ponto da economia e a maneira facil de se comprar um genero sem prejuizo para o consumidor. O anuncio é uma carta aberta ao público, sem ‘excelencias’, sem ‘atentos e veneradores’, sem ‘delicadezas fraudulentas’, mas sim tratando todos fraternalmente, como o unico fim de lhes proporcionar uma lucrativa aplicação do seu dinheiro. O comerciante que sabe anunciar é como se tivesse todos os seus artigos no meio d’uma praça pública, expostos ao justo exame e apreciação dos compradores, e nesse caso, os compradores de maneira alguma, podem ser enganados, mas até patrocinados pelo vendedor (*Alvorada Diaria*, 1922, 7 de noviembre, p. 1, nº 1063).

Si se observan panorámicamente los anuncios publicados por la prensa luso-americana entre 1920 y 1940, se puede concluir que han sido decenas de pequeños comercios de varios sectores los que han contribuido a la financiación de los periódicos portugueses. Algunos son negocios que están asociados al perfil del inmigrante como cliente, como las agencias de viajes y la venta de pasajes marítimos o las oficinas bancarias para el envío de divisas. Otros tienen que ver, posiblemente, con las propias cualidades profesionales o empresariales de los inmigrantes: funerarias, peluquerías, tipografías, panaderías, mercerías, tiendas familiares, empresas de fontanería, bares y toda clase de pequeños comercios, abiertos con nombres en portugués y que ofrecían productos portugueses para atraer, sobre todo, a los inmigrantes oriundos de Portugal. Y en una tercera categoría entrarían los anuncios de modestas pero pujantes fábricas en nichos empresariales concretos asociados a la comunidad, como el caso de la industria lechera de California o las factorías de “linguiça” en Nueva Inglaterra.

Uno de los patrocinadores más relevantes de este tipo de periodismo era la industria

⁵ A *Alvorada* desarrolló en 1924 una intensa campaña para aumentar el número de suscriptores ofreciendo una rebaja en el precio anual y regalando una bandeja valorada en 3 dólares.

naviera, que había convertido la inmigración en su principal fuente de ingresos. En 1926, existía en Nueva Inglaterra una Associação de Agentes Portugueses de Vapores, cuyo presidente era John T. Marshall y su secretario Manuel P. da Rosa, con sede en Warren (R. Island), y estaba integrada por una veintena de profesionales que operaban en 14 localidades: New Bedford, Fall River, Boston, Cambridge, Ludlow, Taunton, Lowell, Plymouth, Providence, Warren, Valley Falls, Pawtucket, Newport y Stonington.⁶ Entre otros medios impresos, la asociación de agentes de navegación publicaba anuncios en el *Alvorada* de Guilherme Machado Luiz, que consiguió ampliar y extender sus propios negocios utilizando su periódico para realizar campañas publicitarias sobre sus servicios marítimos y bancarios.⁷ En 1922, Guilherme M. Luiz ofrecía pasajes en barco de la Fabre Line para la ruta Azores-Lisboa, con salidas en Providence, Boston y New Bedford, en los buques “Asia”, “Providence”, “Braga”, “Patria” y “Madonna”, cuyos anuncios informaban que la travesía marítima duraba 6 días a las islas y 9 a la capital portuguesa.⁸

La vocación empresarial y la visión de negocio de Guilherme M. Luiz se manifestó también a través de sus diversas iniciativas comerciales, que se extendieron mas allá de la venta de pasajes y el envío de divisas.⁹ En marzo de 1925, organizó una campaña para promocionar su periódico ofreciendo una suscripción anual con un seguro de accidentes y enfermedad por 10 dólares. Mediante cifras estadísticas, el anuncio explica la necesidad perentoria de contratar el seguro a los lectores:

Mais de três milhões de pessoas se encontram doentes cada dia, e pode muito bem dar-se ao caso de algum dia vós serdes um destes milhões. Somente por automóveis são feridas mais de 500.000 pessoas cada ano. Os automoveis matam mais de 50 pessoas por dia. Por tanto, não deveis demorar-vos em proteger-vos (*A Alvorada*, 1925, 25 de marzo, p. 3).

La popularización de la radio entre los inmigrantes Portugueses en los años treinta (Pena-Rodríguez, 2020b) alimentó nuevas dudas sobre la viabilidad económicas de algunos periódicos. Inicialmente fue un acontecimiento celebrado por los líderes de opinión de la colonia portuguesa porque creían que contribuiría al desarrollo de la comunidad y de la cultura lusófona en Estados Unidos. Sin embargo, no todos vieron la expansión de la radio como una ventaja. Algunos editores de periódicos interpretaron la irrupción del nuevo medio como una amenaza a su supervivencia. La seducción de los inmigrantes por las emisiones radiofónicas hizo temer a algunos medios impresos un drástico descenso de lectores y una consiguiente

6 *Alvorada*, 5 de agosto de 1926, página no visible.

7 Véase, por ejemplo, en *Alvorada*, el anuncio de 9 de septiembre de 1920: “Guilherme M. Luiz. Banqueiro e Agente de Companhias de Navegação”. Sin paginar.

8 “Fabre Line”. *Alvorada*, 25 de febrero de 1922, sin página.

9 “Servindo A Colonia há 25 Anos. *Diario de Noticias*, 2 de mayo de 1934, p. 3.

pérdida de ingresos publicitarios, su principal medio de vida. La rápida penetración de la radio entre el público inmigrante hizo que algunos periódicos se resintieran de su pérdida de popularidad y liderazgo criticando los programas y presentadores radiofónicos de la colonia portuguesa, a los que acusaban de “maltratar” el idioma portugués. Una de las cabeceras que más juzgó las emisiones radiofónicas fue el periódico satírico de Sacramento *A California Alegre*, que trató de deslegitimarlas y desacreditarlas atacando el modo que tenían algunos locutores de hablar en portugués, pronunciado de una manera “mestiça e vergonhosa”, en un estilo y una forma de narrar “quase africano”.¹⁰

Cuando el miedo a la radio se fue disipando, algunos periodistas que trabajaban en la prensa, al ver las oportunidades profesionales que ofrecía el nuevo medio, decidieron probar suerte en las ondas. Uno de los más famosos fue Affonso Gil Ferreira Mendes, que mientras trabajaba para el diario *O Popular* (Mass.) realizaba la sección radiofónica “A Voz de Portugal”, emitida desde New Bedford a partir de julio de 1933.¹¹ Ante el poder informativo y persuasivo de la radio y su pujanza como plataforma de negocio, hubo periódicos portugueses que hicieron de la necesidad virtud y, para mantener la fidelidad de sus lectores y captar nuevas audiencias, patrocinaron sus propios programas radiofónicos, como hizo el semanario *Jornal Português*, que en 1940 inauguraría en Santa Rosa (Cal.) la “Hora de Arte Radiofónica”, transmitido a través de la emisora KSRO.¹²

Diplomáticos y periodistas, una relación compleja

La mayoría de los editores y periodistas inmigrantes sentían que en su trabajo informativo estaba implícita su vocación de servicio público hacia sus compatriotas, que necesitaban tanto como ellos el aliento espiritual que proporcionaba un periódico en portugués para crear un verdadero sentimiento de comunidad. Sin embargo, la libertad con la que podían desarrollar su trabajo, sin censuras, sin escribir al dictado de ninguna orden política, como ocurrió en Portugal en varios períodos, no era del agrado de algunos representantes consulares del gobierno portugués. Tal era la animadversión de algunos diplomáticos hacia el periodismo que realizaban los inmigrantes, que el cónsul en Boston llegó a proponer al gobierno en 1934 la creación de un gran diario portugués promovido por el Estado Novo para liberar a la colonia de la “nefasta influência” de este tipo de prensa, a la que atribuía muchos de los males que padecía la comunidad luso-americana.¹³

10 “Falar Bem Português”. *A California Alegre*, 23 de mayo de 1936, p. 4.

11 “A Voz de Portugal”. *Diário de Notícias*, 25 de septiembre 1933, p. 2.

12 “Novo programa de radio”. *A California Alegre*, 1 de noviembre 1940, p. 2.

13 Arquivo Histórico Diplomático de Lisboa (Ministério dos Negócios Estrangeiros). Embaixada de Portugal em Washington. Caixa nº 36. “Inquérito Consular sobre a situação das colónias portuguesas no estrangeiro”. Respuesta del cónsul en Boston, 12 de septiembre de 1934.

Los cónsules portugueses en Massachusetts y Rhode Island ya habían intentado poner en marcha esta idea adquiriendo en los años veinte en semanario *O Independente*, pero no tuvo el éxito esperado.¹⁴ Según el que fuera editor del *Luso-Americano*, Vasco Jardim, el proyecto había sido diseñado por el entonces cónsul en Boston Eduardo de Carvalho, que fue duramente atacado por *O Popular*, entonces el semanario portugués más reconocido en Estados Unidos, en el que trabajaban periodistas como João Rodrigues Rocha, Alberto Botelho, Inácio Santos, António S. Lemos, Affonso Ferreira Mendes y el propio Vasco Jardim.¹⁵ El cónsul de Portugal en Providence, José Agostinho Oliveira, llegó a convertirse en propietario y director del *Diario de Noticias* entre junio de 1940 y 1943, pero no logró consolidar su proyecto periodístico, que acabaría vendiendo a João R. Rocha.

Tras su misión diplomática en Boston, Eduardo de Carvalho hizo un balance de su experiencia en Nueva Inglaterra y sobre la situación de la comunidad portuguesa en Estados Unidos a través de la edición de una serie de textos de género epistolar inspirados en artículos publicados entre 1926 y 1927 en *O Colonial* de Falmouth (Mass.), reunidos en un libro titulado *Os Portugueses na Nova Inglaterra*, editado en 1931. En cierto modo, el diplomático luso parecía estar haciendo un ajuste de cuentas con los inmigrantes periodistas, que tradicionalmente habían sido críticos con las misiones consulares portuguesas en Estados Unidos por su falta de profesionalidad. Con frecuencia, la prensa se permitía aconsejar a los cónsules cómo debían comportarse y actuar en determinadas situaciones. El *Alvorada Diaria* señalaba, por ejemplo, el 26 de agosto de 1921:

Em toda a parte um cónsul deve ser justo, imparcial e tolerante. Na América deve ser todo isto e mais *Energico, Efficiente e Expedito*. Quando um portuguez precisa de qualquer serviço numa repartição pública da America, está acostumado a ser servido naquele momento. Venha logo ou venha amanhã são frases que ele já não está acostumado a ouvir (*Alvorada Diaria*, 1921, 26 de agosto, p. 2, nº 728).

Según Carvalho, las quejas habían llegado al punto de solicitar que el gobierno delegase en la colonia la designación de los cónsules. Este fenómeno fue definido por Carvalho como “regionalismo consular”, que describía gráficamente así: “Pois qué! — exclamam indignados — Somos tantos mil açoreanos e não temos cum cónsul açoreano? É justo que cada grupo colonial tenha o seu representante! Estamos fartos de ser mandados e explorados por meninos do Continente” (Carvalho, 1931, p. 123). El cónsul portugués cuestiona un modo de hacer periodismo irresponsable, poco riguroso y sin respetar los más elementales principios deontológicos: “sempre que há um jornal feito para dar lucro e não para semear ideias, fácilmente o

14 *Luso-Americano*, 25 de octubre de 1989, p. 39.

15 *Luso-Americano*, 25 de noviembre de 1989, p. 34.

vemos cair, em determinado momento, num inventor ou explorador de escândalos” (Carvalho, 1931, pp. 120-121).

La falta de pericia profesional y el estilo personalista de hacer periodismo provocó muchos enfrentamientos con los diplomáticos y entre editores (Gomes, 1995). La prensa luso-americana, de hecho, fue objeto de algunas denuncias por difamación. Uno de los procesos judiciales que tuvo más repercusión en el período de estudio fue iniciado en diciembre de 1929 por Abílio de Oliviera Águas, cónsul de Portugal en Providence, contra el *Diario de Noticias*, al que pidió una indemnización de 50.000 dólares por haberlo presuntamente difamado en una serie de artículos.¹⁶ Águas, que había sido depuesto por quejarse públicamente de las condiciones deplorables en las que viajaban a Estados Unidos los inmigrantes cabo-verdeanos en la compañía marítima patrocinada por la dictadura, fue objeto de una campaña en su contra por parte del diario de New Bedford, que justificó y aplaudió la decisión del gobierno de Lisboa: “Não nos surpreendeu a notícia por quanto aquele funcionário desde ha muito tempo tinha tornado necessária a sua exoneração, apesar da importância balôfa do seu apregoado patriotismo como que, em várias ocasiões pretendeu conquistar as boas graças dos pobres de espírito”, apuntaba el *Diario de Noticias* sobre su cese.¹⁷ Y añadía: “A colónia, sem dúvida, deve ainda recordar o que a imprensa colonial relatou acerca dos ‘rasgos’ de má fé e petulância que Abílio O. Águas praticou para conseguir a nomeação de cónsul de Portugal em Providence”.¹⁸

El diario de Massachusetts justificaba sus ataques al diplomático por una serie de comportamientos públicos que consideró inadecuados. Lo acusaba de haberse fotografiado “petulantemente” en el puerto de Providence con las 250 cajas de material de ayuda que los portugueses de Nueva Inglaterra habían reunido para enviar a Azores a las víctimas del terremoto de Faial. También le atribuía haber promovido una asociación comercial e industrial portuguesa, desde la que atacaba “a todo o corpo consular” de Nueva Inglaterra, y de arrogarse con impostura un rol como “leader” de la colonia luso-americana.¹⁹

Las rivalidades entre miembros de la colonia también eran aprovechadas por los periódicos para ganar audiencia. En ocasiones, las diferencias tenían que ver con asuntos relacionados con temas políticos o informativos, que podían enfrentar a los periódicos entre sí en largas polémicas. Otras veces, los enfrentamientos tenían su origen en debates entre los socios de diferentes instituciones fraternales, entre feligreses de diferentes congregaciones religiosas, entre los oriundos de las distintas islas de las Azores, o entre inmigrantes continentales e insulares. En determinados períodos históricos, especialmente entre los años

16 *Diario de Noticias*, 10 de diciembre de 1929, p. 1.

17 *Diario de Noticias*, 30 de noviembre de 1929, p. 1.

18 *Ibidem.*

19 *Ibidem.*

veinte y cuarenta, la mayoría de las polémicas tenían un trasfondo ideológico, en un contraste constante entre la política nacional portuguesa y americana.

En un tono un tanto exagerado, Eduardo de Carvalho creía que la colonia estaba indefensa frente a la actitud inmoral de algunos periódicos, que atacaban a personas anónimas, instituciones o representaciones consulares sin ningún tipo de fiscalización por parte de las autoridades locales, que por desconocimiento del portugués y por tratarse de asuntos relacionados con extranjeros, no prestaban demasiada atención. Para Carvalho, la única solución que tenían las víctimas de los artículos injuriosos o difamatorios, algunos motivados por un “delirio soez” o el “sadismo” periodístico, era traducirlos al inglés y entregarlos en el juzgado (Carvalho, 1931, p. 122).

La libertad de prensa y las políticas editoriales de los propietarios de los medios de comunicación, que pugnaban por ganarse una audiencia suficiente para poder atraer anunciantes con los que financiarse, estimulaban directa o indirectamente este tipo de dinámicas. No había prácticamente ningún asunto público polémico de la comunidad que no fuese oportunamente debatido en la prensa inmigrante. Esta situación no era exclusiva de la prensa portuguesa, sino que ha sido común históricamente entre los periódicos de otras comunidades étnicas (Joyce, 1976). Según Leara D. Rhodes, “business or not, the ethnic press transferred the home country rivalries and political disputes to the United States” (Rhodes, 2010, p. 125).

Conclusiones

El periodismo inmigrante portugués en Estados Unidos entre 1920 y 1940, realizado a través de la fundación de decenas de publicaciones periódicas en los lugares donde había núcleos de población suficientemente numerosos para atraer una audiencia que financiara los proyectos periodísticos, sobre todo en los Estados de Massachusetts y California, fue un fenómeno asociado de la masiva llegada de inmigrantes a principios del siglo XX y su necesidad por estar informados en su propia lengua, pues la mayoría no entendían el inglés. En este período se fundaron dos de los periódicos de mayor relevancia e influencia en la historia del periodismo luso en Norteamérica, el *Diario de Noticias*, de New Bedford, editado entre 1927 y 1973, y el semanario *Jornal Português*, publicado en Oakland desde 1932 hasta 1997.

El discurso informativo de este tipo de periódicos le dio voz a los inmigrantes en Estados Unidos y contribuyó a desarrollar un sentimiento de cohesión y pertenencia a la comunidad. Muchos periodistas inmigrantes sintieron que en su tarea como informadores estaba implícita una función de servicio público que, sin embargo, no era suficientemente reconocida por sus lectores, la mayoría con escasa formación, que no comprendían el esfuerzo que para ellos representaba publicar cada número de periódico.

Para poder sobrevivir, algunos editores recurrían con frecuencia a agitar polémicas y

debates sobre temas políticos o asuntos relacionados con las instituciones fraternales o con el rol de los diplomáticos portugueses en Estados Unidos con el fin de ganar audiencia y atraer anunciantes entre los comerciantes de origen luso. A veces, eran lo propios empresarios de la comunidad los que fundaban algún periódico con el propósito de promocionar sus negocios entre los inmigrantes, como fue el caso de *A Alvorada* de Guilherme Machado Luiz.

Uno de los asuntos que recurrentemente era objeto de discusión, era el mal uso del portugués o la renuncia a aprenderlo por parte de los hijos de los inmigrantes. La lengua portuguesa era para los periódicos inmigrantes una herramienta esencial a preservar y estimular porque, además de ser el vínculo más importante con su cultura y ser un poderoso instrumento de consenso y defensa de sus tradiciones, de su empleo regular por la comunidad inmigrante dependía la supervivencia de este tipo de periodismo. Todos estos rasgos configuraron un ecosistema informativo singular en el que surgieron fenómenos como el “regionalismo consular”, que consistía en discutir el poder de los cónsules y reivindicar el derecho de los inmigrantes a nombrar sus propios representantes diplomáticos en Estados Unidos, de acuerdo con el modelo democrático de Estados Unidos. Así, pues, se puede concluir que este modo de hacer periodismo poseía una serie de rasgos especiales cuyo estudio permite conocer dinámicas periodísticas singulares que son un reflejo de la vida compleja del inmigrante y sus dificultades para salir adelante.

Referencias bibliográficas

- Baganha, M. I. (2009). The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends. *International Migration* 47 (3), 5-20.
- Barrow, C. W. (ed.) (2002). *Portuguese Americans and Contemporary Civil Culture in Massachusetts*. Tagus Press, Center for Portuguese Studies and Culture-University of Massachusetts Dartmouth.
- Bartoli Langeli, A. (1996). Historia del analfabetismo y método cuantitativo. *Signo. Revista de Historia de la Cultura Escrita* 3, 87-106.
- Carvalho, E. (1931). *Os Portugueses na Nova Inglaterra*. A Leitura Colonial.
- Gomes, G. (1995). The Portuguese Language Press in California: The Response to American Politics, 1880-1928. *Gávea-Brown. A Bilingual Journal of Portuguese American Letters and Studies*, vols. XV-XVI, 5-90.
- Johnson, M. A. (2000). How Ethnic Are U.S. Ethnic Media: The Case of Latina Magazines. *Mass Communication & Society* 3 (2-3), 229-248.
- Joyce, W. L. (1976) *Editors and Ethnicity. A History of the Irish-American Press, 1848-1883*. Arno Press.
- Kessler, L. (1984). *The Dissident Press: Alternative Journalism in America. The Ethnic Press in the United States. A Historical Analysis and Handbook History*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Kowalick, J. (1978). *The Polish Press in America*. San Francisco: R&E Research Associate.
- N. W. Ayer and Son's *American Newspaper Annual and Directory* (1909). N. W. Ayer and Son.
- Pap, L. (1981). *The Portuguese-Americans*. Twayne Publishers-A Division of G. K. Hall & Co. Boston.
- Pap, L. (1987). The Portuguese Press. In S. M. Miller (Ed.). *The Ethnic Press in the United States. A Historical Analysis and Handbook* (291-302). New York-Westport-Connecticut-London: Greenwood Press.
- Park, Robert E. (1922). *The Immigrant Press and Its Control*. New York: Harper and Brothers Publishers.
- Pena Rodríguez, A. (2020). The American dream in the airwaves. The beginnings of the Portuguese radio in the United States. *Communication & Society* 33 (1), 153-167. Doi: <https://doi.org/10.15581/003.33.1.153-167>.
- Pena Rodríguez, A. (2020). *News on the American Dream. A History of the Portuguese Press in the United States*. Tagus Press at the University of Massachusetts Dartmouth, Portuguese in the Americas Series nº 27.
- Pena Rodríguez, A. (2019). El periodismo portugués en California. Notas históricas sobre el *Jornal Português de Oakland* (1932-1997). *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* 25 (1), 443-457. Doi: <https://doi.org/10.5209/ESMP.63739>.
- Ponte, L. (2014). Percursos Identitários na Diáspora Açoriana: O *Jornal Açores-América* (1903). *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies* 3 (1), 221-246.
- Proença, M. C. (1996) Analfabetismo. In Fernando Rosas, and J. M. Brandão de Brito (Eds.) *Dicionário de História do Estado Novo*. vol.1 (143-147). Bertrand Editora.
- Vaz, A. M. (1965). *The Portuguese in California*. Oakland (Ca.): IDES Supreme Council.
- Rhodes, L. D. (2010). *The Ethnic Press. Shaping the American Dream*. Peter Lang.
- Wittke, C. F. (1957). *The German Language Press in America*. University of Kentucky Press.

Liberdade da Imprensa portuguesa durante o período de transição em Macau

*Freedom of the Portuguese press during the
transition period in Macau*

Clara Gomes

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas, Instituto
de Comunicação da Nova (ICNOVA)
claragomes@yahoo.com
ORCID ID: 0000-0003-2575-2981

Abstract: *The object of this communication is Freedom of the Portuguese press during the transition period, in Macau from 1987 to 1999. I was a journalist in Macau from 1991 to 2000 (newspapers, radio, television and correspondent of magazine Visão) as well as a Communication Sciences lecturer in the local University (1996-1999). This paper stems from an update of a Master's thesis pursued for the University of Leicester, UK (2001), never published. The topic was approached in a critical political economy perspective through communication policy research and interviews with editors, journalists and other agents in the communication process. The objective was to understand how the concept of freedom of the press applied locally; to research into private and public policies towards the press; to unveil control and pressure practices coming from political and economic powers and check how these influenced the journalistic practice. I concluded that the transition period created a cultural, political and economical frame that tended to exacerbate the existing tendencies towards press control as well as clashes between press and power. The local government was responsible for most of those constraints, through the control of its own civil servants, through restricting access to sources and distribution of advertising and last but not least, through a patriotic stance that presupposed journalists would be defenders of the national design, even against their professional ethics.*

Keywords: *freedom of the press; censorship; ownership; libel; transition of Macau.*

Resumo: O objecto deste capítulo é a liberdade de imprensa em Macau durante o período de transição, de 1987-1999, com foco na imprensa portuguesa. Esta investigação resulta de uma actualização de uma tese de Mestrado para a Universidade de Leicester (2001), nunca publicada. A investigadora foi jornalista em Macau de 1991 a 2000 (imprensa, rádio, televisão, correspondente da revista *Visão*), bem como docente de Ciências da Comunicação na Universidade de Macau (1996-1999). O tópico foi abordado numa perspectiva crítica de Economia Política dos *media*, através de investigação de políticas de comunicação e entrevistas com editores, jornalistas e outros actores e agentes no processo de comunicação. Os nossos objectivos foram o entendimento de como o conceito ocidental de liberdade de imprensa se aplica localmente; investigar as políticas privadas e públicas em relação à imprensa; revelar práticas de controlo e pressão provenientes dos poderes políticos e económicos e analisar de que modo estas influenciam a prática jornalística. Concluímos que o período de transição criou um enquadramento político e económico que tendeu a exacerbar as tendências preexistentes para o controlo da imprensa, bem como os choques entre a imprensa e o poder. A administração local foi responsável pela maioria desses constrangimentos através do controlo dos seus funcionários, do controlo no acesso às fontes e da distribuição de publicidade oficial e, por último mas não menos importante, através da disseminação de uma visão patriótica que pressupunha que os jornalistas deveriam ser defensores do desígnio nacional, mesmo contra a sua própria ética profissional.

Palavras-chave: liberdade de imprensa; censura; propriedade dos média; difamação; transição de Macau.

Introduction — an overview

After 450 years of Portuguese rule, Macau was handed over to the People's Republic of China (P.R.C.) on December 20, 1999. With the unique statute of “Chinese territory under Portuguese administration” since the Joint Declaration, signed in 1987, the city was a sort of colony with an unrepresentative system expressed in the *Estatuto Orgânico* (a sort of constitution) and liberally administered. Chinese pressures were always felt throughout history and, in the transition years, Xinhua, The New China News Agency, functioning as a diplomatic representation, was said to be a shadow government.

There are two ‘presses’ in Macau: one in Chinese language and another of Portuguese expression. They have totally different characteristics and very seldom the interests of their professionals touch.

The Chinese newspapers are controlled by the P.R.C. in various degrees, be it directly by companies owned by the government or by businessmen with interests in China. Most newspapers feature daily columns that used to criticize the Macau Portuguese government measures, usually in tune with the Chinese side of the Joint Liaison Group or with certain business interests.

Portuguese newspapers were, and are, owned by the church, businessmen and lawyers and the pressures resulting from ownership vary from paper to paper. During the transition there were newspapers that were directly connected with the government and others that could be considered opposition.

After the economic boom of the middle eighties and the attention of Portugal towards Macau — due to the polemic governance of Almeida e Costa and a corruption scandal surrounding governor Carlos Melancia in 1990 — local Portuguese businessmen, lawyers and politicians, began investing in the press. Thus, the creation of Portuguese publications did not arise from the forces of the market but from other personal, economic or political interests.

“Already included in the Guinness Book of Records as the most densely populated territory of the world, Macau could also be included as the city where the highest numbers of newspapers is published for the lowest number of readers”, wrote João Fernandes (1999, p. 35).

In a population of around 450’000, there were never, at any given time, more than 10’000 people speaking the language of Fernando Pessoa (Fernandes, 1999).

According to the official statistics, no more than 2.8 percent of the population spoke Portuguese in 1999. They were served by a TV channel, a radio channel, five newspapers, two magazines and a delegation from the news agency LUSA.

Gabinete de Comunicação Social (G.C.S.), the government information department, recognised — for its own sake — that “this singular multiplicity that translates in one of the higher reading rates in Asia and the world, signifies a big dynamism by the private entrepreneurs but also an open policy for the support and stimulation of the media (by the government)” (G.C.S., 1997, p. 7).

Nevertheless, the director of GCS, Afonso Camões, is known to have shared with some journalists that “the newspapers in Macau do not correspond to forms of public opinion but to private interests without economical viability” (Meneses, 1999, p. 131).

The same went for Chinese newspapers. Vitor Chan (the head of the Journalists Club then and the G.C.S. director after the handover) said that “there are too many titles in the Portuguese and Chinese press for such a small market. I think it would be better to invest on the quality not the quantity” (ibidem).

In 1993 the production costs of a newspaper varied between 200 and 300 thousand patacas a month, depending on the number of journalists. Newspaper owners admitted a loss of between one to two million patacas a year (Pinto, 1993).

The Portuguese newspaper had some specific characteristics: usually it had a small newsroom with in between two to five journalists (expatriates, earning more than their

Chinese counterparts because of that factor); a small number of pages, many of them dedicated to opinion and gossip columns (often a row with other newspaper); most of its news came from LUSA; it had reduced circulation and few advertisements (coming from official government departments); most of them were property of lawyers, a class that enriched with the economic boom (most of their clients were land buyers or speculators) and it had a readership that was comprised of the administrative and political elite.

The content of Portuguese newspapers derived in great part from administration services and officials, having the journalists and these a close interpersonal contact. The Portuguese press had a tradition of critique towards the political power although during most of the transition period some newspapers would align with the government or a faction of it while others would be opposition.

Table 1
Macau Portuguese Press — March 1998

NAME	PERIODICITY	OPENED	CIRCULATION
Tribuna de Macau	daily	01-06-1998	1.300
Macau Hoje	daily	02-07-1990	2.000
Futuro de Macau	daily	08-01-1994	2.000
O Clarim	weekly	02-05-1948	1.500
Ponto Final	weekly	30-09-1992	1.500
Revista Macau	monthly	1987	5.000

Source: Gomes, C. (2001). Freedom of the Portuguese press in Macau during the transition period 1987-99

Later, in the beginning of 1999, there were three Portuguese dailies, seven Chinese dailies, two Portuguese weeklies, nine Chinese weeklies; TDM comprising a TV channel in Portuguese, one in Chinese and a radio station with two channels in both languages; *Revista de Cultura*, publication dedicated to sinology, publishing academic studies edited by the Cultural Institute of Macau; *Revista Macau*, with more generalist topics about the territory and the Portuguese presence in Asia commissioned by the government and a delegation of LUSA, the Portuguese news agency, that since 1991 received 16 million patacas per year from the government, that also paid its rent, in exchange for a free service to all Macau media (the circulation numbers are from the media themselves).

State of the art

There is a large body of work on the concept of press freedom as applied to Western societies (McQuail 1997; Demac and Downing, 1995; Barendt, 1987). As for Macau, the concept is found in the Press Ordinance (1990) and, vaguely, in some historical research of “Monsenhor” Manuel Teixeira and in Rola da Silva (1991, 1992). There is no academic research into this topic in the territory, which may be explained by the fact all academic institutions are governmentally owned. However, there is a B.A. dissertation presented in Portugal by a correspondent of the local paper *Ponto Final*, João Paulo Meneses (1999). It was not published but I had access to it.

Theoretical Framework

Political economy was the theoretical framework adopted to research this topic since it allows an holistic approach in examining media organizations in their role as economic forces and relating them to other structures in society (Mosco, 1996).

Political economy is concerned with the historical process that leads to the present and the role of state intervention, and so is applicable to the investigation of press freedom in Macau. Its interest in social change makes it the more suited to the historical context of the territory.

It is also able to show the link between the economic-political structure and media content and the effect of that on discourse in the public domain (Golding & Murdock, 1997). However, this is problematic in Macau given the different outlooks on public interest. As we will see, the government’s defense of a patriotic journalism collides with the local press agents’ idea that they should work as a watchdog of power.

In Western theory, press freedom is accepted as in the public interest and studies are focused on exposing its limits through the analysis of media structures, policies and practices (McQuail 1997; Curran, 1997).

However, in Asia, where many authoritarian regimes have developed successful economies, press freedom is not always seen as in the public interest. In certain regimes, like Singapore or China, press freedom may be seen as a tool used by opposition to government and a threat to political order (Ruan, 1990).

The press in Macau must be seen in this context, especially if we consider the proximity of the hand-over during the period studied. The question is whether press freedom is a universal concept, as seen by most western countries and United Nations bodies, or a concept that changes from society to society, like Asian governments argue.

Methodology

To approach this topic, I used two research methods: a communication policy research supported by a critical political economy perspective, and interviews with editors, journalists and communication agents.

To find data for this topic it was necessary to research the recent history of media legislation in Macau, to analyse some recent cases of press restriction, e.g. libel cases, to analyse journalism practices and newspaper policies and the effects of the changing political and social framework in Macau.

Communication policy analysis examines how policies in the field of mass communications are generated and implemented as well as their repercussions and implications in the field of communication (Negrine, 1998).

Communication policy research opens a wider field for exploration. Instead of merely using a content analysis study or a single survey, policy research allows us to draw conclusions from the findings of many. In the case of Macau, since there was few academic research, some Hong Kong studies developed around the 1997 handover were also used for theoretical comparison (Clark & Hamlett, 1995; Chan et. al., 1996).

However, this method has its limits: “using previous research data limits the material to questions asked before” (Wimmer & Dominick, 1995, p. 21).

Thus, what the researcher decided was to go further and ask her own questions through interviews with agents involved in the media process and research of primary documents.

The press laws in Macau

In legal terms there was freedom of the press in the territory, as all the interviewees of this research admitted. As in other aspects, Macau is press wise a non-regulated society and anyone is allowed to create a newspaper as long as it complies with the basic requirements established in the Press Ordinance published in 1990.

It resembles the Portuguese one and assures freedom of the press, freedom of access to sources of information and guarantees professional secrecy. It defines that anyone aggrieved by a written text has the right to response, denial, rectification or explanation in the same newspaper.

It also makes a reference to crimes of abuse of press freedom and remits them to the common law (a similar law for broadcasting was published in 1989). It can be considered quite an advanced law for Asia.

Besides, Macau underwrote several United Nations Pacts connected with Political and Civil Rights.

However, what the law previews did not correspond to the day-to-day reality of the Macau mass media. Several of those Press Ordinance rights are not in fact assured. In terms of access to information, according to our investigation, there was never a single journalist using the Ordinance to demand this right during the transition period.

The Press Ordinance previews the creation of a Press Council, that would be important to enforce some of the proposals of the former, and in general guarantee, to both citizens and journalists, that complaints would be heard, as well as being a mediator in disputes. However, after a decade of discussions, the Council had not come to existence. The Journalists Club (which members are mainly Chinese, although there are some Portuguese) opposed the composition of the Council in which a political elite, close to power, would be over-represented (Chan, 1996).

In its 1997 report about the territory, Amnesty International feared that “freedom of expression could be at risk” since the governor proposed “the Council should be presided by a judge and should include three members of the Legislative Assembly, elected members, as well as members designated by himself” (Meneses, 1997, p. 2).

The Journalists Club elaborated a Code of Ethics and a Statute of the Journalist and created a section inside the Club that receives complaints from the public. They considered that the initiative for the formation of a Council should come from the civil society not the government (Mok, 1997).

The Press Council was never approved by Macau’s Legislative Assembly during the transition period.

The ‘good Portuguese’

Afonso Camões, head of G.C.S., declared to the newspaper *Comércio de Macau* that “the Portuguese journalists in Macau should not dissociate the fact that before they are journalists they are Portuguese” (*Comércio de Macau*, 1992, p. VI).

To *Tribuna de Macau* he said it in a different way: “more than journalists we need militants of the national design” (Lopes, 1993, pp. 2-3).

This idea of a patriotic journalism that goes against the pure idea of journalism itself (the truth has no nationality) was always present in the last governor’s administration.

Some journalists, like Rocha Dinis, editor in chief of *Tribuna*, admitted the difficulties of being a journalist in Macau and the intermingling of this condition with that of being a Portuguese citizen: “I assume there are real constraints to the activity of a Portuguese journalist (...). Each Portuguese in Macau is thus transformed in a kind of ‘permanent ambassador’, a ‘cultural agent’ of the Portuguese existence in the world, which may be a stimulating challenge but also a constraint since there is a national dimension that contends with the pure journalistic reality” (1993, p. 4).

Some journalists would succumb to the appeals of the government officials about a patriotic necessity and submit their journalistic skills and ethics. Specially those in the government media, like TV and radio, constantly threatened and pressed from above.

However, others would not do so. During the transition period several newspapers kept being critical. During Melancia's governance, Carmona e Silva created three newspapers with the sole objective of attacking the socialist governors. There were even two attempts against the editor's life, which did not stop him.

Through out the transition years some journalist and newspapers, in between constraints and appeals to their patriotism, kept a free speech. These motivated comments like the one an under-secretary made, referring to reporters: "there are Portuguese that do not deserve to be in Macau" (Meneses, 1999, p. 143).

Some representatives of the power structures in the territory went even further. It was the case of Farinha Ribieras, president of the High Court of Macau that, in 1995, after being the origin of several lawsuits against the press, wrote a text called "The Press of Macau and the Courts" which fell in the hands of the press and was widely quoted. In it he wrote: "Some of the Portuguese media in Macau, with its readers, seem to be made of small 'associations of criminals' of bigger or smaller dimension, depending on the universe of receivers of each newspaper and on the group or economical lobby that supports them" (Reis, 1995, p. 2).

The fear of talking and limitations to access

This patriotic stance that distinguished the bad from the good Portuguese served often to condemn all those that disagreed with government policies. And I do not mean journalists only, but many in the Portuguese community, especially civil servants. In their jobs they felt pressures from above and some were fired.

As the journalist Carlos Morais José put it: "The people in the community themselves exert self-censorship since any criticism may cost them their jobs" (Gomes, 2001, p. 26). He is one of those that know what he is talking about: in 1992, when working for the Cultural Institute he criticized the government's cultural policy in the pages of *Ponto Final*. He was fired (*Ponto Final*, 1992a).

In 1991, in the beginning of Rocha Vieira's administration, *Ponto Final*, then a daily, dedicated an issue to the 'fear' that ruled the civil servants world. This 'fear' made access to information an hard task for those trying an investigative, honest journalism. However, access was easier for those journalists working for media with editorial policies closer to the government's propaganda, like TDM and some newspapers.

“The administration does not allow access to information. It is a way to centralize power: even the under-secretaries received orders not to give interviews” (Ricardo Pinto as cited in Gomes, 2001, p. 26).

According to this editor of *Ponto Final* obstructing or screening access to sources was the best way for the government to control the press: “Journalism is only possible because journalists have personal contacts with administration members” (Ricardo Pinto as cited in Gomes, 2001, p. 26).

Rocha Dinis opposed this criticism, considering it was the newspapers fault if they never used the Press Ordinance to take government sources to court. He threatened once one of them with the law and it worked — he got the information he wanted (Gomes, 2001, p. 26).

João Severino, editor of *Macau Hoje* once complained to the Public Prosecutor’s Office, (Ministério Público) about not being given information by the Health Department, but his complaint was filed (Gomes, 2001, p. 26).

However, taking the government to court would have been expensive and time consuming for the newspaper. Would the revelation of the withdrawn information, in the public’s interest, compensate? And was not the civil servant allowed, as a citizen in his own right, to refuse an interview?

Invoking access to information would be falling in the hell of hierarchic appeals. Even if the appeal passed in the local administrative court it would be sent to the Administrative Court in Portugal where it would take three to four years to be answered (Paulo Reis as cited in Gomes, 2001, p. 27).

A dependency on advertising

According to Frederico Rato owner of *Ponto Final*, “The press in Macau rarely survived by its own means. That is why it was so easy for the political power to strangle some journalistic projects” (Gomes, 2001, p. 27).

Advertising was and is scarce and usually not enough to support the newspapers, specially the Portuguese ones.

In these we found three kinds of advertising: the government one (the most important in terms of revenue), the official court’s announcements and some private business advertisements.

As Rocha Dinis put it, “Those ads are prestige advertising, not consume one, just a way for those businessmen to help the newspaper” (Gomes, 2001, p. 27).

The last newspaper this editor headed, *Jornal Tribuna de Macau*, published, in 1999, a series of monthly thematic supplements paid by several government services. This rose criticism in the rest of the press and reinforced the belief that that daily was just a voice for the government.

Rocha Dinis denied any inequalities in the way the government distributed its advertisements through the Portuguese press and said that his newspaper saw a way to be economically viable and, so, independent, through the supplements, and just took it (Gomes, 2001).

However, Ricardo Pinto counterpoints: “Some newspapers that are supported by the administration end up losing credit in the eyes of the public” (Gomes, 2001, p. 27).

Several editors revealed that advertisements from certain departments were withdrawn after their newspapers published articles criticizing those departments.

An example is a fax that was received by mistake in *Ponto Final*: it was an information from a high officer in a certain government department explaining that advertising would only be sent to that weekly if there were superior orders to do so. All the other newspapers received their ads as usual (Ricardo Pinto as cited in Gomes, 2001).

The editor of *Macau Hoje* faxed six government services asking how much they spent on the advertisements sent to each newspaper in Macau. He never got an answer (João Severino as cited in Gomes, 2001).

Censorship

Although access and advertising were control instruments in the hands of the government — as they still may be — they were not the only ones. Censorship in the governmentally dependent media (TDM radio and TV and LUSA), generalised self-censorship resulting from the climate of fear and different kinds of pressures were also present in the everyday life of the media in Macau during the transition period. Pressure was exerted by different forms, from a convincing talk on the telephone, a threat to withdraw advertising or, even, a life threat.

In 1993 *Tribuna de Macau* published an article on freedom of the press. In this Júlio Pereira, assistant of the ACCCIA (the commission against corruption) referred that he would not like to be a journalist in Macau, “a small environment where pressures are felt much more than in Lisbon “. He also affirmed that “the formal mechanisms permit freedom of the press, but I doubt that it exists in all the newspapers or for every people that have the necessity to express themselves” (Lopes, 1993, pp. 2-3).

“The administration has an absolute control over radio and television, exerting also an enormous pressure in LUSA”, stated in the same article Ribeiro Cardoso, former head of the Portuguese Journalists Union and, by then, journalist of *Comércio de Macau*.

“Some members of the government, like Salavessa da Costa, the under-secretary for Communication, treat the journalists of Radio Macau as their civil servants”, affirmed João Paulo Meneses, assistant to the editor in that station (Lopes, 1993, pp. 2-3).

In the same line Jorge Silva, editor of TDM television news declared that, “professionals know exactly how far they can go” and also that “there are warnings from the governmental area and the under-secretaries about what we do” (Lopes, 1993, pp. 2-3).

According to the referred *Tribuna* article, journalists from LUSA would accompany the members of the government, with expenses paid, every time they went on a mission abroad. This happened, although the news agency had correspondents in those countries.

Comparing the administrations of Carlos Melancia with that of Rocha Vieira, Ribeiro Cardoso declared that journalists had easy access to the first one, which had a better understanding of the journalists work, while the second one exerted a centralised control over the governmental media, under the idea that if the government paid, those media should be at its service. Nevertheless, in the same 1993 article, the under-secretary for Communication denied any interference in the journalists work in general (Lopes, 1993, pp. 2-3).

The censorship inside TDM and subservience of LUSA continued through out the years with constant anecdotal reports coming out of the newsrooms.

However, censorship was not only felt in the governmentally controlled media.

In the referred 1993 *Tribuna* article, Ribeiro Cardoso revealed that the under-secretary for communication had told him he felt very irritated when negative news about Macau were published in Portugal.

Although some correspondents were working for TDM and so under control, the others were approached in an attempt to influence or criticise their news. Even more devious than that: the agents responsible for the official communication channels tried to influence the editors in Portugal to refuse certain topics or to demand only passive news from the correspondents. The government paid flights and accommodation to editors and journalists from Portugal to write about Macau. In those reports often there was not a single line written by their correspondents, the ones who knew the depths of Macau reality (information I got from my own experience as a correspondent portuguese magazine *Visão* for over six years).

In the an editorial Rocha Dinis wrote “(...) correspondents of the media from Portugal receive frequent warnings, many times not even about what they wrote but about the meaning they (the government agents) put into it” (1993, p. 25).

The journalists and specially the editors of the newspapers were also subject to regular pressures from the government through the telephone (João Severino quoted in Gomes, 2001, p. 29).

According to Severo Portela, editor of *Futuro de Macau* the pressure came from the environment itself, “an authoritarian ambience set up by the Rocha Vieira’s administration in which government officials would say ‘if you give a negative perspective in your article, next time I will not talk to you’” (Gomes, 2001, p. 31).

There were also pressures exerted on the families of journalists, like threats concerning the renewal of the contract of their spouses when they worked for the administration. These threats, in some cases, were executed (Severo Portela quoted in Gomes, 2001, p. 29).

Ownership: sponsorship or lobbying

As said previously newspapers in Macau depended mostly on their owners and administrators. Advertising only covered part of the expenses and most Portuguese newspapers lived on their administrators sponsorship.

This fact always gave Macau newspaper owners a larger possibility of interference in their destinies, if compared with publications somewhere else, like Portugal, for instance.

Most of them were lawyers and represented certain businessmen or groups with specific economic and social interests.

This said, it does not seem strange that newspapers were several times accused of being at the service of those owners and administrators interests.

Carmona e Silva, lawyer and journalist, admitted he created three newspapers (*Oriente, Comércio de Macau* and *Macau Hoje*) with the purpose of opposing the socialist governors (they were appointed by the socialist President, Mário Soares) since he was a social democrat. However, after he sold the publications, that party purpose was less clear in their pages. The same went for other newspapers. They may have defended some interests, but these were not directly connected with the party politics of Portugal. Nevertheless, most were connected with local pressure groups (*Macau Hoje*, 1990, p. 3).

As expected, all owners and administrators I talked with denied their interference in the making of the news. This can only be known through the words of the editors and journalists that worked in their newsrooms.

Sometimes pressures were not coming directly from the owner. Since there was a consonance of opinion with the editor, it would be this one himself, in an act of censorship inside the newspaper, to convince the journalist to drop a topic that might hinder the owner's businesses or to order the journalist to cover a story connected with the administrator's interests (both happened to me in one of the newspapers where I worked).

On the other side, an extreme example of interference coming directly from the owner is the case of *Gazeta Macaense*, one of the oldest newspapers during the transition period, connected with the Macanese community and very critical of the government in its last days

Its administrator, José Manuel Rodrigues fired the journalists in July 1995 and tried to close the newspaper invoking it had lost quality and its initial propose. However, the editor, Paulo Reis, stated that the administrator had always agreed with the publication's editorial line, but recently had tried to save a certain member of the government from criticisms in the newspaper. Condition to which the editor did not agree and that originated the lay off (*Futuro de Macau*, 1995, p. 9).

According to Paulo Reis, "the owner asked me to stop criticising the under-secretary Jorge Rangel because he was working on a deal with him that, if it came out right, would also be 'good' for me" (Gomes, 2001, p. 32).

Some time after closing the publication, Rodrigues was invited by the governor to be one of the appointed members to the Legislative Assembly. The facts speak for themselves.

However, not only political interests moved the owners. Creating a publication that could voice the opinions of the public and could be a forum of discussion was the objective of at least some of them.

Frederico Rato and Francisco Gonçalves Pereira, lawyers and partners, picked up the dead daily *Ponto Final* and transformed it in a weekly. “The daily did not have much financial possibilities, so it was easy for the power structures, not used to be put at stake, to strangle it”, stated Rato. The daily had been sued by the director of the government’s Finance Department in 1992 and, shortly after, it closed. Rato and Gonçalves decided then to use the same name and, in a slightly different line, to create a newspaper that was independent from the local lobbies of STDM (the company of the casino magnate Stanley Ho), the church, the *opus dei*, the triads and any economical pressure groups. They also wanted a publication that had objective information, was critical, and a vehicle for the local public opinion. “A publication that allowed a contention of the exercise of power”, as defined one of its owners (Frederico Rato as cited in Gomes, 2001, p. 33).

Ricardo Pinto, the editor, says he was never subject to any censorship by *Ponto Final* owners and that, often, the newspaper published topics that some how interfered with the interests of the lawyers office, although he was never told off by them (Gomes, 2001, p. 33).

Manuela António and Rui Afonso, owners of *Futuro de Macau*, were two lawyers that represented several business interests. He was also a member of the Legislative Assembly. Manuela António stated she supported the newspaper because of the interest it had for the Portuguese community and the important role the press plays in any society (Gomes, 2001, p. 33).

Severo Portela, the former editor of *Futuro de Macau*, admitted to have had conversations with the owners about the topics in the newspaper, but stated it was his decision whether it would cover a subject or not (Severo Portela quoted in Gomes, 2001, p. 33).

Comércio de Macau a weekly that closed in 1993 was owned by an economical industrial group, Interfina, that in those years had strong interests in the territory, specially in the construction sector. When those interests were over so was the publication, which shows that, in some way, *Comércio* was a front for Interfina.

In some cases, the journalists bought the newspapers. Thus, whatever censorship there was, it was exerted by them. *Tribuna de Macau*, that was the property of Neto Valente and *Jornal de Macau* that belonged to a group of Macanese businessmen were joined by Rocha Dinis and João Fernandes (the respective editors) in a sole publication, *Jornal Tribuna de Macau*. Both journalists state they were never pressured by the owners previously, since their views were the same.

After being sold by Carmona e Silva, the daily *Macau Hoje* was owned by its editor, Meira Burguete, and his family. Nowadays it is owned by its editor João Severino but in between

there was a period when it belonged to a retired colonel owner of a security company and former director of police. “Then, I had great difficulties since I could not offend the people connected with the interests of the colonel”, admitted João Severino (Gomes, 2001, p. 33).

Libel cases

It may be abusive to say that libel cases were typical of the transition period in Macau, since they were present through out all the history of the local press. However, during this period, maybe because of its political significance, the cases were more polemic than ever.

During the governance of Almeida e Costa there were several libel cases, many against *Tribuna de Macau*, whose owner, the lawyer Neto Valente and the editor, Rocha Dinis, assumed themselves as opposition to this governor. The newspaper even published a cartoon of the governor sitting in the toilet. However, most of the cases would be solved by extra-judicial agreements. It is interesting to notice that during the governance of Rocha Vieira (that appointed Neto Valente to the Legislative Assembly), *Tribuna* would be considered a pro-government publication.

During the governments of Pinto Machado and Carlos Melancia, the ones that finally brought the spirit of the 1974 Portuguese Revolution to the territory, there were less constraints on the press. There were rare libel complaints and if there were any pressures inside the public media (TV and radio), they did not seem to come from a government strategy but from specific editors or administrators (Gomes, 2001).

However, in 1991 the number of libel cases began to rise, which coincided with the arrival of governor Rocha Vieira.

In between 1991 and 1995 there were 24 lawsuits for abuse of press freedom. In nine of them, the judge-president of the High Court, Farinha Ribeiras, was the plaintive. Besides the judge, most of the other cases were connected with administration officials. It was the most disturbing period in terms of freedom of the press in Macau’s history (Correia, 1995, pp. 2-3; Gomes, 1993, pp. 8-9; Gomes, 1994, pp. 9-10).

Some of the most polemic cases in this period happened after a High Court (Tribunal Superior) was installed in the territory (previously the appeals were sent to the high instance courts in Portugal). This court, that had the last word in the processes, tended to condemn the journalists.

This fact cannot be disconnected from the justice system of Macau in which the judges were appointed by the governor.

A letter signed by 17 Portuguese journalists was sent to president Mário Soares in June 1994, alerting for the necessity to maintain the justice system of the territory bound to Portugal. In this text it was said that breeches in the system allowed for confrontation between agents of the judicial system and journalists. It also emphasised that the judges were

designated by the governor, that, by refusing to nominate the “less favourable” magistrates, could propose others that gave guaranties of “a better adaptation” to the territory. According to the journalists letter, what in Portugal was a mere exercise of freedom of expression, in Macau was considered systematically as “a crime of abuse of press freedom and a motive for defamation, libel and slander suits” (Ribeiro Cardoso, 1994, pp.7-8).

One of the cases that showed the differences in the treatment of libel cases by the Macau courts and the Portugal ones, was a case against *Ponto Final*, when it was still a daily in 1992. In the article “Millions flying” the newspaper accused João Roberto, director of the administration’s Finance Department, of causing the government to loose three million patacas (*Ponto Final*, 1992b).

The director of the Finance Department accused Paulo Aido, the editor, of libel. On March 1994, this one was condemned by the local court to a two year suspended prison sentence and to give to the plaintive a compensation of 80 thousand patacas.

The editor’s lawyer lodged an appeal to the High Court, and in December of the same year this admitted that all that the journalist had written about the Finance Department was true. Still, the court considered the journalist guilty of offending the honour and good name of the civil servant and condemned Aido to a compensation of 15 thousand patacas.

In the opinion of many journalists and jurists, if this case had happened in Portugal, an article that said the truth would not have been the subject of a complaint and its author would surely never be sentenced for slander.

Another exemplary case happened later when *Ponto Final* was a weekly. In 1993, the newspaper published a letter from a reader criticising the activities of several members of the security forces, military man like general Rocha Vieira (*Ponto Final*, 1993).

Lages Ribeiro, the under-secretary for Security sued the publication and the editor, Pedro Correia. The Public Prosecution Office (PPO) tried to make the journalist reveal the name of the reader since the letter was signed “from an identified reader”. This happened, even though, the public prosecutors knew the Press Ordinance allows the journalists to keep the identification of their sources to themselves.

Although Pedro Correia did not agree with the opinion of that reader, he resisted all pressures from the PPO. In December 1993, Macau’s court condemned him to four months suspended prison and to a compensation of 15 thousand patacas to the under-secretary that accused him. Correia’s lawyer appealed of this decision to the High Court, but this just confirmed it. The lawyer’s appeal to the Constitutional Court in Portugal did not pass in the High Court. A protest sent directly to the Constitutional Court still awaited an answer in 1995 (Correia, 1995).

After the president of the High Court, Farinha Ribeiras, the under-secretary for Communication, Salavessa da Costa, was the second champion of the legal complaints against the press during this troubled period.

However, three court cases involving Salavessa da Costa against *Macao Hoje* ended up

being solved with extra judicial agreements implying the publication of rectification and excuses in the pages of that daily.

Another member of the administration that sued several publications was the director of GCS, the government information bureau. In January 1993 Afonso Camões acted judicially against *Ponto Final*, *Gazeta Macaense* and a daily from Portugal, *Público*, contesting the way an investigation to his department, done by ACCCIA (the anti-corruption institution) was reported in those newspapers (Correia, 1995).

I myself was called to the ACCCIA in 1994 when *Ponto Final* published one of my reports about nightlife in Macau. Some club and bar owners accused officials of the Tourism Office — that gave the working permissions to clubs, bars and restaurants — of demanding bribes or back handing. For hours the agents of that institution tried to extract from me the names of the interviewees that had given me the information on background. Although their intentions may have been good — to track down corruption in that government institution — I was obliged to invoke my right of non-disclosure of sources as by the journalists statute and code of ethics. They told me that probably the Tourism Office would prosecute me and my newspaper. However, that never happened.

Conclusion

Can we say there was freedom of the press during the transition period in the sense defined previously? Considering the documentary research and all the interviewees of this study, the answer is yes, in a legal way, there was. However, most of them report constraints from several sources that reveal that, in practice, freedom of the press was quite relative — a condition resulting from the economical and political context that characterised that period.

The government was responsible for most of those constraints, through the control of its own civil servants creating a climate of fear, through restricting access to sources and the distribution of advertising and last but not least, through a patriotic stance that presupposed journalists would be defenders of the national design, even against their professional ethics.

The control on freedom of the press resulted in a great deal from the politic and administrative choices of the governor(s) that were given extensive powers by the *Estatuto Orgânico* (mini constitution). Rocha Vieira, the last governor, maintained a strained relation with the local press, never giving an interview and supporting his cabinet members' legal actions against the press, while investing public funds in propaganda in Portugal and internationally.

Although the Portuguese government left quite an advanced law to protect press freedom, it did not leave the example — an example of a non interventive democratic government that not only protects the press freedom by law but also respects its importance as a constructive critic.

This democratic deficit was also present in the lack of independence of the justice system, with judges being appointed by the governor and defending the official policies. The numerous libel cases — and convictions — during Rocha Vieira's administration, specially in the times when Farinha Ribieras was president of the High Court, are an example of that.

However, constraints on the press were also a consequence of the lack of economical independence of the Portuguese press, with a substantial part of newspapers' advertising coming from the government and a dependency on its owners, (ownership) which interests were not always coincident with the public interest (representativity).

Last but not least, the journalists own cultivation of sources and intimacy with power members (sourcing), due in part to a difficulty in accessing sources through a clear administrative process, may have taken them to share politicians views and save them from criticism.

Through out the history of the press we can see how politics and the press have a close connection. In a non-representative system where there was no judicial independence it would be difficult to find a free press.

Bibliographic references

- Barendt, E. (1987). *Freedom of Speech*. Oxford University Press.
- Chan, J. and Lee C.C. (1991). *Mass Media and Political Transition: The Hong Kong Press in China's Orbit*. Guilford Press.
- Chan, J., Lee C.C., and Lee P. (1996). *Fighting Against the Odds: Hong Kong Journalists in Transition*. Chinese University Press.
- Chan, V. (1996, Agosto 9). Victor Chan em Discurso Breve. *Futuro de Macau*, p.6.
- Clarke, J. and Hamlett T. (1995). Freedom of Expression in Hong Kong during and after the transition to Chinese Sovereignty. In Macay, J. (Ed.), *Free Speech Yearbook*. University Press.
- Comércio de Macau* (1992, Fevereiro 15). Dossier Imprensa — Afonso Camões em Entrevista, p. VI.
- Correia, P. (1995, Mar.17). Processo, logo insisto. *Ponto Final*, 2-3.
- Curran, J. (1997). Mass Media and Democracy Revisited. In Curran, J. and Gurevitch, M. (Eds.), *Mass Media and Society*. Arnold.
- Decreto-Lei nº 20/88/M, de 15 de Agosto, *Boletim Oficial de Macau*, n. 33, p. 3258.
- Demac, D. and Downing, J. (1995). The Tug of War over the first amendment. In Downing J., Mohammadi A. and Sreberny-Mohammadi A. (Eds.), *Questioning the Media*. Thousand Oaks: Sage.
- Despacho nº 122/GM/91, de 29 de Julho, *Boletim Oficial de Macau*, n. 30, Suplemento, p. 3423-5.
- Fernandes, J. (1999). *Oriente Impresso*. G.C.S.
- Futuro de Macau*, (1995 Dec. 24). Relações Azedas, p. 9.
- G.C.S. (1997, Jan. 27). Internal document of Gabinete de Comunicação de Macau, not signed, about the perspectives for the press after 1999.
- Golding, P. and Murdock, G. (1996). Culture, Communications, and Political Economy. In Curran J, Gurevitch M, (Eds.). *Mass Media and Society*. Arnold.
- Gomes, C. (1993, Oct. 22). Imprensa: O princípio do fim? *Ponto Final*, 8-9.
- Gomes, C. (1994, May 27). Jornais no banco dos réus. *Ponto Final*, 9-10.
- Gomes, C. (2001). *Freedom of the Portuguese press in Macau during the transition period 1987-99* [Unpublished Master's thesis]. University of Leicester.
- Li, D. (1995). Freedom of the Press. In Cheng J. and Lo S. (Eds.). *From Colony to SAR*. Chinese University Press.
- Lopes, G. (1993 Jul.10) Pressões, autocensura e outras coisas que tal. *Tribuna de Macau*, 2-3.
- Macau Hoje*, (1990 Jul. 30). O senhor oposição, p. 3.
- Macau Hoje*, (1993 May 20). Jornais multiplicam-se no interior do território, p. 9.
- McQuail, D. (1997). Mass Media in the Public Interest: Towards a Frameworks of Norms for Media Performance. In Curran J. and Gurevitch M. (Eds.), *Mass Media and Society*. Sage.
- Meneses, J.P. (1997 Jan.10). AI pede alterações à Lei Básica. *Ponto Final*, p.2.
- Meneses, J.P. (1999). Draft of an academic dissertation for a Bachelor of Arts in Journalism by Escola Superior de Jornalismo do Porto (not published).
- Mok, C. (1997 Abr.18). Conselho deliberativo de imprensa, *Va Kiu*, p.3.
- Mok, C. and Chu, A. (1998). *Why are Macau people silent?* Audiovisual documentary.
- Morais José, C. (1997 May 4). A fundação orienta-se. *Ponto Final*, p.13.
- Mosco, V. (1996). The Political Economy Tradition of Media Research. *Module One: Unit 4, Notes*. Manual of the M.A. in Mass Communications of the Centre for Mass Communication Research, University of Leicester.
- Negrine, R. (1998). Policy and Archival Research. In Hansen A., Cottle S., Negrine R., Newbold C. (Eds.), *Mass Communications Research Methods*. New York: University Press.
- Pinto, R. (1993 Aug.). Comunicação: dois séculos de expansão, *Revista Macau*, p. 4-22.
- Pinto, R. (1998 Oct.3). Entrevistas não obrigado, *Ponto Final*, p.2-3.
- Pinto, R. (1999 May 26). Caso ressuscitado, *Ponto Final*, p.14.
- Ponto Final* (1992a May 22). A culpa foi do macaco, p. 4-7
- Ponto Final* (1992b Jun. 26). Milhões a voar, p. 4-5
- Ponto Final* (1993 Dec. 11). Militares: até quando?, letter to the editor, p. 32.
- Ponto Final* (1995 Fev.10). Gazeta: 38 textos ofendem juiz, p.8.
- Press Ordinance of Macau (1990). Law no. 7/90/M de 6 de Agosto, *Boletim Oficial de Macau*, no. 32, 2939-2948.
- Reis, P. (1995 Jul. 10). Farinha Ribeiras desilude e perde oportunidade de esclarecer. *Gazeta Macaense*, p 2.
- Reis, P. (1998). *Dossier Macau*, accessed on August 8, 2000. www.terravista.pt/aguaalto/2088/presso1.html
- Reis, P. (1999 Fev. 26). *O Independente*, 4-5.
- Ribeiro Cardoso, A. (1994 May 13). Este juiz é um espanto. *Tal & Qual*, 7-8.
- Rocha Dinis, J. (1993, Julho, 10). Editorial. *Tribuna de Macau*, p. 25.
- Rola da Silva, H. (1991). *Imprensa Chinesa*. Macau: G.C.S.
- Rola da Silva, H. (1992). *Informação Portuguesa de Macau*. Macau: G.C.S.
- Ruan, M. (1990). Press Freedom and Neo-Authoritarianism: A Reflection on China's Democracy Movement. In Lee C.C. (Ed.), *Voices of China: the Interplay of Politics and Journalism*. New York: Guilford Press.
- U.S.A. State Department Human Rights Reports (1996, 1997, 1998, 1999). https://1997-2001.state.gov/global/human_rights/hrp_reports_mainhp.html

Parte VI

História do radiojornalismo em Portugal

O Rádio Clube Português e a Guerra Civil Espanhola

Rádio Clube Português and the Spanish Civil War

Fernando Neves

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia:
Lisboa, Lisboa, PT
fjnmb@iscte-iul.pt
ORCID ID: [0000-0002-7474-9052](https://orcid.org/0000-0002-7474-9052)

Resumo: O Rádio Clube Português (RCP) foi inaugurado em 1931, sucedeu ao extinto Rádio Clube da Costa do Sol (CT1GL), e era propriedade de Jorge Botelho Moniz e Alberto Lima Basto. Botelho Moniz foi um dos oficiais do Exército que colaborou no golpe militar de 28 de maio de 1926, e que, obviamente mantinha boas relações com o Estado Novo. Com apenas duas horas de emissão diárias, Botelho Moniz rapidamente percebeu que se tornava necessário aumentar a oferta do RCP e em 1932, dava início ao serviço de notícias entre as 00:00 e as 00:30 e um ano mais tarde aumentava em uma hora o tempo de difusão. À luz dos acontecimentos, a estratégia de Botelho Moniz foi muito clara desde o início. Por um lado, manter-se ao lado do regime de Oliveira Salazar, como atesta o apoio explícito que o Rádio Clube Português deu às tropas franquistas no decorrer da guerra civil espanhola e por outro lado manter uma distância crítica em relação ao Estado Novo que permitisse reivindicar os meios necessários para que a sua estação de rádio tivesse as melhores condições para poder trabalhar. De facto, foi através do Rádio Clube Português que os portugueses tomaram conhecimento e acompanharam a par e passo o desenrolar da guerra civil espanhola, naquilo que ficou assinalado como a primeira experiência de reportagem jornalística. Com efeito Botelho Moniz e Alberto Lima Basto, declararam-se desde a primeira hora, diria mesmo, desde o primeiro segundo, como apoiantes das tropas do general Franco, tendo os serviços noticiosos do RCP servido inclusive para passar informações codificadas para as tropas entrincheiradas. Esta é uma história cheia de ambiguidades, mas que permitiu ao RCP cimentar uma notoriedade por todos evidenciada.

Palavras-chave: Rádio Clube Português; General Franco; guerra civil.

Abstract: *Rádio Clube Português (RCP) was opened in 1931, succeeded the extinct Rádio Clube da Costa do Sol (CT1GL), and was owned by Jorge Botelho Moniz and Alberto Lima Basto. Botelho Moniz was one of the army officers who collaborated in the military coup on May 28, 1926, and who obviously maintained good relations with the Estado Novo. With only two hours of daily broadcast, Botelho Moniz quickly realized that it was necessary to increase the RCP offer and in 1932, he started the news service between 00:00 and 00:30 and a year later it increased by one hour diffusion time. Botelho Moniz's strategy was very clear since the beginning. Remain on the side of the Oliveira Salazar regime, as evidenced by the explicit support that Rádio Clube Português gave to Francoist troops during the Spanish civil war and on the other side, maintain a critical distance in relation to the Estado Novo that would allow claim the necessary means so that your radio station has the best conditions to be able to work. In fact, it was through Rádio Clube Português that the Portuguese became aware and followed the progress of the Spanish civil war, step by step, in what was marked as the first portuguese experience of journalistic reporting. Botelho Moniz and Alberto Lima Basto, declared themselves from the first hour, I would even say, from the first second, as supporters of General Franco's troops, having the RCP news services even served to pass codified information to the entrenched troops. This is a story full of ambiguities, but which allowed RCP to cement a notoriety for all evidenced.*

Keywords: *Rádio Clube Português; General Franco; civil war.*

Introdução

Em 1940 Augusto Genina realizou “Lássedio Dell Alcazar”, filme que retrata o assalto das tropas do general Franco à fortaleza de Toledo uma das batalhas mais sangrentas que aconteceu durante a guerra civil espanhola. Genina foi um cineasta italiano que se notabilizou por filmes de propaganda de regime. “lássedio Dell Alcazar” por exemplo, venceu *Musolini Cup* no festival de Veneza desse mesmo ano¹. a versão italiana (o filme teve uma versão

1 https://en.wikipedia.org/wiki/Augusto_Genina

em língua espanhola, italiana e francesa) ao minuto 01:02:57², são observadas imagens que retratam a alegria dos soldados sitiados ao ouvirem via rádio, a aproximação das tropas afetadas ao general Franco.

A rádio que os soldados estão a ouvir e que traz as “boas notícias”, é o Rádio Clube Português (Revista Antena nº11, agosto 1965, p. 39).



Figura 1
Imagem do filme “L’assedio Dell Alcazar”
Fonte: youtube³

Falar da história da Rádio é falar da própria história do Portugal contemporâneo.

A Rádio desempenhou desde sempre um importante papel nos movimentos sociais e políticos no nosso país. O RCP em particular, é um exemplo desse protagonismo.

Para se compreender melhor esta afirmação, temos que recuar no tempo até aos primórdios da TSF (telefonía sem fios).

Na génese da história da rádio em Portugal estão os radioamadores (Santos, 2017). Dezasete anos depois da primeira emissão mundial radiofónica⁴ e entusiasmados com as notícias

² <https://www.youtube.com/watch?v=xWHc5Ss9qpw>

³ <https://www.youtube.com/watch?v=xWHc5Ss9qpw>

⁴ A primeira emissão foi efetuada nos Estados Unidos em 1906. Dois anos mais tarde o físico norte-americano Lee de Forest realizou do alto da torre Eiffel em Paris, uma emissão que foi captada nos postos militares da região da capital francesa e por um técnico em Marselha. No ano seguinte Forest foi o responsável pela transmissão em direto a partir do Metropolitan Opera House em Nova Iorque do tenor Enrico Caruso.

que chegavam além-fronteiras, os radioamadores portugueses lideraram o processo de implementação dessa nova tecnologia em território nacional, nomeadamente o radio amador P1AA Abílio Nunes dos Santos Júnior.



Figura 2
Certificado de atribuição de frequência ao CT1AA
Fonte: Classicos da Rádio⁵

A sua “CT1AA — Estação Rádio de Lisboa/Portugal”⁶ começou a funcionar no dia 1 de março de 1925 num dos andares dos antigos Grandes Armazéns do Chiado em Lisboa e que eram os representantes em Portugal das telefonias Philips e RCA.

Abílio Nunes dos Santos foi de facto o pioneiro da rádio em Portugal (Maia, 2009).

No entanto, alguns anos antes já outro radio amador se tinha aventurado na telefonia sem fios (T.S.F.). O jovem estudante de engenharia Fernando Cardelho de Medeiros no dia 24 de abril de 1914 (Santos, 2017) pediu emprestado um gramofone de campânula e alguns discos e produziu aquele que é considerado o primeiro programa de rádio, a primeira transmissão radiofónica portuguesa.

Como se percebe, os protagonistas desta “pré-história” da rádio em Portugal eram essencialmente amadores, desenvolveram os seus projetos no seio da comunidade onde estavam inseridos e foi com ela que cresceram.

Durante a primeira metade da década de 30 multiplicaram-se por todo o país várias estações de rádio as quais emitiam para o seu bairro, música, pequenas notícias, declamações de poesia ou peças de teatro.

⁵ http://www.classicosdaradio.com/FOTOS3/qs1_ct1aa.jpg

⁶ Inicialmente denominada P1AA Rádio Lisboa, iniciou emissões experimentais no dia 30 de setembro de 1924.

Com o rápido desenvolvimento da tecnologia, é publicado em 1930 o primeiro diploma legal sobre a TSF e entre 1931 e 1933 surgem novos postos emissores entre os quais, a Alcântara Rádio, o Clube Radiofónico de Portugal, Rádio Rio de Mouro e Rádio Clube da Costa do Sol a Invicta Rádio, Radio Clube Lusitânia, Rádio Graça, Rádio Luso, Rádio Amadora, a Rádio Peninsular e a Radio São Mamede. De salientar que a maioria dos postos emissores continua a emitir em direto para os seus bairros, embora alguns tenham possibilidade de ser escutados fora deste círculo. Com a proibição da emissão de publicidade a maior parte destes projetos acaba por definhar abrindo assim caminho para o surgimento de projetos profissionais e de âmbito nacional, o Rádio Clube Português foi um deles (Santos, 2017).

O RCP foi inaugurado em 1931, sucedeu ao extinto Rádio Clube da Costa do Sol (CT-1GL)⁷, e foi criado por Jorge Botelho Moniz e Alberto Lima Basto (Maia, 2009).

O capitão Botelho Moniz foi um dos oficiais do Exército português que colaborou no golpe militar de 28 de maio de 1926⁸, era muito próximo de Salazar, mantinha boas relações com o Estado Novo e esteve na origem da criação da Legião portuguesa em 1936.



Figura 3

Jorge Botelho Moniz

Fonte: News Museum⁹

⁷ Que por sua vez sucedeu à CT1DY Rádio Parede, que começou a funcionar em 1930

⁸ Cabe aqui uma referência mais extensa, sobre a importância histórica do regime instituído em Portugal em 1926, bem como a sua implicação na narrativa histórica da rádio em Portugal. Os anos que se seguiram ao fim da I Guerra Mundial foram de grande instabilidade em Portugal. Entre 1920 e 1923 o nosso país teve 23 governos, a agitação social crescia nas ruas e chegou a temer-se o surgimento de uma guerra civil. Os graves problemas financeiros que se viveram desde a implantação da República em 1910 agravaram-se com a nossa participação na Grande Guerra aumentando ainda mais a o clima de tensão e rebelião nas unidades militares. É neste clima que no dia 28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa chefia um golpe militar que põe fim ao poder aos partidos republicanos e abriu as portas para o regime do Estado Novo. Em julho desse mesmo ano Gomes da Costa acabaria por ser deposto tendo a chefia do governo sido entregue aos generais Carmona e Sinel de Cordes. O Congresso foi dissolvido e a Constituição suspensa. Foi o início de uma ditadura militar, na qual o Governo ficou com os poderes do Parlamento e do Ministério (Presidência do Conselho de Ministros), assumindo assim toda a iniciativa legislativa. Em 1932, António de Oliveira Salazar é nomeado presidente do Conselho de Ministros e um ano mais tarde é aprovada a nova Constituição da República o documento que institui o “Estado Novo”. O 28 de maio abriu caminho a uma ditadura que durou 48 anos e que só terminou no dia 25 de abril de 1974 através de um novo golpe militar (a Revolução dos Cravos) que devolveu de novo as liberdades cívicas e implementou um regime democrático. Ao longo destes 48 anos este regime autoritário nacionalista e corporativista vai condicionar toda a atividade económica e social de Portugal, isolando ainda mais o nosso país de uma realidade que essa sim nunca parou de evoluir. É neste contexto que surgem as primeiras rádios em Portugal e se desenvolvem até 1974.

⁹ https://www.newsmuseum.pt/sites/default/files/jorge_botelho_moniz_1.jpg

Poderá pensar-se que a criação do RCP se deveu a razões meramente políticas, no entanto essa conclusão é demasiado leviana. Com efeito, os dois responsáveis pela nova rádio, Botelho Moniz e Lima Basto, eram radioamadores (Revista Antena nº11, agosto 1965, p. 39). O primeiro era apaixonado apenas pela receção, o seu passatempo preferido era o fabrico de recetores enquanto que Lima Bastos contemplava as duas vertentes, a emissão e a receção.

E foi apenas depois de uma pequena experiência doméstica, no decorrer da qual tentava demonstrar aos filhos como se propagavam as ondas hertzianas, que o conceito “radio-emissão” começou a ganhar sentido. De uma pequena experiência no interior da sua casa na Parede nos arredores de Lisboa, passou para a rua e daí para as casas vizinhas e mais tarde para toda a região (Revista Antena nº11, agosto 1965, p. 39).

Estávamos em 1928. Tinha nascido a “Estação oficial do estado Livre da Parede e Galiza”, assim se designou inicialmente. Daí até se organizar um clube e fazer um emissor a sério foi um pequeno salto que se concretizou em 1931.

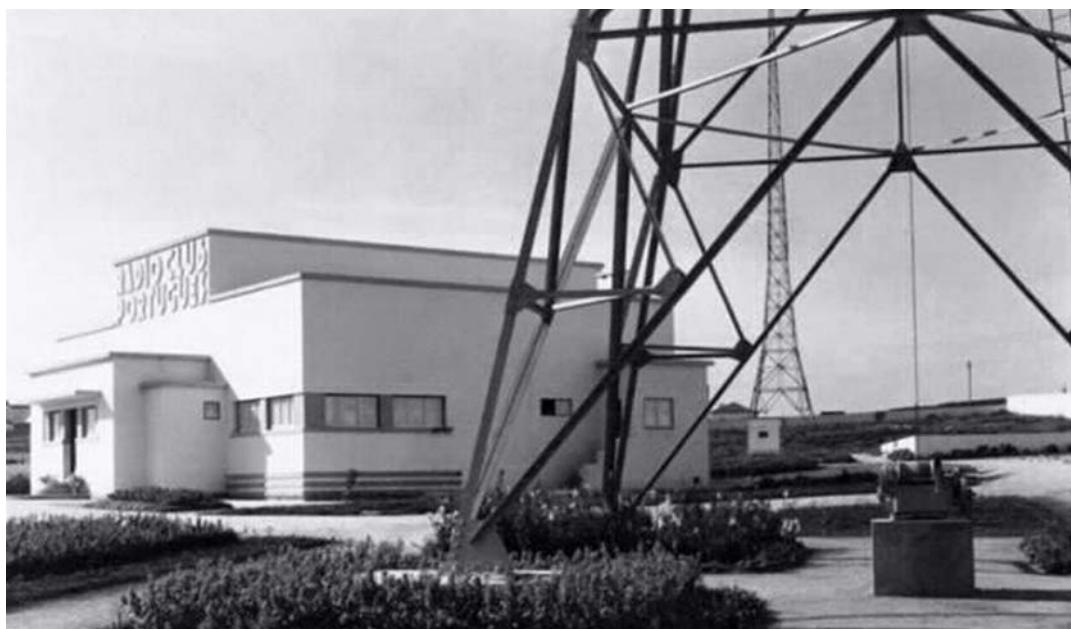


Figura 4
Estúdios do Rádio Clube Português em 1931
Fonte: News Museum¹⁰

¹⁰ <https://www.newsmuseum.pt/sites/default/files/rcp1.jpg>

A ideia inicial era promover o estudo da radiodifusão em Portugal, realizar estudos de eletricidade e radioeletricidade dar a conhecer no país e no estrangeiro a terra portuguesa e manter um emissor privativo de onda média e outro de ondas curtas (Revista Antena nº11, agosto 1965, p. 39). No final de 1931 e a funcionar com um emissor de apenas 200 Watts, o RCP dispunha já de 800 associados.

Para se perceber a importância da nova infraestrutura, saliente-se que a inauguração dos estúdios de emissão situados na Parede, contou com a presença do então Presidente da República Óscar Carmona (Santos, 2017).

A estratégia de Botelho Moniz foi muito clara desde o início. Por um lado, manter-se ao lado do regime e por outro lado manter uma distância crítica em relação ao Estado Novo e que permitisse reivindicar os meios necessários para que a sua estação de rádio tivesse as melhores condições para poder trabalhar.

A programação foi desde sempre uma das grandes prioridades do RCP. Com apenas duas horas de emissão diárias¹¹, Botelho Moniz rapidamente percebeu que se tornava necessário aumentar a oferta e assim e em 1932, dava início ao serviço de notícias entre as 00:00 e as 00:30. Um ano mais tarde aumentava em uma hora o tempo de difusão.

Inovação parecia ser a “pedra de toque” da estação emissora e por isso mesmo não será de estranhar que seja uma vez mais a CT1GL a assinar a primeira transmissão radiofónica de um jogo de futebol, mais precisamente o Portugal Hungria, jogo que decorreu em 1933 em Lisboa no campo do Lumiar, antigo estádio do Sporting Clube de Portugal.

Um ano mais tarde, o RCP tinha traçado 3 objetivos claros a atingir: retomar a publicidade radiofónica¹² (entretanto proibida por decreto governamental pelo ministro Duarte Pacheco), obter uma frequência livre de interferências e atingir pela rádio as colónias portuguesas. De salientar que o panorama radiofónico no nosso país não era muito promissor, já que em 1935 só estavam registados cerca de 40.409 recetores de rádio, numa altura em que a população metropolitana não andaria muito longe dos 7 milhões de indivíduos (Ribeiro, 2010), O Rádio Clube Português tornou-se numa rádio de referência.

Pode dizer-se que o rádio Clube Português foi responsável pela implementação de uma nova estética radiofónica. E foi assim que chegamos a 1936.

O RCP dispunha de um de um emissor de 5 KW, emitia em onda curta para todo o Mundo, tinha criado a sua própria orquestra (a Orquestra Rádio) tinha uma programação variada que ia desde os programas infantis aos grandes saraus musicais, era visitada por grandes

11 Terças e quintas-feiras entre as 22:30 e as 00:30 e aos domingos das 15:00 às 18:00 e de novo das 22:30 às 00:30.

12 Uma medida do Estado Novo que afetou o RCP, e todas as outras emissoras existentes, algumas deixaram mesmo de existir, foi a proibição, através de um decreto do ministro Duarte Pacheco, da publicidade radiofónica, com o pretexto de que a mesma contribuía para a especulação comercial, medida que durou cerca de ano e meio, terminando em fevereiro de 1936.

nomes do cinema e da música internacionais e tinha mais de 10 mil associados (Revista Antena nº 8, 15 de junho de 1965, p. 21).

A 17 de Julho desse ano, o território marroquino assiste à sublevação de militares hostis ao governo democraticamente eleito em Espanha.

Figura 5

Cartaz comemorativo do “Alzamiento”

Fonte: Todo Coleccion¹³



As tropas nacionalistas são lideradas pelo general José Sanjurjo, que se encontrava exilado em Portugal o qual após ter sido vítima de um acidente de aviação, é substituído na hierarquia militar pelo General Franco.

O Alzamiento, assim ficou conhecida a sublevação, deu início à Guerra Civil Espanhola e pode dizer-se que foi um dos primeiros acontecimentos históricos a “demonstrar o papel da rádio como instrumento de propaganda” (Ribeiro, 2007, p. 169).

Do ponto de vista da comunicação, o conflito espanhol serviu “como um balão de ensaio para a II Guerra Mundial, no que diz respeito às estratégias de propaganda em geral, e mais especificamente no que se refere à utilização das ondas hertzianas para a difusão de

¹³ https://cloud10.todocoleccion.online/carteles-guerra-civil/tc/2017/04/22/16/84422816_14_06.webp

conteúdos propagandísticos e contra propagandísticos [sic]” (Ribeiro, 2007, p. 173) e no qual o RCP teve um papel determinante.

Dada a sua natureza, a rádio tinha a capacidade de chegar mais facilmente ao interior dos lares, ao contrário da imprensa escrita que apenas atingia os públicos mais letrados, a rádio era por natureza um meio universal cujas mensagens, podiam ser compreendidas pelos mais diversos públicos” (Ribeiro, 2007, p. 169).

O estado português e face à pressão internacional tentou manter uma posição de neutralidade a qual era apenas aparente. Internamente nada fazia para impedir os apoios portugueses aos nacionalistas chefiados por Franco. Os noticiários emitidos pela rádio do Estado, a Emissora Nacional, davam a conhecer apenas uma parte do conflito — a que interessava ao governo português — e sempre em contrainformação das notícias veiculadas pelas rádios espanholas republicanas (Pena, 2004).

De salientar que a “Radio Nacional de España” só foi criada em 1937 e até essa altura a propaganda radiofónica nacionalista apenas podia contar com os apoios da “Unión Radio Sevilla e as emissões oriundas de Itália, Alemanha e Portugal. A afinidade entre regimes e sobretudo a proximidade física transformou estrategicamente as emissões portuguesas do Rádio Clube Português numa verdadeira quinta coluna pois devido à ausência de fronteiras físicas a sua emissão chegava facilmente até às linhas dos soldados nacionalistas (Pena, 2017).

É o próprio Botelho Moniz que afirma:

Neste ano da graça de 1936, a radiodifusão é quase novidade. Não se acha experimentada em todas as suas possibilidades. A emissora da Parede é uma estação jovem, de sangue na guelra, que aprendera a combater via rádio, para conquistar associados e se erguer por si própria. Sem qualquer intuito político, a Direção do RCP resolveu unanimemente aproveitar as circunstâncias para realizar a primeira experiência internacional de uma grande reportagem radiofónica de interesse público (Revista “Antena” nº 9, 1 de julho 1965, p. 25).

E assim, às 14 horas do dia 18 de julho de 1936 a emissora da Parede põe em marcha uma emissão extraordinária e anuncia aos seus microfones que vai realizar uma reportagem radiofónica sobre os acontecimentos de Espanha.

No entender dos responsáveis da estação emissora, as razões eram óbvias e é o próprio Botelho Moniz que justifica: “Cedo compreendemos as razões dos ataques vermelhos. A radiodifusão tinha-se revelado uma arma de guerra de importância capital. Mesmo sem querer, estávamos servindo de elo de ligação entre os vários núcleos de rebeldes dispersos por toda a Espanha” (Revista “Antena” nº 9, 1 de julho 1965, p. 25).

De facto, durante o conflito, o RCP foi a principal fonte de informação para muitas das notícias publicadas na edição de Sevilha do jornal ABC (Tadeu, 2014), que se encontrava sob o domínio rebelde.

Ao longo do conflito, o RCP relatou entusiasticamente aos seus ouvintes e consequentemente aos leitores do jornal espanhol do sucesso das operações militares nacionalistas em direção a Madrid, desmentindo assim as informações das vitórias republicanas veiculada por exemplo pela *Unión Radio* 10.

Para dar resposta a este desafio, o RCP assume que vai realizar a primeira experiência internacional de uma grande reportagem radiofónica de interesse público e assume a paternidade do jornalismo radiofónico em Portugal (Revista “Antena” nº9, 1 de julho 1965: 24). Montou postos de escuta a funcionar 24 horas por dia, um para cada posto emissor espanhol e para captação dos noticiários dos principais emissores de outros países. Em simultâneo, estabeleceu os primeiros contactos com a imprensa escrita portuguesa e as grandes agências internacionais de informação.

A importância do RCP no conflito espanhol, seria mais tarde reconhecido não só pelos nacionalistas, mas sobretudo pelos republicanos espanhóis que acabariam por eleger a emissora como um dos seus principais inimigos.

Por isso não será de estranhar que no dia 20 de janeiro de 1937, os estúdios do RCP na Parede tenham sido alvo de uma bomba relógio que escondida numa caixa de contador de rede, deflagrou minutos depois das 23 horas (Revista “Antena” nº12, 15 de agosto, 1965, p. 38).

Sem vítimas a lamentar, esta retaliação serviu para cerrar ainda mais as fileiras em torno da militância nacionalista.

Pode dizer-se que a experiência militar do comandante Botelho Moniz foi decisiva na estratégia alicerçada pelo RCP.

Foi ele que criou um corpo de voluntários a que chamou “Os Viriatos”, cujo objetivo era o de combater ao lado das tropas revoltosas.



Figura 6

Artigo sobre os viriatos na revista “História Militar” de 1961

Fonte: News Museum¹⁴

14 <https://www.newsmuseum.pt/sites/default/files/viriatos.jpg>

O apelo à mobilização foi feito na noite de 28 de agosto de 1936, no Campo Pequeno, em Lisboa, num comício (Correia, 1969) no decorrer do qual Botelho Moniz discursa perante milhares de pessoas e é aos microfones do Rádio Clube Português que afirma (Silva, 2005):

Vai começar a guerra santa, a guerra de todos os instantes. Vai começar a cruzada heroica para a qual chamamos os portugueses(...). Nós, nacionalistas, somos legião e somos portugueses. Constituímos a “Legião Portuguesa”, a legião onde só entram ‘portugueses’, mas que fica aberta a todos os portugueses, leais, disciplinados, dignos e honrados que aceitam como lema ‘pela Família, pela Pátria, pela Civilização Lusitana (Vieira, 2011, p. 48).



Figura 7
*Discurso no comício
do Campo Pequeno*
*Fonte: Centro Português
de Fotografia — Torre
do Tombo*

Nesta foto pode identificar-se Jesus Suevos, chefe da Falange Espanhola discursando em direto para Espanha. Em segundo plano Jorge Botelho Moniz, e alguns elementos da Legião Portuguesa.

Foi também aos microfones do RCP que se mobilizaram os portugueses para angariar e organizar comboios de abastecimentos para apoio aos soldados revoltosos.

Foram criados serviços noticiosos em língua castelhana, protagonizados por locutores espanhóis, entre os quais se destaca a voz de Marisabel de La Torre de Colomina, que se tornou o símbolo emblemático do apoio do RCP aos rebeldes franquistas.

A revista “Rádio semanal”, uma publicação da Emissora Nacional, dedicou a Marisabel a primeira página do número de setembro desse ano e uma reportagem alargada sobre o Rádio Clube Português dando conta da influência que a locutora espanhola exercia, tanto

em Espanha como em Portugal (Tadeu, 2014). As emissões para Espanha eram diárias e o indicativo que se fazia ouvir era “CT1 GL — R.C.P. — Parede — Lisboa — Portugal”.

A importância do RCP no desenrolar da Guerra Civil espanhola era inquestionável, a demonstrá-lo estão as declarações do embaixador de Espanha em Portugal Claudio Sánchez-Albornoz, que no dia 21 de agosto desse ano, reconhecia que a estação de Jorge Botelho Moniz passara a ter uma intervenção substancial no conflito ao dedicar cada vez mais horas da sua emissão ao conflito. Este diplomata chamava a atenção que aos microfones daquela rádio estavam muitas vezes locutores espanhóis, recrutados junto da colónia espanhola portuguesa e que conseguiam no idioma de Cervantes causar um maior impacto junto dos seus compatriotas. Prova disso era o carinho manifestado pelos espanhóis da zona nacionalista para com os profissionais da rádio portuguesa nomeadamente os do sexo feminino, tendo sido realizadas subscrições populares com vista a recompensar o trabalho desenvolvido aos microfones do RCP as quais muitas vezes resultavam em ofertas de peças de ourivesaria (Tadeu, 2014).

Mas aquela que marcou sem dúvida o alinhamento do RCP com as tropas nacionalistas foi sem dúvida o cerco ao Alcazar de Toledo.

Face à desmotivação provocada pela demora dos reforços nacionalistas, coube ao RCP utilizar os seus microfones para incitar à resistência dos sitiados, informando-os ao mesmo tempo dos progressos registados no terreno militar e que davam conta da sua rápida libertação.

A colaboração da rádio não se limitava apenas à difusão de notícias ou ao empolgamento da ação dos revoltosos.

Dadas as dificuldades de comunicação com as trincheiras, os microfones do RCP serviram muitas vezes para enviar informações codificadas para a frente de combate.

A este propósito relembra Botelho Moniz:

Sabíamos por comunicações telefónicas seguras com a região de Toledo, que as colunas nacionalistas estavam à vista da cidade combatendo contra os sitiados vermelhos. Acabávamos de transmitir para o Alcácer o aviso de que o canhoneio, que por certo estavam ouvindo, significava a aproximação vitoriosa do glorioso general Varela. A libertação iria dar-se em breve (Revista “Antena” nº11, Agosto de 1965, p. 39).

O avanço das tropas franquistas em Toledo, foi acompanhado quase em permanência, ato que mereceu por parte da imprensa espanhola nacionalista rasgados elogios e originou o envio de novas lembranças aos locutores do RCP, desta vez por parte de familiares dos cercados.

A forma apaixonada e por vezes dramática como o RCP acompanhou os acontecimentos do cerco à fortaleza relatando “*uma luta heroica*” por parte dos defensores enquanto dava conta de “*una imagen cobarde y bárbara del bando leal*” (Pena, 1998, p. 163), contribuiu em muito para a criação do mito sobre o cerco do Alcazar de Toledo, do qual já fizemos referência no início deste artigo.

Terá sido esse protagonismo que chamou definitivamente a atenção da imprensa republicana espanhola para a emissora portuguesa, que daí em diante passou a ser um dos alvos preferenciais dos seus ataques contra Portugal, como foi o caso do jornal catalão *La Vanguardia* que em outubro de 1936 (“*Lo que ocurre en Portugal con los refugiados españoles*”, *La Vanguardia*, 3 de outubro de 1936: 3) afirmava que o Rádio Clube Português não era uma emissora imparcial e acusando-a de estar ao serviço das tropas nacionalistas e pormenorizando que esse apoio se traduzia em 3 milhões de pesetas (alquilada [alugada] por tres millones de pesetas” (Tadeu, 2014, p. 11).

A resposta nacionalista não se fez esperar e nos dias seguintes, a edição de Sevilha do *ABC* colocava a foto de Marisabel de la Torre Colomina, a ocupar toda a primeira página e com a legenda “*locutora voluntaria de Radio Club Portugués*”.

Figura 8
Marisabel de la Torre Colomina na capa do jornal ABC
Fonte: abc¹⁵



Dias mais tarde, o próprio Botelho Moniz foi recebido em Toledo em manifesto clima de euforia pelo próprio general Moscardó que chefiou as tropas nacionalistas.

O protagonismo do RCP começou a diminuir consideravelmente a partir dos primeiros meses de 1937, muito por força da criação da *Radio Nacional de España* em janeiro desse ano e

15 <https://www.abc.es/archivo/periodicos/abc-sevilla-19361007.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>

das vitórias nacionalistas naquele período temporal. No entanto e já com o aproximar do fim do conflito, os jornais afetos aos nacionalistas não se esqueceram de agradecer aos amigos portugueses e em particular a Jorge Botelho Moniz e ao RCP.

Em setembro de 1938 e a propósito das comemorações da vitória no Alcázar de Toledo, Serrano Súñer, cunhado de Francisco Franco e uma das personalidades mais influentes da futura ditadura espanhola, destacava (*Discursos radiados de los señores Serrano Súñer, embajador de Portugal y general Moscardo, en conmemoración de la gloriosa epopeya del Alcázar de Toledo*, ABC (Sevilha) 28 de setembro de 1938, p.15) a ajuda prestada por Portugal nomeadamente pelo Rádio Clube Português, com palavras que não deixam margem para dúvidas, salientando que esse apoio “fortalecieron y elevaron el espíritu de los defensores”.

Por outro lado, já o *La Vanguardia*, periódico que estava sob controle dos nacionalistas, afirmava que os espanhóis nunca se esqueceriam da ajuda prestada, salientando o vital auxílio dado nos primeiros meses, altura crítica para o sucesso do golpe militar destacando por exemplo o comboio-automóvel do Natal organizado em 1936 pelo Rádio Clube Português o qual teria contribuído para dar alento para o prosseguimento da luta (Tadeu, 2014).

A guerra civil espanhola terminou oficialmente a 1 de abril de 1939.

Figura 9
Capa do jornal *El Diario Vasco*
Fonte: Pbs Twimg¹⁶



16 <https://pbs.twimg.com/media/CKLs1cgWoAANsqT?format=jpg&name=900x900>

Conclusões

Falar do Rádio Clube Português é uma narrativa cheia de ambiguidades.

Por um lado, é reconhecido por todos, que a estação da Parede, foi um marco importantíssimo na história da rádio em Portugal. Definiu uma nova estética radiofónica e apontou o caminho que as futuras estações emissoras viriam a seguir.

Este vanguardismo granjeou-lhe uma popularidade ímpar, a qual serviu, a par de alguma habilidade política de Jorge Botelho Moniz, para conseguir reverter o famoso decreto “Pacheco” que impedia a difusão de publicidade, inviabilizando assim toda e qualquer iniciativa privada. Se por um lado Botelho Moniz e o RCP se mostraram sempre aliados do regime, isso não o coíbiu de lhe fazer frente sempre que o julgou necessário.

Torna-se por isso difícil perceber onde termina “o Botelho Moniz” radioamador e começa “o capitão Botelho Moniz” aliado de Franco.

Por outro lado, a militância demonstrada durante a Guerra Civil espanhola, mais não é do que a demonstração clara do poder da radiodifusão e do uso que se pode dar no exercício da propaganda, como aliás se veio a comprovar anos mais tarde durante a II Grande Guerra.

Referências bibliográficas

- Los marxistas, derrotados en las cercanas de Madrid. (1936). *ABC*, 27 de Julho de 1936, p.9.
- Lo que ocurre en Portugal con los refugiados españoles. (1963). *La Vanguardia*, 3 de outubro, p. 3.
- Correia, Felix. (1969). Información telegráfica sobre el movimiento salvador de España. *ABC*, p. 9, 29 de agosto de 1936.
- Maia, J. M. (2009). *A Telefonía, memórias da rádio*. Âncora Editora.
- Pena Rodríguez, A. (1998). *El gran aliado de Franco, Portugal y La guerra civil española: prensa, radio, cine y propaganda*. Ediciós do Castro, Serie Documentos, 199.
- Pena Rodríguez, A. (2004). *A guerra de propaganda de Salazar. Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil espanhola 1936 — 1939*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-01-Alberto-Pena-Rodriguez.pdf>.
- Pena Rodríguez, A. (2017). Sintonia de Combate. *A propaganda da Rádio Club Português na Guerra Civil Espanhola 1936 — 1939*. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/46329>.
- Ribeiro, N. (2007). A Rádio Portuguesa na Guerra Civil de Espanha, in J. Lourenço & I. Vieira (Orgs.), *Guerra Civil de Espanha: cruzando fronteiras 70 anos depois* (pp. 169-195). Universidade Católica Editora.
- Ribeiro, N. (2010). The War of the Airwaves in Portugal: foreign propaganda on short and medium waves, 1933-1945, *Journal of Radio & Audio Media*, 17 (2), 211-225.
- Santos, R. (2017). *Estudos da rádio em Portugal*. Universidade Católica Editora.
- Silva, J. G. (2005). *69 anos da Guerra Civil Espanhola: Opapela da rádio portuguesa*. <http://ouvidor.blogspot.com/2005/07/69-anos-da-guerra-civil-espanhola-o.html>.
- Tadeu, T. A. (2014). *O Rádio Clube Português na imprensa espanhola*. Seminário Comunicação e Educação CEIS20. Universidade de Coimbra. https://www.academia.edu/15245246/O_R%C3%A1dio_Clube_Portugu%C3%AAs_na_imprensa_espanhola_1936_1939_.
- Vieira, Rui Aballe. (2011). *Tomar o pulso ao tigre: Missões Militares Portuguesas em Espanha, entre a vigilância e a cooperação (1934 — 1939)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <http://run.unl.pt/handle/10362/7073>.

Fontes Periódicas

- Antena* (1965). Edição n.º 11, arquivo da Hemeroteca Municipal de Lisboa.
- Antena* (1965). Edição n.º 12, arquivo da Hemeroteca Municipal de Lisboa.
- Antena* (1965). Edição n.º 4, arquivo da Hemeroteca Municipal de Lisboa.
- Antena* (1965). Edição n.º 8, arquivo da Hemeroteca Municipal de Lisboa.
- Antena* (1965). Edição n.º 9, arquivo da Hemeroteca Municipal de Lisboa.

A formação e ensino de rádio na década de 80: o contributo das rádios piratas

*Radio training and teaching in the
1980s: the contribution of pirate radio stations*

Ana Isabel Reis

Universidade do Porto / Faculdade de Letras
aisabelreis@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-9335-4574](https://orcid.org/0000-0002-9335-4574)

Resumo: Os anos 80 representam uma nova fase no panorama mediático português e, em concreto, na rádio. É a década do *boom* das piratas ou rádios livres. Para uma geração de jornalistas, as piratas foram uma inspiração, mas foram sobretudo uma ‘escola’ em que descobriram ou consolidaram vocações. Os que se iniciaram nas ondas ilegais aprenderam com os mais velhos vindos das emissoras nacionais e das antigas colónias, ciosos de implementarem a ‘rádio que sonhavam’ e aquilo em que acreditavam ser o ‘verdadeiro’ jornalismo: isento, fora da agenda institucional ou partidária, que ouvia tudo e todos, que era feito sobretudo na rua e em direto. A rádio do ‘aqui e agora’ e ‘mais próxima’, diferente da que existia. Os anos 80 marcaram também a formação quer profissional quer académica dos jornalistas. Depois da criação do primeiro curso universitário, surgem os centros de formação de jornalistas e organizam-se cursos também para o meio rádio. Este estudo pretende contribuir para a caracterização do que foi o fenómeno das rádios piratas nos anos 80 na vertente da formação dos jornalistas radiofónicos. Nesse sentido, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema, foram consultadas reportagens e notícias da época, e entrevistados profissionais do meio. O objetivo é o de melhor compreender o contributo que as rádios piratas deram para a formação dos jornalistas de rádio. Não se pretende saber se foi a formação de uma nova geração que mudou o jornalismo radiofónico ou se foi uma nova forma de fazer jornalismo radiofónico que exigiu outra formação. Ambos se vão interligando e influenciando na construção de uma etapa que marcou a história da rádio. O jornalismo radiofónico nos anos 80 desenvolveu-se em novos eixos. As piratas foram ‘escolas’ para uma geração que se afirmou nas redações: a geração pirata.

Palavras-chave: Rádio; Formação; Radiojornalismo; Rádios piratas; Rádios livres.

Abstract: *The 1980s represent a new phase in the Portuguese media landscape and, specifically, in radio. It is the decade of the boom of pirates or free radio. For a generation of journalists, pirates were an inspiration, but they were above all a ‘school’ in which they discovered or consolidated vocations. Those who started the illegal waves learned from their elders coming from national broadcasters and from the former colonies, anxious to implement the ‘radio they dreamed of’ and what they believed to be the ‘true’ journalism: exempt, outside the institutional or party agenda, who listened to everything and everyone, which was done mainly on the street and live. The ‘here and now’ and ‘nearest’ radio, different from the one that existed. The 1980s also marked the professional and academic training of journalists. After the creation of the first university course, journalist training centers were created and radio courses were organized. This study aims to contribute to the characterization of what was the phenomenon of pirate radio in the 1980s in terms of the training of radio journalists. In this sense, a bibliographic review on the subject was made, reports and news of the time were consulted, and professionals were interviewed. The objective is to better understand the contribution of pirate radio stations to the training of radio journalists. It is not intended to know whether it was the formation of a new generation that changed radio journalism or whether it was a new way of doing radio journalism that required other training. Both interconnect and influence the construction of a stage that marked the history of the radio. Radio journalism in the 1980s developed into new parameters. Pirates were ‘schools’ for a generation that made its name in the newsrooms: the pirate generation.*

Keywords: radio; training in journalism; radio journalism; pirate radios; free radios.

O Ensino do Jornalismo Radiofónico nos anos 80

A história do ensino do jornalismo em Portugal espelha o afastamento entre a universidade e o mercado de trabalho, entre os académicos e os jornalistas. Um fosso que atravessou gerações e que se centra no tipo de formação que cada parte entende como a necessária para o exercício da profissão de jornalista.

Em Portugal não existiu uma tradição de ‘escolas de jornalismo’ que conjugasse a formação humanística e as aprendizagens profissionalizantes (Mesquita & Ponte, 1997).

Prevaleceu a convicção de que o jornalismo não se ensina e que se aprende no dia-a-dia da redação. Só nos anos 60 se começou a assistir a uma transformação. A discussão do ensino do jornalismo ligado à profissionalização da classe intensificou-se nesta década (Sobreira, 2003) e viria a dar frutos na década seguinte.

Até ao final dos anos 70 foram elaborados esboços de cursos superiores que não saíram do papel. Na ausência de um ensino académico ou profissionalizante, as emissoras nacionais organizaram cursos para formar jornalistas, técnicos, animadores e locutores saídos dos concursos de seleção. Na emissora estatal essa formação interna foi ministrada por profissionais da própria estação ou convidados estrangeiros, como por exemplo do Centro de Formação de Jornalistas de Paris (Bonixe, 2016) que inspirou os futuros cursos especializados na área da rádio. Um dos cursos para a formação de formadores foi dado em 1981 por Édouard Guibert¹ e que Adelino Gomes classifica como “muito importante” (entrevista pessoal, outubro, 2019) e uma inspiração. António Jorge Branco fez parte dessa equipa e organizou os cursos de formação quer no CFJ do Porto quer em algumas rádios locais antes e depois da legalização. Durante muito tempo a formação esteve confinada às próprias emissoras. Destaca-se aqui, o papel da Rádio Universidade² que começou a sua atividade em 1950 em colaboração com a Emissora Nacional e que se assumiu, ainda que informalmente, como uma escola de rádio:

O curso era dividido em três partes: no primeiro ano os alunos eram estagiários, não tinham acesso à cabine de locução e assistiam às aulas dos profissionais que já faziam rádio. No segundo ano, passavam a locutores provisórios e uma vez por semana tinham acesso ao microfone para ler textos, acompanhados de um “profissional” que lhes dava algumas aulas de dicção e sobre o funcionamento da mesa. No final do segundo ano, faziam provas de locução e passavam a locutores efectivos. Depois tinham direito a um programa semanal e ficavam à espera que as rádios profissionais os chamassem para trabalhar (Cordeiro, 2004, p. 7).

A Rádio Universidade foi uma espécie de academia e montra onde as estações iam buscar colaboradores (Santos, 2017), muitos transitaram para as emissoras nacionais e mais tarde fundaram rádios nos anos 80. Os estudantes universitários ou liceais do 6º e 7º podiam candidatar-se a colaborador da estação (Santos, 2017) e eram sujeitos a provas conforme recorda Adelino Gomes: “Deram-me uns papéis com textos em prosa e em verso, muito difíceis de ler, coisas escritas pelo Aquilino Ribeiro — com regionalismos — tudo o que fosse complicado

1 Édouard Guibert, jornalista francês, iniciou o seu percurso profissional na ORTF, foi diretor da France 3, integrou ainda o Syndicat National des Journalistes, foi formador e diretor do Centre de Formation des Journalistes de Paris

2 A RU nasceu de uma associação entre a Mocidade Portuguesa e o Centro Universitário de Lisboa

e exigisse que mostrássemos que tínhamos articulação, um bom timbre e a capacidade de ler palavras difíceis. Penso que havia uma entrevista, mas a terceira prova (aquela que me agradou mais) foi uma *soi-disant* reportagem. Isto é, davam-nos um tema e diziam: “Imagine que está no local e fale”. (...). Davam-nos dois ou três minutos para pensar, falávamos e depois mandavam-nos calar” (REC, 2.1.2019). Depois de admitidos não havia uma formação formal, como revela Joaquim Furtado, mas um processo de aprendizagem baseado na experiência dos mais velhos e na experimentação: “Os que chegavam de novo tinham uma espécie de estágio com os que já estavam, era uma passagem de testemunho, mas era sobretudo uma transmissão de informações básicas sobre o que é chegar ao microfone, pôr um disco no prato e pô-lo a rodar, apresentá-lo, montar programas, editar...e as pessoas saíam também diferentes” (REC, 6.1.2019). Diferentes porque, como explica Adelino Gomes, tudo se discutia: “era uma discussão continuada entre nós, os programas faziam-se, mas não se limitavam ir para o ar, era discutido em grupo, passávamos horas a experimentar. Mais importante do que os programas eram as experiências que fazíamos procurando outra linguagem” (REC, 6.1.2019). Para Joaquim Furtado foi uma “geração que transformou formalmente a rádio” (REC, 6.1.2019).

A Rádio Universidade foi uma escola para muitos profissionais que, apesar da censura, vislumbraram uma nova forma de fazer rádio e jornalismo e que criou raízes para o que viria acontecer nas décadas seguintes ao nível da formação e da montagem dos novos projetos radiofónicos antes e pós a legalização das rádios locais.

Os cursos superiores estavam ainda em esboço e só seriam concretizados a partir do final da década de 70. Nessa altura, em 1979, foi integrada nos cursos complementares do Ensino Secundário, uma disciplina de Iniciação ao Jornalismo (Canavilhas, 2009, p. 59) que se manteve nos currículos de Humanísticas até ao final dos anos 80. O programa abordou questões relativas ao contexto mediático e noções básicas da escrita na imprensa, rádio, televisão e cinema. Sobre a Rádio, o manual não circunscreve o som à rádio, tem uma abordagem mais multidisciplinar que denomina “Território do áudio”: história da rádio e pioneiros, audiosfera, disco, computador na música, ‘fabrico’ de mensagens sonoras, rotinas de produção noticiosa, regras de escrita da notícia em rádio, o panorama radiofónico português e as audiências, lei da rádio e ainda “Rádio e TV e as forças políticas e económicas” (Lopes, 1988). No prefácio de *Iniciação ao Jornalismo AudioVisual*, assume-se que não se trata de um manual didático. O objetivo é o de dar pistas que permitam um entendimento do jornalismo radiofónico e televisivo (Lopes, 1988). Curiosamente, este manual aborda já o fenómeno das rádios piratas. São publicados dois gráficos com a distribuição das “rádios locais por regiões do país no primeiro trimestre de 1988” e a percentagem de ouvintes por grupos etários das estações de Rádio Local (incluindo-se as não legalizadas)”. O enquadramento histórico da rádio termina precisamente em 1988 com o relato dos diversos encontros de radialistas e políticos com vista à legalização das piratas que o autor chama de ‘rádios paralelas’: “conforme

me parece mais correto chamar-lhes” (Lopes, 1988, p. 207)³. Mais tarde, em 1989, no Ensino Profissional (equivalente aos 10º, 11º e 12º anos) é criado o curso Técnico de Comunicação/ Técnicas de Audiovisuais/ Técnicas Jornalísticas (Canavilhas, 2009). Ou seja, a partir do 9º ano os estudantes tinham noções básicas sobre jornalismo e sobre os diferentes meios de comunicação, nomeadamente a rádio e as piratas o que terá certamente contribuído para o número crescente de jovens que ‘bateram à porta’ das emissoras locais que também aí viram uma oportunidade para recrutarem voluntários para o quadro de colaboradores.

A disciplina de Iniciação ao Jornalismo estava integrada na vertente de Humanísticas, área vocacional dos candidatos ao primeiro curso universitário da área. Depois de anos a esboçar projetos e do fracasso do Curso de Reciclagem em Comunicação Social na Nova (Mendes, 2011, pp. 56-63) surge em 1979 o primeiro curso de Comunicação Social. O curso na Universidade Nova de Lisboa foi o primeiro oficialmente reconhecido. Aliar a teoria à prática foi o grande desafio, mas a componente prática acabou por não concretizar as expectativas dos profissionais já que o curso foi criado visando a investigação científica e a reflexão na área da comunicação (Mendes, 2011). As Unidades Curriculares eram predominantemente teóricas, apenas 9% eram dedicadas ao ensino da técnica jornalística (Mendes, 2011). Dois pontos comuns aos cursos surgidos nesta época é o facto de nem sempre integrem no seu corpo docente profissionais da área e de não possuírem recursos/equipamentos para as disciplinas práticas, como por exemplo, estúdios.

O curso da Nova apontava para uma competência generalista em comunicação, que permitiria enquadrar um leque diversificado de saídas profissionalizantes (Mesquita & Ponte, 1996, 1997), mas acabou por espelhar o afastamento entre a academia e as redações; (Mesquita & Ponte, 1996, 1997; Pinto, 2004). Os jornalistas não se reviam neste curso (Mendes, 2011) e aspiravam a uma formação de cariz mais prático que apostava não apenas na formação de base, mas também na formação contínua. Por iniciativa de jornalistas e de organismos que os representavam foram criados dois centros de formação: o CFJ e o CENJOR. Inspirados no modelo francês, ambos tinham uma vertente fortemente prática e visavam não só a formação de novos profissionais como a atualização ou aperfeiçoamento dos que já estavam a trabalhar nos órgãos de comunicação social, nomeadamente nas rádios, sobretudo nas piratas/locais. Um dos formadores foi António Jorge Branco, como anteriormente se referiu, que ministrou vários cursos de curta duração, um deles, em 1985, no CERCOS-Centro Experimental de Rádio e Comunicação Social/Secção Sonora da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa. A CERCOS tinha uma rádio com emissão interna e de onde saíram alguns nomes que viriam a integrar projetos piratas ou já legais.

3 O conceito de rádios paralelas “é utilizado para justificar as rádios que existem em simultâneo com as rádios oficiais, pertencentes ao Estado. (Bonixe, 2019:14)

O CFJ — Centro de Formação de Jornalistas no Porto foi criado em 1983 e foi o primeiro a lançar um curso de formação de animadores de rádio cujos diplomas foram entregues a 7 de março de 1988 durante um debate público sobre a situação das futuras rádios locais que reuniu deputados e radialistas das piratas (Cadernos de Jornalismo, 1988: 5). Em julho do mesmo ano organizou um curso de Operadores de Rádio. Dados do CFJ indicam que entre julho e dezembro efetuou-se um curso de 700 horas sobre “Radiojornalismo” e em novembro o curso de “Jornalismo de Rádio”. Ou seja, o CFJ direcionou a sua formação no sentido de apoiar as rádios na reta final da ‘era piratas’ e com vista à formação de profissionais para as locais que seriam legalizadas em 89. Foi do CFJ que nasceu, em 1985, a Escola Superior de Jornalismo cujo bacharelato foi oficialmente reconhecido no ano seguinte, quando saíram os primeiros bacharéis. Com o crescimento da ESJ, centrada na formação académica dos estudantes vindos do 12º ano, o CFJ redefine o seu papel e aposta na formação dos jornalistas profissionais (Pinto & Sousa, 2003).

Em 1986 é criado em Lisboa o CENJOR — Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. Só mais tarde faria cursos por áreas de especialização direcionados, por exemplo, para a rádio.

Quer o CFJ quer o CENJOR beneficiaram das verbas do Fundo Social Europeu a que Portugal passou a ter acesso depois da adesão à CEE — Comunidade Económica Europeia. A estes fundos candidatou-se também a TSF que viu aqui uma oportunidade de formar uma equipa e de se afirmar como um projeto profissional com vista à legalização. A TSF organizou um primeiro curso em maio de 1987 com a duração de seis meses e um estágio final de 3 meses na redação. “A TSF era o que não conseguíamos fazer na RDP, no jornalismo, nós éramos os inconformados da RDP” começa por dizer Adelino Gomes (entrevista pessoal, outubro, 2019), o objetivo era tentar “formar a primeira geração a seguir a nós (...). Queríamos uma nova geração, feita à nossa imagem. Tínhamos condições para fazer o curso seis meses (...) com conforto económico porque havia dinheiro para comprar equipamentos para fazer formação técnica e teórica, havia dinheiro para contratar pessoas para formadores, para pagar convidados”. O responsável do curso destaca as três grandes qualidades para se ser jornalista e que foram os pilares do curso: ser competente, ético e independente. “Competentes tecnicamente e do ponto de vista criativo; e tínhamos outra ideia, a do homem e da mulher da rádio que iam ao microfone e podiam fazer um programa, um noticiário, uma reportagem, uma entrevista, um programa da manhã, tudo subordinado à informação, o tipo completo com essas valências todas” e “técnicos com sensibilidade jornalística”. Essa noção de saber fazer um pouco de tudo estava subjacente ao curso e ao conceito do jornalista/jornalismo que os fundadores da TSF queriam desenvolver como recorda uma das formandas, Elisabete Caramelo: “Os animadores tinham formação diferente da nossa, mas também tínhamos a noção do que era animar, colocar discos, fazer programas para perceber a estrutura da rádio (...) cheguei a fazer animação de emissão, mas informativa...era no fundo perceber como é

(...) podíamos fazer o lançamento das notícias fora dos noticiários e como animar. Era bastante abrangente” (entrevista pessoal, outubro, 2019). Pedro Brinca, formando da área técnica, diz que a mensagem transmitida era de que a TSF “não queria ter jornalistas, animadores e técnicos, mas profissionais de rádio, qualquer pessoa podia fazer qualquer coisa”, embora os técnicos não tivessem tido formação jornalística e houvesse uma efetiva separação de funções (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Ao curso candidataram-se cerca de 600 pessoas que enviaram um currículo e uma carta de motivação. Procuravam-se novos valores com um perfil específico: “a primeira seleção era a carta, não só a forma como a escrevíamos, mas era manuscrita e uma psicóloga e grafolista analisou as cartas e viu quem é que verdadeiramente tinha a ver com a rádio” explica Elisabete Caramelo (entrevista pessoal, outubro, 2019). A primeira seleção foi feita por “dois catedráticos de Psicologia” porque o “jornalismo tem de ser exercido por pessoas que tenham do ponto de vista físico e mental capacidade para estar em situações de grande stress” — as palavras são de Emídio Rangel numa entrevista publicada no livro *Jornalismo em Liberdade*: “rapazes ou raparigas que podiam estar aqui ou na Guerra do Golfo” com “força mental, força física e ter capacidades e qualidades. Os testes de psicologia davam-nos isso” (Figueira, 2009, p. 112). Foram também feitos testes de cultura geral, língua portuguesa, testes psicotécnicos e provas de voz. Foram escolhidos 60 candidatos para um curso com duas formações distintas, uma para animadores e jornalistas, e outra mais técnica para operadores, sonorizadores e radiotécnicos. O curso teve uma vertente teórica em que constavam disciplinas como a Língua Portuguesa, Relações Internacionais, Instituições Europeias, Deontologia, Economia, História do Jornalismo, Teorias da Comunicação. A vertente prática destacava a notícia e a reportagem, o direto, voz e dicção. Neste último ponto Adelino Gomes faz uma ressalva, “tivemos a preocupação de dar aulas de voz e dição, queríamos melhores vozes, educadas, não era o culto da voz, era um contributo para melhorar qualidade da informação, a voz como instrumento de comunicação” (entrevista pessoal, setembro, 2019). A forma de comunicar as notícias estava intimamente ligada à linguagem, uma das espinhas dorsais do curso. Para Francisco Sena Santos, um dos formadores e fundador da TSF, “mudar a forma como se contava a história, deixar de ser o diário oficial e falar como as pessoas falam foi uma batalha difícil porque muitos dos formandos vinham de cursos superiores das letras, era complicado... vamos simplificar isso” (entrevista pessoal, junho, 2019). Os formadores vinham de áreas distintas, desde “gente com provas dadas na rádio portuguesa” a “profissionais dos diferentes ramos da Comunicação Social” (*Expresso*, 29.8.1987) e especialistas do meio académico.

No final, cada formando fez um programa de rádio que foi avaliado por um júri de profissionais e elementos da sociedade civil. Pedro Brinca lembra-se “de haver reportagens muito elaboradas e a cumprir preceitos, e houve quem fizesse ensaios usando a mais pura criatividade. A atitude dos formadores não foi uma atitude crítica, foi mais: olha aqui está um caminho estético ou foi explorado um novo caminho. Saímos do curso por um lado conhecendo as

regras e por outro sentindo que podíamos fazer tudo o que quiséssemos, foi essa mensagem de liberdade criativa” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Transversal à teoria e à prática estava o debate de ideias, uma metodologia introduzida por Guibert anos antes no curso da rádio estatal e que “era obrigatório”, como descreve Francisco Sena Santos: “o funcionamento da redação assentava nisso, perdeu-se anos depois, mas no arranque (do turno) era obrigatória a conferência de redação, a conferência crítica no final com a escuta dos jornais da hora certa (...) com discussões muito vivas” (entrevista pessoal, junho, 2019). Essa permanente discussão é um dos fatores mais destacados pelos formandos. Elisabete Caramelo foi da Rádio Comercial para a TSF, reconhece a diferença nas metodologias de trabalho e na forma como o jornalismo era encarado: “havia uma coisa muito diferente da rádio onde eu tinha estado, havia um trabalho de equipa, a discussão, o pôr em causa, pormos em causa uns aos outros. A TSF era muito isso porque isso vinha do curso, estávamos sempre a pôr em causa (...) não era um julgamento era uma discussão aberta, isso era muito enriquecedor” (entrevista pessoal, outubro, 2019). Pedro Brinca descreve os alunos como uma “amálgama heterogénea de formandos que conseguiram criar um grande entrosamento entre si e a ter ideias muito loucas e os formadores deram liberdade a que estas ideias fossem fluindo (...) já se começou a inovar durante o curso e essa inovação não me parece que tenha vindo dos formadores porque eles vinham do modelo clássico. Acho é que os formadores tiveram a capacidade de dar liberdade aos jovens para encontrar o seu caminho” (entrevista pessoal, novembro, 2019). Deste curso saíram os jornalistas, animadores e técnicos que formaram a equipa inicial da TSF juntamente com os profissionais seniores. Uma iniciativa inédita, escrevia o jornal *Expresso*, que invocando a Rádio Universidade questionava: “há quanto tempo o meio radiofónico não assiste a uma renovação dos seus quadros”? e perspetivava um futuro de pleno emprego para os recém-formados no pós legalização das rádios locais (*Expresso*, 29.8.1987).

Os projetos profissionais que visavam ter uma frequência legal deram relevância a uma formação mais sustentada da sua equipa. Na ausência de um ensino profissional estruturado e em face de um ensino académico mais teórico, as rádios recorriam a quem já ministrava cursos, mesmo que fossem da concorrência. Foi o caso da Rádio Geste que quando se apresentou dizia “preocupar-se, desde já com a formação de novos quadros que em breve terão acesso à antena”⁴ e que iria recrutar os novos radialistas nos cursos de formação da RTP e da TSF. Alguns destes formandos estavam já em rádios piratas ou queriam integrar projetos mais profissionais. A Rádio Geste aproveitou essa oportunidade “para ir ‘pescar’ os que estavam disponíveis”, afirma Henrique Garcia que liderou o projeto, “recrutámos de acordo com um perfil que tínhamos para o modelo de rádio que pretendíamos pôr em prática e, no caso

4 Texto no prospeto de apresentação da RGT-Rádio Geste “A sua rádio privada” em 1987

dos que ainda não tinham grande ou nenhuma experiência profissional, sempre com uma prova de seleção. Houve caso de candidaturas espontâneas tanto para a Informação, como para a Programação. Pediam-se currículos, avaliavam-se e faziam-se provas” (depoimento escrito, outubro, 2020).

Outras rádios piratas revelaram a preocupação em formar as suas equipas. Numa notícia publicada no jornal *Repórter de Setúbal* em julho de 1985, o responsável pela Rádio Azul de Setúbal dizia isso mesmo: “Quanto aos meios humanos consideramos que se trata de um autêntico investimento de capital humano, em termos de esta rádio se tornar uma escola de formação de futuros profissionais”. De uma forma mais ou menos informal ou organizada algumas emissoras, de menor dimensão do que a TSF, sobretudo as que aspiravam à legalização, apostaram em formações internas com formadores da área ou em sessões com jornalistas da casa mais experientes. Era uma formação não sistematizada, ancorada na prática do dia-a-dia e na discussão das práticas e rotinas jornalísticas diárias. Aliás, essa necessidade de discutir e colocar tudo em causa e que era apanágio do curso da TSF, tinha raízes na experiência na Rádio Universidade onde alguns dos formadores se tinham estreado. Uma metodologia de ensino em que o trabalho era analisado, questionado e desconstruído para se aprender e evitar repetir erros. Em todos os testemunhos é notória a preocupação com o aprender a fazer, mas só em alguns casos se denota a necessidade de refletir sobre aquilo que se faz. A formação está num patamar entre a prática e a teoria, não se limita ao saber fazer, mas também não aspira à teorização, antes procura refletir sobre as práticas jornalísticas, a ética, as rotinas produtivas, o jornalismo e o papel do jornalista. Questiona-se a si própria, reflete, mas nem sempre é claro que aplique de forma estruturada o resultado deste método. Havia rádios em que este processo era consciente e assumido, o que, no universo das centenas de piratas, se resumia aos projetos mais profissionais que procuravam responder ao que a nova Lei da Rádio viria a estipular assim como as regras do concurso de atribuição de frequências locais. A esmagadora maioria das piratas não teve estas preocupações, representaram aquilo a que se denomina ‘a escola da prática’, não estruturada nem consciente do seu papel na formação de novos profissionais da rádio, nomeadamente jornalistas.

Os jornalistas na Rádio dos anos 80: rejuvenescimento e reconfiguração

Na década de 80 a classe jornalística está em transformação. As mudanças são transversais a todas as áreas e afetam em maior ou menor escala as diversas redações. Assiste-se àquilo a que Paquete de Oliveira classifica como uma “alteração significativa na composição social dos produtores da informação” (Oliveira, 2017, p. 92) e Garcia (2009) chama de “recomposição do grupo profissional”. É a década da feminização e rejuvenescimento da classe, este último, muito em parte devido às rádios piratas responsáveis pela entrada de um grande

número de jovens que, com o tempo, foram tomando lugar nas redações. A juntar a estes dois fatores há ainda o do aumento da escolaridade dos jornalistas e da sua formação específica na área. Os primeiros alunos dos cursos de jornalismo chegaram aos órgãos de comunicação social em meados da década de 80, em pleno ciclo das privatizações, desregulamentação e introdução de novas tecnologias nos media (Mesquita & Ponte, 1996, 1997).

Podemos distinguir três níveis de formação no acesso à profissão: a tarimba (sem formação profissional ou superior); a frequência inacabada ou concluída do ensino superior; e a frequência de cursos de formação profissional.

Em 1984, 48% dos jornalistas tinha frequência universitária ou licenciatura, em 1988 eram 46,3% (Garcia, 2009, p. 75). A este decréscimo não será alheio o facto de alguns dos jornalistas deixarem a universidade face às muitas solicitações do mercado de trabalho. Muitos não concluíram os cursos ou as formações, ingressando precocemente nas redações. Alguns viriam a concluir as licenciaturas anos mais tarde beneficiando das vagas para profissionais em algumas universidades. Numa época em que o mundo passou por profundas transformações e foi marcado pela revitalização no setor dos media com o aparecimento de novos jornais e rádios, o mercado tinha necessidade e capacidade para absorver gente nova a uma velocidade que não se compadecia com a duração dos cursos universitários, entre 3 a 5 anos. Outro fator a ter em conta é o enquadramento legal de acesso à atividade jornalística que não exigia habilitações específicas para obter o título profissional.⁵ Esta conjugação de fatores fez com muitos interrompessem os estudos e abraçassem desde logo a carreira de jornalista, em particular nas rádios piratas.

O jornalismo sempre esteve associado ao movimento da radiodifusão local portuguesa (Bonixe, 2019), foi um dos motores do surgimento, desenvolvimento e sucesso das rádios piratas. Dos projetos embrionários da Lei da Rádio, um deles destacava as rádios locais como uma via na formação profissional e de renovação do setor. No Projeto de Lei nº252/III(a) de 26 de novembro de 1983 apresentado por Dinis Alves (PS) e Jaime Ramos (PSD) sobre serviços locais de radiodifusão podia ler-se nos pontos 8 e 9 do Preâmbulo:

os serviços locais de radiodifusão sonora serão na prática as escolas de jornalismo que o nosso país carece. A existência de apenas um estabelecimento de ensino dedicado à formação de jornalistas obriga ao recrutamento de muitos radialistas sem a mínima preparação, insuficiência que se poderia remediar através de um primeiro estágio dos candidatos a profissionais da comunicação social a fazer serviços locais de radiodifusão sonora.

5 A Lei 62/79 de 20 de setembro do Estatuto do Jornalista apenas define como com condição para a emissão do título profissional que se exerça jornalismo em regime de ocupação principal, permanente e remunerada. O atual Estatuto de Jornalista, no artigo 5º sobre o Acesso à Profissão, já refere a necessidade de uma licenciatura na área ou equivalente.

Ponto 9 — O actual quadro de emissoras existentes reduz drasticamente a oferta de postos de trabalho à camada etária mais jovem e impede a renovação dos quadros actualmente em funções (Projeto de Lei nº252/III(a) de 26 de novembro de 1983).

A Lei da Rádio de Lei da Rádio n.º 87/88, de 30 de julho não toca nestes pontos, mas conduz à profissionalização da classe ao exigir que a coordenação dos serviços noticiosos nas estações de cobertura regional e local sejam assegurados por jornalistas profissionais ou detentores do “cartão de jornalista da imprensa regional”, ou seja, com carteira profissional. A profissionalização era, de resto, um dos pontos valorizados na apreciação das candidaturas à atribuição das frequências locais e regionais. No Regulamento do Concurso Público para a atribuição de alvarás o Artigo 10º é claro ao considerar condição preferencial as candidaturas de sociedades “constituídas maioritariamente por profissionais de comunicação social e que “apresentem projetos com “maior grau de profissionalismo”. Por via legislativa punha-se termo ao ‘exercício pirata’ da profissão de jornalista radiofónico.

Em 1990, o 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas portugueses e os dados do Sindicato de Jornalistas permitem concluir que há uma ‘nova tarimba’ caracterizada por uma entrada precoce na profissão de ‘aspirantes ao jornalismo’, com baixos rendimentos, entrados na profissão através dos meios regionais, com menos de 25 anos, 2 anos de profissão ou estagiários (Garcia & Castro, 1993). São 15,48% do total de jornalistas que entraram pelas rádios locais e imprensa regional. Com dois anos passados sobre a legalização das locais, podemos afirmar que este resultado mais não é do que o reconhecimento das rádios piratas como um dos vetores do rejuvenescimento da profissão. Mas também como veículos da precariedade e da desprofissionalização (Garcia, 2009). Mesquita já o tinha reconhecido quando anos antes escreveu que a partir de 1985 e mais acentuadamente a partir de 1987, fenómenos como o das rádios locais, privatizações na imprensa escrita e a abertura da televisão a operadores privados desempenharam um papel decisivo na revalorização da profissão de jornalista (Mesquita, 1994) e que o panorama profissional a nível regional — em especial nas rádios locais — “constitui uma área privilegiada para a intervenção dos centros de formação profissional” (Mesquita, 1994, p. 83).

O retrato dos meios locais é resumido por Pissarra Esteves em poucas palavras e é também o retrato das rádios nesta década: um sector muito marcado pela improvisação, autodidatismo, amadorismo. O autor chama a atenção para o facto de “o entusiasmo que sobra não pode colmatar a falta de qualificação” e clama por uma nova qualidade e um novo rigor profissional só possíveis com uma “formação qualificada” (Esteves, 1988, pp. 63-64). Só no final dos anos 90 começaram a ser valorizadas as habilitações académicas de nível superior (Graça, 2009, p. 139) para ingressar no jornalismo e atribuir a Carteira Profissional de Jornalista.

As piratas abrem as portas às profissões da rádio de forma anárquica e desregulada, sem que haja critérios, habilitações requeridas ou formação de base. Mas se as piratas contribuem, de certa forma para a desprofissionalização do jornalista radiofónico, a legalização

contribui para a reprofissionalização, legitimada quer pela Lei da Rádio de 88 quer pelo regulamento da atribuição de frequências locais ao exigir que os projetos concorrentes integrem obrigatoriamente jornalistas com carteira. A longo prazo, este processo de regularização acabou também, a par dos contextos económico e publicitário, por contribuir para voltar a fechar o acesso à rádio e às profissões da rádio. Uma tendência que se viria a consolidar já no século XXI em que o acesso às redações se faz sobretudo com uma licenciatura em Ciências da Comunicação e depois de realizados estágios, nomeadamente nas emissoras, embora isso não signifique o posterior ingresso na profissão.

O que aconteceu na década de 80 traduz a ampliação do espaço radiofónico com a explosão das rádios piratas ou livres em todo o país e a afirmação da tendência de rejuvenescimento da classe. Os profissionais de rádio e em particular os jornalistas radiofónicos são uma classe em franco crescimento que entra pelo período da legalização das rádios locais, registando a primeira quebra quando os projetos sofrem também os primeiros reveses. A criação de novas estações de rádio abriu oportunidades para os jovens se afirmarem nas redações (Mesquita, 1994) que antes dificilmente lhes abriam portas. As piratas foram ainda a porta de acesso às profissões dos media, em particular da rádio, em que as provas de acesso às emissoras nacionais eram extremamente seletivas.

Dados da CCPJ indicam que entre 1982 e 1986 existiam 53 jornalistas de rádio, no período de 1987-91 eram 268. Em 1987 iniciaram a profissão na rádio 30 jornalistas, em 1988 foram 43 e no ano seguinte foram 88 (Rebelo, 2011). Ainda em 1987 num estudo do semanário Expresso, das 126 rádios locais referenciadas 20 não possuíam redação, 59 tinham, mas sem jornalistas profissionais e só 47 eram coordenadas por jornalistas (Bonixe, 2019). A média de idades de quem trabalhava ou colaborava nas piratas no final da década de 80 era de 17 anos, e poucos ultrapassavam os 20 anos de idade (Bonixe, 2019).

Desta forma, é possível traçar o perfil do jornalista da rádio pirata: jovem; ouvinte de rádio e das rádios piratas; sem experiência anterior na rádio; sem formação superior na área ou com formação superior não concluída ou estudante de jornalismo; é motivado pelo gosto, paixão, curiosidade; transita ou acumula com o jornal local; o jornalismo não é a ocupação ou profissão principal. O acesso à rádio faz-se por sua própria iniciativa — o ‘bater à porta’ — ou por ter ligações a conhecidos que já colaboravam ou trabalhavam na rádio e que facilitavam o contacto inicial.

Rádios Piratas: uma ‘escola’ do jornalismo radiofónico

A realização deste estudo engloba uma revisão bibliográfica sobre o tema, entrevistas pessoais, consulta a reportagens e notícias sobre as rádios piratas. Com base no que foi recolhido partiu-se da premissa de que as rádios piratas foram uma ‘escola’, sobretudo a ‘escola da prática’, para os profissionais que começaram o seu percurso nos anos 80 e na rádio. Assim,

foram estabelecidas 4 categorias que permitissem compreender como se fazia o acesso à rádio pirata, com quem se ‘aprendia’ e como, e o que essa experiência representou na decisão de ser jornalista.

1. Acesso

Para fazer um programa numa pirata bastava ter vontade e iniciativa. Só os projetos mais profissionais, seguindo o modelo das rádios nacionais, realizavam provas de seleção e eventualmente, uma formação. Os depoimentos dessa época vão todos num mesmo sentido, o de que as piratas foram uma oportunidade para finalmente entrar num estúdio e fazer rádio: “O espaço estava bloqueado para quem quisesse fazer rádio” — Francisco Amaral (Reis, Ribeiro e Portela, 2014: 182); “sem as piratas não havia hipótese de trabalhar” em rádio — José Carlos Barreto (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 212), “a grande virtude desses tempos foi a grande quantidade de gente que entrou na comunicação por via da rádio” — Luís Miguel Pereira (SIC, 2013); “tínhamos algum jeito, alguma vontade e queríamos fazer coisas” — Mário Nicolau (JPN, 2014).

O acesso às grandes rádios nacionais era seletivo, havia concursos, provas escritas e orais, avaliação da voz e da dicção e, em alguns casos, uma formação para os que eram selecionados. As profissões da rádio passavam por um crivo fino em que o acesso era praticamente vedado. As primeiras rádios fora do espectro legal vieram alterar esse panorama, democratizaram, mas também anarquizaram o acesso ao microfone.

2. Aprender: com quem

As rádios e as redações das piratas eram constituídas por gente que tinha outras profissões. A rádio era um *hobby*, uma segunda ocupação e, para muitos, viria a tornar-se uma profissão a tempo inteiro. As reportagens nos jornais elencavam essa diversidade nas equipas das rádios: “Um jornalista, um produtor de TV, um engenheiro de telecomunicações, um professor do ensino secundário, um técnico de informática, um advogado, dois industriais de hotelaria e o mais velho pirata (...)” (Se7e, 26.6.1985); “Um jornalista, estudantes e desempregados” (Se7e, 7.10.1983); “a estrutura inicial da estação assentou em um grupo formado por engenheiro eletrotécnico, médica psiquiátrica, jornalista, encenador, radiotécnico” (Santos, 2020, p. 167). Exemplos de diversidade que refletiam a falta de conhecimentos teóricos, mas também práticos sobre como ‘fazer rádio’.

Seniores e jovens estavam num mesmo plano: “não havia ninguém que soubesse mais do que os outros” — João Paulo Meneses (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 191); “não havia

uma coordenação ao nível superior, cada um fazia o que bem entendia” — Carlos Daniel (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 165). Ou seja, todos aprendiam com todos. Na sua maioria as piratas eram feitas de raiz por curiosos e amadores, num cenário que remete para a época dos senfilistas dos primórdios da rádio: construíam os próprios equipamentos, montavam o ‘estúdio lá em casa’, reuniam amigos para fazer programas depois de saírem do trabalho. Algumas estagnaram neste modelo outras evoluíram para patamares com diferentes graus de profissionalização e diferentes objetivos. As que aspiravam à legalização apostavam na formação de uma forma mais ou menos sistemática e organizada o que também refletia o seu grau de profissionalismo.

3. Aprender: como

Nem sempre os jovens ‘jornalistas’ tinham formação na área, mas alguns tinham frequentado a disciplina de jornalismo no Secundário ou os cursos de jornalismo. Era uma espécie de habilitação especializada ou qualificada que serviu os interesses das rádios e dos jovens aspirantes a jornalistas: “[Na RUP havia um protocolo com a ESJ e os alunos] podiam ir para lá testar aquilo que estavam a aprender e fazer alguns noticiários” — Aurélio Gomes (*JPN*, 2014); “Os responsáveis da estação [Rádio Caos] preveem a entrada de vários profissionais e de alunos de jornalismo” (*Expresso*, 7.6.1986); “Quanto é preciso existem alguns colaboradores e os cooperantes procuram entre os alunos de jornalismo do ensino secundário, jovens que possam tornar-se profissionais de informação local. (...). Já encontraram um. “Parece que nasceu para isto”, diz de um adolescente colaborador” (*A Capital*, 3.7.1985); “Na informação nós temos 17 pessoas, a grande maioria da Escola de Comunicação Social. Vêm técnicos estagiar aqui” — António Varela (*Jornal Ilustrado*, 9.1.1987). O que se aprendia? As equipas eram versáteis e faziam um pouco de tudo: “todos produzem todos animam, todos escrevem, todos montam, assim é o CMR” [Correio da Manhã Rádio] (*Correio da Manhã*, 19.1.1988). A ‘escola’ era a prática do dia-a-dia: “Fomos aprendendo outras as coisas (...) tudo num estilo de jornalista-estudante, de aprendiz” — David Pontes (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 174); “o logo vê como resulta foi muito importante (...) indicou-me o caminho do experimentalismo, de não estarmos agarrados a um modelo (...) quando se desconhece por completo as regras, ousamos e vamos para lá das regras, criando coisas novas” — Joaquim Franco (Reis, Ribeiro e Portela, 2014, p. 201); “Aprendi a cometer erros lá, foi uma espécie de estágio” — João Paulo Meneses (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 191); “tentei repetir algo que tinha ouvido (...) uma influência grande dos programas que ouvíamos na altura” — Carlos Daniel (Reis, Ribeiro e Portela, 2014, p. 165).

O processo de aprendizagem era autodidata, baseado na tentativa-erro, na experimentação que abria espaço a alguma inovação, mas também no erro persistente sem que nada

fosse monitorizado. Os modelos de reprodução/imitação do que se ouvia nas rádios nacionais também nem sempre resultavam numa aprendizagem efetiva.

4. Profissão: Jornalista

A passagem pelas rádios piratas serviu também para descobrir ou consolidar vocações. A palavra ‘paixão’, desde sempre associada ao exercício das profissões da rádio, é uma constante. Sem horários e com uma dedicação quase sem limites grande parte da ‘geração pirata’ assume que a experiência foi essencial e decisiva para escolher a profissão: “foi marcante para a minha geração” — Joaquim Franco (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 201); “esse percurso fez de mim um profissional diferente (...) se não tivesse sido a rádio local (...) não teria sido jornalista” — Carlos Daniel (Reis, Ribeiro & Portela, 2014, p. 167); “a rádio universitária a par de outras experiências que eu tive enquanto ainda era estudante determinaram a minha vida, determinaram a minha escolha de vida, determinaram a minha escolha pelo jornalismo e a minha entrada no jornalismo” — Luís António Santos (*JPN*, 2014); “estou apaixonada e farei tudo para ser jornalista” (*Diário Popular*, 3.7.1986); “Se não existissem as rádios piratas não estaria aqui hoje seria outra coisa qualquer, trabalhava num banco, numa agência de seguros” — Luís Miguel Pereira (*SIC*, 2013).

As piratas apontaram o futuro para muitos jornalistas na rádio, mas também nas televisões, nos jornais e, mais tarde, no online. Foram o ponto de partida. Na década de 90 o facto de as televisões privadas terem ido buscar à rádio jornalistas para arrancarem com os novos projetos deveu-se em muito à aprendizagem que tiveram nas piratas e nas locais: uma outra forma de fazer jornalismo, as competências para o direto e para o improvisado, a eloquência própria do discurso radiofónico, a versatilidade. A esta estratégia não será alheio o facto de as televisões terem sido fundadas por figuras que tinham construído os mais relevantes projetos de rádios piratas/locais.

Conclusões

Durante a década de 80 existiram em Portugal 300 a 800 rádios piratas espalhadas por todo o país (Reis, 2014). Neste número estão desde os projetos irregulares e de bairro aos projetos mais ou menos amadores que emitiam com regularidade até aos projetos profissionais que se tinham constituído como cooperativas com enquadramento legal, com uma vida fiscal regularizada, um quadro de pessoal efetivo com as contribuições em dia. O grau de profissionalização pode servir de base à diferenciação das piratas enquanto ‘escolas’ de jornalismo. Assim, podemos concluir que há dois níveis de caracterização da formação dos jornalistas de rádio tendo as piratas como ‘escola’:

Projetos menos profissionais ou amadores:
Tipo de Formação — ‘Tarimba’

1. Auto candidaturas de jovens estudantes
2. Aprendizagem autodidata feita num contexto de amadorismo sem um objetivo preciso ou a longo prazo
3. Formação com base na experimentação
4. Formação sem orientações e sem seguir regras
5. Aprender com o erro
6. Prática com incidência no improviso, na reportagem, no direto (com ou sem mediação), e na entrevista
7. Formação ‘*multitasking*’ sem separação de setores: técnicos, animadores, jornalistas, administrativos, comerciais...

Projetos mais profissionais:
Tipo de Formação — Teórico-prática e em tempo real

1. Auto candidaturas ou recrutamento e seleção de jovens dos cursos de jornalismo ou estudantes, que frequentaram ou não a disciplina de Iniciação ao Jornalismo no secundário
2. Organização de cursos de formação internos ministrados por profissionais das emissoras oficiais que também integravam os projetos piratas ou com eles colaboravam
3. Inspiração no modelo francês para os cursos de formação: teórico-prático
4. Aprendizagem programada e planeada com um objetivo: montar um projeto profissional com vista à legalização
5. Equipas que conjugavam seniores e jovens com pouca experiência: aprender com os mais velhos, inovar com os mais novos
6. Formação com incidência na reportagem, no direto, no improviso e na entrevista
7. Ensino de regras e conceitos, orientada e discutida
8. Formação ‘*multitasking*’ com separação de setores: técnicos, animadores, jornalistas

A anarquia nas ondas hertzianas e no acesso e exercício da profissão acabou por encontrar o caminho da regulamentação e da profissionalização impostos pela via legislativa que culmina com a atribuição de frequências às rádios locais. As locais continuaram a ser ‘escolas’ e a rampa de acesso à profissão, uma função que se foi diluindo na década seguinte conforme os projetos foram sendo absorvidos por rádios/grupos maiores ou fechando por falta de sustentação financeira.

Como foi referido não se pretende saber se foi a formação de uma nova geração que mudou o jornalismo radiofónico ou se foi uma outra forma de fazer jornalismo radiofónico que exigiu outra formação. As raízes de uma nova ‘escola’ começaram muito antes da década pirata, nasceram de uma geração de jornalistas que não se revia no jornalismo que se fazia pós-25 de abril, muitos tinham começado na Rádio Universidade ou frequentado as ações de formação de Guibert, outros tinham vindo das antigas colónias. Todos aspiravam a uma rádio e a um jornalismo radiofónico diferente do que existia. Estes fatores vão-se interligando e influenciando na construção de uma etapa que marcou a história da rádio. O jornalismo radiofónico nos anos 80 desenvolveu-se em novos eixos. As piratas foram a ‘escola’ de uma nova geração, locais de aprendizagem empírica e de experimentação que deram espaço à inovação. A formação nem sempre era um objetivo definido e planeado ou uma estratégia consciente com vista à real formação dos jornalistas. Mas a prática tinha por base dois pilares que marcaram o jornalismo radiofónico desta década: a reportagem e o direto (estando subjacente o improvisado). Mais do que construir alicerces teóricos, contribuir para a cultura geral ou especializada dos jornalistas, ou refletir sobre o jornalismo e os seus contextos, a aprendizagem tinha por principal objetivo ‘o saber fazer’ e encerrava-se em si própria. Cada uma à sua maneira, as piratas contribuíram para uma efetiva formação dos jornalistas radiofónicos que, mais tarde, se afirmaram noutros media: são a ‘Geração Pirata’ do jornalismo português. Partilham as mesmas raízes, um espírito comum e comungam da ideia de que mudaram o jornalismo radiofónico numa década ela própria em mudança.

Referências bibliográficas

- Bonixe, L. (2015). *Jornalismo e jornalistas das rádios locais portuguesas*. <http://www.c3i.ipportalegre.pt/uploads/Jornalismo.pdf>.
- Bonixe, L. (2016). Percursos da formação superior do jornalismo radiofónico em Portugal. *Media & Journalism*, 16 (28), 38-53.
- Bonixe, L. (2019). As rádios locais em Portugal — da génese ao online. Contexto e prática do jornalismo de proximidade. ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA.
- Canavilhas, J. (2009). O ensino do jornalismo em Portugal. *Estudos em Comunicação*, 6, 55-67.
- Cascais, F. (2004). O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. *Comunicação e Sociedade*, 5, 85-93.
- Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas. *Media e Jornalismo*, 8 (13).
- Cordeiro, P. (2004). *A rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>
- Esteves, J. P. (1988). Comunicação regional e local, a situação da Imprensa e os grandes desafios do áudio-visual. *Comunicação e Linguagens*, 8, 55-69.
- Figueira, J. (2009). *Jornalismo em Liberdade*. Almedina.
- Garcia, L. & Castro, J. (1993). Os jornalistas portugueses, Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia — Problemas e Práticas*, 13, 93-114.
- Garcia, J. L. (2009). Principais tendências da profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática. In J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 63-91). Imprensa de Ciências Sociais.
- Graça, S. M. (2009). Os problemas-chave de ingresso no jornalismo. In J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI* (pp. 133-168). Imprensa de Ciências Sociais.
- Lopes, V. S. (1988). *Iniciação ao Jornalismo audiovisual. Imagem impressa, rádio, televisão, cinema*. Dinalivro.
- Marcos, L. H. (1988). Rádios locais: a lei e a realidade. *Caminhos de Jornalismo*. Centro de Formação de Jornalistas.
- Mendes, R. R. (2011). *A primeira licenciatura em Comunicação Social em Portugal* (FCSH-UNL, 1979) — *contributo para uma reflexão acerca do ensino do jornalismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7240/1/renato.pdf>
- Mesquita, M. (1994). A educação para o jornalismo — Uma perspectiva sobre Portugal. *Intercom-Revista Brasileira de Comunicação*, XVII (2), 75-97.
- Mesquita, M. & Ponte, C. (1996-97). *Situação do ensino e da formação profissional na área do jornalismo*. <http://bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html>
- Paquete de Oliveira, J. M. (2017). Comunicação social, verso e reverso do país real e imaginário. In Gustavo Cardoso (Org.), *Comunicação e quotidiano. José Manuel Paquete de Oliveira. Textos e intervenções (1983-2016)* (pp. 260-285). https://www.researchgate.net/publication/329027208_Comunicacao_e_Quotidiano_-_Jose_Manuel_Paquete_de_Oliveira
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal. *Comunicação e Sociedade*, 5, 59-62.
- Pinto, M. & Sousa, H. (2003). *Journalism education at universities and journalism schools in Portugal*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pinto-manuel-sousa-helena-ensino-jornalismo01.pdf>
- Rebelo, J. (2011). *Ser jornalista em Portugal, perfis sociológicos*. Gradiva
- Reis, A. I. (2014). As rádios piratas em Portugal: Contributos para um percurso. In Ana Isabel Reis, Fábio Ribeiro, Pedro Portela (Orgs.), *Das Piratas à Internet: 25 anos de rádios locais*. CECS — Centro de Estudos Comunicação e Sociedade.
- Santos, R. (2017). *Estudos de rádio em Portugal*. Universidade Católica Editora
- Santos, R. (2020). *Os microfones da rádio: do Portuense à Delírio*. Minerva Editora
- Sobreira, R. M. (2003). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media & Jornalismo*, 3, 67-87.

Jornais, documentos audiovisuais e multimédia

- Adelino Gomes. Um estágio quase perfeito na Rádio Universidade (2.1.2019). *REC*. <https://www.reporteresemconstrucao.pt/2019/01/02/adelino-gomes-radio-universidade/>
- Formar uma nova geração (29.8.1987). *Expresso*
- Livresoulloais: 'Piratas' há muitas (9.1.1987). *Jornal Ilustrado*
- Parabéns a Vocês (3.7.1986). *Diário Popular*
- Os Piratas do Éter (7.6.1986). *Expresso*
- Os rostos da Rádio Caos (7.10.1983). *Se7e*
- Rádio Azul começou na segunda, muita variedade nas emissões de estação local (26.6.1985). *Se7e*
- Rádio Azul ou o azul da rádio (5.7.1985). *Repórter de Setúbal*
- "Rádios Piratas" (2013). Perdidos e Achados. *SIC*
- Rádios Piratas: Dos vãos de escada aos estúdios (2.6.2014). *JPN_JornalismoPortoNet*, [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/02/radios-piratas-dos-vaos-de-escada-aos-estudios/>
- Rádios Universitárias. (6.1.2019). *REC*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.reporteresemconstrucao.pt/2019/01/06/episodio-1-radios-universitarias/>
- RUP: A liberdade de uma rádio pirata (10.6.2014). *JPN_JornalismoPortoNet*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/10/rup-a-liberdade-de-uma-radio-pirata/>
- RUP: Dos amadores saiu uma rádio profissional (10.6.2014). *JPN_JornalismoPortoNet* [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/10/rup-dos-amadores-saiu-uma-radio-profissional/>
- Setúbal já ouve Rádio Azul, Som no Ar sem Lei nem Medo (3.7.1985). *A Capital*
- Um projecto sério pela mão de gente nova (19.1.1988). *Correio da Manhã*

Entrevistas pessoais

- Adelino Gomes (setembro e outubro de 2019)
- Elisabete Caramelo (outubro de 2019)
- Francisco Sena Santos (junho de 2019)
- Henrique Garcia (dezembro de 2019)
- Pedro Brinca (novembro de 2019)

A informação radiofónica a partir dos relatórios do provedor do ouvinte

*Considering radio information through
the ombudsman listener's reports*

Rogério Santos

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura
(Universidade Católica Portuguesa)
rogerio.santos@netcabo.pt

Resumo: Desde 2006, a rádio pública conta com um provedor do ouvinte. A lei 2/2006, de 14 de fevereiro de 2006, instituiu as suas competências: representar e defender as perspetivas dos ouvintes face à oferta radiofónica, acentuar a fiabilidade do serviço público, promover a credibilidade e boa imagem dos profissionais, estimular a ética profissional e o código deontológico dos profissionais e contribuir para a cultura de autocritica (Relatório do Provedor, 2006, p. 104). O artigo, de carácter exploratório, estuda a informação radiofónica, as reações dos ouvintes através de mensagens ao provedor e as recomendações deste à administração da RTP, através da análise dos relatórios anuais do provedor e ainda dos relatórios e contas da empresa (2006-2019).

Palavras-chave: rádio; provedor; informação; rádio pública.

Abstract: *Since 2006, public radio has had listeners ombudsman. Law 2/2006 of 14 February 2006 established its competencies: to represent and defend the perspectives of listeners in the face of radio supply, to enhance the reliability of the public service, to promote the credibility and good image of professionals, to stimulate professional ethics and the code of ethics of professionals, and to contribute to the culture of self-criticism (Ombudsman's Report, 2006, p. 104). This exploratory article focuses on radio information, listeners' reactions through messages to the ombudsman and its recommendations to RTP management, through the analysis of the ombudsman's annual reports and the company's annual financial reports (2006-2019).*

Keywords: *radio; ombudsman; information; public radio.*

Introdução

Desde 2006, a rádio pública conta com um provedor do ouvinte. A lei 2/2006, de 14 de fevereiro de 2006, instituiu as suas competências: representar e defender as perspetivas dos ouvintes face à oferta radiofónica, acentuar a fiabilidade do serviço público, promover a credibilidade e boa imagem dos profissionais, estimular a ética profissional e o código deontológico dos profissionais e contribuir para a cultura de autocritica (Relatório do Provedor, 2006, p. 104). Cada provedor poderia exercer até um máximo de dois mandatos, cada um com dois anos de extensão, respondendo no programa semanal *Em Nome do Ouvinte* aos temas das mensagens recebidas, com duração média de 15 minutos. No período de atividade, houve já cinco provedores, como adiante apresento.

O artigo, de carácter exploratório, estuda a informação radiofónica, as reações dos ouvintes através de mensagens ao provedor e as recomendações deste à administração da RTP, através da análise dos relatórios anuais do provedor e ainda dos relatórios e contas da empresa (2006-2019). Por conveniência da investigação, apesar de apontar linhas de força em cada provedor, o estudo aprofunda os anos mais recentes e apenas a Antena 1, canal que dispensa mais espaço à informação (perto de 30% da programação; 32% em 2018). Além dos noticiários, fortes preocupações da rádio pública foram magazines, programas de grande reportagem e divulgação científica. De modo diferente das cartas aos jornais, como apresentado por Marisa Torres da Silva (*As Cartas dos Leitores na Imprensa Portuguesa: uma Forma de*

Comunicação e Debate do Público, 2010), com o editor a selecionar as que publica, o provedor do ouvinte da rádio pública portuguesa obriga-se a responder a todas mensagens, a maioria chegada através de correio eletrónico. Entre as perguntas que a investigação pretende responder, destaco: qual o volume das mensagens dos ouvintes? Que áreas? Quais as maiores críticas e sugestões? Quais as características dos diversos provedores?

Das interpretações do papel de provedor à programação informativa

No primeiro trimestre de 2017, o universo do provedor foi mais de meio milhão diário de ouvintes, com destaque para Antena 1 (400 mil), Antena 2 (40 mil) e Antena 3 (135 mil), acrescentando-se ouvintes da RDP África, RDP Internacional, centros das regiões autónomas da Madeira e dos Açores e rádios na internet (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2017, p. 11). Para Mário Figueiredo, a missão do serviço público de radiodifusão, nos termos da lei, determinava que se afirmasse como rádio de referência, das liberdades públicas, com programação agregadora, de expressão internacional, vocacionada para a difusão da língua e cultura portuguesas, e de tecnologia avançada (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2011, p. 84). Para João Paulo Guerra, ouvir os ouvintes implicava prestar-lhes atenção, dedicar tempo e responder com celeridade (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2017, p. 15). Já para a provedora Paula Cordeiro,

a universalidade da cobertura, a diversidade, as minorias, a cultura nacional, língua e identidade nacionais, bem como o equilíbrio e independência em relação a questões políticas, a imparcialidade, a valorização e divulgação cultural e a preocupação com a qualidade são, na minha perspetiva, aspetos fundamentais no serviço público de radiodifusão. No meu entender, o provedor do ouvinte deverá dar atenção a todas as queixas e sugestões dos ouvintes, atuando, publicamente, através do programa semanal, mas também junto dos profissionais da rádio pública, numa crítica construtiva que os questiona, no sentido da avaliação e reflexão das suas práticas profissionais (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2012, p. 5).

Porém, esta interrogou-se sobre o papel do provedor do ouvinte, pela aparente limitação das suas atribuições (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2013, p. 14). A dúvida permanente era para que serviria o provedor, se os ouvintes lhe comunicavam as queixas, o provedor as expunha, mas o diretor e o diretor-adjunto da rádio não as aceitavam. Ora, entendia o provedor que a sua missão não se limitava a expor as queixas, também as comentava, manifestando-se de acordo ou não, dando sugestões e fazendo propostas e recomendações (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2009, p. 159). O provedor Adelino Gomes não confundia rádio de serviço público com rádio de Estado que emitiu em Portugal até abril de 1974 nem considerava

que a RDP fosse herdeira direta de Rádio Clube Português e dos Emissores Associados de Lisboa (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2008, p. 28). Para José Nuno Martins, adepto da rádio nova em 1968 aberta à autonomia de realizadores e locutores e à reportagem, a rádio pública deixara de cultivar a voz, enquanto reduzira o centro de formação e desaparecera o centro de preparação de artistas da rádio (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 78). Importante aqui ressaltar que, apesar de não advogar o reaparecimento de tais estruturas, considerava tal como missão da rádio do séc. XXI, pois preparar jornalistas, animadores ou apresentadores é uma missão do serviço público.

Segundo o provedor Adelino Gomes, este manteria contactos com três polos distintos: ouvintes (consumidores do serviço público e, daí, exigentes nos erros cometidos), campo profissional (com indiferença pelo trabalho do provedor, embora num quadro geral de cortesia), e conselho de administração (com relacionamento institucional correto, mas distante) (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2009, p. 76). Defendo ainda um quarto polo, o da própria observação e reflexão do provedor. Dos cinco provedores, quatro tinham uma longuíssima e importante prática radiofónica, vinda da década de 1960 ou começo da seguinte, um deles com percurso longo no serviço público, todos profundos conhecedores da atividade (José Nuno Martins, Adelino Gomes, Mário Figueiredo e João Paulo Guerra). A única provedora (Paula Cordeiro) tinha experiência da rádio universitária e uma perspetiva moderna (serviço público de media), a levá-la a ver a função de outro modo, aliás visível nos seus relatórios.

Os provedores debruçaram-se sobre a produção geral da rádio pública, dividida em duas áreas orgânicas (programação e informação), mas o meu objetivo é apenas a informação e os seus diversos géneros no período 2014-2018, com uma série de dados comparáveis. Os relatórios e contas da RTP publicaram valores sobre a percentagem de horas emitidas por género radiofónico (e ações especiais), com onze variáveis, apresentação descritiva como se fosse o anúncio da programação semanal, mas sem revelar pormenores de produção ou de receção, a permitir interpretações da sua distribuição ao longo dos anos. Igualmente os relatórios pesquisados da ERC trabalharam o universo da informação, embora com pequenas variações em cada variável face aos relatórios da rádio pública. A ERC adotou uma grelha para compreender os programas a dois níveis:

Numa primeira abordagem, são consideradas seis grandes categorias de programação, designadas por macrogéneros, estabelecidas segundo as intencionalidades que prosseguem, os públicos-alvo a que se dirigem ou os tipos de conteúdos que veiculam: informativo, desportivo, música, entretenimento, cultural/conhecimento e institucional/religioso. Para uma análise mais fina, cada uma destas grandes categorias de géneros radiofónicos conhece um desdobramento num segundo nível — géneros radiofónicos -, em que se procura especificar com maior acuidade os tipos de programas em função dos formatos que assumem ou do seu conteúdo. Esta grelha compreende 31 géneros radiofónicos (Relatório de Regulação ERC, 2018, pp. 371-372).

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social trabalhou 10 variáveis relacionadas com a informação (acrescentei a informação desportiva, distinta da transmissão e do comentário desportivo, não elegível para aqui, mas que os relatórios do provedor consideraram muito, atendendo ao número de horas emitidas semanalmente e às consequentes reclamações de ouvintes). Para a ERC, informação significa

programas predominantemente vocacionados para a informação dos públicos acerca dos assuntos relevantes da atualidade, compreendendo noticiários, programas de debate e entrevista, de antena aberta, comentário, edição especial e magazines informativos, mas também informação específica como é o caso da meteorologia, trânsito ou bolsa (Relatório de Regulação ERC, 2017, p. 403).

No Quadro 1, os Programas Musicais incluiriam os programas e Músicas de continuidade as músicas planeadas no alinhamento, com a RTP a seguir a tipologia de género utilizada na informação reportada à ERC, embora as duas, afinal, não coincidam. Os quadros, cruzados com a enunciação dos programas (a partir dos mesmos relatórios) e a análise dos provedores, dão uma visão mais geral da atividade radiofónica.

Quadro 1

Percentagem de horas emitidas por género na Antena 1 (2014-2018)

Género	2014	2015	2016	2017	2018
Arte e cultura	10	11	10	10	11
Desporto	9	8	9	9	9
Direitos de antena	0	0	0	0	0
Educação e ciência	11	6	7	7	8
Entretenimento	1	1	1	1	1
Programas musicais	8	9	8	9	9
Notícias e informação	23	27	22	24	32
Religião	2	2	3	2	2
Promoção	3	3	2	4	3
Música de continuidade	23	23	27	22	22
Outros	10	10	10	12	3

Nota: Relatório e Contas RTP, 2015, p. 39; 2016, p. 31; 2018, p. 71

Na análise ao Quadro 1, verifico que notícias e informação tem maior tempo quanto a géneros na Antena 1 (32% no ano de 2018), a que se seguiriam os programas de música de continuidade, educação e ciência e desporto. Na análise da ERC, a informação ocuparia 35% em 2017 e 34,8% em 2018, valores mais elevados do que nos relatórios da RTP (24% e 32%

respetivamente, apesar de incluir, a partir dos relatórios da ERC, a informação desportiva, com 2,6% em 2017 e 2,7% em 2018). Pelos dados do género programas musicais, conclui-se que o peso de autores de programas era baixo. Já na Antena 2, aqui não estudada, o género notícias e informação tinha peso residual e música de continuidade e programas musicais preponderariam, ao passo que, na Antena 3, programas de música e músicas eram os géneros mais escutados.

As variáveis desenhadas em termos de percentagens de horas de emissão por género, apesar de parecerem objetivas, obrigam a um esforço de reunir atividades diferentes, caso de dividir informação, por um lado, e ciência, por outro. Como se faz a divulgação da ciência a não ser através da informação? E a diferença entre programas musicais (programas) e músicas de continuidade (planeadas no alinhamento) não é fictícia, apesar de a primeira implicar um autor de programa e a segunda uma *playlist*, embora executada por profissional ou grupo encarregado da tarefa? A série sobre a distribuição por géneros no período de 2014 a 2018 não permite chegar a mais conclusões, embora se verificasse uma quebra em 2016 e uma subida nos dois anos seguintes, com a informação a ocupar 32% no total em 2018. O relatório de 2015 conteria muitos dados sobre a informação praticada pela rádio.

Com apresentação descritiva, os relatórios da administração da RTP fornecem dados de programas e ações especiais como se fossem anúncios da programação semanal, mas sem revelar pormenores de produção ou de receção. Os programas radiofónicos dividem-se em fluxo, sobre a atualidade, de obsolescência rápida e menor custo de produção, e *stock*, sobre temas, de maior durabilidade e maior custo de produção. Se, nos programas de fluxo, o noticiário sobre eventos diários tem muita previsibilidade, apesar da novidade das ocorrências, e a abranger notícias lidas no estúdio, diretos e pequenos depoimentos, nos programas de *stock* situam-se as grandes reportagens e emissões especiais ligadas a datas e comemorações. Assim, a rádio informativa dedica muita atenção a efemérides, aniversários, inaugurações e tomadas de posse, a juntar novidade e tradição, e a dividir o ano em ciclos de festas ou celebrações a obrigarem a estrutura empresarial a organizar-se segundo a recordação de determinados factos (patrióticos, desportivos, artísticos, personalidades). Isso faz com que, nos relatórios da RTP e do provedor, os noticiários tenham pouco relevo se comparados com reportagens e edições especiais. A diferença essencial entre rádio pública e rádios comerciais reside na produção de tal tipo de informação, a exigir atualidade, profundidade e enquadramento, a par do tratamento sonoro.

No Quadro 2, nota-se muita estabilidade em percentagens nos diversos géneros informativos, a ilustrar igual estabilidade das grelhas de programação nos dois anos. Com os relatórios da ERC, acede-se a uma análise mais fina de géneros informativos: o mais importante pertencente aos noticiários (em 2018 a atingir quase 16% da programação diária da Antena 1), a que se seguiam informação meteorológica, magazine informativo, informação de trânsito e debate/entrevista.

Quadro 2*Géneros informativos em percentagem (Antena 1)*

Género	2017 (%)	2018 (%)
Noticiário	15,2	15,9
Reportagem	0,9	0,8
Debate/entrevista	2,9	2,7
Comentário	0,3	0,4
Edição especial	1,3	0,8
Magazine informativo	3,1	2,8
Antena Aberta	2,2	2,2
Boletim Meteorológico	3,4	3,4
Informação de trânsito	2,9	2,9
Informação bolsista	0,2	0,2
Informação desportiva	2,6	2,7

Nota: Relatório de Regulação ERC 2017, volume I: 377; 2018, p. 349

Na rádio pública e no período em análise (2006-2019), o lugar de diretor de programação tem sido mais estável que o de diretor de informação. Alterações políticas ou erros na condução do lugar levavam a exonerações. Rui Pêgo entrou para a direção de programas em 2005, cargo em que se encontrava ainda em 2020, quando fiz a investigação. Já o lugar de diretor de informação da RDP seria ocupado, no início de 2005, pelo jornalista João Barreiros, a substituir Luís Marinho, transitado para a administração da RTP. João Barreiros demitir-se-ia no início de fevereiro de 2012, na sequência do caso Pedro Rosa Mendes, censura feita pela Antena 1 após o jornalista criticar um programa de televisão na sua rubrica *Este Tempo*. A saída de João Barreiros antecipou por meses o começo da administração de Alberto da Ponte (setembro de 2012). João Barreiros foi substituído por Fausto Coutinho na direção de informação da rádio pública, com este acompanhado por Rosário Lira, diretora-adjunta, e Eduarda Maio e José Guerreiro, subdiretores. Três anos depois, em 2015, João Paulo Baltazar ocupava o lugar de Fausto Coutinho. Baltazar fez-se acompanhar de José Guerreiro, Paulo Sérgio e Maria de São José. A administração de Gonçalo Reis entrou nesse ano.

Realizações informativas. Um contributo para a sua compreensão

Nos parágrafos seguintes, relevo algumas das emissões especiais, grandes reportagens e documentários, a dar uma noção precisa do trabalho da rádio pública. É uma parcela do texto bastante descritivo, mas que merece figurar aqui, pela panóplia de atividades. Se o relatório de 2008 destacou as emissões especiais sobre os 120 anos de Fernando Pessoa e o ano internacional do Planeta Terra e as reportagens sobre eleições americanas, China e

campeonato europeu de futebol (Relatório e Contas RTP, 2008, p. 19), em 2010, a comemorar o centenário da República, surgiram emissões de biografias dos principais protagonistas e reportagens evocando locais significativos (Relatório e Contas RTP, 2010, p. 29), casos do programa semanal *Rádio República*, com a cronologia dos acontecimentos históricos, e do mensal *Retratos da República*, com historiadores a lembrarem os vultos mais importantes. Do mesmo modo, o 75º aniversário da rádio pública com o programa diário *27000 Dias de Rádio*, apresentado por José Nuno Martins, e o programa semanal *No Ar por Toda a Parte*, reviveram momentos significativos da história da rádio. Igual relevo, em 2015, para os 80 anos da rádio pública, com, entre outras ações, a produção do hino da rádio (letra de Tiago Torres da Silva e música de Tózé Brito). Já em 2014, na celebração dos 40 anos do 25 de abril de 1974, a Antena 1 emitiu programas como *Sons de Abril*, *Dias Cantados*, *25 Heróis do 25* e retransmitiu, pela primeira vez, o segmento do programa *Limite* (Rádio Renascença) com a senha que desencadeou o golpe militar (Relatório e Contas RTP, 2014, p. 21). A rádio investiu no documentário, caso de *Vidas que Contam*, a abranger biografias de Manuel Oliveira, Eduardo Lourenço e Gentil Martins (2007), António Vitorino de Almeida, António Coutinho e Rui Veloso (2010) (Relatório e Contas RTP, 2007, p. 89), e Agustina Bessa Luís, Siza Vieira, José Mattoso, Urbano Tavares Rodrigues e Carmen Dolores (2013).

O ano de 2015, marcado pelas eleições legislativas de 4 de outubro (Relatório e Contas RTP, 2015, p. 35), mobilizou recursos humanos e meios técnicos para pré-campanha e campanha ao longo de quatro semanas. Em conjunto com Rádio Renascença e TSF, promoveu um debate em direto entre Passos Coelho e António Costa, os dirigentes dos dois principais partidos. Na sequência das eleições, a rádio acompanhou os acontecimentos, que acabaram com o acordo inédito à esquerda para a formação de governo. Os repórteres estariam nos Balcãs e na Hungria a testemunhar o drama humanitário dos refugiados, além de reportagens no Curdistão (Iraque e Síria) e nas eleições em Espanha e eleições regionais na Madeira. A Antena 1 dedicou atenção a efemérides (60 anos de Mia Couto, 100 anos do nascimento de Frank Sinatra, 50 anos do assassinio de Humberto Delgado, cinco anos da morte de José Saramago, 30 anos de Portugal na CEE, 60 anos do fim da II Guerra Mundial, 70 anos da ONU, translação dos restos mortais de Eusébio para o Panteão, cerimónia de atribuição da bola de ouro a Cristiano Ronaldo (futebol), e dias mundiais da voz, ambiente, energia, mulher, criança e rádio (Relatório e Contas RTP, 2015, p. 38).

2016 começou com eleições presidenciais e a Antena 1 foi o único meio de comunicação social a realizar um debate com os dez candidatos iniciais e entrevistas em separado (Relatório e Contas RTP, 2016, p. 28). A cobertura eleitoral contou com espaços diários de informação, repórteres na estrada, entrevistas com analistas da atualidade política e sociológica e emissão especial na tomada de posse de Marcelo Rebelo de Sousa (*Render da Guarda*), que sucedeu a uma sobre a anterior presidência de Aníbal Cavaco Silva (Relatório e Contas RTP, 2016, p. 29). Enviados especiais estiveram no Reino Unido (Brexit), França (10 de

junho e campeonato europeu de futebol), Brasil (jogos olímpicos e paralímpicos), Estados Unidos (presidenciais e eleição do secretário-geral da ONU) e Iraque (cerco a Mossul), além do acompanhamento das atividades do presidente da República e primeiro-ministro. Em outubro, a rádio seguiu as eleições regionais dos Açores.

Nas tragédias dos incêndios florestais em junho e outubro de 2017 (Relatório e Contas RTP, 2017, p. 35), a rádio difundiu as notícias essenciais, com emissões especiais, muitas em direto, e destaque para as manhãs informativas, programas *Portugal em Direto* e *Antena Aberta*, e duas grandes reportagens de Rita Colaço e Isabel Meira (*O Pior Dia, Frente de Fogo*). Para as eleições autárquicas, a estação mobilizou mais de duas dezenas de repórteres, produzindo debates e edições diárias do *Jornal de Campanha*. Nesse contexto, a Antena 1 elaborou trabalhos como *Um País, Vinte Retratos*, caracterizando Portugal a partir dos dados estatísticos dos últimos oito anos e no testemunho de jornalistas, investigadores e outras figuras. A visita do Papa Francisco a Fátima mobilizou repórteres, produtores e editores, com cobertura do evento, debates e reportagens. No plano desportivo, a participação da seleção nacional de futebol na taça das confederações, realizada na Rússia, foi acompanhada por Alexandre Afonso e Nuno Matos. Depois do desfecho das presidenciais norte-americanas, a possibilidade de uma deriva populista em vários países europeus colocou em grande destaque as eleições previstas para 2017. A Antena 1 seguiu as legislativas nos Países Baixos (março), presidenciais (abril/maio) e legislativas (junho) em França e eleições antecipadas no Reino Unido (junho), em que os enviados especiais recolheram a perspetiva de emigrantes portugueses em França e Reino Unido. As eleições presidenciais em Angola (agosto) e na Alemanha, a luta pela independência na Catalunha e as dificuldades da comunidade portuguesa numa Venezuela em grande convulsão política foram também seguidas pela informação.

Depois de França (2016) e do Brasil (2017), as comemorações do 10 de junho em 2018 desdobraram-se até aos Estados Unidos, a partir de Ponta Delgada, com a rádio a fazer reportagens e emissões especiais (Antena 1 e RDP Internacional), caso de programa em direto dos estúdios da rádio WJDF em New Bedford (Relatório e Contas RTP, 2018, pp. 62-63). Um ano depois dos incêndios, a Antena 1 fez entrevistas e reportagens. Em outubro, os brasileiros escolheram um novo presidente e a rádio pública acompanhou as reportagens do enviado Nuno Amaral na primeira volta, a culminar na grande reportagem *Em Cima do Muro*, e, na segunda volta, de António Jorge e Mário Rui Cardoso. A caminho de novas eleições para o Parlamento Europeu (maio de 2019), a informação da Antena 1 colocou dois programas: *De Lisboa a Helsínquia* e *Europa Minha* (Relatório e Contas RTP, 2018, p. 64), de autoria de Rebeca Abecassis, Carla Pinto (Antena 1) e Raquel Morão Lopes, ex-correspondente em Bruxelas. 2018 foi ano de mundial de futebol, com dois enviados especiais à Rússia (Relatório e Contas RTP, 2018, p. 65). A rádio também acompanhou o mundial de atletismo de pista coberta e europeus de hóquei em patins e de atletismo.

Magazines, programas de grande reportagem e divulgação científica foram, assim, fortes preocupações da rádio pública. Em 2015, estreou *Só Neste País*, magazine semanal de informação (sábado, 12:00), com temas atuais de sociedade e envolvimento dos jornalistas das delegações, intercalando temas sérios e abordagens mais descontraídas. Outra estreia foi *Ponto de Partida*, espaço de divulgação do trabalho de investigadores portugueses das ciências sociais e ciências exatas. Em 2016, a Antena 1 produziu *O que o Tempo não Apagou*, série sobre grandes personalidades da vida portuguesa, com memórias feitas pelos seus descendentes (Vasco da Gama, Eça de Queiroz, Vieira da Silva), e emissões especiais em torno da guerra civil espanhola (80 anos), 40 anos do I governo constitucional, corrida de António Guterres ao cargo de Secretário-Geral da ONU e eleições norte-americanas (Relatório e Contas RTP, 2016, p. 29). Ainda relevo para a série sobre violência doméstica, de autoria de Ana Aranha, *Calar, Nunca!* (Relatório e Contas RTP, 2016, p. 29). Dois programas de entrevistas destacaram-se: *A Entrevista*, de Maria Flor Pedroso, e *Conversa Capital*, de Rosário Lira. A Antena 1 transmitiu mais de uma centena de entrevistas com personalidades diversas (Relatório e Contas RTP, 2016, p. 29).

Comentário (político, económico) e crónicas foram também áreas de interesse. Em 2015, o comentário político da Antena 1 foi reforçado com o jornalista António José Teixeira. Helena Garrido, então diretora do *Jornal de Negócios*, assinaria as *Contas do Dia* na manhã informativa, alternando semanalmente com Nicolau Santos (comentador Antena 1 e então diretor-adjunto do *Expresso*) e a equilibrar ideologicamente esse espaço de comentário económico, como se escreveu no relatório da RTP. O painel de cronistas da manhã *Conselho Superior* acabou, terminando a lógica de identificação político-partidária, e abriu lugar às crónicas *O Fio da Meada*, com abordagens variadas de assuntos da atualidade nacional e internacional, assinadas por Rui Ramos, Irene Pimentel, Rui Cardoso Martins, Teresa Pizarro e João Paulo Guerra (este acabaria a revista de imprensa que apresentava diariamente). O painel foi sendo alterado ao longo dos anos.

Um dos ecos dos relatórios da RTP foram os prémios de rádio ganhos em programas especiais, caso de reportagens radiofónicas. A jornalista Rita Colaço recebeu o Prémio Gazeta de Jornalismo (Rádio) pela grande reportagem *Mar da Palha, Zona C* (Relatório e Contas RTP, 2016, p. 28). A jornalista Arlinda Brandão venceu prémios de jornalismo na área da saúde (*Dar Vida aos Dias*, galardoada com o Prémio de Jornalismo da Liga Portuguesa Contra o Cancro, *Diabetes, Ameaça Silenciosa* foi distinguido com o Prémio APIFARMA/ Clube de Jornalistas — Jornalismo em Saúde) (Relatório e Contas RTP, 2017, p. 36), e na área da dor, atribuído pela Associação Portuguesa para o Estudo da Dor e Fundação Grünenthal. Outra grande reportagem foi distinguida com o prémio Melhor Inovação Digital, da repórter Rita Colaço e do sonoplasta Paulo Castanheiro, *Com Olhos de Ouvir*. Também a equipa de informação da rádio recebeu o prémio Direitos Humanos e Integração pela grande reportagem *Jamaika também é Portugal*, de Rita Colaço, e a jornalista Paula Borges uma menção honrosa

por Guiné-Bissau — *Esta Terra é Nossa* (Relatório e Contas RTP, 2018, p. 65). Em 2017, Alexandre Afonso e Nuno Matos receberam o prémio Artur Agostinho, do CNID — Associação dos Jornalistas de Desporto (Relatório e Contas RTP, 2017, p. 35).

Nas outras antenas da rádio pública, na Antena 2, em 2016, foi possível estabilizar a equipa de dois jornalistas com atenção aos temas associados à cultura e aumento na oferta de informação com mais um noticiário (depois do programa da manhã, com menu de música e informação, as edições noticiosas seriam 12:00, 16:00 e 18:00) (Relatório e Contas RTP, 2016, p. 28). Em coordenação com a direção de programação, foi reorganizada a lógica dos noticiários da RDP Internacional, em 2015 (Relatório e Contas RTP, 2015, p. 36). A equipa deixou de produzir informação geral para se dedicar ao acompanhamento da informação sobre as comunidades, na lógica de editoria especializada. No início de cada hora, a RDP Internacional transmitiria em simultâneo os noticiários da Antena 1 e, aos dias úteis, emitia seis edições do *Jornal das Comunidades*. Relativamente à Antena 3, estabilizou-se a equipa de produção de noticiários para adequar a linguagem à filosofia da rádio. No segundo semestre de 2015, a Antena 1 Açores foi reorientada quanto à informação (Relatório e Contas RTP, 2015, p. 46), com recuperação de espaços de opinião e discussão pública, permitindo maior pluralidade na sociedade açoriana, espaços de índole cultural e a criação de novos programas. Na informação diária, a RDP Açores transmitiu sínteses regionais, três noticiários e dois apontamentos no *Jornal do Desporto*. Na informação não diária, tomou iniciativas como *Frente a Frente*, com convidados e comentadores residentes de sensibilidades políticas diferentes. A *Grande Entrevista*, *Debates*, à sexta-feira, *Olhar do Repórter* e *Portugal em Direto* seriam programas a cultivar géneros jornalísticos complementares. A informação da Antena 1 Açores cobriria acontecimentos como sessões parlamentares, visitas governamentais a todas as ilhas, atos eleitorais e informação desportiva.

A direção de informação concretizou duas parcerias para promover a reflexão sobre a comunicação social e sensibilizar os jovens para a importância do jornalismo e da reportagem radiofónica (Relatório e Contas RTP, 2016, p. 28). Em colaboração com o iNOVA Media Lab da Universidade Nova de Lisboa, a rádio acompanhou e noticiou as *Conversas Sobre o Futuro do Jornalismo*, transmitindo alguns momentos em diferido. Esta área associou-se à Rádio Universidade de Coimbra (RUC) na promoção do Prémio de Jornalismo Radiofónico RUC-Antena 1-Antena 3, a assinalar os 20 anos de emissões da rádio escola de Coimbra.

Provedor e comunicações enviadas pelos ouvintes

Os relatórios do provedor do ouvinte da rádio pública são um imenso campo de análise dos programas da época, por exemplo, em críticas aos programas *Império dos Sentidos* (Antena 2) e *Pedro e Inês* (Antena 3), ao tempo excessivo do desporto, em especial futebol (Antena

1), à *playlist* (Antena 1) e ao desaparecimento de programas como *Ritornelo*, de Jorge Rodrigues (Antena 2), e *Lugar ao Sul*, de Rafael Correia (Antena 1), e das emissões em ondas curtas. Já a saída de António Macedo do programa da manhã da Antena 1 não mereceu tanto espaço de crítica, embora animador e provedor fossem muito próximos. O provedor deu bastante relevo à perda do peso da marca rádio numa empresa que mantém o nome RTP e a perceber que as redes sociais, como o Twitter, fizeram com que a mediação da informação deixasse de ser exclusividade de jornalistas (relatório de 2009). Por opção de investigação, ficou de fora a observação dos programas da Antena 2 e Antena 3, pelo que não avanço sobre as críticas aos programas enunciados. Não gosto muito do termo *playlist*, preferindo lista de discos, mas sigo a designação corrente.

As páginas do provedor são também memória da rádio ao longo das décadas e espaço de elogio a programas e profissionais. O terceiro provedor e o mais experiente no labor da rádio pública, Mário Figueiredo, entrou em 1974 na Emissora Nacional e saiu da RDP em 1998, quando diretor-adjunto da Antena 2. No começo, estabeleceu contactos com nomes fundamentais como Maria Leonor Magro, D. João da Câmara e Fernando Curado Ribeiro (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 53). Estagiou no Programa 2, hoje Antena 2, e integrou-se no Programa 1, com trabalho diário de locução e, mais tarde, de realização, onde aprendeu com dois outros mestres, Francisco Igrejas Caeiro e Maria Júlia Guerra. Depois, trabalhou com outras referências: Estrela Serrano e José Manuel Nunes. Durante esse longo período, a RDP foi uma instituição credível, financeiramente rentável e de tecnologia evoluída (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 20). Gestores, diretores e profissionais defendiam o serviço público. Havia programas de autor em todos os canais. No regresso, como provedor em 2010, encontrou uma rádio pública distinta (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 21), de importância reduzida e menor investimento em programas de autor, apesar de ainda possuir gente disponível e talentosa para os conceber e realizar (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 22). Os critérios mudaram: nas designações, passou-se de programas e rubricas para formatos e conteúdos; regresso às listas dos discos a divulgar em emissões (*playlists*), elaboradas por programadores, principalmente na Antena 1, à semelhança do que acontecia na Emissora Nacional até abril de 1974; deslumbramento pelas potencialidades oferecidas pela internet à rádio; desbaratada na identidade, reduzida à condição da parente pobre, ignorada e maltratada, espécie de Cinderela ofuscada pela meia irmã, a televisão (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 23).

No Quadro 3, indico os nomes dos provedores e o número de mensagens que eles receberam. Dos cinco provedores, todos com atividade relacionada com a produção radiofónica, apenas um pertencia ao sexo feminino, o mais jovem do grupo e único com carreira universitária firmada. A provedora também inaugurou a repetição de mandato, até aí confinado a um único com duração de dois anos. A seleção de cada provedor passa por um processo demorado, a depender de vários passos e instituições. Por exemplo, a escolha de João Paulo Guerra,

radialista dos mais experientes em todo o país e com uma carreira muito significativa, foi um caso complexo, com luta incompreensível entre entidades, o que adiou o começo do seu exercício. Os provedores masculinos, por questões etárias e de formação de gosto, escreveriam sobre as transformações da Antena 1 e da Antena 2, o desaparecimento das ondas curtas, de programas mais antigos e de autor, ao passo que a provedora, também por questões etárias, deu maior relevo à Antena 3 e às rádios emitidas pela internet. Aqui, a provedora partilharia a visão dos escritores dos relatórios da empresa, também com preferências voltadas para o canal mais jovem e as novas plataformas. A questão geracional assume, pois, um papel determinante no trabalho do provedor, por muito objetivo que o ocupante do cargo pretenda ser.

Quadro 3

Provedores do ouvinte e comunicações anuais recebidas por ele (2006-2019)

	Provedor do Ouvinte	Comunicações recebidas pelo provedor
2006	José Nuno Martins	663
2007	José Nuno Martins	1387
2008	Adelino Gomes	983
2009	Adelino Gomes	1146
2010	Mário Figueiredo	942
2011	Mário Figueiredo	1017
2012	Paula Cordeiro	680
2013	Paula Cordeiro	469
2014	Paula Cordeiro	569
2015	Paula Cordeiro	761
2016	Paula Cordeiro	417
2017	João Paulo Guerra	803
2018	João Paulo Guerra	623
2019	João Paulo Guerra	649

Fonte: Relatórios do Provedor do Ouvinte

O ano de maior número de comunicações seria em 2007, com o provedor José Nuno Martins, seguindo-se Adelino Gomes, em 2009, com 1146, e Mário Figueiredo, em 2011, com 1017 mensagens. Em catorze anos de provedoria, houve um total de 11109 mensagens, com média anual de 793,5 e a mediana (valor do meio no conjunto de dados) a situar-se em 720,5 e o desvio padrão (medida de dispersão em torno da média) em 272,1532. O menor número de comunicações por ano pertenceu à provedora Paula Cordeiro, em 2016, com 417. Em três dos quatro anos de mandato, ela teve o número mais baixo de mensagens de ouvintes. Apesar de poder não significar menor empenho, tal estabelece um sinal de alerta para o seu trabalho. Tenho uma explicação: José Nuno Martins, como primeiro provedor, beneficiou do fator

novidade, a que acrescento a sua grande popularidade em programas de rádio e de televisão, ao passo que Paula Cordeiro tinha bem menos impacto mediático quando assumiu a função. No total dos anos, o número de mensagens ao provedor não é alto, a significar o pouco envolvimento crítico, cívico e cultural dos ouvintes. Uma justificação plausível é a dos horários de transmissão do programa *Em Nome do Ouvinte* se fazer a horas com menor audiência e a repercutir em que escuta e reage. De modo muito simples, José Nuno Martins apareceu como pedagogo da função, João Paulo Guerra e Mário Figueiredo com discurso mais político, na escola da economia política da comunicação, Adelino Gomes realista e diplomata, e Paula Cordeiro, a escrever sobre a RTP e o serviço público de media e não a rádio em específico, em deriva modernista e enquadrada na perspetiva da escola tecnológica da comunicação à McLuhan. Os ouvintes dedicaram um grande interesse inicial pela função, julgando que o provedor faria prevalecer as suas propostas junto da estrutura da rádio pública. Por outro lado, a reação dos diretores de programas e de informação às sugestões do provedor significa a força da estrutura da rádio, menos flexível do que se podia imaginar.

Os temas principais trabalhados pelos provedores seriam qualidade de programas, extinção de programas e da emissão em ondas curtas, desvalorização das ondas médias e maior relevo dos serviços de internet (designado por serviço público de *media*). Os três primeiros provedores exerceram funções durante o governo socialista de José Sócrates, a provedora num governo de centro-direita liderado por Pedro Passos Coelho e o quinto provedor durante o governo socialista de António Costa. Existe uma grande aproximação cultural e profissional de três dos provedores: José Nuno Martins e Adelino Gomes estrearam-se no mesmo programa de Rádio Universidade, Adelino Gomes e João Paulo Guerra foram despedidos em 6 de setembro de 1972 por comentário do primeiro sobre o assassinato de atletas israelitas nos programas a que pertenciam (*Página 1* e *Tempo Zip*). José Nuno Martins especializou-se na realização e produção de programas, o mesmo acontecendo como Mário Figueiredo, ao passo que Adelino Gomes e João Paulo Guerra enveredaram pelo jornalismo radiofónico. Paula Cordeiro fez um percurso mais teórico, diferente da geração dos outros provedores, os quais já possuíam sólida experiência política e cultural em 1974.

A uma estrutura inicial e desenvolvida pelos três primeiros provedores, Paula Cordeiro seguiu uma metodologia muito distinta, a inibir comparabilidade exceto em alguns dados estatísticos. O quinto provedor voltou ao sistema usado pelos anteriores detentores do cargo. Os provedores homens pertenciam à geração dos diretores de informação e de programas, ou até mais velhos, alguns daqueles com funções anteriores exercidas de alta importância, o que lhes permitiu criticar duramente os atuais detentores do poder e mesmo as administrações. A provedora, mais jovem que os diretores da rádio e sem experiência para os contrariar, não tomou atitudes de contrapoder como os seus colegas de função. O provedor tinha uma pequena equipa com ele, a partilhar trabalho com o provedor do espectador. O jornalista Viriato Teles foi colaborador do provedor logo no mandato de José Nuno Martins. Fernanda Mestrinho

desempenhou a função de chefe de gabinete, até à sua reforma. No segundo mandato de João Paulo Guerra, a jornalista da rádio Inês Forjaz juntar-se-ia à pequena equipa. No mandato de Mário Figueiredo, o provedor deixou de reportar diretamente à administração, mas ao director com o pelouro jurídico.

Uma grande riqueza dos relatórios anuais dos provedores consiste na reflexão própria sobre a rádio, com as suas razões e as dos profissionais que foram sendo entrevistados. Se José Nuno Martins se apoiou bastante em académicos, a provedoria de Mário Figueiredo dedicou quatro programas (segundo a quinto) a ouvir os titulares anteriores do cargo, já libertos de baías da função para poderem dizer o que sempre pensaram (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 57). Aliás, a análise a toda a entrevista concedida por José Nuno Martins e Adelino Gomes ao terceiro provedor mostraria a riqueza da abordagem. Ouvir profissionais tornou-se hábito nas provedorias, a ajudar a entender a atividade radiofónica. Para José Nuno Martins,

Gratificante foi começar do zero, foi ajudarmo-nos, os profissionais que integravam o gabinete, a montar o gabinete, a fazer um orçamento, a predefinir uma estrutura, que mais ou menos foi depois posta. Aqueles primeiros três meses de trabalho nos bastidores, um trabalho surdo que não se ouviu, foram exaltantes porque não tínhamos certezas, o professor Paquete de Oliveira [provedor do telespectador] e eu próprio, tínhamos dúvidas, metodológicas até, também, mas foi exaltante, isso foi um trabalho extraordinário. Depois foi a adesão do público à ideia. As pessoas parece que estavam à espera de ter a oportunidade de se manifestar, estavam descontentes com o facto de haver muitos profissionais que não respondiam às suas mensagens, e encontraram ali uma via de saída. Foi impressionante a adesão que, de início, aconteceu. Depois, a pouco e pouco, foi-se esbatendo (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 120).

Já Adelino Gomes considerou fazer parte de um grupo de pessoas que, quando foi criada a Antena 3, pensou que esta estava a ser mais criada por razões de encontrar audiências do que por necessidade imediata, embora entendesse a juventude como componente essencial na opinião pública portuguesa e, daí, entender a existência da estação para ela (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2010, p. 67). A filosofia que acabou por prevalecer seria a da vida como música e brincadeira, como sexo e anedotas, embora se soubesse que quem fez a Antena 3 teria mais objetivos que isso.

Alguns comentários no relatório do provedor de 2019

Como exemplo da atividade do provedor, escolhi mensagens recebidas pelo provedor em 2019 e o desenvolvimento que lhes deu: “Ouvintes questionam, provedor responde”.

Não foi um exercício pautado por critérios objetivos, mas uma forma aleatória de verificar comportamentos de ouvintes e do provedor. João Paulo Guerra dividiu o relatório de 2019 em nove partes: ondas médias e curtas e outras questões técnicas (online e RTP Play), língua portuguesa e erros e lapsos, informação (a incluir meteorologia e trânsito), opinião (a incluir o programa *Antena Aberta* e humor), programas e rubricas, música e *playlist*, futebol e outras modalidades, elogios e satisfação, e diversos (como atendimento). O provedor começava as respostas quase sempre com a frase “senhor ouvinte, recebi a sua mensagem que muito agradeço e à qual prestei a melhor atenção”, a que se seguia uma exposição clara e pedagógica, dando conta dos contactos internos, nomeadamente com os diretores de programas e de informação. Noutras ocasiões, João Paulo Guerra responderia: “peço desculpa pelo atraso na resposta. A questão é que tive de consultar diversos responsáveis”. O provedor ora aceitava ora discordava das mensagens dos ouvintes, mas tomava também dianteira noutros temas, quase a constituir uma agenda.

A informação das madrugadas e aos fins-de-semana estava quase reduzida ao chamado piloto automático, programação gravada e com um jornalista disponível para alinhar os noticiários. Mais, a Antena 1 abdicara do locutor ao vivo nas madrugadas, em Lisboa, e o jornalista solitário trabalhava com um técnico em permanência, ao passo que, no Porto, durante a noite e madrugada funcionava com um jornalista, de vínculo de trabalho precário, sem qualquer locutor ou técnico junto a si, com a mera função de introduzir os noticiários no alinhamento automático da emissão. O conselho de redação escrevia em 24 de outubro de 2019:

A qualidade do serviço público de rádio tem sido atacada todos os dias. Há sínteses de atualidades canceladas por falta de jornalistas; há eventos relevantes que não têm cobertura da rádio, «recomendando-se a Antena» com sons retirados da televisão, nomeadamente eventos com a presença de altos responsáveis políticos; repetem-se os fins de semana em que não há jornalista para sair em reportagem; não há capacidade para desenvolver jornalismo de investigação; na Antena 2, há apenas uma jornalista que assegura os três noticiários a que a informação está reduzida; na RDP Internacional há quatro jornalistas para realizar dois noticiários e vários programas de informação e, imagine-se, há um noticiário que é gravado e posteriormente retransmitido; não há jornalistas para fazerem a cobertura de áreas específicas como justiça, saúde, educação, cultura (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 41).

Para o provedor, a escassez de recursos humanos conduzia a debilidades de informação, ao comodismo e ao jornalismo sentado (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 104). Numa ocasião, sobre esse, ele deu razão à queixa: “presumo que a situação que descreve será agravada pelo período de férias que reduz ainda mais as equipas já muito diminuídas pela «austeridade» que, com essa ou outra designação, se continua a abater sobre a rádio” (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 117). Em noticiário sobre a lei de alargamento de lei de porte de arma no

Brasil, foi referido que cerca de 70% da população estava contra a medida, segundo uma sondagem, mas rebatida pelo locutor que entrevistou quatro pessoas no Rio de Janeiro. O provedor responderia: “o senhor ouvinte tem razão. Em primeiro lugar, não se podem contrapor quatro entrevistas a uma sondagem, e em segundo, quatro vozes não falam por uma cidade de mais de seis milhões de habitantes” (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 113).

Mas nem sempre eram justas as reclamações dos ouvintes, levando o provedor a reagir de modo muito duro, como à mensagem de um ouvinte queixando-se de noticiários infames e vergonhosos, com “violadores de toda a ordem, gatunos famosos a nascer da noite para o dia, nunca nenhum é preso ou só prendem os mais pobres os outros ainda lhes vamos pedir desculpa um dia destes, juízes com notas de 500 escondidas”. Respondeu o provedor: “só por engano terá sido dirigida ao provedor do ouvinte da rádio do serviço público. A imagem que traça corresponde provavelmente aos serviços privados de intoxicação mental fornecidos à hora do almoço e a outras horas pelas redes privadas de televisão” (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 108). A uma outra queixa de ouvinte, o provedor usou de novo linguagem dura:

fui ouvir o noticiário em questão, como sempre faço em caso de dúvidas. O noticiário, todo ele ocupado com a situação dos incêndios no distrito de Castelo Branco, e gerido no estúdio pela experiente jornalista Raquel Morão Lopes, totalizou 21 minutos e 56 segundos. Foi um noticiário de balanço de um dia muito difícil para as populações da Sertã e de Vila do Rei. Em momento algum deteei, quer no noticiário quer nas reportagens, sinais de exploração do “espetáculo”, para usar uma expressão sua. Foi informação sóbria e essencial. O episódio que relata com detalhes, e ocupa dois dos três parágrafos da mensagem que me enviou — o suposto caso de uma repórter a estorvar com o estacionamento do seu carro a ação de uma moradora — não consta, pura e simplesmente, do noticiário e das reportagens incluídas, tal como foi transmitido e gravado, em direto, enquanto ia para o ar na Antena 1 (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 115).

Numa das mensagens ao provedor, um ouvinte manifestou espanto por um noticiário não conter qualquer referência à atuação do primeiro-ministro inglês Boris Johnson de fecho do parlamento e impedimento da discussão da saída do Reino Unido da União Europeia, com o noticiário centrado em problemas de transportes rodoviários e do futebol (20:00, 28 de agosto de 2019). Respondeu o provedor:

O conceito de horário nobre está diretamente relacionado com os períodos de maior concentração de audiência — que, em rádio, são os períodos da manhã e do final da tarde. Assim, as 20:00, sendo um horário nobre para as televisões, já não o é no que à rádio diz respeito. A situação que refere esteve em destaque em todos os blocos informativos da Antena 1 entre as 10:00 e as 18:00, ou seja, nos nove principais noticiários desse dia, tendo sido a notícia de abertura nos primeiros seis e segundo destaque nos outros três. Pode, pois, considerar-se que o assunto teve o devido destaque na

informação da rádio pública. Naturalmente que poderia ter mais, nomeadamente nos noticiários da noite, mas isso implicaria porventura ter de prescindir de outras notícias que, nesses horários, seriam eventualmente mais prementes em termos de atualidade e interesse informativo. Afinal, a Antena 1 tem 24 blocos informativos por dia, e não é possível (nem desejável) dar as mesmas notícias em todos eles (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 116).

Os maiores volumes de queixas concentraram-se em críticas a programas e rubricas e à própria programação, às horas de programação em modo “piloto-automático” (período da madrugada), à má qualidade da música transmitida na Antena 1 e ao excesso de horas de transmissões de futebol na Antena 1 (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 5). Os casos de *Antena Aberta* e painel *O Fio da Meada* seriam paradigmáticos em 2019, com os ouvintes a escrutinarem muitos estes programas (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 6).

Em 12 de outubro de 2018, com três eleições à vista, a RTP deslocou a editora de política da Antena 1, Maria Flor Pedroso, para diretora de informação da televisão. O provedor tinha pronta uma entrevista com Maria Flor Pedroso sobre o ano eleitoral, na qualidade de editora de política da Antena 1 (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 35), mas, perante a nova posição, decidiu não a emitir. A editoria de política refez-se em fevereiro de 2019, com Natália Carvalho como nova editora. Os problemas e conflitos entre redação e direção de informação da rádio pública agravaram-se face ao que o provedor escrevera em relatório anterior (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 38). E nem a notícia da integração de precários veio corrigir os problemas causados pela saída de ativos. O clima de mal-estar e de contestação culminou em 2019 com a retirada de confiança do conselho de redação ao diretor de informação, culminando o conflito com a demissão daquele.

Fora dos dois horários nobres da rádio (manhã e tarde), entalados em segmentos de menor audição, o provedor encontrou exemplos de programas que aumentavam o conhecimento dos ouvintes sobre o país e a Europa, aplaudindo *Vou Ali e já Venho*, do colaborador externo Rui Gomes, rubrica diária sobre recantos, história e cultura das várias regiões de Portugal, e *De Lisboa a Helsínquia* e *Europa Minha*, programas para conhecer os países da União Europeia e suas instituições, de Raquel Morão Lopes (Antena 1) e Rebeca Abecassis (colaboradora externa) (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019: 51). O provedor decidiu ainda destacar os programas sobre ciência: *Antena 2 Ciência* (Ana Paula Ferreira), *Os Dias do Futuro* (Edgar Canelas, Antena 1), *Fricção Científica* (Isilda Sanches, Antena 3), *Ponto de Partida* (Eduarda Maio, Antena 1) e *90 Segundos de Ciência* (produção externa coordenada pelo jornalista António Granado). Na Antena 2, o realizador Luís Caetano oferecia dois espaços de poesia, *A Vida Breve* (programa diário de poesia dita pelos seus autores) e *O Som que os Versos fazem ao Abrir* (em parceria com a poetisa Ana Luísa Amaral) (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 52), igualmente do agrado do provedor. No conjunto, as rubricas realçadas têm pouca expressão temporal no conjunto dos programas de informação, mas ilustram o seu conceito de rádio pública e cultural.

Conclusões

Desde 2006, o escrutínio do serviço público de rádio aumentou com a criação do provedor do ouvinte. Também os relatórios da ERC, de análise ao pluralismo informativo, tornaram a rádio pública a mais vigiada. A isto, acresce a redução de jornalistas no trabalho diário, por força de reformas e recurso a trabalho precário, visíveis na incapacidade de responder a todos os desafios, e mudança regular na liderança da direção de informação. Contudo, tem sido notável a resposta a acontecimentos e criação de reportagens, como nos temas de comemoração (todos os anos, há eventos a recordar e celebrar, com a produção prévia e contínua de programas em *stock*), o que coloca a rádio pública sempre no limiar do possível. Os prémios atribuídos a repórteres da rádio ganham, assim, um significado especial. Aqui, quer a estrutura empresarial quer os provedores são unânimes no reconhecimento dos jornalistas premiados.

No estudo exploratório que fiz sobre o trabalho dos cinco provedores do ouvinte, mas com ênfase no último, verifica-se a preocupação com a gestão do dia a dia da rádio e, de certo modo, com as infraestruturas, casos do desaparecimento das emissões de ondas curtas e da redução das emissões de ondas médias, mas alargamento da oferta da rádio na internet, com estações estratégicas (Rádio Lusitânia, Rádio Mundial, Antena 1 Fado, Antena 1 Vida, Rádio Zig Zag, Antena 2 Ópera, Antena 3 Dance, Antena 3 Rock) e rádios de oportunidade (para momentos especiais como competições mundiais ou europeias). Na análise aos relatórios do provedor, notei um forte lamento pelo desaparecimento das ondas curtas por parte dos radiolistas masculinos, mais velhos e conscientes do impacto dessas ondas, por exemplo no período da II Guerra Mundial, memória que não afetava a provedora, mais nova e sem experiência do seu uso. Isto leva-me a concluir que a cultura do provedor, aliada à sua idade, sensibiliza o empenho em dados temas em detrimento de outros, pelo que o papel do provedor não é totalmente objetivo, mas afetado a um tempo histórico.

Do mesmo modo que se observa nos relatórios da RTP, os provedores quiseram destacar os exemplos de programas bem-feitos, mais uma vez escolhas pessoais, enquanto os relatórios da empresa são totalmente omissos a críticas a programas como as feitas pelos provedores. O provedor espantava-se por haver tão “escassa interação opinativa criada em volta do jornal *Portugal em Direto*” (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2009, p. 55), na Antena 1, pois considerava-o um programa adequado na chamada informação regional na rádio pública. No conjunto, as mensagens dos ouvintes apontavam erros e falhas e traçavam poucos elogios, talvez característica idiossincrática dos portugueses, pessimistas em geral. Ao invés, e apesar de não estudado aqui, retenho as posições de oposição do provedor ao programa *Pedro e Inês* e à rubrica *Beatriz Gosta*, ambos na Antena 3. Desta última, e sobre a edição de 26 de maio 2017, o provedor considerou que os limites do bom senso e da decência tinham sido ultrapassados, com “uma exibição de obscenidade gratuita” (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2017, p. 20).

Os detentores do cargo mais veteranos assumiriam algumas posições próximas do

contrapoder, conquanto os diretores da rádio visados pelos seus comentários as ignorassem ou, até, não respondessem aos desafios. A mágoa sentida em dados momentos pelo provedor, pela incapacidade de persuadir os rumos da programação, pode significar que, em futuro próximo, se questione o cargo e este desapareça. Fica a transposição de desabafo do antigo provedor Adelino Gomes sobre a situação na rádio pública, em junho de 2019: “O que nos contaste foi duríssimo de ouvir” (Relatório do Provedor do Ouvinte, 2019, p. 7). Em causa, estavam a situação técnica — avarias nas antenas e nos estúdios —, a redução de jornalistas na redação e a saída definitiva do animador das manhãs da Antena 1, António Macedo. Porém, fica, em todo o período de atividade do provedor, a certeza de que o ouvinte passou a ter alguém a responder às suas questões, algo que não existia antes. Até aí, os jornalistas nem sequer respondiam aos ouvintes, apesar da declaração simbólica da rádio, repetidamente dita aos microfones, estar aberta aos seus ouvintes. Se se olhar ao invés, o número baixo de mensagens anuais enviadas pelos ouvintes (média de 793,5 e mediana de 720,5) reflete-se num certo desprezo dos profissionais por quem os escuta, mesmo com a instituição do provedor.

O provedor coloca-se, deste modo, entre duas posições — a dos que fazem os programas e os que os ouvem, como se houvesse agendas de temas. Ora, cada lado tem uma visão distinta. Do lado da empresa, procuram-se conciliar recursos humanos e técnicos com a necessidade de preencher a grelha de programas. Há aqui uma lógica, goste-se ou não, de equilíbrio ideológico, necessidade de cobrir eventos e noticiá-los (novos ou comemorações), gosto estético e competências dos quadros humanos que fazem os programas. Do lado dos ouvintes, há gostos diferentes e atenção muitas vezes reduzida, o que leva a equívocos, como o provedor desfez com regularidade. A estas duas posições junta-se a do provedor, agente ativo e a marcar o seu pensamento. Daí, haver interesse intelectual em perceber as justificações teóricas da professora e provedora Paula Cordeiro e o reconhecimento da experiência dos radialistas como eram os outros provedores. Por mais próximo que estivesse da administração, caso de Paula Cordeiro, ou mais afastado, como Mário Figueiredo ou João Paulo Guerra, o resultado era semelhante — o provedor procurava interferir na condução diária da programação. Afinal, era essa a sua missão. Acrescento que julgo não ter havido agendas de interesses próprios, dada a duração definida do tempo do cargo, a delimitação de funções e o nível intelectual dos seus ocupantes.

A análise às posições defendidas por cada provedor relativamente aos géneros, objeto de uma investigação mais profunda que a atual, indicará de modo mais preciso o peso de cada género. Retomando o Quadro 2, de distribuição dos géneros (em que os noticiários tinham 15,9% do tempo da programação em 2018, seguidos, de modo surpreendente, por boletim meteorológico (3,4%) e informação de trânsito (2,9%), a minha pesquisa — a precisar de melhor caracterização — concluiu que os provedores se debruçaram mais sobre magazines (2,8%), debates e entrevistas (2,7%) e edição especial (0,8%), géneros de menor peso na antena mas onde se forma (ou distorce) a opinião pública e se pode medir o pluralismo político.

O género Antena Aberta, aliás nome de programa, seria considerado por um dos provedores como género informativo por mera classificação administrativa, ao nível dos programas de comentário desportivo, e igualmente com posições subjetivas e sectárias. No total, a atividade da rádio pública mostra a necessidade de produzir uma cornucópia de conteúdos de interesse político, económico, social e cultural, a fazer emergir uma máquina de produção poderosa e organizada, mesmo com os percalços já identificados (falta de recursos humanos, meios tecnológicos a ameaçarem colapsar).

Embora nem sempre seja legível nos relatórios do provedor, sabe-se que cada uma das administrações tinha a sua visão sobre a rádio. Fechar as emissões de ondas curtas e criar rádios na internet fizeram parte dos objetivos principais das administrações, ao passo que os provedores se dedicavam aos programas e menos às infraestruturas, a equivaler a uma divisão de tarefas e funções específicas aos cargos. Por sua vez, as administrações, dependentes dos governos, seguiam orientações quase nunca assinaladas nos relatórios do provedor. Por isso, a minha análise é redutora, cingida a um quadro de referências e não à totalidade do setor. A observação dos relatórios e contas da administração e do regulador ajudará, em investigações futuras, a uma melhor compreensão do todo.

Referências bibliográficas

Silva, M. T. da (2014). *As Cartas dos Leitores na Imprensa Portuguesa: Uma forma de Comunicação e Debate do Público*. LabCom.

Relatórios de Atividade do Provedor do Ouvinte — 2006-2019. Media RTP. <https://media.rtp.pt/empresa/provedores/relatorios-de-atividade/>

Relatórios de Atividade do Provedor do Telespetador — 2006-2019. Media RTP. <https://media.rtp.pt/empresa/provedores/relatorios-de-atividade/>

Relatório e Contas RTP — 2003-2019. <https://media.rtp.pt/empresa/inf-financieira/informacao-anual/>

Relatórios de Regulação — 2006-2019. <https://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/relatorios-de-regulacao>

Parte VII

**História
do
telejornalismo
em Portugal**

Entre Salazar e Caetano: A ação política e propagandística do Estado Novo na RTP

*Between Salazar and Caetano:
The political and propagandistic action
of Estado Novo in RTP*

Celiana Azevedo

Universidade Nova de Lisboa e ICNOVA
celianaazevedo@fcsh.unl.pt
ORCID ID: [0000-0002-1768-2525](https://orcid.org/0000-0002-1768-2525)

Catarina Valada

Universidade Nova de Lisboa
/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
cattvalada@gmail.com
ORCID ID: [0000-0001-9273-7592](https://orcid.org/0000-0001-9273-7592)

Joana Gil

Universidade Nova de Lisboa
/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
joanagiljorge@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-0302-2980](https://orcid.org/0000-0002-0302-2980)

Maria Leonor Moura

Universidade Nova de Lisboa
/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
leonormoura1@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-3451-2739](https://orcid.org/0000-0002-3451-2739)

Pedro Alves Godinho

Universidade Nova de Lisboa
/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
pedro.godinho2001@gmail.com
ORCID ID: [0000-0003-3512-8752](https://orcid.org/0000-0003-3512-8752)

Resumo: Quando a RTP surgiu, Portugal encontrava-se mergulhado num regime ditatorial que vigorou até 1974. Do mesmo modo que os outros meios de comunicação eram controlados pelo Governo e, frequentemente, utilizados como um mecanismo do aparelho propagandístico do Estado, especialmente a imprensa e a rádio, também a televisão viu a sua capacidade informativa aproveitada como um veículo ideológico do regime. A televisão estatal portuguesa, portanto, consolidou-se sob pressupostos de apertado controlo e sem interesse visível pela opinião do público. Apesar dessa realidade ter permanecido na totalidade do Estado Novo, algumas diferenças podem ser apontadas quando comparamos os Governos de António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano. Assim, esta pesquisa visa contribuir para um melhor entendimento da História do telejornalismo em Portugal ao apontar como a ação política e propagandística do Estado Novo na RTP foi empregada em ambas as administrações e quais as suas diferenças e semelhanças. Parte-se, então, de aspetos elementares do caráter dos dois autocratas para compreender as particularidades da ação mediática de cada um, explorando, também, os aspetos histórico-sociais que contribuíram para esse contexto. Para isso, realizamos uma análise qualitativa de 27 peças noticiosas veiculadas na RTP entre 1964 e 1974, cujo ator principal foi Salazar ou Marcelo Caetano, oferecendo uma visão analítica e crítica sobre o modo como a imagem pública de cada um era transmitida para a população. A partir desta pesquisa, verificamos que Salazar diverge de Caetano na sua abordagem televisiva, convergindo, no entanto, na manutenção dos valores do regime. Dá-se a cisão no que toca à imagem pública dos intervenientes: Salazar não via a televisão como potenciador do regime e, devido à sua personalidade introvertida, não assumia protagonismo. Por sua vez, Caetano crê no papel da RTP e na sua importância no controlo da opinião pública, denotando-se a natural propensão de orador.

Palavras-chave: Estado Novo; RTP; António de Oliveira Salazar; Marcello Caetano.

Abstract: When RTP first aired, Portugal was immersed in a dictatorship that lasted until 1974. The television service, alongside other media outlets such as the radio and the press, was controlled by the government and used as a propaganda mechanism, having its informative qualities used to convey the regime's ideology. The Portuguese state television was built in conformity with the government standards, being highly controlled by it, with no apparent interest in the public's opinion. Even though this was a constant reality throughout the Estado Novo period, we can point out some differences when comparing the ruling of António de Oliveira Salazar with Marcello Caetano's. This research aims to contribute to a better understanding of the History of telejournalism in Portugal by dissecting how the political and propagandistic acts were employed in RTP in the two administrations of Estado Novo and its differences and similarities. We analysed fundamental aspects of the character of these two autocrats to further understand each one's mediatic particularities. The socio-historical aspects that contributed to the time's political landscape on the media were also investigated. The conclusions drawn in this paper were based in a qualitative analysis we made of 27 news articles from RTP, broadcasted between 1964 and 1974, that featured either Salazar or Caetano, offering an analytic and critical view over the way their public image was conveyed to the population. Given the results, it was possible to testify that Salazar is distinguished from Caetano in his approach to television; however, the values of the regime broadcasted do not change with the transmission of power. The public image of the two autocrats diverges: Salazar did not see the potential in television as a means of empowerment to the regime and, due to his introverted personality, avoided being regarded as a protagonist, whereas Caetano believes in RTP's role in controlling the public's opinion, demonstrating his natural public speaker abilities.

Keywords: Estado Novo; RTP; António de Oliveira Salazar; Marcello Caetano.

Introdução

Entre 1933 e 1974, Portugal esteve imerso num regime totalitário, sob a administração de António de Oliveira Salazar, e ditatorial que se manteve durante 41 anos e que apenas viu o seu término a 25 de abril de 1974, aquando da Revolução dos Cravos. O regime de Salazar, intitulado de Estado Novo, fez-se prevalecer sobre todos os aspetos da política, economia e da sociedade

em geral. Inspirado pelo fascismo de Mussolini — “tudo pela Nação, nada contra a Nação” — o interesse do país estaria acima do indivíduo. Sobreponem-se, então, os princípios salazaristas a quaisquer outros, impondo aos portugueses uma única forma de estar em sociedade.

Os princípios “Deus, Pátria, Família” eram, deste modo, incutidos aos portugueses por meio das ferramentas ao alcance do Estado. Através dos currículos escolares manipulados, formavam-se os jovens em torno dos valores do regime. Apostava-se na propaganda pró-Salazar, a qual tinha em vista colocar o líder numa posição quase divina. Adulteravam-se acontecimentos, praticava-se a censura nos meios de comunicação que deveriam difundir somente as informações cujo cerne estivesse de acordo com o regime. Assim, era predominantemente através dos *media* que o Estado difundia a sua propaganda.

A manipulação dos *media* por parte do Estado foi uma ferramenta utilizada transversalmente durante a ditadura em Portugal. A chegada ao poder de Marcello Caetano em 1968, aquando dos problemas de saúde e falecimento de Salazar, não abalou a estrutura de controlo mediático do Estado. Dado o grau de importância dos *media* na experiência social dos cidadãos, abandonar o aparelho de censura não foi uma opção para o regime. No entanto, registam-se algumas diferenças no modo de encarar e dar uso aos meios de comunicação por parte de ambos os Chefes de Estado.

Partindo da questão “Quais as diferenças da cobertura mediática da RTP nos últimos anos do mandato de Salazar e durante o período marcelista?”, iremos abordar, comparativamente, a ação política nos *media* em ambos os momentos. Pretendemos estudar, deste modo, a RTP entre 1964 e 1974, década que incorpora os últimos anos de Salazar no poder e a administração de Caetano.

Procuramos, também, perceber de que modo a imagem pública transmitida por Salazar e Caetano influenciava a ação que tinham nos *media*, já que se tratava de personalidades vincadamente distintas. Para além da pergunta principal, outras também serviram para nortear a presente pesquisa, como: Será, então, possível veicular os mesmos valores através de diferentes abordagens? Terão partido estas disparidades nos *media* da imagem pública transmitida por Salazar e Caetano? Ou, por outro lado, terão sido os avanços tecnológicos a fomentar as mudanças discriminadas entre as duas administrações?

Contextualização histórica

A I República Portuguesa cai devido à instabilidade política. Entre 1910 e 1926, existiram, aproximadamente, quarenta e cinco governos, surgiram vários grupos políticos, houve golpes militares e pequenos períodos de ditadura. Para além disto, a economia encontrava-se degradada e o descontentamento populacional era profundo e generalizado. Assim, a 28 de maio de 1926, Gomes da Costa encabeça um golpe militar que coloca um ponto final na I

República e Mendes Cabeçadas passa a governar o país em regime de ditadura militar, suspendendo a Constituição de 1911 (Pinto, 2010: 9). Óscar Carmona é eleito Presidente da República e, simultaneamente, António de Oliveira Salazar é convidado para chefiar a pasta das Finanças. Em 1932, Salazar é nomeado chefe do governo com a aprovação da constituição em plebiscito e, com a Constituição de 1933, são-lhe atribuídas novas competências, como a de Presidente do Conselho. É a coberto dos poderes que lhe são conferidos por esta constituição que se instaura o Estado Novo. A ideologia do regime em vigor a partir de 1933 baseava-se na trilogia “Deus, Pátria, Família” e sustentava-se em vários pilares, tais como: o ruralismo, o autoritarismo, a autocracia (e o culto da personalidade/chefe), o nacionalismo, o corporativismo, o conservadorismo, a autarcia e o colonialismo (Couto, 2016).

O Estado Novo atuou de maneira propagandística de modo a obter o controlo das massas. O ensino foi um enorme aliado da difusão da ideologia salazarista com programas e livros escolares sendo revistos e alterados e tornando-se obrigatório o crucifixo e a imagem de Oliveira Salazar nas salas de aula (Pinto, 2010, p. 79).

Quando se levantasse a questão “Ensinar o povo a ler? Para ler o quê?”, a resposta seria “Aquilo que o Estado permita e o que ao Estado convenha”, o que cumpria um duplo objetivo: o de impedir que a população pudesse tomar contacto com as doutrinas políticas inconciliáveis com o novo regime; o de formar o carácter e o espírito das crianças e jovens conforme a ideologia do Estado Novo (Gri-lo, 2011, p. 199).

Criaram-se mecanismos como a Censura e a polícia política que perseguia, detinha e torturava os opositores ao regime (a PVDE, que alterou o seu nome para PIDE em 1945). Fundou-se o partido único União Nacional, a Legião e a Mocidade Portuguesa, o Secretariado de Propaganda Nacional, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, organismos que manipulavam a opinião pública e patrocinavam quem enaltecesse o regime. Para além disso, obteve-se controlo de todos os meios de comunicação social para as massas — jornais, televisão, rádio, entre outros.

Durante a década em análise (de 1964 a 1974), o regime chefiado por Oliveira Salazar encontrava-se em decadência devido a grandes dificuldades e atrasos económicos agravados pelos conflitos coloniais. Decorria o ano de 1968 quando Marcello Caetano substituiu Salazar, cuja saúde se encontrava fragilizada, vindo a morrer dois anos depois. Dá-se início, deste modo, à denominada “Primavera Marcelista”, adquirindo este nome pelo aparente clima de mudança que se fazia sentir.

Conceitos como “Primavera Marcelista” e “renovação na continuidade” marcaram o quotidiano político entre 1968 e 1974. (...) escondia-se uma abertura política demasiado limitada e hesitante (...) A crise do marcelismo, indissociável do conflito colonial, era o ato final de um regime esgotado

que não fora capaz de se reformar, evoluir e democratizar e que, sucessivamente, fora perdendo várias oportunidades suscetíveis de abrir uma transição ou reforma (Ruivo, 2013, p. 55).

Houve uma intensificação da oposição e das denúncias internacionais e foram promulgadas várias medidas, tais como a reforma no ensino e o regresso dos exilados, como Mário Soares ou o Bispo do Porto. A censura passou a denominar-se Exame Prévio, o partido União Nacional alterou a sua nomenclatura para Ação Nacional Popular e a PIDE passou a ser Direção Geral de Segurança (Couto, 2016, p. 110). Simultaneamente, imprime-se uma perceção de repressão diminuída.

O marcelismo não foi uma simples continuidade do salazarismo. Sem ter operado uma rutura com o salazarismo nem rejeitado o seu legado, acabou por se traduzir na modernização e reforma de várias dimensões da vida portuguesa herdadas do passado. O projeto político do marcelismo pode ser sintetizado em três grandes desafios ou linhas de força: modernizar e abrir o regime, encontrar uma solução para a guerra colonial e encetar o desenvolvimento económico em moldes modernos assente na iniciativa privada e na aproximação e abertura da economia ao exterior (Ruivo, 2013, p. 60).

Instituiu-se, também, o voto feminino, a fiscalização de mesas de voto e a legalização de grupos políticos de oposição. No entanto, as eleições permaneceram fraudulentas. Por esta altura, acentuou-se o isolamento internacional de Portugal, perdendo, de forma gradual, os seus aliados, tendo sido negada a integração portuguesa num projeto europeu comum. Ao corrente destes acontecimentos, Caetano é insultado em Londres e a imagem internacional do governo torna-se insustentável. Toda a oposição, descontentamento e sede de mudança culminou no 25 de abril de 1974, com o golpe de Estado conhecido como a Revolução dos Cravos organizado por militares com o objetivo de derrubar o regime, ordenando a destituição de Marcello Caetano. Findou, deste modo, a ditadura portuguesa (Pinto, 2010, p. 110).

Metodologia

A temática que objetivamos aprofundar baseia-se nas diferenças propagandísticas e televisivas durante os mandatos de Oliveira Salazar e de Marcello Caetano. Deste modo, definimos uma década que abrangesse ambos os líderes políticos: 1964 e 1974. Ou seja, um período que compreendesse o governo de Salazar e de Marcello Caetano para que pudéssemos observar e compreender a transição política, televisiva e propagandística, que pretendemos aprofundar. O período escolhido deu-nos, a oportunidade de vislumbrar, mesmo que brevemente, o pós-ditadura.

Para analisar a época selecionada, recorreremos ao arquivo do canal televisivo RTP — RTP

Arquivos ¹, que possui uma vasta oferta de conteúdos com livre acesso. Seleccionamos 27 peças noticiosas referentes ao governo de Salazar, de Marcello Caetano e ao pós-revolução.

Tabela 1
Peças seleccionadas

Ano	Título da notícia
1964	Partida de Militares para o Ultramar
1965	Propaganda Eleitoral da União Nacional em Coimbra
1965	Eleições à Assembleia Nacional
1965	Telefonema para a Censura
1965	Homenagem a António de Oliveira Salazar
1966	Bênção da Ponte Salazar
1968	Missa Campal pelas Melhoras de Salazar
1968	Dom Manuel Gonçalves Cerejeira visita António de Oliveira Salazar
1968	Missa pelas Melhoras de Salazar
1968	Missa no Brasil pelas Melhoras de Salazar
1968	Boletim Clínico de Salazar
1968	Évora deseja as melhoras a Salazar
1968	Marcelo Caetano visita a Beira
1969	Visita de Marcelo Caetano a Luanda
1969	Propaganda Eleitoral para as Eleições Legislativas
1969	Chegada de Marcelo Caetano a Nova Iorque
1969	Votação para as Eleições Legislativas em Lisboa
1969	Entrevista a Salazar
1969	Comemoração do dia da Comunidade luso brasileira
1969	Ampliação da Barragem Salazar
1972	Programa: Conversas em Família
1973	Inauguração do Monumento a Marcelo Caetano
1973	Visita de Caetano à Mocidade Portuguesa feminina
1974	Visita do Ministro do Ultramar às Colónias
1974	25 de Abril nas Escolas e nas Universidades
1974	Gravação Telefonemas para a censura
1974	A igreja antes do 25 de abril

Fonte: Elaboração própria

¹ RTP Arquivos: <https://arquivos.rtp.pt/>

O método de seleção das notícias foi concretizado com o objetivo de trazer diversidade de temáticas: desde a igreja ao ensino, da guerra colonial ao gabinete da censura ou até à propaganda eleitoral. Assim, escolhemos as notícias guiando-nos pela ideia de que a melhor forma de explorar esta temática seria através da análise e observação de várias perspetivas, não vinculando a pesquisa somente ao lado político, mas focalizando, também, na área social, cultural e religiosa. Apesar de todas as notícias selecionadas serem a preto e branco, incluímos peças mudas e sonoras, e com a duração entre um minuto a uma hora e meia.

Para análise, estabelecemos as seguintes categorias: intervenientes (para compreender quem participou no acontecimento noticiado); mensagem propagandística do governo (pois reconhecemos que o regime ditatorial difundia a sua ideologia onde possível, os meios de comunicação não foram exceção); elementos do Estado Novo (como a bandeira, o hino, mecanismos governamentais ou até referências religiosas ou do culto de personalidade); presença de manipulação ou adulteração de conteúdos/realidades (perceção de que nem tudo o que era transmitido se assemelhava ao que realmente acontecia); contexto histórico (de modo a podermos localizar a notícia cronológica e temporalmente); e, por último, o impacto pretendido (os *media* pressupõem uma audiência e uma reação, portanto, com este parâmetro pretendemos compreender que impacto o regime queria criar nas massas).

Análise comparativa

Salazar e Caetano apresentam uma imagem pública distinta. O primeiro, mais austero e conservador, aposta na manutenção de uma nação passiva, ligada aos valores tradicionais e enraizada na moralidade católica. Parte da sua personalidade recatada serviu para instituir uma imagem de herói mítico da pátria, resguardando-se do público, sempre que possível. Essas características podem ser observadas na notícia Évora deseja as melhoras a Salazar (Arquivo RTP, 1968) veiculada imediatamente após o acidente do Chefe de Estado, colocando-o numa posição de herói no imaginário português, lutando com bravura contra a morte e provendo-se do apoio que o povo lhe concede incondicionalmente.

Marcello Caetano, por outro lado, sustenta uma posição mais acessível do regime, posicionando-se mais “próximo da ação” do que o seu predecessor — durante a administração de Salazar, já era personagem principal de comunicados ao país e declarações aos meios de comunicação. Durante o período que esteve no poder, Caetano preferia utilizar os *media* de forma mais ativa e dinâmica, participando pessoalmente nos *affairs* mediáticos. A sua ação nos meios de comunicação possibilitou a criação de conteúdos mais apelativos às massas, quebrando a abordagem retrógrada e austera de Salazar que se orgulhava do descrédito que tinha quanto à inovação, crendo proteger o seu povo dos males que provêm da modernidade. Isso quer dizer que o cerne do regime não se modificou com o falecimento de Salazar; pelo

contrário, manteve-se a ideologia de base, transformaram-se apenas as ferramentas de manutenção da ordem estabelecida, através da nova forma de olhar os *media* de Caetano.

Cádima (2010) destaca o vínculo entre a RTP e Marcelo Caetano, expondo o controlo que este exercia sobre o canal. É evidenciada a relação que tinha com o presidente do Conselho de Administração da RTP através de uma carta datada de 28/12/1970:

Conto com o apoio, fiel, dedicado e inteligente dos amigos, sobretudo daqueles a quem estão confiadas posições-chave, como sucede consigo. A televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial de ação política e nós não podemos hesitar na sua utilização — nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda. Sei que está atento, mas nos tempos que correm toda a vigilância é pouca, toda a inteligência e argúcia na ação são insuficientes: há que pôr em jogo todas as nossas dificuldades de combate (Cádima, 2010, p. 63-64).

Segundo Mário Soares, Salazar era “um político representativo do país rural, imóvel, atrasado, provinciano que Portugal foi em grande parte durante o seu consulado e devido à sua ação” (Cádima, 2010, p. 59). Por outro lado, Caetano era uma pessoa mais aberta e dinâmica, dada à modernidade, propondo-se capaz de permitir o país evoluir na continuidade. Assim, Cádima (2010, p. 62) aponta a alteração da estratégia da RTP sob a gestão marcelista:

Os editoriais passam a ser redigidos com o enfoque na terceira pessoa, nas suas atividades e na sua agenda política, no seu pensamento, nas entrevistas que dá, nos livros que publica, nos factos políticos que cria, ou até no recurso à própria RTP para melhor chegar aos portugueses, cumprindo assim, aliás, o desiderato que havia imputado ao meio, essa espécie de prótese instrumental do novo poder (Cádima, 2010, p. 62).

As notícias da RTP selecionadas demonstram também uma clara divergência entre ambas as gestões no que toca aos acontecimentos transmitidos, à forma de os abordar e ao modo como a presença do Chefe de Estado é apresentada. Nos anos de Salazar, noticiavam-se celebrações e acontecimentos-chave para a manutenção do regime (como as eleições ou ocorrências relacionadas com as colónias), transmitiam-se peças de carácter monótono e, de modo a compensar a ausência efetiva de Salazar no foco das câmaras, apostava-se no misticismo da sua figura. Já sob a administração de Caetano, o enfoque desvia-se para ações do governo, mascarando o que já estava em vigor sob a bandeira da inovação, e dá-se uma crescente importância à guerra no Ultramar, apresentando os conteúdos de uma forma mais envolvente para as massas, exibindo o líder como o cabecilha da ação.

De facto, a guerra colonial foi abordada de modo diferente nas duas administrações. A análise das notícias *Partida de Militares para o Ultramar* (Arquivo RTP, 1964) e *Visita de Marcello Caetano a Luanda* (Arquivo RTP, 1969) corroboram esta afirmação. A notícia publicada

durante o governo de Salazar denota a tentativa de mistificar os assuntos do regime. Fala-se da partida dos militares para o Ultramar do Cais da Rocha de Conde de Óbidos, Lisboa, a bordo do navio “Vera Cruz” — primeiro nome que se deu ao território do Brasil após o desembarque da frota de Pedro Álvares Cabral em 1500, nome que fora atribuído ao navio possivelmente com o objetivo de contribuir para o imaginário heroico do passado português que o regime propagandeava, de modo a atribuir grandiosidade ao presente. No cais, apresentavam-se os soldados perfilados, empunhando bandeiras e marchando ao som dos músicos. A encenação da despedida dos militares tem como objetivo torná-la num evento grandioso e cunhado de prestígio. Os soldados ganham um estatuto de heróis que se sacrificam em prol do bem maior — a nação. Também as suas famílias têm lugar de destaque, apoiando tal dedicação à pátria, sem sinais de oposição.

Note-se, também, a posição de Salazar na notícia. O líder e o seu governo são mencionados, porém não estão no foco principal. A inexistência de Salazar nos meios de comunicação, mesmo tratando-se de um assunto vital para o Estado, destaca o seu carácter recatado e a fraca aposta na televisão como modo de propaganda política: “O afastamento de Salazar do meio televisivo não se explica só pelas suas múltiplas fobias de tecnologia, inovação, público, publicidade, etc., mas, aparentemente, pelo seu desconhecimento das virtualidades instrumentais do novo *media*” (Cádima, 2010, p. 58).

O salto para o ano de 1969, no qual se insere a segunda notícia analisada sobre o Ultramar, traz a política mediática de Marcello Caetano à tona. Mais dinâmico, aborda a questão colonial como Salazar nunca o fez — o sucessor coloca-se como protagonista da ação e realiza uma visita de Estado a Luanda, capital de Angola. O pretexto é participar na cerimónia do primeiro licenciado da Universidade de Luanda, passando por vários locais, dos quais as instalações da Mocidade Portuguesa.

A abordagem de Marcello, agindo como um “relações públicas” do regime, em contraste com a “fuga das câmaras” de Salazar, demonstra a principal diferença na ação mediática das duas administrações — a instrumentalização da RTP como “objeto de propaganda do regime” chega a ser mais significativa no mandato de Caetano do que no seu predecessor (Cádima, 2010, p. 61). No entanto, os valores que os guiam não divergem.

A primeira notícia envolve a partida dos soldados num clima de heroísmo e sacrifício em prol da pátria, o que tem como finalidade talar a opinião pública em torno da necessidade e inevitabilidade da guerra. É suposto reter-se que a ação militar portuguesa é algo que trará resultados positivos tanto para as colónias, que carecem do controlo do regime, como para Portugal.

A segunda notícia segue os mesmos princípios: a nação é apresentada como força motriz das províncias ultramarinas, sem a qual estagnar-se-iam e seriam incapazes de se desenvolver. Na notícia, o próprio reitor da Universidade de Luanda refere o “poder criador dos portugueses”, através do qual foi possível a instituição do ensino superior na cidade. Quer-se alojar a ideia na cabeça dos portugueses de que o país encabeça uma missão necessária e

quase divina, sem a qual as colónias permaneceriam na ignorância e no subdesenvolvimento. Deste modo, o principal objetivo da visita de Estado de Caetano foi demonstrar o papel fulcral da metrópole no que toca ao desenvolvimento colonial e reforçar a noção de que o Império se encontra no seu apogeu, comparando a conjuntura da época aos Descobrimentos, marcando mais uma vez a diferença da forma de utilização da RTP.

Observamos algo semelhante na notícia *Visita do Ministro do Ultramar às Colónias* (Arquivo RTP, 1974), onde se mascara toda a guerra colonial e exhibe Portugal como agente fulcral de civilização e educação das colónias. Ainda no mandato de Marcello Caetano, foi veiculada a notícia *Ampliação da Barragem Salazar* (Arquivo RTP, 1969) que demonstra o poder que Portugal tinha sobre as Províncias Ultramarinas, sendo a força dinamizadora dos territórios — a única fonte de sustento e o verdadeiro impulso para o desenvolvimento económico e social. O Estado tinha como objetivo não o desenvolvimento destas civilizações, mas sim a sua exploração em prol da metrópole. De forma semelhante, na notícia *Inauguração do momento a Marcello Caetano* (Arquivo RTP, 1973), imprime-se a importância da presença portuguesa nas Províncias Ultramarinas — a presença lusa no continente africano faz-se tão essencial que se chegam a erguer estátuas em honra do chefe de Estado.

A honra inerente à portugalidade defendida pelo Estado faz a ponte para a abordagem mediática das eleições legislativas. Tanto a notícia *Propaganda Eleitoral da União Nacional em Coimbra* (Arquivo RTP, 1965) como a *Propaganda Eleitoral para as Eleições Legislativas* (Arquivo RTP, 1969) abordam narrativas alusivas ao nacionalismo exacerbado que impele aos portugueses para se mobilizarem às urnas a favor do partido do Estado. Em ambos os casos, a RTP divulga unicamente a campanha eleitoral da União Nacional, colocando em cheque a parcialidade da televisão do Estado e o modo como, ao longo de toda a ditadura, foi utilizada como ferramenta de propagação dos valores do regime.

Está patente em ambas as notícias os princípios transversais às duas administrações, as quais não medem esforços para imprimir no povo a ideia de união em torno do bem da nação. Incute-se, assim, um orgulho extremado na nacionalidade que não se dissipa na passagem do poder para Marcello. A diferença marca-se nas aparências — enquanto que, durante o governo de Salazar, a campanha eleitoral aposta no misticismo da portugalidade (o heroísmo dos soldados que partem para o Ultramar, como anteriormente referido), Caetano encabeça uma operação cosmética do Estado que apresenta o novo governo como reformista e compreensivo das necessidades de liberdade da população. A estratégia de Caetano não passou de uma manobra de aparências. No fundo, nada mudou — as eleições permaneceram fraudulentas e o regime totalitário. No entanto, o Chefe de Estado encontrou na crença da mudança uma ferramenta-chave para a manutenção do estabelecido. Também na peça *Votação para as eleições legislativas em Lisboa* (Arquivo RTP, 1969), se observa outras eleições fraudulentas, tal como as analisadas previamente, porém esta peça noticiosa pretende levar a população a votar através do exemplo do seu líder, levando-as a crer que têm poder de decisão, quando não têm.

Do mesmo modo, a censura opera uniformemente ao longo de todo o regime. O papel da autorização prévia nos *media* durante o mandato de Salazar está patente na peça *Telefonema para a censura* (Arquivo RTP, 1965). A chamada é protagonizada por um censor do Secretariado Nacional de Informação e o repórter do Rádio Clube Português José do Nascimento. Assiste-se a uma conversa em que o censor interroga o responsável por uma reportagem efetuada em Espanha sobre o assassinato de Humberto Delgado. O censor fala em tom jovial e despreocupado, de modo a manter a aparência de que se trata de um contacto inofensivo, feito para todos os meios de comunicação e fontes de informação. Este episódio identifica o papel da censura no controlo da informação divulgada em Portugal durante o Estado Novo — o próprio censor admite não ter discriminado conteúdo “perigoso” na reportagem, o que resume este contacto a uma demonstração de poder. O delito de opinião e qualquer excesso de linguagem contra o regime acionava a censura e excluía a possibilidade de publicação, bem como implicava a denúncia à polícia política com possibilidade de perda da liberdade do seu autor.

A ação da censura, renomeada de Exame Prévio após a operação cosmética do Estado de Caetano, não cedeu após a transferência do poder. A mudança de nome veio trazer apenas a ilusão de renovação; no entanto, o controlo dos *media* não abrandou. O 25 de abril de 1974 trouxe à tona o modo como se fazia a censura — a peça *Gravação de telefonemas entre serviços da censura* (Arquivo RTP, 1974) demonstra o poder que os censores tinham sobre o conteúdo difundido nos *media*. Fala-se sobre a alteração de títulos, cortes e manipulação de notícias a realizar entre 20 e 25 de abril. Passam apenas as notícias que cumprem os parâmetros previamente estipulados. Uma das peças cortadas trata-se da tomada do Terreiro do Paço pela Escola Prática de Cavalaria de Santarém e o comunicado sobre as iniciativas a tomar pela PSP, GNR, DGS e Legião Portuguesa. Dão-se instruções para notícias relativas ao Quartel do Carmo e à ocupação de Lisboa por militares.

Deste modo, na administração de Caetano, o Estado não deixa de exercer o seu poder sobre os *media* e, em consequência, sobre a perspetiva da população face aos acontecimentos. Estes eram manipulados ou simplesmente eliminados, o que oferecia às pessoas uma visão incompleta do que acontecia, um ponto de vista conforme a narrativa do regime. Os episódios noticiados eram reduzidos a uma única visão do mundo, homogénea e criadora de consensos, “(...) fundada sobre o esquecimento, visão da história colonizada pela estratégia discursiva de legitimação da razão de Estado e do protagonismo político” (Cádima, 2010, pp. 64-65).

Depreende-se, assim, que a verdadeira diferença entre as abordagens mediáticas das duas administrações destaca-se na encenação do poder. Salazar resguarda-se na sua figura de herói da pátria, oculto do escrutínio público — quem não se destaca não tem as suas ações e palavras distorcidas. O “culto do chefe” está patente na notícia *Homenagem a Salazar no Porto* (Arquivo RTP, 1965), em que se reporta a celebração do 37º aniversário de Salazar no governo. Festeja-se a subida do líder ao poder como se fosse a chegada de um salvador que

impugnaria todos os males da pátria, encenando uma celebração megalómana em nome do Chefe de Estado. Ora, Salazar nem sequer estava presente, sendo substituído por um retrato seu. A ausência do líder apenas contribuiu para a sua divinização. O culto do chefe afirmado pelos valores católicos é notado em várias notícias acerca da doença de Salazar: *Missa campal pelas melhoras de Salazar* (Arquivo RTP, 1968), *Dom Manuel Gonçalves Cerejeira visita António de Oliveira Salazar* (Arquivo RTP, 1968), *Missa pelas Melhoras de Salazar* (Arquivo RTP, 1968) e *Missa no Brasil pelas Melhoras de Salazar* (Arquivo RTP, 1968). Todas estas abordagens imprimem uma imagem de um Estado forte e de uma nação unida que venera o seu líder, olhando-o como merecedor de salvação divina. Aqui, a Igreja detém um papel central incrementando a vivacidade e importância de um dos pilares do regime. É observado nestas peças noticiosas um culto do chefe exacerbado invocado através de cerimónias religiosas.

É de notar, também, a política de obras públicas de Salazar. A RTP cobriu a *Bênção da Ponte Salazar* (Arquivo RTP, 1966), hoje Ponte 25 de Abril, a qual contou com uma cerimónia formal e grandiosa. Passa-se uma ideia de riqueza do Estado e de uma aparente modernidade, através das obras megalómanas para a época (a ponte e o Cristo Rei também destacado na peça) e da presença de automóveis a circular. A notícia tem como objetivo reforçar a importância da religião católica e, em simultâneo, enaltecer a obra grandiosa construída em homenagem a Salazar. Está, assim, implícita a devoção, tanto à religião como ao regime, que se esperava que a população tivesse.

A abordagem de Marcello Caetano consolida-se na abertura dissimulada dos assuntos do Estado. A programação da RTP incluía um segmento protagonizado por Caetano, as *Conversas em Família* (Arquivo RTP, 1972) — denote-se os valores do regime que permanecem após o falecimento de Salazar — no qual refletia sobre os problemas e ações do Estado. Cádima aponta o programa como essencial para a “reformulação da estratégia de instrumentalização da televisão” (Cádima, 2010, p. 62). A sua boa capacidade oratória permitia a Caetano chegar ao público com facilidade, abordando os objetos governamentais de forma apelativa para as massas e conforme as diretrizes do regime. São, também, exploradas novas técnicas mediáticas — o próprio nome do programa indica uma certa aproximação ao público, contrastante com a frieza dos conteúdos do tempo de Salazar.

No programa de 21 de maio de 1972, abordou a nova lei orgânica do Ultramar, apelando à união de forças da pátria — “Somos um país pluricontinental e plurirracial com um só espírito, um só governo, uma só bandeira” (Marcello Caetano, 1972). O decreto admitiu uma certa autonomia às províncias ultramarinas, passando estas a ser livres de adotar medidas próprias, desde que, aos olhos do governo da metrópole, não pusesse em causa a unidade da nação. A emancipação das colónias não passa, no entanto, do papel — os órgãos de soberania do governo central mantiveram o poder sobre estes territórios. Deste modo, a reforma não passou de mais um elemento na operação cosmética do Estado, apresentada no programa por Caetano sob um prenúncio de mudança que serviria para fomentar o ânimo dos portugueses.

O novo Estatuto da Imprensa foi, também, tópico da “conversa” de Caetano. Decretou-se que, enquanto se mantivesse o estado calamitoso no Ultramar, todos os textos informativos estariam sujeitos a uma revisão prévia por entidades governamentais — note-se a tentativa de justificar a censura perante as promessas de liberdade. Caetano tenta relativizar a situação, defendendo que, devido à sujeição da imprensa à censura prévia durante quase meio século, a sua remodelação deveria ser gradual, de modo a evitar abusos. Também a fase delicada da guerra seria razão para o controlo mediático do Estado, para que não se tornassem públicas informações que pudessem comprometer as diretivas nacionais. No entanto, Caetano não abdica da narrativa esperançosa de que, um dia, pudesse ser concedida a liberdade à imprensa, já que esta só lhe é retirada devido às forças externas que ameaçam minar a prosperidade de Portugal.

Demonstra-se, assim, que a utilização da RTP como ferramenta do regime esteve dependente do próprio carácter dos governantes. Salazar transparece o seu recato enquanto líder, sendo pintado como um “herói de bastidores” nesta estação televisiva. Por outro lado, denota-se o dinamismo de Caetano através do discurso mais apelativo às massas e à exploração de novas formas de transmitir o conteúdo televisivo. As diferenças do formato utilizado nas duas administrações poder-se-ia explicar pela falta de recursos no tempo de Salazar — note-se que a maior parte das notícias analisadas são em vídeo mudo — *Partida de militares para o Ultramar* (Arquivo RTP, 1964) e *Bênção da Ponte Salazar* (Arquivo RTP, 1966), por exemplo. No entanto, sabe-se que o regime tinha acesso a meios mais modernos, tendo em conta que, ainda quando Marcello Caetano fazia parte do governo de Salazar, já fazia comunicados ao público, utilizando as ferramentas que instituiu nos *media* quando chegou ao poder. Destaque-se, também, a notícia *Propaganda Eleitoral da União Nacional em Coimbra* (Arquivo RTP, 1965), que apresenta Lopes de Almeida, candidato da UN a Coimbra discursar perante uma audiência — assim, sabe-se que era possível recorrer ao som nas notícias, optando-se por não o fazer regularmente devido à política adotada por Salazar.

Analisou-se, ainda, um conjunto de notícias que relatam as mudanças introduzidas com a Revolução dos Cravos, deixando a descoberto a profundidade das raízes do controlo exercido pelo governo na imprensa. A notícia *25 de abril nas escolas e nas universidades* (Arquivo RTP, 1974) veio demonstrar o grau de controlo e manipulação que se encontrava presente no ensino durante o Estado Novo ao revelar o descontentamento dos estudantes tanto do ensino superior como dos liceus com a forma como os conteúdos eram lecionados. Na notícia evidencia-se, em particular, a imposição de currículos às universidades pelo governo central, sendo estes caracterizados pelos estudantes como castradores, antiquados e projetados num formato que valorizava o decorar em vez de estimular o espírito crítico (Arquivo RTP, 1974).

Outra peça reveladora das posições do Estado trata-se da notícia *A Igreja antes do 25 de Abril* (Arquivo RTP, 1974) em que se constata membros do clero a confessar a corrupção e os comportamentos inadequados praticados por diversas figuras do grupo eclesiástico. Estes

atos descritos como escandalosos eram camuflados pelo Estado, que tinha como um dos seus pilares os valores do catolicismo.

A partir da análise, observamos que o facto de passar a ser possível emitir qualquer tipo de comentário ou notícia por parte da RTP, da imprensa ou qualquer cidadão, demonstra a mudança visceral do panorama mediático nacional. Passa a ser permitida uma expressão mais livre, que resulta de forma instantânea num desabafo coletivo contra a supressão das liberdades efetuada pelo Estado Novo.

Contudo, é importante frisar que a RTP no pós-ditadura continuou a ser instrumentalizada por forças externas. Carla Baptista (2019) aborda a grande influência das Forças Armadas no modo como se fez televisão imediatamente após o golpe de Estado, atuando como o extremo oposto do regime. É de notar, contudo, que os militares não exerceram o seu controlo sobre os *media* de modo organizado, premeditado e canónico — o domínio militar da RTP deu-se sem o desprezo das liberdades básicas da imprensa e baseou-se na instituição dos valores revolucionários numa sociedade mergulhada na ignorância. Nesta nota, a RTP continua a ser nos dias de hoje um canal com uma ligação profunda ao Estado, cujo domínio apresenta contornos muito distintos e direitos absolutamente diferentes do que ocorria durante o controlo opressivo a que o canal estava sujeito no tempo da ditadura de Salazar e Caetano.

Conclusão

Através deste estudo, podemos afirmar que as principais diferenças da cobertura mediática da RTP entre Salazar e Caetano são evidentes, sendo possível chamá-los de polos opostos em termos de abordagem no uso da televisão como ferramenta política de disseminação dos ideais do regime ditatorial.

Salazar encontrava-se reticente em ajustar-se e explorar as novidades tecnológicas ao seu dispor. Por consequência, não via a televisão como algo com particular potencial para a política, aparecendo, por várias vezes, enaltecido nas notícias, mas nunca assumindo protagonismo. Além disso, a sua personalidade pacata e introvertida aliada ao facto de não ter talentos de orador fizeram com que as notícias da sua administração fossem, muitas vezes, mudas ou que pudessem, de alguma forma, minimizar a exposição do Chefe de Estado.

No outro extremo, Marcello Caetano tem uma postura oposta em relação ao potencial político da transmissão televisiva, sendo, aliás, um dos maiores impulsionadores do projeto RTP. Marcello esteve, desde o início, ciente do poder da televisão no controlo da opinião pública e, já no governo de Salazar, comunicava com a nação através dos *media*. A sua abordagem era marcada por uma constante presença nas notícias e uma abundância de discursos em que eram expostos ao público os principais eventos políticos realizados durante a semana, numa tentativa de criar uma sensação de proximidade entre os cidadãos e o governo — deste modo,

a população tinha a ilusão de estar mais envolvida na tomada de decisão. Os conteúdos eram analisados previamente e a imagem do regime era projetada detalhadamente, de forma a mostrar exclusivamente aquilo que era benéfico para o partido no poder.

Apesar de existirem diferenças na forma como os dois ditadores usufruíam da cobertura mediática da RTP, existiam traços comuns entre ambos. O enfoque particular no controlo da informação é partilhado por Marcello e Salazar, cuja maior preocupação era o controlo da imagem do seu governo passada ao público através dos *media*. O controlo prévio, a manipulação da opinião pública e a seleção cuidadosa de eventos a que o público devia ser exposto são todos fatores que ligam estes dirigentes políticos. Por fim, as suas doutrinas e ideais políticos são também o semelhantes, sendo a maioria das medidas tomadas por Marcello Caetano após a queda de Salazar apenas uma operação cosmética com o intuito de manter a doutrina salazarista de forma camuflada para não perder controlo da nação.

Conclui-se, assim, que estes líderes eram diferentes na imagem que faziam transparecer na televisão, mas o seu objetivo final de foro político é semelhante. Converge-se, então, na finalidade da ação mediática, a qual consiste no controlo da opinião pública, na propagação dos feitos grandiosos do regime e na manipulação dos meios de comunicação, de forma a garantir que nenhuma corrente que ponha o poder do governo em causa fosse exposta ao país.

Referências bibliográficas

- Arquivo RTP (1964) *Partida de Militares para o Ultramar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partida-de-militares-para-o-ultramar/>
- Arquivo RTP (1965a) *Telefonema para a censura*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/telefonema-para-a-censura/>
- Arquivo RTP (1965b) *Início da Construção da Ponte Salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/inicio-da-construcao-da-ponte-salazar/>
- Arquivo RTP (1965c) *Homenagem a António de Oliveira Salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/homenagem-a-antonio-de-oliveira-salazar/>
- Arquivo RTP (1965d) *Propaganda Eleitoral da União Nacional em Coimbra*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/propaganda-eleitoral-da-uniao-nacional-em-coimbra/>
- Arquivo RTP (1966) *Bênção da Ponte Salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/bencao-da-ponte-salazar/>
- Arquivo RTP (1968a) Évora deseja melhoras a Salazar. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/evora-deseja-as-melhoras-a-salazar/>
- Arquivo RTP (1968b). Dom Manuel Gonçalves Cerejeira visita António de Oliveira Salazar. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/dom-manuel-goncalves-cerejeira-visita-antonio-de-oliveira-salazar/>
- Arquivo RTP (1968c). *Boletim Clínico de Salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/boletim-clinico-de-salazar/>
- Arquivo RTP (1968d) *Missa campal pelas melhoras de Salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/missa-campal-pelas-melhoras-de-salazar/>
- Arquivo RTP (1968e). *Missa pelas melhoras de salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/missa-pelas-melhoras-de-salazar/>
- Arquivo RTP (1968f). *Missa no Brasil pelas melhoras de Salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/missa-no-brasil-pelas-melhoras-de-salazar/>
- Arquivo RTP (1968g). *Marcelo Caetano Visita a Beira*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/marcelo-caetano-visita-a-beira/>
- Arquivo RTP (1969a) *Visita de Marcelo Caetano a Luanda*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-marcelo-caetano-a-luanda/>
- Arquivo RTP (1969b) *Propaganda Eleitoral para as Eleições Legislativas*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/propaganda-eleitoral-para-as-eleicoes-legislativas/>
- Arquivo RTP (1969c). *Chegada de Marcelo Caetano a Nova Iorque*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/chegada-de-marcelo-caetano-a-nova-iorque-2/>
- Arquivo RTP (1969d). *Ampliação da Barragem Salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ampliacao-da-barragem-salazar/>
- Arquivo RTP (1969e). *Comemoração do dia da comunidade luso brasileira*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/comemoracao-do-dia-da-comunidade-luso-brasileira>
- Arquivo RTP (1969f). *Entrevista a Salazar*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-antonio-de-oliveira-salazar-apagar-upitn/>
- Arquivo RTP (1969g). *Votação para as eleições legislativas em Lisboa*. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/votacao-para-as-eleicoes-legislativas-em-lisboa/>
- Arquivo RTP (1972) *Conversas em Família*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-em-familia-19/>
- Arquivo RTP (1973a). *Inauguração do monumento a Marcelo Caetano*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cerimonia-de-inauguracao-de-monumento-a-marcelo-caetano/>
- Arquivo RTP (1973b). Visita de Caetano a acampamento da mocidade portuguesa feminina. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-de-marcelo-caetano-a-acampamento-da-mocidade-portuguesa-feminina/>
- Arquivo RTP (1974a) *A Igreja antes do 25 de Abril*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-igreja-antes-da-revolucao-do-25-de-abril/>
- Arquivo RTP (1974b). *Gravação de Telefonemas entre Serviços da Censura*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/gravacao-de-telefonemas-dos-servicos-da-censura/>
- Arquivo RTP (1974c). Visita do Ministro do Ultramar às Colónias. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/visita-do-ministro-do-ultramar-as-colonias/> [consultado a 25 de setembro de 2020]
- Arquivo RTP (1974d). *25 de Abril nas Escolas e nas Universidades*. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-25-de-abril-nas-escolas-e-nas-universidades/>
- Azevedo, A. (2014). *28 de maio de 1926: O dia em que Portugal entrou no caminho do Estado Novo*. JPN. <https://jpn.up.pt/2014/05/28/28-de-maio-de-1926-o-dia-em-que-portugal-entrou-no-caminho-do-estado-novo/>
- Baptista, C. (2019). A invenção da televisão revolucionária — a RTP durante o PREC (1974-1975). *Media & Jornalismo*, 19 (35).
- Cádima, F. (2010). *Imagens E Representações Da Ditadura Portuguesa Na Televisão (1957-1974)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Couto, C. Rosas, M. (2016). *Um Novo Tempo da História*. Porto Editora.
- Empresa. (2020). *História | Empresa | RTP*. <https://media.rtp.pt/empresa/rtp/historia/>
- Grilo, M. (2018) *História e Ideologia no Estado Novo — A Revisão Integralista do Passado Nacional*. Universidade do Algarve.
- Moura, F. (2018) *A Propaganda no Estado Novo: Uma abordagem de ensino/aprendizagem Construtivista e cooperativa* [Relatório de Mestrado, Universidade de Coimbra].
- Pinto, D. (2010) *Ensaio Sobre a Evolução Política do Estado Novo* [Tese de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa].
- Ruivo, F. (2013) *Spinolismo: Viragem Política e Movimentos Sociais*. [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa].
- Silva, D. (2020) *Salazarismo — História Do Mundo*. <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/salazarismo.html>

Os programas de informação no segundo canal da RTP: de 1992 a 2001¹

*Information programmes on RTP's second
channel: from 1992 to 2001*

Anabela de Sousa Lopes

Escola Superior de Comunicação Social
(ESCS/IPL) e ICNOVA
alopes@escs.ipl.pt
ORCID ID: [0000-0002-6587-1427](https://orcid.org/0000-0002-6587-1427)

Manuel João de Carvalho Coutinho

ICNOVA — FCSH
manueljoaocc@gmail.com
ORCID ID: [0000-0001-6562-0188](https://orcid.org/0000-0001-6562-0188)

Resumo: Este artigo resulta de uma parte da investigação em curso relativa à caracterização e evolução dos programas de informação (não são considerados os noticiários) do horário nobre da atual RTP2 — segundo canal televisivo a surgir em Portugal e cuja designação variou ao longo do tempo —, que contempla a data de início das suas emissões, 1968, até ao presente. A análise aqui apresentada tem como enquadramento temporal os dez primeiros anos de coexistência da RTP com a SIC e a TVI. Este recorte temporal justifica-se pelo facto de esses dez anos serem especialmente marcantes, pois a entrada de canais privados no campo audiovisual português provocou mudanças na RTP. Realizou-se a caracterização dos programas de informação do horário nobre da RTP2 (como presentemente é denominada), tendo como coordenadas principais a duração, o formato, o/a jornalista que conduz o programa, a temática. Este trabalho permitiu retratar a produção jornalística do segundo canal da RTP, na primeira década de concorrência com os dois canais privados. Concluímos que, ao longo do tempo, o segundo canal consolidou o seu posicionamento como alternativa à RTP1, SIC e TVI, demarcando-se, essencialmente pelas temáticas escolhidas, dos programas de informação do *prime time* dos três canais referidos.

Palavras-chave: *telejornalismo; programas de informação; RTP2; prime time.*

Abstract: *This article states part of the findings concerning a research about the characterization and evolution of information programmes (not considered the daily news) of prime time on the current RTP2 — the second television channel to appear in Portugal and whose name has varied over time —, which considers the start date of its broadcasts, 1968, until the present. The analysis presented here is based on the time frame of the first ten years of RTP's coexistence with SIC and TVI. This time frame is justified by the fact that these ten years are especially noteworthy, as the entry of private channels in the Portuguese television field caused changes in RTP. The characterization of RTP2's prime time information programmes was carried out having as main coordinates the duration, the format, the journalist who conducts the program, and the theme. This work allowed to portray the journalistic production of the second channel of RTP, in the first decade of competition with the two private channels. We conclude that, over time, the second channel consolidated its position as an alternative to RTP1, SIC and TVI, assuming its singularity (essentially by the themes chosen) when compared to the other three channels mentioned.*

Keywords: *television journalism; information programmes; RTP2; prime time.*

Introdução

A análise que apresentamos é um segmento da investigação em curso sobre o segundo canal da RTP — considerando o período de 1968 a 2010 -, mais concretamente sobre os programas de informação difundidos em horário nobre, após os telejornais. Do período de vida desse canal, já com 52 anos, elegemos, para o presente estudo, a primeira década (aproximadamente) de coexistência entre RTP, SIC e TVI. Em rigor, incluímos o ano de 1992, data de arranque das emissões da SIC, ainda sem a TVI, que iniciou as emissões um ano mais tarde. Decidimos não iniciar a investigação no ano de 1993 porque nos interessou analisar o posicionamento da RTP2 imediatamente a partir do ano em que a empresa estatal deixa

1 Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/COM-JOR/28144/2017 — Para uma história do jornalismo

de ter o monopólio da produção televisiva nacional. A escolha desse período justifica-se pelas transformações ocorridas na área do jornalismo televisivo, marcadas numa primeira fase pela forte presença de programas de grande informação em horário nobre, na RTP1, SIC e TVI; e numa segunda fase, a partir do final dos anos 90, pelo declínio da informação semanal no *prime time* das televisões generalistas.

Claramente, a RTP1 assumiu-se como concorrente dos canais privados e entrou na luta pelas audiências a partir do início das emissões da SIC, primeiro canal de televisão privada em Portugal, que iniciou as suas emissões em outubro de 1992. Assim, para compreendermos a trajetória do segundo canal da RTP no período de 1992 a 2001 é necessário contextualizá-lo no panorama da coexistência da RTP1, SIC e TVI.

Pretendemos aferir qual o investimento realizado na investigação jornalística, que implica um tempo significativo de elaboração, bem como meios humanos e técnicos mobilizados para um jornalismo de maior profundidade, comparativamente com a produção jornalística destinada aos telejornais.

Interessou-nos perceber se a grelha de programas de informação do segundo canal mimetizou a oferta da RTP1, ou se foi orientada para ser uma alternativa; se a disputa pelas audiências entre a estação pública e as privadas se refletiu nas opções tomadas para o seu menu de programas de informação no *prime time*.

Marco teórico e estado da questão

Têm sido vários os contributos para a reflexão e análise das problemáticas que têm como foco a televisão. Mesmo quando o objetivo principal das investigações não tenha sido o de contribuir especificamente para a história da televisão no nosso país, muitos dos trabalhos realizados apresentam uma abordagem diacrónica dos caminhos e das mutações ocorridos no universo televisivo português.

Neste sentido, destacamos alguns autores que se têm dedicado à investigação na área dos estudos sobre a televisão portuguesa onde, inevitavelmente, a história da RTP e dos seus principais marcos temporais está presente²: Nelson Traquina (1997), Francisco Rui Cádima (1999), Helena Sousa e Manuel Pinto (2004), Felisbela Lopes (2007), Alberto Arons de Carvalho (2009), Manuel Pinto e Felisbela Lopes (2009), Jacinto Godinho (2009), Nilza Mouzinho de Sena (2009), Eduardo Cintra Torres (2011).

2 Cf. Cádima, R. (2010) «Televisão, Cidadania e «História Única». Uma Análise da Bibliografia Portuguesa sobre o Jornalismo Televisivo em Portugal». https://www.researchgate.net/publication/277711854_Televisao_Cidadania_e_Historia_Unica_Uma_Analise_da_Bibliografia_Portuguesa_Sobre_o_Jornalismo_Televisivo_em_Portugal/stats#fullTextFileContent

Podemos afirmar que os dois primeiros momentos relevantes da RTP estão ligados ao início das suas emissões regulares, em 1957 e, posteriormente, ao arranque do segundo canal. “Emitindo a nível nacional apenas a partir de meados dos anos 60, só em finais de 1968 (25 de Dezembro) a RTP vê nascer o seu segundo canal — a RTP-2” (Cádima, 1999, p. 31).

A produção científica tem sido prolífera, não só com enfoque na estação pública, mas também baseada em estudos comparativos que a incluem. Um desses estudos é o de Felisbela Lopes (2007), que centrou a investigação realizada no âmbito do seu doutoramento na caracterização de programas de informação semanal dos canais generalistas — RTP1, SIC e TVI -, entre 1993 e 2005. O interesse da investigadora coincide com o nosso no que se refere ao segmento temporal escolhido, aproximadamente, sob o prisma da coabitação dos três canais generalistas. Contudo, não foi contemplada a RTP2. Refere Felisbela Lopes: “Por ser um canal com uma programação mais segmentada e dirigida a públicos minoritários, excluimos a RTP2” (2007:20). Esta opção justifica-se pelos objetivos traçados para a sua tese de doutoramento, orientados em dois níveis, como explicou:

No primeiro, procuraremos caracterizar a informação televisiva difundida semanalmente em horário nocturno entre 1993 e 2005 e, simultaneamente, avaliar a sua evolução ao longo dos primeiros anos de coabitação da TV pública/TV privada. (...) No segundo nível, é nosso propósito conhecer com mais pormenor a esfera pública televisiva desenhada nos *plateaux* de determinados programas de informação semanal. Se do primeiro nível resulta o esboço global da oferta televisiva desse tipo de programação, no segundo nível procuraremos conhecer os actores que ocuparam as cenas mediáticas e as temáticas exploradas em programas de conversação televisiva (debates, grandes-entrevistas ou *talk shows*) (Lopes, 2007, p. 21).

Considerar a RTP2 nesse estudo comparativo seria, portanto, desajustado aos propósitos da investigação académica.

O nosso objetivo é distinto por pretendermos captar o posicionamento da RTP2 num período conturbado, inicialmente marcado pela concorrência entre a RTP1 e os canais privados. Optámos por incluir o ano de 1992, quando se iniciam as emissões da SIC, e marcar o término em 2001, ano em que o panorama televisivo português conhece outra novidade e lança novos desafios: surge o primeiro canal de notícias, a SIC Notícias.

Não são em grande número os trabalhos académicos desenvolvidos especificamente sobre o segundo canal da RTP. Assinalamos o artigo de Gabriela Borges, de 2006, realizado no âmbito do seu pós-doutoramento, “Televisão e cidadania: a participação da sociedade civil na 2:”, centrado na análise da qualidade de três programas — *Causas Comuns*, *Tudo em Família* e *Nós* -, no período de uma das reestruturações do canal, em 2003. Sobre a qualidade e relevância social dos programas analisados, conclui:

Se considerarmos a efetiva participação da sociedade civil na 2, é possível constatar que nos três programas analisados temos a presença de diversas instituições sociais na produção,

com o fornecimento de temas, pessoal qualificado para discutir os temas propostos durante os programas e material de apoio (Borges, 2006, p. 11).

Gabriela Borges deu continuidade à investigação sobre a programação do segundo canal da RTP e no ano seguinte, em 2007, publicou “Questões de qualidade na RTP2 de Portugal: uma análise dos programas Kulto e Pica”. Nas considerações finais, a autora afirma:

Os programas Kulto e Pica mostram-se como uma “lufada de ar fresco” no panorama audiovisual português, principalmente no que diz respeito à oferta de programas dedicados ao público infanto-juvenil. Alguns aspectos positivos são dignos de nota, em especial a função exercida pelo serviço público de televisão na promoção da educação para os media. Estes dois programas mostram que é possível educar, entreter, informar e, mais que isso, capacitar as crianças e adolescentes de uma forma divertida e descontraída, mas nem por isso menos responsável (Borges, 2007, pp.11-12).

Foi também sobre a programação infantojuvenil da RTP2, comparada com a do canal público espanhol La 2, que incidiu a pesquisa de Mercedes Román e Erika Fernández, e que deu origem ao artigo “Comparative analysis of television shows aimed at children and young people broadcast by the Spanish and Portuguese second public channels: La 2 and RTP2” (2012). Os resultados da pesquisa permitiram às autoras destacar que os dois canais dedicavam mais tempo a programas infantis do que a programas juvenis. Segundo a perspectiva das investigadoras, ambos deveriam reforçar a oferta de programas para jovens.

Quando se debate o serviço público de televisão, a RTP tem sobre si uma incontornável responsabilidade, observada e escrutinada por muitos investigadores. Um dos momentos em que a discussão sobre o rumo da RTP, enquanto prestador de serviço público, esteve em especial evidência respeita ao ano de 2003 (a que já aludimos), quando o segundo canal (à época, 2:) foi aberto à sociedade civil, depois de “afastada a polémica sobre o segundo serviço de programas (RTP2), que o Governo tinha admitido alienar ou mesmo encerrar” (Carvalho, 2009, p. 388).

Foi neste contexto que Helena Sousa e Manuel Pinto procuraram aferir o grau de abertura à sociedade civil do segundo canal da RTP. Os autores sintetizaram desta forma as suas conclusões:

Em resumo, pode argumentar-se que o governo desenvolveu uma retórica de “comunicação directa” (cidadão a cidadão; sociedade civil a sociedade civil) mas, apesar de poucas dimensões interessantes, isto ainda está longe de qualquer modelo consistente. É muito provável que as assimetrias sociais sejam replicadas no canal 2: porque a “abertura participativa” não parece ser consistente com um acesso equilibrado ao novo meio (Sousa & Pinto, 2004, p. 18).

A qualidade da oferta da RTP2 e o cumprimento dos valores de serviço público que a devem orientar foi a temática tratada por Mariana Augusto (2018), na sua dissertação de mestrado intitulada “Os conteúdos formativos nas grelhas de programação da RTP2 (2003 a

2017)”. A autora conclui que a qualidade da RTP2, nos últimos 15 anos, ficou comprometida devido a conteúdos pouco diversificados, mas que, ainda assim “se apresenta como um canal relevante na propagação de conteúdos formativos para todos os públicos e comprometido com a distribuição de cultura e conhecimento, ainda que não de forma ideal” (2018, p. 3).

Possivelmente, por existir uma conceção da RTP2 não centrada na área da informação jornalística, a produção académica circunscrita a este canal tem versado mais a difusão de outro tipo de programas, nomeadamente infantojuvenis, como percebemos pelo exposto anteriormente.

Para além da produção académica, não podemos ignorar a forma como a própria RTP tem dado a conhecer a sua história, nomeadamente no seu *site*, onde podemos consultar a obra de Vasco Hogan Teves, que trabalhou muitos anos na área de informação da RTP, alguns dos quais em cargos de chefia. Os 50 primeiros anos da RTP estão documentados com exaustividade e detalhes que suscitam o interesse de qualquer académico que estude o fenómeno televisivo português. Trata-se de “um bom exemplo de um intenso trabalho de inventariação de dados realizado fora do âmbito académico” (Godinho, 2011, p. 269). Acompanhamos, também, Felisbela Lopes, ao afirmar que essa documentação não académica constitui “uma espécie de repositório a partir do qual poderemos iniciar um qualquer projecto de investigação” (2009, p. 11).

Destacamos um excerto da referida obra de Vasco Hogan Teves, a propósito do período em que a RTP se preparava para a concorrência ³:

O lançamento das novas grelhas de programas para os 2 canais, um mês antes da TV privada entrar no cenário televisivo nacional (e, como pareceu natural, sob forte suporte publicitário na imprensa) motivou a RTP a pôr em marcha a sua própria campanha que, no Canal 1, apostava nas suas “caras” de ecrã (“a TV desta gente toda é igualzinha à sua / Canal 1, a TV de todos os portugueses”) e numa selecção de programas, também espalhada por páginas duplas (“Canal 1 / o primeiro de sempre, melhor do que nunca”), mas onde, sobretudo, se proclamava com slogan supremo: “Canal 1 — o primeiro”. A TV2, por seu turno, assumia-se, genericamente, como “a outra TV” (“nasceu uma nova TV / e é a sua cara”) e, na sequência de anúncio — diga-se que de gosto bastante duvidoso: uma montagem fotográfica que mostrava uma mulher grávida de um ecrã de Televisão — abria janelas sobre próximos conteúdos (“atracções para todos os gostos / cultura, diversão, informação, ficção e desporto”). Isto sem dispensa de uma mensagem (ou um compromisso?) cuja oportunidade era evidente mas não, pela certa, em relação ao canal 1: “TV2 uma TV que não entra em guerra com ninguém, pois vive em paz com toda a gente”.

3 <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe90/RTPUmaAntenaParaOMundo/Pag9/default.htm>

Metodologia e Ferramentas de Investigação

Importa referir, antes de avançarmos sobre o processo investigativo deste projeto, que a estrutura inicial planeada para desenvolver este estudo foi alterada significativamente por motivos ligados à questão sociopolítica do ano de 2020. Esta nova realidade, que afetou e afeta ainda hoje tantas outras investigações, fez com que não fosse possível consultar presencialmente os arquivos da RTP e, neste sentido, foi necessário repensar a nossa abordagem investigativa. Apesar desta limitação, os membros da equipa do arquivo da RTP foram ainda assim uma ajuda fundamental já que nos providenciaram vários documentos relativos aos anos em análise deste estudo⁴. Destes documentos recebidos destacam-se os Anuários e os Relatórios e Contas da RTP, documentos esses que incluíam igualmente informações sobre o segundo canal da RTP e que foram extremamente úteis para perceber o desenvolvimento dos programas, audiências e políticas ao longo dos dez anos em análise. Ao mesmo tempo, toda esta documentação irá servir também para o trabalho de maior amplitude a desenvolver, como referido anteriormente.

Ainda assim, ao analisarmos estes documentos percebemos imediatamente que seria impossível desenvolver este estudo apenas com estes recursos, pois nenhum destes documentos referia o horário em que cada programa era emitido na televisão. Reiteramos que o foco deste estudo incide nos programas de informação do horário nobre do segundo canal da RTP, por isso era necessário ter uma ideia exata dos tempos de emissão na grelha televisiva. Após considerarmos as nossas opções, e ainda com a impossibilidade de aceder ao arquivo da RTP presencialmente, decidimos que o melhor passo seria o de consultar as revistas de programação de televisão dos anos 90 e de fotografar toda a programação diária do segundo canal a partir 1992 a 2002, inclusive.

Neste ponto da investigação, e para começar este trabalho, decidimos que uma boa opção seria a de trabalhar com o arquivo da Biblioteca Nacional, pois no seu espólio havia pelo menos três revistas possíveis a consultar: TV 7 Dias, TV Guia e TV Mais. Destas três revistas, eliminámos a TV Mais por ter começado a publicação em 1993; e entre a TV 7 Dias e a TV Guia escolhemos a primeira por ter mais números disponíveis para consulta no arquivo da Biblioteca Nacional (ambas as revistas possuem alguns números não disponíveis e/ou ausentes no arquivo). Passámos, então, ao processo de fotografar a capa e a programação de cada exemplar desta revista semanal, que resultou em mais de quatro mil fotos que foram depois catalogadas e organizadas, sempre com o foco principal na programação do segundo canal da RTP e com o propósito de evidenciar os programas de informação conduzidos por jornalistas, emitidos no horário nobre.

4 Os nossos agradecimentos a Pedro Jorge Braumann e à equipa que coordena, na RTP.

Delineada a metodologia, criou-se uma grelha Excel com diferentes parâmetros, sendo eles: *Ano, Canal, Nome do Programa, Dia da semana/Hora, Duração média de cada Emissão, Periodicidade, Tempo Total (por ano), Jornalista(s) que conduz(em), Temática e Descrição/Tipo de Programa*. A partir desta grelha identificámos cerca de 25 programas de informação jornalística, no segundo canal da RTP, no horário nobre (não contando com os noticiários). Sendo o ponto orientador o ano de emissão, interessa referir que alguns dos programas incluídos na grelha possuíam mais do que uma entrada, dado que os mesmos estiveram no ar em diferentes anos (neste sentido, ainda que sejam 25 os programas destacados, a grelha final tinha 78 entradas). Esta repetição de cada programa nos diferentes anos permitiu-nos destacar e apontar as alterações ao longo do tempo, em particular nas secções do *Dia da Semana/Hora, Duração média de cada Emissão, Tempo Total* e *Jornalista(s) que conduz(em)* (já que nem sempre foi o mesmo(a) jornalista-apresentador de cada programa, ao longo do seu tempo de emissão).

Curiosamente, ao desenvolver a grelha desta forma foi possível ver a evolução de cada programa em termos do seu horário de emissão na grelha televisiva, informação essa que conseguimos graças aos dados retirados dos exemplares da revista TV 7 Dias (e que incluímos na já referida secção *Dia da Semana/Hora* da grelha Excel). Através de uma breve análise da evolução do horário de emissão de cada programa foi possível verificar, por exemplo, que um programa de horário nobre, a começar às 21 horas, terminou o seu último ano de emissão com um horário diferente: a começar às 24 horas ou à 1 hora da manhã. Esta evolução possibilitou-nos uma visão mais global e completa de cada programa. Igualmente, outro ponto interessante que assinalámos a partir da grelha foi que na segunda metade dos dez anos em causa, mais especificamente a partir do fim de 1996 e início de 1997, começaram a aparecer menos programas de teor jornalístico conduzidos por jornalistas no horário nobre. A ocupar o lugar destes programas na grelha do segundo canal da RTP surgem programas com diferentes temáticas, estando a larga maioria das vezes ligados à cultura e/ou à ciência.

Resultados e discussão

Para uma leitura contextualizada dos dados recolhidos sobre o segundo canal da RTP, será relevante referirmo-nos aos programas de informação do horário nobre da RTP1, SIC e TVI, no período sobre o qual recaiu a nossa pesquisa.

O primeiro ano de disputa pelas audiências entre a RTP e a SIC — 1992 — foi marcado por programas cuja estrutura era muito idêntica, considerando-se os parâmetros que elegemos para a realização da análise. A duração média dos programas dos dois canais era de 60 minutos (entre as 22h30 e as 23h). A RTP apostou em programas como: *Conversa Afiada* (Joaquim Letria); *Primeira Página* (Maria Elisa, entre outros); *De Caras* (José Eduardo Moniz); *Repórteres* (Artur Albarran), com reportagem e também entrevista em estúdio. Na SIC exibia-se

O Jogo da Verdade (Paulo Alves Guerra e Calos Magno) e *Conta Corrente* (Margarida Marante).

Com o início das emissões da TVI, em 1993, Portugal passava a contar com três canais de televisão generalistas. A RTP manteve os programas que tinha até essa data, mas substituiu *Primeira Página* por *A Entrevista de Maria Elisa* (pelas 20h30). Tínhamos, assim, dois grandes nomes femininos: Maria Elisa na RTP e Margarida Marante na SIC. Em 1993, a SIC passa de dois para quatro programas. Juntando *Terça à Noite* (Miguel Sousa Tavares) e *Conversas Curtas* (António Carneiro Jacinto) aos anteriores. A estação de Carnaxide iguala assim a RTP em termos numéricos, apesar de a grande aposta ser na entrevista em estúdio e não na reportagem.

A TVI estreou-se com cinco programas: *Referendo* — programa de informação em colaboração com a Universidade Católica e com a presença de convidados em estúdio, apresentado por Graça Franco. Exemplos das temáticas: aparições em Fátima, segurança nas cidades portuguesas; *Rumores* — programa de apenas 25 minutos, com reportagens variadas. Exemplos das temáticas: o segredo da sopa da pedra, superstições; *Frontal* — programa de 60 minutos sobre os factos mais marcantes da atualidade, apresentado por Paula Magalhães e Jorge Nuno Oliveira; *Olhares* — programa de 30 minutos, com entrevistas a figuras da sociedade portuguesa, apresentado por Mário de Araújo Cabral.

Artur Albarran — programa de quase 2 horas, conduzido por Artur Albarran, com debates de temas polémicos e entrevistas a figuras públicas (neste ponto refira-se por exemplo o debate com candidatos às autárquicas do Porto).

Como refere Traquina, sobre o ano de 1993, “é interessante notar que o peso da informação na programação prime time dos canais privados era superior à da RTP1 (13%): 23% na SIC, 14% na TVI” (Traquina, 1997, p. 66).

O ano de 1994 é ainda marcado por uma forte concorrência entre a RTP e a SIC. A RTP passa de 4 para 7 programas: *Coisas da Vida* — programa quinzenal, de 65 minutos, com reportagens, entrevistas e debates sobre histórias do quotidiano. Conduzido por Luís Pires e Cristina Branco. Exemplo de temática: comunidade africana em Lisboa; *À Luz da Lei* — programa quinzenal, de 55 minutos, sobre tribunais e leis, com a participação de três advogados. Conduzido por Rui Vasco Neto; *Prova Oral* — terá sido o programa mais marcante desse ano: “o programa de Informação não-diária sobre que recaíam atenções especiais, até pelos seus protagonistas, Maria Elisa e José Eduardo Moniz, era «Prova Oral», onde os 2 jornalistas chamavam à entrevista (ou ao debate) personalidades das mais marcantes da vida nacional”.⁵

Dos nove programas da SIC, destacamos dois, posicionados claramente nesta lógica de concorrência com a RTP, em 1994: *20 anos, 20 nomes* — programa de entrevistas conduzidas por Miguel Sousa Tavares (tinha saído da RTP) a protagonistas da história do país, dos últimos 20 anos; *O senhor que se segue* — programa com um formato novo. Paula Moura Pinheiro, Rita Blanco,

5 <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe90/EntreAMudancaEARrestrukturacao/default.htm>

Laurinda Alves e Clara Ferreira Alves entrevistavam uma personalidade em foco na vida nacional (sempre um homem).

A TVI só em 1995 fez uma aposta mais forte neste género de programas informativos, predominando a entrevista (como o programa *Protagonistas*, apresentado por Fernanda Mestrinho) e o debate (*Prós e Contras*, conduzido por Inês Serras Lopes).

Entre 1996 e 1999, a RTP tem três programas a destacar: *Maria Elisa* (entrevistas); *Enviado Especial* (grande reportagem, por José Manuel Barata Feyo); *Figuras de Estilo* (entrevista e debate sobre temas fraturantes, com a presença de convidados nacionais e internacionais. Apresentado por Clara Ferreira Alves e Vasco Graça Moura).

Nesse mesmo período, a SIC respondia com irreverência nos seus formatos. *A Noite da Má Língua*, conduzido por Júlia Pinheiro, terá sido o mais inovador — na presença de uma plateia participativa, eram tratados temas sociais e políticos, da atualidade, a partir de uma reportagem; *Flashback* (apresentado por Carlos Andrade); *Crossfire* (Margarida Marante e Miguel Sousa Tavares); *Grande Reportagem* (vários jornalistas); *Casos de Polícia* (Carlos Narciso, com Arrobas da Silva e Paquete de Oliveira); *Esta Semana* (Margarida Marante).

Quanto à TVI, 1996 e 1997 são anos idênticos. A reportagem marca lugar no programa *Pontos nos Is*, com Dina Soares. Em 1998 mantém-se esse programa, mas a área da informação não diária fica enfraquecida. A recuperação inicia-se em 1999, com um pendor mais popular, nos programas *Quero Justiça* (Vitor Bandarra — cidadãos indignados) e *Em Legítima Defesa* (Pedro Rolo Duarte — discussão de um tema da atualidade).

A TVI protagonizará uma mudança no panorama televisivo português, quando lança, no ano 2000, o *Big Brother*, programa de entretenimento, que lhe garante a liderança das audiências. Na informação, o investimento fica-se pelos programas *Quero Justiça* e *Especial TVI* (conduzido por Paulo Salvador. Dá-se espaço à reportagem para temáticas como a anorexia, por exemplo).

A RTP manteve a sua linha orientadora nos programas de informação, com *Grande Entrevista* (conduzido por Judite Sousa); *Maria Elisa*; *Grande Repórter* (grandes temas de atualidade abordados em reportagens da responsabilidade dos jornalistas da Direção de Informação da RTP).

Na SIC, Margarida Marante conduzia entrevistas a políticos portugueses no programa *Esta Semana*; *Toda a Verdade* apresentava reportagens e documentários sobre temas da atualidade; *Imagens Reais* (com Artur Albarran), exibia reportagens sobre temas insólitos.

Deste breve périplo pelos programas de informação do horário nobre da RTP1, SIC e TVI, extraímos como principais conclusões que de 1992 a 1995 houve uma forte concorrência entre a RTP e a SIC, com programas de informação de formato semelhante, enquanto a TVI ainda procurava o seu caminho. Em 1995, a SIC ultrapassou, pela primeira vez, a RTP nas audiências. Apresentou-se como um canal irreverente, e apostou em novos formatos informativos. Programas como *Enviado Especial* (RTP1) e *Grande Reportagem* (SIC) destacam-se pelos meios técnicos e humanos envolvidos. Na entrevista e debate, RTP1 e SIC contaram com nomes de peso — como Maria Elisa, Margarida Marante, Miguel Sousa Tavares -, emblemáticos da assunção de que era, de facto, um período de

concorrência entre as duas estações televisivas. O entretenimento foi deslocando alguns programas de informação para horários mais tardios, muitos deles emitidos por volta das 23h.

Focando-nos agora no segundo canal da RTP, os resultados obtidos com a investigação realizada ao período compreendido entre 1992 e 2001/2002 permitem-nos comprovar que a atual RTP2 teve duas fases distintas.

Na primeira fase, de 1992 a 1996, o segundo canal não mudou radicalmente em termos do investimento em programas informativos conduzidos por jornalistas no horário nobre. Programas com documentários e grandes reportagens como *Sinais do Tempo* (1988-2003) continuaram no ar com jornalistas como José Mensurado e Paulo Dentinho, sendo que nesses cinco anos houve igualmente uma aposta em novos programas. Por exemplo, surgiu o programa quinzenal *Serões na Província* (1993-1994) apresentado pelo jornalista Adriano Cerqueira, com reportagens e debates sobre os problemas de diferentes regiões nacionais; e o programa quinzenal de reportagens, entrevistas e debates chamado *Casa Comum* (1993-1994), com apresentação do jornalista Joaquim Furtado, um programa que continuou o trabalho que este jornalista já havia desenvolvido no anterior programa *Falar Claro* (1991-1992). Surgiram, igualmente, programas como *Actual Reportagem* (1994-1996), com o jornalista José Manuel Barata-Feyo a apresentar a atualidade nacional e internacional; o programa *A Semana ao Sábado* (1996-1997) com apresentação dos jornalistas José Cruz, Joana Sá Morais e Paulo Jerónimo, e comentadores em estúdio que debatiam os assuntos da semana; e o programa *Bombordo* (1996-2003, 2014-), com foco em reportagens ligadas à economia do mar e recursos da pesca. Outros programas que eram exibidos fora do *prime time* passaram a ter espaço neste horário, alternando quinzenalmente, como foi o caso do programa *Crimes* (1993-1994), com o jornalista Luís Pires a reportar casos policiais em Portugal, e o programa *Desaparecidos* (1993-1994), conduzido pelo jornalista Pedro Mariano, com reportagens e depoimentos sobre casos de pessoas desaparecidas.

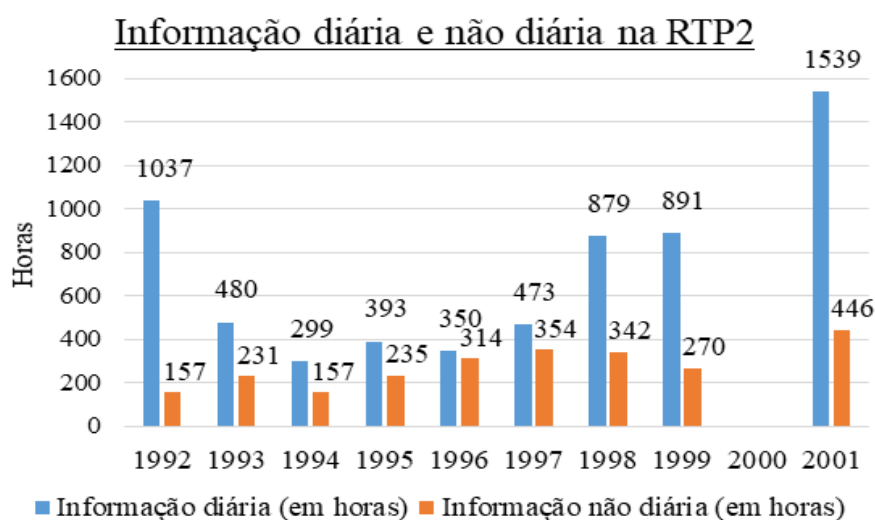
A partir do fim do ano de 1996 e início de 1997, o segundo canal da RTP sofreu uma alteração ao nível do investimento em programas de informação conduzidos por jornalistas e até ao ano de 2002 (último ano que considerámos para este estudo) a grelha televisiva deste canal mudou significativamente. O segundo canal, que era desde a sua génese um canal complementar do primeiro canal da RTP, começou a construir a sua diferença, desde logo cessando a emissão de telenovelas e de jogos de futebol e incluindo na sua grelha outras modalidades desportivas e a emissão de novos programas de teor cultural, ecológico, científico; e sempre com as minorias em consideração. Os programas conduzidos por jornalistas e ancorados em reportagens começaram a abandonar o segundo canal da RTP. De notar que no período imediatamente posterior àquele que escolhemos para esta análise surge o terceiro canal da RTP, um canal inteiramente dedicado à informação e que surgiu em 2003 com o nome RTPN (canal esse que viria a receber alguns dos programas da RTP2 e a assumir o seu perfil investigativo e de informação).

As alterações no segundo canal da RTP fazem-se sentir logo em 1996, ano em que terminam programas do horário nobre como *Crimes*, *Desaparecidos*, *Actual — Dinheiro em Caixa*,

Actual — Reportagem, Actual — Vício-Versa, A Semana ao Sábado; entre outros. Refira-se que o ano de 1996 é o último ano em que a RTP2 atinge uma audiência média diária de 10% de share⁶, sendo que este canal nunca mais recuperou valores similares nas décadas seguintes. Não podemos ignorar que estas alterações estão invariavelmente ligadas ao aparecimento da televisão privada em Portugal e à luta de audiências com a SIC — que em 1995 atinge a liderança ultrapassando a RTP1 -, e com a TVI, que viria a marcar o seu lugar no panorama televisivo nacional ao ultrapassar a RTP1 no ano de 2001. Outro fator que justifica esta necessidade de repensar o segundo canal da RTP e o investimento em novos programas prende-se à evolução das receitas e lucros deste canal. Em 1997, a RTP limitou a inserção de publicidade, com a RTP1 a ter “(...) apenas 7,5 minutos por hora (...)”⁷ e a RTP2 a eliminar a publicidade comercial da sua grelha. Todos estes factores contribuíram para a necessidade de reflectir sobre o futuro da RTP e assim, quando a 19 de dezembro de 2002 se promulga o documento *As Novas Opções para o Audiovisual*, a RTP é parte da discussão referindo-se até que esta passava na altura por uma crise de identidade.⁸

Entenda-se, contudo, que não estamos a afirmar que a RTP2, neste período de 1996 a 2002, abandonou por completo a emissão de informação na sua grelha televisiva. O gráfico 1 permite-nos uma leitura mais clara da evolução da informação diária e não diária na RTP2.

Gráfico 1
Informação diária e não diária na RTP2



Fonte: Relatórios e Contas da RTP, de 1992 a 2001

6 Fernandes, A.P. (2000). *Televisão do Público: Um Estudo sobre a Realidade Portuguesa*, p. 141. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/389>

7 Relatório e Contas da RTP, 1997, p. 12.

8 Relatório “Novas Opções para o Audiovisual”, Presidência do Conselho de Ministros, 2002, p. 6.

Note-se que por informação diária referimo-nos ao telejornal e outros programas diários informativos na grelha da RTP2 e que por informação não diária, como o próprio nome indica, referimo-nos aos programas informativos emitidos de forma irregular. Igualmente, é importante esclarecer que os programas de informação não são sempre programas de teor jornalístico e/ou de reportagem, incluindo-se nestas horas de emissão outro tipo de programas (como por exemplo, programas de meteorologia ou de temas ligados à cultura). Através deste gráfico é possível perceber que de facto a RTP2, durante o período de análise para este estudo, nunca deixou de dedicar uma larga parte do seu horário à informação diária e não diária na sua grelha de programas (sendo que não temos dados sobre o ano 2000). Aliás, como é possível distinguir ao observar este gráfico, o tempo dedicado a este tipo de informação subiu consideravelmente de 1996 em diante. Curiosamente, e como explicámos anteriormente, o tempo dedicado à informação não diária durante este período deixou de ser centrado essencialmente em conteúdos conduzidos por jornalistas e com um investimento em reportagens e investigação, havendo mais tempo dedicado a programas de teor cultural ou científico. Um olhar mais atento obriga-nos a esclarecer alguns pontos para perceber as suas alterações ao longo do tempo. Em 1998, por exemplo, o tempo dedicado à informação diária quase duplicou, comparativamente ao ano anterior; note-se que das 879 horas de emissão cerca de 330 horas foram dedicadas inteiramente à cobertura da Expo98 (logo, o salto não foi necessariamente de 473 horas para 879, mas antes para 549 horas). Já no ano de 1999 há um claro aumento de horas de emissão dedicadas à informação diária. Sublinhe-se que neste ano o Telejornal e o Jornal de Fim de Semana da RTP2 duplicaram o seu tempo de emissão comparativamente aos anos anteriores. Outro ponto curioso é o facto de no ano de 2001 o tempo dedicado à informação diária ter subido significativamente. Efetivamente, neste ano a RTP2 foi o canal português de televisão que passou mais informação, com um total anual de 1539 horas de informação diária e 446 de informação não diária. Contudo, temos de ter em conta que nesse ano o programa *Euronews* — na grelha da RTP2 —, passou de 30 horas de emissão em 1999 para 713 horas em 2001 (praticamente metade do tempo total dedicado à informação diária na RTP2 desse ano).

O que podemos concluir é que a RTP2 continuou a dedicar-se à informação neste período, ainda que não necessariamente através de programas de origem nacional ou através de programas informativos alicerçados em reportagens, conduzidos por jornalistas. Com efeito, as produções nacionais de cariz informativo neste canal alteraram-se, tendo sido dado, como referido, maior destaque a programas de cariz cultural e científico.

Conclusões

Entre 1992 e 1996, a RTP2 manteve-se, no essencial, como canal complementar da RTP1, com programas informativos no horário nobre cuja linha temática não diferia muito da que marcava a RTP1. Ainda assim, surgem novos programas no horário nobre, como *Casa Comum*, *Bombordo*, *Actual*.

A afirmação da sua diferença inicia-se em 1997 e até 2002 onde os programas da sua grelha centram-se cada vez mais em temas ligados à cultura, ciência, ambiente e outros assuntos que dificilmente seriam eleitos para o *prime time* da RTP1, da SIC ou da TVI. Como referimos, nesta segunda fase terminam vários programas informativos no horário nobre do segundo canal: *Rumo à Lua*, *A Semana ao Sábado*, *Actual — Reportagem*, *Crimes*, *Desaparecidos*. O horário nobre passa a ser ocupado por programas sobre ecologia — *Planeta Azul* -, tecnologia — *Magazine 2010* — e cultura — *O Lugar da História*.

A partir dos resultados desta investigação conseguimos perceber que na década analisada para este estudo houve de facto, ao longo dos anos, um menor investimento em programas de informação no segundo canal da RTP conduzidos por jornalistas, no horário nobre. A rota escolhida para a atual RTP2 retirou este canal da concorrência instalada nos primeiros anos da década de 90 no campo televisivo português, o que lhe permitiu afirmar a sua singularidade, sendo que os programas de informação com reportagem, entrevista e debate — que assinalámos, especialmente no confronto entre a RTP1 e a SIC — perdem lugar para outros formatos, nomeadamente para o documentário.

Concluimos assim que estes dez anos, de 1992 a 2002, foram cruciais para o desenvolvimento e consolidação da identidade do segundo canal da RTP, que conta com mais de meio século de existência no panorama televisivo português.

Referências bibliográficas

- Augusto, M. (2018). *Os conteúdos formativos nas grelhas de programação da RTP2 (2003 a 2017)* [Tese de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/27578>
- Borges, G. (2006). *Televisão e cidadania: a participação da sociedade civil na 2.ª portuguesa*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borges-gabriela-televisao-e-cidadania.pdf>
- Borges, G. (2007). *Questões de qualidade na RTP2 de Portugal: uma análise dos programas Kulito e Pica*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borges-gabriela-questoes-qualidade-rtp2.pdf>
- Cádima, F. R. (1999). *Desafios dos novos media, a nova ordem política e comunicacional*. Editorial Notícias.
- Cádima, F. R. (2010). *Televisão, Cidadania e «História Única»*. Uma Análise da Bibliografia Portuguesa Sobre o Jornalismo Televisivo em Portugal. https://www.researchgate.net/publication/277711854_Televisao_Cidadania_e_Historia_Unica_Uma_Analise_da_Bibliografia_Portuguesa_Sobre_o_Jornalismo_Televisivo_em_Portugal/stats#fullTextFileContent
- Carvalho, A. A. (2009). *A RTP e o Serviço Público de Televisão*. Almedina.
- Fernandes, A. P. (2000). *Televisão do Público: Um Estudo sobre a Realidade Portuguesa*. <http://hdl.handle.net/10071/389>
- Godinho, J. (2011). Estado da Arte da Investigação sobre Jornalismo Televisivo. *Alicerces*. Edições Colibri / Instituto Politécnico de Lisboa, 267-276. https://www.ipl.pt/sites/default/files/alicerces_4.pdf
- Godinho, J. (2009). *As origens da reportagem*. Livros Horizonte.
- Lopes, F. (2007). *A TV das elites: estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas: 1993-2005*. <http://hdl.handle.net/1822/41122>
- Pinto, M. (Coord.) (2005). *Televisão e cidadania. Contributos para o debate sobre o serviço público*. <http://hdl.handle.net/1822/41881>
- Román, M. & Fernández E. (2012). Comparative analysis of television shows aimed at children and young people broadcast by the Spanish and Portuguese second public channels: La 2 and RTP2. *Communication & Society*, XXV (2), 375-410. <https://revistas.unav.edu/index.php/communication-and-society/article/view/36173/30697>
- Sena, N. M. de. (2009). A evolução da grelha programática pré- e pós-Telejornal (1959-2009). *Comunicação e Sociedade*, 15, 127-147. [https://doi.org/10.17231/com-soc.15\(2009\).1048](https://doi.org/10.17231/com-soc.15(2009).1048)
- Sousa, H. & Santos, L.A. (2003). RTP e serviço público: um percurso de inultrapassável dependência e contradição. In Pinto, M. (Coord.). *Televisão e cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público* (pp. 61-80). <http://hdl.handle.net/1822/1002>
- Sousa, H. & Pinto, M. (2004). *The Economics of Public Service Television and the Citizenship Rhetoric*. <http://hdl.handle.net/1822/1003>
- Torres, E. C. (2011). *A televisão e o serviço público*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Traquina, N. (1997). *Big show media — viagem pelo mundo do audiovisual português*. Editorial Notícias.

Outras fontes

- Relatório e Contas da RTP, de 1967 a 2002.
- Relatório “Novas Opções para o Audiovisual”, Presidência do Conselho de Ministros, 2002.
- RTP — 50 anos de história: <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe50/default.htm>

Sensacionalismo no *prime-time* português: O impacto da CMTV nas coberturas policiais nos telejornais da RTP1, SIC e TVI

*Sensationalism in the Portuguese primetime:
The impact of CMTV on crime reporting on news
shows from RTP1, SIC, and TVI*

Caroline Ribeiro de Almeida

ISCTE-IUL, Departamento de Sociologia
e Políticas Públicas
carolineribe@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-9117-5281](https://orcid.org/0000-0002-9117-5281)

Ilo Aguiar Reginaldo Alexandre

Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas,
iNOVA Media Lab (ICNOVA)
mail@iloaguiar.com
ORCID ID: [0000-0002-1256-6613](https://orcid.org/0000-0002-1256-6613)

Resumo: Nos últimos anos muito se foi falado na comunicação social portuguesa sobre o caráter mais sensacionalista dos canais generalistas, incrementado pela disputa de audiência com a CMTV. Este trabalho analisa o cenário das coberturas policiais nos telejornais do horário nobre dos principais canais generalistas de Portugal: RTP1, SIC e TVI, com o objetivo de compreender se houve um aumento deste tipo de abordagem. Partindo da discussão de conceitos como gatekeeping, valores-notícia, audiência, sensacionalismo e jornalismo policial, recorre-se às vertentes quantitativa e qualitativa da análise de conteúdo para proceder à investigação. Para formar um corpus consistente para a perceção das características evolutivas das coberturas policiais, estabeleceu-se o período de cinco anos. Assim, selecionou-se: a 1ª segunda-feira do mês de Janeiro, a 1ª terça-feira de Março, a 1ª quarta-feira de Junho, a 1ª quinta-feira de Setembro e a 1ª sexta-feira de Novembro dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, formando uma amostra com 25 edições de cada telejornal, totalizando 75 edições. São analisadas sete variáveis, que vão desde os principais temas cobertos, passando pelo destaque dado a cada um e pelo uso das fontes de informação na construção da narrativa. Nossos resultados mostram que RTP1, SIC e TVI mostram-se estabilizados quando se trata do número de notícias de “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” presentes nos alinhamentos, com oscilações não significativas nos anos analisados. Em números absolutos, não se observa um aumento de cobertura policial nos alinhamentos dos jornais, mas nota-se um conjunto de estratégias para atrair o telespectador. A RTP1 aposta em formatos mais aprofundados de notícias, a SIC investe em destaques das pautas na abertura e ao longo da edição, e a TVI utiliza os discursos cheios de sentimentos de testemunhas como principal fonte de informação para a construção das narrativas.

Palavras-chave: telejornalismo; crime; audiência; sensacionalismo; Portugal.

Abstract: *In recent years, much has been said in the Portuguese media about the more sensational character of generalist channels, increased by the audience dispute with CMTV. This paper analyzes the scenario of crime reporting in primetime on the five major Portugal broadcast television networks: RTP1, SIC, and TVI, to understand if there was an increase in this type of coverage. Starting from the discussion of concepts such as gatekeeping, news-value, audience, sensationalism, and crime reporting, the quantitative and qualitative aspects of content analysis are used to carry out the study. To form a consistent corpus for the perception of the evolutionary characteristics of crime reporting, a five-year period was established. Thus, we selected: the 1st Monday of January, the 1st Tuesday of March, the 1st Wednesday of June, the 1st Thursday of September and the 1st Friday of November of the years 2012, 2013, 2014, 2015, and 2016, forming a sample with 25 editions of each primetime news program, totaling 75 editions. Seven variables are analyzed, ranging from the main topics covered, including the emphasis given to each one and the use of information sources in the construction of the news piece. Our results show that RTP1, SIC, and TVI are stable when it comes to the number of “crime, law and justice” and “accidents and disasters” news items present in the news shows, with non-significant oscillations in the analyzed years. In absolute numbers, there is no increase in crime reporting in the news shows, but there is a set of strategies to attract the audience. RTP1 invests in more in-depth news formats, SIC focuses on highlighting the topic at the opening and throughout the edition, and TVI uses the speeches full of feelings of witnesses as the main source of information for the construction of narratives.*

Keywords: *news show; crime; audience; sensationalism; Portugal.*

Introdução

“Um momento que acaba até por ser histórico na televisão portuguesa. Nunca teríamos assistido até hoje uma entrega em direto” (RTP Notícias, 2016), diz a jornalista Sandra Felgueiras na RTP3, às 22h13 de 8 de novembro de 2016. Esse dia marcou o fim da caçada ao homicida Pedro Dias, que esteve em fuga durante 28 dias após cometer três homicídios em Aguiar da Beira, distrito da Guarda, em outubro de 2016.

A cobertura do “Caso Pedro Dias” reforçou discussões já presentes na comunicação social portuguesa. Em 2016 e 2017, foram frequentes artigos de opinião sobre as características do jornalismo praticado em Portugal. Em artigo no jornal Público, o embaixador reformado Fernando d’Oliveira Neves se referiu a televisão como um dos meios que “se comprazem a praticar uma pretensa informação sensacionalista que logo se traveste numa informação que, mais que alarmista, eu diria histérica” (2016, para. 5). À propósito da cobertura dos incêndios florestais que assolaram Portugal em 2017, matando mais de 100 pessoas, especialistas alertaram à agência de notícias Lusa que “uma cobertura noticiosa dos incêndios que banaliza o acontecimento, assim como o recurso ao sensacionalismo, pode ter um efeito promotor de fogos postos por parte de grupos mais vulneráveis” (Porto Canal, 2017, para. 1).

A reportagem especial “Inferno em Pedrógão”, de Judite Sousa, sobre a tragédia do fogo em Pedrógão Grande, foi exibida em 18 de junho de 2017 no *Jornal das 8*, da TVI, e gerou polêmica. A poucos passos de um cadáver, Judite Sousa descrevia a situação: “Um corpo aqui ao meu lado, de uma senhora, que ainda não foi retirado, apesar dos bombeiros se encontrarem muito perto deste local” (TVI, 2017). A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)¹, depois de acionada sobre a reportagem, deliberou que a TVI desrespeitou “a dignidade da pessoa humana, a ética de antena que lhe cumpre observar e que àquela se associa, bem como o dever de rigor informativo” (ERC, 2017, para. 9).

Sérgio Figueiredo, diretor de informação da TVI na altura, validou a abordagem afirmando que o corpo passou muitas horas estendido “e tapado com um lençol branco — a pior das metáforas da incapacidade da assistência civil atender todas as populações que foram implacavelmente atacadas pelas chamas. Esta circunstância confere um evidente relevo informativo, que não compete ao regulador definir” (Silveira, 2017, para. 14).

Com isso, Figueiredo toca em um ponto-chave para a percepção da construção jornalística dos media em geral. O “relevo informativo” de determinado acontecimento é estabelecido durante *gatekeeping*, “um fenómeno de filtragem controlado por sistemas objectivos de regras ou por *gatekeepers*” (Cruz, 2008, p. 120).

Outras opiniões logo passaram a relacionar a *briga pela audiência* como fator decisivo para o incremento das coberturas mais sensacionalistas na televisão. Rui Calafate (2016), colunista do jornal online ECO, afirmava em artigo de 2016 que o único canal de informação em crescimento em Portugal era a CMTV² e que as outros seguiam na mesma direção do líder de audiência³, sem oferecer alternativas para o público.

1 Entidade administrativa independente que regula e supervisiona órgãos de comunicação social em Portugal.

2 Canal a cabo do grupo Cofina inaugurado em 2013 como uma extensão do jornal Correio da Manhã, que segue os mesmos padrões editoriais do impresso, com cunho popular e voltado para coberturas mais apelativas (Oliveira, 2019; Torres, 2014).

3 De acordo com dados da Growth from Knowledge (GfK), a CMTV completou em setembro de 2020 45 meses consecutivos como líder de informação no cabo (CMTV, 2020).

Em comum, as opiniões acima trazem à tona o termo “sensacionalismo”. Esse conceito é matéria-prima para um gênero jornalístico ainda pouco estudado em Portugal, o *jornalismo policial*. Este trabalho propõe um olhar sobre a cobertura policial no telejornalismo português.

Para tal, primeiramente realizamos uma breve revisão da literatura em que contextualizamos conceitos como critérios de noticiabilidade, valores-notícia e *gatekeepers*. Em seguida, abordamos a importância que a mensuração da audiência ganhou nas redações e as especificidades do sensacionalismo. Para aprofundar a discussão sobre o crime enquanto pauta jornalística e jornalismo policial, recorreremos a um trabalho anterior em que traçamos um breve histórico do gênero em Portugal, com a ajuda de entrevistas a três nomes de relevo dentro desta temática: Carlos Narciso, Hernâni Carvalho e Miguel Fernandes (Almeida, 2017).

Para perceber quais são as características das coberturas policiais na televisão em Portugal, selecionamos os jornais do horário nobre das três principais emissoras generalistas do país: *Telejornal*, da RTP1; *Jornal da Noite*, da SIC; e *Jornal das 8*, da TVI, de 2012, antes da criação da CMTV, até 2016, quando a jovem emissora já era líder no seu segmento. A análise centra-se em sete variáveis, que vão desde os principais temas cobertos, passando pelo destaque dado a cada um e pelo uso das fontes de informação na construção narrativa.

Ao final, será possível perceber quais estratégias são adotadas pelos canais nas coberturas policiais e, ainda, observar se a proposição de Rui Calafate, quando diz que “a agenda mediática de quase todas as televisões se ajoelhou perante o crime” (2016, para. 7), encontra bases para se sustentar.

Gatekeeping e valor-notícia

A função de *gatekeeper* foi desenvolvida por White (1999), que acompanhou o fluxo de desenvolvimento de notícias dentro de empresas jornalísticas. Esse processo de produção da informação é resumido por Nelson Traquina como uma sequência que “tem de passar por diversos gates, isto é ‘portões’ que não são mais do que áreas de decisão em relação às quais o jornalista, isto é o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não” (2004, p. 150).

A primeira definição sistemática dos valores-notícia (*news values*) é de Galtung e Ruge (1965), que estabeleceram 12 fatores. Por sua vez, Traquina (2005) divide os valores-notícia em dois grupos, os de *seleção* e os de *construção*, distinção estabelecida por Wolf (2006), “que apontou que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística” (Traquina, 2005, pp. 77–78).

Os valores-notícia de seleção atuam no momento de escolher o que será transformado em notícia e dividem-se em *critérios substantivos*, relacionados “à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia” (Traquina, 2005, p. 78) e *critérios contextuais*, que consideram o contexto de produção da notícia.

São critérios substantivos: *morte*, *notoriedade* do agente principal do evento; *proximidade*, em termos geográficos e culturais; novidade; *tempo* e *efeméride*, que marcam a relação entre datas de acontecimentos; *notabilidade*, que considera a quantidade de envolvidos, inversão entre o que é inusitado e o que é o normal, insólitos, falhas e excesso ou escassez de algum tema; *inesperado*, como mega-acontecimentos; *conflito* ou *controvérsia*, que se relacionam à violência física ou simbólica; e *infração*, violação ou transgressão de regras.

Os critérios contextuais englobam *disponibilidade*, facilidade de se realizar a cobertura do acontecimento; *equilíbrio*, quando se avalia a quantidade de notícias sobre o tema dentro de um período de tempo; *visualidade*, existência de elementos visuais como fotos e vídeos; *concorrência*, a procura pelo que é exclusivo e a preocupação em também apresentar o que outros veículos têm; e *dia noticioso*, a avaliação do que houve neste dia e qual acontecimento se sobressai em valores-notícia entre os outros.

O segundo grupo proposto por Traquina, valores-notícia de construção, refere-se aos “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (Traquina, 2005: 91). Englobam *simplificação*, quanto menos ambiguidade e complexidade melhor; *amplificação*, capacidade de amplificar o ato ou as consequências; *relevância* que uma notícia sobre determinado acontecimento poderá ganhar; *personalização*, valorização dos envolvidos no fato; a dramatização, reforço dos aspectos emocionais; e *consonância*, a possibilidade de relacionar o novo fato com contextos já conhecidos pelo público.

Embora os valores-notícia sejam “elemento básico da cultura jornalística, partilhado pelos membros desta comunidade interpretativa” (Traquina, 2005, p. 93), não estão imunes ao poder organizacional, já que a linha editorial do veículo de comunicação pode afetar a seleção dos acontecimentos de várias maneiras. Além disso, fatores econômicos dos veículos de comunicação também podem afetar a escolha dos assuntos. “Enquanto o pólo ideológico define o jornalismo como um serviço público, o pólo econômico define o jornalismo como um negócio, que tem tendência para definir as notícias como uma mercadoria que vende jornais ou consegue um bom share da audiência” (Traquina, 2004, p. 207).

Audiência e mercado

As noções sobre o significado de audiência fazem parte de uma realidade comum e evoluem conforme o surgimento de novos media (Barreiros, 2010). Para Dennis McQuail (1997), a origem do atual conceito de audiência remonta à antiguidade e refere-se aos ouvintes, leitores e espectadores de diferentes media. A audiência seria o resultado de uma combinação de contexto social e de resposta a um padrão de oferta de media.

Nos anos de 1920, com o crescimento da radiodifusão, começa uma nova etapa para a definição do conceito, é “o início do processo de criação de audiência de massa através de suportes

tecnológicos de comunicação à distância” (Barreiros, 2010, p. 116). No entanto, para McQuail (1997), foi a televisão a responsável por evidenciar as características de massa das audiências. O impacto da televisão era muito maior. Estava presente tanto nos espaços sociais quanto culturais e favorecia o privado em detrimento dos espaços públicos, diferente do que acontecia com a leitura de jornais, por exemplo. Dessa forma, a audiência da televisão era, mais do que nunca, um fenômeno de massa: grande alcance, anônima, viciante e passiva (McQuail, 1997). Logo tornou-se prática habitual homogeneizar a audiência, construindo-a de acordo com o contexto em que ela é imaginada (Hartley, 2004).

Desde a *penny press* os jornalistas tinham uma atitude elitista de que sabem o que é melhor para o público, comportamento que foi reforçado na segunda metade do século XX (Schudson, 2012). Jornalistas admitiam que escreviam um para o outro e que ignoravam os anseios da audiência (Darnton, 1975). “Sei que temos 20 milhões de espectadores, mas não sei quem são. Não sei o que o público quer e não me importo. Não posso saber, por isso não me importo”, afirmou um grande produtor de televisão na década de 1970 (Gans, 2004, p. 234).

Em seu clássico trabalho etnográfico sobre redações, o sociólogo Herbert Gans resume a atenção dada ao *feedback* da audiência da seguinte forma: “Comecei este estudo presumindo que os jornalistas, como funcionários comerciais, levam a audiência diretamente em consideração ao selecionar e produzir histórias (...) Fiquei surpreso ao descobrir, no entanto, que eles tinham pouco conhecimento sobre a audiência e rejeitavam o *feedback*” (Gans, 2004, pp. 229–230).

As audiências acabam sendo vistas como uma construção para que os media vendam publicidade, fazendo com que informação se torne uma mercadoria (Hartley, 2004). É com o perfil traçado das audiências que os espaços publicitários dentro de uma organização são definidos. Inclusive, as empresas de medição de audiência surgem exatamente da necessidade que anunciantes têm de conhecer os hábitos e preferências das audiências (Duarte, 1994). A audimetria passou a ser o método mais utilizado, principalmente, por canais de televisão, para demonstrar seu crescimento em números.

A grelha de programação de um canal televisivo é considerada estratégica para fidelizar a audiência (Fernandes, 2001). Em Portugal, o início da década de 1990 marca a expansão do setor no país, com a criação da SIC⁴ e da TVI⁵, que passaram a concorrer a RTP1⁶, trazendo uma declaração de guerra à tona (Fernandes, 2001). Fernandes (2001) defende que a audiência das emissoras é como uma mercadoria, que é negociada com os anunciantes, gera lucro e favorece o crescimento dos grupos de comunicação social.

4 Primeira emissora de TV privada de Portugal, inaugurada em 1992.

5 Segunda emissora de TV privada de Portugal, inaugurada em 1993.

6 Canal público que começou a ter emissões regulares em 1957.

Sensacionalismo e jornalismo policial

Sensacionalismo é um termo pejorativo, que coloca em xeque a credibilidade de um noticiário. “Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias, editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso” (Angrimani, 1994: 13).

Entrevistas com elementos ficcionais e manchetes apelativas eram algumas das técnicas utilizadas pelos pioneiros do sensacionalismo nos Estados Unidos: *New York Herald* e *New York Sun*. Por sua vez, os jornais *New York World* e *New York Journal* levaram o sensacionalismo a outro patamar, aprimorando técnicas existentes e desenvolvendo novas (Angrimani, 1994; Douglas, 1999; Schudson, 1981).

Nas reportagens televisivas, o sensacionalismo condiciona ações dos repórteres, que recorrem ao tom dramático nas narrações, procuram choro e sofrimento nos entrevistados e imagens fortes (como cadáveres ou sangue) para despertar emoção no espectador. Mesmo telejornais que não são sensacionalistas podem valer-se destas estratégias em algum momento (Angrimani, 1994; Greer, 2017).

O sensacionalismo tem bastante destaque nos *fait-divers*, fatos diversos que têm a missão de atrair “por seu caráter excêntrico, absurdo, intenso, cômico, por envolverem celebridades, figuras públicas etc. Trata-se de histórias simples, curtas e curiosas, sem real relevância jornalística, mas que servem perfeitamente para despertar os mais diversos tipos de emoções no público” (Romão, 2013, p. 42). Algumas coberturas policiais encaixam-se neste âmbito.

Para teóricos do Brasil, país onde o jornalismo policial está consolidado não apenas como produto dos media, mas também como objeto de investigações, esse gênero jornalístico é produto da modernidade: “as transformações no processo de produção no jornalismo no início do século XX favoreceram ao surgimento de uma modalidade no jornalismo que apelaria às sensações e sentidos do público” (Teixeira, Santa Brígida, & Teixeira, 2015, pp. 1-2).

Menezes, Medeiros e Alves (2009, p. 6) caracterizam jornalismo policial como “a especialização do repórter nos fatos criminais, judiciais, de segurança pública e, como o nome sugere, em investigações policiais”.

Embora a denominação jornalismo policial remeta diretamente a questões ligadas ao crime e segurança pública, estas não são as únicas temáticas encontradas. Isso porque o jornalismo policial recorre ao sensacionalismo como um dos principais recursos para a construção das notícias (Romão, 2013). Em um estudo sobre os principais programas policiais da televisão no Brasil, Romão (2013) constatou que também cabem no gênero coberturas de acidentes, incêndios, desastres naturais, problemas estruturais das cidades, situações que alteram a rotina da população, polêmicas envolvendo celebridades. O autor destaca que a

linguagem do jornalismo policial é diferente do jornalismo tradicional, valorizando a informalidade e expressões coloquiais, “que dão o tom de uma conversa direta com o telespectador” (Romão, 2013, p. 34).

Em uma análise sobre os programas policiais brasileiros no rádio, Pacheco (2005) reúne entrevistas com profissionais do segmento que afirmam que jornalismo policial “deve buscar a notícia de forma objetiva e verdadeira (...) qualquer notícia é importante, pois toda sociedade gosta de ficar sabendo sobre um acidente e uma enchente ou fatos que envolvem o setor de segurança pública” (Pacheco, 2005, p. 15).

Baseada nesta caracterização, a análise que realizamos leva em conta as temáticas óbvias do gênero, como crime e segurança, mas também aquelas que se enquadram por suscitarem o apelo emocional, como acidentes e outros desastres. Vale destacar que Portugal apresenta, desde 2008, redução de 20,3% no índice de criminalidade geral e de 40,8% na criminalidade violenta e grave, de acordo com Relatório Anual de Segurança Interna, divulgado em junho de 2020 (Sistema de Segurança Interna, 2020). A diminuição das ocorrências, naturalmente, interfere no número de notícias de crimes presentes nos alinhamentos dos telejornais, por isso ampliar a abrangência dos temas justifica-se e faz-se necessário à formação do corpus para a análise.

Há estudos sobre a violência e o sensacionalismo nos canais generalistas portugueses (Brandão, 2010; Brandão & Moraes, 2012; Cádima, 2011; Canavilhas, 2001) e análises sobre casos específicos, como o “Caso Maddie”⁷ (Correia, 2008; Ferreira, 2009) e “Caso Pedro Dias” (Coelho, 2017). Mas é escassa a bibliografia focada no jornalismo policial na televisão. Dessa forma, recorreremos a entrevistas com três jornalistas de referência no seguimento: Carlos Narciso, Hernâni Carvalho e Miguel Fernandes (Almeida, 2017).

Em 1993, a SIC apostou em um programa semanal, de uma hora e meia dentro do *prime-time*, dedicado a questões de segurança. O Casos de Polícia tinha apresentação de Carlos Narciso, contava comentadores especializados para aprofundar os temas abordados nas reportagens e foi o primeiro jornalístico do gênero no país. Narciso explica que após um ano com audiências fracas, “o programa foi líder de audiência nacional durante uns três anos. É por isso que hoje toda a gente replica esse tipo de reportagem” (Almeida, 2017, p. 15).

Hernâni Carvalho foi responsável por outra grande mudança no jornalismo policial português em 2000, na RTP1. O *Histórias da Noite*, que apresentou, foi o primeiro programa a conseguir autorização formal para acompanhar o trabalho da polícia durante as ocorrências. Pouco tempo depois, Carvalho migrou para a TVI, emissora que também apostou no modelo e criou o 112, apresentado por Alexandra Borges, que rivalizava com o *Histórias da Noite*.

7 Cobertura do desaparecimento da menina britânica Madeleine McCann, que ocorreu em 3 de Maio de 2007, na Praia da Luz, em Portugal, durante viagem de férias da família.

Nessa altura, “o policial passa a ser um elemento ativo da reportagem, a ser ele que conta a história em conjunto com as pessoas que fazem parte da ocorrência”, explica Miguel Fernandes (Almeida, 2017, p. 15), que fez parte da equipa fundadora da CMTV, onde foi editor e apresentador do programa Rua Segura.

O final da primeira década dos anos 2000 marca um período em que, segundo Fernandes, peças policiais eram pontuadas dentro dos noticiários. Até que, em 2013, nasce a CMTV, que “vem mudar novamente o paradigma, em Portugal, da televisão, porque praticamente toda a informação é focada no crime, na segurança, no socorro”, explica Fernandes (Almeida, 2017, p. 16).

Dessa forma, Narciso ressalta que “as pessoas acham [...] que só há crime por todo lado, que podem levar uma facada ao virar a esquina, e é mentira. Portugal é um país tranquilo, mas há uma psicose em segurança que é muito alimentada pela televisão” (Almeida, 2017, p. 16).

Metodologia

O método utilizado neste trabalho é a análise de conteúdo. Esta técnica de pesquisa surge pela primeira vez aplicada à comunicação em 1893 (Krippendorff, 1980), mas é na primeira metade do século XX que se consolida como “técnica predominantemente útil no estudo da comunicação social e da propaganda política e associada a objectivos pragmáticos e de intervenção” (Vala, 2014, p. 101). Nos Estados Unidos, a difusão de meios de comunicação de massa, o surgimento de escolas de jornalismo e a necessidade de compreender as causas de problemas sociais e políticos que surgiram depois da crise de 1929 fizeram a análise de conteúdo ter sido bastante requerida nesse período (Krippendorff, 1980). A Segunda Guerra Mundial foi a responsável por impulsionar o método para a escala global, com as análises das propagandas veiculadas durante o conflito.

Bernard Berelson define análise de conteúdo como a técnica para “a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952, p. 18). As mesmas referências ao carácter de objetividade e de sistematicidade são mantidas por P.J. Stone, que desenvolveu uma das primeiras tentativas de compreensão computacional de linguagens naturais: “análise de conteúdo é qualquer técnica de pesquisa para fazer inferências por meio da identificação sistemática e objetiva de características específicas dentro de um texto” (Stone, Dunphy, & Smith, 1966, p. 5).

Klaus Krippendorff, por sua vez, estabelece que “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas dos dados para o seu próprio contexto” (Krippendorff, 1980, p. 21). Krippendorff critica a definição de Berelson afirmando que este não deixa claro o significado de conteúdo nem qual deveria ser o objeto da análise. Com

relação ao conceito de Holsti e Stone, Krippendorff defende que, embora a inferência já seja colocada como um ponto fulcral para a análise de conteúdo, os autores falham em ressaltar a importância de se relacionar a classificação, categorização e frequência dos dados com outros fenômenos, questão fundamental para que os resultados tenham validade empírica. Por isso, Krippendorff (1980) argumenta que qualquer tipo de análise de conteúdo deve ser realizada dentro do contexto dos dados estudados.

Jorge Vala (2014) ressalta que a análise de conteúdo não pode ficar restrita à descrição. “A finalidade da análise de conteúdo será pois efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 2014, p. 104).

Por fim, Quivy e Campenhoudt (2008) sublinham que todos os métodos de análise de conteúdo obrigam um distanciamento crítico do investigador do objeto analisado, uma vez que não se deve “utilizar as suas próprias referências ideológicas ou normativas para julgar as dos outros, mas sim de analisá-las a partir de critérios que incidem mais sobre a organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo explícito” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 230).

Definição da amostra e referencial de codificação

O *Telejornal*, o *Jornal da Noite* e o *Jornal das 8*, que formam a faixa das 20 horas da RTP1, SIC e TVI, respectivamente, têm mais de uma hora de duração e são exibidos diariamente. Para a seleção da amostra foi utilizada a estratégia da “semana artificial” (Bauer & Gaskell, 2002), que serve para garantir uma amostra variada, com distribuição equitativa de dias da semana e “é considerada confiável porque seleciona cada dia da semana de uma semana distinta” (Herscovitz, 2008, p. 131). A seleção também segue a estratégia de Nuno Goulart Brandão (2005): centrar na primeira semana útil de cada mês, excluindo-se as edições de sábado e domingo “por possuírem especificidades próprias” (Brandão, 2005, p. 153). Para formar um corpus consistente para a percepção das características das coberturas policiais, estabeleceu-se o período de cinco anos. Selecionou-se: a 1ª segunda-feira do mês de janeiro, 1ª terça-feira de março, 1ª quarta-feira de junho, 1ª quinta-feira de setembro e a 1ª sexta-feira de novembro dos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 do *Telejornal*, *Jornal da Noite* e *Jornal das 8*, formando uma amostra com 25 edições de cada jornal, 75 no total. Dessa forma, foi possível analisar o alinhamento dos telejornais antes e depois da chegada da CMTV.

Jorge Vala menciona que a classificação é um ofício diário que realizamos para “reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe sentido. A prática da análise de conteúdo baseia-se nesta elementar operação do nosso quotidiano e, tal como ela, visa simplificar para potenciar a apreensão e se possível a explicação” (Vala, 2014, p. 110).

Tendo isso em mente, definimos sete variáveis para a realização desta análise, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1
Variáveis utilizadas na análise

Variável	Descrição
Tema	Foram selecionadas as categorias “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” dentre as categorizações temáticas disponíveis no IPTC <u>Newscodes</u> .
Formato	<u>Off</u> (nota coberta); Peça (notícia); Reportagem; Direto (ao vivo);
Alinhamento	Posicionamento das notícias na primeira ou na segunda parte do jornal.
Duração	Notícias com até um minuto de duração; até dois minutos; até três 3 minutos; e mais de três minutos.
Destaque	Formas de chamar a atenção do público para a notícia: destaques na abertura do jornal; teasers ao longo do jornal.
Localização geográfica	Fato ocorrido dentro do território de Portugal (nacional) ou fora (internacional).
Fontes	Categoria: primária e secundária. Grupo: oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e referência.

Fonte: Elaboração própria

O tópico “crime, lei e justiça” possui 16 subcategorias no IPTC Newscodes⁸: crime; judicial (sistema de justiça); polícia; punição/sentença; prisão; leis; justiça e direitos; julgamentos; acusação; crime organizado; lei internacional; crime econômico; crime de guerra; investigação; inquérito; e tribunal. O tema “acidentes e desastres” tem 17 ramificações: seca; sismo; fome; incêndios; inundações; acidente industrial; desastres meteorológicos; acidente nuclear; poluição; acidentes de transportes; erupção vulcânica; organizações de socorro; acidente (geral); caso de emergência; desastre (geral); planos de emergência; e salvamento/busca. Algumas dessas subcategorias possuem outras ramificações, abordadas na próxima seção.

Os formatos correspondem às definições brasileiras de Guilherme Jorge de Rezende (2009). Como há algumas diferenças de nomenclatura, na Tabela 1 colocamos os termos adotados no Brasil entre parênteses. Segue uma breve definição de cada formato. Off: texto lido pelo pivô, com imagens exibidas sobre a narração; peça: combinação de narração do jornalista com entrevistas e imagens;

⁸ IPTC Newscodes é uma ferramenta que dispõe de categorias pré-estabelecidas para indexação de conteúdos através de temas. Há 17 *media topics* primários que, por sua vez, ramificam-se. De acordo com a pertinência para esta pesquisa, foram selecionados apenas dois.

reportagem: peça com mais profundidade nas informações e presença física do jornalista; direto: relato feito pelo jornalista no momento, sozinho ou com entrevistados, através de um link.

Foi adotada a classificação de fontes de notícias de Aldo Antonio Schmitz (2011), que estabelece duas categorias: primárias, que possuem ligação direta com o fato, fornecendo o essencial da informação; e secundárias, que contextualizam e complementam a matéria jornalística. Schmitz também classifica as fontes em sete grupos: oficial, empresarial, institucional, individual, testemunhal, especializada e de referência.

Por fim, é importante frisar que a análise de conteúdo possui limitações. O resultado só poderá ser tão bom quanto os documentos analisados o forem. Por isso, é preciso sempre dar prioridade a uma análise realizada sobre fontes autênticas, credíveis e representativas (Bryman, 2016). Heloiza Herscovitz ressalta que a análise de conteúdo “limita-se às informações previamente registradas pelos meios de comunicação e, portanto, não pode analisar o que está ausente. Está sujeita a produzir interpretações errôneas e simplistas, principalmente quando se apoia apenas na contagem de palavras por computador” (Herscovitz, 2008, p. 139).

Para o jornalismo, a análise de conteúdo tem se mostrado eficaz devido a capacidade de fazer inferências sobre aquilo que ficou registrado (Herscovitz, 2008). Herscovitz destaca que a tendência atual da análise de conteúdo tem sido a de integrar o conteúdo manifesto e o que está oculto ou subentendido em um mesmo estudo, para que o investigador compreenda não somente o significado visível, mas também “o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido” (Herscovitz, 2008, p. 126).

Para este estudo, a análise de conteúdo é adequada pelo seu caráter extensivo, uma vez que incide sobre uma vasta quantidade de material analisado. Em segundo lugar, porque permitirá a realização de inferências sobre o atual cenário do jornalismo policial na televisão em Portugal e sobre quais estratégias têm sido adotadas pelas emissoras. Os resultados também vão favorecer a criação de um perfil do modelo que cada jornal tem seguido, a percepção das temáticas que são mais recorrentes e o tipo de destaque que é dado a cada uma. Pretende-se que as conclusões constituam um contributo para o traçar do estado da arte sobre jornalismo televisivo em Portugal.

Resultados

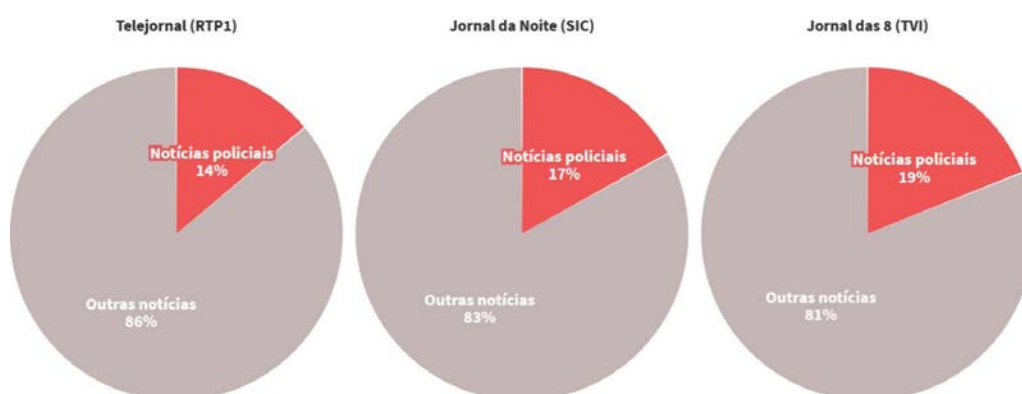
No período analisado, notícias sobre “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” representaram 17% do total de notícias veiculadas nos telejornais do horário nobre na televisão generalista portuguesa. A amostra selecionada — 75 edições do *Telejornal*, do *Jornal da Noite* e do *Jornal das 8* do ano de 2012 a 2016 — resultou na análise de 1.963 notícias produzidas pelos três informativos, em que 332 foram categorizadas dentro das duas temáticas do IPTC

Newscode. Das 332 notícias, 73% (N=242) foram sobre “crime, lei e justiça” e 27% (N=90) eram relacionadas a “acidentes e desastres”.

Quando examinamos a divisão por telejornal, percebemos que o informativo da TVI é o que mais abre espaço para o jornalismo policial. No total, 19% (N=134) do alinhamento do *Jornal das 8* foram de notícias policiais, enquanto no *Jornal da Noite* foram 17% (N=118) e no *Telejornal*, 14% (N=80) das notícias no período analisado foram pautas policiais, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1

Proporção de notícias policiais no alinhamento dos telejornais no período analisado

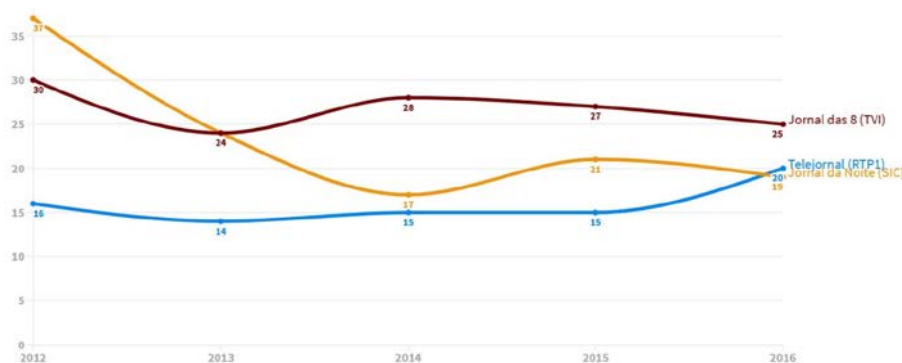


Fonte: Elaboração própria

Ao longo dos anos, o jornalístico da TVI ultrapassou o da SIC, que, por sua vez, de telejornal com mais notícias de cunho policial em 2012, fechou 2016 como o informativo com menos notícias do gênero. Já o *Telejornal* foi o único que registrou subida entre o primeiro e o último ano analisados, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2

Evolução de notícias policiais em números absolutos

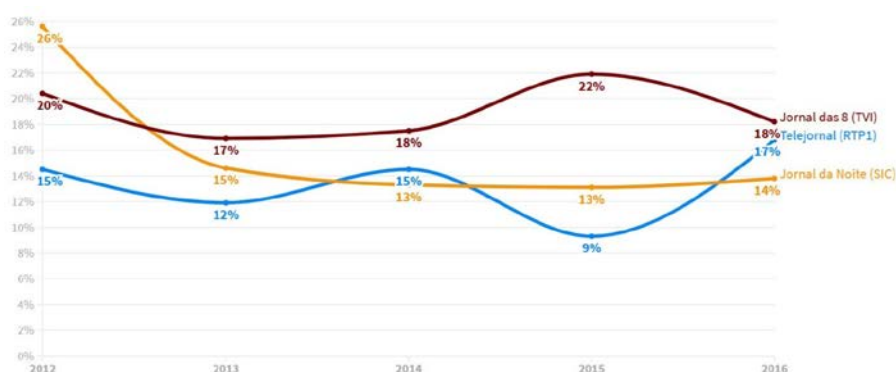


Fonte: Elaboração própria

Olhando para o alinhamento, observamos a mesma tendência: os telejornais da SIC e da TVI tiveram uma redução no volume de notícias policiais entre 2012 e 2016, enquanto o informativo da RTP1 registrou um crescimento na pauta policial, vide Gráfico 3. Ainda assim, o *Telejornal* não ultrapassou o *Jornal das 8*, que desde 2013 é telejornal que mais tem notícias sobre “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres”. Importante destacar ainda que, em 2012, 26% do alinhamento do *Jornal da Noite* era dedicado à pauta policial, ou seja, uma em cada quatro notícias era sobre o assunto.

Gráfico 3

Percentagem de notícias policiais no alinhamento dos telejornais

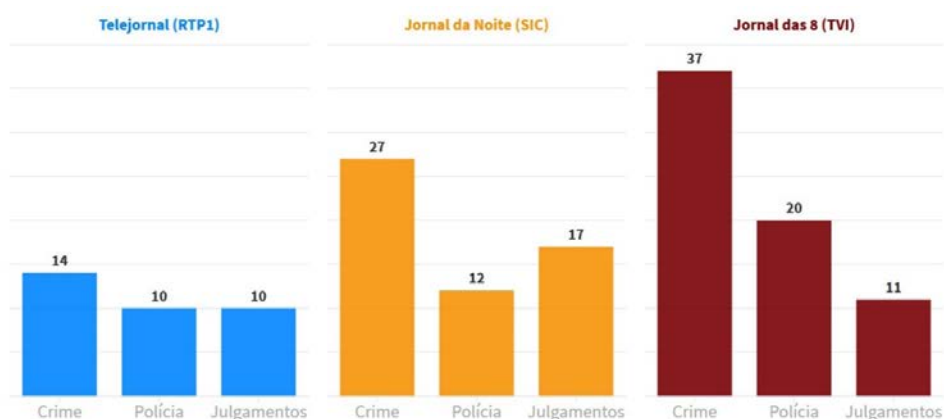


Fonte: Elaboração própria

Temas

Das 16 subcategorias de “crime, lei e justiça”, 12 foram identificadas. E das 17 ramificações de “acidentes e desastres”, 10 foram observadas. Dentre as 33 subcategorias, crime foi a mais noticiada em todos os telejornais, com destaque para o *Jornal das 8*, em que 28% (N=37) das pautas policiais no período analisado foram sobre crime, percentual que cai para 23% (N=27) no *Jornal da Noite* e 18% (N=14) no *Telejornal*. O Gráfico 4 mostra as três subcategorias mais noticiadas.

Gráfico 4
Três temas mais noticiados entre as 33 subcategorias analisadas



Fonte: Elaboração própria

Dentro da subcategoria crime há 10 ramificações: homicídio, crime informático, roubo, tráfico de droga, crimes sexuais, assalto, rapto, fogo posto, gangues e terrorismo. No informativo da SIC, foram identificadas oito: homicídio, roubo, tráfico de droga, crimes sexuais, assalto, rapto, fogo posto e terrorismo. No telejornal da TVI também foram observados oito, sendo basicamente os mesmos, apenas substituindo fogo posto por gangues. Já na RTP1, o *Telejornal* exibiu seis temáticas: homicídio, roubo, assalto, crimes sexuais, gangues e terrorismo.

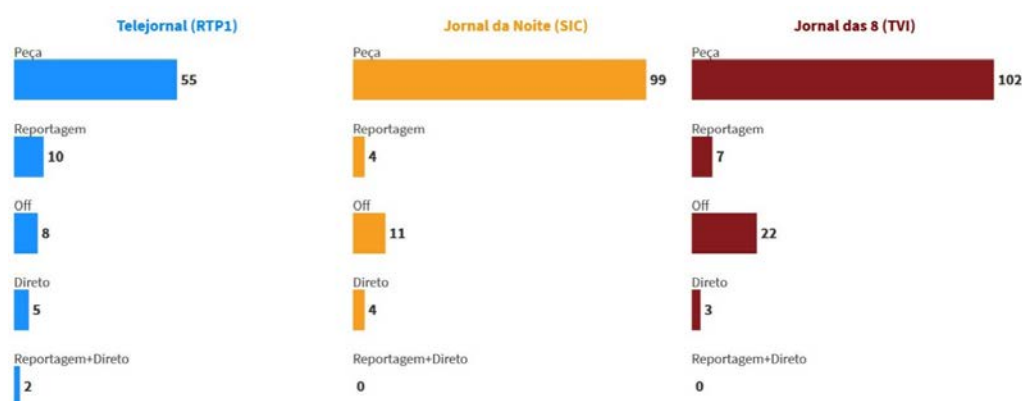
Homicídio e roubo representam mais de 50% das notícias da subcategoria crime no *Telejornal* e no *Jornal das 8*. No informativo da RTP1, homicídio representa 36% (N=5) e roubo 21% (N=3), enquanto no telejornal da TVI homicídio responde por 32% (N=12), seguido por roubo, 27% (N=10). No *Jornal da Noite*, há uma inversão: roubo lidera com 30% (N=8) e homicídio fica em segundo com 19% (N=5) das notícias da subcategoria crime.

Formato

A peça foi, de longe, o formato mais utilizado pelos três telejornais: 77% (N=256) de todas as notícias categorizadas foram apresentadas ao público dessa forma. A peça, de fato, é um formato mais prático em termos de construção de uma notícia completa, com mais abrangência de informações do que um off, mas com menos aprofundamento do que requer uma reportagem (Rezende, 2009). Off foi o segundo formato mais utilizado, presente em 12% (N=41) das notícias policiais. O Gráfico 5 mostra, em valores absolutos, os formatos utilizados por cada informativo.

Gráfico 5

Formatos utilizados nas notícias policiais no período analisado



Fonte: Elaboração própria

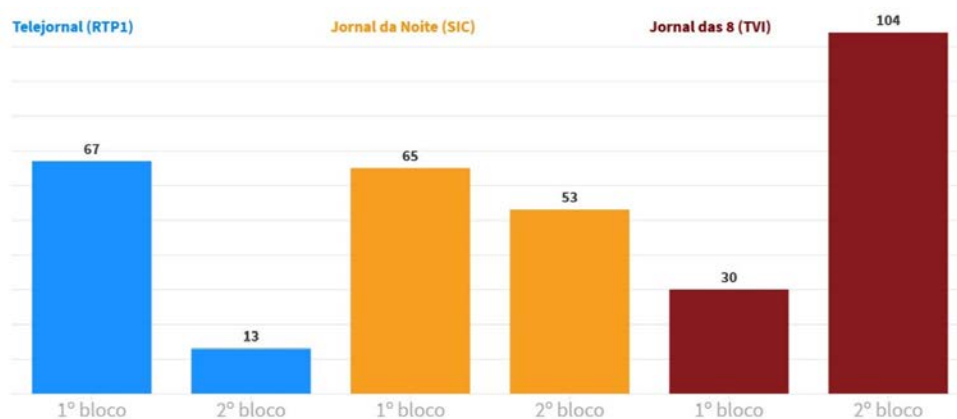
O *Telejornal* foi o que mais investiu em reportagens e diretos, com 21% (N=17) dos temas apresentados nesses formatos, o que sinaliza uma valorização do aprofundamento dos assuntos policiais. Geralmente, são casos em desenvolvimento, com impacto na sociedade e de grande repercussão, como o “Caso Maddie”. Em 6 de Junho de 2014, quando começaram escavações na Praia da Luz, a RTP1 combinou reportagem e direto para cobrir as atividades. Incêndios dominaram os diretos, com 43% (N=6) do total das notícias analisadas.

Alinhamento

Embora seja o telejornal que mais pauta notícias policiais, o *Jornal das 8* foi o único a concentrar a maioria dessas notícias no segundo bloco do informativo, com 78% (N=104) do jornalismo policial sendo exibido após o primeiro intervalo comercial. Ainda assim, o programa é o que mais abre a edição com notícias policiais: 20% (N=6) das pautas do gênero alinhadas no primeiro bloco são também as primeiras notícias do telejornal. Uma proporção muito superior a encontrada no *Telejornal* e no *Jornal da Noite*. Durante o período analisado, apenas 4% das notícias policiais alinhadas no primeiro bloco abriram os informativos da RTP1 e da SIC. A distribuição das notícias policiais entre o primeiro e o segundo bloco é exibido no Gráfico 6.

Gráfico 6

Notícias policiais no alinhamento dos telejornais

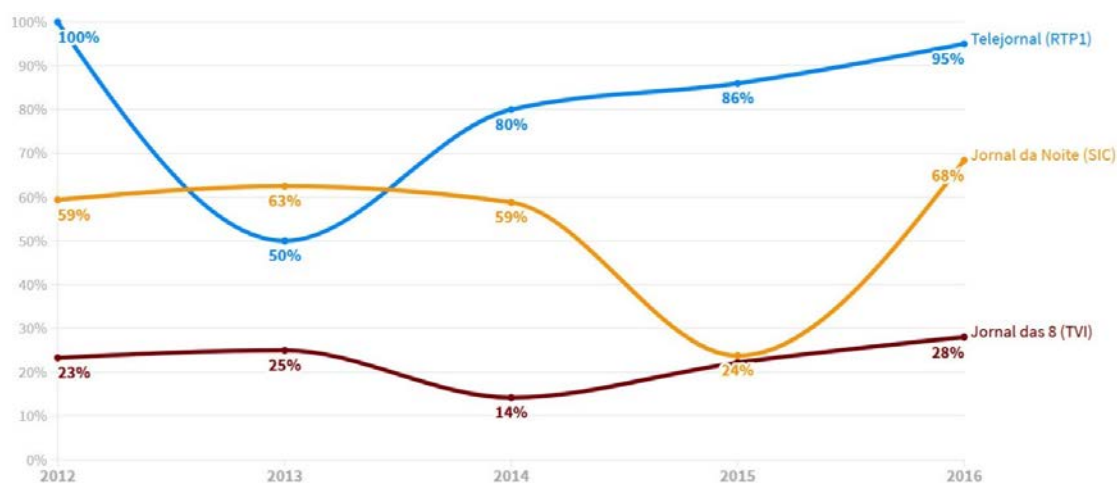


Fonte: Elaboração própria

O *Telejornal* é o informativo que mais concentra a pauta policial no primeiro bloco, chegando a ter 100% dessas notícias alinhadas antes do principal intervalo comercial em 2012 e 95% em 2016, como mostra o Gráfico 7. Os temas que mais recebem destaque em peças de abertura das edições dos três telejornais são incêndios, acidentes (gerais) e punições/sentenças. Em geral, os temas mais alinhados na primeira metade dos jornais são crimes, polícia e julgamentos.

Gráfico 7

Evolução da presença de notícias policiais no 1º bloco dos telejornais, em porcentagem



Fonte: Elaboração própria

Duração

A maioria das notícias da cobertura policial nos três informativos possui duração de até dois minutos e até três minutos. Em números absolutos, *Jornal das 8* teve a maior quantidade de notícias com até três minutos, como mostra o Gráfico 8. Todavia, analisando o contexto dos telejornais, o informativo da RTP1 foi o que mais apostou em notícias com essa duração, com 48% do conteúdo policial do *Telejornal* tendo essa duração. Como referido na análise dos formatos, a RTP1 é a que mais investe em reportagens e diretos, gêneros que tendem a ter uma maior duração.

Gráfico 8

Número absoluto de notícias policiais categorizadas pela duração



Fonte: Elaboração própria

Quando se trata dos temas que são mais explorados em pautas policiais de maior duração, crime, polícia e incêndio aparecem em comum nos três informativos. São assuntos que, geralmente, permitem aos jornalistas tecer a narrativa com detalhes e explorar o testemunho dos envolvidos no fato, como em 4 de novembro de 2016, quando o *Jornal das 8* noticiou a detenção de dois homens suspeitos de rapto. Dos dois minutos e 13 segundos da matéria, um minuto foi de depoimento do irmão da vítima.

Destaque

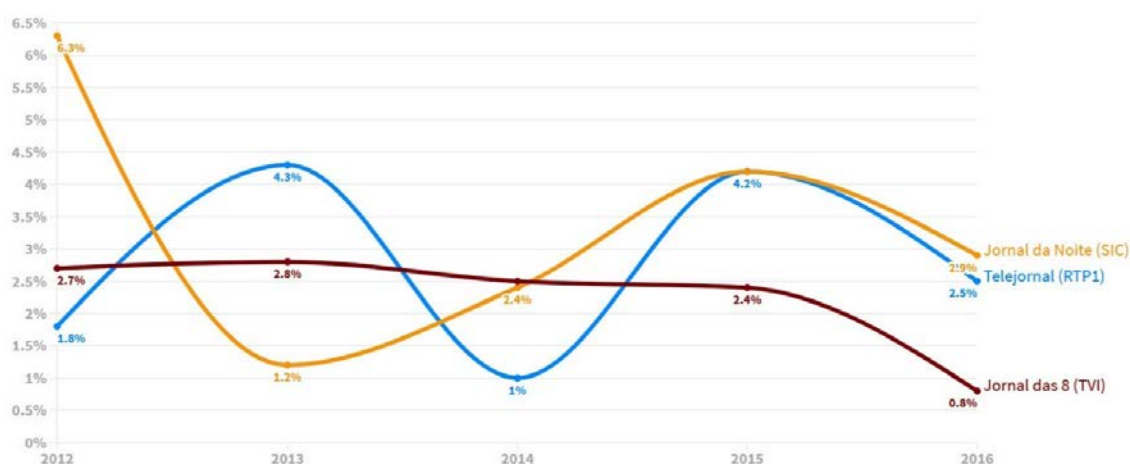
Os três telejornais tiveram uma proporção parecida de destaque da pauta policial, seja na abertura dos informativos, seja em *teasers* ao longo das edições. As notícias sobre “crime, lei e justiça” e “acidentes e desastres” representaram 3% de todos os destaques feitos no

Jornal da Noite e no *Telejornal*, 23 e 16 notícias com destaque, respectivamente, enquanto o *Jornal das 8* o valor cai para 2% (N=16).

Entretanto, em 2013, ano em que o *Jornal da Noite* teve a maior quantidade de notícias totais (todas as temáticas) nos alinhamentos, foi o ano com menos presença de pautas policiais nos destaques do jornal, 1% (N=2) como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9

Evolução dos destaques nos telejornais no período analisado, em percentagem



Fonte: Elaboração própria

Entre os temas mais destacados nas manchetes de abertura no telejornal da RTP1 estão acusação e punição/sentença, no informativo da SIC são incêndio, inundação, desastre (geral) e polícia, e no da TVI são julgamentos e desastre (geral). Quando focamos em *teasers*, o crime é a subcategoria mais destacada *Telejornal*, No *Jornal da Noite* são polícia e incêndio, e no *Jornal das 8* vê-se crime e polícia. Por fim, o teaser assumiu um papel mais relevante no telejornal da RTP1, onde 6% (N=5) de toda a cobertura policial foi destacada desta forma. O percentual cai para 5% (N=7) na TVI e 2% (N=2) na SIC.

Em apenas três ocasiões foram observadas as mesmas notícias destacadas nas aberturas de todos os telejornais. Em 6 de junho de 2012, a morte de dois irmãos portugueses durante uma expedição de motos em Marrocos; no dia 5 de setembro de 2013, quando um bombeiro de Valença morreu em decorrência de ferimentos do combate ao incêndio na cidade; e em 3 de setembro de 2015, a morte do menino sírio Aylan na Turquia.

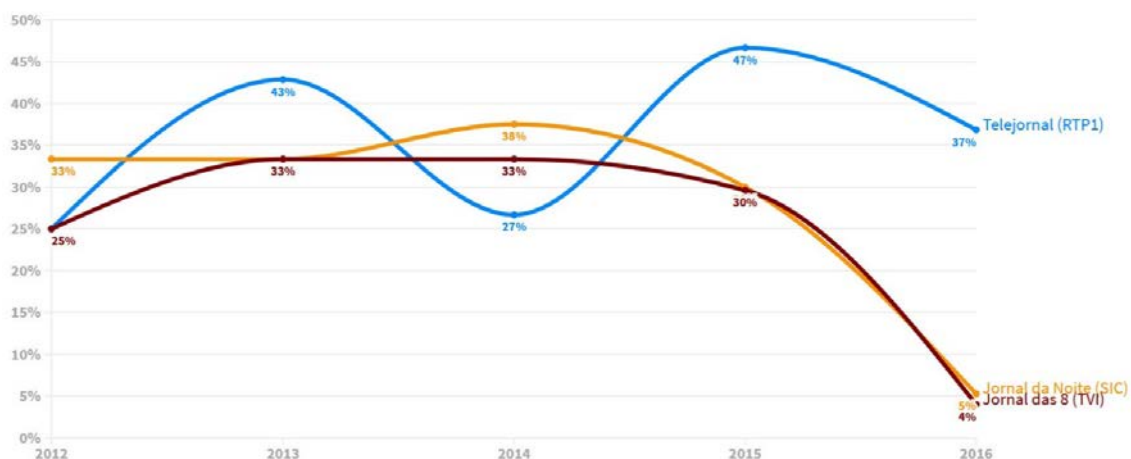
Localização

A cobertura policial dos telejornais analisados é predominantemente de casos que ocorrem no território português. Em valores absolutos, os telejornais da SIC e TVI exibiram mais pautas policiais internacionais: 35 cada. Todavia, quando olhamos proporcionalmente, o *Telejornal* é o que mais pauta notícias do gênero: 35% (N=28) do total de notícias policiais são de fora de Portugal. No *Jornal da Noite* foram 29% e no *Jornal das 8*, 25% da cobertura policial foram dedicados a notícias fora do território português.

Vale ainda ressaltar a tendência de queda na cobertura de notícias policiais fora de Portugal. No informativo da SIC, o volume de pautas policiais internacionais caiu de 35% (N=6) em 2014 para 5% em 2016 (N=1) e no telejornal da TVI de 33% (N=8) em 2013 para 4% em 2016 (N=1), como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10

Dentro das notícias policiais, a evolução das notícias internacionais, em percentagem



Fonte: Elaboração própria

Fontes

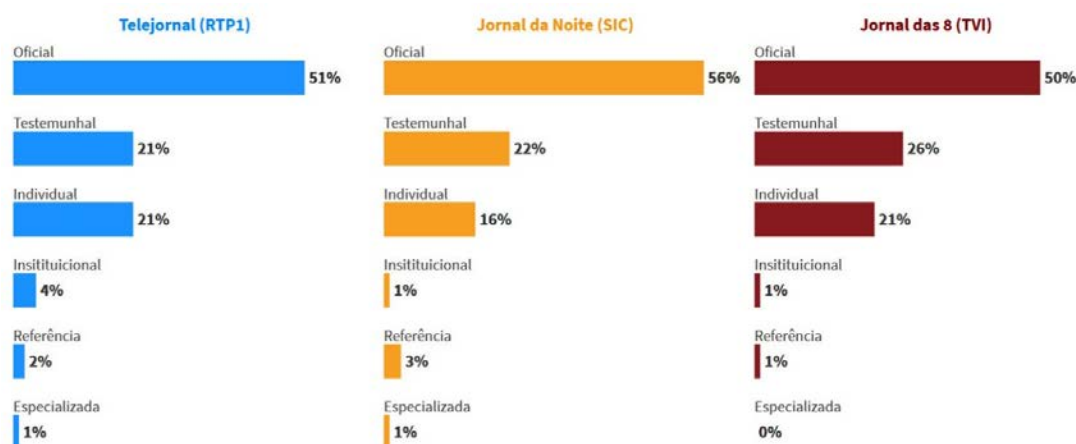
As fontes de informação foram contabilizadas em função do número de vezes em que foram utilizadas, e não pela quantidade de fontes utilizada, e tanto em casos em que apenas são mencionadas pelos jornalistas, quanto quando aparecem como entrevistadas. Fontes primárias estiveram presentes em 85% da cobertura policial do *Telejornal* e do *Jornal das 8*, e em 67% das notícias policiais do *Jornal da Noite*.

Com relação ao grupo, foram identificados seis dos sete tipos propostos por Schmitz (2011), apenas a fonte empresarial não foi utilizada. Foi verificada uma prevalência nos três

telejornais do uso das fontes oficiais, que representam mais da metade das fontes utilizadas nas notícias policiais dos três informativos, como mostra o Gráfico 11. Polícias e representantes do sistema de justiça foram as fontes oficiais mais utilizadas.

Gráfico 11

Proporção de cada grupo de fonte nas notícias policiais



Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar que todos os informativos utilizaram, muitas vezes, combinações de grupos para sustentar uma notícia. Proporcionalmente, foi o *Jornal da Noite* o informativo que mais utilizou fontes oficiais. As fontes testemunhais fazem-se mais presentes no *Jornal das 8*, com mais valorização de depoimentos emocionados, indignados, por vezes recolhidos logo depois do acontecimento, como é frequentemente visto em matérias sobre incêndios e desastres naturais.

Em algumas das notícias não houve referência a nenhuma fonte. Notícias sem fontes representaram 29% (N=34) da cobertura policial do telejornal da SIC, 16% (N=13) da pauta policial do informativo da RTP1 e 13% (N=18) da TVI. Nestas circunstâncias, o jornalista limita-se a narrar o que aconteceu e, por vezes, a emissora assume a responsabilidade pela informação, utilizando frases como “a TVI sabe que...” ou “pelo que a SIC apurou...”.

Considerações finais

A chegada da CMTV na TV a cabo causou bastante debate na esfera pública, com artigos de opinião a temer a influência do novo canal nos principais canais de Portugal. A emissora inaugurada em 2013 começou a brigar pela liderança da audiência entre os canais

informativos em 2014, quando ainda era um canal exclusivo da operadora Meo. Neste artigo analisamos o impacto da CMTV na cobertura policial nos telejornais do *prime-time* português.

Para tal, examinamos edições do *Telejornal*, da RTP1, *Jornal da Noite*, da SIC, e *Jornal das 8*, TVI. Adotamos a estratégia de “semana artificial” (Bauer & Gaskell, 2002) para a seleção da amostra, uma vez que ajuda a perceber a evolução da cobertura dos telejornais e selecionamos o período de 2012 a 2016. Assim, a amostra conta com edições antes da inauguração da CMTV até quando a emissora já era líder no seu segmento.

Os resultados mostram que é equivocada a análise de que os telejornais do *prime-time* aumentaram a cobertura policial após a chegada da CMTV. Não há uma tendência generalizada de mais notícias policiais. Pelo contrário, *Jornal da Noite* e *Jornal das 8* registraram quedas de notícias policiais no alinhamento entre 2012 e 2016, enquanto o *Telejornal* teve uma leve alta.

Se, em 2012, uma em cada quatro notícias no alinhamento do telejornal da SIC era de “crime, lei e justiça” ou “acidentes e desastres”, em 2016 foram apenas 14%. Uma redução de quase 50% em números absolutos: de 37 para 19 notícias policiais. Em 2016, o *Jornal da Noite* inclusive chegou a ser ultrapassado pelo *Telejornal* na cobertura policial.

Alguns aspectos do gênero possuem pontos de convergência, como predomínio da subcategoria crime como carro-chefe da cobertura policial, resultado que confirma a relevância desta temática como valor-notícia, devido o elevado grau de noticiabilidade das ocorrências criminais que normalmente contam com “violência, ruptura com a ordem social e imprevisibilidade” (Penedo, 2003, p. 41).

Os informativos das três emissoras também priorizam a cobertura de casos policiais ocorridos no território português, o que demonstra a força do valor-notícia de proximidade. Outra similaridade entre *Telejornal*, *Jornal da Noite* e *Jornal das 8* é a combinação entre categorias e grupos diversos de fontes para a construção das pautas policiais.

No entanto, a análise também permite identificar estratégias diferentes entre os três telejornais para atrair o telespectador. Na RTP1, sobressaem os formatos mais aprofundados de notícias, como a reportagem e o direto, que, conseqüentemente, fazem com que o *Telejornal* seja o informativo que mais investe em matérias de longa duração.

O *Jornal da Noite*, por sua vez, mesmo com a redução da presença de notícias policiais, aposta em destaques das pautas na abertura e ao longo da edição. Esta característica estará diretamente relacionada à preocupação com a audiência, já que os destaques têm a função de fisgar a atenção dos telespectadores e fazê-los esperar para assistir determinada matéria.

O *Jornal das 8*, que nesta investigação foi o telejornal que mais abriu espaço para cobertura policial, enfatiza o discurso das fontes testemunhais, que estão diretamente ligadas à notícia, para construir narrativas atrativas, com apelo ao lado emocional de quem assiste.

Os resultados desta análise não confirmam completamente o sentimento do senso comum de que a televisão está tomada por crime e polícia, mas é preciso observar que a

investigação é focada em um horário específico. Dessa forma, a metodologia encontra espaço para ser replicada no futuro. A partir daqui, está aberto o caminho para análises que envolvam os telejornais da faixa das 13 horas e, importante ressaltar, os programas de entretenimento das manhãs. Estes programas ganharam, nos últimos anos, espaços fixos de crônicas criminais, com comentadores especializados, que, segundo explicou durante a entrevista o jornalista e comentador do Queridas Manhãs, da SIC, Hernâni Carvalho, chegam a dobrar as audiências das emissoras.

A pesquisa também fica como referência para o monitoramento do cenário das coberturas policiais nos próximos anos. De acordo com Nuno Goulart Brandão, “a televisão é uma das principais fontes para a construção da realidade social e por isso, mais do que ser uma janela aberta para o mundo, funciona como espelho da nossa existência quotidiana” (Brandão, 2005, p. 219). Assim, faz-se necessário acompanhar esta evolução para perceber o que estará a ser refletido para as próximas gerações.

Referências bibliográficas

- Almeida, C. R. de. (2017). *Jornalismo policial na televisão generalista em Portugal: O horário nobre em análise* [Dissertação de Mestre, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Institucional Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15038>
- Angriman, D. (1994). *Espreme que sai sangue: Um estudo do sensacionalismo na imprensa*. Summus Editorial.
- Barreiros, J. J. (2010). *Públicos, media e vida pública: Uso e opinião sobre media e informação em Portugal, na 1ª década do século XXI*. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2311>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Vozes.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communications research*. Free Press.
- Brandão, N. G. (2005). *Prime Time: Do que falam as notícias dos telejornais*. Casa das Letras.
- Brandão, N. G. (2010). *As notícias nos telejornais: Que serviço público para o século XXI?* (1. ed). Guerra e Paz.
- Brandão, N. G., & Morais, I. (2012). O espectáculo e o drama televisivo — uma abordagem sobre a informação televisiva portuguesa. *Revista Internacional de Gestão e Comunicação*, 3. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5389>
- Bryman, A. (2016). *Social Research Methods* (5th Edition). Oxford University Press.
- Cádima, F. R. (2011). Jornalismo televisivo e crime violento, ou sobre um decisivo «não-dito». *E-Compós*, 13(3). <https://doi.org/10.30962/ec.500>
- Calafate, R. (2016, 27 de outubro). A ascensão da CMTV e a queda dos outros. <https://eco.sapo.pt/opiniao/a-ascensao-da-cmtv-e-a-queda-dos-outros/>
- Canavilhas, J. (2001). Televisão: O domínio da informação-espetáculo. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-televisao-espectaculo.pdf>
- CMTV. (2020, 1º de outubro). *CMTV fecha setembro com mais audiência que todos os concorrentes juntos*. <https://www.cm-tv.pt/actualidade/detalhe/20201001-1308-cmtv-fecha-setembro-com-mais-audiencia-que-todos-os-concorrentes-juntos>
- Coelho, S. I. C. (2017). *Caso Pedro Dias no Primeiro Jornal da SIC* [Relatório de estágio de Mestre, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/25980>
- Correia, J. C. (2008). *Investigação criminal, jornalismo e narrativa: Algumas notas sobre o caso Madeleine McCann*. [Paper presentation]. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Universidade Metodista de São Paulo, SP. <https://doi.org/10.13140/2.1.4158.0801>
- Cruz, C. (2008). *A telerealidade: Uma abordagem hermenêutica da construção social da realidade pela informação televisiva da actualidade*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Darnton, R. (1975). Writing News and Telling Stories. *Dædalus*, 104(2), 175-194. JSTOR.
- Douglas, G. H. (1999). *The Golden Age of the newspaper*. Greenwood Press.
- Duarte, C. (1994). *Audimetria: Problemas qualitativos na medição de comportamentos de consumo* [Trabalho apresentado no âmbito do Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/7588>
- ERC. (2017, 06 de setembro). *Deliberações adotadas pelo Conselho Regulador a 29 de agosto de 2017*. ERC — Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://www.erc.pt/pt/noticias/deliberacoes-adotadas-pelo-conselho-regulador-a-29-de-agosto-de-2017>
- Fernandes, A. P. M. (2001). *Televisão do público: Um estudo sobre a realidade portuguesa (1993-1997)*. Minerva.
- Ferreira, A. C. (2009). *O caso Maddie, na imprensa nacional: A semana seguinte* [Relatório de estágio de Mestre, Universidade da Beira Interior]. Repositório Institucional da Universidade da Beira Interior. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1578>
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64-90. <https://doi.org/10.1177/002234336500200104>
- Gans, H. J. (2004). *Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time / Herbert J. Gans*. Northwestern University Press.
- Greer, C. (2017). News Media, Victims and Crime. In P. Davies, C. Francis, & C. Greer (Eds.), *Victims, Crime and Society*. SAGE.
- Hartley, J. (2004). *Communication, Cultural and Media Studies: The Key Concepts*. Taylor & Francis.
- Herscovitz, H. G. (2008). Análise de conteúdo em jornalismo. In C. Lago & M. Benetti (Eds.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (pp. 123-142). Vozes.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage Publications.
- McQuail, D. (1997). *Audience Analysis*. SAGE Publications.
- Menezes, M. R. B., Medeiros, C. P. de, & Alves, G. P. (2009). Jornalismo investigativo e policial: Os bastidores da produção jornalística de assassinatos em série e crimes que abalaram a sociedade. *Anagrama*, 3(2), 1-10.
- Neves, F. d'Oliveira. (2016, 29 de março). A comunicação social, ela que... *Público*. <https://www.publico.pt/2016/03/29/opiniao/opiniao/a-comunicacao-social-ela-que-1727213>
- Oliveira, S. C. P. (2019). O agendamento integrado no Grupo Cofina: Correio da Manhã e CMTV [Relatório de Estágio de Mestre, Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social]. Repositório Institucional do Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social. <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/11300>
- Pacheco, A. R. (2005). *Jornalismo Policial Responsável* [Monografia para o grau de Jornalista, Universidade do Contestado]. Repositório Institucional da Universidade do Contestado, Mafrá. <http://bocc.ufp.pt/pag/pacheco-alex-jornalismo-policial-responsavel.pdf>
- Penedo, C. C. (2003). *O crime nos media: O que nos dizem as notícias quando nos falam de crime: um estudo de caso sobre a imprensa diária portuguesa*. Livros Horizonte.
- Porto Canal. (2017, 15 de setembro). Cobertura noticiosa pode ter efeito promotor de fogos postos. *Porto Canal*. <http://portocanal.sapo.pt/noticia/133328/>

- Quivy, R., & Campenhoudt, L. van. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Rezende, G. J. de. (2009). Gêneros e formatos Jornalísticos na Televisão brasileira. *Intercom — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares Da Comunicação*, 32, 1–16.
- Romão, D. M. M. (2013). *Jornalismo policial: Indústria cultural e violência* [Mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório Institucional da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.47.2013.tde-30072013-113910>
- RTP Notícias. (2016, 08 de novembro). O momento em que Pedro Dias se entrega às autoridades. *RTP Notícias*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/o-momento-em-que-pedro-dias-se-entrega-as-autoridades_v960531
- Schmitz, A. A. (2011). Classificação das fontes de notícias. *Biblioteca Online de Ciências Da Comunicação*. <http://bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>
- Schudson, M. (1981). *Discovering The News: A Social History of American Newspapers*. Basic Books.
- Schudson, M. (2012). *The sociology of news* (2nd ed). W.W. Norton & Company.
- Silveira, A. F. (2017, 20 de junho). “A Direção de Informação da TVI não recebe lições de ninguém”. *N-TV*. <https://www.n-tv.pt/acontece/direcao-informacao-da-tvi-nao-recebe-licoes-ninguem/21476/>
- Sistema de Segurança Interna. (2020). Relatório Anual de Segurança Interna 2019. *XXII Governo—República Portuguesa*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2019->
- Stone, P. J., Dunphy, D. C., & Smith, M. S. (1966). *The general inquirer: A computer approach to content analysis*. MIT Press.
- Teixeira, W., Santa Brígida, F., & Teixeira, L. (2015). *Jornalismo e violência: Uma análise da cobertura de linchamento do jornal O Liberal de 2008 a 2012*. [Paper presentation]. GT de História Da Mídia Impressa, 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/100-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/jornalismo-e-violencia-uma-analise-da-cobertura-de-linchamento-do-jornal-o-liberal-de-2008-a-2012/view>
- Torres, D. F. B. (2014). *O Fenómeno da convergência jornalística: O caso do Correio da Manhã* [Relatório de estágio de Mestre em Jornalismo, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/13508>
- Traquina, N. (2004). *Teorias do jornalismo—Volume I*. Insular.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo—Volume II*. Insular.
- TVI. (2017, 18 de junho). Jornal das 8—18 de junho de 2017. *TVI Player*. <https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dco06243docf/video/5946e-6290cf2202a65416516>
- Vala, J. (2014). A análise de conteúdo. In J. M. Pinto & A. S. Silva (Eds.), *Metodologia das ciências sociais*. Afrontamento.
- White, D. (1999). O gatekeeper: Uma análise de caso na seleção de notícias. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Vega.
- Wolf, M. (2006). *Teorias da comunicação* (9th ed.). Presença.

Parte VIII

**História
do
ciberjornalismo
em Portugal**

O ciberjornalismo de proximidade e a convergência possível numa redação de jornalistas: o caso da nova imagem digital do *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação)

Proximity cyberjournalism and convergence in a newsroom: the case of the new digital image of the Jornal da Beira (Viseu, 1921-nowadays)

Paulo Bruno Alves

Escola Superior de Educação de Viseu
— Instituto Politécnico de Viseu / Centro
de Estudos de História Religiosa
— Universidade Católica Portuguesa
paulobruno@esev.ipv.pt
ORCID ID: [0000-0002-4299-1071](https://orcid.org/0000-0002-4299-1071)

Resumo: O presente artigo¹ expõe no título o seu tema central. A análise à nova imagem digital do *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação) serve de fundo para expor, de forma breve e preambular, a história (recente) do ciberjornalismo português que, em 2020, assinalou um quarto de século. Mas também expõe elementos do ciberjornalismo de proximidade. Esta proximidade no (ciber)jornalismo é algo mais profunda, sendo que a proximidade jornalística é maior e mais real por parte de um órgão regional ou local, do que por um de âmbito nacional. Este texto tem três grandes objetivos: a) Apresentar os elementos principais da história dos primeiros 15 anos do ciberjornalismo em Portugal (1995-2010), e apontar a introdução e consolidação da tecnologia 4G, na década de 2010, como uma alavanca para o nascimento e incremento de projetos jornalísticos *online*, numa fase de maior capacidade da rede de Internet; b) Abordar elementos fundamentais da especificidade do jornalismo de proximidade, que assentam numa trilogia que inclui o território, a comunicação e a comunidade; c) Analisar a nova página *web* do *Jornal da Beira*. A metodologia aplicada estabelece-se em dois pontos: a) A apresentação da história do ciberjornalismo nacional e o de proximidade, no quadro de uma redação composta por jornalistas; b) A exposição e análise da nova página *web* do *Jornal da Beira*, realizada entre janeiro e setembro de 2020, em oito pontos específicos.

Palavras-chave: ciberjornalismo; proximidade; convergência; *web*.

Abstract: *This article sets out its central theme in the title. The analysis of the new digital image of Jornal da Beira (Viseu, 1921-nowadays) serves as a background to briefly and preambular the (recent) history of Portuguese cyberjournalism which, in 2020, already accounts for a quarter of a century of existence. But it also exposes elements of proximity cyberjournalism. This proximity in (cyber)journalism is something deeper, and the journalistic proximity is greater and more real in regional or local media than in a national news agency. This text has three main objectives: a) to present the core elements of the history of the first 15 years of cyberjournalism in Portugal (1995-2010), considering the introduction and consolidation of 4G technology in the 2010s as the birth and growth of online journalistic projects, due to greater capacity of the Internet network; (b) address fundamental elements of the specificity of proximity journalism, based on a trilogy that includes territory, communication and community; c) analyse the new website of Jornal da Beira. The methodology applied is based on two points: a) the history of national and proximity cyberjournalism, in the framework of their newsrooms; b) the analysis of the new website of Jornal da Beira between January and September 2020, in eight specific points.*

Keywords: *cyberjournalism; proximity; convergence; web.*

Introdução

O ciberjornalismo português assinala em 2020 um quarto de século. Mas, apesar dos muitos casos de sucesso, são 25 anos em que a fase experimental do ciberjornalismo ainda é visível, em especial em muitos jornais regionais, por via de um certo tradicionalismo das direções e pela falta de investimento em novas ferramentas digitais. Em paralelo, se a definição de

¹ Este artigo resulta da comunicação “O ciberjornalismo de proximidade e a convergência possível numa redação de jornalistas: o caso da nova imagem digital do *Jornal da Beira* (Viseu, 1921-mantém publicação)”, apresentada na II Conferência Internacional de História do Jornalismo em Portugal, promovida pelo ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova e realizada no Colégio Almada Negreiros — Campus de Campolide da Universidade Nova de Lisboa, nos dias 15 e 16 de outubro de 2020.

ciberjornalismo parece já estar plenamente definida empiricamente e conceptualmente, os ciberjornalistas ainda padecem de uma certa indefinição laboral promovida pelos seus pares jornalistas. Tal realidade é ainda mais visível quando o campo de análise deixa de ser a grande redação de um jornal nacional e se centra numa pequena redação de um qualquer periódico regional.

O aparecimento do ciberjornalismo em Portugal, como um conceito novo do mundo jornalístico, nasceu com a ação vanguardista do *Jornal de Notícias* que, em julho de 1995, inaugurou a sua edição *online*, aproveitando os ‘ventos de mudança’ trazidos pela globalização da Internet. Até 2010, o ciberjornalismo português conheceu três fases definidas. A primeira fase, entre 1995 e 1998, ficou conhecida por ‘implementação’, marcada pelas primeiras apostas dos jornais na Internet. O segundo momento, entre 1999 e 2000, foi um tempo em que o otimismo e o investimento orientaram a ação dos Média nacionais. A terceira fase, entre o final de 2000 e 2010, pautou-se pela depressão e pela estagnação no setor digital, ainda que tenham surgido diversos investimentos ‘contra corrente’. Na década de 2010, fruto da implementação em Portugal da rede de Internet 4G, o ciberjornalismo também se modernizou e os Média começaram a integrar novos meios nas suas páginas *online*, num processo crescente de convergência jornalística.

Em paralelo, o ciberjornalismo de proximidade em Portugal deve ser analisado como parte do próprio ciberjornalismo e da sua evolução. Aquele traduziu-se, numa primeira fase, da simples migração para a *web*, de conteúdos publicados no título físico.

Porém, a proximidade no (ciber)jornalismo é algo mais profunda. A proximidade jornalística é maior, mais real por parte de órgão regional ou local, do que quando é implementada por um jornal de difusão nacional. É num prisma de especificidade da sua comunicação que a imprensa regional se diferencia da imprensa de nacional, em especial pela forma como a informação é organizada e é transmitida num delimitado espaço geográfico. Ora, é também nesse meio que se enquadra a maioria dos órgãos regionais e os diocesanos afetos à Igreja Católica, como é o caso do *Jornal da Beira* (1921-mantém publicação), semanário da diocese de Viseu, que serve como caso de estudo.

Metodologia

A metodologia aplicada a este artigo tem duas partes: a) apresentar-se-á a história do ciberjornalismo nacional e o de proximidade, no quadro de uma redação composta por jornalistas; b) será exposta e analisada a nova página *web* do *Jornal da Beira*, sendo que neste ponto serão apresentados diversos elementos que fazem parte da mesma. Aqui serão expostas diversas figuras representativas das propostas de logótipos e de cabeçalhos, da maqueta (capa), num novo *design* do semanário, quer no formato papel quer no formato virtual. Serão igualmente apresentados os números da análise realizada à página *web*, realizada entre janeiro e setembro

de 2020, em oito elementos específicos: número de visitas totais; dias da semana; horas do dia; país de origem; duração da visita; *downloads*; páginas/URL e frases e palavras de busca.

1. Internet: o (ciber) jornalismo português num admirável mundo novo

A Internet foi uma grande oportunidade para o jornalismo mundial. Durante a década de 1990, como salienta Helder Bastos, houve fundamentalmente duas posições divergentes para a nova conjuntura que então nascia com a democratização da Internet. Num dos lados, estavam os críticos que “(...) esperavam que a rede aliviasse as condições de crise e trouxesse o jornalismo de volta ao seu papel de servidor público” (Bastos, 2010, p. 16). Do outro, estavam os defensores do *status quo* que viram a Internet como “(...) um vasto novo mercado, um sistema de distribuição e uma maneira retoricamente legítima de deflectir as exigências do jornalismo de serviço público para um enclave no ciberespaço” (Bastos, 2010, p. 16).

Numa visão que parte do geral (mundo) para o particular (Portugal), Helder Bastos sustenta que, no final da década de 2000, a depressão instalou-se e subverteu a euforia registada no *terminus* do século XX. O que sucedeu foi, para Helder Bastos, inevitável:

despedimentos em massa, *offshoring* e *outsourcing*, eliminação de posições em aberto eram então padrão nas práticas de gestão. Crescia também o chamado *newswork* ‘atípico’, definido como emprego ocasional, uso de trabalho contratado e aumento do emprego triangular, ambíguo e disfarçado, sobretudo entre os jornalistas mais jovens e recém-chegados ao jornalismo (Bastos, 2010, p. 16).

Em Portugal, como um pouco por todo o mundo ocidentalizado, foi também através do trabalho, tantas vezes mal remunerado, desses jovens recém-licenciados em jornalismo e comunicação social, que foi alimentado o fluxo dos jornais na rede, ao longo das denominadas três fases do ciberjornalismo em Portugal entre 1995 e 2010. Foi precisamente em 26 de julho de 1995 que o *Jornal de Notícias* (JN) deu início à história do ciberjornalismo português, com a inauguração da sua edição *online*, tornando-se no primeiro periódico diário nacional (generalista) a fazer atualizações diariamente na *web*. Dois jornalistas do JN (Helder Bastos e Nuno Marques) transformaram-se, quase subitamente, em ‘ciberjornalistas’, ainda que trabalhassem na mesma redação dos seus camaradas de profissão. O seu trabalho “(...) dividia-se essencialmente em quatro vertentes nucleares: interactividade com os leitores, edição de notícias, gestão da participação dos leitores em fóruns de discussão e transporte de conteúdos do jornal de papel para o digital” (Bastos, 2010, p. 35).

A Internet foi globalmente entendida como um admirável mundo novo para o (ciber) jornalismo português. Segundo Helder Bastos, existiram três fases do ciberjornalismo em Portugal até 2010. A primeira decorreu entre 1995 e 1998 e designou-se por ‘implementação’.

Nesse período, os jornais começaram a apostar na Internet, fomentando a criação de *sites* onde colocavam, *grosso modo*, parte dos conteúdos no formato impresso. Trata-se de “(...) uma fase marcada tanto pela experimentação quanto pela incerteza em relação aos resultados” (Bastos, 2010, p. 33). O objetivo primordial dos Média portugueses era estar ‘na caruagem da inovação tecnológica’ e acompanhar de perto a evolução dos novos tempos do jornalismo, também em formato digital. Ainda assim, nessa altura, mercê de alguma desconfiança, a *web* funcionou mais como um mero repositório de conteúdos do jornal impresso do que uma qualquer ‘pedrada no charco’ do espectro jornalístico de então, ainda vincadamente tradicionalista, sobretudo ao nível da coabitação de jornalistas e ciberjornalistas na redação.

Foi em janeiro de 1998, no final dessa primeira fase, que nasceu o *Setúbal na Rede*, um semanário editado naquela cidade sadina, que granjeou o título do primeiro jornal exclusivamente *online* no nosso país. O título haveria de sucumbir definitivamente em 2017, depois de vários períodos em que passou por dificuldades económicas. As rádios e as televisões também adotaram novos comportamentos profissionais e seguiram em paralelo com os jornais, adequando os seus serviços respetivos.

Entre 1999 e 2000 surgiu uma nova realidade. A Internet que, no passado recente, mais não era do que uma forma de divulgar o jornal impresso, começou a ser analisada pelos Média e grupos de comunicação como parte de um processo novo de negócio. Foi a segunda fase do ciberjornalismo português: o período do *boom*, do otimismo e do investimento. Surgiram os primeiros jornais generalistas exclusivamente na Internet, como o *Euronotícias*, em maio de 1999, um semanário que tinha uma edição em papel e, ao mesmo tempo, uma edição *online*, e ainda o *Diário Digital*, em julho desse ano. Outros títulos impressos começaram a ter serviços de ‘última hora’, como o *Público online*, e foram realizadas várias reformulações, com vista ao digital, por parte da RTP (abril-2000).

Nessa altura contrataram-se profissionais e meios em grande escala e houve um aumento no número de publicações na Internet, como se poderá verificar no nascimento dos seguintes títulos (excluindo os dois apontados em cima): *Público Online* (janeiro-1999); *Focus* (outubro-1999); *Turbo Online* e *Visão Online* (abril-2000), *Diário do Norte* (abril-2000); *Mais-futebol* (maio-2000); *Portugal Diário* (junho-2000).

Houve também um aumento no investimento na Internet, por parte de vários grupos de comunicação, como foram os casos do Grupo Media Capital, detentor da TVI, rádios *Comercial*, *Cidade*, *Nostalgia*, *Nacional*, jornais *Diário Económico*, *Semanário Económico*, *Independente*, que investiu muito na *web* (março-2000), do Grupo Mello, dono do *Dinheiro Digital*, *Desporto Digital*, *Super Elite*, que também investiu fortemente no digital (março-2000), do Grupo Lusomundo, detentor dos *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Açoriano Oriental*, *Diário de Notícias da Madeira*, que também fez grandes investimentos na *web* (abril-2000), e do Grupo Impresa, proprietário do jornal *Expresso* e da televisão SIC (dezembro-2000) (Bastos, 2010, pp. 39-45).

A terceira fase, entre o final de 2000 e 2010, pautou-se pela depressão e pela estagnação no setor digital. Este foi um tempo marcado pelo fim de uma ilusão evidenciada pelo encerramento de muitos *sites*. A ‘bolha digital’ rebentou, o investimento caiu, reduziram-se despesas e o desemprego no setor cresceu abruptamente, mercê de despedimentos em massa de jornalistas e outros profissionais especificamente alocados aos projetos digitais. Uma espécie de ‘sismo digital’ abanou a estrutura jornalística nacional. Alguns projetos, como o *Super Elite* e o *Desporto Digital* foram integrados no *Diário Digital* (fevereiro-2001). O Projeto *Imaterial.tv* falhou quatro meses depois de se iniciar (fevereiro-2001). O *Expresso Online* terminou com a atualização de notícias e dispensou trabalhadores (março-2001), a que se seguiu a *SIC Online*, que reduziu investimentos e cortou no pessoal (setembro-2002). O *Diário de Notícias* entrou em contenção na Internet (janeiro-2003) e o famigerado *Setúbal na Rede* também confirmou estar em dificuldades financeiras (abril-2003). A *RTP multimédia* anunciou estar ‘sem rumo’ (junho-2003) e o Grupo Controlinveste, dono dos *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *O Jogo*, *24 Horas*, *Global Notícias* e *TSF* promoveu despedimentos em massa (janeiro-2009), o que levou diretamente aos fechos dos jornais *Global Notícias* e *24 Horas* (junho-2009). Em sentido oposto, os *sites* desportivos ganharam cada vez mais adeptos e eram os mais procurados na *web* (outubro-2009).

Para além das questões dos encerramentos de títulos e despedimentos de jornalistas e outros profissionais, um outro problema arrastava-se sem resolução desde a primeira fase: a falta de regulação do jornalismo *online*. Como indica Helder Bastos,

por esta altura, o ciberjornalismo estava envolto nalguma polémica, um pouco por todo o mundo, como dava conta a TSF, por causa da dificuldade em se estabelecer diferenças entre um portal de Internet e um órgão de comunicação social *online*, em controlar o tratamento jornalístico da informação, mas também devido aos direitos de autor dos ciberjornalistas (Bastos, 2010, p. 47).

As dificuldades do ciberjornalismo mantiveram-se durante toda a terceira fase. À falta de regulação do setor juntava-se o pouco reconhecimento que os seus profissionais tinham pelos seus pares. O sedentarismo do ciberjornalismo foi um dos aspetos não compreendidos pelos outros jornalistas da redação, que muito frequentemente se deslocavam ao exterior. Em verdade, como lembra Helder Bastos, “(...) uma maioria expressiva considerava o ciberjornalismo um novo tipo de jornalismo, distinto do tradicional, mas que era pouco valorizado, quer pela classe jornalística em geral quer no interior das respectivas empresas” (Bastos, 2010, p. 55).

Nesta terceira fase também foram realizados vários investimentos em contraciclo. Apesar de ser evidente que, em dez anos, “(...) não foi lançado um único ciberjornal generalista de raiz” (Bastos, 2010, p. 58), era claro que os jornais estavam a investir mais no *online* e que os utilizadores portugueses aumentaram grandemente. O *Diário de Notícias* reformulou o seu *site*, a partir de setembro de 2001, depois de o grupo Lusomundo (a que pertencia) ser

adquirido pela Portugal Telecom. Em setembro de 2002, o *site Maisfutebol* integrou um portal de desporto, que permitiu abrir espaço na rede para outras modalidades como o andebol e o atletismo, com *sites* próprios. No final do ano seguinte, em dezembro de 2003, o *Diário Digital* e o *Sapo*, o portal da Portugal Telecom, estabeleceram uma parceria comercial que permitiu o crescimento daquele canal de notícias *online*.

Os investimentos também foram particularizados na renovação gráfica dos *sites*. Isso sucedeu, entre outros, com o jornal *Expresso*, em setembro de 2005, e com o *Diário Digital*, em abril de 2006. A esses melhoramentos, outros surgiram como aconteceu com a introdução de *podcasts* nos *sites* da *TSF*, em janeiro de 2006, e da *SIC online*, um mês depois. As renovações gráficas dos *sites* de alguns órgãos de comunicação (jornais e televisões) continuaram nos meses e anos seguintes, como sucedeu com o jornal *Público*, em 19 de novembro de 2007. Tal realidade era, segundo José Manuel Fernandes, à época o diretor do *Público*, citado por Helder Bastos “(...) o resultado da natural evolução das necessidades dos cidadãos no acesso à informação” (Bastos, 2010, p. 63).

Com efeito, os hábitos dos leitores e dos internautas estavam a mudar. Ainda assim, de acordo com Helder Bastos, apesar de todos os investimentos feitos na rede a contracorrente, por variados órgãos de comunicação portugueses, demonstrou uma realidade insofismável:

a maior parte [desses investimentos] se concentrou naquilo que poderemos considerar acessório, não estruturante: refrescamento gráfico de *sites*; aproveitamento de redes ou aplicações preexistentes, isto é, não desenvolvidas pelos próprios ciberjornalistas (*feeds*, *widgets*, edições para dispositivos móveis, perfis em redes sociais, etc.); acolhimento do contributo de bloguistas e «cidadãos-repórteres»; ênfase dada à instantaneidade, com secções de última hora baseadas sobretudo em *takes* de agências noticiosas. Em suma, investimentos *light* (Bastos, 2010, p. 72).

Helder Bastos apresenta, em contra ciclo do que sucedeu, o que não foi realizado e que, porventura, poderia ter alavancado o ciberjornalismo português para uma outra realidade. Entre esses “esforços essenciais” que não aconteceram estão, entre outros:

o reforço das equipas, apostando num efetivo plano de contratação de mais e novos ciberjornalistas e demais profissionais que produzissem mais e melhores conteúdos *online*; a aposta numa verdadeira convergência entre jornalistas e ciberjornalistas e na efetiva e permanente interatividade com quem acedia aos *sites* noticiosos, de forma a interagir e melhor compreender a ciberaudiência (Bastos, 2010, p. 73).

Perante este cenário, o próprio Helder Bastos assegura que, nos primeiros 15 anos de ciberjornalismo português, as suas especificidades não foram contempladas.

Os cibermedia portugueses estiveram longe de explorar o enorme potencial de interactividade, hipertextualidade, multimedialidade, instantaneidade, memória e personalização, permitido pelo novo meio. Além disso, as versões *online* dos media tradicionais portugueses reproduziram invariavelmente conteúdos e modelos decalcados das edições tradicionais (Bastos, 2010, p. 85).

Na década de 2010, a introdução da tecnologia 4G, em Portugal, trouxe uma maior capacidade da rede de Internet, com velocidades mais rápidas de acesso, nomeadamente a descarregar ficheiros (*downloads*) e a fazer envios (*uploads*). Essa situação permitiu um reforço tecnológico a novos projetos jornalísticos *online* que, entretanto, nasceram ou se remodelaram. Tal sucedeu, por exemplo, com o aparecimento do *Observador*, em 2014, um jornal de âmbito nacional e generalista unicamente *online*, que faz uso dessa capacitação da rede, a que junta no mesmo *site* a Rádio Observador, criada em 2019. Um outro exemplo, mas de remodelação, é o *Jornal do Centro*, com sede em Viseu mas de abrangência distrital. Nascido em 2002, este semanário deixou de se publicar em papel, na primavera de 2020, no decurso da pandemia da covid-19, passando a ser inteiramente *online*. Antes, este projeto de convergência jornalística já tinha criado a Rádio Jornal do Centro (2016) e a AquiTV (2019), num dinâmico *site* que foi criado em 2017, depois de uma remodelação do grupo, em 2015.

Desde o início da década de 2020, a 5G tem sido, também em Portugal, a aposta seguinte no setor tecnológico, com a promessa de uma maior velocidade da Internet face à antecessora 4G. No caso específico do ciberjornalismo, a tecnologia 5G trará seguramente novas dinâmicas.

1.1. A proximidade no (ciber)jornalismo

Ao longo da terceira fase do ciberjornalismo português (2000-2010), foram sendo feitos investimentos no ciberjornalismo, paralelos à crise por que então já passava o setor. As empresas jornalísticas demonstraram uma ténue mudança de paradigma, mais visível no refrescamento gráfico das suas páginas *online* e na utilização da rede (que era melhorada ciclicamente) do que, em concreto, num verdadeiro reforço das equipas e, por essa via, na qualidade da produção jornalística.

Cinco anos mais tarde, em 2015, numa fase em que os investimentos *contra corrente* ainda estimulavam a rede, um outro conceito ligado ao ciberjornalismo foi apresentado com grande pormenor: a proximidade.

O ciberjornalismo de proximidade está intimamente ligado ao jornalismo de proximidade, sendo, aliás, uma sua extensão. A proximidade jornalística é mais real quando realizada por um órgão de âmbito local e regional do que por um de difusão nacional. É nesse sentido que, como salienta Carlos Camponez, “a proximidade é entendida com frequência, no

jornalismo, numa dimensão essencialmente estratégica, quer seja como valor-notícia orientador dos critérios noticiosos do jornalista, quer ainda como um produto comercial” (Camponez, 2012, p. 35).

Existem diversos elementos que singularizam o jornalismo de proximidade e que se estabelecem numa trilogia que inclui o território, a comunicação e a comunidade. O território onde se criam as raízes do jornalismo regional é visto nas suas dimensões físicas e geográficas mas também humanas, que abrem lugar a uma realidade afetiva, socioprofissional e sociocultural. Nesse prisma, Carlos Camponez recorda que a proximidade, “(...) como elemento caracterizante do que é notícia, (...) é vista como um dos valores centrais do jornalismo, determinante do interesse do público pelas notícias” (Camponez, 2012, p. 35).

Ora, são todos aqueles agentes — humanos, materiais e imateriais — que definem esse sentimento de pertença, fruto de uma vivência no mesmo território, e garantem uma sensação de proximidade. Perante esta realidade, Carlos Camponez refere que

esta polissemia de sentidos é também explorada de forma estratégica pelos meios de comunicação de massa noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos (Camponez, 2012, pp. 36-37).

A imprensa regional diferencia-se da imprensa de dimensão nacional pela especificidade da sua comunicação, como está organizada e é transmitida. Possui também um cariz comunitário que a caracteriza *per si*: a procura de informação e a transmissão de notícias ocorrem no espaço geográfico da comunidade. É aqui que estão lugares, interesses e valores comuns, que são construídos e aceites pelos seus constituintes. É aqui que se definem e se formam os públicos que assinam e leem esse título, onde estão implantados os serviços do órgão regional e onde coabitam os seus responsáveis.

O ciberjornalismo veio revitalizar o jornalismo de proximidade. Esta ideia foi apresentada e defendida pelo espanhol Xosé López García, em 2008, na obra *Ciberperiodismo en la proximidade*, “que ‘abriu’ um novo campo de investigação do *novo* jornalismo, sobretudo em Espanha” (Jerónimo, 2015, p. 90). Nesse hiato temporal de doze anos, o ciberjornalismo apanhou-se de novas ferramentas e criou novos conteúdos. Mas a singularidade do (ciber)jornalismo de proximidade mantém-se, ainda que tantas vezes reinventada.

Atendendo ao inegável crescimento do ciberjornalismo nas últimas décadas, por via do grande incremento da Internet, aspetos como a proximidade e o hiperlocal poderão ser melhor compreendidos. Nos últimos anos, a atenção para o jornalismo local tem, ao mesmo tempo, captado um interesse por parte de investigadores dos Média, conscientes da importância que a informação de proximidade tem sobre as pessoas e o público. Em rigor, como reforça Pedro Jerónimo, o interesse pelo local, por parte de académicos,

parece ter-se revigorado nos últimos anos, sobretudo com o aparecimento de estudos de mídia e jornalismo (...). Embora seja um conceito cada vez mais frequente na discussão sobre o futuro dos mídia, a realidade é que o mesmo ainda não é consensual (Jerónimo, 2015, p. 93).

Termos como ‘jornalismo de nicho’, ‘conteúdos de nicho’ ou ‘informações hiperlocais’ têm surgido, nos últimos anos, de forma cada vez mais frequente num jornalismo de proximidade transmitido na Internet. Segundo alguns autores, essas denominações nasceram no interior da *World Wide Web* e centram-se em elementos geográficos de orientação comunitária, como sejam a realização de peças noticiosas direcionadas para os que ali vivem e interagem, envolvendo os cidadãos dessas mesmas comunidades e preenchendo as lacunas dos títulos de abrangência nacional e até regional, que ou desconhecem certos acontecimentos que têm valor-notícia, ou apenas porque não os consideram relevantes para as suas publicações.

Fabiana Bravo, citada por Pedro Jerónimo, admite mesmo que o jornalismo resultante [dessa proximidade] “vem dar à comunidade a oportunidade de expressar e criar laços de identidade, em contraponto à cultura mundializada e à padronização das produções jornalísticas” (2012 as cited in Jerónimo, 2015, p. 93).

É nesse contexto que o ciberjornalismo de proximidade e o jornalismo regional têm um enfoque especial. Em verdade, o que está próximo de nós interessa-nos! Saber o que se passa no nosso espaço envolvente assumiu, nesta atual situação de pandemia da covid-19, uma importância ainda maior do que no passado recente. Num mundial “novo normal”, as informações mais próximas de nós são as que realmente captam a nossa principal atenção. Sejam elas criadas por diferentes formas:

- a) Por um emergente jornalismo hiperlocal, sustentado por cidadãos conscientes da preservação das suas raízes comunitárias;
- b) Por jornalistas no desemprego que encontraram, nas novas plataformas existentes, um jornalismo de cidadão que vem alimentando o interesse de um público em crescendo;
- c) Por uma redação constituída por jornalistas formados ‘à moda antiga’, que resiste e se depara com a necessidade de reinventar novas formas de captar e transmitir as informações, passíveis de captar interesse por parte do seu público-alvo.

A convivência da Internet com o jornalismo regional não é um tema novo. Mas, duas décadas depois da sua disseminação mundial, a utilização plena, nas redações, das possibilidades permitidas pela Internet ainda é muito incipiente. Mais ainda é a convergência jornalística que dali nasceu. Pedro Jerónimo, na análise feita aos dados da Entidade Reguladora da Comunicação, relativos a 2010, admite que, numa amostra de 411 títulos, 46% tinham uma

edição eletrónica, 41% não possuíam qualquer extensão virtual e 4,9% mostravam-se por meio de blogues (Jerónimo, 2015).

O retrato da imprensa de inspiração cristã seguiu em linha com esses dados e até confirmou um certo aumento: 70% dos títulos possuíam uma extensão virtual da sua publicação em papel, que geralmente era apenas o retrato geral da publicação em papel, com referência aos principais assuntos analisados, e contactos para o exterior.

Isso sucedeu com o *Jornal da Beira*, órgão oficial da diocese de Viseu, quando se lançou na *web*, no início da década de 2010. Porém, esse salto tecnológico não foi particularmente visível no que respeita à convergência jornalística da imprensa regional e em concreto à daquele título diocesano que, em 9 de janeiro de 2021, completará 100 anos de edição.

Na lógica globalizante da convergência jornalística, de acordo com Henry Jenkins, citado por Pedro Nunes e Juliana Amorim, aquela não deve ser analisada unicamente sob o prisma tecnológico, mas também como um elemento “(...) ligado à informação digitalizada e ao surgimento de conglomerado de mídia que modifica a maneira como consumimos informação e o próprio conteúdo midiático. Ela ainda afeta as relações económicas da indústria bem como a circulação de produtos culturais” (2006 as cited in Nunes & Amorim, 2016, p. 37).

Uma das mudanças possibilitada — ou até imposta — pela nova cultura de convergência jornalística foi a de as redações começarem a

a trabalhar de forma integrada, ou seja, se antes existiam núcleos distintos do jornal impresso, TV, rádio e portal, cada um produzindo de forma independente, agora, a equipe editorial de um sistema de comunicação age em conjunto, produzindo conteúdo para diversas plataformas (Nunes & Amorim, 2016, pp. 39-40).

Ao mesmo tempo, é certo que o ciberjornalismo implica uma série de conhecimentos técnicos em vários domínios: imagem, som, animação e edição de vídeos, linguagem HTML, entre outros. Ora, estes elementos constituem, de certa forma, um conjunto alargado de códigos indecifráveis a uma geração mais antiga de jornalistas, que nasceu e cresceu num meio em que o papel imperava.

Em tempos de convergência, como esclarecem Salaverría e Avilés, citados por Pedro Nunes e Juliana Amorim, “(...) a versatilidade é a principal característica do jornalista, de modo que a habilidade para o desenvolvimento de diversas funções, antes desempenhadas por profissionais diferentes, já faz parte da rotina desses profissionais” (2008 as cited in Nunes & Amorim, 2016, p. 43). Em redações pequenas, como são maioritariamente as dos títulos regionais, ser jornalista versátil tende a ser mais do que uma necessidade. É, muitas vezes, uma imposição. Perante essa realidade, questiona-se até que ponto é que as direções de muitos jornais regionais podem garantir às suas redações e aos seus jornalistas as condições possíveis que lhes permitam dar esse salto tecnológico. Como é que se poderia ou poderá falar de uma efetiva convergência jornalística no exemplo de uma redação como a do *Jornal da Beira*? Essa convergência é a possível, e o caso do órgão da diocese de Viseu é um entre tantos no jornalismo regional e no (ciber)jornalismo de proximidade.

2. Nova página web do *Jornal da Beira*

O *Jornal da Beira*, órgão da diocese de Viseu, lançou-se no mundo digital no início da década de 2010. Desde as primeiras edições *online* deste semanário, e até ao final de 2019, as alterações foram sendo cíclicas. Numa primeira fase, o processo centrou-se basicamente na apresentação dos principais títulos, num sumário multimédia ainda arcaico. Já num segundo momento, sensivelmente desde os últimos quatro anos, foi promovida a uma maior disponibilização de conteúdos, tornando acessível o pdf da edição impressa para os assinantes. A redação é, desde 2014, formada por dois jornalistas que trabalham na edição impressa, de 20 páginas, que engloba 12 secções: esta ordem: (Primeira); Ditos e Feitos; Diocese; Viseu; Região; Centrais; Saúde; Necrologia; Tema; Informativo; Desporto; Igreja; Liturgia; (Última). Se atendermos à especificidade e identidade do jornalismo de proximidade (Camponez, 2002), e o verificarmos nas páginas daquele título regional, confirmamos que, em 2020, o ciberjornalismo de proximidade e a convergência nesta redação de jornalistas é, ainda, o possível. Com efeito, ele é vítima da impossibilidade de um ciberjornalismo, no verdadeiro sentido prático do termo, em que a convergência real está ainda muito afastada do quotidiano desse órgão diocesano. Algumas das notícias em papel são transportadas para a página *online*, sem grandes cortes ou reformulação. Desde há sensivelmente um ano que há, na redação, uma ação concertada em noticiar na página *online* certos acontecimentos, ainda que de forma breve, que poderão ser largamente lidos na edição seguinte em papel. A nudez dessa realidade não é apenas a do exemplo apresentado, mas o espelho da generalidade deste tipo de imprensa.

Em 9 de janeiro de 2020, no arranque das cerimónias do seu centenário, o *Jornal da Beira* alterou o seu grafismo, criou um logótipo e um novo *layout* para as suas páginas. Em certa medida, a forma de estar na rede também se alterou. Os dados de que dispomos estão definidos no tempo entre 9 de janeiro e 24 de setembro de 2020, cerca de nove meses.

Durante o ano de 2019, a Casa Episcopal da Diocese de Viseu recebeu reuniões regulares de uma então, recentemente criada, “Comissão do Centenário do *Jornal da Beira*”, sob a égide do bispo D. António Luciano dos Santos Costa, promovida pelo diretor da Fundação *Jornal da Beira*, padre Luís Miguel Figueira da Costa, em articulação com o Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu, coordenado pela doutora Maria de Fátima dos Prazeres Eusébio, e com o *Jornal da Beira*, dirigido pelo padre Nuno Miguel Henriques Azevedo.

Foi posteriormente contratada a ‘Trapézio de Ideias’, uma empresa de Oliveira de Frades dedicada às áreas do *design*, da impressão e da publicidade para criar os logótipo e *layout* do *Jornal da Beira*, como se poderá ver nas figuras aqui inseridas. A gestão da página web é da responsabilidade do engenheiro Urbano Mendonça.



Figura 1
Propostas de logótipos
 Fonte: Jornal da Beira



Figura 2
Propostas de cabeçalhos
 Fonte: Jornal da Beira



Figura 3
Propostas escolhidas
 Fonte: Jornal da Beira



Figura 4
Exemplo de maqueta (capa)
 Fonte: Jornal da Beira

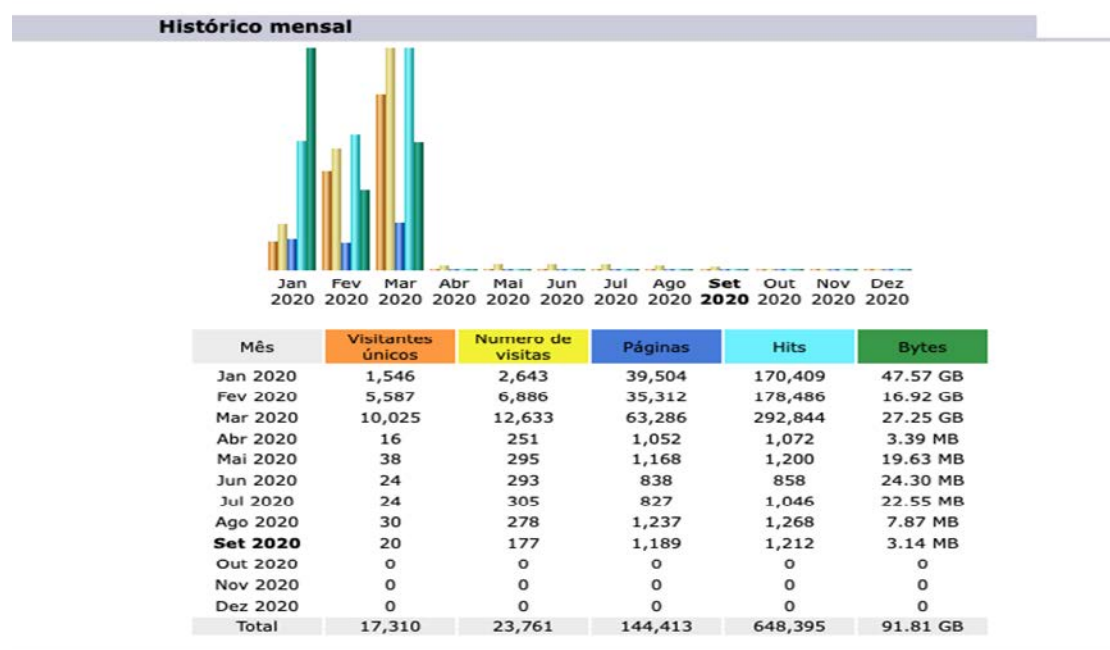


Figura 5
 Visitas à nova página web (meses janeiro-setembro de 2020)
 Fonte: Jornal da Beira

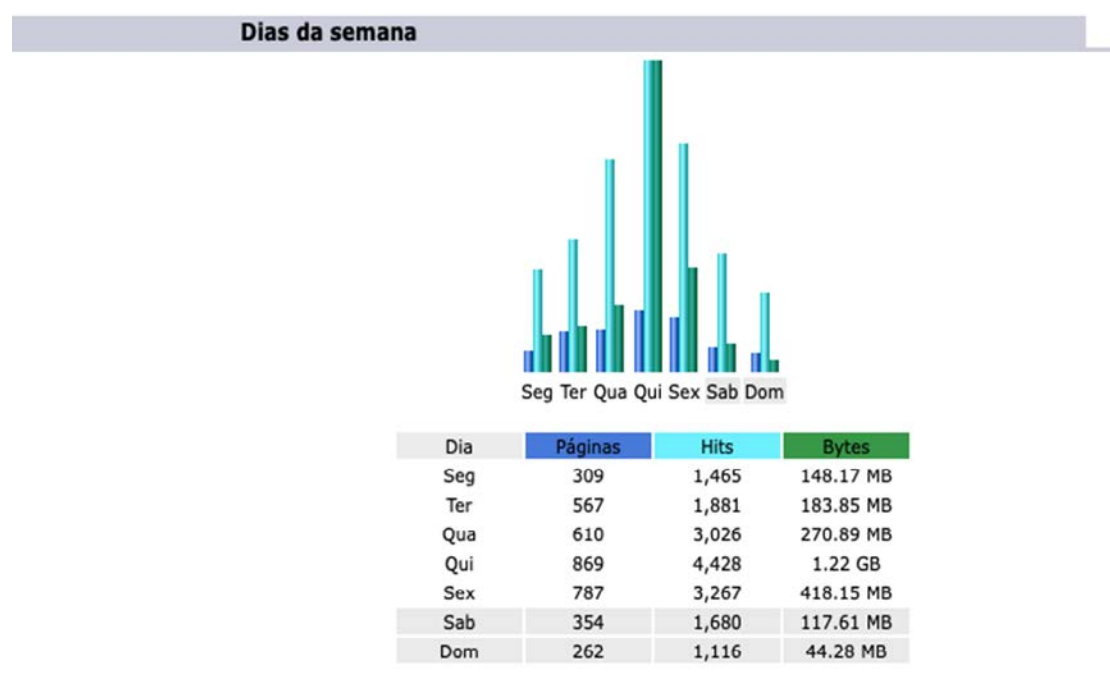


Figura 6
 Visitas à nova página web (dias da semana)
 Fonte: Jornal da Beira

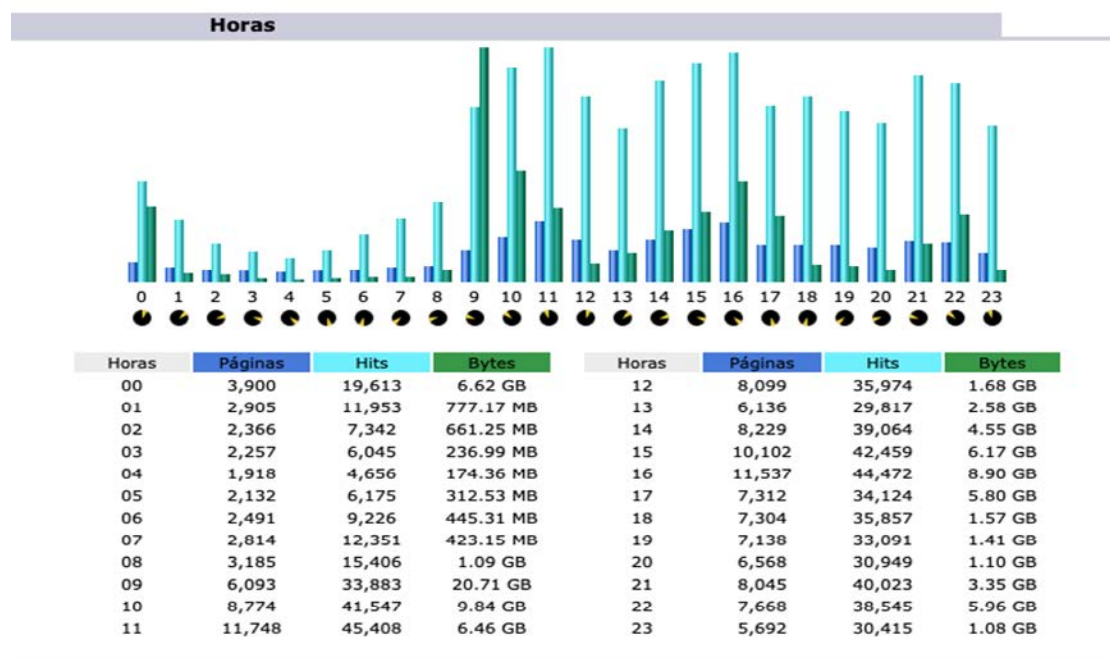


Figura 7
 Visitas à nova página web (horas do dia)
 Fonte: Jornal da Beira

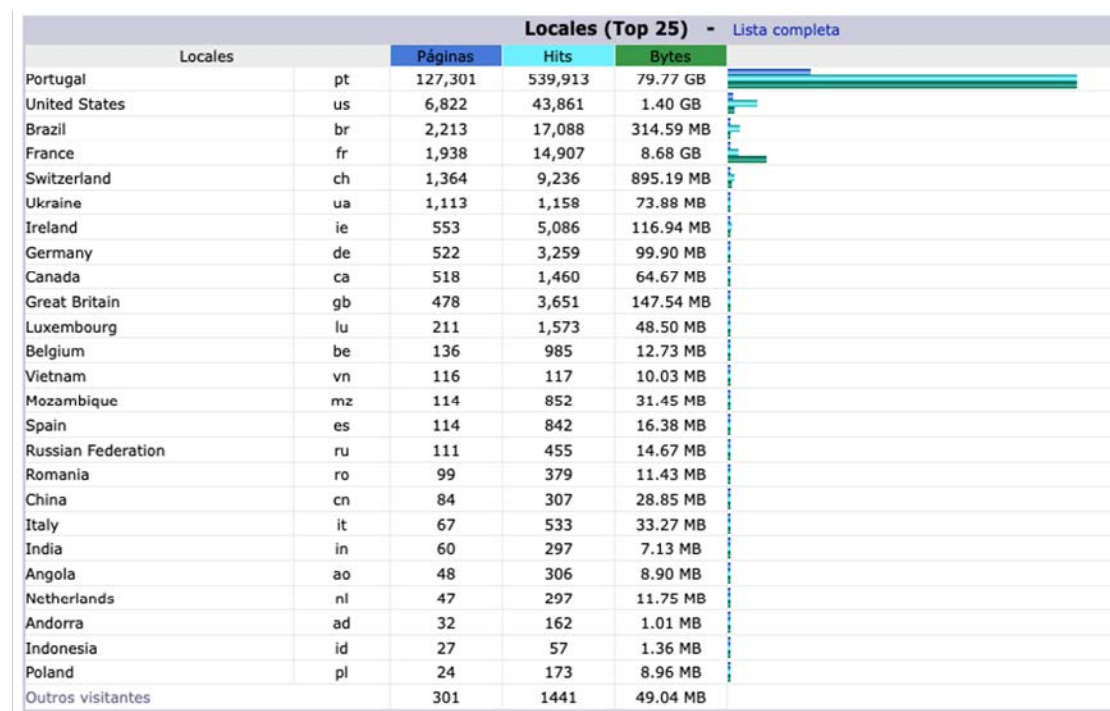


Figura 8
 Visitas à nova página web (país de origem)
 Fonte: Jornal da Beira

Duração da visita			
Numero de visitas: 23,761 - Med: 258 s		Numero de visitas	Porcentagem
0s-30s		19,419	81.7 %
30s-2mn		1,407	5.9 %
2mn-5mn		741	3.1 %
5mn-15mn		454	1.9 %
15mn-30mn		186	0.7 %
30mn-1h		585	2.4 %
1h+		968	4 %
Desconhecido		1	0 %

Figura 9
Visitas à nova página web (duração da visita)
Fonte: Jornal da Beira

Downloads (Top 10) - Lista completa				
Downloads: 89		Hits	206 Hits	Bytes
				Dimensão média
	/wp-content/uploads/2020/03/IB_200312.pdf	463	0	5.91 GB
	/wp-content/uploads/2020/01/IB_200116.pdf	445	0	6.35 GB
	/wp-content/uploads/2020/01/IB_200109.pdf	429	0	7.88 GB
	/wp-content/uploads/2020/01/IB_200123.pdf	372	0	5.81 GB
	/wp-content/uploads/2020/03/IB_200319-1.pdf	330	0	3.73 GB
	/wp-content/uploads/2020/03/IB_200326.pdf	312	0	3.09 GB
	/wp-content/uploads/2020/02/IB_200220.pdf	287	0	3.69 GB
	/wp-content/uploads/2020/02/IB_200227.pdf	284	0	4.31 GB
	/site/wp-content/uploads/2019/12/IB_191212.pdf	284	0	5.32 GB
	/wp-content/uploads/2020/03/IB_200305.pdf	277	0	3.39 GB

Figura 10
Visitas à nova página web (downloads, 10+)
Fonte: Jornal da Beira

Páginas/URL (Top 25) - Lista completa - Páginas de entrada - Sair				
1,163 paginas diferentes	Acesso	Dimensão média	Páginas de entrada	Sair
/wp-admin/admin-ajax.php	37,119	42.58 KB	1,537	16,555
/wp-cron.php	13,441	240 Bytes	1,478	1,478
/wp-content/themes/imix/assets/fonts/fontawesome-web...	8,940	17.38 KB	265	621
/wp-content/themes/imix/assets/fonts/tiefonticon/tiefonticon.wof...	8,881	2.02 KB	411	761
/site/wp-admin/admin-ajax.php	7,665	4.31 KB	4	10
/	6,677	115.08 KB	3,068	953
/camara-de-viseu-declara-situacao-de-alerta-e-ativa-plano-munici...	6,061	84.60 KB	5,679	177
/faleceu-d-illidio-pinto-leandro/	3,438	81.96 KB	2,653	204
/feed/	2,607	31.31 KB	35	35
/category/viseu/	2,383	81.59 KB	23	31
/category/diocese/	2,303	81.33 KB	5	17
/category/regiao/	2,291	81.40 KB	7	26
/category/igreja/	2,281	80.40 KB	7	20
/category/saude/	2,251	80.72 KB	5	8
/category/tema/	2,237	78.05 KB	1	5
/category/desporto/	2,237	80.49 KB	3	8
/category/destaques/	2,222	76.47 KB	2	882
/viseu-primeiro-centro-de-rastreio-do-interior-a-funcionar-desde...	1,979	90.83 KB	1,820	124
/tem-de-se-comecar-a-falar-mais-dos-cuidados-paliativos-e-elimin...	1,858	88.34 KB	1,615	90
/wp-admin/post.php	898	408.21 KB	4	1
/wp-admin/edit.php	854	231.31 KB		
/wp-admin/admin.php	760	162.84 KB		2
/site/wp-cron.php	574	599 Bytes	16	15
/entrar/	501	69.75 KB	13	28
/centro-hospitalar-tondela-viseu-suspende-visitas/	496	82.73 KB	392	41
Outros visitantes	23,459	93.44 KB	4,718	1,668

Figura 11
Visitas à nova página web (Páginas/URL, 25+)
Fonte: Jornal da Beira

Frases de busca (Top 10)			Palavras de busca (Top 25)		
Lista completa			Lista completa		
36 palavras-chave(s) diferente(s)	Pesquisa	Porcentagem	59 Palavra chave	Pesquisa	Porcentagem
jornal da beira	10	14.9 %	jornal	27	12.9 %
jornal das beiras	8	11.9 %	beira	21	10 %
^ba5^x039^ttab02^pt	5	7.4 %	da	21	10 %
diario da beira	4	5.9 %	de	11	5.2 %
https://jornaldabeira.net/site/	3	4.4 %	viseu	10	4.7 %
diario de viseu	2	2.9 %	beiras	10	4.7 %
jornal noticias da beira de 2020	2	2.9 %	diario	9	4.3 %
jornaldabeira	2	2.9 %	das	9	4.3 %
jornal de viseu	2	2.9 %	^ba5^x039^ttab02^pt	5	2.3 %
segundo domingo do tempo comum ano- a- 2020	2	2.9 %	2020	4	1.9 %
Outras frases	27	40.2 %	do	4	1.9 %
			pinto	3	1.4 %
			//jornaldabeira.net/site/	3	1.4 %
			leandro	3	1.4 %
			19	3	1.4 %
			comum	3	1.4 %
			https	3	1.4 %
			tempo	3	1.4 %
			domingo	3	1.4 %
			ilidio	3	1.4 %
			covid	3	1.4 %
			povo	2	0.9 %
			a-	2	0.9 %
			jornaldabeira	2	0.9 %
			d	2	0.9 %
			Outras palavras	40	19.1 %

Figura 12
Visitas à nova página web (frases e palavras de busca, 10+ e 25+)
 Fonte: Jornal da Beira

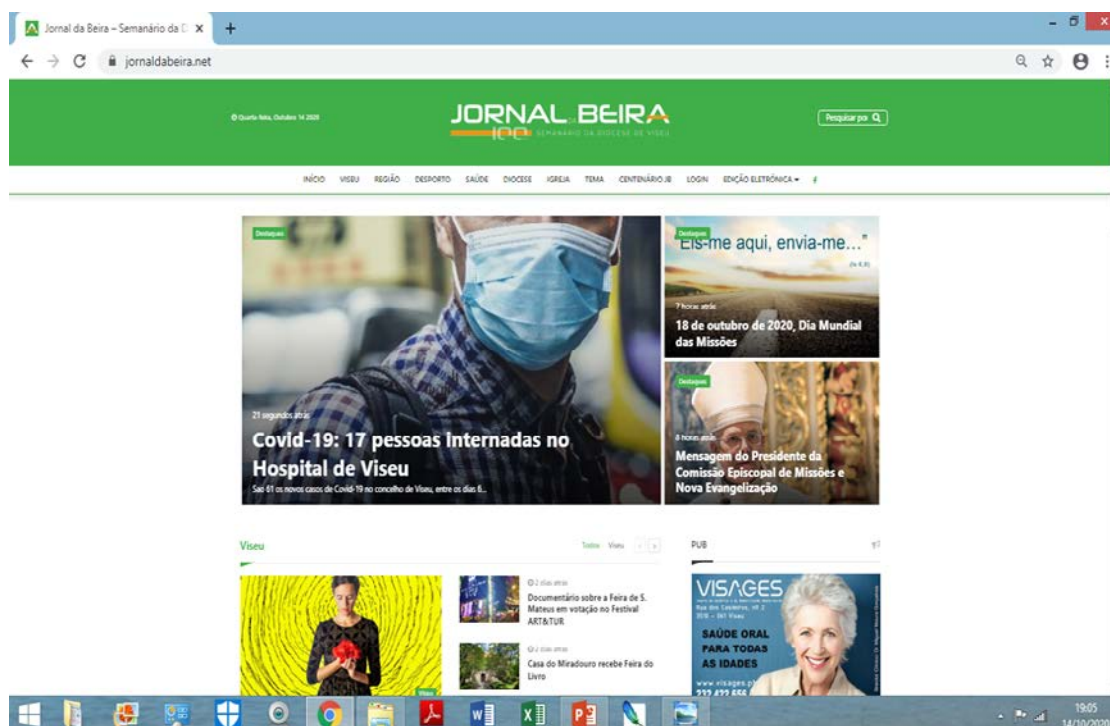


Figura 13
Pormenor da página online
 Fonte: Jornal da Beira



Figura 14
Evidência do imediatismo na edição online
Fonte: Jornal da Beira

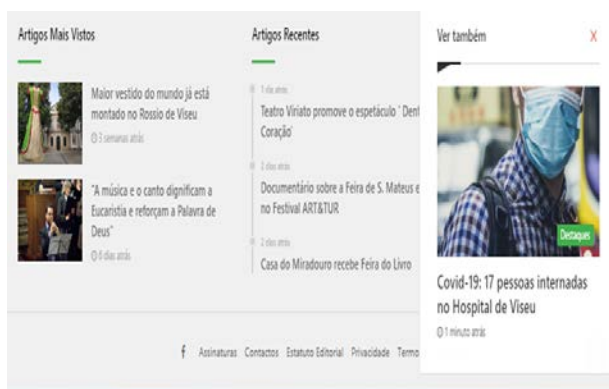


Figura 15
Indicação dos artigos mais vistos,
mais recente recentes e “ver também”
Fonte: Jornal da Beira



Figura 16
Indicação das notícias mais recentes e populares
da edição online
Fonte: Jornal da Beira



Resultados

A análise dos dados recolhidos, face às visitas à nova página *web* do *Jornal da Beira*, ocorridas entre janeiro e setembro de 2020, está alicerçada em oito aspetos: número de visitas totais; dias da semana; horas do dia; país de origem; duração da visita; *downloads*; páginas/URL; frases e palavras de busca.

1) Durante o tempo de análise (janeiro-setembro), verificou-se que nos três primeiros meses de 2020 houve um crescimento gradual, nos números de visitantes e de visitas, entre janeiro e fevereiro, sendo que foi mesmo exponencial em março. Com efeito, na análise à ‘Figura 5. Visitas à nova página *web* (meses janeiro-setembro de 2020)’, constatou-se que, em três meses, o número de visitantes únicos aumentou quase dez vezes, passando de 1546 (em janeiro) para 5587 (fevereiro) e, de forma significativa, para 10.025 (março). Esse aumento também se verificou, naturalmente, no número de visitas, como se poderá atestar: 2643 em janeiro, 6886 em fevereiro e 12.633 em março.

Também o número de páginas acedidas conheceu um fluxo crescente, nos três primeiros meses. Em janeiro foram vistas 39.504 páginas, que geraram 170.409 *hits* e 47.57 *gigabytes* (GB). Em fevereiro houve uma redução no número de visualizações: foram visualizadas 35.312 páginas, que geraram 178.486 *hits* e 16.92 GB. Em março foram vistas 63.286 páginas, que geraram 292.844 *hits* e 27.25 GB.

A partir de abril e até setembro registou-se uma diminuição abrupta no número de visitantes e de páginas acedidas. Em termos globais, contabilizaram-se 17.310 visitantes únicos e o número de visitas ascendeu às 23.761. O número de páginas acedidas fixou-se em 144.413, que geraram 648.395 *hits* e 91.81 GB.

2) As visitas à nova página *web* do *Jornal da Beira*, por dias da semana, demonstraram que a quinta, a sexta e a quarta (por esta ordem), foram os que registaram maior número de visitas. Na quinta-feira foram acedidas 869 páginas, que geraram 4428 *hits* e 1.22 GB. Já na sexta-feira foram acedidas 787 páginas, que geraram 3267 *hits* e 418.15 *megabytes* (MB). Por fim, na quarta-feira foram acedidas 610 páginas, que geraram 1465 *hits* e 270.89 MB. Em sentido inverso, os dias em que se registaram menos visitas foram, por esta ordem decrescente: terça-feira (567 páginas, 1881 *hits* e 183.85 MB); sábado (354 páginas, 1680 *hits* e 117.61 MB); segunda-feira (309 páginas, 1465 *hits* e 148.17 MB), domingo (262 páginas, 1116 *hits* e 44.28 MB).

O aumento significativo que ocorreu às quintas-feiras explica-se pelo facto de ser nesse dia que o jornal impresso está na casa dos assinantes e nas bancas. Assim, o público espera e procura (pel)as notícias trazidas pelo semanário da diocese de Viseu, ainda que num novo registo. Naturalmente, a página *web* tem já nesse dia, em termos de conteúdos, a página atualizada ou em atualização. Sem surpresas, a segunda-feira e o domingo são, em oposição, os dias da semana de menor procura por parte dos cibernautas.

3) Ao nível das horas do dia, a que decorreram as visitas à página virtual do *Jornal da Beira*,

foi notória a existência de três períodos predominantes, seguindo essa ordem: 11h-12h, 16h-17h e 15h-16h. Na parte da manhã, entre as 11h e as 12h, foram visualizadas um total de 11.748 páginas, que geraram 45.408 *hits* e 6.46 GB. Já no período da tarde, entre as 16h e as 17h, o número de páginas visionadas desceu ligeiramente e fixou-se nos 11.537, que geraram 44.472 *hits* e 8.90 GB. Por fim, entre as 15h e as 16h foram visualizadas 10.102 páginas, que geraram 42.459 *hits* e 6.17 GB.

Ao longo das 24 horas do dia, é de assinalar que houve, em certos momentos, uma cadência no número de visualização das páginas. Isso aconteceu nas oito primeiras horas do dia (00h-08h), em que o fluxo é reduzido, em contraponto com o período apontado. Ora, antes e depois daquela ‘trilogia horária’, notou-se um novo ritmo mais elevado, entre as 12h e as 15h, em que o número de visualização de páginas estabilizou-se entre os seis e os oito mil (12h — 8099 páginas, 35.974 *hits* e 1.68 GB; 13h — 6136 páginas, 29.5817 *hits* e 2.58 GB; 14h — 8229 páginas, 39.064 *hits* e 4.55 GB). Tal cenário também se verificou no período entre as 9h e as 10h, precisamente com números entre os seis (9h — 6093 páginas, 33.883 *hits* e 20.71 GB) e os oito mil (10h — 8774 páginas, 41.547 *hits* e 9.84 GB).

4) Durante o período de análise à página *web* do *Jornal da Beira* foi notória uma predominância no acesso feito a partir de Portugal. Com efeito, a distância no número de páginas visualizadas feitas a partir desse país, face aos outros dois mais próximos, foi abissal. Portugal registou um total de 127.301 páginas visualizadas, que geraram 539.913 *hits* e 79.77 GB. A seguir, registaram-se quatro países que acolhem das maiores comunidades de emigrantes portugueses e o semanário diocesano de Viseu tem muitos assinantes residentes no estrangeiro, o que seguramente explicará o número de páginas visualizadas.

Em segundo lugar, muito distante dos números alocados a Portugal, ficaram os Estados Unidos da América, com 6822 páginas que geraram 43.861 *hits* e 1.40 GB. Por fim, em terceiro lugar ficou o Brasil, com 2213 páginas que geraram 17.088 *hits* e 314.59 MB. Acrescenta-se neste ponto, de forma singular, os números alcançados a partir de França (1938 páginas, 14.907 *hits* e 8.68 GB) e da Suíça (1364 páginas, 9236 *hits* e 895.19 MB), igualmente dois países de grande presença emigrante. Curiosamente, em sentido contrário, numa assinalável sexta posição do *ranking* de 25 países, ficou a Ucrânia, país do leste europeu, que tem em Portugal uma grande comunidade de imigrantes (1113 páginas, 1158 *hits* e 73.88 MB).

Dos 19 restantes países que elencam o ‘top 25’, é de notar que o número de páginas visualizadas é baixo em países onde há muitas comunidades de emigrantes, como sejam a Alemanha (8.^a posição — 522 páginas, 3259 *hits* e 99.90 MB), o Canadá (9.^a posição — 518 páginas, 1460 *hits* e 64.67 MB), o Reino Unido (10.^a posição — 478 páginas, 3651 *hits* e 47.54 MB)², ou o Luxemburgo (11.^a posição — 211 páginas, 1573 *hits* e 48.50 MB).

2 A grelha que foi apresentada no dia da comunicação foi posteriormente corrigida pelo *Jornal da Beira*. Assim, foram gerados 47.54 MB e não 147.54 MB, como erradamente referido.

5) O tempo da duração da visita à página *web* do *Jornal da Beira* foi eminentemente curto: 19.419 visitas demoraram até 30 segundos, o que se traduziu numa percentagem de 81.7%. Já no tempo fixado entre os 30 segundos e os dois minutos foram visualizadas 1417 páginas, traduzindo-se em 5.9%. Em terceiro lugar registou-se um período mais alargado no tempo, com a visualização de 968 páginas, o que se traduziu em 4%.

6) Durante o período de análise, nas visitas à nova página *web*, foram realizados 89 *downloads* das páginas *pdf* do *Jornal da Beira*, algo que é acessível apenas aos assinantes e colaboradores. Dentro dos 10+, os três primeiros *downloads* registados foram: a) 463 *hits*, que geraram 5.91 GB e uma dimensão média de 13.07 MB; b) 445 *hits*, que geraram 6.35 GB e uma dimensão média de 1143.62 MB; c) 429 *hits*, que geraram 7.88 GB e uma dimensão média de 18.82 MB.

7) As visitas à nova página *web*, por meio das Páginas/URL e 25+, demonstraram a existência de números interessantes, num universo apresentado de 1163 páginas diferentes. Nos três primeiros lugares registaram-se os seguintes elementos: a) 37.119 de acesso, com uma dimensão média de 42.58 *kilobytes* (KB); b) 13.441 de acesso, que com uma dimensão média de 240 *bytes*; c) 8940 de acesso, que com uma dimensão média de 17.38 KB.

8) Ao nível das visitas à nova página *web*, por meio de frases de busca (10+) e palavras de busca (25+), verificou-se que a expressão “jornal da beira” foi a mais utilizada num universo de 36 palavras-chave diferentes. Já ao nível das palavras de busca (25+) a expressão “jornal” foi a mais utilizada, num universo de 59 palavras-chave.

Conclusões

Os primeiros 25 anos do ciberjornalismo em Portugal têm demonstrado que muito ainda há para fazer. A experimentação ainda é muito comum no panorama jornalístico, em especial no de âmbito regional. E tal sucede, do mesmo modo, com o ciberjornalismo de proximidade que não deverá ser visto como exterior ao próprio conceito do ciberjornalismo.

Se a Internet foi entendida como uma grande oportunidade para o jornalismo mundial, no caso específico de Portugal, aquela acabou por demonstrar ter tido um peso excessivo, fruto da pressão a que foram sujeitos os vários intervenientes no setor. Helder Bastos enfatizou que a euforia que se vivera nos últimos anos da década de 1990 foi substituída pela depressão, desde 2000, e sucederam-se os despedimentos em massa de jornalistas e demais profissionais da comunicação. Em contra ciclo, o professor da Universidade do Porto lembra que o ciberjornalismo português não avançou como poderia, por não ter sido realizado, entre outros, o reforço de equipas especializadas, a contratação de mais ciberjornalistas e a aposta numa real convergência jornalística.

Num novo prisma, o conceito de ciberjornalismo de proximidade surge como uma extensão do jornalismo de proximidade, mas dá-lhe uma dimensão mais profunda, mais local, mais interior. A proximidade assume-se como uma característica sensorial, que incluiu

sentimentos de pertença, de lugares, interesses e valores comuns, de convivência num mesmo território, numa partilha de saberes e momentos próprios. E isso é, como sustenta Carlos Camponez, um elemento caracterizante do que é notícia, que interessa particularmente ao público, porque é próximo de si e porque, tantas vezes, conhece os intervenientes (Camponez, 2012). O (ciber)jornalismo de proximidade alia-se a esse elemento de comunidade, catapultando pequenas notícias de pequenos lugares para uma visibilidade noticiosa, de âmbito local, que, num jornal de círculo nacional, não seriam alvo de análise.

Em paralelo, reconhece-se que a convivência da Internet com o jornalismo regional ainda não é total. Há dez anos, entre os 411 títulos regionais da amostra, de uma análise da Entidade Reguladora da Comunicação, menos de metade (56%) tinham uma edição eletrónica dos seus periódicos em papel. Curiosamente, 70% dos títulos regionais, mas especificamente de inspiração cristã, já possuíam essa extensão virtual do seu título em papel.

Ainda assim, o salto tecnológico trazido às redações pela Internet não significou, necessariamente, um avanço na convergência jornalística que aquela induziu. O *modus operandi* das redações mais pequenas, como a do *Jornal da Beira*, manteve-se muito arreigado a processos há muito existentes na cultura do jornalismo regional. Isso também foi notório naquele título católico.

Com efeito, a convergência jornalística no ciberjornalismo (de proximidade) ainda está mundo longe de ser, especificamente, uma realidade no quadro regional e religiosa, e tal é apenas a possível. A simples migração para a *web*, de conteúdos publicados no título físico, é ainda a principal mudança, senão a única, notória no *Jornal da Beira*, que deve ser entendido como um dos muitos exemplos dessa realidade nacional. Não apenas no caso do jornalismo regional e/ou religiosa.

Ora, numa redação de dois jornalistas como é a do *Jornal da Beira*, a convergência dos denominados Média tradicionais (imagem, texto, som) na narração do facto jornalístico (multimedialidade), ainda estará longe de acontecer. Ainda assim, a redação do *Jornal da Beira* tem realizado várias mudanças que são visíveis no tipo de ciberjornalismo de proximidade que é apresentado na sua página *online*, que ainda está numa fase embrionária de penetração virtual. Um desses exemplos é a publicação de uma certa notícia com a indicação do momento: 21 segundos atrás; 7 horas atrás...

Num tipo específico de jornalismo regional e de inspiração cristã, como é o *Jornal da Beira*, aquele magro exemplo deve ser entendido como a promoção de uma mudança de paradigma. Ainda em construção, diga-se!

Referências bibliográficas

- Bastos, H. (2010). *Origens e evolução do ciberjornalismo em Portugal: os primeiros quinze anos (1995-2010)*. Porto: Edições Afrontamento/Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação (CETAC.media).
- Bravo, F.C. (2012). *O jornalismo hiperlocal na era digital. O contributo e papel do blogue Graciosa Online para a RTP* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa].
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva.
- Camponez, C. (2012). Jornalismo regional: proximidade e distâncias. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo, in J. C. Correia, J. C. (Org.), *Ágora, jornalismo de proximidade: limites, desafios e oportunidades* (pp. 35-48). Editora LabCom IFP.
- Jenkins, H. (2006). *Cultura da convergência*. Tradução: Susana Alexandria. (2nd ed.). Aleph.
- Jerónimo, P. (2015). *Ciberjornalismo de proximidade. Redações, jornalistas e notícias online*. Editora LabCom IFP.
- Nunes, P. & Amorim, J. C. (2016). Cenários da Contemporaneidade: convergência jornalística em tempos dos sistemas hipermídia. In P. Nunes (Org.), *Jornalismo em ambientes multiplataforma* (pp. 32-49). Universidade Federal da Paraíba.
- Salaverria, R. & García Avilés, J. A. (2008). La convergencia tecnológica em los medios de comunicación: retos para el periodismo. *Trípodos*, 23, 31-47.

Parte IX

Historiografia do jornalismo em Portugal

Breve resenha biográfica de José Tengarrinha (1932-2018): opções historiográficas e a *História da Imprensa Periódica* como possível eixo

Brief biographical analysis of José Tengarrinha (1932-2018): historiographical options and the História da Imprensa Periódica as a possible axis

Duarte de Babo Marinho

FLUP, CEPESE, CIJVS
babo.dmmbm@gmail.com
ORCID ID: [0000-0002-0202-495X](https://orcid.org/0000-0002-0202-495X)

Nuno Bessa Moreira

U. Lusófona do Porto, CITCEM, CIJVS
knunoclio@gmail.com
ORCID ID: [0000-0001-5689-0282](https://orcid.org/0000-0001-5689-0282)

Resumo: Este artigo divide-se em duas partes. A primeira tem como objectivo abordar e situar o percurso bio-bibliográfico do autor, antes e depois da publicação da *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, em 1965, que viria a ser reeditada em 1989. Na segunda parte procura-se analisar esta obra, numa perspectiva histórico-historiográfica, tendo em consideração os dois trabalhos pioneiros de Jorge Pedro Sousa sobre a matéria em apreço: *Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo [...]* e *As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Metodologicamente, esta comunicação cruza a crítica de fontes com a análise de conteúdos. José Manuel Tengarrinha nasceu em Portimão (Algarve) no dia 12 de abril de 1932. Faleceu em Lisboa no dia 29 de junho de 2018. Após o 25 de Abril de 1974 a actividade política de Tengarrinha, que se destacara na Oposição ao Estado Novo, manteve-se. Viu o MDP ser legalizado em Agosto de 1974 e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, entre 1975-1976. Foi eleito quatro vezes deputado à Assembleia da República. A sua carreira como deputado terminou em 1987. Nesse mesmo ano, os agravos entre o PCP e o MDP provocaram uma cisão na coligação e este último entrou em notório declínio, até à sua dissolução em 1994. Com a extinção do MDP, Tengarrinha afastou-se da vida política durante algumas décadas. Todavia, em 2015, foi eleito membro da assembleia do LIVRE. Quanto aos resultados, esta investigação comprova a interpenetração entre o percurso social e político do historiador e a obra em análise, destacando-se, nas conclusões desta comunicação, a possível ligação entre os conceitos historiográficos operatórios nela utilizados, a segunda fase dos Annales, a Nova História Social e o Marxismo.

Palavras-chave: Tengarrinha; historiografia; imprensa; política; marxismo.

Abstract: *This article is divided into two parts. The first aims to address and situate the author's bio-bibliographic path, before and after the publication of História da Imprensa Periódica Portuguesa, in 1965, which would be reissued in 1989. In the second part, we seek to analyse this work, in a historical-historiographical perspective, taking into account the two pioneering works of Jorge Pedro Sousa on the subject under consideration: Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo [...] e As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação. Methodologically, this communication crosses criticism from sources with content analysis. José Manuel Tengarrinha was born in Portimão (Algarve) on April 12, 1932. He died in Lisbon on June 29, 2018. After April 25, 1974, the political activity of Tengarrinha, which had stood out in the Opposition to the Estado Novo, continued. He saw the MDP legalized in August 1974 and was elected deputy to the Constituent Assembly, between 1975-1976. He was elected four times deputy to the Assembly of the Republic. His career as a deputy ended in 1987. That same year, the injuries between the PCP and the MDP caused a split in the coalition and the latter entered a notable decline, until its dissolution in 1994. With the extinction of the MDP, Tengarrinha withdrew from political life for some decades. However, in 2015, he was elected a member of the assembly of LIVRE. As for the results, this investigation proves the interpenetration between the social and political trajectory of the historian and the work under analysis, highlighting, in the conclusions of this communication, the possible connection between the operative historiographic concepts used in it, the second phase of the Annales, the New Social History and Marxism.*

Key words: Tengarrinha; historiography; press; policy; marxism.

1. Breve resenha biográfica de José Tengarrinha (1932-2018): O activista político, o jornalista e o académico

José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha nasceu em Portimão no dia 12 de abril de 1932; precisamente no dia em que Portugal e a Lituânia assinaram, em Paris, uma convenção com o intuito de impulsionar o seu relacionamento comercial bilateral (DG, 93, Serie I, 20 de abril de 1932: 690-691). Faleceu em Lisboa no dia 29 de junho de 2018. Ao longo

da sua vida cultivou “uma personalidade discreta e cativante” (Sousa, 2018, n.p.)¹, tendo-se destacado não só como activista político de Esquerda, como jornalista e como professor universitário, mas também como desportista. Numa entrevista de 2012, Tengarrinha relatou que, desde jovem, sempre praticou muito exercício físico: “fez de tudo: vela, nos antigos *lusitos*, hoje classe *optimist*, natação, voleibol e futebol, nos iniciados do Portimonense e Farense”. Também praticou boxe, judo e “nos últimos anos três vezes por semana faz ginástica com um *personal trainer*” (Tengarrinha, 2012, n.p.). No decorrer da sua vida cultivou amizade com algumas personalidades da cultura e da intelectualidade portuguesa. Entre essa elite da intelectualidade destacam-se nomes como os de António Victorino Goulart de Medeiros e Almeida, Francisco José da Cruz Pereira de Moura e José Viriato Soromenho Marques (Lino, 2017, n.p.; Pato, 2017, n.p.). Este último, por ocasião do falecimento de José Tengarrinha dedicou-lhe um artigo biográfico, tendo-o classificado como um homem dotado de grande curiosidade intelectual e incapaz de “manifestar um juízo de anulação do outro a um mero espantelho ideológico” (Marques, 2018, n.p.).

Particularizando as várias etapas da vida de José Tengarrinha, começamos por abordar a sua precoce carreira política, iniciada nos finais da década de 1940. À data, com apenas 15 anos, filiou-se na Juventude do Movimento de Unidade Democrática/UDP. Mais adiante, além de ter integrado a comissão central da UDP e de “ter passado pelo PCP” (Marques, 2018, n.p.), esteve envolvido na fundação do Movimento Democrático Português/MDP (Tengarrinha, 2016, p. 185; Marques, 2018, n.p.). Este agrupamento, nascido em 1969, tratava-se de um “movimento unitário de ideologia marxista e socialista que congregava vários partidos e organizações” (Mateus & Ramalho, 2013, p. 17). E nas palavras de José Tengarrinha, a “grande originalidade do [MDP]/CDE é a inversão completa de todos os critérios até então utilizados para a organização dos movimentos de oposição” (Tengarrinha, 2005, n.p.). Assim, encabeçando o MDP, José Tengarrinha “esteve sempre nas fileiras da oposição democrática, [travando] todos os combates eleitorais entre 1958 e 1974”, conforme recorda Soromenho Marques (2018, n.p.).

Como já se depreendeu, Tengarrinha foi um claro opositor Ao Estado Novo. Mas, além de se opor aos Governos liderados por António de Oliveira Salazar e por Marcello Caetano, também apoiou a secessão das províncias ultramarinas e manifestou-se publicamente contra o esforço de guerra português em África (Tengarrinha, 2005, n.p.). Assim, José Tengarrinha ao ter assumido aqueles posicionamentos tornou-se num dos alvos preferenciais da PIDE e sofreu duras represálias: ficou proibido de exercer a sua actividade de jornalista, foi preso seis vezes e foi vítima de tortura física e psicológica (Ribeiro, 2018, n.p.; Lopes, 2018, n.p.).

Na sequência do 25 de abril de 1974 a actividade política do nosso biografado manteve-se.

1 Daqui por diante, sempre que um texto não seja paginado indicaremos a abreviatura n.p.

Viu o MDP ser legalizado em agosto de 1974 e, em parceria com o PCP, estender os seus tentáculos sobre os sindicatos e controlar o poder local, por intermédio de inúmeras juntas de freguesia e câmaras municipais (Mateus & Ramalho, 2013, p. 17; Machado, 2014, p. 71). Foi nesta conjuntura, em que a imprensa internacional apodou Portugal como sendo um “manicómio em autogestão” (Faria, n.d., 3), que Tengarrinha surge eleito deputado à Assembleia Constituinte, entre 1975-1976. Eram décadas de aparentes mudanças e, como sugere Roger Scruton, “as teorias marxistas estavam a ser recicladas como as que melhor explicavam o sofrimento da Humanidade sob regimes capitalistas” (Scruton, 2017, p. 18); apesar de, décadas antes, intelectuais como Raymond Aron (2016 [1.^a ed. 1955]) ou Karl Popper (1974) já terem refutado tais teorias, tanto na sua coerência como na sua exequibilidade. Todavia, José Tengarrinha propagandeou-as no Parlamento Português e podemos constatar um desses exemplos num discurso que proferiu no dia 31 de julho de 1975:

a realidade actual é que, para além de todas as considerações sobre a sociedade socialista a construir, não se poderá libertar os trabalhadores e o povo em geral sem abolir definitivamente da nossa terra o grande poder económico que oprimiu tradicionalmente o nosso país e sem anular os pontos de grande acumulação capitalista (DAC, 24, 1 de agosto de 1975, p. 604)².

Neste excerto constatamos que José Tengarrinha advogava a instauração de um regime socialista e a erradicação do capitalismo em Portugal. Meditando nas palavras de Ludwig Heinrich von Mises, a adopção de medidas desta natureza levaria, inevitavelmente, à “ausência de um mercado para os factores de produção e [à] ausência de preços para esses factores. A ‘socialização’ de instalações industriais, comerciais e agrícolas —isto é, a transferência da sua propriedade privada para a pública— é um método de conduzir pouco a pouco ao socialismo” (Mises, 2010, p. 317).

Com o encerramento da Assembleia Constituinte (1976), o MDP coligou-se com o PCP e, sob a égide dessa aliança partidária, José Tengarrinha foi eleito por quatro vezes deputado à Assembleia da República. A sua carreira como deputado da Nação terminou em 1987. Nesse mesmo ano os agravos entre o PCP e o MDP provocaram uma cisão na coligação e este último entrou em notório declínio, até à sua dissolução em 1994. No lugar do MDP surgiu um novo partido: o Política XXI, que, anos mais tarde, tornou-se numa das pedras basilares do Bloco de Esquerda (Mateus & Ramalho, 2013, p. 17; *Expresso*, de 29 de junho de 2018).

Com o declínio e extinção do MDP, Tengarrinha afastou-se da vida política durante algumas décadas. Durante esses anos mostrou-se desiludido com a política, tendo-o demonstrado numa entrevista que concedeu ao jornal *Público* em 2012. Nessa entrevista referiu que,

2 Referente à sessão n.º 23, em 31 de Julho.

assim como “a economia deixou de ser ciência”, a “política deixou de ser uma arte”. Além deste desabafo, também reconheceu que “os partidos de esquerda não são suficientemente credíveis para mobilizar, limitam-se aos rituais das campanhas eleitorais” (Tengarrinha, 2012, n.p.). Todavia, em 2015, três anos após estas declarações, José Tengarrinha foi eleito membro da assembleia do LIVRE, depois de ter apoiado este partido de Esquerda nas eleições europeias de 2014 (*Expresso*, de 29 de junho de 2018).

O mundo do jornalismo também preencheu uma parte considerável da vida de José Tengarrinha, ainda que esta actividade se tenha desenvolvido unicamente durante o Estado Novo, mais precisamente de 1953 a 1962 —e perdoe-nos o leitor se erramos na cronologia—. À data a Imprensa continuava a ser alvo das investidas da Censura. Todavia, Tengarrinha refere que António de Oliveira Salazar advogou sempre por “manter-se nos limites do direito e da moral” (Tengarrinha, 2016, p. 194); como tal, houve a necessidade de se elaborar um conjunto de “meios legais e instrumentos de intervenção adequados, que só foram criados em 11 de abril de 1933, com a entrada em vigor da Constituição” (Tengarrinha, 2016, p. 186). A medida adoptada pelo Estado Novo não era invulgar. Pelo contrário, dava continuidade a uma prática com alguma tradição na história de Portugal. Citando caso análogo, encontramos ecos dessa prática não só durante a Monarquia Constitucional (entre outros veja-se DG, 76, de 29 de março de 1890, pp. 166-172), mas também num de vários decretos publicados durante a Primeira República. Nesse texto jurídico de 1916 lê-se que “as publicações serão apresentadas à censura em prova de página e em triplicado, na localidade onde se fizerem a sua composição e impressão” (DG, 62, 1ª série, de 31 de março de 1916, decreto n.º 2:308, art.º 5). A prática continuou como um facto consumado após o 28 de maio de 1926: Tengarrinha recorda que a Ditadura Militar empregou uma censura prévia, ainda que “instituída informalmente” (Tengarrinha, 2016, p. 186).

Já que abordamos uma pequena parte da historicidade da Censura em Portugal convocamos, novamente, as elucidativas palavras de Tengarrinha, desta vez a respeito da forma astuta como os censores do Estado Novo actuavam:

As provas tipográficas é que eram enviadas para a censura. Os censores liam-nas, riscavam com lápis azul o que achavam contrário ao regime. Depois reenviavam-nas para as redacções. Enquanto não viesse de novo o artigo censurado, nada podia ser publicado. Era uma dupla forma de controlo porque, por um lado, eles tinham, de facto, o poder de riscar aquilo que queriam e, por outro lado, podiam demorar as provas o tempo suficiente para que se perdessem as ligações com as províncias. No caso por exemplo do *República*, que tinha uma expansão bastante razoável na província, através de correspondentes em todo o País, precisávamos de apanhar camionetas, comboios que levassem os jornais para outros locais, mas muitas vezes eles retinham as provas o tempo suficiente para garantir que o jornal já tinha perdido as comunicações. O que causava, como é óbvio, grandes prejuízos para o jornal (Tengarrinha, 2016, p. 190).

Da atividade jornalística de José Tengarrinha destacam-se os seus contributos para várias revistas e jornais portugueses. Temos referência da sua participação nas revistas *Seara Nova* e *Vértice*. Nos jornais as suas contribuições privilegiaram a *República*, o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Diário de Lisboa* e o *Diário Ilustrado*, no qual chegou a ser nomeado chefe de redacção, cargo que exerceu até 1962 (Sousa, 2011, p. 9).

José Tengarrinha dá-nos conta que no início da década de 1960 verificaram-se alguns incidentes com grande repercussão na Imprensa. Um desses acontecimentos está relacionado com o furto de um avião da TAP. Essa aeronave foi utilizada pela oposição para espalhar nos céus de Lisboa milhares de panfletos contra o Estado Novo. A Censura viu-se impossibilitada de ocultar esse furto e por essa razão enviou notas oficiosas para a Imprensa. Seguindo as palavras de José Tengarrinha, essas notas foram muito precisas e estabeleceram “a obrigatoriedade de serem publicadas na primeira página”. Exigiu-se ainda que os tratantes “fossem apelidados de piratas e terroristas”. Tengarrinha esclarece de seguida que não seguiu as instruções enviadas para a redacção do seu jornal: “eu era então chefe da redacção do *Diário Ilustrado* e, sem autorização, publiquei na primeira página o texto integral do panfleto não acompanhado das notas oficiosas [...], o que nos custou uma pesada multa, ameaça de suspensão do jornal e de prisão do chefe da redacção” (Tengarrinha, 2016, p. 188). Tengarrinha não foi detido nessa altura, mas as represálias vieram passado alguns meses. Foi preso pela PIDE em dezembro de 1961.

No que concerne à prisão de José Tengarrinha, Soromenho Marques apresenta algumas considerações pertinentes: na sequência dessa detenção, “foi impedido, em simultâneo [...], da docência no Ensino Secundário e afastado pela Censura do exercício da atividade jornalística. Na sua busca por trabalho, encontrou sempre a insidiosa pressão da polícia política para o levar ao despedimento” (Marques, 2018, n.p.). Mesmo assim, apesar de afastado da actividade jornalística pela Censura, detetamos que Tengarrinha continuou a colaborar com a Imprensa. É disso exemplo os vários contributos que publicou, *verbi gratia*, na *Seara Nova*: em janeiro e março de 1965 (Tengarrinha, 1965a e 1965b), em maio e junho de 1966 (Tengarrinha, 1966a e 1966b), em julho e dezembro de 1970 (Tengarrinha, 1970a; 1970b) e em dezembro de 1972 (Tengarrinha, 1972).

O mundo universitário e intelectual representa o aspecto da sua vida pública que congrega amplo consenso e elogios por parte de inúmeros académicos. Tengarrinha iniciou esta fase como discente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas em 1958. Quatro anos mais tarde, e com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, foi galardoado com o Prémio da Associação dos Homens de Letras do Porto, pela publicação de um livro intitulado *António Rodrigues Sampaio, Desconhecido*. Trata-se de um volume que colige inúmeros ensaios que o autor publicou em sucessivas edições do *Diário de Lisboa*. Mas a colaboração com a Gulbenkian não se resumiu a esse evento. No ano seguinte, e até 1966, a Gulbenkian concedeu-lhe uma bolsa para que

pudesse dar continuidade aos seus estudos relacionados com “uma das suas áreas prediletas de investigação”: o período oitocentista português (Marques, 2018, n.p.). Em 1969 Tengarrinha participou activamente na fundação do Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário —conjuntamente com Vitorino Nemésio, Joel Serrão e José Augusto-França—, tendo-o dirigido até 1974. Nesse ano, após o 25 de abril, passou a incorporar o quadro docente da FLUL, instituição na qual leccionou até se jubilar como Professor Catedrático em 2002. Todavia, devido ao seu envolvimento político e a sucessivas eleições como deputado (décadas de 1970-1980), pouco tempo lhe restou para se dedicar à tese de doutoramento. Aliás, aproveitando a sua condição de deputado esforçou para, junto dos seus pares, tentar incrementar a investigação científica em Portugal. Detectamos um desses exemplos quando, a 10 de janeiro de 1984 solicitou ao Ministério da Educação a criação de um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. A resposta da tutela tardou e não foi positiva. Tengarrinha obteve-a no dia 11 de maio de 1984 e constava do seguinte (transcrevemo-la na íntegra): “Não existe nesta Direcção-Geral qualquer processo acerca da criação de um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, nem foram dadas quaisquer orientações no sentido de realizar estudos nesse domínio”. Neste excerto pode ler-se ainda que “Parece-me ser matéria cujo estudo melhor se enquadraria na JNICT” (DAR, 2.ª Série, de 11 de maio de 1984, pp. 2882-2883).

Conforme dissemos anteriormente, após a cisão do MDP com o PCP e o declínio daquele partido em finais da década de 1980, José Tengarrinha afastou-se da vida política activa. Sendo assim pôde dedicar-se de *corpo e alma* à sua tese de doutoramento, cujas provas públicas, na área da História Contemporânea, realizaram-se em 1993, na FLUL (Tengarrinha, 2016, p. 185; Lopes, 2018, n.p.). No ano seguinte fundou e dirigiu os *Cursos Internacionais de Verão*, realizados anualmente em Cascais. Novamente pela FLUL alcançaria mais um grau académico (Tengarrinha, 2002, n.p.), desta feita o de Professor Agregado em História Geral Contemporânea, tendo, entre outros, Luís Reis Torgal como membro do júri (Tengarrinha, 1996, n.p.; Torgal, 2018, n.p.).

Durante o tempo em que leccionou na FLUL, Tengarrinha foi responsável por várias disciplinas em áreas distintas do saber histórico. Entre elas contabilizamos as de História Moderna e Contemporânea, as de História do Brasil, as de História Regional e Local, bem como as de História da Imprensa Periódica. Mas a sua actividade de docência não se restringiu apenas à instituição pela qual se graduou. Também leccionou noutras universidades, tanto nacionais como estrangeiras. A nível nacional deu aulas no Instituto Superior de Economia e no Instituto Superior de Meios e Comunicação Social. Além-fronteiras leccionou, v.g., em universidades espanholas —Autónoma de Barcelona e Carlos III de Madrid—, francesas —Paris VII—, italianas —Bolonha e Florença— e brasileiras —São Paulo— (Marques, 2018, n.p.).

Antes de terminarmos esta pequena resenha biográfica de José Manuel Tengarrinha abordaremos, ainda que em breves linhas, um pouco da sua Obra. Ela engloba não só uma considerável e inovadora produção historiográfica, mas também algumas traduções realizadas

na década de 1960. Entre essas traduções destacam-se os livros de Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski (1963), Ilya Grigoryevich Ehrenburg (1965) e Iuri Ivanovitch Ianovski (1966).

No que respeita à produção historiográfica, Tengarrinha não se dedicou apenas ao estudo de uma área do saber histórico. Devido à sua grande curiosidade intelectual, o horizonte dos seus conhecimentos abrange várias áreas da história dos séculos XIX e XX. Entre elas destacam-se a História Económica (Tengarrinha, 1961a; 1961b), a História da Imprensa Periódica (1965c [2.^a ed. 1989]), a História da Cultura —mais concretamente da leitura— (Tengarrinha, 1973) e a História da Luta de Classes (Tengarrinha, 1981). Apesar de todos estes interesses, as contribuições de Tengarrinha que mais se destacam no debate histórico relacionam-se com a História da Imprensa Periódica. Aliás, como sustenta Luís Reis Torgal, numa entrevista publicada em 2018, o nosso biografado foi “um dos pioneiros do estudo da imprensa periódica e dos movimentos sociais e políticos do século XIX e todos lhe reconhecem as suas qualidades de historiador” (Torgal, 2018, n.p.). Ao ponto de vista de Torgal podemos congregiar, entre outros exemplos, as observações de Isilda Monteiro e Fernanda Paula Maia. Estas investigadoras referem que os estudos de Tengarrinha relacionados com a Imprensa durante o século XIX tiveram o mérito de demonstrar, cabalmente, que esse período se distinguiu como uma fase incontornável no desenvolvimento da imprensa periódica em Portugal, à semelhança do que acontecia noutros países europeus (Monteiro & Maia, 2013, p. 205).

Entre os vários trabalhos que José Tengarrinha publicou a propósito da imprensa periódica há um que marca o seu currículo. Referimo-nos à sua *magnum opus*: a *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1965 e reeditada em 1989 (Tengarrinha, 1965c). A Historiografia portuguesa reconhece que, apesar de não estarmos perante um trabalho puramente inédito, ele veio revolucionar em absoluto o conhecimento sobre o tema, destacando-se em relação aos demais devido à profundidade da sua investigação. Por tais motivos, a título meramente ilustrativo, Soromenho Marques e Jorge Pedro Sousa tecem-lhe rasgados elogios. O primeiro indica que esse livro “se assume como referência bibliográfica incontornável” (Marques, 2018, n.p.). O segundo confronta o leitor com a presença de uma “obra de referência [para] todos os que se propõem estudar o jornalismo português durante a Monarquia” (Sousa, 2011, p. 35).

De facto, o leitor que se socorrer da *História da Imprensa Periódica Portuguesa* terá em mãos um livro composto por intermédio de uma excelente reflexão e assente numa profícua base empírica. É devido a essa grande erudição científica que, desde 1965, este livro se mantém como um marco incontornável para quem se dedique ao estudo dos mais variados temas relacionados com a imprensa periódica em Portugal. Mas os méritos desta *magnum opus* não ficam pelos aspectos referidos. Além de José Tengarrinha abordar com grande profundidade a imprensa durante a Monarquia Constitucional, também apresentou pertinentes considerações a propósito da imprensa durante a Primeira República e Estado Novo. E no que se refere à Monarquia Constitucional, ou seja, à parte-de-leão do livro, o autor divide-a

em três momentos distintos. Temos assim a denominada primeira época “Os primórdios da Imprensa Periódica em Portugal”; a segunda época, intitulada de “A Imprensa Romântica ou de Opinião”; e, por fim, a terceira época, à qual o autor atribuiu a designação de “A organização industrial da Imprensa”. José Pedro Sousa baliza estas épocas de acordo com a seguinte cronologia: a primeira época termina em c. 1820; a segunda inicia-se em c. 1820 e prolonga-se até aos alvares da década de 1860; quanto à terceira, ela é marcada pela fundação do jornal de *Diário de Notícias*, ou seja, 1864/1865 (Sousa, 2011, n.p.).

Ao particularizar cada uma destas distintas fases, José Tengarrinha teve a preocupação de abordar e contextualizar alguns dos principais indivíduos ligados à imprensa periódica daquele tempo. Por outro lado, dissecou minuciosamente várias condicionantes históricas, tais como a cultura, a economia, a política e a tecnologia, por se tratar de aspectos que directa ou indirectamente influenciaram o desenvolvimento da imprensa. Um excelente exemplo que tem que ver com causas ius-políticas é a Censura: fenómeno bem presente durante a Monarquia Constitucional, durante a Primeira República e que viria a ser replicado pelo Estado Novo.

Entrando agora no campo metodológico socorremo-nos das observações traçadas por José Neves. No verbete “Marxismo” que este investigador publicou no *Dicionário de Historiadores Portugueses*, deparamo-nos com a inserção de José Tengarrinha na segunda —décadas de 1950-1960— e terceira fase —década de 1970 em diante— da Historiografia Marxista em Portugal (Neves, s.d., pp. 2-4). E de acordo com José Pedro Sousa, é possível evidenciar três particularidades metodológicas no trabalho de José Tengarrinha, especialmente na sua *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Primeiro, evidencia-se “um tom sociológico”. Segundo, há uma indispensável “concepção positivista da história, em que os factos valem por si, tendo o valor de prova mais do que valor de possibilidades ou hipóteses”. E terceiro, é inegável a presença de “influências da concepção marxista da história e da maneira de fazer e interpretar” (Sousa, 2011, pp. 45-46). Tendo por base tal metodologia, Tengarrinha tentou proceder à elaboração de “sínteses generalistas sobre características da imprensa em cada período”, nomeadamente a respeito do “aparecimento e organização das empresas jornalísticas e sobre as transformações que o conceito de ‘jornalista’ enfrentou em cada momento histórico”. É ainda referido por Jorge Pedro Sousa que José Tengarrinha procedeu, igualmente, a uma análise na qual apresenta a “imprensa como instituição social que evoluiu em estreita correlação com o desenvolvimento económico, político, técnico e cultural da sociedade e com as mudanças nas ideias e mentalidades” (Sousa, 2011, pp. 45-46).

Todavia, em relação à metodologia de Tengarrinha, Luís Reis Torgal traça-lhe rasgados elogios. Torgal conheceu-o em março de 1984, durante o I Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos, no qual participaram investigadores adeptos de “várias metodologias e sensibilidades ideológicas”. Torgal rapidamente apercebeu-se de uma característica que destacou José Tengarrinha dos historiadores soviéticos: estes “liam não por um marxismo crítico, mas por uma espécie de cartilha do materialismo dialético”; mas Tengarrinha

destacava-se como um “homem livre, sobretudo quando analisava a realidade histórica e debatia ideias connosco e com os colegas soviéticos” (Torgal, 2018, n.p.).

2. Opções Historiográficas de José Manuel Tengarrinha e as *Histórias da Imprensa* como eixo

Em trabalhos futuros importa analisar detidamente a possível relação teórica entre o marxismo heterodoxo de E. P. Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm, autores muito diferentes uns dos outros e sem percursos lineares, homogêneos ou destituídos de tensões internas, profícuas e produtivas³.

Estes três estudiosos terão contestado e superado criativamente uma vulgata marxista que não faria justiça ao pensamento complexo e historicamente diversificado de Marx, segundo a qual uma infraestrutura económica serviria de substrato a uma superestrutura cultural. Subsistem algumas possibilidades de interpretação dos caminhos seguidos, a certa altura, pelos três autores citados. Por um lado, pode considerar-se que se limitaram a inverter a já referida vulgata, consignando a cultura como dimensão infra-estrutural, que secundariza e eventualmente subordina as condições materiais de existência. Parece-nos, no entanto, mais ajustada a perspetiva segunda a qual os historiadores em questão equilibraram as duas dimensões destacadas, colocando-as em diálogo vivo.

Importa sobrelevar uma interrogação, que se torna inevitável e fundamental. Como situar José Manuel Tengarrinha neste conspecto, tendo a *História da Imprensa*, nas suas edições de 1965 e 1989 como plataforma central ou eixo nodal do percurso historiográfico do autor, mas sem anular esforços anteriores ou posteriores no âmbito da História Social e da Nova História Política? Convém sublinhar que a *Nova História da Imprensa* de 2013 amplia e aprofunda a erudição e a crítica documental patentes nas outras edições, reforçando igualmente a complexidade hermenêutica.

Nota-se, em 2013, uma maior afirmação da história cultural em interligação com as dimensões ante-referidas. Todavia, seria temerário considerar que estamos perante uma nova História Cultural assente no estudo da linguagem e dos discursos. Tão pouco as representações e questões simbólicas são abordadas com a profundidade que lhes confere Roger Chartier, que enfatiza estas últimas interpenetrando-as com práticas e discursos.

Ainda assim, Tengarrinha não deixa de se preocupar com um âmbito com ligações à vertente representacional, destacando a relevância das questões da receção da imprensa periódica, mormente dos jornais, sublinhando a importância da crescente criação de opinião pública,

3 A propósito destes autores leia-se, entre outros, Scruton, 2017.

sem esquecer a esfera e o espaço públicos, ainda que se exima a analisá-los teoricamente.

Na Edição de 1965 da *História da Imprensa Periódica* José Manuel Tengarrinha parece aderir à problematização como forma de abordagem acarinhada pela primeira geração dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre, historiadores que valorizavam o questionamento do passado a partir do presente do historiador, convocando as circunstâncias económicas, sociais, culturais do percurso dos cultores de *Clio*, respeitando a distância crítica face ao estudo do passado.

Em nosso entender, em 1965 e 1989, a *História da Imprensa* de Tengarrinha não enjeita o contacto com a segunda geração dos Annales, e nomeadamente com Fernand Braudel e as suas três temporalidades: o tempo curto, dos acontecimentos, o tempo médio, das conjunturas e o tempo longo, das estruturas, sem os nomear deste modo. No entanto, é legítima a leitura segundo a qual pode haver algum determinismo económico na teoria e prática braudelianas, em nosso entender ausentes das preocupações de Tengarrinha, que persegue uma história total de modo menos sistemático do que o historiador francês, conferindo maior importância aos acontecimentos do que a que Fernand Braudel lhes dedica.

Em 2013, a periodização da *Nova História da Imprensa* é mais complexa e a história cultural torna-se mais relevante.

No primeiro caso, os primórdios da imprensa constituem a sua primeira fase, o nascimento da imprensa de opinião corresponde à segunda, numa terceira enfrentam-se liberais contra liberais, entre 1834 e 1851, comportando no seu interior momentos diversos, e existe ainda a quarta fase, a da regeneração pacificadora, entre 1851 e 1864, anteriormente apelidada de industrial.

As lutas liberais não estavam patentes nas Histórias de 1965 e 1989, na primeira data eventualmente porque o Estado Novo ainda vigorava e o acesso a fontes era difícil. Na *Nova História* de 2013, a dimensão cultural acentua-se, aliada à história social, afirmando-se aquela possivelmente numa perspetiva tripla: ontológica, antropológica e da cultura como saber, conforme sustenta Ana Paula Menino Avelar:

A história social foi sempre um dos seus espaços de intervenção historiográfica [...] Como Nuno Gonçalo Monteiro sinalizou, no caso português a História social sofreria a explosão do publicismo onde o cunho ensaístico iria imperar. Tal ocorreria essencialmente nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, e nos círculos marginais à universidade. Os temas abordados neste âmbito seriam: Primeiro, o século XIX, depois, a Primeira República e o Movimento Operário. O Estado Novo era ainda um interdito. Neste terreno pontificarão autores como Joel Serrão, José Tengarrinha, Vítor Sá, César de Oliveira e, mais para o final, Miriam Halpern Pereira, Manuel Villaverde Cabral ou o próprio Oliveira Marques, entre outros. Contudo, ao exercitar o seu ofício de historiador, na que considero ser a sua investigação ao longo de décadas em torno da “civilização do jornal” em Portugal, José Manuel Tengarrinha atendeu à referida triplíce dimensão do conceito de cultura: ontológica, antropológica

e saber constitutivo, tomando a História como um iter, onde o conhecimento do passado se constitui como premissa nuclear para se entender o presente e se transformar o futuro. Neste mesmo campo de análise dever-se-á atender ainda às contaminações entre autores, temáticas e modalidades narrativas, o que nos permite descodificar linguagens, públicos e impactos no quotidiano. Valida-se, deste modo, o nosso objecto de estudo num processo que se institui como contínuo. Semelhante conceptualização analítica levou a que a sua obra ultrapassasse as fronteiras da sua primeira designação, corporizando, para o próprio autor, um objecto em constante criação e depuração interpretativas. Recorde-se como nas sucessivas edições, José Manuel Tengarrinha reviu e aumentou o seu objecto de estudo e como se foi alterando a recepção ao mesmo (Avelar, 2019, p. 99).

A *Nova História da Imprensa* alarga um pouco mais, ainda que não decisivamente, o seu espectro a tematizações da Primeira República e dos anos que se lhe seguiram, mas continua a evidenciar um forte predomínio do século XIX, como época de eleição. José Manuel Tengarrinha explica o papel que a Censura teve neste tipo de escolhas, invalidando incursões em cronologias mais próximas e desincentivando pesquisas em torno de Oitocentos, defendendo, outrossim, a concentração na Idade Média e sobretudo Moderna, favorável ao panegírico dos Descobrimentos e a uma visão oficial glorificadora dos seus feitos.

Tengarrinha sentiu na pele os efeitos da Censura duplamente: foi preso várias vezes, como já se disse, na sequência da sua atividade política oposicionista e viu as suas obras analisadas e limitadas por gestos de natureza censória, dado que era visto como um atrevimento estudar o século de afirmação de várias liberdades e do liberalismo.

Em 1999, Tengarrinha profere as seguintes palavras através das quais testemunha as diferenças entre o período pós 25 de abril e o que longamente o antecederam, de tal forma que as ideias que se seguem podem dar conta do ambiente que se vivia em 1965 e das dificuldades com as quais o historiador se debateu aquando da publicação da Primeira Edição da *História da Imprensa Periódica*:

Em primeiro lugar, deveremos ter em atenção que durante cerca de meio século de ditadura, as instituições de ensino e culturais portuguesas estiveram fechadas às mais avançadas correntes de pensamento mundial. O que no respeitante às ciências sociais se traduziu em marginalização relativa às inovadoras metodologias e perspectivas teóricas emanadas dos países Anglo-Saxónicos e da Europa Continental. A existência de uma severíssima censura prévia, as grandes dificuldades de comunicação e de transmissão cultural fora dos mecanismos oficiais, a proibição de importação e venda de livros considerados subversivos e, em geral, o denso clima repressivo que se vivia impossibilitavam que se processasse com alguma amplitude o debate de ideias [...] Sobre este quadro projectava a sua sombra conservadora a Universidade, politicamente controlada, da qual haviam sido expulsos ou impedidos de entrar os que frontalmente se opunham ao regime. [...] Não surpreende, pois, que os historiadores marginalizados da Universidade tenham privilegiado o século

XIX e o Liberalismo (o tempo das liberdades em contraste com a Ditadura que se vivia), também porque assim se tornava mais compreensível a evolução recente da história portuguesa. Foi produzido um conjunto considerável de obras que, apesar de algumas limitações metodológica, foi um elo de ligação indispensável com os estudos que irromperam neste domínio após a Revolução Democrática (Tengarrinha, 1999, pp. 111-113).

José Manuel Tengarrinha rejeitava uma História da Imprensa que se limitasse a contextualizações, fossem elas político-económicas, sociais e culturais, mas também se eximia a reduzir a sua pesquisa os aspectos internos do próprio Jornalismo.

Por outro lado, para este historiador, a História Contemporânea, que constituiu a baliza cronológica na qual se moveram as suas investigações, estende-se para além da actualidade e de perspectivas atualistas que reivindicuem a sua supremacia.

No preâmbulo ao seu relatório para Agregação intitulado *História Geral Contemporânea* Tengarrinha analisa com perspicácia o momento em que vive, propenso à irrupção das novas tecnologias de informação e comunicação, identificando as consequências que daí advêm de aceleração do tempo histórico, chamando a atenção para os desafios e as responsabilidades que se colocam nesta matéria à *História Geral Contemporânea*, se esta não quiser enclausurar-se numa tentativa ou propensão exclusiva para a imediata e instantânea agenda hodierna, imersa na superfície da *espuma dos dias*

Nunca como hoje, em toda a história da Humanidade, a trepidação histórica do curto prazo atingiu uma tal intensidade. O tumultuar de acontecimentos de natureza muito diversa, e quantas vezes aparentemente desconexos, sucedem-se a um ritmo que poderemos considerar, com frequência, quase alucinante. E, sem dúvida, perturbador. [...] Tal tem levado, com frequência, à tendência para se reduzir a História Geral Contemporânea a uma perspectiva meramente “actualista” ou a instrumento “explicativo” do presente. Nestas circunstâncias, julgo indispensável sublinhar que um dos principais objectivos da disciplina de História Geral Contemporânea deve ser estabelecer um nexo entre o presente e o passado que permita compreender como se formou o mundo de hoje a partir das transformações que se foram desenvolvendo desde a Época Moderna, com particular aceleração após os princípios do século XVIII e das principais linhas de evolução até aos nossos tempos. Tenha-se em atenção, porém, que o ensino da História Contemporânea- num mundo alimentado pela visão utilitarista e não raro finalizadora, pela premência da eficácia imediata- não se confina a tentar projectar o passado sobre o presente ou estabelecer entre eles uma relação simples. Ao contrário, devem salvaguardar-se as distâncias, relativizar as incidências e, a partir de instrumentos de análise actuais, saber detectar os mecanismos da mudança.

Por outro lado, não se deverá limitar a compreensão do mundo actual ao passado próximos, aos factos mais recentes. [...] A História é essencialmente “cinemática” e não “fotográfica” e, para descortinar o movimento, são necessários termos de compreensão mais longínquos (Tengarrinha, 1996, p. 4).

Nas edições da *História da Imprensa Periódica* e da *Nova História da Imprensa Periódica*, José Manuel Tengarrinha esboça, sem a desenvolver, uma historiografia comparativa, talvez mais nítida ainda que insuficiente no trabalho de 2013. No entanto, parece ter ideias claras sobre a importância e a natureza da comparação no seu relatório de agregação:

Eis-nos no campo privilegiado da história comparada que, nos últimos anos, tem assumido importância crescente nos estudos historiográficos, permitindo, através dos contrastes, fazer ressaltar com maior nitidez os contornos próprios de cada formação.

A comparação é de grande utilidade pelo que permite fazer ressaltar as diferenças, verificar os avanços e atrasos relativos, tornar mais visíveis os motivos dos diferentes ritmos e dinâmicas sociais. Mas será preciso tomar atenção pelo menos a três questões importantes: por um lado, deverá ter-se em conta que só são comparáveis fenómenos da mesma natureza; por outro, a análise não se pode limitar a aspectos exteriores [...]; e, por fim, será preciso atender aos eventuais diferentes níveis de conhecimento dos objectos comparados (Tengarrinha, 1996, p. 7).

3. Breves conclusões

A terminar, importa relevar algumas conclusões: o percurso biográfico oposicionista de Tengarrinha, alvo de Censura e cerceamento de liberdade, repercutiu-se na escolha dos seus objectos de estudo, sempre em busca da liberdade, da qual a *Imprensa Periódica* pode ser veículo propulsor, por isso tantas vezes ameaçado.

O século XIX como objecto de estudo era uma via arriscada de contornar e contextualizar estudos impedidos sobre épocas mais recentes.

Compreende-se, assim, o peso da Censura como mecanismo na *História da Imprensa Periódica*, que parece funcionar com eixo axial ou plataforma giratória dos trabalhos de Tengarrinha, que cruzam a História Social e Política, sem se fecharem, progressivamente, à História Cultural.

Na sua História Social, José Manuel Tengarrinha valoriza mais os colectivos, mas coloca-os em diálogo com os indivíduos. Envereda por um marxismo crítico.

Metodologicamente, conjuga a história metódica francesa e a sua crítica interna e externa, com a problematização cara aos *Annales*, alimentando alguma proximidade cautelosa face a Braudel e à História das mentalidades, sem adentrar profundamente na matriz da nova história cultural defendida por Roger Chartier.

A História Social que Tengarrinha pratica não é essencialmente *cliométrica*, nem se aventura por veredas linguísticas do agrado de Gareth Stedman Jones ou William Sewell Jr.

Referências bibliográficas

- Aron, R. (2016). *O Ópio dos Intelectuais*. Três Estrelas.
- Avelar, A. P. M. (2019). José Manuel Tengarrinha e a civilização do jornal em Portugal: A *Nova História da Imprensa Portuguesa Das Origens a 1865*. Cátedra Cascais Interartes, 1, (pp. 93-107). https://cultura.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/revista_cci_numero01.pdf.
- Costa, M. J. A. (1992). *História do Direito Português* (4nd ed.). Almedina.
- Dostoiévski, F. (1963). *O Idiota*. Tradução portuguesa de Maria Armanda Falcão e José Tengarrinha. Portugalia.
- Ehrenburg, I. G. (1965). *A vila de Moscovo*. Tradução portuguesa de Maria Armanda Falcão e José Tengarrinha. Portugalia.
- Faria, A. (s.d.). *Entrevista com Almeida Faria* [por Marcello Sacco]. <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/entrevistafaria.pdf>.
- Ianovski, I. I. (1966). *Os cavaleiros*. Tradução portuguesa de Maria Armanda Falcão e José Tengarrinha. Portugalia.
- Lino, F. (2017). António Victorino d'Almeida: Eu dizia que se a Inês ganhasse as eleições era a *Incrível Almadense*. *Jornal de Negócios*. <https://www.jornaldenegocios.pt/weekend/detalhe/antonio-victorino-dalmeida-eu-dizia-que-se-a-ines-ganhasse-as-eleicoes-era-a-incrive-almadense>.
- Lopes, A. S. (2018). José Manuel Tengarrinha, o histórico combatente da ditadura. *Sol*, de 7 de Julho de 2018. <https://sol.sapo.pt/artigo/618267/jose-manuel-tengarrinha-o-historico-combatente-da-ditadura>.
- Machado, F. D. G. F. (2014). *Reflexo do “Verão Quente” de 1975 nos processos de transição democrática de Portugal e Espanha* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa].
- Marques, V. S. (2018). José Manuel Tengarrinha (1932-2018): O homem que amava a verdade e não sabia odiar. *Diário de Notícias*, de 30 de Junho de 2018. <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/viriato-soromenho-marques/jose-manuel-tengarrinha-1932-2018-o-homem-que-amava-a-verdade-e-nao-sabia-odiar-9532400.html>.
- Mateus, J. & Ramalho, T. (2013). O Sistema de Partidos em Portugal. *CIES e-Working Papers*, 151, 1-20.
- Mises, L. (2010) [1.ª ed. 1949]. *Ação humana. Um tratado de economia* (3nd ed). Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Monteiro, I. & Maia, F. P. (2013). Um título para leitores de dois continentes. A imprensa periódica portuguesa na segunda metade do século XIX. In F. Sousa (Org.). *Dos colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil* (205-219). Alameda Casa Editorial.
- Neves, J. (s.d.). Marxismo. *Dicionário de historiadores portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo*. http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_marxismo.htm.
- Pato, H. (2017). Francisco Pereira de Moura. *Jornal Tornado*, de 22 de Outubro de 2017. https://www.jornaltornado.pt/francisco-pereira-moura/#_ftn2.
- Popper, K. (1974) [1.ª ed. 1957]. *A Sociedade Aberta e os seus inimigos*. Editora da Universidade de São Paulo/Editora Itatiaia Limitada.
- Ribeiro, N. (2018). José Manuel Tengarrinha (1932-2018), uma vida à procura da geringonça. *Público*, de 1 de Julho de 2018. <https://www.publico.pt/2018/07/01/politica/perfil/tengarrinha-uma-vida-a-procura-da-geringonca-1836453>.
- Scruton, R. (2017). *Tolos, Impostores e Incendiários. Pensadores da Nova Esquerda*. Quetzal.
- Sousa, J. P. (2011). *As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-as-historias-da-imprensa-de-nelson-werneck-sodre.pdf>.
- Sousa, M. R. (2018). Presidente da República envia condolência à família de José Manuel Tengarrinha. *Presidência da República Portuguesa*. <http://www.presidencia.pt/?idc=9&idi=150371>.
- Tengarrinha, J. M. (1961a). Tradição e Revolução I — As Reformas Económicas de Mouzinho da Silveira. *Seara Nova*, 1389-90, 140-142.
- Tengarrinha, J. M. (1961b) — “Tradição e Revolução II — A Reforma Administrativa de Mouzinho da Silveira”, *Seara Nova*, 1391-92, 201-204.
- Tengarrinha, J. M. (1965a). Perspectivas do século XIX. *Seara Nova*, 1431, 24-25.
- Tengarrinha, J. M. (1965b). Livros. *Seara Nova*, 1433, 94-95.
- Tengarrinha, J. M. (1965c) [2.ª Ed. 1989]. *História da imprensa periódica portuguesa*. Portugalia.
- Tengarrinha, J. M. (1966a). Reflexões em torno da implantação da República em Portugal. *Seara Nova*, 1447, 132-133.
- Tengarrinha, J. M. (1966b). Livros. *Seara Nova*, 1448, 183-184.
- Tengarrinha, J. M. (1970a). Sobre a questão a Academia dos Amadores de Música; Uma carta a Fernando Lopes Graça; O Romantismo português em debate. *Seara Nova*, 1497, 236-237.
- Tengarrinha, J. M. (1970b). Alemanha Federal-1970. *Seara Nova*, 502, 405-410.
- Tengarrinha, J. M. (1972). Método e Técnica. Quantidade e Qualidade. *Seara Nova*, 1526, 25-29.
- Tengarrinha, J. M. (1973). *A novela e o leitor português*. Editora Prelo.
- Tengarrinha, J. M. (1981). *Movimentos camponeses em Portugal na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal*. Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.
- Tengarrinha, J. M. (1996). *História Geral Contemporânea: séculos XVIII-XX* [Relatório para as provas de Agregação em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa] de acordo com o Letr.º 9, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 301/72, de 14 de Agosto.
- Tengarrinha, J. M. (1999). A Historiografia portuguesa pós 1974. In José Jobson & José Manuel Tengarrinha (Coord.). *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Edusc.
- Tengarrinha, J. M. (2002). Victor de Sá e a historiografia portuguesa contemporânea. *Fórum. Universidade do Minho*, 32, 27-38.
- Tengarrinha, J. M. (2005). Entrevista com José Tengarrinha. *Caminhos da Memória*. <https://caminhosdame-moria.wordpress.com/2009/10/26/entrevista-com-jose-tengarrinha/>

- Tengarrinha, J. M. Manuel (2012). Não tenho apetite para a política mas sim para os livros. *Jornal Público*, de 14 de Abril. <https://www.publico.pt/2012/04/14/jornal/nao-tenho-apetite-para-a-politica-mas-sim-para-os-livros-24368613>.
- Tengarrinha, J. M. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa*. Temas & Debates/Círculo de Leitores.
- Tengarrinha, J. M. (2016). O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial. (Entrevista concedida a Tânia Alves). *Revista Brasileira da História da Mídia*, 5, 185-194. <http://www.unicentro.br/rbhm/ed09/entrevista/01.pdf>.
- Torgal, L. R. (2018). Homenagem a José Manuel Tengarrinha. *Público*, de 5 de Julho de 2018. <https://www.publico.pt/2018/07/05/politica/opiniao/homenagem-a-jose-manuel-tengarrinha-1836802>.

Fontes Impressas

Diários da Assembleia Constituinte (ano de 1975). [=DAC]
Diários da Assembleia da República (ano de 1984). [=DAR]
Diários do Governo (anos de 1890, 1917 e 1932). [=DG]

Jornais

Expresso, de 29 de Junho de 2018. <https://expresso.pt/politica/2018-06-29-Morreu-Jose-Manuel-Tengarrinha-fundador-do-MDP-CDE>.

- Trata-se da re-publicação/transcrição da entrevista concedida por José Manuel Tengarrinha à *Seara Nova*, no decorrer de 2005.

Evocar o pioneirismo de Augusto Xavier da Silva Pereira na senda da História do Jornalismo em Portugal

*Evoking the pioneering role of Augusto Xavier
da Silva Pereira in the path of the History
of Journalism in Portugal*

Eurico José Gomes Dias

Instituto Superior de Ciências Policiais
e Segurança Interna, ICPOL/ISCPSI
eurico_dias@sapo.pt
ORCID ID: [0000-0002-2989-4912](https://orcid.org/0000-0002-2989-4912)

Nuno Bessa Moreira

Universidade Lusófona do Porto/CITCEM
knunoclio@gmail.com
ORCID ID: [0000-0001-5689-0282](https://orcid.org/0000-0001-5689-0282)

Resumo: Esta apresentação pretende evocar o pioneirismo bibliófilo de Augusto Xavier da Silva Pereira (1838-1902) e do seu *Diccionario Jornalístico Portuguez* (vols. I-XIII, manuscritos), uma ferramenta de auxílio quase desconhecida da Historiografia do Jornalismo português e brasileiro. O objectivo primordial do *Diccionario Jornalístico Portuguez* foi, essencialmente, compilar o volumoso conjunto de informações dispersas sobre os jornais portugueses desde o nascimento da imprensa periódica, iniciada na óptica do Autor em 1625, até ao marco cronológico de 1889, coincidindo com a morte de D. Luís I. Esta obra seria comprada pela Academia Real das Ciências de Lisboa à viúva do Autor, D.ª Maria Francisca de Sá da Silva Pereira, em 1914, com o compromisso da sua imediata impressão, o que não sucedeu, não obstante a sua edição digital em 2008. Estas informações bibliográficas devem ser entendidas na perspectiva metodológica do *Diccionario Bibliográfico Portuguez* (vols. I-XXIV, 1858-1972), iniciado por Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876). Não obstante a sua edição limitada em formato digital, aquela obra encontra-se praticamente inexplorada, justificando-se a sua edição transcrita e crítica. Repositório das manifestações políticas, sociais e culturais desde a Restauração de 1640, percorrendo o Século das Luzes, as lutas liberais e a Regeneração, o *Diccionario Jornalístico Portuguez* é considerado unanimemente uma fonte histórica incontornável para os órgãos noticiosos portugueses, sem descurar a imprensa periódica brasileira e europeia.

Palavras-chave: Augusto Xavier da Silva Pereira; Sebastião da Silva Leal; *Diccionario Jornalístico Portuguez*; Academia das Ciências de Lisboa; Jornalismo; História.

Abstract: *This reflection intends to evoke the bibliographic pioneerism of Augusto Xavier da Silva Pereira (1838-1902) and his Diccionario Jornalístico Portuguez (vols. I-XIII, manuscripts), an aid tool almost unknown in the portuguese and brazilian Journalism Historiography. The main objective of the Diccionario Jornalístico Portuguez was, essentially, to compile the voluminous set of information scattered about portuguese newspapers since the birth of the periodical press, which started in the Author's perspective in 1625, until the chronological landmark of 1889, coinciding with the death of D. Luís I. This work would be purchased by the Royal Academy of Sciences of Lisbon from the Author's widow, D.ª Maria Francisca de Sá da Silva Pereira, in 1914, with the commitment of its immediate printing, which did not happen, despite its digital edition in 2008. This bibliographic information must be understood in the methodological perspective of the Diccionario Bibliográfico Portuguez (vols. I-XXIV, 1858-1972), initiated by Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876). Despite its limited edition in digital format, that work is practically unexplored, justifying its transcribed and critical edition. Repository of political, social and cultural manifestations since the Restoration of 1640, spanning the Enlightenment, liberal struggles and Regeneration, the Diccionario Jornalístico Portuguez is unanimously considered an unavoidable historical source for portuguese news organizations, without neglecting the brazilian periodical press and european.*

Keywords: Augusto Xavier da Silva Pereira; Sebastião da Silva Leal; *Diccionario Jornalístico Portuguez*; Academia das Ciências de Lisboa; journalism; history.

Introdução

No âmbito dos estudos históricos das Ciências da Comunicação, poucas obras enciclopédicas podem considerar-se verdadeiras ferramentas de estudo, tanto para os estudantes como para os investigadores destas matérias em geral, ao nível do *Diccionario Jornalístico Portuguez* (Tengarrinha, 1963, pp. 342-352; Sousa & Veloso, 1987, p. 52), da autoria de Augusto Xavier da Silva Pereira (1838-1902) (*Diccionario Histórico*, 1912, pp. 934-935) e a colaboração de Sebastião Correia Lobo Andrade da Silva Leal (1862-?) mais conhecido pelo nome abreviado de Sebastião da Silva Leal (*Diccionario Histórico*, 1912, p. 929-930), tratando-se de uma

obra verdadeiramente monumental, seja em virtude da sua raridade ou da sua própria excepcionalidade.

Nesse sentido, estes ilustres jornalistas e homens de Letras, duplamente apaixonados pela História e a Imprensa, permanecem quase desconhecidos pela maioria da comunidade científica, inclusive nos meandros destas áreas do Saber. Não obstante, tem-se assistido ultimamente à publicação de estudos académicos que congregam amiúde essas duas ciências, levando à estampa uma investigação renovada em torno de temas fulcrais para a cultura portuguesa e internacional, pelo que as fontes periódicas estão a ser progressivamente resgatadas e validadas enquanto utensílios profícuos na confluência destes campos de estudos (Sousa, 2019).

Importa sublinhar que o *Diccionario Jornalístico Portuguez* possui uma natureza dupla, dificultando classificações e taxonomias, uma vez que, se por um lado, representa nítida e inequivocamente uma obra de referência, por outro lado, pode e deve erigir-se como objecto de estudo autónomo, assim como o seu autor, valorizando-se os contextos históricos e biográficos de produção e as respectivas implicações políticas, económicas, sociais, culturais. Nessa medida, o *Diccionario Jornalístico Portuguez* constitui, simultaneamente documento e fonte, revelando-se importante instrumento heurístico ao serviço de outras pesquisas, mas podendo igualmente ser o fulcro de investigações que autonomamente nele se centrem, afirmando-se não só enquanto fonte secundária, mas também como fonte primária, na senda da promoção crítica da sua historicidade. A sua extensão e diversidade, a par de um uso mais instrumental, podem contribuir para a subalternização reiterada do *Diccionario Jornalístico Portuguez* como objecto de estudo. Urge reverter esta situação e destacar a relevância deste importante labor plasmado na obra em análise.

Por conseguinte, interessou-nos rever o pioneirismo bibliófilo e jornalístico de Augusto Xavier da Silva Pereira, não esquecendo — o que quase sempre sucede e merecerá, por si só, um estudo mais aprofundado —, a colaboração efectiva do mesmo Sebastião da Silva Leal na construção de uma obra fundamental para a História do Jornalismo em Portugal. Contudo, por inúmeros constrangimentos, nunca logrou uma edição impressa, nomeadamente com o devido aparato crítico, sendo o seu conteúdo corrigido, actualizado e tratado por especialistas destas áreas. Assim, reforçamos a convicção, bastante antiga e nunca concretizada, de editar condignamente o referido *Diccionario Jornalístico Portuguez*, o qual importaria uma iniciativa académica séria, não esquecendo, pelo contrário, que a sua pesquisa, compilação e redacção foi lavra de um único autor, mesmo coadjuvado por uma colaboração pontual, mais ou menos evidente, encerrando uma riqueza informativa patente num raro esboço compilatório.

Segundo as informações disponibilizadas, inclusive pelo próprio Autor, esta obra foi edificada ao longo de 25 anos, sempre num pesado esforço e investimento pecuniário a expensas próprias, sem qualquer apoio institucional. O Autor, ou os autores, viram que tal empresa não seria recompensada, ao menos, com uma edição impressa, em vida do seu promotor,

mantendo-se esta situação passado mais de um século sobre a sua morte. Apenas os fólios manuscritos do *Diccionario Jornalístico Portuguez* lograram uma limitadíssima edição digital (Grupo Impresa/ACL, Lisboa, 2008), despida de qualquer aparato crítico que não seja a digitalização para memória futura.

Deste modo, não se prevendo uma tão desejada edição impressa e crítica desta obra, urge ser reaproveitada num eventual projecto de investigação, desde que a cargo de uma equipa científica credenciada para tal efeito. Refira-se, tal como é apanágio e exigência dos modelos de financiamento académicos actuais, a prossecução de tal projecto deveria ser acompanhada do maior debate e divulgação junto do público universitário, envolvendo os cursos gerais de História e das Ciências da Comunicação, preferencialmente. Numa última fase, sugeríamos que, logo após o encerramento dessas actividades de investigação, se promovessem acções de sensibilização junto de um público mais vasto, igualmente interessado.

Desde o primeiro momento, o ambicioso projecto historiográfico de Augusto Xavier da Silva Pereira apresentou inúmeras hipóteses de estudo para um universo jornalístico português praticamente desconhecido até então, o qual forneceria, sobretudo para a posteridade, novas argumentações que complementaram lacunas na historiografia periódica nacional (Tengarrinha, 2013), apresentando-se como e pretendendo ser uma futura ferramenta de auxílio à pesquisa jornalística, como patente nos 13 volumes do *Diccionario Jornalístico Portuguez*, o qual espelhou a hercúlea coragem e empenho de Augusto Xavier da Silva Pereira, segundo as reiteradas palavras de Jorge Pedro Sousa, entre outros, que refere o seguinte: “A. Xavier da Silva Pereira é talvez o primeiro caso particular a registar entre os historiadores portugueses do jornalismo. Embora cheios de incorrecções, os seus catálogos sistemáticos e hemerográficos dos jornais portugueses (Pereira, 1895; Pereira, 1897) representam o resultado de um esforço pessoal hercúleo, nunca feito até então, de inventariação de todos os jornais publicados em Portugal até à data, com indicações preciosas sobre os fundadores, anos de publicação, etc. Os dois livros publicados por Silva Pereira foram extraídos da obra maior manuscrita, nunca impressa (pesem embora os esforços do autor), intitulada *Diccionario Jornalístico Português*, conservada na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. [...] Os dados avançados por Silva Pereira para cada jornal, embora com bastantes imprecisões e erros, dizem respeito ao título, índole, datas de fundação e término de publicação, fundadores, proprietários, directores, redactores, administradores, localidade e tipografia onde se imprimiu o jornal em causa, formato, mudanças de título e formato, etc. Em alguns casos, o autor reporta o papel dos jornais referenciados na política, artes e letras, ciências, economia, etc. Os dados apresentados por Silva Pereira no seu trabalho são, assim, um importante apoio para os estudos históricos” (Sousa, 2017, p. 13-14). Convém ter em conta esta dimensão de apoio e suporte reconhecida por Jorge Pedro Sousa, mas interessa ampliar essa perspectiva, enfatizando o relevo conferido ao papel de vários jornais na política, nas artes e letras, ciências e economia, etc.

Curiosamente, nada faria prever que Augusto Xavier da Silva Pereira fosse considerado,

mesmo em vida, uma referência no Jornalismo nacional e nos estudos histórico-literários sobre a nossa imprensa periódica. Apesar da sua paixão pelo Jornalismo, o Autor desenvolveu uma carreira profissional devotada ao funcionalismo público, sendo que estes interesses constituíam meros passatempos nos seus raros momentos de lazer e recreio, embora reveladores da sua verdadeira paixão intelectual.

O nosso ilustre Autor nasceu em Lisboa a 18 de Maio de 1838, mas desconhecemos onde concretizou os estudos primários e liceais, sendo certo que não frequentou a Universidade e desconhecendo-se, inclusive, as razões para tal. Temos notícia que ingressou na administração pública, como expresso na portaria de 7 de Outubro de 1859, que o nomeou amanuense da Repartição de Estatística Geral do Ministério das Obras Públicas. Posteriormente, seria provido — por concurso em que foi o primeiro classificado —, a segundo oficial da Secretaria do mesmo Ministério, conforme patente no decreto de 18 de Março de 1886. Por portaria de 15 de Abril desse mesmo ano seria designado chefe da 2.ª Repartição do Comércio, e logo em 5 de Agosto seguinte, a chefe da 3.ª Secção da Repartição Central de Estatística. Igualmente anunciado por decreto de 28 de Dezembro de 1899, o qual reorganizou o Ministério das Obras Públicas, foi promovido a primeiro-oficial da secção arquivista do Conselho Superior do Comércio e Ensino Superior Industrial, aonde prestou funções até falecer, em Lisboa, a 22 de Janeiro de 1902.

Entretanto, pouco tempo antes da sua morte, presidiu à comissão organizadora da exposição portuguesa (Bessa, 1898) ao V Congresso Internacional da Imprensa (1898) (Vargues, 2003, pp. 157-175), em Lisboa, o qual fez parte das comemorações do 4.º centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Augusto Xavier da Silva Pereira foi igualmente um dos fundadores da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses (Ribeiro, 1887, pp. 69-78), ou Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, fundada em 1880 por ocasião do 3.º centenário da morte de Luís Vaz de Camões (Chagas, 1880), mas extinta pouco depois, assim como da Associação da Imprensa Portuguesa, fundada em 1897, etc.

De entre várias organizações profissionais, sociedades culturais e agremiações científicas, destacamos os seus laços com a Associação dos Jornalistas de Lisboa (Bessa, 1898), fundada em 1896, a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, do Porto (Ribeiro, 1887, p. 78-80), fundada em 1882, e O Instituto (Pericão, n.d., p. 1196-1197), em Coimbra, fundado em 1852, etc. Apesar das exigências da sua carreira público-administrativa, foi um colaborador assíduo em inúmeros periódicos, com participações efectivas nas redacções de *O Occidente*, o *Conimbricense*, o *Universo Illustrado*, do *Diário Civilizador*, entre centenas de participações regulares por jornais locais, regionais e nacionais, tendo redigido algumas reflexões sobre matérias diversas, entre outros manuscritos inéditos, como elencados na bibliografia desta reflexão. Após o falecimento do Autor, o *Diccionario Jornalístico Portuguez* foi comprado pela Academia das Ciências de Lisboa à sua viúva, D.ª Maria Francisca de Sá da Silva Pereira (?-?) em 1914, pelo preço de 170 réis, com o compromisso de ser rapidamente impresso, o que não

sucedeu, permanecendo desde então na biblioteca da mesma Academia, apesar dos numerosos apelos para a publicação desta fonte bibliográfica desde então, os quais se mantêm e encerram o intuito desta reflexão (*Diccionario Bibliographico Portuguez*, 1923, p. 493-496).

A indagação mais aprofundada dos meandros da biografia não cabe nos limites deste estudo, por exceder a sua natureza e devido à falta de espaço para tal exercício. Todavia, esta investigação não pôde eximir-se a carrear alguns dados biográficos de Francisco Xavier da Silva Pereira, salvaguardando que a experiência adquirida em trabalhos de índole burocrático-administrativa, nos quais terá colocado em prática qualidades inerentes a um espírito metódico e organizado, revelou-se certamente fulcral para a prossecução do registo, selecção e inventariação dos periódicos que constam do *Diccionario Jornalístico Portuguez*. Sem colocar em causa o pioneirismo do Autor, muito pelo contrário, procura-se neste estudo evitar uma história dos grandes homens assente numa emblematização dos seus feitos, ou uma espécie de hagiografia laica, na qual possam sobressair exemplaridades ou heroísmos sem enquadramento ou contextualização, mas que devem sempre ser colocados em causa (Matos, 1992, p. 51-72). Do ponto de vista historiográfico, os Annales, com tensões internas e passando por fases diversas, reequacionaram a biografia, que também praticaram com inegável qualidade desde a geração de Lucian Febvre e Marc Bloch, tendo-a conduzido, não necessariamente pela mão destes autores, a encruzilhadas teóricas e perspectivas, eventual e tendencialmente totalizantes, entre a biografia representativa e o estudo de caso, como demonstra Alexandre de Sá Avelar:

Delimitada pelas perspectivas totalizantes dos Annales, a biografia parecia-se encontrar numa encruzilhada teórica: ao mesmo em que era reconhecida sua legitimidade como objeto de estudo dos historiadores, os seus usos se limitavam a dois modelos: a biografia representativa e o estudo de caso. No primeiro, o indivíduo enfocado não é digno de reconstrução biográfica pelo que tem de singular, de excepcional, mas por sintetizar várias outras vidas, enfim, por servir de passagem para a apreensão de marcos mais amplos. Já no século XIX, Dilthey afirmava que a biografia é o meio privilegiado de acesso ao universal. [...] O interesse individual não se esgotava em si mesmo. [...] A biografia como estudo de caso reserva um papel ainda mais restrito ao estudo de uma trajetória individual. Neste caso, após o estabelecimento da análise macroestrutural da sociedade e dos quadros explicativos subjacentes, procede-se ao detalhamento biográfico com fins de ilustração da realidade mais ampla abordada. O indivíduo apenas ilustra/reflete uma construção estrutural que lhe ultrapassa. Ele é exemplo, não problema (Avelar, 2011, pp. 2-3).

Neste estudo não chega a concretizar-se uma biografia de Francisco Xavier da Silva Pereira, mas, a efectivar-se, não seria nos moldes da biografia representativa nem do estudo de caso, enveredando-se, outrossim, pela exploração problematizante das relações por vezes tensas entre o indivíduo, os seus círculos de amigos e outros grupos ou colectivos. Dentro

deste contexto, permanece em dúvida qual foi o verdadeiro o papel de Sebastião da Silva Leal na prossecução desta tarefa compilatória inerente ao *Diccionario Jornalístico Português*, sendo certo que coadjuvou largamente Augusto Xavier da Silva Pereira ao longo dos 25 anos que durou esta empreitada. A estreita relação de amizade entre ambos impeliu a que Sebastião da Silva Leal promovesse os trabalhos daquele, tanto em vida como depois da sua morte. Neste desígnio, redigiu a introdução para o livro *O Jornalismo Portuguez*, publicando-se, igualmente a suas expensas, o livro *Os Jornaes Portuguezes e as suas metamorphoses* (1897), de Augusto Xavier da Silva Pereira.

Muito embora Sebastião da Silva Leal fosse uma personalidade ligada aos sectores da banca e dos seguros marítimos, entre outras actividades profissionais, era sobejamente conhecido por deter uma das maiores bibliotecas pessoais — ou hemerotecas de jornais portugueses, considerada então a maior colecção nacional e um dos principais acervos europeus, também célebre pela rara compilação de números raros e únicos, a qual terá desaparecido sem deixar rasto. O que teria sido feito desta colecção, a merecer, por si só, um assunto a ser investigado? Tendo sido um dos maiores defensores da vida e obra de Almeida Garrett do seu tempo, Sebastião da Silva Leal foi também um colaborador exímio da imprensa periódica da época, pelo que se deverá analisar futuramente o seu contributo para a História do Jornalismo nacional.

Voltando à análise do pioneirismo bibliófilo de Augusto Xavier da Silva Pereira, é de referir que, além dos numerosos erros históricos e compilatórios, quase sempre de natureza documental, o objectivo primordial do *Diccionario Jornalístico Portuguez* foi, essencialmente, compilar o universo de periódicos portugueses desde o nascimento da imprensa periódica, iniciada em 1625 — na sua óptica —, até ao marco cronológico proposto seria para 1889, coincidindo com o ano da morte de D. Luís I, o que, por sua vez, é discutível.

Contudo, as informações bibliográficas aqui expressas devem ser consultadas e compreendidas nos moldes funcionais dos modelos metodológicos usados no *Diccionario Bibliographico Portuguez* (vols. I-XXIV, 1858-1972), iniciado por Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876) (Pimentel, 2002) e continuado por Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914) (Brito, 1915), ambos insignes jornalistas, bibliófilos e polígrafos, entre outros colaboradores menos conhecidos. Não obstante a sua edição limitada em formato digital, como aqui evocado, esta obra encontra-se praticamente inexplorada, justificando-se a sua edição transcrita e crítica. Trata-se uma exigência incontornável para os domínios da História do Jornalismo, simplesmente. É forçoso que defendamos a publicação integral do *Diccionario Jornalístico Portuguez* também numa edição fac-símile, simultaneamente em modelo impresso/digital adaptado à realidade do nosso quotidiano. Esta vertente de estudos encontra-se praticamente ignorada, pelo que se abre aqui um precedente da necessidade de publicar fontes históricas para a História da Jornalismo.

Em virtude da sua notória especificidade histórico-jornalística, a responsabilização técnica e científica na publicação de fontes históricas similares competirá aos centros de

investigação universitários, nomeadamente no tratamento exigível do *Diccionario Jornalístico Portuguez*, os quais congregam informação fundamental para a compreensão da imprensa periódica portuguesa. Enquanto repositório das manifestações políticas, sociais e culturais registadas nos periódicos nacionais desde a Restauração de 1640, percorrendo todo o Século das Luzes, as lutas liberais e toda a Regeneração, o *Diccionario Jornalístico Portuguez* é considerado uma fonte histórica imprescindível para os órgãos noticiosos portugueses, sem descurar a imprensa periódica brasileira e europeia, profusamente examinada por Augusto Xavier da Silva Pereira e Sebastião da Silva Leal.

Apesar das limitações que se impõem a projectos de investigação desta envergadura, querelas sempre iguais, as possibilidades funcionais deste estudo crítico e do seu formato gráfico para uma publicação integral do *Diccionario Jornalístico Portuguez* mantêm-se em aberto, sendo necessário, porém, que o seu conteúdo seja analisado à luz dos trâmites histórico-jornalísticos mais recentes. A qualidade impreterível deste *Diccionario* torna-o, indubitavelmente, uma ferramenta ao trabalho dos investigadores interessados nestas temáticas, inclusive na legislação aplicável à imprensa entre os séculos XVII-XIX, resenha elaborada pelo próprio Augusto Xavier da Silva Pereira, praticamente omissa na nossa Historiografia.

Uma evidência do estudo dedicado ao *Diccionario Jornalístico Portuguez* revela-nos, quase imediatamente, que a própria Historiografia oficial desconhece praticamente esta obra fundamental da Cultura portuguesa. Este trabalho reveste-se de uma importância crucial para a análise de um longo período histórico onde se deu o nascimento e o desenvolvimento dos meios de comunicação em Portugal e os retratos dos seus quotidianos coevos. Apesar de existir unicamente um exemplar manuscrito, os 13 volumes do *Diccionario Jornalístico Portuguez*, com cerca de 400-500 fólios cada, reúnem provas de isenção e veracidade, não obstante alguns erros, sendo considerado uma fonte histórica de primeira autoridade para se compreender as bifurcações da imprensa periódica nacional até aos finais de Oitocentos.

Uma futura investigação permitiria uma compreensão ampla do universo periódico português e das suas opções estratégicas desde os seus primórdios até à fase industrial do nosso Jornalismo, focando largamente as suas condicionantes internas e externas na forma como o País se posicionou na arquitectura de um longo tempo histórico. Todo o trabalho desenvolvido respeitante ao *Diccionario Jornalístico Portuguez* possibilitaria, a ser efectivamente concebido, uma aplicabilidade directa em várias áreas das Ciências Sociais.

Com a prossecução de eventuais trabalhos de investigação inerentes ao *Diccionario Jornalístico Portuguez*, poder-se-iam inquirir os autores, impressores, censores; quais os preços praticados, a distribuição e a amplitude da (suposta) receptividade pelo público leitor; as estratégias editoriais dos periódicos, entre outros ínfimos pormenores. Todos estes comentários farão parte suplementar de explanações elucidativas para os futuros investigadores e demais leitores nos seus trabalhos particulares.

Consequentemente, a construção de índices actualizados, revistos e detalhados

(cronológicos, onomásticos, toponímicos, especializados, por categoria de periódico) será uma mais-valia para uma consulta adequada. Augusto Xavier da Silva Pereira, tentou, ainda que com algumas conclusões erráticas, analisar as variáveis de um crescente público leitor do universo periódico português. O *Diccionario Jornalístico Portuguez* possui, desta forma, uma perspectiva muito real e sintética do que se terá passado em cada contexto jornalístico, sem esquecer a actuação dos jornalistas, pensadores e intelectuais portugueses nos periódicos publicados num determinado período, p. e.

A ser publicada, a consulta desta obra de referência permitirá aceder a informações tão díspares como, por exemplo, as acções militares portuguesas por todos os continentes, os intercâmbios diplomáticos portugueses e europeus, a publicação de cartas pontificias, as devoções religiosas, as divulgações sociais, culturais e científicas, em suma, um registo de quase todos os acontecimentos nacionais e internacionais com maior destaque nessas épocas. O estilo literário de Augusto da Silva Pereira, cingindo-se normalmente a informações específicas — como datas, títulos, características tipológicas dos jornais, entre outras curiosidades e comentários —, foi extremamente sóbrio e algo apagado. Mas cumpriu cabalmente os objectivos a que se propôs.

Para conceder outra maior amplitude ao seu trabalho de investigação, o Autor não se reportou unicamente aos jornais propriamente ditos, mas recorreu igualmente às revistas científicas, aos boletins oficiais e outras publicações periódicas algo distantes do Jornalismo, mas que convinha enumerar pela sua periodicidade, v.g. No cômputo dessas informações bibliográficas tentou, tanto quanto possível, delinear uma biografia sinóptica do jornal, i. e., a sua índole, o local onde se redigiu e a tipografia em que foi impresso, a identificação dos seus proprietários, redactores, editores, administradores, assim como alterações de títulos e formatos, etc.

O corpus do *Diccionario Jornalístico Portuguez* compreende 13 volumes manuscritos, organizados cronologicamente consoante as épocas históricas balizadas pelo Autor, estando depositado na secção dos «Reservados» da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa com a cota “Manuscrito Azul — 445 a 457”. Contém um total de 6135 fólios, com o registo e identificação de mais de 5000 publicações periódicas dispostas alfabeticamente por cada época em que é dividido, a relação de todas as publicações periódicas portuguesas impressas em Portugal e no estrangeiro, incluindo-se os jornais publicados no Brasil até à independência (1822), assim como os jornais estrangeiros dados à estampa dentro das nossas fronteiras, não esquecendo as traduções portuguesas de numerosos periódicos espanhóis, franceses e ingleses, como se verá adiante.

Em seguida, procede-se à descrição sumária dos vários tomos do *Diccionario Jornalístico Portuguez*:

Tomo Primeiro: na primeira página encontra-se o título: “*Diccionario Jornalístico Portuguez. Comprehende todas as publicações periodicas desde o meado do seculo XVII até ao fallecimento d’El-Rei o Senhor D. Luiz I em 19 d’Outubro de 1889. Tomo I — 1625 a 1833 (1.a a 4.a Epoca). Estudos bibliographicos por A. Xavier da Silva Pereira*”.

O verso desta primeira folha detém as seguintes inscrições: “Comptez les journaux d’un peuple, vous aurez son rang dans l’échelle de la civilisation» — E. Leboulaye; «Le journal tirera le livre» — Victor Hugo; «Le journalisme c’est un pouvoir qui règne, qui gouverne, qui administre et qui juge» — E. de Girardin.

Abrange ainda os estudos «Subsidios para historia da legislação da imprensa portugueza» (pp. I-XI), onde se enumerou a legislação que regeu a imprensa em Portugal, nomeadamente desde a lei de 4 de Dezembro de 1576, a “primeira lei para a censura da imprensa: não se podiam imprimir livros sem licença d’El-Rei e sem primeiro serem vistos e aprovados pela Mesa do Desembargo do Paço, pelo Santo Officio e Ordinario”, discorrendo essa análise até à Carta de Lei de 7 de Julho de 1898. Segue-se um outro estudo intitulado «Breve memória sobre o surgimento evolutivo do jornalismo político em Portugal» (pp. XII-XXIII), seguindo-se o «Plano d’esta Obra» (pp. XXIV-XXV), Este tomo reporta as quatro primeiras épocas do jornalismo português enunciadas pelo Autor: «1.a Epoca — Infancia do Jornalismo desde 1625 até 1750 — 31 de Julho — fallecimento do Rei D. João V»; «2.a Epoca — Epoca Pombalina desde 1750, 1 d’Agosto — inauguração do reinado de D. José 1.º até 1807 — 29 de Novembro, partida da familia real para o Brazil»; «3.a Epoca — Dominação Estrangeira desde: 1807, 30 de Novembro — entrada do exercito francez em Lisboa até: 1820 — 23 d’Agosto — vespera do dia em que rebentou no Porto a revolução liberal»; «4.a Epoca. Luctas entre liberaes e absolutistas. Desde: 1820 — 24 de Agosto, dia em que rebentou no Porto a gloriosa revolução liberal. Até: 1833 — 23 de Julho — victoria dos constitucionaes na margem esquerda do Tejo, que deixou livre a entrada na capital ás tropas de D. Pedro IV».

Reúne 637 fólhos numerados na frente e verso, com um fólho em branco e um fólho de anterrosto numerados, encadernado com lombada de percalina azul e papel de fantasia, com dimensões de 319x212mm.

As entradas redigidas pelo Autor estão colocadas em ordem alfabética seguindo o título de cada jomal/periódico. A qualidade do papel é vulgar e pautado em 35 linhas, sendo as folhas da introdução de cor azul e as restantes de cor branca. A escrita foi elaborada à pena numa caligrafia cuidada, sendo bastante legível e apresentando poucas emendas, dado ser uma versão pronta para os trabalhos de impressão.

Concluindo a caracterização deste primeiro tomo, Augusto Xavier da Silva Pereira referenciou primeiramente as Cartas Familiares, Históricas, Políticas e Criticas. Discursos Sérios e Jocosos, de Francisco Xavier de Oliveira, Adrien Moetjens, Amesterdão/Haia, 1741-1742; e termina este volume com O Zurrage político das Cortes novas, publicado por uma sociedade amiga do Rei e da Patria, G. Sehulre, Londres, 1821;

Tomo Segundo: abrange a «5.a Epoca. Luctas entre Cartistas e Setembristas. De 24 de Julho de 1833 — restabelecimento do regime liberal — a 23 d'Abril de 1851 — vespera do pronunciamento militar no Porto», nas Letras A-L. Reúne 573 fólhos de texto numerado com 2 fólhos em branco e encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 322x225mm. Numerado de 638 a 1210, possui uma apresentação distinta do tomo anterior, perdendo o aspecto cuidado inicial, denotando uma caligrafia irregular, por vezes quase indecifrável, e frequentemente emendada. O papel usado é de qualidade inferior, sendo utilizadas frequentemente as duas faces da mesma folha, usando o verso de folhas referentes ao recenseamento geral da população onde o Autor trabalhara. Referenciou primeiramente *A Abelha. Jornal de utilidade, instrução e recreio*, Typographia de Cândido Augusto da Silva Carvalho, Lisboa, 1836-1843; e termina este volume com a *Lysia Dramatica. Chronica theatral e litteraria*, Typographia de P.A.B., Lisboa, 1846;

Tomo Terceiro: abrange a «5.a Epoca. Luctas entre Cartistas e Setembristas. De 24 de Julho de 1833 — restabelecimento do regime liberal — a 23 d'Abril de 1851 — vespera do pronunciamento militar no Porto», nas Letras M-Z. Reúne 354 fólhos de texto numerado e quatro fólhos em branco, estando encadernado com lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 328x239mm. Numerado de 1211 a 1564, referenciou primeiramente *O Macaísta Imparcial*, de Félix Feliciano da Cruz, Typographia Feliciano, Macau, 1836-1838; e termina este volume com o *Zacuto Lusitano. Jornal semanal de medicina e ciencias acessorias*, Typographia de Francisco Xavier de Sousa, Lisboa, 1849;

Tomo Quarto: abrange a «6.a Epoca. Epoca da Regeneração, desde 24 d'Abril de 1851 — pronunciamento militar no Porto a favor do marechal Duque de Saldanha — até 11 de Novembro de 1861, morte do rei D. Pedro V», nas Letras A-Z. Reúne 582 fólhos de texto numerado e dois fólhos em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 325x232mm.

Numerado de 1565 a 2146, referenciou primeiramente com *A Abelha. Jornal de recreio*, de Carlos Granda e Eduardo Coquet, Typographia de Granda & Filhos, Porto 1856; e termina este volume com *Voz do Povo*, (s. n.), Braga, 1860;

Tomo Quinto: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz I. De 12 Novembro de 1861 — dia da aclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letra A. Reúne 367 fólhos de texto numerado e dois fólhos em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 325x232mm. Numerado de 2147 a 2513, referenciou primeiramente *O ABC do Commercio. Journal international du gens d'affaires. Men of business international Journal*, Typographia Elvense de Samuel F. Baptista, Elvas, 1884; e termina este volume com *O Azorrague. Jornal satyrico em prosa e verso*, de João Maria Raposo e Silva, Typographia do Partido Popular, Ponta Delgada, 1885;

Tomo Sexto: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz I. De 12 Novembro de 1861 — dia da acclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letra B. Reúne 259 fólhos de texto numerado e um fólho em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 325x232mm.

Numerado de 2514 a 2772, referenciou primeiramente *O Balão. Jornal critico burlesco, dedicado aos mysterios da sciencia, para regeneração dos ignorantes e metediços*, Typographia Faialense, Horta, 1878; e termina este volume com *O Burro*, Typographia Grilo, Lisboa, 1883-1884;

Tomo Sétimo: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz I. De 12 Novembro de 1861 — dia da acclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letra C. Reúne 259 fólhos de texto numerado e um fólho em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 325x232mm). Numerado de 2773 a 3234, referenciou primeiramente *O Cabrion*, (s. n.), Porto, 1867; e termina este volume com *O Cysne. Semanario litterario, noticioso e charadista dedicado às damas lamecenses*, Typographia Lamecense, Lamego, 1887;

Tomo Oitavo: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz I. De 12 Novembro de 1861 — dia da acclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letras D-F. Reúne 609 fólhos de texto numerado e dois fólhos em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 325x232mm.

Numerado de 3235 a 3843, referenciou primeiramente *Dae aos Pobres. Album de produções litterarias para o bazar em beneficio do Asylo Lamecense de Mendicidade*, Typographia Ocidental, Lamego, 1885; e termina este volume com *O Futuro de Portugal*, de Adelino Vaz (et al.), Typographia Portugueseza, Lisboa, 1881;

Tomo Nono: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz 1. De 12 Novembro de 1861 — dia da acclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letras G-I. Reúne 428 fólhos de texto numerado e dois fólhos em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 325x225mm.

Numerado de 3844 a 4271, referenciou primeiramente o *Gabinete de Estudo. Jornal litterario mensal*, de Litographia Angrense, Angra do Heroísmo, 1877; e termina este volume com *Ivens e Capello. Numero unico dedicado a estes insignes exploradores da África*, Typographia Minerva Central, Lisboa, 1885;

Tomo Décimo: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz 1. De 12 Novembro de 1861 — dia da acclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letras J-M. Reúne 582 fólhos de texto numerado e dois fólhos em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 334x225mm.

Numerado de 4272 a 4853, referenciou primeiramente *O Jacaré. Phonographo do escandalo*, de

António Pussich de Mello, Typographia de Gutierres, Lisboa, 1879-1889; e termina este volume com *Myosotis*, Typographia Civilização, Porto, 1889;

Tomo Décimo Primeiro: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz I. De 12 Novembro de 1861 — dia da aclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letras N-P. Reúne 313 fólhos de texto numerado e dois fólhos em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 334x242mm.

Numerado de 4854 a 5366, referenciou primeiramente *Na Berlinda*, (s. n.), Coimbra, 1883; e termina este volume com *Pyrilampos. Chronica saudavel de costumes doentios*, Imprensa Minerva, Lisboa, 1888;

Tomo Décimo Segundo: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz 1. De 12 Novembro de 1861 — dia da aclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letras O-S. Reúne 451 fólhos de texto numerado e dois fólhos em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 333x242mm.

Numerado de 5367 a 5817, referenciou primeiramente *14 de Julho, numero unico consagrado pelo Partido Republicano Portuguez ao primeiro centenário do grande dia do acordo das consciências*, Typographia Nacional, Lisboa, 1889; e termina este volume com *O Syndicato. Semanario político, litterario e noticioso*, de Ivo de Lacerda, Typographia de Lucas Evangelista, Lisboa, 1887;

Tomo Décimo Terceiro: abrange a «7.a Epoca. Reinado de D. Luiz I. De 12 Novembro de 1861 — dia da aclamação d'este soberano — a 19 d'Outubro de 1889, fallecimento do mesmo rei», Letras T-Z. Reúne 451 fólhos de texto numerado e dois fólhos em branco, estando encadernado com uma lombada de percalina e papel de fantasia, com dimensões de 333x242mm).

Numerado de 5818 a 6135, referenciou primeiramente *O Taboacense. Numero unico, consagrado à instalação do julgado municipal de Taboaço*, Typographia da Gazeta do Povo, Barcelos, 1887; e, por fim, *O Zum-Zum*, Typographia de Gutierres, Lisboa, 1883.

Foram inúmeras as contrariedades que este manuscrito sofreu para, de algum modo, permanecer no mesmo lugar onde foi depositado primeiramente, ou seja, nas gavetas da Academia das Ciências de Lisboa, pelo menos desde que foi enviado pelo Ministério do Reino, como patente em officio de 27 de Abril de 1892, sendo analisado satisfatoriamente em sessão plenária da 2.a Classe da Academia a 9 de Maio seguinte, da qual foi informado o Autor pouco depois por Manuel Pinheiro Chagas, secretário-geral da Academia. Contudo, a 5 de Janeiro de 1893, este lembrou que a Direcção-Geral de Instrução Pública havia requerido uma apreciação sobre a edição à Imprensa Nacional, sendo facultados todos os lucros da tiragem ao Estado.

Contudo, exasperado pela demora da Academia das Ciências de Lisboa na anuência, ou não, para uma edição que nunca se realizaria, Augusto Xavier da Silva Pereira decidiu

transcrever uma relação ordenada cronologicamente do manuscrito original, a que intitulou *O Jornalismo Português*. Resenha cronológica de todos os periódicos portugueses impressos e publicados no reino e no estrangeiro, desde o meado do século XVII até à morte do saudoso rei senhor D. Luís I, bem como dos jornais em língua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Extraída do *Dicionário Jornalístico Português* (1895), sendo apoiado por Sebastião da Silva Leal, o qual prefaciou este título.

Mas, entre 12 de Janeiro e 27 de Abril de 1899, a Secção de Literatura da 2.ª Classe, nas palavras de Teófilo Braga, concederia um parecer favorável à publicação da obra, sendo aprovado por unanimidade. Contudo, o Autor faleceria em 1904 e a sua obra permaneceu abandonada. Entretanto, e provavelmente por mão criminosa, o manuscrito desapareceu do acervo e surgiu à venda na Livraria Ferreira, sita então na Rua do Ouro, em Lisboa, como denunciou o *Diário de Notícias*, n.º 17447, de 6 de Junho de 1914. A pedido da Academia das Ciências de Lisboa, as autoridades policiais apreenderam o referido manuscrito e, dias depois, foi comprado todo o trabalho de Augusto Xavier da Silva Pereira, com o compromisso jurado à sua viúva de que seria imediatamente impresso. O que não sucedeu, como bem sabemos.

Em sessão da Academia das Ciências de Lisboa, a 4 de Fevereiro de 1915, Alfredo da Cunha, então director do *Diário de Notícias*, declarou que consultara o manuscrito do *Dicionário Jornalístico Português*, onde recolhera informações para os seus trabalhos (Cunha, 1941), tendo indagado a intenção da Academia a respeito do futuro desse manuscrito. Face a esta questão, propôs-se rever o manuscrito e prepará-lo para a impressão, o que a Academia anuiu, mas essa tarefa seria igualmente malograda.

Posteriormente, o *Dicionário Jornalístico Português* cairia no mais profundo esquecimento. Sepulto na biblioteca da Academia, já o saudoso José Tengarrinha vaticinava que este valioso manuscrito alguma vez fosse editado:

Cumpre-nos, agora, avaliar serenamente se será possível e justificável tal empreendimento. Na verdade, parece-nos que o trabalho, tal como Alfredo da Cunha o ia tentar, é praticamente inexecutável. Tarefa tão grandiosa de revisão só poderia ser entregue a um grupo de atentos, probos e esforçados estudiosos. Desta maneira seria possível executá-la com o rigor e a atenção exigidos, dentro de um prazo não muito longo. Para avaliar da importância da obra, é necessário, em primeiro lugar, definir precisamente o seu carácter (Tengarrinha, 2006, pp. 229-240).

Bastará uma simples abordagem ao *Dicionário Jornalístico Português* e teremos uma panorâmica consolidada sobre a imprensa periódica portuguesa desde os seus primórdios até aos finais do século XIX, evidenciando uma verdadeira dinâmica analítica referente aos períodos históricos mencionados. Partindo dos comentários dedicados à problematização da História de Portugal em todas as entradas bibliográficas destacam-se, inclusive, as ambiguidades deste universo parcialmente explorado, denotando-se a sua urgente necessidade de actualização.

É notório que a História do Jornalismo em Portugal permanece uma área de estudos limitadamente desenvolvida, pese as iniciativas académicas nacionais e internacionais mais recentes. Devido ainda a alguma ausência de mais estudos norteados para a simbiose entre o Jornalismo e a História, a publicação crítica do *Diccionario Jornalístico Portuguez* reveste-se da mais elevada relevância (Rêgo, *et al.*, coord., 2018). Seria esta a razão de ser deste trabalho de investigação primordial, em que as compatibilidades entre a História e as Ciências da Comunicação se constituem como objectivos decisivos.

Referências bibliográficas

Bibliografia passiva

- Avelar, A. S. (2011). A Biografia como possibilidade de escrita da História. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH.
- Bessa, A. (1898). *A Associação da Imprensa Portuguesa no 2.º Anno da sua existencia... relatório*. Typographia de "O Expresso".
- Bessa, A. (1898). *A Exposição da Imprensa publicado em comemoração do primeiro certamen jornalístico que se realiza em Portugal, por ocasião das Festas do IV Centenario da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia*. Imprensa Libano da Silva.
- Brito, G. (1915). *Pedro Wenceslau de Brito Aranha*. Tipografia Universal.
- Chagas, M. P. (1880). *O Centenario de Luiz de Camões. Breve explicação da comemoração nacional em 1880*. Imprensa de J. G. de Sousa Neves.
- Cunha, A. (1941). *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Academia das Ciências de Lisboa.
- Diccionario Bibliographico Portuguez (1923), XXII. Imprensa Nacional, 493-496.
- Diccionario Jornalístico Portuguez (2008), edição digital DVD. Grupo Imprensa/ACL.
- Estatutos da Associação da Imprensa Portuguesa. (Associação de Classe)* (1898). Imprensa Nacional.
- Estatutos da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes* (1880). Typographia Universal.
- Estatutos da Associação dos Jornalistas e Homens de Lettras do Porto* (1897). Typographia da Empresa Litteraria e Typographica.
- Jornal unico. Celebração do 4.º centenario do descobrimento do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama* (1898). N. T. Fernandes & Filhos.
- Matos, S. C. (1992). *História, positivismo e função dos Grandes Homens do último quartel do século XIX*. Penélope: Revista de História e Ciências Sociais, 8. Cooperativa Penélope.
- Pericão, M. G. O Instituto. In *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, II. Editorial Verbo.
- Pimentel, A. (2002). *Inocência Francisco da Silva*. Imprensa Oficial do Estado.
- Portugal. Diccionario Histórico* (1912), VI. João Romano Torres & C.ª Editores
- Rêgo, A. et al. (Coords.) (2018). *Narrativas do Jornalismo & Narrativas da História*. Editora Media XXI.
- Ribeiro, J. S. (1887). *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, XV. Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Sousa, J. P. (2017). Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo: livros pioneiros sobre história do jornalismo publicados por autores portugueses em Portugal até à Revolução de Abril de 1974. *Revista de Estudos de Comunicação*, 10 (22). LabCom.

- Sousa, J. P. (2019). Origens da historiografia portuguesa do jornalismo: os pioneiros. In A. Rêgo, A. Hohlfeldt, M. Machado (Orgs.). *Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia*. EdUPUCRS.
- Sousa, J.; Veloso, L. (1987). *História da imprensa periódica portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*. Biblioteca Geral da Universidade.
- Tengarrinha, J. (1963). Uma importante obra inédita sobre o jornalismo português. *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, 4 (2).
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Minerva Coimbra.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865*. Temas & Debates/Círculo de Leitores.
- Vargues, I. N. (2003). A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes? *Revista da História das Ideias*, 24.

Bibliografia activa

- As Leis de Imprensa promulgadas em Portugal* (1900). manuscrito.
- As Leis de Imprensa. Extracto do "Instituto"* (1901). Imprensa da Universidade.
- Castalia luso-brazileira. Bibliographia dos poemas escriptos na Lingua Portuguesa*, inédito.
- Censo da População em 1878*, (s. l.), (s. n.).
- Cintra, Collares e seus arredores* (1888). (s. n.).
- Diccionario Jornalístico Portuguez. Estudos Bibliographicos*, vols. I-XIII. Lisboa: manuscrito.
- Em comemoração do Quarto Centenário do Descobrimento do Brazil. O Brazil e o Soberano Congresso* (Ephemerides Históricas) (1900). Parceria António Maria Pereira.
- Guia Parochial da cidade de Lisboa para o anno civil de 1880 baseada em documentos officiaes...* (1880). Imprensa Democrática.
- Horas de campo (Estudos litterarios)*. (1870). Typographia de Salles.
- O Jornalismo Portuguez. Resenha chronologica de todos os periódicos portuguezes impressos e publicados no Reino e no estrangeiro, desde o meiado do século XVII até á morte do Saudoso Rei Senhor D. Luiz I; bem como dos jornaes em lingua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Extrahida do «Diccionario Jornalístico Portuguez»* (1895). Typographia Soares.
- Os Jornaes Portuguezes. Sua filiação e metamorphoses. Noticia suplementar alphabetica de todos os periódicos mencionados na Resenha chronologica do Jornalismo Portuguez recentemente publicada pelo mesmo auctor e agora correcta e augmentada* (1897). Imprensa Libânio da Silva.
- Quadro Graphico dos Reis de Portugal e Duques de Bragança*, cartaz. (s. n.).

Coleção ICNOVA

Coord.
Carla Baptista
Jorge Pedro Sousa
& Celiana Azevedo

Ana Teresa Peixinho
Reflexões sobre a formação
de jornalistas: 1880-1925

**Ana Teresa Peixinho,
Luís Augusto Costa Dias**
A formação dos jornalistas
na viragem de oitocentos
para novecentos

**Jorge Pedro Sousa,
Helena Lima**
Jornalismo do século
XIX: da Monarquia à República

Eurico José Gomes Dias
O fervor jornalístico português
na Revolução Liberal de 1820

**Jorge Pedro Sousa,
Celiana Azevedo**
Revistas da Monarquia
e I República: uma contribuição
para a história da imprensa
em Portugal

Bruna Oliveira Santiago
Imprensa ilustrada em Portugal
no pós-Ultimato: um estudo
de caso do periódico *Africa
Illustrada* (1892-1893)
**Duarte de Babo Marinho,
Nuno Bessa Moreira**
A Imprensa e a opinião pública
de Guimarães perante
o Ultimato Inglês de 1890

**Manuel João de Carvalho
Coutinho**
Jornalismo literário português:
história, jornalistas
e a reportagem escrita

Paulo Bruno Alves
A ação de combate da imprensa
católica na Primeira República
(1910-1926): um olhar
sobre a ‘guerra religiosa’ em que
mergulhou o país

Mariana Calado
Um olhar sobre a imprensa
periódica de música na década
de 1920, em Portugal

Jair Rattner
Capelães do contra —
textos de capelães que
se opunham à linha oficial em
jornais de unidades militares
durante a Guerra Colonial

Jair Rattner
Comandos numa encruzilhada
como o 25 de abril foi
apresentado na revista da escola
de comandos em Angola

Helena Lima
Imprensa estatizada
e iniciativa privada no período
pós-Revolucionário:
o exemplo dos semanários
portugueses

Carla Rodrigues Cardoso
Uma *newsmagazine* militante:
Opção (1976-78)

**José das Candeias Sales,
Susana Mota**
As agências de notícias
portuguesas/em Portugal: um
contributo para a sua história

**Jorge Pedro Sousa,
Helena Lima,
Fátima Lopes Cardoso**
O fotojornalismo durante
o Sidonismo: estudo dos
critérios de noticiabilidade da
Ilustração Portuguesa (1917-1918)

Fátima Lopes Cardoso
Fotografia digital: mudanças no
modo de ver e nas rotinas
de produção dos fotojornalistas
portugueses, no início de um
novo milénio

Alberto Pena Rodríguez
Singularidades do jornalismo
português nos Estados Unidos:
língua, diplomacia
e publicidade (1920-1940)
Clara Gomes
Freedom of the Portuguese
press during the transition
period in Macau

Fernando Neves
O Rádio Clube Português e a
Guerra Civil Espanhola

Ana Isabel Reis
A formação e ensino de rádio na
década de 80: o contributo das
rádios piratas

Rogério Santos
A informação radiofónica a
partir dos relatórios do provedor
do ouvinte

**Celiana Azevedo,
Catarina Valada, Joana Gil,
Maria Leonor Moura,
Pedro Alves Godinho**
Entre Salazar e Caetano:
a ação política e propagandística
do Estado Novo na RTP

**Anabela de Sousa Lopes,
Manuel João de Carvalho
Coutinho**
Os programas de informação
no segundo canal da RTP:
de 1992 a 2001

**Caroline Ribeiro de Almeida,
Ilo Alexandre**
Sensacionalismo no *prime-time*
português: O impacto da CMTV
nas coberturas policiais nos
telejornais da RTP1, SIC e TVI

Paulo Bruno Alves
O ciberjornalismo de
proximidade e a convergência
possível numa redação
de jornalistas: o caso da nova
imagem digital do *Jornal
da Beira* (Viseu, 1921-mantém
publicação)

**Duarte de Babo Marinho,
Nuno Bessa Moreira**
Breve resenha biográfica de José
Tengarrinha (1932-2018): opções
historiográficas e a *História
da Imprensa Periódica* como
possível eixo

**Eurico José Gomes Dias,
Nuno Bessa Moreira**
Evocar o pioneirismo
de Augusto Xavier da Silva
Pereira na senda da História do
Jornalismo em Portugal